

Digitized by the Internet Archive
in 2024

REVISTA

DE HISTORIA

VOL.

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA



ANUARIO DE HISTORIA Y GEOGRAFIA

F

2501

I59

REVISTA

(TRIMESTRAL)

DO

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

FUNDADO NO RIO DE JANEIRO EM 1838

VOLUME 233

OUTUBRO - DEZEMBRO

1956

Hoc facit ut longos durent bene gesta per annos
Et possint sera posteritate frui.

COMISSÃO DIRETORA

GENERAL ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO

CLAUDIO GANNS

FEIJÓ BITTENCOURT



DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957

TRABALHOS ORIGINAIS

UM PANORAMA DO RIO DE JANEIRO DE 1775

GILBERTO FERREZ

Na Exposição — *O Catolicismo no Brasil*, organizada pela Biblioteca Nacional, durante o XXXVI Congresso Eucarístico Internacional de 1955, esteve exposta uma grande vista panorâmica da cidade do Rio de Janeiro, executada em 1775, e que traz como legenda :

«*Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro situada no Estado do Brasil na America Meridional pellos 23 graos de Latitude e 342 graos, e 22 minutos de Longitude Meridional. Copiado exactamente do que se elevou em 1775.* (1)

É curioso que este extraordinário e valiosíssimo *Prospecto* não tenha despertado maior interesse dos estudiosos.

Plantas e, especialmente, panoramas do Rio de Janeiro do século XVIII são raros. Aqui deparamos com um desenho que possui ambas as cousas, executadas com perfeição e fidelidade pouquíssimas vêzes alcançadas, até esta época e que nos revela informações abundantes, das mais preciosas, sobre a história artística, eclesiástica, militar e civil, de nossa cidade.

Pode ser que o aspecto das montanhas, desenhadas sem intenção de semelhança, mas em forma de convenção cartográfica usada até então pelos engenheiros militares portugueses, tenha levado aos curiosos que a examinaram, julgarem, precipitadamente, que tudo aquilo fôsse fantasia sem maior importância, quando a verdade é bem diversa. Examinando melhor o desenho das igrejas, fortalezas e edificios públicos, teriam percebido que o autor do *Prospecto* fez o possível, dentro dos limites da escala do desenho, para

(1) Não constou do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, da Biblioteca Nacional de 1881/82.

Também figurou na Exposição «Gravuras do Rio Antigo», realizada pela Biblioteca Nacional, em julho de 1951, sob o n.º 8, do catálogo publicado.

esboçá-los corretamente reconhecendo-se, facilmente, não só os prédios, mas até o estilo e dimensões dos mesmos.

Acresce ainda ao valor histórico e artístico desta vista panorâmica, que abarca a costa guanabarina, desde a ponta do Calabouço até o morro de S. Bento, a época em que foi executado, 1775.

Daí por diante, a maioria das igrejas e edifícios públicos sofreram transformações radicais, sendo que alguns foram totalmente reconstruídos. Graças ao *Prospecto*, conheceremos os aspectos primitivos de vários prédios que eram desconhecidos dos historiadores. Vem ele assim preencher uma grande lacuna, pois apesar de tudo o que se tem escrito sobre nossas igrejas, especialmente as que precederam as atuais, por falta de documentos elucidativos, uns perdidos, outros ainda não organizados de modo a facilitar essas pesquisas, é ainda muito deficiente, confuso, cheio de dúvidas, omissões e erros. Este terreno difícil e tedioso vem sendo desbravado, dentro do possível, pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Educação e Cultura.

Que saibamos, só possuímos uma vista panorâmica do Rio, bastante esquemática, do último decênio do século XVII, e que aparece na *Relation du voyage de M^r de Genne au dectroit de Magellan par le Sr. Froger* — Paris 1699. Do século XVIII, só existem mais duas vistas, além do *Prospecto*, que se lhe podem comparar. Uma foi redescoberta no Ministério da Guerra, mas seu estado de conservação, infelizmente, deixa bastante a desejar. Queremos falar da grande e belíssima vista panorâmica (0,670 x 2,470 mm) do Rio, executada a bico de pena e aquarela, que traz a legenda:

«Prospectiva da Cidade do Rio de Janeiro. Vista da parte Norte, na Ilha das Cobras, no baluarte mais chegado a S. Bento, da qual parte se vê diminuir em proporção o seu prospecto até a barra como o risco representa. Elevada por Ordem do Ill^{mo} e Exmo. Senhor Conde de Bodadella, a quem a d. Cide. deve a mayor pte. de sua preñte. Grandeza e Magncia.» Data, mais ou menos, de 1760.

Esta, artisticamente, é bem superior ao que agora estamos estudando pois foi, certamente, pintada por artista com perspectiva correta e desenho fiel do contorno das montanhas: já o de 1775, devida a cartógrafo, é-lhe superior nos detalhes de determinados prédios.

A segunda, é também uma esplêndida peça iconográfica, inédita, e possivelmente desconhecida da maioria dos estudiosos. Está reclamando uma urgente reprodução acompanhada de estudo. É a *Vista do Rio de Janeiro*, desenhada a lápis, aquarelada e inacabada



N.º 1 «Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro situada no Estado do Brasil na América Meridional pellos 23 graos de Latitude e 342 graos e 22 minutos de Longitude Meridional. Copiado exactamente do que se elevou em 1775.»
Desenho a bico de pena, aquarelado, sôbre papel grosso, medindo 560 x 910 mm. e que pertence às ricas coleções da Biblioteca Nacional. Este Prospecto e plantas foram copiados, conforme provamos neste estudo, por Luis dos Santos Vilhena de um original não identificado.

(falta apenas terminar a orla marítima). Mede 0,690 x 2,500 mm. O desenho, assim como a perspectiva, é minucioso e correto. É também uma peça primordial ao estudo do desenvolvimento da cidade, nos meados do século XVIII. Não traz nome do autor, nem do ano em que foi executada que é, provavelmente, 1770. Está no Arquivo do Serviço Geográfico do Exército. (2)

Outro fato curioso, que torna ainda mais importante o nosso *Prospecto* é que, podemos afiançar, foi copiado pela mesma pessoa que executou os mapas e *Prospectos* que estão inclusos no manuscrito de Luís dos Santos Vilhena, *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas*, existente na Biblioteca Nacional,⁽³⁾ entre os quais estão uma vista e planta do Recife e outra do Salvador. Sobre o *Prospecto* do Recife, escreveu o profundo conhecedor da história das artes no Brasil, Robert C. Smith, um notável trabalho, publicado na revista *The Americas*, sob o título *The Caetano Prospect: an eighteenth century view of Brazil* e que precisa ser vertido em nossa língua, pelas preciosas revelações nêle feitas.

O panorama do Recife data de 1773 e foi copiado de outro, executado por frei José Caetano (jesuíta), em 1759. O do Salvador, é de 1763 e é cópia atualizada por Luís dos Santos Vilhena do panorama do engenheiro militar José Antônio Caldas, de 1758, denominado *Elevação e Faxada que mostra em Prospecto pela marinha a Cidade do Salvador Bahia de todos os Santos e Metrópole do Brazil...* (4)

O *Prospecto* do Rio de Janeiro é um desenho a bico de pena, aquarelado em tons quentes de ocre, rosa (os telhados), marron sujo e azul (montanhas), e cinza (fortalezas, tórres, alguns prédios e embarcações), sobre papel grosso, medindo 560 x 910 mm.

Está catalogado na secção de Iconografia e Mapoteca da Biblioteca Nacional sob o n.º 25,6,1 B.

Não traz assinatura, nem indicação do autor. Informa, apenas, que foi *Copiado exactamente do que se elevou em 1775*.

Está dividido em quatro partes. Na maior, a de cima, está o panorama do Rio de Janeiro, desde a ponta do Calabouço (antigo Forte de S. Tiago) até o mosteiro de S. Bento, visto do mar, e ocupa tôda a largura e pouco menos da metade da altura do desenho e mede 235 x 910 mm. A parte inferior do desenho, divide-se em três retângulos desiguais; no da esquerda, está uma planta da

(2) N.º 1.113 — K 519.00 da Mapoteca.

(3) N.º I — 5 — 2; 55/60 da secção de manuscritos.

(4) R. C. Smith, ob. cit., pág. 393.

cidade com legendas explicativas dos principais edificios e mede 321 x 468 mm. O do centro, traz a legenda do desenho e a lista das construções indicadas por números no panorama; mede 225 x 164 mm. O da direita é uma planta da baía do Rio de Janeiro, medindo 321 x 270 mm.

Ao depararmos, pela primeira vez, com esta peça iconográfica, achamos que seu aspecto geral já era por nós conhecido. Foi quando nos lembramos das plantas e vistas manuscritas existentes na obra de Luís dos Santos Vilhena. Cotejamo-la, então, com as do Recife e Salvador ali existentes, assim como com tôdas as outras plantas. Não subsiste a menor dúvida que tôdas foram feitas ou copiadas pela mesma pessoa.

A caligrafia e grafia dos títulos, legendas, números, as aguadas e sépias, são idênticas, assim como o modo de desenhar os prédios, as fortalezas, montanhas, orla marítima, remadores, etc. Isso quanto aos *Prospectos*, o mesmo acontecendo com as plantas. Aqui, também, a caligrafia, o modo de indicar as quadras, os caminhos, são idênticos.

Aliás o próprio Vilhena, no volume que traz o título:

Colecção de Plantas Geográficas, Ydrográficas, Planos e Prospectos Relativos a algumas das Cartas e Brasilices Aque precede huma breve analysis critica sôbre a origem das mesmas Plantas.

Anno 1801.

diz:

«... juntei huma muita sufficiente colecção de todas as plantas não vulgares que destes paizes do Brasil tenho com despeza não pequena e trabalho podido conseguir arrancando com astucia das mãos de avaros algumas para copiar, apezar de nunca o haver visto fazer porquem soubesse, comprovando o rifão deque mais faz quem quer do que quem pode; outras porem as consegui para o mesmo fim de sujeitos generozos que mas liberalizarão.

Todas copiei, e dellas depois de muitas combinaçoens, e ensaios repetidos perante sujeitos não só naturaes, como versadissimos nos paizes, e paragens, formei parte das que te envio havendoas primeiro reduzido a huma igual graduação sem ommitir povoaçoens, rios, serras, Mattas, e lugares mais ponderaveis, comprovadas as situaçoens, direcçoens, e latitudes tanto por alguns manuscriptos e impressos como por pessoas intelligentes, e praticas dos lugares, ...» (o grifo é nosso).

Prospecto da Cidade de S Sebastião do Rio de Janeiro
situada no Estado do Brasil na America Meridional pelos 23
graus de Latitude, e 342 graus e 22 minutos de Longitude Meridio
nal Copiado exactamente doque se elevou em 1775

1	Fort de S Thiago	17	Capela dos Terceiros de S Francisco
2	Mizencordia	18	Igreja da Cruz
3	Hospital	19	Alfandega
4	Quarteis	20	Hospicio
5	Frapiches	21	Caadelaria
6	Colegio que foi dos Jesuitas	22	S. Pedro
7	Fort de S Sebastião	23	S. Domingos
8	N.S do Desterro	24	Santa Roca
9	S. Joze	25	Palacio da residencia dos Bispos
10	Relacao e Cadeas	26	Fort da Conceicao
11	Palacio dos Vice Reis	27	Convento de S Bento
12	Convento do Carmo	28	Ilha das Cobras
13	Praca de Palacio com sua fonte	29	Ilha dos Ratos
14	Caza d'agua do Carioca	30	Praya do Peixe
15	N.S da Lapa	31	Corcovado
16	Santo Antonio	32	Montes que se avistao e Cerro a l dade pelo Tronco

N.º 5 Detalhe do Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... em 1775
onde vemos a legenda do precioso panorama da cidade em 1775 e a lista dos nomes
das construções indicadas por números no panorama; mede 225 x 164 mm.



N.º 6 Planta da baía do Rio de Janeiro, medindo 321 x 270 mm que ocorre no «Prospecto da Cidade do Rio de Janeiro... em 1775», e que está no canto inferior da direita do desenho.

Sendo assim, todos os mapas foram, conforme asseverou acima, por êle copiados.

Resolvido êste problema, surgiram outros: o da autoria dos originais da planta e do panorama copiados por Vilhena, e porque êste *Prospecto* não se acha incluso na sua obra manuscrita *Recopilação de noticias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas*, da Biblioteca Nacional, onde descreve com minúcias valiosas o Salvador, onde foi professor de grego e, em menor escala, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, S. Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

É de se estranhar que nada ali exista sôbre o Rio de Janeiro.

O aparecimento do *Prospecto* do Rio é uma prova evidente indicando-nos que êle estava preparado ou preparando-se para fazê-lo e se não chegou a realizá-lo, houve certamente razões ponderáveis.

Creemos que êste trecho que ocorre na introdução de três cartas, escritas após as primeiras vinte, e, onde tratou de Pernambuco, Goiás e S. Paulo, esclarece em definitivo êste ponto:

«... revolvendo a confuza colecção de noticias, que havia juntado achei que nos restos de que o mar me não despojara havia ainda para amplexar aquellas cartas...» (as 20 primeiras), o que nos leva a concluir que as suas notas referentes ao Rio, para as quaes já prepara o *Prospecto*, se perderam num naufrágio.

Como e porque o *Prospecto* do Rio foi ter à nossa Biblioteca Nacional, não sabemos informar mas o fato, graças a Deus, é que lá está para o nosso deleite.

Infelizmente, não conseguimos saber de quem teria Vilhena copiado o panorama. Quanto à *Planta*, foi copiada da esplêndida «Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro tirada e executada pelo Capitão André Vaz Figueyra, Academico da Aula Militar. Anno d'1750»⁽⁵⁾ com ligeiras modificações, e que é, «até hoje, o mais antigo mapa do Rio de Janeiro de medidas certas, indicadas por petipé, em braças»,⁽⁶⁾

Passemos, agora, ao estudo detalhado do *Prospecto* e da *Planta*.

O n.º 1 do *Prospecto* (n.º 10 da *Planta*), indica o *Forte de S. Thiago*, construído por Men de Sá, sôbre ruínas, provavelmente, de uma fortificação francesa do tempo de Villegaignon. Em 1624,

(5) Mapoteca do Itamarati.

(6) D. Clemente Maria da Silva-Nigra — *Construtores e artistas do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro*, pág. 142.

Martim Corrêa de Sá «adiantou (-o) notavelmente», conforme palavras de Pizarro, que continua: «o Vice-rei marquez não só o levantou de novo, mas acrescentou-lhe a praça, e a força». (7)

O Vice-Rei marquês foi Lavradio, que assumiu o cargo em 1769. Sendo assim, o que aqui vemos é um aspecto da fortaleza conforme deixou-a Lavradio. Em 1775, já estava incorporada às instalações do Arsenal Real do Exército, mais conhecido por *Casa do Trem*, mais tarde, Arsenal de Guerra, que aí esteve localizado até 1902. (8)

O edifício da Casa do Trem está corretamente indicado, logo adiante do forte. Ficava-lhe ao centro grande portão, encimado por um frontão. Dêle, graças a um ofício do Vice-Rei Conde da Cunha, datado do Rio, 5-9-1764, existe uma preciosa planta e desenho da fachada com a legenda:

«Demonstração do Arsenal que mandou fazer nesta Cidade do Rio de Janeiro o Ill^{mo} Ex^{mo} Conde da Cunha, do Conselho de Sua Magestade e do de Guerra, Tenente General de seus exercitos, General de Artilharia do Reino, Capitão General de Mar e Terra e Vice-Rei de todo o Estado do Brazil». (Arquivo Histórico Ultramarino — Catálogo de Mapas, Plantas, Desenhos, Gravuras e Aquarelas por Eduardo de Castro e Almeida — Coimbra, 1908 — n.º 347). Também existem sete plantas aquareladas detalhadas de tôda a Casa do Trêm no «Projet pour aggrandir l'Arzenal du Trem a Rio de Janeiro, 1770» feito pelo engenheiro sueco Jacques Funck. no arquivo do historiador Cládo Ribeiro de Lessa.

Hoje em dia, muito desfigurado, está incorporado ao atual Museu Histórico Nacional. Foi êste local conhecido, por longos anos, como a Ponta do Calabouço.

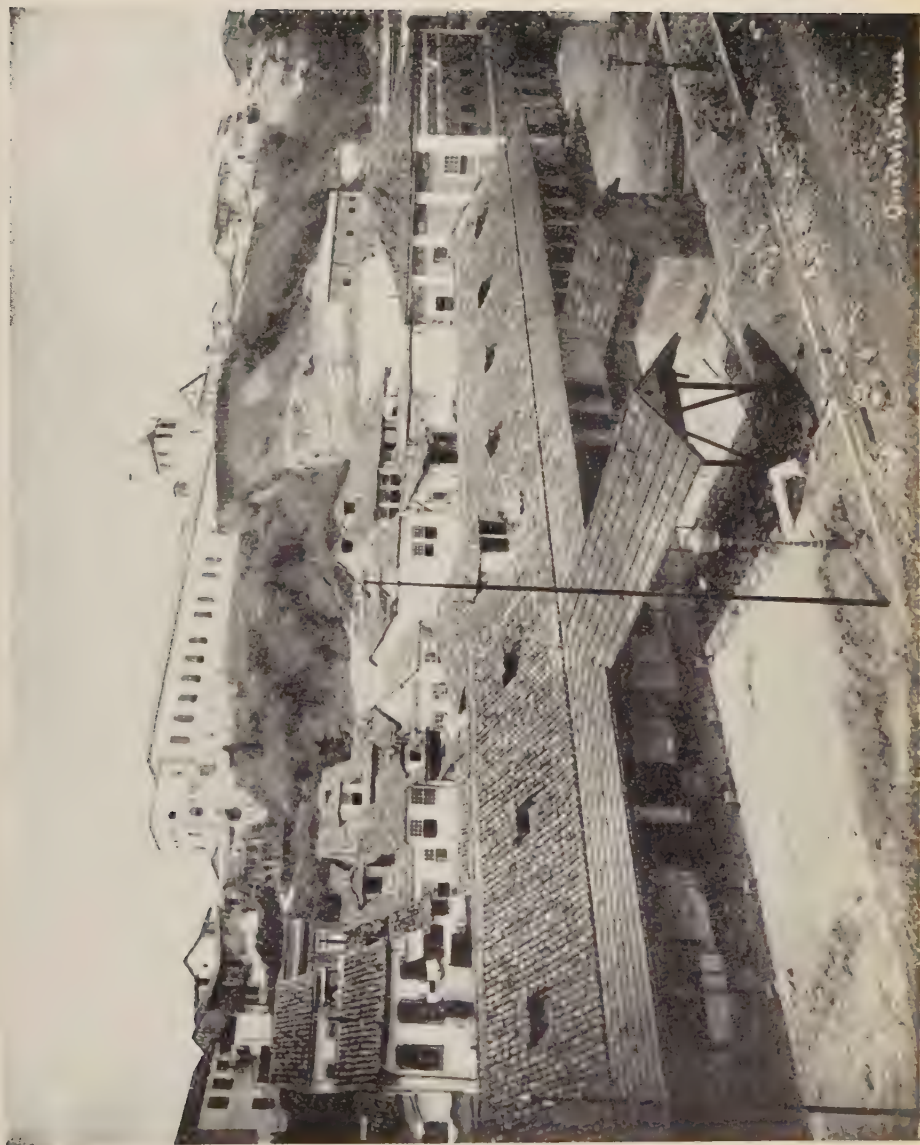
Indicado pelos n.º 2 e 3 (n.º 9 da *Planta*) vemos a *Misericórdia*, sua igreja e o *Hospital*.

A Misericórdia já existia antes de 1570, (9) e o prédio que aí vemos, perfeitamente representado, está sendo reformado e protegido pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. É obra de meados do século XVII. Segue-se-lhe a igreja sob a invocação de N. Sra. do Bonsucesso. Percebe-se o frontão reto com um pequeno óculo no centro e encimado por pequena sineira. Aqui o nosso artista fixou um aspecto da igreja que desapareceria

(7) *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, vol. 7, pág. 107.

(8) Noronha Santos, em notas do livro do Padre Perereca, *Memórias para servir a História do Reino do Brasil* — Rio 1943, vol. 1, pág. 86.

(9) Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 2, pág. 577/78.



N. 7 Fotografia de Augusto Malta, de 1910. No primeiro plano o velho Quartel do Moura, todo o prédio baixo de portas e janelas e prédio assoberbado, à direita. Seguem-se, no fundo, os prédios da rua da Misericórdia e o morro do Castelo, com o antigo Colégio e Igreja dos Jesuítas.

poucos anos após, quando foi, em 1780, reconstruída⁽¹⁰⁾ A sua esquerda está o prédio do *Hospital* e que continua tal qual, ao lado do princípio da velha ladeira da Misericórdia, em vias de desaparecimento. O mais curioso, porém, dêste grupo, é a torre quadrangular, terminada por uma cruz, à esquerda da igreja. Até a presente data não se sabia que tal torre existisse e poderiam pôr dúvidas quanto à veracidade do desenho. Foi quando, por acaso, deparamos com o precioso desenho — *O Colégio do Rio de Janeiro em 1728* — que ocorre na monumental obra de Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — vol. VI — páginas 8/9, confirmando que a torre existiu, pois ali está perfeitamente desenhada, qual a do *Prospecto*. Certamente desapareceu na reconstrução de 1780.

N.º 4 — *Quartéis* era o Quartel do Moura, assim chamado por aquartelar o regimento do Moura, de tropa portuguesa, para cá enviado em 1767. Ficava à beira-mar e ao lado de um largo, que passou a ser chamado Largo do Moura. Êste quartel chegou, quase tal qual, até o princípio dêste século e podemos vê-lo no primeiro plano da fotografia aqui reproduzida, onde se vê também o Colégio, em 1910.

N.º 6 (7 da *Planta*) é o Colégio que foi dos Jesuítas, pois haviam sido expulsos, em novembro de 1759, servindo o prédio, a partir de 1769, de Hospital Militar, após ter sido adaptado para casa dos Vice-Reis, que aliás o não quiseram. Foi, durante anos, Faculdade de Medicina ⁽¹¹⁾ Êste conjunto chegou, tal qual, até nós, e foi demolido quando do desmonte do Castelo, em 1922. O Colégio foi fundado por Nóbrega, em 1567, e, em 1584 já ia de construção adiantada, segundo Cardim (págs. 349/350); — «tem começado o edificio novo, e tem já 13 cubiculos de pedra e cal que não dão vantagem aos de Coimbra, antes lha levam na bôa vista».

Nêle moraram Manuel da Nóbrega, José de Anchieta, Cris-tóvão de Gouveia, Fernão Cardim e Simão de Vasconcelos. Nóbrega aí faleceu.

A igreja, com sua torre quadrangular atarracada, com duas sineiras em cada face, encimada por coroamento tradicional em forma de pirâmide, tendo quatro coruchéus de cada lado na prumada dos cunhais, era típica de construção portuguesa da época.

Foi inaugurada no Natal de 1588. Substituiu a primitiva, de taipa, e chegou até nossos dias com o aspecto que aí vemos.

(10) Noronha Santos em notas do livro do Padre Perereca, ob. cit. vol. 1, pág. 92.

(11) Serafim Leite — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, vol. 6, pág. 30.

A fachada da igreja era composta de uma portada, três janelas no côro e óculo no tímpano do frontão. Em 1619, esta igreja já possuía ricas alfaias, paramentos, prataria e os magníficos altares quinhentistas, que podemos ainda hoje apreciar na igreja de N. Sra. Bonsucesso da Misericórdia, para onde foram levados quando da demolição do Castelo.

Os jesuítas, ao serem expulsos, haviam principiado a construção de nova e majestosa igreja, que em 1847 foi aproveitada para instalação do Observatório Astronômico Nacional. É esta construção que vemos esboçada por traz da igreja e de sua torre.

Chegando ao portão central do edifício do Colégio, vemos a «Escarpe ou pante, revetue de pierres taillées, par ou avec une machine on avait fait monter tous les materiaux pour changer le College en Palais»⁽¹²⁾ provavelmente instalado no mesmo local do famoso *guindaste* dos padres que serviu, a princípio, à subida dos materiais de construção. Chegava ao pé do beco do Guindaste, que desapareceu ultimamente.

Partindo da igreja dos Jesuítas vemos, bem indicada, a segunda ladeira do morro do Castelo, a do Colégio, que desembocava na rua S. José, no princípio da rua do Carmo.

Encimado pela bandeira portuguesa, temos o *Forte de S. Sebastião*, n.º 7 (na *Planta* n.º 8) que também datava da fundação da cidade e que resistiu até o desmonte do morro. Vemos representada a cortina do lado Norte, justamente a que foi mandada demolir por D. João VI, em 1811, para evitar que desmoronasse sobre a cidade, ⁽¹³⁾ e um dos dois baluartes com guarita. No século passado foi ali instalado o *Pau da Bandeira* que, graças a uma combinação de diversas bandeiras, assinalava aos habitantes da cidade a chegada, a proveniência e os dias de viagem dos navios que demandavam o porto. Era o telégrafo semafórico.

N. S. do Destêrro, n.º 8 (n.º 33 da *Planta*), hoje convento de Sta. Teresa, continua tal qual. A igreja, segundo Pizarro, foi reedificada por Gomes Freire de Andrada, a quem devemos também a edificação, ao lado, do segundo convento para freiras no Rio, sob a invocação de N. Sra. do Destêrro, para religiosas de Santa Teresa e cuja pedra fundamental data de 24-7-1750.⁽¹⁴⁾ Esta igreja substituiu a primitiva ermida construída por Antônio

(12) «Veue d'Oiseaux de la Situation du College des Jesuits, destiné pour Hopital Militaire du Rio de Janeiro 1768». Originais assinados p/eng. militar sueco, a serviço de Portugal, Jacques Funck. No arquivo do historiador Clado Ribeiro de Lessa.

(13) Nota no livro do padre Perereca, ob. cit. pág. 57.

(14) Pizarro, obr. cit., vol. 7, pág. 206/7.

Gomes, no mesmo local, em 1620 ⁽¹⁵⁾. Devido à ermida, o morro passou a chamar-se do Destêrro, para depois denominar-se de Sta. Teresa, devido ao convento onde repousam os restos do seu grande fundador e benfeitor.

Voltando à praia, deparamos com os fundos da igreja de S. Joze, n.º 9 (n.º 24 da *Planta*). Aqui novamente o autor do *Prospecto* nos informa, com meticulosidade, o estado das obras e o estilo da construção da antiga igreja de S. José e da qual nada se conhecia, iconograficamente, até agora.

Assim, antes da atual igreja com duas tôrres e que foi construída de 1807 a 1848, o aspecto da antiga igreja era bem diverso. Compunha-se de uma nave e tinha apenas uma tôrre quadrangular com duas sineiras em cada face, encimada por um coroamento em forma de meia-laranja. A fachada terminava por um grande frontão barroco. Vemos, também, três casinhas que não permitiam o prosseguimento das obras de ampliação das dependências da igreja, que estava em obras.

Os livros da Igreja vêm confirmar todos êstes detalhes. No livro de Petições, cartas, etc. de 1720 a 1785, em 24-12-1867 — há uma petição de S. Exa. o Bispo solicitando permissão para poder consertar a capela-mor.

No livro 2.º de atas, escrituras, etc. de 1721 a 1830 em 17-5-1767, portanto oito anos antes do nosso *Prospecto*, há uma Ata da Mesa Conjunta em que se resolve dar mais altura à capela mor e fazer-lhe tribunas, adiando para mais tarde a obra de talha do retábulo. Tôdas estas resoluções são levadas a efeito, pois no Livro de Receitas e Despesas de 1759, à págs. 69/70, há o registro de pagamento de vários jornais (dias de trabalho) a pedreiros e carpinteiros, e em junho de 1769 (fls. 150) e 1770 (fls. 163): «Com a obra da Capela Mor jornais de varios pedreiros, canteiros, entalhadores (Manuel de Araújo e outros), carpinteiros, azulejadores e caiadores».

Além disso, há referências à construção e posterior demolição de três casinhas. No Livro 2.º de Atas, Escrituras etc., de 1721 a 1830, fls. 71, há uma ata de 17-5-1767 onde a certa altura lê-se: «..., e allem disso que tendo esta Irmandade *tres moradinhas de cazas terreas de meya agoa encostadas ao consistorio* se experimentava que estas pella sua pequenez estavam quasi sempre vazias e se alguem a alugava hera pretos e daquellas pessoas que findo o mes não só se retiravão sem pagar o mes, mas carregavão a chave sendo por esta forma necessario andar sempre abrindo as portas judicialmente, e pagando custas desnecessarias, e porque

(15) Vivaldo Coaracy — *O Rio de Janeiro no Século 17*, pág. 51.

esta Igreja não tinha Semiterio algum em que se podessem enterrar escravos que poderia servir de mais utilidades a Irmandade do que o rendimento das cazas por se da forma que sedisse pequenas e de adobe, paressia justo demolliremsse estas abaixo para ficar o mesmo ambito para o Semitério e o mais que fosse necessario por tambem dellas se achar o prejuizo de estarem actualmente metendo o fumo de suas chaminez pello consistorio e Capella Mor dentro, e sendo ouvidas as ditas prepozições se mandou sobre ellas correr vazo e sendo assim executado sahio aprovado a mais votos de favas brancas que se fizesse adita obra do crescimento para sima da Capella mor e forrarce, com a factura das tribunas e demollimento das *tres moradinhas de cazas...*»⁽¹⁶⁾ (o grifo é nosso).

Ao lado da igreja temos o casarão da *Relação e Cadeas*, n.º 10, que se haviam passado do morro do Castello para aí. Sua construção foi devida ao mestre pedreiro Francisco Monteiro, que a contratou em 1639.⁽¹⁷⁾ Mais tarde este velho prédio, pesado, lúgubre e sem estética, serviu de Câmara dos Deputados e foi demolido em 1922 para dar lugar ao atual Palácio Tiradentes. Aí esteve prêso Tiradentes, que daí saiu para ser enforcado.

A seguir reconhecemos o *Palácio dos Vice Reis* n.º 11 (n.º 22 da *Planta*) a *Casa dos Governadores* antes das sucessivas reformas por que passou, até chegar aos dias presentes como sede do Departamento dos Correios e Telégrafos, depois de ter sido Paço Real e Imperial. Ocupava, então, o mesmo espaço que atualmente. Vêmo-lo no seu aspecto primitivo, devido ao risco do arquiteto construtor, o célebre engenheiro e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim, por ordem do Governador Gomes Freire de Andrada, depois Conde de Bodadella, em 1743, que ali faleceu, em 1-1-1763. Só mais tarde é que cresceram, à parte central, mais um andar, e construíram as platibandas ao redor das alas laterais, que tanto comprometeram o risco original.⁽¹⁸⁾

No fundo da Praça, temos o velho *Convento do Carmo*, n.º 12 (n.º 25 da *Planta*), cujas ciclópicas paredes vêm resistindo aos anos, desde 1619 e que, infelizmente, graças à nossa falta de cultura, vamos agora sacrificar, em nome do progresso, para aumentar a coleção de prédios dispendiosíssimos que abrigam o Banco do Brasil. Hoje, com sua fachada completamente transformada em pseudo-néo-clássico, abriga uma Escola de Comércio e anteriormente hospedou o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a

(16) Documentos existentes na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional copiados dos livros originais — pasta Igr. S. José.

(17) Coaracy — obr. cit., pág. 88.

(18) Vide fotografia aqui reproduzida, tirada por volta de 1875.



N.º 8 Fotografia de Anônimo, por volta de 1875. A antiga Casa dos Governadores, então Paço Imperial, já acrescida de um segundo andar, na parte central e das platibandas, que tanto comprometeram o risco original do engenheiro e brigadeiro José Fernandes Pinto Alpoim.



N.º 9 Fotografia de Marc Ferrez de 1895. A esquerda, o velho Convento do Carmo, no seu aspecto primitivo. Seguem-se a actual Catedral e a igreja da V. O. 3.ª de N. Sra. do Monte do Carmo, Notar que a fachada da Catedral era tóda de cantaria até o frontão.

Família Real, como dependência do Paço da Cidade, ao qual estava ligado por um passadiço elevado sôbre a rua 1.º de Março.

Era um edificio de linhas sóbrias, que se casava harmoniosamente ao conjunto da praça, especialmente com a Casa dos Governadores.

O convento do Carmo foi construído ao lado da antiga ermida de N. Sra. do Ó, que datava de 1589, e foi substituída pela igreja que ai vemos desenhada e que se manteve assim até a chegada de D. João VI, quando passou a ser Capela Real. Daí por diante sofreu sucessivas reformas, que foram aos poucos desfigurando-a.

Porém, o grande golpe, imperdoável, que transformou-a no horrível monstro arquitetônico atual, deu-se, sômente, no principio dêste século, quando destruíram a velha tórre quadrangular, encimada por uma acachapada meia-laranja, e quatro coruchêus e o delicioso alpendre, que lhe ficava à entrada, para erguer a atual; e, o que é mais incrível, arrazaram tôda a parte de cantaria do côro para substitui-la por aquêlê pó de pedra ou cousa parecida que lá está! ⁽¹⁹⁾

O n.º 13, *Praça do Palácio com sua fonte*, é a parte da atual Praça 15 de Novembro onde está a estátua do General Osório.

A fonte não está desenhada no *Prospecto*, mas está corretamente indicada na *Planta* como *Fonte que se mudou do meio da Praça* (n.º 23); isso porque a bela obra de mestre Valentim da Fonseca e Silva, em granito carioca, ainda não estava pronta, pois só foi inaugurada em 29-4-1789, no govêrno do Vice-Rei, Dom Luís de Vasconcellos e Sousa, que o mandou construir por ter o antigo, da época de Gomes Freire de Andrada, se arruinado. ⁽²⁰⁾

Outrossim, é preciso notar que o cais, à borda do qual iria ficar o chafariz, e que foi devido ao engenheiro Marechal de Campo Jacques Funck, sômente foi projetado em 1780. Damos todos êstes detalhes para que o leitor, mais uma vez, possa aquilatar a fidelidade com que o autor do panorama executou êste desenho, que temos como um dos mais importantes para a história iconográfica da cidade. Ficamos também sabendo que enquanto o Salvador e o Recife já possuíam cais, o Rio não tinha um lugar apropriado para desembarque de passageiros e mercadorias.

Antes de passarmos à construção indicada pelo n.º 14, temos a assinalar que o artista não representou ou assinalou a igreja da Venerável Ordem Terceira do Monte do Carmo, que fica ao lado da igreja do Convento do Carmo. A *Planta* também nada assinala. No entanto, mestre Noronha Santos nos ensina, em notas ao livro

(19) Vide fotografia aqui reproduzida dêste conjunto em 1895.

(20) José Mariano — *Os três chafarizes do mestre Valentim*, págs. 25/34.

do padre Perereca (pág. 98) que as obras desta bellissima igreja carioca principiaram em 16-7-1755 e que, concluidas internamente, foi consagrada em 1770, cinco anos antes do *Prospecto*. Sendo assim, pelo menos o corpo central da fachada devia estar pronto. Graças a pacientes pesquisas efetuadas nos livros da Ordem, pela Sra. Nair Batista, sabemos que a portada nobre e medalhão em mármore de Lioz foram encomendadas em Lisboa e colocadas no lugar em 14-1-1761, e que as obras e a talha da capela do Noviciado, que devemos ao mestre Valentim, foram iniciadas em 1772.⁽²¹⁾ Não sabemos a razão que levou o autor do desenho a suprimi-la. Seria que, como estivesse em obras, achou melhor não indicá-la?

O término das obras só se deu com a elevação da segunda torre, em 1856.

O n.º 14 assinala a *Caza d'agoa do Carioca*, isto é, uma das duas tôrres ou caixas d'água do Chafariz da Carioca, que está assinalado na *Planta* com o n.º 11 e que ficava logo atrás do mesmo, do lado esquerdo, como se pode ver perfeitamente no panorama do Rio de Felix Emilio Taunay, gravado por João Steinmann.

O n.º 15 (21 da *Planta*) foi uma das igrejas que mais impressionaram o artista por suas linhas arquitetônicas originais e nada comum no panorama das cidades luso-brasileiras. Daí a sua forma avantajada, fora de proporções com o resto do desenho. Quis êle, assim, chamar a atenção para a igreja que tanto o impressionou. É a igreja de *N.S. da Lapa dos Mercadores*, situada no princípio da rua do Ouvidor, e cuja pequena nave, uma das primeiras do país, em forma oval e coberta por uma cúpola ou zimbório encimado por um lanternim, concluiu-se em 1755.⁽²²⁾ As suas belas linhas, proporções perfeitas e a magnífica obra de talha, para não falarmos da pintura e prataria, fazem-na uma das mais curiosas igrejas da capital.

Os n.º 16 e 17 (12 da *Planta*) assinalam o belo conjunto do convento e igreja de *Santo Antônio* e a *Capela dos Terceiros de S. Francisco*, em seu estado primitivo, antes da calamitosa reforma do princípio dêste século, por *esclarecidos* frades holandeses.

Os conventos e igrejas dos frades franciscanos, tinham, até então, estas linhas austeras. Aqui o copista ou, quem sabe, o autor do original, cometeu dois pequenos erros. A igreja do Rio é a única a não ter, como suas congêneres no Brasil, uma torre, que

(21) *Valentim da Fonseca e Silva* de Nair Batista in Revista do SPHAN, n.º 4, págs. 291/306.

(22) Notas de José Heitgen da DPHAN, pasta Igreja da Lapa dos Mercadores.



N.º 10 Fotografia de Augusto Malta — de 1910 — No primeiro plano vemos: a *Imprensa Nacional*, torre d'água do *chafariz da Cartoca*, *ladeira do Convento de Sto. António*, *terraceo do chafariz da Cartoca* e antigo hospital da *Ordem Terceira*. No fundo: *convento e igreja de Sto. António* no seu aspecto primitivo e a igreja da *Ordem Terceira* de S. Francisco da *Penitência* no seu aspecto actual.

sempre fica recuada da linha da fachada. Em lugar de tórre existe uma pequena e elegante sineira. Além disso, na frente do convento, partindo da entrada da igreja, há um muro encimado por três frontões barrocos que aqui, por inadvertência, foi continuado ao longo da base do convento. Já a igreja está corretamente representada, com três portais de entrada, com vergas curvas (as primitivas deviam ser retas), seguindo-se três janelas retangulares do côro, encimadas por um severo frontão reto com óculo e cruz. ⁽²³⁾

A Ordem Terceira de S. Francisco da Penitência (n.º 17) sofreria, mais tarde, grandes modificações na fachada, conforme podemos ver, cotejando o desenho com a fotografia de 1910, aqui reproduzida.

Graças aos Livros de Tombo Geral da Ordem, que chegaram todos até os nossos dias e que, ultimamente, foram estudados, reparados e copiados pela D.P.H.A.N., sabemos corretamente toda a história da construção e dos artistas que nos legaram este esplêndido patrimônio da primeira metade do século XVIII.

No prédio da esquerda, ficava a igreja da Penitência, tendo ao lado, repousando sobre grandes arcos que dão para a rua do Piolho (Carioca) o Consistório, Sacristia e Ante-Sacristia.

As obras da igreja principiaram em 1697, a fachada e porta principal são de 1726/27; já a Sacristia e Consistório são de 1747/1775.

Para decorá-la, levaram 20 anos, com um grupo de mestres entalhadores, douradores, pintores e marceneiros que conseguiram realizar uma obra prima barrôca de notável equilíbrio, harmonia e beleza, que é uma das jóias das artes plásticas brasileiras. É a primeira igreja, cinqüenta anos antes de qualquer outra no Brasil, a construir um teto, na nave, em abóbada e decorá-lo com pintura de perspectiva, verdadeira revolução para a época.

A obra de talha foi do risco e execução de Manuel de Brito e Francisco Xavier de Brito, realizada em 1723 a 1743. São do primeiro: a capela-mor, do arco-cruzeiro para dentro, paredes e côro da nave; do segundo: arco cruzeiro, fôrro e seis capelas da nave.

A pintura e douração de toda a talha é de Caetano da Costa, que trabalhou de 1732 a 1743.

Sendo assim, o *Prospecto* mostra-nos a fachada da igreja da Penitência quando todas estas obras se haviam terminado. Desde

(23) Vide fotografia reproduzida de 1910.

então, internamente, está tal qual. Já a fachada sofreu reformas que modificaram-na por completo. ⁽²⁴⁾

Continuando, vemos uma grande torre, pesadona, que o n.º 18 indica como *Igreja da Cruz* (n.º 20 da *Planta*), na rua Direita e cuja construção, sobre as ruínas do antigo forte de Santa Cruz, concluiu-se, em 1628. ⁽²⁵⁾

Ao que parece, foi uma pequena igreja, o que é provável, pois os prédios que lhe ficavam por traz, não permitiram mostrar o corpo da mesma.

A atual, foi totalmente reconstruída a partir de 1780, quando lançou-se a pedra fundamental. Sua planta foi devida ao brigadeiro José Custódio de Sá e Faria.

Será que a atual torre foi uma modificação da que aí vemos? É provável, pois o grande *Panorama do Rio de Janeiro*, existente no Serviço Geográfico do Exército, a que aludimos no princípio dêste trabalho, indica-a também, porém com mais detalhes. Por ela ficamos sabendo que o que aqui parece um coroamento de pirâmide acachapada, era, na verdade, um telhado de ponto baixo. Além disso, o granito do sôco e dos cunhais até a sineira é mais antigo e diferente do das ombreiras das janelas e do coroamento final da torre.

Só estudos mais apurados, pelos técnicos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, poderão esclarecer esta pergunta criada pelo nosso *Prospecto*.

Adiante, temos a velha *Alfândega*, n.º 19 (n.º 41 da *Planta*) cujo casarão se estendia desde a rua Direita (atual 1.º de Março) até a praia de então, e dava para uma ponte de desembarque de mercadorias. Da fachada dêste prédio do século XVII, deixou-nos fiel aquarela o artista vienense Thomas Ender. ⁽²⁶⁾

Junto à Alfândega, sem indicação, vê-se uma pequena torre encimada por uma cruz e não conseguimos atinar o que fôsse. A solução se complica, uma vez que sabemos que existem grandes erros de perspectiva no panorama.

Já o mesmo não acontece com a atual igreja de N. Sra. da Conceição e Boa Morte, que admiramos na sua feição primitiva,

(24) Todas estas informações foram colhidas nos Arquivos da DPHAN. Pasta Igreja da Penitência. Vide fotografia de Malta, de 1910.

(25) Coaracy, ob. cit., pág. 67 e Roberto Macedo no *Correio da Manhã*, 1-9-40.

(26) Gilberto Ferrez — *O velho Rio do Janeiro através das gravuras de Thomas Ender*. (No prelo).

de 1735, quando se construiu a igreja em lugar da ermida.⁽²⁷⁾ Como vemos, não tinha torre, tendo na fachada um grande frontão barrôco, assim como a cúpola do altar-mor. É designada pelo nome de *Hospício*, n.º 20, e por *Hospício dos Pardos* na *Planta*, n.º 27, e ficava, como ainda hoje, entre as ruas dos Ourives (Miguel Couto), Rosário, e a rua que lhe tomou o nome — Hospício (Buenos Aires). Dez anos após o *Prospecto*, sofreria grande reforma, conforme se depreende da data de 1785, que encima a portada nobre e que lhe alterou por completo o estilo barrôco, para neo-classico.

Seguem-se mais igrejas que eram, na época, com raras exceções, os edificios mais notáveis da cidade. O n.º 21 (n.º 30 da *Planta*) revela-nos a antiga igreja da *Candelaria* que seria, a partir de 1775 a 1811, substituída pela imponente construção atual. Como quase todas as igrejas, até então, tinha sua torre singela, com duas sineiras em cada face, encimada por coroamento piramidal, terminando-se por grimpá com cruz e catavento. É mais um exemplo do imenso valor iconográfico do nosso *Prospecto*, pois até agora não tínhamos idéia de como fôsse esta antiga igreja. Foi justamente no ano em que se fez este *Prospecto*, que se propôs e foi aceito construir a nova igreja porque — «estando ha sete annos bem manifesta a ruina da Igreja e crescendo de tal forma que, para evitar-lhe as terriveis consequencias, já os fieis se privavam de assistir aos actos que n'ella se celebravam» — e neste mesmo ano, a 6 de junho, foi sagrada a primeira pedra com assistência do Vice-Rei Marquês de Lavradio.⁽²⁸⁾

O próximo edificio é um atestado de que o autor anônimo do panorama tinha mais cultura que nós, atualmente, que tivemos a ousadia de derrubar uma das maiores preciosidades arquitetônicas, não da cidade, mas do Brasil. A Igreja de S. *Pedro*, n.º 22 (n.º 28 da *Planta*) era, por sua concepção, sua construção toda em linhas curvilíneas (no estilo de Borromini) não só interiormente como externamente, por sua primorosa talha, um edificio único. De tal modo impressionou o nosso artista que, como na Lapa dos Mercadores, exagerou-lhe as proporções, para destacá-lo dos demais, como que querendo indicar o alto valor e a importância que a nobre igreja possuía.

O corpo principal era elíptico e coberto por cúpola, no que foi a primeira a ter tal inovação em todo o país, e terminava por um lanternim. Suas duas torres eram cilíndricas. Interiormente,

(27) Notas de Noronha Santos para a DPHAN, na Pasta Igreja da Conceição e Boa Morte.

(28) José Victorino de Souza — *A Igreja da Candelária desde a sua Fundação* — Rio 1889, págs. 11/12.

a delicada e deliciosa decoração em estilo rococó, de magnífica talha dourada, tornava-a mais um salão nobre que o interior de uma igreja. Aqui, as proporções eram perfeitas, as formas originais e nunca vistas em igrejas luso-brasileiras coloniais. Construída de 2-8-1733 a 1738 ⁽²⁹⁾ e consagrada em 1742, nela estavam sepultados (oh! ironia!), alguns dos maiores historiadores da cidade do Rio de Janeiro, como sejam: Monsenhor Pizarro, autor das *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* e o Cônego Luís Gonçalves dos Santos (o Padre Perereca), autor das *Memórias para servir à História do Reino do Brasil*, além do grande músico Padre José Maurício Nunes Garcia e o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga.

Não podemos silenciar os nomes dos responsáveis por tal atentado: o Prefeito Henrique Dodsworth e os próprios irmãos que não tiveram nem a ombridade de entregar à nação o pouco que se salvou — a obra de talha e que lhe pertencia, uma vez que a igreja foi desapropriada por quantia vultuosa e tentadora. Tudo aquilo foi vendido por preço vil, a um antiquário de Copacabana que o revendeu a pêsso de ouro, aos pedacinhos, como proveniente de uma velha igreja em ruínas (!) do interior da Bahia, e ainda teve o desplane de oferecer peças à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que assim iria adquirir o que de direito lhe pertencia!

A seguir vem S. Domingos, n.º 23 (n.º 15 da *Planta*), que também foi destruída em 1942, com a abertura da Avenida Presidente Vargas. Datava de 1706 e posteriormente, em 1791, ⁽³⁰⁾ teve a torre e o frontão reto alterados. Aqui vêmo-la no seu aspecto primitivo e singelo.

O n.º 24 (29 da *Planta*), é a igreja de Santa Rita, da qual percebemos as linhas curvas do frontão barrôco e sem torre. Dela disse Balthazar da Silva Lisboa — «levantada (a capela) pelas esmolas do povo, e pela piedade de hum Manoel Nascentes Pinto, que muito despendeu nela no ano de 1725» ⁽³¹⁾ e Vieira Fazenda prova que foi edificada anteriormente a 1719. ⁽³²⁾

No morro da Conceição, cuja falta de perspectiva do desenho, dá-nos idéia de ser uma continuação do de S. Bento, temos desenhado o *Palácio da residência dos Bispos*, n.º 25, e o *Forte da Conceição*, n.º 26 (respectivamente 17 e 18 na *Planta*). O pri-

(29) Pizarro — Obr. cit. vol. 2, págs. 241/42.

(30) Noronha Santos, em notas da obra do Padre Perereca, vol. I, pág. 114.

(31) Obr. cit., págs. 177/8 do 1º vol.

(32) Antiquilhas, pág. 115 do vol. 4º.



N.º 11 Fotografia de Marc Ferrez de 1900 — Igreja de S. Pedro

meiro está representado na fase primitiva; posteriormente, em 1804, ser-lhe-ia acrescido um frontão reto na parte central, seguindo-se-lhe uma platibanda. Antes de ser Palácio Episcopal, fôra convento dos barbadinhos, isto antes da invasão francesa de Duclerc. Desta fase, temos um bom aspecto no panorama de *St. Sebastien Ville Episcopale du Brésil* de 1695, que ocorre no livro de Froger — *Relation du voyage de Mr. de Gennes au Dectroit de Magellan* — Paris, 1699.

Já a Fortaleza da Conceição foi construída pelo Conde da Cunha (1763) e, em 1768, Jacques Funck, em relatório sobre o estado das fortalezas do Rio, dizia desta:

«...les Murailles et les Parapets sont dans un très mauvais Etat et presque en ruine; rien n'est plus facile, que de la surprendre, telle qu'elle est apresent»; ⁽³³⁾

E, pela «*Relation des Ouvrages faits dans la Forteresse de Conceição, 1771*» ⁽³⁴⁾ do mesmo autor, sabemos que fôra reparada e devia estar com o aspecto que apreciamos aqui.

Findando a série de igrejas, temos, por fim, o *Convento de S. Bento*, n.º 27 (19 na *Planta*), por onde se chegava pela ladeira do mesmo nome. É a maravilhosa igreja e mosteiro cuja história artística e da construção, assim como de grande área adjacente, está completamente elucidada, graças ao livro do erudito monge beneditino D. Clemente Maria da Silva-Nigra — *Construtores e Artistas do Mosteiro de S. Bento*.

A planta original de todo êste conjunto é do engenheiro Francisco de Frias da Mesquita e data de 1617. As obras principiaram pela igreja nova em 1633, que inaugurou-se em 1641. Levaria ainda mais de 100 anos para tudo terminar.

«...Frei Bernardo de São Bento Corrêa de Souza (mestre de obras) ao tomar o hábito, em 1668, já encontrara ali o angélico pintor Ricardo do Pilar e o infatigável toreuta Domingos da Conceição da Silva. Durante 25 anos, os três artistas, na mais perfeita distribuição de talentos e na mais completa união de esforços, enriqueceram o mosteiro de tal modo que êste se tornou, do ponto de vista da arquitetura, da pintura e da escultura, o monumento mais considerável erguido no Brasil durante a remota era seiscentista» ⁽³⁵⁾

(33) «*Relation Generale de toutes les Forteresses à Rio de Janeiro 1768*» — Arquivo de Clado Ribeiro de Lessa.

(34) Arquivo de Clado Ribeiro de Lessa.

(35) D. Clemente Maria da Silva-Nigra, ob. cit., pags. 72, 73 e 83..

Ao pé da ladeira de S. Bento, vemos a *Casa da Junta* que está indicada sòmente na *Planta*, n.º 39, e que seria demolida, em parte, pouco após, como se prova pela planta existente no Serviço Geográfico do Exército, que traz o título: «Demonstração do Arsenal que mandou fazer, nesta Cidade do Rio de Janeiro, o Ill^{mo} e Ex^{mo} Conde da Cunha, do Conselho de S. Magestade, e do de Guerra, Tenente General de Seus Exercitos, e General d'Artilheria do Reino, Capitão General de Mar e Terra, e Vice-Rei de todo o Estado do Brasil» que data mais ou menos de 1780 e onde indica com a letra E: *Resto das Cazas da Junta, q̃, neste lugar havia.*

Estas *Cazas da Junta* eram os armazéns e escritório da poderosa e odiosa companhia que tinha o monopólio do comércio, entre a Colônia e Portugal — *Junta do Comercio da Companhia Geral*, criada em Portugal, em 1649.

A grande Fortaleza da *Ilha das Cobras*, n.º 28 (32 da *Planta*) foi projetada, desenhada e executada pelo grande engenheiro português José da Silva Pais e era dividida em três partes: a de S. José, com capela, casa do governador e corpo da guarda; a do Pau da Bandeira, no centro; e a do forte de Sto. Antônio, a ponta alongada e baixa, em direção da ilha dos Ratos.

O primeiro forte, o de S. José, datava de 1624, mandado construir por Martim de Sá, na parte alta da ilha.

Em 1638 Salvador Corrêa de Sá e Benevides deu-lhe novas e mais amplas formas passando a chamar-se de forte *Santa Margarida da Ilha das Cobras*. O da ponta, na parte baixa, ficou pronto em 1709/10, e chamou-se de Sto. Antônio. Foi Luís Vahia Monteiro, o Onça, que conseguiu de D. João V, que lhe enviasse o notável engenheiro militar José da Silva Pais que «finalmente havia de completar e superar todos os projetos existentes, construindo a maior fortaleza da América!»⁽³⁶⁾ a qual ficou quase terminada em 1737.

Em 1768, Jacques Funck, no Relatório sòbre as fortalezas do Rio, acima citado, dizia desta fortaleza:

«Les murailles et les Parapets sont partout très mal fabriqués, et mal conditionés, presque prêts a tomber en ruine; et presque

(36) Devemos estas informações ao trabalho inédito de D. Clemente Maria da Silva-Nigra, para a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional — *Ensaio histórico, documentado sòbre a Ilha das Cobras e sua fortaleza*, que é mais um notável e erudito trabalho que a cidade deve ao monge beneditino.

toutes les lignes de defense sont mal flanquées, quelques unes point de tout ...»⁽³⁷⁾

A *Ilha dos Ratos*, n.º 29 passou a chamar-se, depois de aumentada, de Fiscal, e hoje está ligada ao Arsenal de Marinha.

O n.º 30, *Praya do Peixe* (38 da *Planta*) é onde está atualmente o Entrepasto de Pesca e constava de uma série de barracas ou melhor, telheiros, onde se vendia o pescado, o que podemos apreciar numa das aquarelas tão elucidativas de Thomas Ender.⁽³⁸⁾

Para terminar, o *Prospecto* indica o *Corcovado* e os *Montes que se avistão e cercão a cidade pelo reconcavo*.

Naturalmente numa vista panorâmica da cidade, feita do mar, em frente à atual Praça 15 de Novembro, muita cousa não podia ser vista pelo artista; daí a sua clarividência em juntar uma planta correta da cidade, que vem preencher certas lacunas e que nos revela outras informações preciosas e corrige, para o estudioso, os erros de perspectiva do *Prospecto*.

Assim, ficamos sabendo que no morro da Glória, além da igreja de N. Sra. do Outeiro da Glória, outra obra capital na história artística do Brasil, só existiam dois casarões. O que lhe ficava atrás seria, provavelmente, no local da atual propriedade do Sr. Alvim Menge, cujo edificio original datava do princípio do século XVIII, e o outro, que ainda lá está, em perfeito estado de conservação, apesar de transformado em casa de moradia coletiva, o que faz honra à boa índole dos seus habitantes, e que deveria ser tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Na Lapa está assinalado o *Seminário* n.º 2. Era o Seminário da Lapa do Destêrro para onde foram os carmelitas, depois de cederm o seu convento para dependência do Paço Real da cidade.

O que restava da lagoa do Boqueirão não fora ainda aterrado (a partir de 1779) com o desmonte do morro da Mangueira, que nada mais era que um espigão do de Sta. Teresa e por onde descia o primeiro aqueduto da Carioca para chegar ao largo da Carioca (n.º 11), passando por trás do Convento da Ajuda (n.º 3) conforme se vê pelo n.º 40 — *Arcos antigos do Carioca* e que já estavam se arruinando em 1735, abandonados e substituídos pela obra monumental dos Arcos, n.º 34, de Gomes Freire de Andrada, a partir de 1750.⁽³⁹⁾

(37) Arquivo de Clado Ribeiro de Lessa.

(38) Gilberto Ferrez — Obr. cit.

(39) Noronha Santos — «Aqueduto da Carioca» in *Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, nº 4, págs. 22/23.

Os n.^{os} 42 indicam a *Valla por onde o Carioca dezagôa*, e daí a rua da Vala, mais tarde Uruguaiana, e o n.^o 43 — *Cano subterraneo por onde vai agoa para as fontes* e daí a rua do Cano, que seria prolongada até a praça 15 de Novembro actual e passaria a chamar-se de 7 de Setembro.

Com o n.^o 4 temos o *Seminario de S. Joze*, fundado pelo bispo D. Antônio de Guadalupe, em 1740. Na encosta do Castelo — o *forte de S. Jenario*, n.^o 35, que era um baluarte ajudando a fortaleza de S. Sebastião a defender esta parte da cidade.

A planta nos mostra, também, a topografia do morro onde fundou-se a cidade, o do Castelo, assim como, ainda em meados do século XVIII, que, a partir do largo de S. Francisco — onde se construía a Sé Nova (n.^o 14) — era quase tudo campo.

O largo do Rocio estava principiando a formar-se; quanto ao de Santa Ana, era apenas grande capinzal.

O n.^o 19, indica não sòmente o *Convento de S. Bento*, aliás mosteiro, como a *Quinta dos padres*, que era uma extensa área de terras no centro da cidade.

Por outro lado, o litoral da Prainha, Valongo, Saco do Alferes, já era bem povoado e de boas casas, como provam alguns dos desenhos de Ender, no princípio do século seguinte.

É pena que esta *Planta* não indique, como o faz a *Planta do Prospecto do Recife*, de que falamos logo no princípio dèste trabalho, a nomenclatura de tôdas as ruas, bêcos, e praças da cidade; assim sendo, deixamos de ter, sem maior esforço, o nome de todos êstes logradouros, em 1775.

Oxalá que outros panoramas ou vistas do Rio de Janeiro, dos séculos XVII e XVIII, sejam descobertos, o que muito nos facilitaria uma visão rápida dos desenvolvimentos da cidade através do tempo e derimiriam pontos obscuros desta época.

BIBLIOGRAFIA

- BATISTA, Nair — «Valentim da Fonseca e Silva», in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.^o 4.
- CARDIM, Fernão — *Tratados da terra e gente do Brasil* — Rio, 1925.
- Catálogo da Exposição de História do Brasil* — Vol. 9 dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro de 1881/82* — Rio, 1881/82.
- COARACY, Vivaldo — *O Rio de Janeiro no século 17* — Rio, 1944.
- CRULS, Gastão — *Aparência do Rio de Janeiro* — Rio, 1949.
- FAZENDA, José Vieira — *Antiquilhas e memórias históricas do Rio de Janeiro* — Vols. 140, 142, 143, 147 e 149 da *Revista do Instituto*



N.º 2 Detalhe da parte esquerda da vista panorâmica do «Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... em 1755», que ocupa a largura e pouco menos da metade da altura do desenho e mede, no todo, 235 x 910 mm.



N.º 3 Detalhe da parte direita da vista panorâmica do «Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... em 1775».



N.º 4 Outro detalhe do «Prospecto da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro... em 1775.» É a Planta da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, com legendas explicativas dos principais edifícios, que está no canto esquerdo debaixo do Prospecto e mede 321 x 468 mm. Essa planta foi copiada por Luís dos Santos Vilhena da esplêndida — Carta Topographica da Cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro tirada e executada pelo Capitão André Vaz Figueyra, Academico da Aula Militar. Anno d' 1750, com ligeiras modificações.

Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio 1921, 1923, 1924 e 1927.

- FERREZ, Gilberto — *O velho Rio de Janeiro através das gravuras de Thomas Ender* — No prelo.
- FROGER — *Relation du voyage de Mr. de Gennes au detroit de Magellan par le Sr. Froger* — Paris, 1699.
- FUNCK, Jacques — Manuscritos diversos, inéditos, no Arquivo do Dr. Cláudio Ribeiro de Lessa e na Biblioteca Nacional.
- HEITGEN José — Relatório existente na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, na pasta «Igreja da Lapa dos Mercadores».
- LEITE, Serafim — *História da Companhia de Jesus no Brasil* — Lisboa e Rio, 1938/1950.
- MARIANO FILHO, José — *Os 3 chafarizes do mestre Valentim* — Rio, s.d.
- PIZZARRO ARAÚJO, monsenhor José de Souza Azevedo — *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* — Rio, 1948.
- SANTOS, Noronha — «Aquaduto da Carioca», in *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.º 4; vários trabalhos e notas no Arquivo da D.P.H.A.N.; notas ao livro do Padre Pererêca, *Memórias para servir a História do Reino do Brasil* — Rio, 1943.
- SANTOS, Luís Gonçalves dos (Padre Pererêca) — *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* — Rio, 1943.
- SILVA-NIGRA, D. Clemente Maria da — *Construtores e Artistas do Mosteiro de S. Bento do Rio de Janeiro* — Salvador, 1950; *Ensaio histórico, documentado sobre a Ilha das Cobras e sua fortaleza* — trabalho inédito na D.P.H.A.N.
- SMITH, Robert C. — *The Caetano Prospect: an eighteenth century view of Brazil* — separata da *The Americas*, vol. X, abril 1954.
- SOUZA, José Victorino de — *A igreja da Candelária desde a sua Fundação* — Rio, 1889.
- VILHENA, Luís dos Santos — *Recopilação de notícias soteropolitanas e brasílicas contidas em XX cartas* — Manuscrito da Biblioteca Nacional.

AUTÓGRAFOS DE CLAUDIO MANUEL DA COSTA

M. RODRIGUES LAPA

Em 1764, o Governador de Minas Gerais, Luís Diogo Lobo da Silva, decidiu fazer uma longa viagem de inspeção pela comarca do Rio das Mortes. O fim principal era — bem entendido — promover uma arrecadação mais volumosa para a Real Fazenda, sustando os extravios do oiro, que se faziam em larga escala pelas fronteiras de São Paulo, para o que era indispensável abrirem-se estradas que fizessem cômoda ligação com S. João del Rei. De passo, examinavam-se os Registros e estabeleciam-se outros em S. Pedro de Jacuí, Ouro Fino e Jaguarí. Também era indispensável fiscalizar a situação de terras extensíssimas, cujos donos as deixavam por lavrar, por falta de mão-de-obra. A êste respeito, em carta de 3 de julho de 1767 para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o Governador, felicitando-se de ver aprovadas as medidas que tomou nesse longo giro, para evitar os descaminhos do oiro, explica melhor :

“Os ditos descobertos vão florescendo, depois que fiz a digressão, que julguei necessária para os animar; e como com a minha jornada, a que não houve pequena oposição, se facilitaram os caminhos necessários para êles, e nas datas que se permitiram de sesmarias e terras minerais, atendendo nas primeiras aos miseráveis gratuitamente sem despesa para se povoarem, se conseguiu o conhecimento da fertilidade delas e interessante pinta com abundância de águas, que brindam sem tanto custo ao seu labor, se desvaneceram as sinistras idéias com que alguns, desacreditando-os em públicas e iguais declamações, os representavam estêreis e inúteis, no projeto de se senhorearem com quatro ou seis interessados de tôda a grande extensão dêle e seus haveres, a qual sustentavam tão tenazmente, que me foi preciso não só rebater-lha, mas contra as maiores persuasões sacrificar-me, na incerteza a fazer o giro de quase quatrocentas léguas, de que se veio a conseguir não só ir-se povoando e multiplicando serviços, mas aumentar-se o rendimento da Casa da Intendência da Co-

marca do Rio das Mortes, de que tenho esperança que, pelo tempo adiante, exceda a do Sabará e possa igualar a desta Vila.” (1)

Acompanhavam-no nessa visita de inspecção o Secretário do Governo, Dr. Cláudio Manuel da Costa, o Provedor da Real Fazenda, Dr. José Gomes de Araújo, e o Intendente do Oiro do Rio das Mortes, Dr. Manuel Caetano Monteiro. Foi uma digressão difícil, por terras sertanejas, que devia ter abalado um homem de vida sedentária como o Dr. Cláudio, o qual nenhuma vantagem material dela auferiu, antes pelo contrário: a excursão foi feita à sua custa, “segurando os povoadores nas suas terras com as cartas de sesmaria e provimentos de officios, que lhes passava a muitos dêles sem salário, por serem pobres”, como escreveria mais tarde no processo para o provimento do cargo de Procurador da Coroa e Fazenda, que em breve publicaremos. O que foi êsse passeio de 400 léguas pode avaliar-se por êste trecho curioso de uma carta que o Provedor Araújo escreveu a seu irmão em 8 de março de 1765 :

“Em 3 de dezembro do ano passado me recolhi com o Governador a esta Vila, depois do largo giro que em sua companhia me fêz dar à Comarca do Rio das Mortes, aonde com perda de fazenda e os maiores incômodos de corpo andamos três meses e vinte dias por matos e sertões agrestes. Êle informa do que fêz ao Ministério, e como me não pode negar a parte que me pertence, me contento só por agora em mostrar nas certidões 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a o tempo que gastei na jornada, que tôda a fiz à minha custa, sem ao menos (como era costume) me servir dos cavalos das tropas, indo como vedor geral na mostra e primeira matrícula que se principiou nesta Capitania; e que fiz avaliar todos os officios, que naquela comarca do Rio das Mortes estavam sem lotação; e que reduzi a ordem a grande soma que nos mantimentos dos cavalos roubavam os soldados dragões destacados em todos os quartéis da mesma comarca; e que restaurei o contrato das passagens do Rio Grande, que estava totalmente perdido. Mas fiz, mas não tenho tempo para tirar mais certidões. Todos os outros papéis que te remeto são cópias dos que nesta viagem me mandou fazer, a bem da arrecadação da Fazenda Real, que todos saíram da minha mão, sendo eu quem dei as providências, o que te aviso, por que se não verifique em mim o oráculo de Vergílio :

Hos ego versiculos feci, tulit alter honores.

(1) Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos avulsos de Minas Gerais*, Maço 43.

E como tudo pode servir, tudo mando. Eu remeto ao abade um roteiro desta viagem, em que padeci quanto não sei enca-recer". (2)

Esta carta poderia lançar no nosso espírito a dúvida de que os têrmos adiante publicados, sendo escritos por Cláudio Manuel da Costa, não fôsem pròpriamente da sua lavra; mas não : o Provedor só redigiu os documentos de ordem técnica, como se vê da *Instrução por que se deve regular o soldado Francisco de Sousa e todos os mais que lhe succederem em o Registro e Patrulha de Ouro Fino*. (3)

As atas pròpriamente das sessões, o relato das decisões tomadas e até a minuta de um ou outro discurso do governador pertenciam naturalmente ao secretário, letrado bem suficiente para tal.

É de notar que a carta do provedor parece traduzir certa desconfiança acêrca do governador. Seria o comêço da grave incompatibilidade que opôs os dois altos funcionários. Nas cartas de Lobo da Silva, escritas para Lisboa em 1766, são constantes e quase impertinentes as censuras ao provedor : tinha um mulato a seu serviço com habilidade para falsificar letras e assinaturas, era demasiado ambicioso e levava vida irregular. E como Manuel da Costa manifestava pelo provedor uma alta consideração, traduzida naquele *Romance heróico* que lhe dedicou em vida (*Obras Poéticas*, I, 173-179), talvez fôsse êste elogio ao "ministro inimitável", que cavasse a discórdia entre o secretário e o capitão-general, obstando a que aquêlê fôsse reconduzido no seu pôsto.

O historiador mineiro Diogo de Vasconcelos teve conhecimento do têrmo de 26 de novembro e utilizou-o, completado com outros documentos, na sua *História média de Minas Gerais*, acentuando o incremento da população naquele vasto território. Também corrige com razões atendíveis o êrro do secretário do Governo ao datar do dia 15 de agôsto a partida de Vila Rica, quando em realidade os excursionistas partiram a 20 dêsse mês, e explica o fato : «O êrro do Dr. Cláudio, que aliás está confirmado no original do auto, é provâvelmente um lapso de memória. Lavrando êste auto no dia logo seguinte ao da chegada, em regresso de tão penosa êxcursão, devia estar fatigadíssimo, apesar de seus trinta e seis anos apenas de florecente idade, e talvez que por demais apoquentado com a barafunda do expediente e visitas. O que é certo é que, pelo expediente que examinamos,

(2) Arquivo Histórico Ultramarino, *Documentos em organizaçã- de Minas*, Maço 47.

(3) *Documentos avulsos de Minas*, Maços 43 e 44.

Summa de la vida de San Juan de los Rios
San Juan de los Rios

El San Juan de los Rios es un pueblo de la provincia de San Juan de los Rios, situado en la orilla izquierda del Rio de San Juan, a una legua y media de la ciudad de San Juan de los Rios. Este pueblo fue fundado por el Sr. Don Juan de los Rios, en el año de 1565, y desde entonces ha sido una de las principales ciudades de la provincia. El Sr. Don Juan de los Rios, al fundar este pueblo, tuvo en cuenta la necesidad de tener una ciudad segura y fuerte, y por eso la fundó en un lugar elevado y rodeado de cerros. Desde su fundación, este pueblo ha crecido y se ha convertido en una de las más importantes ciudades de la provincia. En la actualidad, San Juan de los Rios es una ciudad moderna y desarrollada, con una gran variedad de servicios y comodidades para sus habitantes. La ciudad está rodeada por hermosos paisajes y tiene un clima agradable. San Juan de los Rios es una ciudad que merece ser visitada y disfrutada.

[illegible]

temos restaurado pouso por pouso essa longa jornada, e sem erro fixamos o dia 20 para a partida de Vila Rica" (*Obra citada*, pág. 233). Já sabemos agora, pela carta do Dr. José Gomes de Araújo, que a entrada em Vila Rica foi a 3 de dezembro.

TERMO DE JUNTA SE FES A RESPEITO DA PONTE CHAMADA
DO MARINHO NO RIO GRANDE

Aos vinte dias do mes de Novembro de mil sete centos secenta e quatro no Rio Grande nas cazas de Apozentadoria do Illm.º e Exm.º Snr. Luis Diogo Lobo da Silva, Governador e Cappitam General desta Capitania de Minas Geraes sendo ahi prezentes o D.ºr Dezembargador e Provedor da mesma Capitania Jozé Gomes de Araujo, e o D.ºr Intendente da Comarca do Rio da mortes Manuel Caetano Monteiro para effeito de examinarem huma ponte, com que sem licença de S. Mag.ªe tinha fraudado os seus reaes direitos, o morador da fazenda chamada do Marinho, permetindo por ella, ou passagem franca, ou algũ mal acautelado portão, ao qual sem respeito da goarda melitar destacada neste mesmo rio, se tinham arojado alguns moradores, e viandantes, escandalosamente arombando de noute por mais de huma vez, repetindo este facto sem temor da Justiça, fiados em que com o escuro da noute, seria invencivel a precisa averiguação de semelhante temeridade, com que tinham fraudado a passagem real no mesmo rio de tantos annos estabelecida, avendo cido de tanta utilidade, que em alguns dos seus trienios unida com a do rio das mortes, tinha chegado a render sincoenta e sinco mil cruzados, sem que hoje se encontre quem a queira rematar, de que procede acharsse por conta de S. Mag.ªe com mais despeza na goarda melitar, que rendimentos, exposta a estes, e outros insultos que se tem cometido por todo êste rio grande, já com levantes de dia, já valendosse da noute em citio dezerto, e sem mais morador que o dono da dita fazenda, constando pello dito de todos os vezinhos deste destrito, que havendosse posto hum portão â menos de dez dias, forte, e com chave, sô existira dous, ou tres, porque de noute o vierão arambar, e deitar ao rio, sem embargo de se achar no citio, e guarda da dita ponte o soldado Andrê de Souza.

E porque todos estes factos necessitavão de eficaz providencia em segurança dos Direitos Reaes em os rios caudelozos, determinarão que a ponte que dava cauza a estes excessos se demulisse permitindosse só aos moradores do barranco do rio a passagem livre nas suas canoas, na forma que as reaes ordens, e condissoẽns dos contratos determinão, e que se não permitisse, sem Licença de S. Mag.ªe, ponte alguma em todo este rio por

ser caudelozo, e constituir huma não pequena parte das reaes rendas, e de como asim se determinou mandou o Illm.^o e Exm.^o Snr. Gov.^{or} e Capp.^{am} Gn.^{al} fazer este termo que assignou com os ditos Menistros acima nomeados. e Eu Claudio Manoel da Costa Secretário do Governo o Escrevy = Luis Diogo Lobo da Silva. = Jozé Gomes de Araujo = Manoel Caetano Monteiro.

PROVIDENCIAS QUE SE DERÃO 'A RESPEITO DAS PONTES
DE MANOEL ALVES E DIOGO GARCIA

Aos vinte e hum dias do mes de Novembro de mil sette centos secenta e quatro no rio grande nas cazas de apozentadoria do Illm.^o e Exm.^o Snr. Luis Diogo Lobo da Silva Governador e Capitão General desta Capitania de minas geraes, sendo ahi presentes o Dezebargador e Provedor da mesma Capitania Jozé Gomes de Araujo, e o Doutor Intendente da comarca do rio das mortes Manoel Caetano Monteiro, para o effeito de examinarem duas pontes com que, inda faltando licença de S. Mag.^{de}, animozamente se arojarão a fazellas os moradores das fazendas chamadas de Manoel Alves, e Diogo Garcia, vezinhas ambas na distancia de pouco mais de huma legoa, com as quaes posto que constou por informassoens as mais exactas, nunca derão passagem tendoas com toda a cautella fichadas com portoens, chaves seguras, que os mais moradores, e viandantes por se acharem defendidos nunca arombarão, com tudo se podião temer expostas a alguma fraude, com que, asim como em outras, se deminuissem os reaes direitos na passagem real em hũ Contrato de tanto pezo, que chegou a render unido ao do rio das mortes em alguns dos seus triênios a exceciva quantia de vinte e dous contos de reis, achandosse hoje em tanta decadencia, pella facilidade destas, e outras pontes de mâ fé, que na falta de rematante dous annos hã, existe por conta de S. Mag.^{de} com guarda militar, a que não pode servir a sua vigilancia, para que inteira mente se evitem estes descaminhos em tanto prejuizo da real fazenda, como escandallo dos que barbaramente chegão a proferir, que este rio sem embargo de ser caudelozo, e dos que constituem direito real na forma prescripta em a ordenação, e regimentos da fazenda, hé livre, passando os absurdos de arombarem alguns portõens, humas vezes furtivamente, e outras com levantes; E porque, todos estes factos, e decadencia em que se achava este contrato, pedião as mais serias providencias em segurança do Patrimonio Regio, determinarão (emquanto S. Mag.^{de} não mandar o contrario) que visto os ditos moradores se acharem sem os indicios

de animarem aos passageiros, e viandantes, guardados os seus portoens, e com a segurança precisa, se lhes conservassem por agora as suas pontes, obrigandosse elles por termo que assignariaõ em a Provedoria, a que por ellas não passassem livremente outros moradores que os do barranco do rio, na intelligencia de que este Previlegio se estendia, na forma das reaes condissoẽs a todos os seus socios, agregados, escravos, gados e frutos fabricados em o mesmo barranco do rio, sendo todos os mais obrigados a pagarem as passagens estabelecidas, e ainda estes as dos frutos de outras quaesquer fazendas que possuão, constando não são das da margem do barranco, ao que faltando, alem das penas estatuidas aos mencionados preveligiados, quando em fraude dos contratos dão passagens extranhas, ficariaõ sujeitos a que logo, provado que fosse, se lhe demulisses as pontes, e que em melhor segurança dos direitos competentes, mais se obrigassem a que continuando este contrato por conta da real fazenda elles, e cada hũ em o seu respectivo porto, fossem os fieis administradores destas passagens, de que darião de seis em seis mezes por sy ou seus procuradores razão em a respectiva Provedoria mandandosselhe a esse fim hum livro em que fizessem todos os acentos, e pello qual dessem com facilidade as suas contas, ao que não seriaõ violentados achandosse rematado o dito contrato, porque sendo assim se ajustariaõ nesse cazo aquellas passagens que lhe são prohibidas, penna de ficarem responçaveis aos mesmos contratadores; E porque em as condissoẽs dos contratos na sua criação, se não servião ainda os moradores das minas de transportarem os seus frutos em carros; e por essa razão nella foi omiço quanto devião pagar na passagem delles, uniforme mente acentarão se cobrasse de cada hũ a quantia de trezentos reis de prata, emquanto S. Mag.^{de} tambem não rezolvece o contrario, e isto em beneficio publico, bem advertido comprehenderemse só aquelles carros, em que se carregassem frutos dos mesmos moradores, e emquanto existissem as mencionadas pontes, pois a uzarem de cautella de transportarem nelles outros quaesquer generos expreços nas condissoẽs, pagariaõ a esse respeito o que já nella se acha determinado, fazendosselhe a conta por carregos; e de como assim se determinou, mandou o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Gov.^{or} e Capp.^{am} General fazer este termo em que assignou com os ditos Menistros acima nomeados. e Eu Claudio Manoel da Costa Secretario do Governo o Escrevy. Luis Diogo Lobo da Silva = Jozé Gomes de Araujo = Manoel Caetano Monteiro

TERMO DE JUNTA QUE SE FES A RESPEITO DA
PONTE CHAMADA DO VILLA NOVA

Aos vinte e dous dias do mes de Novembro de mil sete centos secenta e quatro no rio grande, e ponte real, nas casas de Apozentadoria do Illm.^o e Exm.^o Sñr. Luis Diogo Lobo da Silva Governador e Capitão Gen.^{al} desta Capitania de minas geraes sendo ahi presentes o D.^{or} Dezembargador e Provedor da Real Fazenda da mesma Capitania Jozé Gomes de Araujo e o D.^{or} Intendente da Comarca do rio das mortes Manoel Caetano Monteiro, para effeito de examinarem huma ponte, com que sem licença de S. Mag.^{de} (como em outras) tinha fraudado os seus reaes direitos o lecenceado Jozé Ferreira Villa Nova, ainda sem que fôsse morador no barranco do rio, permitindo por ela alguns annos passagem franca, e depois repetindo por algumas vezes hũ pouco defendido portão, ao qual sem respeito da guarda militar destacada neste mesmo rio, alguns moradores ou viandantes escandaloza mente tinhão arombado de noute, sem temor do castigo, animandosse na certeza de ser inaveriguavel quaes fossem os agressores de semelhante atentado, com o que o dito Villa Nova, e mais consocios tinhão fraudado a passagem real no mesmo rio de tantos annos estabelecida, com tanta utilidade da real fazenda, que em alguns trienios houve de rendimento nella, a concideravel quantia de 55 mil cruzados unida a do rio das mortes, sem que hoje se encontre rematante timidos todos dos absurdos, que por alguns tempos se tem continuado, sem o devido respeito a guarda militar, que na dita falta tem administrado este contrato com mais prejuizo da real fazenda nas despesas da costiação, que utelidades dos seus rendimentos pellas causas expreçadas, fazendo-sse tão absoluta mente esta dezordem que sem embargo das repetidas noteficassoẽs com que se quis repremir o dezacordo quando a principiarão, e lhe derão fim, nada bastou que os contivesse, o que se fazia certo por huma carta de ordens do Provedor da Fazenda real Silverio Teixeira; E porque todos estes factos necessitavão de eficaz providência na segurança dos direitos reaes nos rios caudellosos, determinarão que a ponte que dava (e hera segunda nas queixas) cauza a estes excessos se demulisse, permetindosse só aos moradores do barranco do rio a passagem livre nas suas canoas, na forma que as reaes ordens, e condisso-ẽns dos contratos determinão, e que se não permitisse sem licença de S. Mag.^{de} ponte alguma prejudicial em todo este rio por ser caudellozo, e constituir huma não pequena parte dos reaes reditos desta Capitania; Igualmente determinarão, que humas duas pontes que ainda ficavão existindo na Viuva do Saldanha, e do Cazuquim ou ponte da

piedade no mesmo rio por agora se não demulisses, por não constar por queixa que os senhores das fazendas as franqueassem, mãs que logo que assim succedesse se expedissem as ordens competentes para que se demulisses, por não fazer conta a sua administração; E de como assim se determinou mandou o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Governador e Capp.^{am} Gn.^{al} fazer este termo que assignou com os ditos Menistros acima nomeados e Eu Claudio Manoel da Costa Secretario do Governo o escrevy. = Luis Diogo Lobo da Silva = Jozé Gomes de Araujo = Manoel Caetano Monteiro.

PROVIDENCIAS GERAES QUE SE DERÃO POR TODO O CIRCUITO
DA JORNADA QUE FIZEMOS NA COMARCA DO RIO DAS MORTES

Aos vinte e seis dias do mes de Novembro de mil settecentos secenta e quatro annos nesta villa de São João d'El-Rei Comarca do rio das mortes, nas cazas de apozentadoria do Illm.^o e Exm.^o Sñr. Luis Diogo Lobo da Silva Governador e Capitão General desta Capitania das minas geraes; sendo ahi presentes o Doutor Dezembargador, e Provedor da mesma Capitania José Gomes de Araujo, e o Doutor Intendente da dita Comarca Manoel Caetano Monteiro recolhidos do largo giro que derão pellos confins da mesma Comarca, sahindo de villa Rica em o dia 15 de Agosto, e de São João d'El-Rei a sinco de 7br.^o em direitura aos novos descubertos de São João do Jacuhi, São Pedro de Alcantra, e Almas, que distão da mencionada Villa setenta e huma legoas com as passagens do rio grande, onde faz barra o do Sapucahi, de que passarão aos de cabo verde; pellas quazi extintas picadas dos matos, que nova mente se mandarão abrir quanto bastasse para os penetrar pella brevidade do tempo na distancia de vinte e duas legoas e destes para os do ouro fino, com igual trabalho nas vinte seis legoas que medeão passando depois a Comandaocaya, nas vezinhanças do rio Jaguari, registo do Mandû, Sapucahi, Campanha do rio verde, Baependi, Pouzo alto, registo do Capivari; e deste pella serra da Mantiqueira ao Arayal do Tajubá, de que voltarão ao mesmo Capivari por não haver estrada pella Capitania seguindo a Juruoca, cabeceiras do rio grande, e Ibitipoca, de que decerão pello dito rio grande té a ponta chamada da Cachoeira com mais de tres mezes de marchas, e trezentas sincoenta e seis Legoas de caminhos dezabridos e solitarios, tudo a effeito de regularem os mencionados descubertos no modo que fosse mais util a real fazenda e evitarem por tão grande circunferencia os descaminhos do ouro, e

ainda Diamantes; a cujo fim por elles uniforme mente foi reconhecido que sendo todas as providencias té agora dadas depois do restabelecimento do novo methodo das reaes cazas de Fundição as mais bem reguladas segundo o tempo, e as circunstancias do Paiz o pedião para se evitarem os descaminhos do ouro, mostrava a experiencia passados tantos annos a forsa dos novos descubertos necessitarem de outras diverças promptas, e efficazes cautellas digo dos novos descubertos com que se alargou a Capitania das Minas geraes depois de expulsão e extinção dos negros aquilombados, que infestavão a mayor parte dos ditos descubertos necessitarem de outras diverças, promptas e efficazes cautellas para melhor se guardarem as estradas, que com facilidade dão passo aos extraviadores e contrabandistas do ouro com tanto prejuizo dos reaes intereces, como damno dos Povos, na preciza cotta das cem arobas a que por beneficio da mayor clemencia são obrigados; sendo este prejuizo tão patente, como experimentado no anno de 1762 para 1763, o que tudo se poderia evitar por este modo.

Conciderada a grande distancia que medeya entre a Villa de São João d'El-Rei, onde se acha a real caza da fundição do rio das mortes e os novos descubertos ditos São João do Jacuhi, São pedro de Alcantra e Almas pello dilatados Certoêns dos rios Grande, e Sapucahi; e que estes não só prezente mente são bons, mas que podem pella occurrencia dos Mineiros ser muito uteis a real fazenda sendo ao mesmo paço as terras delles as mais ferteis, determinarão seria muito conveniente e indispençavel deixar em o Arayal de São Pedro de Alcantra hũ cabo com dous soldados, que obrigado a patrulhar a unica estrada que guia a Capitania de São Paulo (por ser tudo fixado ainda de matos) invigilasce sobre os descaminhos do ouro; estabalecendosse a esse fim para quantias modicas a promuta do ouro à moeda provincial, e para as de mayor quantia guias que fielmente conduzissem a fundição todo o ouro daquelles descubertos sujeitando tudo as Instrussoêns que para mayor acerto lhe deixou o Ilmo.^o e Exm.^o Sñr. G.^{or}, registadas neste livro a fl. 30 que ficão servindo de parte deste termo; Sendo não menos conveniente facilitar-lhe aos Mineiros outro novo caminho pello rio claro, para que com mais facilidade entrem aos ditos descubertos sem tantos riscos, e perda de tempo, com que mais, e mais adiantarão os serviços mineraes. E por que destes descubertos aos de cabo verde ou Assumpção se segue huma cordilheira de matos e serras sem mais caminho que a picada que se mandou nova mente alimpar para esta averiguação, em que gastarão seis dias, e hé muito conveniente, que pello Centro se comuniquem huns e outros Mi-

neiros, asentarão, ouvidas as pessoas mais praticas, ser util abriresse nova picada a qual ficará vencivel na mesma comunicação com dous dias e meyo de viagem, mandandosse que pella primeira mais se não siga, deixando-a fixar com o mato, e derubando-lhe as pontes, com o que em menos de seis mezes totalmente negará o passo.

Sendo certo que deste descoberto de cabo verde ao do Arayal do ouro fino não há mais caminho que a picada antiga, por onde se descobrio, fixada toda de mato geral, assentarão ser indispensavel guardarsse este dezemboque; pois o fica sendo às minas do dito cabo verde, e ainda as de São João do Jacuhi, e Sam Pedro; Seguindo outra estrada a São Paulo por fora do dito Arayal, em que tambem há algumas faisqueiras posto que de tenûa condição as quaes se devem acautelar seguindo em tudo as despuzissoẽs do regimento de 1751, e Lei de 3 de Dezembro de 1750 criandosse a esse fim hũ registo que bem evite os descaminhos tanto na estrada que segue a esta Capitania, como na que guia a São Paulo ficando deste modo huma e outra sujeita as entradas pello que respeita ao real contrato das passagens, e a permuta da moeda nos que saindo não buscarem para a fundição de seus ouros as guias, que gratuitamente se lhes devem dar em os descobertos de S. Pedro de Alcantra e Almas.

Ao que melhor os persuade a refletir, que sem mais crecida Despeza da Real fazenda antes mais bem regulada se evitão tantos descaminhos; porque concervandosse sem necessidade do tempo da capitação em o Arayal da Campanha do rio verde hũ Escrivão chamado de Guias com o novo methodo fica inutil por distar aquelle destrito da Villa de São Jozé tão somente vinte e sete legoas, todas no centro das minas; pello que com melhor applicação, passandosse a aquelle novo registo com o encargo de fiel delle; e o mesmo soldado destacado em a Campanha se evitão os descaminhos que nella, e suas entradas interiores senão podem temer; e no aberto âquellas são infaliveis.

Igualmente convierão, que o antigo registo chamado de Mandũ senão devia concervar em o citio em que o acharão; porque sendo do Arayal do ouro fino ao do Comandão Caya dezoito legoas, em que pellos mãos passos, serranias, e matos gastarão quatro dias, todo fica de fora, e livre do mesmo registo com a dita estrada daquelle descoberto; devendosse por essa razão passar ao rio chamado Jaguari, que o comprehende; sendo hum dia de marcha regular adiante de Comanda ó Caya, ficando por este modo cercada de guardas a deviza por esta parte com a Capitania

de São Paulo; e dandosse de modo pocível as maons huns aos outros em qualquer occorrença; e por esta forma; do Jaguari ao ouro fino; do ouro fino a cabo verde, e deste pela nova picada aos Arayaes de São Pedro de Alcantra e São João do Jacuhy, estrada corrente pello certão de minas â cabeça da Comarca; fixada esta grande extensão de caminhos com os rios, serras, e matos, que ocular mente examinarão.

E para que não suceda (como té o presente succedia) que quando o soldado dos registos, levando ouro em pô da permuta a Intendencia respectiva fique qualquer dos mesmos registos entregue só ao fiel, e sem quem regule as precizas buscas, e que elle fiel só deve acistir; asentarão que no de ouro fino, ou Jaguari se devião concervar dous soldados para que hũ delles recebida a premuta do ouro fino, e ao do registo a que está de guarda, a leve a real Intendencia entregando depois em os dous registos a moeda que lhe destinarem.

E passando depois a Capivari com treze dias de marchas na distancia de 54 legoas, convierão examinada a circunferencia; em que este registo estava estabelecido em o mais importante; citio, que dava sahida pello rio do mesmo nome â Serra da Mantiqueira com huma unica estrada bem defençavel, mas porque não havia caminho algum, que guiasse as minas de Itajubâ, senão atravessando dous dias pello destrito de Sam Paulo; o que cedia em grande discomodo dos moradores do dito Arrayal e grande damno da real fazenda; pois todo ouro daquella freguezia se expunha a descaminhos; não entrando em a fundição respectiva franqueando â porta a introdução de quaesquer generos na Capitania de Minas, sem a solução dos dividos direitos asim como a sahida dos prohibidos, porque entrando da estrada de Sam Paulo por Capitania diverça a Serra da Mantiqueira por outra das suas quebradas, e sahindo desviados do Arrayal do Itajubâ na distancia de tres legoas encontravão o rio Sapucahi de facil navegação, e em qualquer parte delle que desembarcassem se achavão os contrabandistas em Minas, ou fora dellas, saindo sem perigo algum de confisco pello que acentarão, que se devia abrir hũ caminho, que por entre os matos viesse sahir ao registo de Capivari, onde achandosse fiel, guarda, e a patrulha de antes â aquelle certão destinada seria mais facil, a vigilancia, prohibindosse totalmente aquelle que nenhũ comodo fazia aos moradores; antes lhe cauzava os discomodos que elles tinham experimentado sahindo pella Serra da Mantiqueira â Capitania de São Paulo, e entrando outra vez por ella â de Minas na distancia de trinta e quatro legoas de ida e volta, o que tudo se evitava com esta nova providencia que logo surtiria effeito; mandandosse

cegar aquella sahida que em menos de hum anno até ignorada ficaria; abrindosse a dita estrada franca ao registo de Capivari; e porque se fazia preciso examinar a picada com que Antonio Gonçalves de Carvalho, e outros pouco advertidos socios se animarão a romper os matos da Juruoca com tenção de sahirem em o Continenti do rio de Janeiro, e Costa do mar, o que lhes foi prohibido mandandosse proceder contra elles na real ordem de 9 de abril de 1745 com as penas impostas na Lei de 27 de 8br.º de 1733, a examinação com effeito, sahindo de Capivari á Lagoa da mesma Juruoca, e achando o registo, ou quartel dos soldados que a impedem mal estabelecido; porque não cobria algumas fazendas de moradores, que na mesma se achavão mais ao largo. determinarão se passasse a dita guarda as Cazas de huma ultima fazenda deixada que constou ser de Joaquim Peres, da qual não concentissem passasse para fora pessoa alguma, defendendo se não povoassem mais terras algumas, ficando como fexo os matos, em que elle se principiou; e tambem que de mez em mez pello menos patrulhassem os ditos soldados a estrada chamada do facão; porque posto huma e outra se achasse embaraçada, e sem dar passo pellas impocibilidades que o tempo com os barrancos, e derrubadas lhe tinha feito; com tudo por ficar desviada mais de duas legoas se devia vizitar de quando em quando; a este mesmo fim ordenou S. Ex.^{ia}, se rematasse o antigo quartel, reedificandosse o modernó, de que ficou emcarregado o Doutor Dezembargador, e Provedor da real fazenda.

E seguindo pella Juruoca ao citio chamado de Francisco da Costa nas vizinhanças da Serra da mantiqueira a examinar as terras de hũ novo descuberto; para o qual com ordem do Doutor ouvidor da Comarca se tinham aberto picadas, consignando dia para a sua repartição, que lhes foi impedida pellas que expedio o Illm.º e Exm.º Sñr. Conde de Bobadella; mandandosselhe embaraçar desbarrancar, e patrulhar a boca da picada, acharão que esta estava totalmente impedida, e sem rasto ou signal algum de que mais se tivesse penetrado, e assim hera conveniente estivesse enquanto S. Mag.^{de} não determinasse o contrario; nem se devia permitir de modo algum naquelles matos repartição de terras, enquanto juridica mente e com os mais exactos exames não constasse a sua riqueza; porque nesse cazo, como os matos geraes erão de huma concideravel extenção, e sempre ficarião defensaveis, posto mais ao largo bem se poderia permitir alguma largueza, sem prejuizo da real fazenda, nem perigo, de que se extraviasse o ouro dellas; dandosse-lhe as providencias que nessa ocazião o tempo mostrasse serem mais convenientes, o que não encontrava as ordeñs de S. Mag.^{de} pois forão expe-

didas para impedir a picada da Juruoca, e outros quaesquer caminhos, que se intentassem fora da Capitania; e não para embarçar o lavraremse aquellas terras tendo ouro, que ficarem nos limites della; havendo serras e matos que embarcem a comunicação como nas imediatas se encontravão; pello que lhe parecia, que determinando-o assim o dito Senhor no cazo de terem riqueza; bem se podião lecencear, e por agora se devião recomendar a todos os Capitaens dos destritos, e milicias para que não concentissem, que pessoa alguma rompesse as vertentes embarçadas até nova ordem.

E pello que respeita ao grande saco de terras que forma a mesma Serra da Mantiqueira no citio chamado Ibitipoca, a que depois passarão se achou se não devia impedir a sua cultura, por ser de huma extensão muito grande; e de que rezultarião não pequenos intereces a real fazenda; com tanto que ficassem reservadas as ultimas vertentes da dita Serra, ou matos que impedissem a comunicação para fora da Capitania; tudo debaixo da resolução de S. Mag.^{de}, sendo servido determinallo assim pois lhe parecia não encontrava este parecer as Suas Reaes ordens; permetindosse justo titullo â aqueles moradores que não excedessem a dita Baliza, depois de feitas tôdas as averiguassoens precisas, mandou o Illm.^o e Exm.^o Sñr. Gov.^{or} fazer este termo, que assignou com os ditos Menistros acima nomeados. e Eu Claudio Manoel da Costa Secretario do Governo o Escrevy = Luis Diogo Lobo da Silva = Jozé Gomes de Araujo = Manoel Caetano Monteiro.

ORDEM DO GOVERNADOR PARA ABRIR UIM CAMINHO

Porquanto em o preciso giro que fis por toda a Comarca do Rio das mortes, sahindo pella Barra do rio Sapucahi e rio grande aos novos descubertos de S. João de Jacuhy, e Sam Pedro de Alcantra, viajando por todos os confins da mesma Comarca e Capitania de Sam Paulo, em que tenho gasto mais de dous mezes e meyo caminhando duzentas e tantas legoas, ultimamente cheguei ao Arrayal de Itajubã, para o qual se tem conservado os moradores da Capitania de minas geraes sem caminho algũ, vendosse precisados caminharem dous dias de viagem para se-guirem aos seus negocios, e fundissoens dos seus ouros com o perigozo, e repetido passo na sahida, e entrada da grande Serra chamada Mantiqueira, e por evitar estes prejuizos, e lhe facilitar a entrada a Capitania a que são sugeitos, ordeno a fulanos

que associados com os moradores deste destrito abirão hum caminho que indefetivelmente haja de sair ao registo de Capivari, evitando assim os descaminhos que nesta nova estrada se poderiam seguir a real fazenda e para que assim o cumprão por outra Portaria, virão a encontrar se com elles os moradores da freguezia do Pouso alto, aos quais também hé muito conveniente, e quanto a todas as mais providencias que nesta resolução são precisas, ficarão acauteladas em o termo a que mandei proceder e ficará registado junto com esta Portaria. Tajubá, etc.

ITINERÁRIO GEOGRÁFICO OU PLÁGIO TIPOGRÁFICO?

MIGUEL COSTA FILHO

A *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, no volume 230, publicou, antecedido de algumas observações do Dr. Clado Ribeiro Lessa, o «Itinerário geográfico, com a verdadeira descrição dos caminhos, estradas, rossas, citios, povoações, lugares, vilas, rios, montes, e serras que há na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro até as minas de ouro», composto por Francisco Távares de Brito, e impresso em Sevilha, em 1732.

Segundo refere o ilustrado consócio, a cópia de que se utilizou para a divulgação desse documento, através das páginas de nossa revista, foi «extraída de uma certidão notarial *verbum ad verbum*, junta aos autos de um processo de reivindicação de terras, pertencente êsse conjunto de documentos a Francisco Marques dos Santos».

Essa indicação serve para desculpar possíveis erros de cópia.

Cotejando a obra de Francisco Távares de Brito com a *Descrição do Mapa Geographico que comprehende os limites do Governo de São Paulo e Minas e tãobem do Rio de Janeiro*, publicado no volume II, ps. 200-219, da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, sem data e sem nome de autor, chega-se logo à conclusão de que, não obstante as adições, numerosas, supressões, poucas, e variantes, inúmeras, que o impresso sevilhano apresenta, em confronto com o anônimo, são, no fundo, um só e mesmo trabalho.

Cumprе lembrar que foi Orville Derby que assumiu a responsabilidade da divulgação da referida *Descrição*, existente na Biblioteca de Évora, em forma de manuscrito, não tendo sido, entretanto, encontrado o mapa que descreve.

Dado que nesse documento figura ainda o nome de Arraial Velho, ao invés de Vila de São José del Rei, entre os lugares em que havia lavras, (1) o sábio norte-americano, a quem tanto

(1) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, vol. 2, pág. 214.

devemos, já no campo das pesquisas geológicas já no das pesquisas históricas, concluiu que foi escrito antes de 1718, ano em que aquela povoação foi elevada ao predicamento de vila.

No volume IV da revista paulistana, Orville Derby voltou ao assunto.

Nesse interim, Capistrano de Abreu dera-lhe a conhecer a cópia que obtivera do *Itinerário* acima referido.

Fica assim patente o equívoco em que incorreu o Sr. Rubens Borba de Moraes, na bibliografia de *Viagens*, do *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*, ao dar o folheto de Francisco Tavares de Brito como reimpresso no volume quarto da RIHGSP.

Como viu o leitor, Orville Derby transcreveu no volume segundo da aludida revista um manuscrito anônimo e inédito ou por êle apresentado como tal.

No volume quarto, notando as coincidências dos dois documentos, o geólogo e historiador norte-americano acusou ou suspeitou de plagiário o autor do impresso de Sevilha.

«O fundamento desta suspeita, esclarece Orville Derby, é que as raras e insignificantes modificações na redação, que se notam na comparação dos dois trabalhos e que eram necessárias para transformar uma nota explicativa de um mapa em itinerário, são feitas tão inhabilmente que mostram não serem da mão do próprio autor ou de pessoa que tenha conhecimento das localidades e regiões mencionadas».

Observa mais, para reforçar a sua desconfiança, que o autor do manuscrito de Évora devia ter viajado grande parte do Brasil, bem que modestamente poucas vezes fale em si mesmo.

Francisco Tavares de Brito, pelo contrário, não conhecendo o país, vira-se na contingência de ter de eliminar tôdas as referências à sua pessoa.

Não me parecem bastante convincentes os argumentos de Orville Derby.

É certo que duas vezes, no manuscrito, o autor usa o verbo na primeira pessoa do singular.

Na primeira, referindo-se ao ribeirão do Inferno, diz o anônimo: «o qual eu tenho passado m.^{tes} vezes». (2)

Essa referência significa que o autor da *Descrição do mapa geográfico* residia nesse lugar ou pelo menos nêle se demorou algum tempo. Só assim se explica que diga que tem passado muitas vezes pelo citado ribeirão.

(2) RIHGSP cit., págs. 210-211.

Em outra oportunidade, precisamente ao concluir a sua descrição, o anônimo tornou a se pôr em causa pessoalmente, anunciando que voltaria ao assunto. Eis como se expressa textualmente: «... em outra ocasião *ex professo* tratarei esta materia mais difuzam.¹⁶, se toda via a aceitação desse pequeno porem util desvello, me lizongear a curiozidade».

Era uma promessa?

Prometeu e cumpriu, poder-se-á dizer, diante do folheto de 1732.

E se o autor do manuscrito eborense pareceu tão modesto a Orville Derby, a ponto de só se referir à sua própria pessoa, na *Descrição*, poucas vezes, não admira que, ao imprimi-la, com nova feição e mais largueza, como prometera («mais difusamente»), suprimisse as duas referências notadas.

A última, aliás, já não tinha razão de ser.

Poder-se-á estranhar que ao imprimir o seu trabalho, tanto tempo depois, Francisco Tavares de Brito não o tivesse atualizado, deixando escaparem informações já superadas ou, melhor, que se tornaram errôneas em face dos anos decorridos.

Será isso um elemento a favorecer a hipótese do plágio?

Vejamos uma dessas informações.

Na introdução do *Itinerário Geográfico*, constante de quatro períodos inteiramente novos, Francisco Tavares de Brito declara incluir «os limites do governo de São Paulo, e Minas». Manteve essa alusão à referida Capitania no corpo do trabalho. (3)

Ora, Minas passara a constituir uma Capitania separada em 1720. Com efeito, por alvará de 2 de dezembro de 1720 foi criada a Capitania de Minas Gerais, tendo tomado posse em 18 de agosto do ano seguinte o seu primeiro Governador e Capitão General, D. Lourenço de Almeida.

Ignoraria êsse fato Francisco Tavares de Brito, pai putativo do *Itinerário*?

No impresso de 1732, lá está, entre as lavras referidas pelo autor, tal como no manuscrito anônimo, a de Arraial Velho, que, no entanto, fôra elevado a vila em 19 de janeiro de 1718, por D. Pedro de Almeida, com o nome de São José del Rei.

É uma falha séria a se alegar contra o escrito de Francisco Tavares de Brito.

(3) RIHGB. vol. 230, pág. 437.

Mas, se vamos anotar falhas como essa, para justificar a hipótese de plágio, teremos de levar em conta falhas ou erros em que incide o próprio manuscrito da Biblioteca de Évora.

O mais grave se me afigura ser a omissão da Capitania de Pernambuco como limítrofe da Comarca do Rio das Velhas. (4)

Ora, neste ponto, o impresso sevilhano, mantendo embora a omissão do manuscrito, altera a referência, de forma a dar a impressão de que o seu autor conhecia a região e, portanto, de que Francisco Tavares de Brito é o próprio autor da *Descrição do Mapa Geográfico*.

«A do Rio das Velhas, informa, parte do Norte com os Currais, e certões da Bahia...» (5)

No manuscrito, limitara-se a dizer que «a comarca do Rio das Velhas parte do Norte com a Baya...» (6)

Ora, é sabido que os sertões lindeiros de Minas, Bahia e Pernambuco, já no tempo de Antonil, possuíam enorme quantidade de currais e que êstes flanqueavam pela direita e pela esquerda os rios São Francisco, Verde, Carinhanha, etc.

O primeiro, segundo Pedro Taques, chegou a se chamar Rio dos Currais.

Se confrontarmos atentamente o documento publicado por Orville Derby com o que foi recentemente divulgado através das páginas da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, o que veremos é que o impresso sevilhano, conservando embora muitos dos erros ou mantendo omissões do primeiro, apresenta inúmeras correções, aparece aumentado e melhorado sensivelmente.

Aqui vão alguns exemplos: «Vila de Macacu, eminência, Macabelo, Carandaí, Bocaina, compõe-se o Rio das Velhas, Cubatão, tem em si o milho, e feijão que lhe basta e freqüência de Comerciantes, em lugar de Malulu, iminência, Ma Cabelo, Camandaí, Bolaina, com poente o Rio das Velhas. lubatam, não tem em si... e ferguesia dos comerciantes.»

Creio que, diante dessas e outras correções, desvanece-se a suspeita de plágio.

A isso, pode-se acrescentar certas informações que não figuram no manuscrito, como a de que «aqui se paga de cada

(4) RIHGSF cit., pág. 215.

(5) RIHGB cit., pág. 437.

(6) RIHGSF cit., pág. 215.

carga de seco uma outava, e cada molhado mea outava», de referência ao registro existente na borda do campo.

É também muito significativo que, escrevendo alguns quinze anos após a elaboração do manuscrito primitivo, Francisco Tavares de Brito haja acrescentado às suas informações sobre a Vila Real de Sabará que nas suas lavras «agora com as rodas se tira muito ouro.»

Essa inovação fôra introduzida posteriormente à feitura da primeira versão de seu trabalho.

O acréscimo dessas minúcias, as correções mencionadas, outros pequeninos aditamentos e a introdução de sem número de variantes concorrem para firmar a opinião de que o *Itinerário* não é um plágio.

Mais extenso do que a *Descrição*, corrigiu alguns de seus enganos, incorrendo embora em outros novos, e mencionou fatos ocorridos depois da *Descrição*, como seja a descoberta de diamantes.

Não quero finalizar este cotejo sem aludir a uma passagem de ambos os documentos que tem para mim especial interesse.

Mencionando os diversos pontos por onde passava o Caminho Novo, isto é, o caminho que, ligando o Rio de Janeiro a Vila Rica, começou a ser e foi na maior parte construído por Garcia Rodrigues Pais, filho de Fernão Dias Pais e seu companheiro na bandeira das esmeraldas, o manuscrito inclui o de Corralinho.

A leitura desse documento muito me auxiliou, quando, faz alguns anos, procurei identificar e localizar o primeiro engenho de açúcar, moente e corrente, levantado nas Minas Gerais.

Antônio Araújo dos Santos, em petição ao Governador da Capitania de São Paulo e Minas, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, alegava tê-lo construído (em 1705 ou princípios de 1706) no sítio que possuía na paragem denominada Curralinho, no vale ou região do Rio das Velhas. O requerente residia nesse lugar desde o ano de 1701, segundo se lê na carta de sesmaria que lhe foi concedida em 16 de janeiro de 1711. (7)

Em um velho mapa manuscrito (ainda em forma de rascunho, segundo penso), existente na Secção de Iconografia da Biblioteca Nacional (Arc. 24-1-20), encontrei, a essa época, no caminho Rio de Janeiro-Ouro Preto, ao lado do nome Coralino, o sinal convencional, de sítio ou fazenda, que é um pequeno

(7) *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Ano II, pág. 262.

círculo, em todos os documentos similares contemporâneos. Nesse sítio ou fazenda, estabelecido no vale do grande afluente do Rio São Francisco, o caminho se bifurca, seguindo à direita para a Vila de Caeté e à esquerda para a de Raposos e depois para a de Sabará.

Esse mapa, sem nome de autor, sem data, algo tosco e, em certos trechos, com riscos supressivos e correções, foi por mim reproduzido parcialmente, a fim de ilustrar e comprovar o trabalho em que agitei esse problema, intitulado «Engenhos de Minas Gerais.» (8)

Em outro mapa setecentista, talvez feito posteriormente àquele (não pode ter sido traçado antes de 1718, mas não deve ser muito posterior, sendo admissível que ambos hajam sido desenhados durante o governo de D. Pedro de Almeida), figura Coralhino (sic), na mesma posição. Também manuscrito, incompleto, a julgar pelos traços e nomes a lápis que contém, pertence ao vultoso e magnífico acervo daquela Secção da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (Arc. 24-4-1).

Observe-se agora que no *Itinerário Geográfico*, de Francisco Tavares de Brito, o trecho em que se alude a essa parte do Caminho Novo está assim redigido: «... e dahi se toma a mão esquerda, peio curralinho, e Rapozos, e se entra em Villa Real...» (9)

Viu o leitor que nos dois mapas e nos dois escritos o nome do sítio ou lugar está grafado de maneira diversa: Coralino, Coralhino, Corralinho e Curralinho.

Quatro grafias diferentes para a mesma paragem, que é a de Curralinho, segundo a carta de sesmária de 1711 que beneficiou Antônio Araujo dos Santos, primeiro senhor de engenho de açúcar de Minas Gerais, e segundo a versão de Francisco Tavares de Brito, no seu *Itinerário Geográfico*, que mais uma vez corrige ou pelo menos melhora a *Descrição do mapa geográfico*.

Isso é, salvo melhor juízo, mais um elemento a justificar a minha opinião de que o *Itinerário geográfico* não é um plágio. É, pelo contrário, como dizemos hoje, uma versão aumentada, correta e melhorada do primitivo manuscrito.

(8) *Brasil Açucareiro*, março, 1953, pág. 79.

(9) RIHGB cit., pág. 434.

REIVINDICAÇÕES AERONÁUTICAS

CLAUDIO GANNS

A aviação, ainda tão recente, tem tomado tão grande desenvolvimento no mundo moderno e o seu progresso vertiginoso confunde-se com o dos povos a que beneficia de tal maneira — que êstes já se preocupam em lhe determinar historicamente as origens, reivindicando para os seus filhos ilustres a glória de suas descobertas.

Nesta distribuição de louros imortais cabe certamente ao nosso país uma situação privilegiada com dois dos maiores brasileiros: o padre santista Bartholomeu Lourenço de Gusmão, pelas suas invenções de balão, afirmadas claramente no pedido de carta patente, e demonstradas publicamente em Lisboa a 8 de agosto de 1709, em presença do rei D. João V e de sua corte, no Páteo da Casa das Índias, e Alberto Santos Dumont, mineiro, com as suas memoráveis experiências.

A importância dessas gloriosas conquistas brasileiras é para nós de relêvo excepcional, tanto mais quanto já se procura reivindicar para os Montgolfier a primeira experiência de balão, só realizada em 1786, portanto 75 anos depois de Gusmão, e se pretende hoje em dia sobrepor, senão oficialmente, ao menos oficialmente, aos feitos de Santos Dumont, os dos franceses Renard (1885) e Ader (1896) e dos norte-americanos Wright (1903).

Os trabalhos geniais e a vida atribulada de Bartholomeu de Gusmão já foram conscienciosamente esmiuçados por uma legião de especialistas ilustres que, começando em Freire de Carvalho (1), no Visconde de S. Leopoldo (2), continuando no Visconde de Faria e Ludovico Menezes, culminaram afinal nos três belos e

(1) A memória de Francisco Freire de Carvalho está publicada na Revista do Instituto — Tomo XII — págs. 336-361, (1849).

(2) O trabalho de S. Leopoldo (J. F. Fernandes Pinheiro) — *Vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão* está publicado na Revista do Instituto Histórico (Tomo 65, parte 1ª, páginas 379-423). Tinha sido depositado no Instituto em 1841. Levou 60 anos para ser publicado...

exaustivos estudos de Afonso de Taunay; *Obras Diversas* (E. Melhoramentos — S. Paulo, 1934); *A Vida Gloriosa e Trágica* (1934), *Bartholomeu de Gusmão e a sua Prioridade Aeronáutica*, (1935) edições estas também de S. Paulo (Escolas Profissionais Salesianas). O que há, até hoje, de essencial sobre Gusmão (ao menos no que está descoberto até agora) já foi assim comentado amplamente, nessas brilhantes monografias histórico-críticas, pelo eminente ex-diretor do Museu Paulista. Há ainda modernamente outros ensaios, com objetivos de divulgação popular, dos Srs. Comandante F. Cesar Xavier (Rio — Imprensa Naval (1933) e Tenente Coronel Lysias. A. Rodrigues (1935). (3) e (4).

Em relação a Santos Dumont a competição tem sido mais encarniçada. Já se lhe opõe — quanto à *dirigibilidade dos balões* as experiências do Coronel Renard, no «France», em setembro de 1885; e quanto ao primeiro vôo em avião — as tentativas de Clément Ader (1896) e as dos irmãos Wright (1903).

O certo, entretanto, ao nosso ver, — como já dissemos como relator do “Concurso de teses” em 1935, do Touring Club, e agora repetimos — nesse terreno ingrato de descobertas, é que cabe incontestavelmente a *prioridade a quem realiza a primeira prova pública, devidamente controlada*.

As de Santos Dumont é que foram feitas sob essa condição essencial — a primeira a 19 de outubro de 1901 (dirigibilidade dos balões) com o seu vôo em torno da Torre Eiffel, saindo de Saint Cloud, e voltando ao ponto de partida, ganhando o prêmio

(3) Não esquecer a valiosa contribuição inédita que a Sra. Berta Leite aportou ao 4º Congresso de História Nacional — Rio (1949) sobre *Bartholomeu de Gusmão na documentação de Lisboa* (pub. in Anais — vol. XII — págs. 7-161). Aí se evidencia o estado obnubilado da sua inteligência, no fim da vida. Certidão de óbito de Bartolomeu de Gusmão, falecido no Hospital da Misericórdia de Toledo, a 19 de novembro de 1724, encontra-se no Arquivo do Instituto Histórico, (Lata 116, nº 2.024) enviada pelo Chefe da nossa Legação em Madrid, em 1856 — o grande historiador F. A. de Varnhagen.

(4) O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, por iniciativa de Hosannah de Oliveira, em 1907 — (Revista, Tomo 70, pág. 765) foi convidado a celebrar a passagem do 2º Centenário da ascensão do aerostato, que tivera lugar em Lisboa a 8-8-1709. A comissão de história, em 26 de agosto, deu parecer, de que foi relator o Visconde de Ouro Preto, sugerindo que o Instituto, *deveria promover* na data citada, as celebrações, sendo conveniente se nomeasse comissão especial para tratar do assunto. O papel ficou sobre a mesa para resolução posterior. E aí ficou, sem mais deliberação: em 1909 não foi feita nenhuma comemoração, nem nada consta a esse respeito, das respectivas atas desse ano. Ficaram no tinteiro, ou melhor, foram esquecidas no fundo da gaveta...

Deutsch; e a segunda (vôo em aparelho mais pesado que o ar) a 23 de outubro de 1906 levantando o «14 bis» pelas suas próprias forças, e cobrindo com êle o percurso de 70 ms, no ar, a três metros de altura, no Campo de Bagatelle, nos subúrbios de Paris, e conquistando a Taça Archedeacon. Ambas controladas pelo Aero Club de França — o qual, não contente em lhe conferir os prêmios, erigiu-lhe em vida um monumento em Saint Cloud (1911) e ergueu um monolito comemorativo no Campo de Bagatelle.

O malogrado e saudoso Conde de la Vaulx, quando passou há alguns anos (1929) pelo Brasil, recordou, como um dos juizes dessa última prova, publicamente o feito memorável, rendendo as homenagens da primazia ao imortal brasileiro. O fato é bastante significativo, pois, nessa época, já se tentava dar grande importância às experiências anteriores dos irmãos Wright.

Nada adianta aliás, que no domínio da invenção os norte-americanos Wright tivessem antes (1903) feito algumas experiências, nos Estados Unidos, com aviões lançados de uma espécie de catapulta e que os interessados afirmam ter sido satisfatórias — o que não temos dúvida em aceitar. O fato, porém, irretorquível é que essas experiências ficaram *ocultadas* por muito tempo. (não tendo sido devidamente autenticadas nem pelos técnicos, nem divulgadas). Só vieram a ser repetidas, na Europa, em 1908, no Campo de Auvours próximo a Mans, ainda utilizando-se de um sistema de torre, para o lançamento do avião.

A ampla publicidade, no caso, corresponde ao registro prévio que universal e juridicamente se exige, para a prioridade da marca de invenção ou patente de privilégio; equivale à «nota prévia» com que os cientistas costumam divulgar os resultados das suas novas pesquisas. De modo que a iniciativa do vôo em aeroplano, como anteriormente a da dirigibilidade dos balões, cabe inteira a Santos Dumont.

Pouco importa que os irmãos Wright tivessem depois prosseguido, com pleno êxito, as suas brilhantes experiências. E' o próprio Santos Dumont no seu interessante livreto de memórias, merecedor de novas edições: *O que eu vi, o que nós veremos* (Ed. S. Paulo, 1918) — quem comenta impressivamente:

“O que diriam Edison, Graham Bell ou Marconi, se, depois de apresentarem em público a lâmpada elétrica, o telefone e o telêgrafo sem fios, um outro inventor se apresentasse com uma melhor lâmpada elétrica, telefônio ou aparelho de telegrafia sem fios dizendo que as tinha construído antes deles?”

A prioridade de Santos Dumont, pois, de forma alguma lhe poderá ser arrebatada — autenticada ainda pela saudação de Thomas Edison que o apelidou memoravelmente: «O Bandei-

rante dos Ares" e pela outra frase consagrada pela França, na ocasião de levantar-se o monumento de Saint Cloud: "O Pai da Aviação".

As mesmas razões militam contra Clément Ader cujas experiências concluíram-se (1896) no Campo de Satory, dizendo-se que se elevou e percorreu 300 metros, vindo afinal o aparelho a rebentar-se. O certo é que, interessando elas à defesa nacional, sob o ponto de vista militar, e feitas, segundo hoje se afirma, apenas perante uma comissão de oficiais — "foram conservadas em absoluto segredo" e não tiveram maior prosseguimento.

Pouco importa que, hoje em dia, franceses ou norte-americanos, procurem também patrioticamente reivindicar para os seus países a glória de ter dado os precursores da aviação. E' senão justificada, perfeitamente compreensível esta atitude. Mas aqui, cumprindo-nos ensinar ou esclarecer às gerações futuras de brasileiros, é que não poderemos nunca esquecer ou deixar de acentuar nitidamente que a *prioridade dos inventos* pertence, num e noutro caso, sem sombra de dúvidas a Bartholomeu de Gusmão e Santos Dumont.

O mais — tanto Clément Ader, como os Wright — são meros antecedentes históricos, dignos sem dúvida de ser assinalados, de um esforço gigantesco, mas que só atinge a sua plena realidade em 19 de outubro de 1901 (dirigibilidade dos balões) e a 23 de outubro de 1906 — primeiro vôo de 70 metros em aparelho mais pesado que o ar, executado pelo imortal brasileiro, confirmação do vôo de 10 metros de 13 de setembro, façanha essa repetida por três vêzes, com o melhor êxito a 12 de novembro seguinte (220 metros).

Bem razão tinha pois, o Dr. Trajano Reis quando, em 1934, no 1º Congresso Nacional de Aeronáutica, em São Paulo, propôs em conclusão da sua tese: *Os brasileiros na história da navegação aérea* — que se estudasse detidamente o assunto, colhendo documentos e provas para contrapor à hábil publicidade e à propaganda em que, não só norte-americanos, mas agora até os russos intervêm, puxando braza para sua sardinha, mas em detrimento dos imortais brasileiros.

O Sr. Miranda Bastos, que teve em 1935 o prêmio do Touring Clube, com a sua tese *O Pai da Aviação*, acaba de traduzir e comentar o livro interessantíssimo *Dans l'Air* (ed. Charpentier & Fasquelle — Paris — 1904), que Santos Dumont escreveu, relatando a sua vida acidentada e as suas descobertas em balões (dirigibilidade, etc.). Esse livro tem também uma edição em inglês assinalada no Catálogo n. 619 da Magg Bros, pela forma seguinte: n. 453 — *My airships* (the history of my

life) com retrato e 50 fotografias, edição de Londres, igualmente de 1904. Essa tradução brasileira é que saiu, por iniciativa da revista *Espelho*, no número especial dedicado à aviação, em comemoração à "Semana da Asa" (1936) e depois foi editada à parte, sob o título *Meus balões*.

Roberto Alvim Corrêa, o competente e dedicado brasileiro que tem conhecida casa editora em Paris (Editions Correa) — estando lecionando no Rio, leu aqui e se encantou com a *Vida de Santos Dumont* (ed. A Noite — Rio, 1935) que Ofélia e Narbal Fontes compuseram, — a admirável biografia que não me canso em recomendar à gente nova e velha do meu país.

Da sua compreensão patriótica e generosa surtiu bela versão em francês dêsse trabalho, que pretendia editar em Paris, por cativante iniciativa do grande Jean Mermoz, a quem os brasileiros devem ser gratos, — num órgão da imprensa parisiense, e em seguida converter em outro volume, daquela prestigiosa casa editora.

Com êsses elementos de pesquisa, de estudo, de propaganda e divulgação, vamos assim, aos poucos preservando as nossas melhores tradições e dando resposta discreta e condigna à campanha tendenciosa que procura esquecer as nossas glórias legítimas e com isso desfalcá-los no que temos de mais precioso — o patrimônio moral da Nação. (5)

* * *

Quase tudo quanto acima está escrito foi publicado em outubro de 1936 na revista *Espelho*, que então eu dirigia com Americo Facó.

(5) Quando Santos Dumont, estava ainda nas tentativas para vencer a etapa sobre a dirigibilidade dos balões — antes da prova final de contorno da Torre Eiffel — já o Instituto Histórico na sua sessão de 26-7-1901 votava-lhe preito de louvor e aplauso, "por seus felizes trabalhos a bem da navegação aérea dirigível", assinada por 16 consocios (*in Revista*. Tomo 64 — 1901 — pág. 223).

Alberto Santos Dumont foi sócio honorário do Instituto Histórico. Admitido em 1903 (*Revista* — Tomo 66, parte II, págs. 236-238). Tomou posse na sessão de 23 de setembro, sendo saudado pelo Presidente Aquino e Castro e orador. Dr. Souza Pitanga, aos quais se associaram Manoel Francisco Corrêa, Homem de Melo e Rocha Pombo, e ele respondeu sucintamente (*Revista*. Tomo 66, parte II, págs. 248-254). O seu elogio fúnebre foi feito em 21-10-1932 pelo orador do Instituto, Sr. Ramiz Galvão — (*Revista*, vol. nº 166 — págs. 752-754).

Tinha também ingressado na Academia Brasileira de Letras, em 1930, como sucessor de Graça Aranha. Mas também combatido, no fim da vida, por grave enfermidade, como Gusmão, não chegou a tomar posse no cenáculo da "imortalidade" literária. Bastou-lhe a outra, a autêntica — a da verdadeira imortalidade, que o seu gênio, por feitos memoráveis, inculpiu duradouramente.

Parece assim não ter razão o terrível panfletário, Gondim da Fonseca, no prefácio atual da 3.^a edição, do seu belo livro: *Santos Dumont* — impresso a primeira vez em 1940, quando afirma que antes dêle, ninguém reivindicara a glória do genial brasileiro, pela exposição documentada dos seus feitos e prioridades... O trabalho de Gondim merece ter ampla divulgação, e, de tão bem escrito, deve mesmo ser traduzido para outras línguas — a fim de que a irradiação dos feitos de Dumont, comova outros povos. Mas não será essa omissão motivo para que se despreze outras contribuições patrióticas, feitas conscienciosamente pelo ministro Aloysio Napoleão, de cujas edições francesa, espanhola e inglesa (1942) a Imprensa Nacional se incumbiu de editar e o Itamarati de divulgar, lá fora. A documentação copiosa, constante do 2º volume desta obra — *Santos Dumont e a Conquista do Ar* — convencerá os cérebros mais obtusos e empedernidos.

Nem a falta de menção da pesquisa anterior de Gondim, em trabalhos posteriores, será motivo para desprezar não só a contribuição de A. Napoleão, a de A. Brigole, e a de Henrique Dumont Vilares. Todos estão colaborando, a seu modo, com esforços próprios, para maior divulgação do gênio brasileiro de Santos Dumont — que nos cumpre a todos preservar e enaltecer.

* * *

Para rematar — uma sugestão nos parece útil. Santos Dumont relatou alguns dos seus feitos memoráveis — sobretudo os da primeira fase da sua vida — em livros e folhetos, escritos em português e francês. Em nossa língua, conhece-se: *A Conquista do Ar*, pelo aeronauta brasileiro Santos Dumont, 1901 — (ed. de Paris Aillaud & Cia.) e *O que eu vi, o que nós veremos* (ed. S. Paulo — 1918). Em francês: *Dans l'Air* que Miranda Bastos traduziu para a revista *Espelho* como *A Idéia do Ar* e depois publicou em livro sob o título *Os meus balões*, o artigo «Ce qui je ferai — ce que l'on fera», publicado no *Je Sais Tout*, 15-2-1905 e que a revista *Espelho* republicou traduzido: “O que eu farei — o que se fará” (outubro, 1936).

Cremos já estar assim madura a feliz idéia do meu ilustre amigo, Major Brigadeiro Hugo da Cunha Machado, apresentada na Câmara Federal, de se fazer uma divulgação maior dessas trabalhos, confiando a orientação dessas “obras completas” a profissional competente, como pode ser o próprio Sr. Gondim da Fonseca — já sobrejamente versado no assunto, e capaz de acompanhá-la dos melhores comentários críticos.

Essa edição seria o coroamento da glória do inventor e a melhor homenagem que a geração atual, quase sua contemporânea, prestaria ao fulgor inventivo do seu gênio excepcional.

Fixando-lhe as “descobertas” — como patrimônio nacional, através das biografias que já foram feitas, preservando-lhe a memória luminosa, através da divulgação sistematizada dos seus escritos e correspondência — cumprimos um dever sagrado, para com nós mesmos — que é o de manter aceso, para os pósteros, o culto indormido aos grandes nomes da nossa terra.

BIBLIOGRAFIA AERONÁUTICA

A) *De Bartolomeu de Gusmão*

- 1 — “Obras diversas”, com um estudo crítico de Affonso de E. Taunay (Ed. Melhoramentos — S. Paulo — 1934).

B) *Sobre Bartolomeu de Gusmão :*

- 1 — FREIRE DE CARVALHO (Francisco) — Memória que tem por objeto reivindicar para a Nação brasileira a glória das máquinas aerostáticas (in Academia Real das Ciências — Lisboa, 20 de maio de 1840 — impresso em 1843).
- 2 — SIMÕES (Augusto Felipe) — “A invenção do aerostato reivindicada” (Evora, 1868).
- 3 — REBELLO (Brito) — “O centenário da invenção dos aerostatos em França e o seu inventor o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão” — (Artigos no “Ocidente” — 1883-1884).
- 4 — BOLTEUX (Henrique) — Bartolomeu de Gusmão, o inventor dos aerostatos.
- 5 — FAZENDA (Vieira) — “O padre voador” (in Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro — Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — vol. 143 — 1921 — págs. 267-285).
- 6 — CALIXTO (Benedito) — Bartolomeu de Gusmão.
- 7 — PEREIRA DA SILVA (J.M.) — Os varões ilustres do Brasil durante os tempos coloniais — (Paris — tomo I — págs. 203-1858).
- 8 — XAVIER (Cesar Feliciano) — O voador Bartolomeu Lourenço de Gusmão — (Imprensa Naval — 1933).
- 9 — FARIA (Vicente de) — Le précurseur des navigateurs aériens Bartolomeu Lourenço de Gusmão — (Paris — 1910).
- 10 — FARIA (Vicente de) — Académie Aéronautique Bartolomeu de Gusmão — Son rôle, et son action dans les revendications émises en faveur de... (Lausanne, 1913).
- 11 — FARIA (Vicente de) — Bartolomeu Lourenço de Gusmão. 1685-1724 — Inventeur des aerostats (Lausanne — 1911).
- 12 — S. LEOPOLDO (Visconde de) — Vida e feitos de Alexandre de Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão — Rio, 1841 (Transcrito no *Ostensoir Fluminense*, 1845-46 e depois na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro — (Tomo LXV — 1ª parte — pág. 379 — Rio, 1902).
- 13 — RODRIGUES (Lysias) — “Brasileiros, pioneiros do ar” — (Rio — José Olímpio — 1942).

- 14 — RODRIGUES (Lysias) — História da conquista do ar — (Rio, 1937).
- 15 — REIS (Trajano Furtado) — Os brasileiros na história da navegação aérea — (Rio, 1934).
- 16 — CORRÊA NEVES (Gustavo Tedeschi) — Experiências aerostáticas de Bartolomeu de Gusmão — (Lisboa, 1911).
- 17 — TAUNAY (Affonso E. de) — Bartolomeu de Gusmão e a sua prioridade aerostática — S. Paulo — 1ª ed., 1935 — 2ª ed., 1938).
- 18 — TAUNAY (Affonso E. de) — A vida gloriosa e trágica de Bartolomeu de Gusmão (S. Paulo, 1937).
- 19 — TAUNAY (Affonso E. de) — Bartolomeu de Gusmão, inventor do aerostato (S. Paulo, 1942).
- 20 — LEITE (Berta) — Bartolomeu de Gusmão nos documentos de Lisboa. (Anais do 4.º Congresso de História Nacional — Rio, 1949 — Tomo XII — págs. 7 a 161).

C) *De Santos Dumont :*

- 1 — A conquista do ar — (Paris, 1901).
- 2 — Dans l'air (Ed. Fasquelle — Paris, 1904).
- 3 — My airships — The story of my life (London — 1904).
- 4 — Ce que je ferai. Ce que l'on fera (in Je Sais Tout — 15-2-1905).
- 5 — L'avenir de l'aviation dans les relations internationales (in Journal de droit international privé — 1917).
- 6 — O que eu vi, o que nós veremos (Ed. S. Paulo, 1918).
- 7 — O que eu farei, o que se fará — (Trad. in rev. *Espelho* — Rio, outubro, 1936).
- 8 — A idéia do ar — (Trad. de A. Miranda Bastos do *Dans l'air*, publicado na rev. *Espelho* — outubro, 1936).
- 9 — Os meus balões — (Trad. de M. Bastos do *Dans l'air* — Rio, 1938).

D) *Sobre Santos Dumont :*

- 1 — Aero-Club Of. United Kingdom — The aeroclub banquet (London, 1901 ?).
- 2 — Remise solennelle du buste en marbre.
- 3 — ARRUDÃO (Matias) — A questão Wright — Santos Dumont (Ed. S. Simão, 1946).
- 4 — ARRUDÃO (Matias) — Pequena história da aviação (Ed. Martins, S. Paulo, 1948).
- 5 — FONTES (Ofélia e Narbal) — Vida de Santos Dumont — (Ed. Rio, 1935 — Ed. *A Noite*).
- 6 — RAMOS (Alberto F.) — Ode a Santos Dumont (Rio — Laemmert — 1903).
- 7 — BASTOS (A. de Miranda) — O Pai da Aviação (Bca. de divulgação aeronáutica, Rio, 1936).

- 8 — MIRANDA BASTOS (A.) — Os dirigíveis (Ed. Panair, Rio, 1944).
- 9 — BARROS (Domingos de) — Aeronáutica brasileira (Ed. Bca. Militar — Rio, 1940).
- 10 — ALMEIDA (Manoel Ferreira de) — Uma glória mundial: Alberto Santos Dumont (S. Paulo, 1929).
- 11 — GASTAMBIDE (Robert) — L'envol (Ed. Gallimard, Paris, 1914).
- 12 — SAMPAIO (Carlos) — A brasilian engineer's Letter on "Santos Dumont balloon".
- 13 — CARVALHO (Horácio de) — Navegação aérea. A conquista do ar. De Bartolomeu de Gusmão a Santos Dumont (1709-1901) — (Ed. São Paulo, 1901).
- 14 — FONSECA (Gondim da) — Santos Dumont (1ª e 2ª ed. — Rio, 1940 — Casa Vecchi; 3ª ed. — Rio, 1956).
- 15 — NAPOLEÃO (Aloysio) — Santos Dumont e a conquista do ar (Ed. Imprensa Nacional — Rio, 1941). Há edições — francesa (trad. de Hortência do Rio Branco — Rio 1947); inglesa (Rio, 1945); e espanhola (Trad. de Alarcon Fernandes), todas distribuídas no estrangeiro pelo Ministério das Relações Exteriores.
- 16 — BRAGA (Newton) — Santos Dumont, genial brasileiro (Rio — *A Noite*, 1946).
- 17 — BRIGOLE (Alexandre) — Santos Dumont e pioneiro do ar — (Ed. do Aeroclube do Brasil — Rio, 1941) — Há edições inglesa (1943), francesa (1945) e em esperanto (1945).
- 18 — PAQUIER (Pierre) — Santos Dumont, maitre d'action — (Paris, ed. Conquistador — 1952).
- 19 — PENTEADO (Fausto de Almeida Prado) — Santos Dumont, sua vida, seus feitos (S. Paulo, 1932).
- 20 — VASCONCELLOS (Ivolino de) — A vida gloriosa de Santos Dumont (Rio, 1951).
- 21 — WERLANG (C.) — Três pioneiros do ar (Ed. Rex Ltda. — Rio).
- 22 — FLEURY (Renato Seneca) — Santos Dumont (ilustrações de Belmonte — 2ª ed. Melhoramentos — S. Paulo, 1944).
- 23 — O voo de 23 de outubro de 1906 (Entrevista com Fernando Chaves — (in *O Jornal*, de 23-10-1942).
- 24 — Ouvindo o mais íntimo amigo (Entrevista com Agenor Barbosa — (in *O Jornal*, de 23-10-1942).
- 25 — VILARES (Henrique Dumont) — Santos Dumont o Pai da Aviação (S. Paulo, 1956).
- 26 — SOUZA (José Garcia de) — A verdadeira história da aeronáutica — Rio, 1944).
- 27 — SOUZA (José Garcia de) — Aviação civil (ed. Rio).
- 28 — SOUZA (José Garcia de) — História do Aero Clube do Brasil.
- 29 — SOUZA (José Garcia de) — Evolução da aeronáutica no Brasil. (Rio, 1943).

30 — VILLARES (Henrique Dumont) — Quem deu azas ao homem.

E) *Sobre aeronáutica em geral :*

- 1 — SEVERO (Augusto) — La navigation aerienne — (Paris, 1901).
- 2 — SOUZA (Julio Cesar Ribeiro de) — Navigation aerienne (Pará — Brasil, 1893).
- 3 — TEFFÉ (Barão de) — Navigation aerienne (in L'aeronaute — janeiro — 1890).
- 4 — TEFFÉ (Barão de) — Estudos de navegação aérea — (Imprensa Naval — Rio, 1942).
- 5 — COUTINHO (Gago) — Como nasceu o aeroplano (Lisboa, 1948).
- 6 — CADAVAL (Ribas) — Navegação aérea — Tratado de aeronáutica — (Anvers, 1911).
- 7 — TENAN (C. Luiz) — Aspectos da aviação comercial (Rio, ed. A Noite — 1942).
- 8 — ANDRÉ (M.H.) — Les dirigeables (Paris, Beranger, ed. 1902).
- 9 — PAINLEVE (Paul), BOREL (Emile) et MAURAIN — L'aviation (Paris, Lib. Felix Alcan — 1923).
- 10 — PEYREY (François) — Les oiseaux artificiels — Preface de A. Santos Dumont — (Paris, 1909 — Ed. H. Dunod & Pinat).
- 11 — VOISIN Gabriel) — Entrevista no *Figaro Literaire* — de 2-7-1956 — Paris.
- 12 — DE LA VAULX (Henri) — Le triomphe de la navigation aerienne (Ed. J. Tallandier, Paris, 1911).
- 13 — DE LA VAULX (Comte) — Les vainqueurs de l'air — (Paris, 1922).
- 14 — ADER (Clement) — L'aviation militaire — (Berger-Lavruault-editeurs — Paris, 1913).
- 15 — BANDIER (F. de) e DUBOUCHAT (G.) — Dictionaire illustré de la navigation aerienne (Lib. aeronautique — Paris, s/d).
- 16 — BINET-BIVET — L'aeronautique (Ed. Henry May — Paris, 1898).
- 17 — BERGER (Alfonse) — La route de l'air (Ed. Hachette — Paris, 1910).
- 18 — BRODA — La navigation aerienne (Documents du Progres, 1909).
- 19 — CARTERET (Jean-Brand) e LELTEIL (Lée) — La conquete de l'air par l'image — 1495-1909 (Lib. des annales — Paris, 1910).
- 20 — CLUNET (Edouard) — Les frontieres de l'air — (in *Le matin*, 28-10-1908).
- 21 — GENIE (Du) — Le ballon libre — (Lib. aeronautique — Paris, 1911).
- 22 — GIRARD (E.) — Les ballons dirigeables — (Berger & Lavruault, Paris, 1908).
- 23 — GOLDSCHMIDT (Robert) — Les aeromobiles (Ramlot, editeurs — Bruxelles, 1911).
- 24 — GRAFFIGNY (Henri de) — La navigation aerienne et les ballons dirigeables (Ed. J. B. Bailliere — 1888).

- 25 — GRAFFIGNY (Henri de) — Les aeromobiles — (Ramelot, editeurs, Bruxelles, 1911).
- 26 — GRAFFIGNY (Henri de) — Les ballons dirigeables et la navigation aerienne (Ed. Barlliere et Fils, Paris, 1902).
- 27 — GRAFFIGNY (Henri de) — Les aeroplanes — (Lib. Bernard Tignol, Paris, 1908).
- 28 — HIRSCHAUER (L.) — Histoire de la locomotion aerienne (ed G. Roche d'Estrez — Paris, 1937).
- 29 — JACOBSON (A.) e ANTONIE (A.) — Des anticipations de Jules Verne aux realisations d'aujourd'hui — Preface de Georges Claude (J. de Gegord ed. Paris — s/d).
- 30 — LADELLE (De la) — L'aviation ou navigation aerienne (1862).
- 31 — LOME (Dupuy de) — Note sur l'aerostat à helice (Institut de France — Paris, 1872).
- 32 — MARCHIS (L.) — L'epopée aerienne (Ed. H. Dunod & E. Pinat — Paris, 1910).
- 33 — MARION (Fulgence) — Les ballons et les voyages aeriens (Ed. Lib. Hachette — Paris, 1874).
- 34 — MORTANE (Jacques) — La vie des hommes illustres de l'aviation (Ed. Roche d'Estrez — Paris, 1926).
- 35 — RENARD (Paul) — L'aviation (ed. Dunod & Pinat — Paris 1909).
- 36 — SIRCOS (A.) e PALLIER (Z.) — Histoire des ballons et des ascensions celebres — (F. Roy Lib. ed. — Paris, 1876).
- 37 — TISSANDIER (Gaston) — Histoire des ballons et des aeronautes celebres (Lib. artistique — Paris, 1890).
- 38 — TURGAN — Histoire de l'aviation (Lib. des sciences et de l'industrie — 1909).

CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

O BARÃO DE PARIMA, DEMARCADOR DE FRONTEIRAS, VETERANO DO PARAGUAI (*)

ALFREDO VALLADAO

Em um dos capítulos do volume IV, da minha obra *Campanha da Princesa*, isto é, da História da querida e gloriosa Cidade da Campanha da Princesa, a "Atenas Sul-Mineira", já descrevi, como se impunha, a figura dêsse ilustre brasileiro, Barão de Parima (Francisco Xavier Lopes de Araújo), que aí teve o seu berço.

Descrevi, com traços gerais, quanto o espaço comportava.

Hoje, vou estudá-la, demoradamente, na oportunidade do centenário, verificado no ano transato, da sua formatura pela Escola Militar.

E, devo referir, nas pesquisas que, para tal, levei a cabo, nenhum outro trabalho biográfico se me deparou sôbre tão ilustre figura, senão aquêle que já citei no indicado lugar da minha obra *Campanha da Princesa*, isto é, aquêle que, embora vivo e interessante, estampou Xavier da Veiga em apenas três páginas das suas *Efemérides Mineiras*; salvo o necrológio constante do *Jornal do Comércio* (do qual falarei para adiante), mas que ainda é menos extenso do que tais páginas de Xavier da Veiga, e essas poucas linhas a êle referentes, que são vistas em uma das páginas do *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*, do Barão de Vasconcelos, publicado em 1918. (**)

(*) Conferência realizada em sessão do Instituto Histórico, de 9 de maio de 1956.

(**) Depois de realizada esta Conferência, e publicada no *Jornal do Comércio* de 24 de junho, o Sr. Major Arivaldo Fontes, descendente do notável brasileiro, e Professor do Colégio Militar, teve a gentileza de enviar-me um exemplar do *Sergipe-Jornal*, de 30 de junho de 1955, em duas de cujas colunas escreveu sôbre a figura do mesmo, e lembrando com justa razão que o seu nome devia ser escolhido para patrono do Serviço Geográfico do Exército; enviando-me ainda um exemplar do Boletim da Biblioteca do Exército, de outubro do referido ano, em que mais abreviadamente voltou ao assunto.

Razão para que eu ainda mais me esforçasse, no sentido de levar a efeito esta Conferência.

Pertencente a ilustre e tradicional família campanhense, nasceu êle, Francisco Xavier Lopes de Araújo, a 10 de fevereiro de 1828, no, como já ficou dito, histórico rincão de Minas Gerais (1).

Era filho do Comendador Francisco Xavier Lopes de Araújo, descendente do Capitão-mor João de Toledo Pisa e Castelhanos, ali, na então Freguesia da Campanha, fixado já na quarta década do século XVIII; e D. Ana Luísa Xavier de Araújo.

E era irmão do Dr. José Xavier Lopes de Araújo, médico e um dos precursores do estudo da hidrologia mineral no Brasil, com a Tese que, em 1848, apresentou e defendeu perante a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; e de D. Ana Leopoldina, casada com Joaquim Lôbo Leite Pereira, professor de Filosofia e Retórica. Dêste casal tendo nascido essa trindade de campanhenses ilustres, Américo Lôbo, (2) Fernando Lôbo, (3) e Fran-

1) O solar de seu pai, em que nasceu, sito atrás da antiga Matriz hoje Catedral, na rua que por aí passa, ocupava com os seus pátios e os seus quintais, todo um quarteirão.

Ainda existe o mesmo, e até hoje tendo tido altos destinos.

Com o desaparecimento do Comendador Xavier Lopes, veio a ser a principio, sucessivamente, e por talvez vinte anos, residência de ilustres magistrados, Joaquim Caetano da Silva Guimarães, que ascenderia ao Tribunal da Relação de Minas Gerais, e afinal ao Supremo Tribunal da Relação de Minas Gerais, e afinal ao Supremo Tribunal de Justiça do Império, João Bráulio Moinhos de Vilhena, que ascenderia também ao Tribunal da Relação de Minas Gerais, e para ser por longos anos, seu Presidente, aureolado de glória, e Caetano Augusto da Gama Cerqueira, que chegaria ainda a êsse mesmo Tribunal da Relação.

E com a instalação em 1909 do Bispado da Campanha, o seu primeiro bispo o notável e saudoso campanhense D. João de Almeida Ferrão, mais tarde o adquiriria para o patrimônio do Bispado, aí acomodando os Jesuítas Portuguezes, aos quais entregou a direção do Seminário, que criou. Entre os mesmos se encontrava o ilustre padre Antônio Fernandes, tendo êste vindo de Portugal juntamente com o notável orador padre Cabral, e com o insigne padre Serafim Leite, autor dessa grande obra *História da Companhia de Jesus no Brasil*, ambos localizados na Bahia; e certo que mais tarde seria êle, padre Fernandes, professor do *Colégio Nóbrega*, de Recife, autor de diversos trabalhos, e afinal do que consagrou à Nossa Senhora de Fátima.

Retirando-se êsses Jesuítas, ficou êle sendo residência do ilustre Bispo Auxiliar, D. Inocêncio Engelk, mais tarde bispo efetivo, e que se passou para o novo Palácio Episcopal, que construiu.

E para o mesmo solar, sendo transferido o Seminário, do edificio que D. João de Almeida Ferrão havia erguido para o seu funcionamento, ao qual foi dada outra aplicação.

(2) Vide o meu trabalho *Vultos Nacionais*, págs. 62 e segs.

(3) *Op. cit.*, pág. 280 e segs.

cisco Lôbo, (4) de tanta projeção no cenário nacional, na vida política e na vida cultural.

Seguindo a carreira das armas, assentou praça a 13 de abril de 1849, formado afinal, em 1855, bacharel em ciências matemáticas, pela Escola Militar.

Fazendo-lhe o necrológio na sua edição de 10 de março de 1886, o *Jornal do Comércio*, nas linhas breves, mas de muita consideração em que aprecia a sua figura profissional e a sua figura moral, acentua que tinha êle o curso completo de engenharia, segundo o Regulamento de 1845.

De fato, muito se recomendava tal Regulamento expedido pelo Decreto n.º 404 de 1 de março desse ano, sob a consideração de mostrar a experiência que as Reformas da mesma Escola, feitas pelos decretos de 9 de março de 1832, e subseqüentes até o de 9 de março de 1842, não tinham produzido todos os benefícios que delas se deviam esperar.

Pela mesma ou, melhor, pelos Estatutos nela consagrados, o Curso completo da Escola constava de sete anos de estudos, nos quais, e em 14 Cadeiras, se ensinavam as matérias seguintes, adicionadas do desenho, cujo ensino era ministrado em todos os Anos:

1º Ano: Aritmética, Álgebra elementar, Geometria e Trigonometria plana. 2º Ano: Álgebra superior, Geometria analítica, cálculo diferencial e integral. (2ª Cadeira) Geometria descritiva e suas aplicações à Stereotomia, e à Perspectiva. 3º Ano: Mecânica racional e aplicada às máquinas. (2ª Cadeira) Física experimental, compreendendo Ótica e Acústica. 4º Ano: Trigonometria esférica, Astronomia, e Geodesia. (2ª Cadeira) Química, Mineralogia. 5º Ano: Topografia, Tática, Fortificação passageira, Estratégia, História Militar, e Princípios de direito Natural e das gentes, aplicáveis aos casos de guerra e às Capitulações. 6º Ano: Artilharia, Minas, Fortificação permanente, Ataque e defesa de praças. (2ª Cadeira) Geologia, Montanística, Metalurgia. 7º Ano: Arquitetura Civil, Hidráulica e Militar. (2ª Cadeira) Desenho de Arquitetura, e Máquinas Hidráulicas.

Os alunos do quarto ano seriam obrigados a freqüentar o Observatório Astronômico, e os dois anos seguintes que se destinassem aos estudos completos do Curso de Engenharia, deveriam concorrer a êle, sempre que fôsse chamados.

Finalmente, quanto aos preparatórios a prestar para a matrícula na Escola, exigia-se a mais, dos pretendentes ao Curso completo, o da «gramática latina».

(4) Vide o meu trabalho *Campanha da Princesa*, vol. IV, páginas 529/531.

Para prestá-lo, teria Lopes de Araújo levado da terra natal, não apenas o estudo dessa gramática, mas o da própria Latinidade, que ascendia à Arte Poética e a Cícero, da brilhante tradição da «Atenas Sul-Mineira».

E com isto, levando a melhor base para o estudo de Matemática, no autorizado conceito, que tantas vezes tenho referido, do sábio Henri Poincaré.

Julguei conveniente expor êsse quadro do em que consistia o Curso completo da Escola Militar, para deixar bem à vista dos que não sejam versados na História do nosso Ensino Militar, o valor do diploma de bacharel em ciências matemáticas, conquistado por êle Lopes de Araújo.

Alferes aluno a 16 de abril de 1851, 2º tenente a 18 de junho de 1853, 1º tenente a 2 de dezembro de 1854, ei-lo, afinal, em 1855, como já ficou dito, bacharel em ciências matemáticas, e para honrar êsse título na paz e na guerra.

E na sua vida universitária, não há a contar apenas, o successo dêsse título.

Distinguiu-se ainda, na cátedra. Foi professor de desenho da antiga Escola Central (depois Escola Politécnica, e hoje Escola Nacional de Engenharia, da Universidade do Brasil) e a seguir professor da mesma matéria na Escola Militar. Regeu também, naquela Escola Central, um curso de Astronomia.

E foi finalmente diretor do Observatório Astronômico.

Diplomado, como ficou visto, pela Escola Militar em 1855, recebia êle, logo em 1856, importante nomeação do Govêrno.

Tal a de membro da Comissão de limites com o Estado Oriental do Uruguai, da qual era chefe o Barão de Caçapava.

Comissão que, com a morte dêste em 1858, passaria a ser chefiada pelo Marechal de campo Pedro de Alcântara Bellegarde.

Honra maior não podia aspirar o jovem oficial, quer pelo objeto da Comissão, quer pela figura de seus chefes, principalmente a de Bellegarde.

A demarcação em causa afetava ponto dos mais delicados da nossa vida internacional, o da chamada Política do Prata.

E Bellegarde era realmente uma figura de altos méritos, como deixam em tanta evidência Macedo, no *Ano Biográfico*, e Blake no *Dicionário Bibliográfico*. Doutor em ciências matemáticas pela Escola Militar, a seguir seu catedrático, e, afinal, diretor; fundador dêste secular e glorioso Instituto; autor de diversos e interessantes trabalhos sôbre matemática, bem como sôbre outros assuntos do Curso de Engenharia, e ainda sôbre assuntos históricos, geográ-

ficos e literários; ministro da Guerra, de grande atividade e competência, realizando assinaladas reformas.

Foi-me dado conhecer diretamente a obra dessa Comissão, consultando, na Biblioteca do Itamarati, os relatórios ministeriais da época.

Em officio datado de Uruguaiana, de 26 de março de 1859, podia Bellegarde comunicar ao ministro dos Estrangeiros:

«Em 23 do corrente se terminaram os trabalhos geodésicos e topográficos da comissão de limites com o Estado Oriental do Uruguai. Nesse impulso todos os officiaes empregados na mesma comissão se houveram com zêlo e intelligência não vulgares».

«Agora me dirijo ao Rio Grande do Sul, para daí passar à corte a fim de coordenar e reduzir os trabalhos à sua expressão gráfica para apresentá-los a V. Excia. e receber suas ordens sobre as atas finais e complemento do meu encargo de comissário».

Tudo concluído, apresenta finalmente Bellegarde uma Exposição sobre a matéria, e com interessantes informes históricos relativos às nossas fronteiras meridionais, desde o tempo do Brasil Colônia, Exposição a mesma publicada no Relatório ministerial de 1861.

E não passarei adiante sem referir que nesse período em que Lopes de Araújo trabalhou na comissão em causa, 1856-1860, dois acontecimentos auspiciosos se marcam na sua vida: o seu casamento em 1858, na Freguesia de Nossa Senhora de São José do Norte da Província do Rio Grande do Sul, com D. Rita Emilia de Alencastro, pertencente a tradicional familia da mesma Província; e a sua promoção a capitão em 1859.

A consideração de Bellegarde pelos méritos de Lopes de Araújo, não ficaria apenas na generalidade daquelle elogio aos officiaes que compunham a Comissão.

Teria logo em 1861, muito especial manifestação.

Convidado pelo Govêrno da Província do Rio de Janeiro, para organizar a Carta Topográfica da mesma, aceita Bellegarde a incumbência, mas solicitando a colaboração de Lopes de Araújo; é com esta colaboração que leva a efeito a empresa.

E não é só.

Informa ao Comando do Batalhão de Engenheiros, como está consignado na fê de officio de Lopes de Araújo, que consultei no Arquivo do Ministério da Guerra; informa a êsse Comando, que «êste official auxiliando-o nos trabalhos da Carta da Província do Rio de Janeiro tem merecido muito conceito pela sua aptidão,

boa conduta, e seu zêlo, e que pelos extensos trabalhos em que há tomada parte, já na comissão de limites com o Estado Oriental já na Carta desta Província, pode-se reputar na sua opinião um dos mais hábeis engenheiros geógrafos».

Marca o ano de 1861, a sua nomeação para ajudante do Observatório Astronômico, e para a cátedra de desenho da Escola Central; e o de 1863 o de sua transferência dessa cátedra para a da mesma matéria na Escola Militar, na qual permaneceria até falecer em 1886.

Em 1865, segue para a Campanha do Paraguai, fazendo parte da Comissão de Engenheiros junto ao 1º e 2º corpos do Exército em operações. Comissão essa chefiada pelo então Major Rufino Enéas Gustavo Galvão, mais tarde barão e, afinal Visconde de Maracaju.

E como já soube significar Xavier da Veiga, nas suas referidas *Efemérides Mineiras*, sendo no decurso da Guerra e logo após, condecorado sucessivamente com o hábito da Ordem de Cristo, com o da Ordem de São Bento e Avis, e com medalha geral da Campanha do Paraguai, com passador de ouro, por serviços militares que prestou briosa e intrêpidamente nos combates de 24 de maio e 3 e 23 de setembro de 1866, e por outros também considerados relevantes prestados no serviço de guerra.

Tais combates foram, respectivamente, os de Tuiuti, Curuzu e Curupaiti.

A fé de ofício do mesmo, que, como referi, consultei no Arquivo do Ministério da Guerra, confirma inteiramente o que disse Xavier da Veiga.

E dentre os documentos de que ela se informa, os relatórios do Comando do Batalhão de Engenheiros acham-se integralmente transcritos na obra de Schneider, sobre a Guerra da Tríplice Aliança, anotada pelo Barão do Rio Branco, existente na Biblioteca dêste Instituto, onde a consultei.

Certo sendo que foi nos combates de Curuzu e Curupaiti que êle, Lopes de Araújo, mais se distinguiu.

Em 1872, depois de haver assim servido ao Brasil na guerra, e depois de já promovido em 1871, a major, ei-lo de novo, e como um predestinado, a servi-lo na demarcação de nossas fronteiras, às quais deixaria o seu nome ligado para sempre.

Aquêle a quem Bellegarde proclamara um dos mais hábeis profissionais na matéria, é então membro da Comissão Brasileira de demarcação de limites com o Paraguai.

De como se constituiu essa Comissão, e da obra que realizou, pude ter conhecimento consultando na Biblioteca do Itamarati o

Relatório do Ministério dos Estrangeiros, de 1875, do qual constam nos Anexos as atas da Comissão Mista Brasileira-Paraguaia, bem como os relatórios parciais e o substancioso relatório geral dela, nessa Comissão.

Compunha-se das seguintes figuras: 1.º Commissário, isto é, chefe, Coronel de Engenheiros Rufino Enéas Gustavo Galvão; 2º Commissário, Major Francisco Xavier Lopes de Araújo; e Ajudantes, Capitão Joaquim Xavier da Silveira Pimentel, e Capitão Guilherme Carlos Lassance: todos bacharéis em matemáticas.

Sobre Rufino Galvão, devo salientar que, segundo informa Blake, no seu *Dicionário Bibliográfico*, diplomou-se em 1850, pela Escola Militar; tomou parte, como um dos ajudantes, da Comissão de limites com o Uruguai; integrou, em 1858, a comissão astronômica encarregada de observar o eclipse total do sol no Paraguai; foi chefe da Comissão de engenheiros junto aos comandos do 1.º e 2.º Corpos do Exército em operações no Paraguai; foi barão e, a seguir, Visconde de Maracaju, e tenente-general. Devo salientar também que, por fim, foi ministro da Guerra do último Ministério da Monarquia, chefiado pelo grande brasileiro Visconde de Ouro Preto.

E devo referir que ainda sob outros aspectos, que não o do assunto em causa, êle já conhecia o valor profissional e o valor moral de Lopes de Araújo, pois como chefe do Batalhão de Engenheiros, junto ao 2º Corpo de nosso Exército na Campanha do Paraguai, tivera de elogiá-lo, em seus relatórios, pelos seus feitos em Curuzu e Curupaiti.

Além de 2.º commissário, incumbido de substituir o 1.º nos seus impedimentos, era Lopes de Araújo, especialmente, o astrônomo da Comissão, desdobrando-se ainda a sua atividade, por diversas formas nas explorações geográficas.

A importância e a eficácia da obra realizada pela Comissão, e na qual coube-lhe, a Lopes de Araújo, parte das mais salientes, e as dificuldades materiais, que com bravura tiveram de ser vencidas pelas condições topográficas da zona percorrida, acham-se demoradamente expostas no Relatório geral do 1.º commissário, de 15 de fevereiro de 1875, e vivamente sintetizadas anteriormente nesse último relatório parcial, constante do seguinte officio por êle dirigido de Assunção, ao ministro dos Estrangeiros, a 14 de novembro de 1874:

«Illm. e Exm. Sr. — No dia 24 do mês passado reuniu-se pela última vez a comissão mista com o fim de confrontar e assinar os dois exemplares da carta geral da fronteira, que acabava de ser demarcada, e depois de assinados, lavrou-se a respectiva ata».

«É com a maior satisfação que apresento a V. Excia. o exemplar desta ata e o daquela carta, pertencentes ao Brasil, por comprovarem tão importantes documentos, que ficou completamente concluída a demarcação de nossa fronteira com esta República, único trabalho dêste gênero, realizado até ao presente sem interrupção no curto espaço de vinte e seis meses. A extensão de cento e noventa léguas de fronteira demarcada, então pouco conhecida; oitenta de picadas abertas na serra do Amambai e Maracaju, e nas cabeceiras do Apa, para deslindar a questão do Estrêla; a custosa navegação daquele rio e a do alto Paraná, com os riscos que apresenta acima da foz do Iguaçu, podem dar uma idéia da perseverança da comissão e dos trabalhos com que lutou para efetuar esta demarcação».

«Cinco meses de uma vida por demais mortificante nas matas do Maracaju e do Paraná, durante a estação das chuvas e quando a comissão já se achava fatigada pelos trabalhos anteriores, tornaram a última parte da demarcação bem difícil».

«Foi nestas circunstâncias, e sem prático, que se abriu a extensa e contínua picada de trinta e oito léguas pelo mais alto da serra de Maracaju até ao grande salto das Sete Quedas e daí pela escabrosa margem direita do Paraná, cheia de precipícios e das maiores dificuldades até a embocadura do verdadeiro Igureí, ou Pelotas dos antigos demarcadores».

«É o alto daquela serra tão sinuoso como um rio, e antes da demarcação era completamente desconhecido, e sendo limitado por vertentes ignoradas, era preciso logo que se encontravam, discriminar por explorações as que corriam para o norte e para o sul, a fim de poder continuar na picada».

«Neste último serviço de demarcação, e nos anteriores deram sempre prova de inteligência, aptidão, dedicação e constância, os ajudantes Majores Francisco Xavier Lopes de Araújo, astrônomo, e Guilherme Carlos Lassance e Capitão Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, que, além do serviço de engenheiro, exerceu o lugar de secretário».

«O Major Lassance acompanhou-me sempre durante os referidos cinco meses, fazendo o levantamento da serra de Maracaju, com coragem e abnegação».

«O Major Araújo exerceu também o comando interino, da força da comissão, desde a boca da picada para o salto das Sete Quedas, até o fim dos trabalhos, bem como o lugar de secretário nas conferências dos três últimos marcos».

«Cumpro pois um grato dever em recomendar a V. Excia. tão distintos oficiais pelos relevantes serviços que acabam de prestar ao país».

Não tardaria, finalmente, que, naquele mesmo ano de 1874, o Governo Imperial distinguisse a Rufino Galvão com o título de Barão de Maracaju, e a êle, Lopes de Araújo, com a Comenda da Ordem da Rosa.

E não prossequirei, sem considerar ainda que, para suavizar-lhe a penosa e arriscada jornada de demarcação, foi dado a Lopes de Araújo, como ficou à mostra, ver com os seus olhos a maravilha do Salto das Sete Quedas, o que o encheria de saudade do seu Sul de Minas e da sua própria terra natal, a Cidade de Campanha, no sentido que vai ficar exposto.

Aliás não é possível falar na nossa fronteira com o Paraguai, sem pôr em foco essa maravilha, assim com tanta felicidade descrita por um técnico citado no trabalho de Raja Gabaglia — *Fronteiras do Brasil*:

«Pouco antes de precipitar-se, o Rio Paraná tem cêrca de 5 quilômetros de largo; esta enorme largura reduz-se de repente a 50 metros em um canal de rocha, donde a massa d'água se atira em plano inclinado de uma altura perpendicular de 20 metros. O ruído se ouve a seis léguas e o vapor d'água se vê à distância e através de selvas impenetráveis, como nuvens de fumo de um colossal incêndio... O ruído da catarata, mais atroz do que o ribombar de cem canhões, causa tal espanto às aves que nos dilatados e extensos bosques da serra não se vê pássaro algum; espavoridos os animais fogem daquele sítio».

E nessa formidável massa d'água que dêste modo se precipita do Salto das Sete Quedas, constituindo assombrosa reserva de *Ilha Branca* para o Brasil, uma parte considerável provém da Bacia do Rio Grande, dêsse rio que nasce ali no Sul de Minas, e o percorre longamente, seguindo afinal para o Triângulo Mineiro, onde conflui com o Rio Paranaíba formando o Rio Paraná; e bacia hidráulica a mesma, em que um dos filetes nasce na Cidade da Campanha, bem na vizinhança do solar em que nasceu Lopes de Araújo.

Regressando para o Brasil, a Comissão em causa chegou ao Rio de Janeiro a 29 de novembro de 1874, mas para dentro de cinco meses, receber outra incumbência, a da demarcação de nossa fronteira com a Bolívia, tal êsse brilho e sucesso com que ela se houvera, na demarcação da nossa fronteira com o Paraguai.

Certo, em 1868, cumprindo o Tratado do ano anterior, de limites entre o Brasil e êsse mesmo país, a Bolívia, uma Comissão

Mista já se havia constituído para a respectiva demarcação, e sendo a Comissão Brasileira chefiada pelo Capitão de Mar e Guerra Antônio Cláudio Soido.

Comissão essa que entrou em ação levando os seus trabalhos da Baía Negra à Lagoa de Cáceres, sendo aí suspensos os mesmos.

Resolveu então, em 1875, o Governo Imperial que estes continuassem, formada nova Comissão Mista, e sendo a Comissão Brasileira, como já ficou dito, a mesma que galhardamente se houvera na demarcação de nossa fronteira com o Paraguai.

E eis que segue ela para o seu pôsto a 1 de maio.

A 17 de junho reuniram-se em Corumbá as duas Comissões, brasileira e boliviana, a fim de se porem de acôrdo sôbre o modo como haviam de proceder, partindo do marco que assinala o extremo norte da Lagoa de Cáceres.

Isto feito, metem mãos à obra, que com tanto sucesso levavam a cabo.

Em seu Relatório apresentado à Assembléia Geral do Império, a 27 de dezembro de 1878, já podia dizer o Ministro dos Estrangeiros, Barão de Vila Bela:

«Tenho a satisfação de participar-vos que está concluída a demarcação de limites com a Bolívia, faltando apenas que o governo dessa República aprove a planta geral da fronteira e se levantem marcos definitivos em um dos morros chamados Quatro Irmãos, e noutros pontos de fácil acesso. Não devo deixar de dizer que os membros da Comissão Brasileira procederam sempre com zelo e inteligência».

E do que ocorreu no processo de demarcação, desde o comêço até o fim, e da importância da obra realizada, foi me dado ter direto e preciso conhecimento, consultando na Biblioteca do Itamarati êsse Relatório, bem como os dois anteriores, de 1877, dos respectivos Ministros dos Estrangeiros, Barão de Cotegipe e Diogo Velho.

Dos *Anexos* dêsses Relatórios, constam as Atas do levantamento dos marcos e de tôdas as sete Conferências realizadas pela Comissão Mista durante o curso da demarcação.

Compreendeu esta, longa extensão da nossa fronteira com aquêlê país, a Bolívia; estendeu-se desde a Lagoa de Cáceres, até a confluência do Rio Bení com o Madeira.

E a maior parte do tempo quase que se pode dizer foi a Comissão Brasileira chefiada por Lopes de Araújo; certo que das sete Conferências realizadas pela Comissão Mista, em quatro figurou êle na chefia da mesma.

A princípio em 1876, por motivo de saúde, esteve ausente dela o Barão de Maracaju, e se voltou à atividade foi para mais tarde, em meados de 1877, por aquêlê mesmo motivo, pedir a exoneração, que lhe foi concedida.

E as Atas das Conferências da Comissão Mista deixam em grande relêvo a figura de Lopes de Araújo pela proficiência, segurança e clareza, com que discute os problemas em causa, e sabe interpretar as cláusulas do Tratado de Limites, para a aplicação ao caso concreto.

Com a Conferência da Comissão Mista, realizada a 2 de abril de 1878, ficaram concluídos os trabalhos da mesma.

Voltava para o Rio de Janeiro a nossa Comissão; mas um ano não decorre, e Lopes de Araújo já promovido a tenente-coronel em 1877, tem de seguir para outra das nossas fronteiras.

No seu Relatório de 27 de dezembro de 1878, anunciava o Ministro dos Estrangeiros, Barão de Vila Bela, que ia se efetuar, por fim, a demarcação de limites com a Venezuela conforme o Tratado de 5 de maio de 1859 (que vinha sendo demorada por culpa dessa República), e a dizer: «Brevemente partirá a comissão para Manaus, a fim de dirigir-se pelo Rio Negro ao seu destino».

E declarando que estava assim composta essa comissão, a Comissão Brasileira: Comissário, o Tenente-Coronel Francisco Xavier Lopes de Araújo; 1.º ajudante substituto, o Major Guilherme Carlos Lassance; 2.º Ajudante o Capitão Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel; Ajudante, o Capitão Dionísio Evangelista de Castro Cerqueira, Secretário, o Tenente Taumaturgo de Azevedo.

Chegava por essa forma Lopes de Araújo ao ápice de sua carreira na demarcação de nossas fronteiras.

Era o chefe da Comissão em causa, como imperativo dos títulos conquistados na longa e exemplar jornada que vinha realizando.

Ao seu lado, figuravam dois ajudantes que haviam colaborado em partes dessa jornada, Lassance e Pimentel, e dois elementos novos, Dionísio e Taumaturgo.

Ainda aqui, pude conhecer direta e seguramente a obra realizada por Lopes de Araújo, consultando na Biblioteca do Itamarati os relatórios ministeriais da época e que foram, no caso, os de 1882, 1883 e 1884.

O Relatório de 1882, apresentado pelo Ministro Franklin Dória, dá notícia da demarcação que fôra levada a efeito pela Comissão Mista, Brasileira-Venezuelana, da nascente do Me-

machi até o serro Cupy, e significado que os trabalhos foram penosos, sobretudo na região do Memachi, sendo os empregados que dêles foram incumbidos dignos de louvor pela sua dedicação e constância; e de que faleceram algumas pessoas de enfermidades adquiridas no serviço, entre as quais o Alferes Francisco Xavier Lopes de Araújo Sobrinho e o 3.^o Comissário Joaquim Xavier de Oliveira Pimentel, «que tão relevantes serviços prestara em outras demarcações e continuava a servir com zêlo e inteligência».

E nos seus Anexos publica as Atas das nove Conferências realizadas durante o curso da demarcação.

Nos debates, aí registrados, sôbre os assuntos em causa Lopes de Araújo reafirma-se aquela figura tão saliente que, como pude significar, constituiu a sua nos debates das Conferências da Comissão Mista relativa a nossa fronteira com a Bolívia, quando em substituição ao Barão de Maracaju, era êle o Comissário Brasileiro.

E de tais Atas consta que havendo a mesma Comissão Mista concluído a demarcação a partir do Memachi até o Sêro do Cupy, suspendeu os seus trabalhos, deixando à decisão dos dois Governos a conveniência de continuá-los até onde chegassem os domínios dos dois Estados, visto que correndo a fronteira daquele Sêro para Leste pela divisão das águas nunca poderia haver dúvida sôbre a sua direção.

Referindo-se a êste assunto, informa o ministro haver o Governo Imperial entendido que a demarcação devia ser continuada, e esperava que o da Venezuela, para êsse fim nomeasse nova Comissão (pois a sua para lá havia regressado), ou concordasse em que a Comissão Brasileira continuasse por si só os trabalhos, sendo a exatidão dêstes oportunamente verificada por parte da República.

Não se resolvendo, porém, o Governo Venezuelano por nenhum dêsses alvitre, continuou, decidiu o mesmo Governo Imperial que a sua Comissão procedesse por si só à demarcação, tendo o cuidado de não entrar pelo território da Venezuela; e a mesma iria cumprir a sua determinação.

O Relatório de 1883, apresentado pelo Ministro Lourenço de Albuquerque, noticiava que segundo as últimas comunicações estavam concluídos os trabalhos de campo, e os membros da Comissão se haviam recolhido a Manaus donde regressariam para a Corte.

Salientava ainda que a Comissão teve de suportar muitas privações e de vencer muitas dificuldades; era digna de louvor por sua constância e dedicação.

Finalmente, o Relatório de 1884, apresentado pelo Ministro Soares Brandão, podia anunciar que a Comissão já havia chegado ao Rio de Janeiro, e concluído o seu trabalho.

E que em «Anexo» se achava o Relatório da mesma, acompanhado de uma cópia reduzida da carta geral da fronteira.

Certo, já conhecia eu este Relatório, de Lopes de Araújo, pela separata existente na Biblioteca Nacional.

Mas agora foi que tive de examiná-lo demoradamente.

É deveras um trabalho notável, que deixa a tôda luz a importância dessa obra de saber, de patriotismo e de sacrifícios, de uma epopeia, pode-se dizer, realizada pela Comissão Brasileira, e com tanta glória sobretudo para o seu ilustre chefe, para Lopes de Araújo.

Recomenda-se pela amplitude e método; pela redação clara, precisa, em que é vasado; e pelo mais perfeito conhecimento das matérias em causa, e das conexas eruditamente tratadas.

Divide-se em três partes, correspondentes àquelas três fases por que passou a demarcação realizada: a da Comissão Mista Brasileira-Venezuelana; a da suspensão da obra; e a de sua continuação exclusivamente pela Comissão Brasileira. E cada uma delas, é encabeçada por um sumário.

Sintetizarei os pontos principais das mesmas.

A primeira parte começa pela própria formação da Comissão Mista, e se estende até o término de sua atividade, no Sêrro Cupy.

Desde logo, fere a vista, na descrição da viagem da Comissão pelo Rio Negro, a caminho da fronteira, a largueza da cultura de Lopes de Araújo, em relêvo nessas tão instrutivas páginas históricas e geográficas, consagradas aos sítios e localidades que se sucedem nas margens da grande artéria fluvial.

Valem, estas páginas, por uma monografia. E nas mesmas, nem faltou que êle fizesse referência aos índios da região, falando dos trabalhos em que se ocupavam, o dos seringais, e da exploração que sofriam dos seringueiros, reduzindo-os a verdadeiros escravos.

Em Marôa, cidade venezuelana onde se reuniu a Comissão Mista Brasileira-Venezuelana, deliberou esta que os engenheiros fôssem divididos em turmas, para se fazer ao mesmo tempo as explorações dos rios em cujas cabeceiras deviam ser estabelecidos os marcos como pontos da linha de limites da fronteira.

Coube a Taumaturgo de Azevedo, a exploração do Aquio e do Memachi, e a Dionísio Cerqueira a do Maturucá.

E os relatórios respectivos acham-se integrados no Relatório em causa.

O primeiro dêsses relatórios, o do Aquio foi rápido, que mais não era necessário, porém, conclusivo; os dois seguintes, o do Memachi e do Maturucá, que muito recomendam aos seus prola-tores, Taumaturgo e Dionísio, foram conclusivos e longos, com o quadro completo da obra realizada e dos impressionantes sacri-fícios que custou, de saúde e de vidas. E quanto ao de Dionísio, sendo ainda para referir as diversas corrigendas feitas à carta geográfica de Codazzi, então, muito conhecida, e abonada pela Academia de Ciências de Paris.

Na exposição que desenvolve Lopes de Araújo das difficul-dades de vários gêneros que a mesma Comissão, a Comissão Bra-sileira, houve de vencer para realizar a obra que lhe fôra cometida, emocionam fortemente as oriundas do encachoeirado do Rio Negro e da insalubridade de zonas percorridas.

Do encachoeirado, êle próprio, Lopes de Araújo, fôra o pri-meiro, juntamente com Taumaturgo de Azevedo, e mais três ho-mens da tripulação da lancha da Comissão, que esteve a pique de ser vitimado, no momento em que esta lancha transpunha a cor-redeira «Abú».

E transposta esta corredeira, ainda maiores perigos se apre-sentariam à Comissão, ao ter de galgar a série de cachoeiras, que daí em diante surgiam a partir de Camauá até chegar ao pôrto de São Gabriel.

Perigos que mais tarde seriam postos em tanto relêvo por Dionísio Cerqueira, nas suas inspiradas «Reminiscências da Fron-teira», trabalho de que ainda falarei para adiante.

Assim, por exemplo o descrito nessa página dramática da lancha *Araújo*, que vagou de precipício em precipício, sacudida em todos os sentidos pela impetuosidade das águas, chegando afinal a bom termo.

Em seguida àqueles relatórios de Taumaturgo e de Dionísio, que integram o seu Relatório, exhibe Lopes de Araújo êste impres-sionante e doloroso quadro do tributo pago pela Comissão à insa-lubridade de zonas percorridas:

«A primeira vítima que houve nessas explorações, foi o solda-do do contingente João Raimundo, falecido em Tigre, a 7 de feve-reiro. Dias depois, a 16 faleceu meu sobrinho o Alferes Francisco Xavier Lopes de Araújo Sobrinho, que caiu doente de *béri-béri*, no depósito de Naquieni».

«A 8 de março faleceu também de *béri-béri* o cabo Benício José Freire».

«A 5 de abril deixou de existir o nosso sempre lembrado companheiro Dr. Joaquim Pimentel».

«Mais tarde seguiram-se os soldados Raimundo Irênio Pinto, a 8 de julho, e Cruz Ferreira que fazia parte da exploração do Maturucá, e depois de terem regressado a Manaus, outras praças, todos vítimas do terrível *béri-béri* apanhado nas regiões inhóspitas por onde andaram».

«O Dr. Taumaturgo regressou do Memachi em estado perigoso».

«O Dr. Lassance, Capitão Aguiar, comandante do contingente, empregados do fornecimento e praças que estiveram no Tigre e em Memachi, voltaram todos atacados do mesmo mal».

«O Dr. Dionísio regressou do Maturucá sofrendo de febre intermitente e apresentando sintomas da mesma moléstia; e com êle quase todo o pessoal que o acompanhara. O Dr. Dantas também sofreu de febre intermitente».

«Eu mesmo apesar de ter ficado em Marôa, sofri muito durante esta fase da Comissão, moralmente pela perda de tantas vidas e fisicamente por estar padecendo da mesma enfermidade que ceifou tantas vidas».

Exibe todo êsse quadro, mas podendo concluir para a glória da Comissão: «Não obstante continuou-se no trabalho».

Quase que se pode dizer, foi só com atestado de óbito, que alguém deixou de trabalhar!

Dada essa notícia decorrente daqueles relatórios de Taumaturgo e Dionísio, passa Lopes de Araújo à exposição do levantamento dos marcos e de tudo que foi ocorrendo no processo técnico da demarcação dessa linha de fronteira de Memachi ao Sêro Cupy.

A segunda parte do Relatório apresenta menor importância, pois como já foi referido, trata apenas do período da suspensão dos trabalhos da Demarcação, durante o qual a Comissão ficou em Manaus, à espera de deliberação do Governo Imperial, sobre a continuação dos mesmos.

Nesse período consagrou-se a Comissão somente a trabalhos de escritório, complementares da obra realizada.

Entretanto, no tempo que lhe sobrava, pôde prestar importantes serviços ao progresso da então Província do Amazonas, deixar o seu nome, de modo tão honroso ao mesmo ligado, com isto que conta Lopes de Araújo:

«Por falta de engenheiros na Província e a pedido dos Presidentes Exmos. Srs. Drs. Satyro de Oliveira Dias e Alberico José Furtado, aceitei a nomeação para, como relator de comissões no-

meadas por SS. EEExs., dar parecer sôbre diversas obras a construir-se ou em construção».

«Pelos mesmos motivos o Sr. Major Dionísio Cerqueira incumbiu-se de organizar um projeto para o Liceu Provincial, o qual, sendo aceito, foi logo pôsto em execução».

«O Sr. Capitão Taumaturgo a quem permiti, também a pedido do Exmo. Sr. Dr. Satyro, ser nomeado adjunto da Repartição de Obras Públicas, organizou o projeto de uma igreja, que começou a construir, de um jardim público ao qual deu também comêço, e de um corpo de guarda no Tesouro Provincial, e fiscalizou a construção dos encontros e cais para uma ponte de ferro e de outras obras importantes. Apesar de se achar empregado nesses trabalhos, onde com incômodos desempenhava seus deveres, desistiu em favor da instrução pública da província de todos os seus vencimentos de cêrca de um ano na importância de 2:378\$522».

«Seria também uma injustiça de minha parte se olvidasse o nome do Sr. Dr. Antônio de Sousa Dantas, médico da Comissão. Durante o tempo em que nos demoramos em Manaus, êste ilustre médico viu-se obrigado a ter chamados aos quais acudia, porém nunca levando espórtulas nem recompensa de seu trabalho».

«Ricos e pobres, a todos atendia e prestando os seus serviços gratuitamente, e sem ostentação».

Na terceira parte do Relatório, afinal, trata Lopes de Araújo, como também já foi referido, do prosseguimento da Demarcação, sem coparticipação da Venezuela, deliberado pelo Govêrno Imperial.

E descreve a princípio, a viagem realizada pela Comissão, sob a sua permanente chefia pessoal, com destino às cabeceiras dos rios Marary e Pedauiry.

Põe à vista o quadro da febre intermitente atacando os membros da Comissão, praças e índios; e das dificuldades a vencer com a grande cachoeira Uaianary, que a certo ponto do rio Pedauiry, intercepta-lhe o curso natural.

E, por êste fato, não sendo possível subir tôda a Comissão reunida, o rio, e para não retardar os seus trabalhos, determinou êle que os engenheiros Major Dionísio Cerqueira e Capitão José Jardim seguissem imediatamente para o rio Marary, a fim de proceder a sua exploração.

Continuando assim a viagem, chega a Comissão à foz do Marary, onde êle Lopes de Araújo fêz as respectivas observações astronômicas.

E a seguir no dia 3 de abril do ano em causa, 1882, chega ao pôrto — Marary — pôsto de partida para os trabalhos por terra.

Mas para atingir êste lugar, tendo de passar por muitos apertos, devido à falta de pessoal idôneo, ao número considerável de perigosas cachoeiras e difíceis de se transpor, e à impetuosidade das águas correndo em leito de pedras e cascalho de declive assás considerável.

Isso exposto, passa Lopes de Araújo a fazer interessantes observações, sôbre os dois rios em causa, o Marary e o Pedauiary.

Prosseguindo, informa que no dia 4 partiram para o sêrro do Guay, continuando o levantamento do pôrto do rio Castanho, Dionísio Cerqueira e José Jardim, e para o sêrro Curupira, como um dos pontos obrigados da linha de limites, Taumaturgo.

E recebida comunicação dêste, de haver chegado ao mesmo sêrro Curupira, para aí seguiu no dia 9, a fim de determinar pessoalmente o azimuth, em relação ao sol, à Serra Taplirapecó e a outras visíveis.

No dia 13 regressaram do Castanho outros membros da Comissão, ficando assim como declara, concluídos, felizmente dentro de um prazo bem curto e inesperado os trabalhos dessa zona, desde o sêrro Cupy, cuja posição se achava já determinada desde 1880, até Anahá na-haná que faz parte do sêrro do Curupira.

Transcreve no Relatório, o de Dionísio Cerqueira sôbre trabalhos realizados no sêrro Guay e no caminho que vai do rio Marary ao Castanho.

Desce pois, a Comissão, do Marary e do Pidauiary, a fim de seguir para o Rio Branco.

E a certa altura havendo de navegar em águas do Rio Prêto, que não era geogrâficamente conhecido, pois nenhuma carta dos antigos trazia-no consignado; faz êle, Lopes de Araújo, a descrição do mesmo.

Sobe finalmente a Comissão para o Rio Branco instalando-se no Forte de S. Joaquim.

Por determinação de Lopes de Araújo, parte logo para os rios Uraricoera e Uraricapará, a proceder à exploração dos mesmos, Dionísio Cerqueira, acompanhado de auxiliares.

Desempenha êste a sua missão, apresentando o respectivo relatório, transcrito no Relatório da Comissão.

É deveras importante, êsse relatório de Dionísio Cerqueira, deixando mais uma vez em foco a sua competência profissional na penosa obra realizada, a sua cultura geral desdobrando-se em inte-

ressantes informes sobre a zona percorrida, e o seu gosto literário, assim revelado, por exemplo, na descrição da catarata de Amahána-haná:

«Tem a altura de cerca de 15 metros. O rio depois de três saltos precipita-se inteiro e a prumo por uma passagem apertada entre altos penedos com fúria e fragor indiscreto sobre uma grande esplanada que parece o pedestal de um monumento ciclópico, por onde as águas se dividem, ainda espumando, e correndo em meandros caprichosos por entre pedras negras e róseas cobertas de algas esverdeadas. Abaixo o rio espraia-se tranqüilo e sereno como que repousando do esforço titânico que acabava de fazer. É um dos quadros mais belos e grandiosos que a natureza portentosa destas regiões selvagens expõe à admiração e o espanto do viajante aventureiro».

Aliás fora desse relatório sobre Uraricoera e Uraricapará e dos anteriormente citados sobre o rio Maturucá, e sobre os trabalhos realizados no Guay e no caminho que vai de Marary ao Castanho, escreveu ele em 1910, essas já referidas *Reminiscências da Fronteira*, publicadas em 1928, trabalho póstumo, de páginas vivas e coloridas sobre o homem e a terra de algumas das regiões que percorreu (5).

Isso considerado, volto a falar diretamente sobre Lopes de Araújo, ainda pela sua estada no forte de São Joaquim.

Antes de novas expedições que organiza para a fronteira, teve ele por um momento a sua atenção dirigida para o fenômeno astronômico da *passagem de Venus*, verificado naquele ano de 1882 e que tanto preocupava os nossos meios científicos.

Ao assunto não podia ficar indiferente o professor de Astronomia, que fora da Escola Central, e a ser dentro em breve o diretor do Observatório Nacional.

Eis o que a respeito ele conta em seu Relatório:

«Achando-me ainda no forte de São Joaquim onde construí um observatório e assentei a luneta meridiana, observei no dia 6 de

(5) Consta essas *Reminiscências*, de que existe um exemplar na Biblioteca Nacional, onde o consultei, dos seguintes capítulos: *Uma noite no Rio Marary; Através da Cordilheira até a Maloca do Fuicháua; Na Maloca do Fuicháua do Castanho; Pelo Rio Negro, a vapor, a remo e a sirga*.

Sendo certo que os três primeiros capítulos, são excertos ampliados e colhidos do seu relatório sobre os trabalhos realizados no serro do Guay e no caminho que vai do Marary ao Castanho.

E ao que informa A. de Castro Cerqueira, no prefácio a essas *Reminiscências*, era pensamento de Dionísio Cerqueira, fazer o mesmo quanto ao seu relatório sobre o Maturucá, já havendo delineado a sua súplica, não continuando por haver falecido em 1910.

dezembro a passagem de Venus sôbre o disco solar, chegando a determinar três dos quatro côntactos».

«Não posso garantir a precisão dessa observação, nem dar todos os elementos, necessários à solução do fenômeno observado, pela falta de instrumentos especiais, que não tinha, utilizando-me apenas da luneta de um telescópio e dos cronômetros que estavam por essa ocasião no forte».

«Entretanto, como demonstração de minha boa vontade em concorrer para o progresso da ciência, terei a honra de corrigir no outro relatório o resultado da minha observação».

Passo a falar agora sôbre aquelas referidas novas expedições que organizou, dividida a Comissão em duas secções para acelerar os trabalhos da mesma.

A primeira delas sob a chefia do Capitão Feliciano Benjamin, acompanhado do Capitão José Jardim, destinada a explorar o rio Mahú — para determinar a sua nascente mais oriental.

E a segunda, chefiada em pessoa por êle, Lopes de Araújo, acompanhado do Capitão Taumaturgo, visando as cabeceiras do rio Cotingo.

Transporta-se êle assim, a 8 de dezembro, para São Marcos, por ser daí que tinha de partir a expedição por terra.

Só no dia 15 achando-se pronta a mesma, seguindo então para a fronteira em busca da nascente principal daquele rio Cotingo, e sendo o Capitão Taumaturgo incumbido de efetuar o respectivo levantamento do caminho percorrido.

A 22 de dezembro deixando junto à serra Uanacary as carretas que levava, por não poderem atravessar o rio Surumu sem grande trabalho e perda de tempo, partiu ela a cavalo indo acampar à margem direita e junto à foz do rio Maruny, e no dia seguinte viajando desde às 5 da manhã às 6 da tarde, tendo apenas durante o dia duas horas de descanso, pôde chegar enfim à base da condilheira de Pacaraíma no dia 28 pela manhã.

Dá em diante eis o que, de modo a emocionar, começa narrando Lopes de Araújo:

«Parti a pé com os Srs. Capitão Taumaturgo e Alferes Ferreira comandante do contingente, e seis praças e vinte índios conduzindo instrumentos e víveres para a expedição».

«Depois de uma série de dias passados rudemente, subindo e descendo continuamente até a noite, apenas uma hora para descanso, os altíssimos serros dêsse imenso e gigantesco sistema de cordilheiras, ora paralelas, ora interceptadas por outras em rumo diverso, pude enfim chegar depois de atravessar mais de um grau

geográfico, à nascente do Cotingo na serra de Roraima, cuja posição determinei com diferentes pontos intermediários do extenso caminho, sob o pêso da fadiga e perspectiva da fome, por se acharem quase acabados os recursos que levava».

Informa ainda:

«A cordilheira de Pacaraíma nesta zona é formada de elevadas serras grupadas umas às outras, por contrafortes que a tornam de soberbo aspecto».

«A vegetação destas serras nos pontos elevados é de gramíneas e nas quebradas existem algumas matas e há sempre um igarapé de límpidas águas e temperatura assás agradável».

«Encontra-se nelle grande quantidade de belos cristais de quartzo, e em uma é tão notável esta rocha que se denomina Serra dos Cristais».

Passa a falar sobre os índios.

«Em toda esta cordilheira há malocas de índios Brasileiros e Venezuelanos. Os Macuxis e Aricunas dominam o alto da cordilheira, os Uapixanas a sua base».

Faz algumas observações sobre elles; e patrioticamente prevenindo do perigo de sua atração pelos inglezes de Demerara.

Discorda de todos os outros geógrafos, de ser o Samuru o rio principal, e o Cotingo, o afluente; antes demonstra que o contrario é que é a verdade.

Informa haver regressado a expedição que fôra ao Mahú, o relatório de cujo chefe, Capitão Feliciano Benjamin, transcreve.

Deixou de ser determinada a posição do serro Anay, registra, por haver o Governo Imperial julgado isto desnecessário.

Assim, terminados os trabalhos de campo, desce a Comissão para Manaus, e depois para a Corte, para a capital do Império, onde concluidos os trabalhos de escritório, organiza elle, Lopes de Araújo, o respectivo Relatório, a ser enviado ao Ministro dos Estrangeiros, e que tem a data de 24 de janeiro de 1884.

E dêsse Relatório, além de tudo que até aqui acabo de deixar à vista, consta ainda na parte final o interessante capítulo que se intitula — *Descrição geográfica da fronteira*; descrição perfeita, clara e precisa.

Capítulo com que, porém, não o encerra Lopes de Araújo, sem antes escrever estas nobres palavras sobre os seus companheiros: «Terminando permita-se que manifeste aqui o júbilo de que sempre estive possuído da lealdade e dedicação com que se houveram os meus dignos companheiros de trabalho, desempenhando os seus cargos com o máximo zelo, e suportando os rudes sacrificios

por que passaram com um desprendimento digno de moços que só tinham por fim o cumprimento do dever e a consciência de bem servir à pátria».

Devo registrar, finalmente, que ao sucesso da obra da demarcação em si mesma, correspondeu a importante documentação que a ilustra. Assim, êsse Relatório do eminente chefe da Comissão, Lopes de Araújo, e os dos seus ilustres ajudantes, já referidos, e as tantas cartas organizadas sôbre os rios e outros pontos explorados.

Cartas estas âneas ao Relatório, e que são as seguintes:

«Uma carta geral de tôda a fronteira desde a cabeceira principal do rio Memachi até o rio Mahú, construída na escala 1:400.000 metros — Duas cartas dos rios Negro, Cassiquiarí, Pacimoni, Baria, Maturucá, Dimiti, Iá e Canabari, construídas na escala de 1:200.000 — Duas do rio Padauri, construídas na escala de 1:100.000 — Duas do rio Marary e caminho para o Castanho, na mesma escala — Duas dos Rios Branco e Uraricoera na escala da 1:200.000 — Duas do Rio Branco (2ª parte), na mesma escala. — Duas do rio Uraricará, na escala de 1:100.000 — Duas dos rios Surumu e Cotingo, na mesma escala — Duas do rio Tacatu e caminho para o Forte de São Joaquim à foz do Mahú, na mesma escala — Duas no rio Mahú e caminho do rio Ukiriripi, na mesma escala».

Contém o conjunto dêsses relatórios e cartas preciosos informes sôbre regiões perlustradas da grandiosa Amazônia.

Foi com todo êsse brilho, que acabou de ficar exposto, que êle Lopes de Araújo, chefou a Comissão Brasileira de limites com a Venezuela.

Agraciou-o o Govêrno Imperial, com o título de Barão de Parima, promoveu-o a coronel, e o nomeou diretor do Observatório Astronômico.

E, por seu lado, o Govêrno da Venezuela lhe conferiu a condecoração do *Busto de Bolívar*.

O nosso antigo Instituto Politécnico, predecessor do atual Clube de Engenharia, e a nossa Sociedade de Geografia, o elegeram sócio efetivo.

Distinguiu-o ainda, a Sociedade de Geografia de Lisboa, com a sua eleição para sócio correspondente.

Notável figura no cenário nacional foi deveras essa que, em obra de justiça histórica, acabo de descrever, — Lopes de Araújo, por fim Barão de Parima.

Serviu êle devotadamente ao Brasil, na paz e na guerra.

E na paz, de modo incomparável, na especialidade a que se consagrou.

Foi o demarcador de nossas fronteiras, de sólidos conhecimentos técnicos, de astrônomo, geógrafo e cartógrafo, postos à prova a cada momento.

E aquêlê que, em maior extensão as percorreu, e por mais tempo permaneceu em atividade nas mesmas.

Foi aquêlê que as percorreu, quer quanto às meridionais, às occidentais e às setentrionais.

E aquêlê que as percorreu em zonas mais ásperas, mais arriscadas e mais inhóspitas.

Foi, para concluir, quem as percorreu, começando pelas extremas meridionais do país, para afinal chegar ao extremo setentrional, e no seu ponto mais alto, o da nascente do Cotingo, da serra de Roraima, dêsse gigantesco sistema de cordilheiras Parima-Pacaraima, donde foi tirado o seu título nobiliárquico de Barão de Parima, como a simbolizar a grandeza dessa longa, brilhante e patriótica obra por êle realizada tempo fora e que ali teve o seu têrmo, pois dentro em pouco, a 9 de março de 1886, aos cinqüenta e oito anos de idade, (6) dava-se o falecimento dêsse que pelo seu valor profissional, que se irmanava com o moral, (7) tanto ainda poderia servir ao Brasil (8).

(6) Faleceu nesta Capital, vitimado por uma embolia cerebral, deixando viúva e filhos, e sendo sepultado no cemitério de São João Batista.

(7) Fazendo-lhe o necrológico, o *Jornal do Comércio*, ao lado da sua figura militar, e da sua figura profissional na demarcação das fronteiras, salienta ainda a sua figura moral, a amenidade de seu trato que a todos cativava.

E a êsse respeito, precioso testemunho presta também Dionisio Cerqueira, em mais de uma passagem de suas citadas *Reminiscências*. Aqui, por exemplo, falando: «Todos estimávamos muito o querido chefe, e o respeitávamos, como tanto êle merecia»; e ali considerando: «Era uma alma boa e simples, como poucas tenho conhecido, e sobretudo generosa».

(8) Tal o nome que conquistou sôbre êsses assuntos de fronteiras, que a última nomeação por êle recebida do Governo Imperial, em fins de 1885, se não foi para obra de demarcação (que nenhuma demarcação se determinou no momento), foi para obra de segurança, de uma fronteira.

É o que consta de documento que consultei no Arquivo do Ministério da Guerra, dessa representação feita pelo Capitão Bernardino Bormann para que se regulamentassem as atribuições do diretor da Colônia Militar de Chapecó.

Pronunciando-se a respeito da mesma, a respectiva Secção do Ministério da Guerra opinou por que se ampliasse a regulamentação proposta, quer no sentido de compreender tôda a matéria da mesma Colônia quer no sentido de compreender, em iguais têrmos, a regulamentação da Colônia Chopim.

Vivo fôsse êle quando, em 1886, se constituiu a Comissão Mista Brasileira-Argentina, relativa à questão de limites entre os rios Uruguai e Iguaçu, incumbida do reconhecimento do rio Pepiriguaçu, e Santo Antônio, e do território entre os mesmos compreendido; vivo fôsse êle então, e o seu nome, por certo, teria sido o escolhido para a chefia da Comissão Brasileira.

Confiou-se esta chefia ao ilustre Barão de Capanema, mas levando como auxiliares a Dionísio Cerqueira e Cândido Guillobel.

Havia sido Dionísio Cerqueira, como ficou visto, discípulo do Barão de Parima, na demarcação da fronteira com a Venezuela, e o venerava; e Cândido Guillobel, por seu lado, a êle assim se referia: «Era o Barão de Parima um dos brasileiros que mais conhecia as nossas fronteiras». (9)

Pairava por essa forma, o seu espírito, do Barão de Parima, na parte tão saliente que tiveram ambos nos trabalhos da Comissão.

Tão saliente que, mais tarde, haveriam ambos de ser nomeados conselheiros técnicos da missão que, com tanto brilho quanto sucesso, desempenhou o glorioso Barão do Rio Branco, de advogado do Brasil no Juízo Arbitral instituído para derimir êsse litígio entre o Brasil e a Argentina, sôbre o território das Missões, ou melhor, de Palmas.

Certo que Guillobel ainda depois seria distinguido pelo Barão do Rio Branco, a respeito do assunto de fronteiras.

Assim, com a sua escolha em 1907, para chefe da Comissão Brasileira incumbida da demarcação da fronteira com a Bolívia, decorrente do Tratado de Petrópolis de 1903.

E houve, para que mais ainda admirasse êsse notável brasileiro, Barão de Parima, de passar por alguns dos pontos por êle percorridos, podendo conhecer-lhe aí, diretamente, vários atestados dessa ingente, luminosa e vasta obra de demarcação, que realizou sucessivamente sôbre as nossas fronteiras com o Uruguai, Paraguai,

E assim concluindo: «Dos dois estabelecimentos referidos, pode-se retirar vantagens reais, máxime se forem preparados de modo a poderem eficazmente concorrer para a defesa das fronteiras dessa parte do Brasil».

Com êsse parecer da Secção, esteve de acôrdo o Ministro da Guerra, que nomeou uma Comissão para efetivar a regulamentação proposta, e confiando a êle, Barão de Parima, a chefia da mesma.

Infelizmente, breve como ficou visto, desapareceria o ilustre brasileiro.

(9) Da referência tive notícia pelo ilustre brasileiro Ministro Tavares de Lyra. Ouviu-a êle de Cândido Guillobel quando, certa vez com o mesmo palestrando neste Instituto, perguntou-lhe que juízo fazia da figura que fora, a do Barão de Parima.

Bolivia e Venezuela, deixando nas mesmas memória imperecível, bem como no coração da Pátria.

A gratidão da Pátria para com a memória do *Deus Terminus das nossas Fronteiras*, que foi o glorioso Barão do Rio Branco, há de estender-se também a todos aquêles que tempo fóra completaram a obra de nossos Tratados de Limites, efetivando as demarcações ajustadas, com proficiência, devotamento, e sacrifícios, não raro em zonas ásperas e inhóspitas, com risco da própria vida!

E entre os mesmos, como suponho haver exaustivamente deixado exposto, incomparável é a figura do Barão de Parima que hoje comemoramos.

MANUEL BARATA — AMIGO DO INSTITUTO HISTÓRICO (*)

CLAUDIO GANNES

No teatro antigo, aparece uma personagem que, antes do espetáculo, vem à ribalta, para anunciar a peça que vai ser representada. Chama-se *Prólogo* e d'ai, por extensão do significado etimológico, passou a utilizar-se na apresentação dos livros.

Nesta homenagem que vamos prestar à memória de Manuel Barata, o meu papel é exatamente êsse: — o de vir, marginalmente, antecedendo ao conferencista do dia, situar a saudosa figura do ilustre historiador paraense, nos quadros do Instituto Histórico, para servir de introdução ao estudo em que o professor Mario Barata, seu parente, vai discorrer sôbre a sua personalidade e a sua obra histórica.

Preliminarmente quero porém tranquilizar o conferencista, que não vou como tem acontecido algures, desprimorosamente, roubar nada do que êle pode ou vai dizer. Limitar-me-ei apenas a considerações restritas ao meu tema, prèviamente estabelecido por outrem, dando-lhe ensejo a que, depois, disserte, como melhor sabe e maior proveito para todos, sôbre o seu apetecido assunto.

* * *

Singelo destino, o dêsses abnegados pesquisadores, a devotar-se, pelo correr da vida, ao seu estudo, na cata de documentos que sirvam a construir a história de uma localidade, de uma região, de uma província ou de um povo. Trabalho humilde de alicerces obscuros — como diria Anatole France — de pedras que ficam soterradas, para o levantamento sôbre elas, das vistosas fachadas, dos altos edificios ostensivos, que estadeiam vitoriosamente as suas construções evidentes.

Paciência beneditina na caça aos arquivos, as vêzes em viagens longas a países distantes, no faro profissional atraz de um papel elucidativo, amor as raízes do passado, que fazem consumir

(*) Palestra realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 26 de outubro de 1956.

a vida de eméritos estudiosos, no afã, muita vez inglório, de corrigir uma versão errônea, ou de ressuscitar o que já foi consumido, mergulhado no limbo mortal do esquecimento.

Dessa estirpe e dessa linhagem de beneméritos devotados, era Manuel Barata como o foi Varnhagen, como o foi Joaquim Caetano da Silva, como o foi Oliveira Lima, como o foi Capistrano de Abreu, como o foi José Higino, como o foi Vieira Fazenda, como o foi Tobias Monteiro, como o foi Rocha Pombo e — *the last but no least* — como o foi Rio Branco.

Sem eles — e alguns o foram grandes — não teríamos a nossa grande história, porque ela é formada, como em tôda a parte, pelo esforço continuado das gerações, das monografias particularizadas — como o queriam Le Pley e Demoulin — no levantamento do espirito local que, somando, num país tão vasto, vem afinal a constituir, em sentido homogêneo, a imagem total da pátria.

Nesse particularismo geográfico e histórico — pontos em que se estabelecem as coordenadas, para a triangulação das perspectivas panorâmicas — já se enfileiram, felizmente no Brasil, alguns dos nossos mais notáveis sabedores. Façamos-lhe o recenseamento atual, muito embora deficiente, por naturais omissões.

No Amazonas, por exemplo, aparece-nos logo dominando a história da ampla região, um Artur Cesar Ferreira Reis, ou um Agnelo Bittencourt; no Acre um desembargador Castelo Branco; no Pará — tivemos ontem um Raiol, um Baena ou um Manuel Barata e, hoje, um Jorge Hurley, um Nunes Pereira ou um Ernesto Cruz — chave preciosa dos seus arquivos. No Maranhão, avultou outrora um Berredo, um João F. Lisbôa, um Gonçalves Dias, um Candido Mendes, um A. Henrique Leal, e, mais modernamente, o saber geográfico de um Justo Jansen Ferreira. No Ceará — destaca-se — *primus inter pares* — a figura singular do Barão Guilherme Studart, seguida de um João Brígido, de um Antonio Bezerra, de um Pompeu Sobrinho, ou dos novos que se agrupam em torno do Instituto do Ceará — a respeitável instituição nortestina, de tão importantes contribuições para os estudos da região. No Rio Grande do Norte — há ainda a erudição privilegiada de um Tavares de Lyra, a ciência folclórica de um Camara Cascudo, ou os trabalhos de Nestor Lima. Na Paraíba — um Ireneu Joffily, um Ademar Vidal. Em Pernambuco — já apreciamos, no passado, a aportação considerável de um Moniz Tavares, de um Oliveira Lima, de um José Higino, de um Pereira da Costa e, hoje, a de um Barbosa Lima Sobrinho, de um Mario Melo, de um Jordão Emerenciano, de um Amaro Quintas, de um José Maria Belo, de um Sylvio Rabelo, de um José Antonio G. de Melo Neto — sem esquecer a, valiosíssima e renovadora, na historiografia sociológica, de um Gilberto Freyre e a próxima, que vai agora

surgir adulta, de um Eustaquio Duarte. Quase uma nova «escola do Recife». Em Sergipe — um Felisbello Freire, um José Calazans ou um Felte Bezerra. Em Alagoas — um Diegues Junior, um Marcos Brandão, um Jayme de Altavila, um Romeu de Avelar. Na Bahia — além dos saudosos Accioly, Cairu, Braz do Amaral e Bernardino de Souza de Borges de Barros e Urbino Viana — há que contar com Pedro Calmon e Luiz Viana Filho, com Afonso Ruy, com Frederico Edelweiss, com o cônego Barboza e com um jovem: Luiz Dias Tavares. Nessa tão brasileira cidade do Salvador, não esquecer, quando Wanderley Pinho, historiador de marca, foi seu prefeito, mandou publicar os «livros de atas» da primitiva Câmara Municipal — fonte para os estudos do 1º século da descoberta. No Espírito Santo — há trabalhos de Afonso Claudio.

No Estado do Rio, os que se congregaram em Petrópolis, para celebrar-lhe o centenário da fundação, em tórno da inteligência empreendedora de Alcindo Sodré — entre os quais destaco: Leão Teixeira, Mesquita Pimentel, Americo Lacombe e Helio Viana, Paulino Neto, José Antonio S. Souza e frei Estanislau Skatche — agora acrescida com os «documentos imperiais» que Francisco Marques dos Santos e Guilherme Auler ali, em setôres afins, superintendem superiormente, com capacidade e proveito para os que estudam. Não esquecer, também, outrora o esforço meritório de Alberto Lamego — ou o labor incessante de Matoso Maia Forte.

No Distrito Federal, tivemos um Pizarro, um Baltazar Lisbôa, um Ferreira da Rosa, um Vieira Fazenda, Max Fleiuss e Noronha Santos temos agora um Coaracy, um Gastão Cruls e um Roberto Macedo a continuar-lhes o traçado.

Em São Paulo — sem falar nos estudos iniciais — de um Frei Gaspar da Madre de Deus ou de um Pedro Taques, há o esforço diuturno e meditado de um Afonso Taunay — que se equipara, na sua grandeza, ao espírito condutor do grande Estado. Ali — Washington Luiz, historiador, desviado na politica, e que agora parece volta às cogitações da mocidade — quando govêrno, mandou também publicar os documentos vetustos, sem os quais não sairia êsse livro admirável que é a *Vida e morte do bandeirante de Alcantara Machado*. Ali apareceram Eduardo Prado e Toledo Piza e ainda um Azevedo Marques — um Machado de Oliveira, Paulo Prado, José Carlos de Macedo Soares, Djalma Forjaz, Cassiano Ricardo, Alfredo Elis Junior, Nuto Sant'Anna, Caio Prado Junior, Sergio Buarque de Holanda, J. de Almeida Prado e Leite Cordeiro, um Aloysio de Almeida — além da equipe de moças, tão inteligentes, que trabalham nos meios universitários, como sejam, Olga Pantaleão, Alice Canabrava e Mirian Lellis.

No Paraná — um Romario Martins, um David Carneiro, um Moyses Marcondes.

Em Santa Catarina — há os irmãos Boiteux, há um Oswaldo Cabral.

No Rio Grande do Sul, — temos, entre os antigos, um Arsene Isabelle, um Padre Gay, um Silveira, um Visconde de S. Leopoldo, um padre C. Teschauer, um Hafckmayer, um Souza Docca, um Aurelio Porto, e entre os modernos: um Otelio Rosa, um Walter Spalding, um Manoelito Dornellas, um Manuel Duarte, um Borges Fortes, um J. do Rego Monteiro, um Viana Moog.

Em Mato Grosso — houve um Estevão de Mendonça, há — um José de Mesquita. E vindo de lá — há aqui um Virgilio Corrêa Filho, sempre operoso e incansável.

Por fim, as Minas Gerais, encimadas no seu altiplano, — onde viveram um Xavier da Veiga, um Rodrigo Bretas, um Lucio dos Santos, um Cristiano Otoni, um Diogo de Vasconcelos, um Feu de Carvalho, um cônego J. A. Marinho, um J. Felicio dos Santos — produziram um Luiz Camilo, um Basilio de Magalhães, um João Dornas Filho, um Oliveira Torres, um Helio Lobo, um Paulo Pinheiro Chagas, um Afonso Arinos Sobrinho, um Ayres da Mata Machado, um cônego Raymundo Trindade, um Caio de Melo Franco, um Otoni Porto, um Daniel de Carvalho, um Zoroastro Passos, um Francisco Antonio Lopes, um Rodrigo Melo Franco de Andrade, um Martins de Andrada, um Aureliano Leite, um Salomão de Vasconcelos, um João Teixeira de Oliveira — sem esquecer, o que seria imperdoável, — um Alfredo Valladão, com a bela contribuição sôbre a sua *Campanha da Princeza*, modêlo de monografia histórica, que se transformou, mais tarde, na melhor história da região sul-mineira.

Dessas parcelas esparsas — que aqui, num esforço de memória, estou alinhando — de referência de autores, em tórno da historiografia local — é que, enlaçadas idealmente, surge, num milagre expressivo, a fisionomia histórica do retrato unitário do Brasil.

* * *

Mas, alguns dêsses pesquisadores, andaram lá fora, em buscas e rebuscas, de bibliotecas e arquivos: como Oliveira Lima, em Londres; Joaquim Caetano, José Higino e José Antonio Gonçalves de Melo Neto — em Haya; Varnhagen, João Francisco Lisbôa e Gonçalves Dias e Manuel Barata — em Portugal; Varnhagen e Souto Maior — em Espanha; Tobias Monteiro, Alberto Rangel e Heitor Lyra — no Castelo d'Eu, (quando lá ainda estava o precioso arquivo imperial, hoje felizmente custodiado em Petrópolis); J. Figueira de Melo, Castro Rebelo e Roberto Assumpção — em Viena; e Argeu Guimarães — pela Europa.

Através dêsses estudos, trabalhos e pesquisas, contamos assim com valioso acêrvo de cópias e documentos originais, que se acham guardados — os de Oliveira Lima, em Washington (Universidade Católica); os do Barão de Studart — no Instituto do Ceará; os de José Hygino e Pereira da Costa, no Recife (Instituto Arqueológico); os da família Imperial — em Petrópolis (Museu Imperial e Superintendência da Fazenda); os de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Carlos de Carvalho — no Rio (P. Itamarati); outros na secção de Mss. da Biblioteca Nacional, J. C. Rodrigues no Arquivo Público Nacional — apreciadas e raras coleções oficiais — onde Vilhena de Moraes, divulga, com maestria e oportunidade, os documentos que ali se guardam; e os de Alfredo Varela — em Porto Alegre (no Museu Julio de Castilho).

Mas êsse abundante manancial europeu, para os estudos brasileiros, relativos à nossa história, ainda não foi de todo utilizado. Corre-lhe das fontes muita água — ou melhor estão adormecidos, no sub-solo dos arquivos, como êsses rios esquecidos, à espera dos seus descobridores, nessas audaciosas prospeções subterrâneas.

Não será assim descabido — depois do que o grande benemérito Manuel Cicero contratou com Castro e Almeida, em Portugal, a cópia dos «verbetes» portuguezes que interessam ao Brasil, publicados nos *Anais* da Biblioteca Nacional — que aqui se louve, de público, a iniciativa de retomar essas pesquisas, senão por historiadores idôneos, ao menos por competências notórias, segundo aquela tradição do Império, agora renovada pelo atual titular da pasta das Relações Exteriores. Só no futuro, quando tivermos aqui avultada documentação inédita, que já agora se descobre em Lisboa, Madrid e Sevilha — do que tenho conhecimento visual e informes diretos — é que os historiadores brasileiros poderão avaliar das vantagens incalculáveis dêsse serviço público. O meu voto pessoal, que daqui endereço ao nosso eminente presidente perpétuo — para que seja encaminhado, *data venia*, aquêle ilustre titular — muito do seu conhecimento — e que sejam ampliadas, desde logo, essas pesquisas, em outros setores europeus — de onde, por certo, vai jorrar, à luz do dia, muita linfa translúcida.

* * *

De Manuel Barata, a magnífica biblioteca e os valiosos documentos, que arrecadou a vida inteira, aqui e no estrangeiro, livros e papéis que foram objeto das suas cogitações cruidas — vieram para o Instituto Histórico, onde figuram na inestimável coleção que tem o nome do seu generoso doador.

Alinham-se uns e outros; ao lado da coleção Tereza Cristina, dos arquivos do Marquês de Olinda, do senador Nabuco de Araujo, do Visconde Mauá, do Barão de Ourém, do Conselheiro

Saraiva, do Barão de Cotegipe, do Visconde de Ouro Preto, de Souza Leão, do Conde de Affonso Celso e de Max Fleiuss.

Seria, pois, de desejar que tão nobres exemplos frutificassem, em novas doações, por parte dos que tem a guarda passageira de livros e documentos de importância. Sem um abrigo seguro e estável — êsses «papéis de família», já na segunda geração se dispersam e se perdem afinal sem proveito, quando com o aumentar da descendência, os elos antigos de sangue, que ligavam os indivíduos, quebram-se e diluem-se, na dispersão inexorável das existências sucessivas.

* * *

Outro aspecto, que interessa à história, e desejaria aqui ferir, seria o relativo a certeza da autenticidade dos documentos utilizados, baseada na honesta citação das fontes, por parte dos pesquisadores. Não digo novidade, ao afirmar que não há, atualmente, pesquisa histórica que valha, do ponto de vista científico, se não é indicada, convenientemente, a fonte de onde ela provém.

Conta-se, a propósito, um episódio que ilustra a maneira de trabalhar de certo cronista imperial, rebuscador de papéis velhos, nem sempre muito proibido ao «arrebANHAR» documentos, em que baseava os seus escritos. Trata-se do velho Melo Moraes — copista mediocre do *Brasil-Histórico*.

Uma tarde, indo visitá-lo, surpreendeu-o um amigo a rasgar ou a queimar papéis bolorentos, que lhe pareciam, pela sua anciandade, de importância histórica.

— Que fazes ?

— Inutilizo-os. De agora em diante, quem quiser ler o que nêles se continha, tem de comprar os meus livros!

Exatamente o contrário do que recomenda a crítica histórica que, para avaliar uma obra e emitir sobre ela apreciação, que importe em critério de julgamento, tem, mais tarde de reexaminá-la à luz dos documentos autênticos em que ela se baseou, quando foi escrita. Mesmo porque, em cada geração, a história tem de ser *repensada*.

Assim, a obra que não indicar escrupulosamente as suas fontes, está fatalmente fadada a perecer. A de Varnhagen, apesar de importantíssima, como obra pioneira, que abriu caminhos ainda não perlustrados, vai em parte sobreviver porque Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia se dedicaram a essa tarefa humilde e árdua de, nas mais recentes edições, mencionarem ou identificarem as boas fontes, que o Visconde de Pôrto-Seguro egoisticamente muitas vêzes ocultara.

* * *

Também não se pode escrever a grande história panorâmica — sem um trabalho prévio de preparação pelo estudo, partindo do

particular para o geral. A história não se inventa, *conclui*. Foi, sem dúvida, por isso que, exagerando as suas próprias deficiências, juiz ainda mais severo consigo-do que com os outros — o grande Capistrano de Abreu, ao contrário de tantos outros apressados improvisadores ou levianos, levou a vida inteira a estudar e teve escrúpulos de a escrever, em globo, como tanto o desejava — a «sua» história do Brasil — que todos nós esperávamos do seu agudo senso crítico, do seu lastro sociológico e filosófico e, em consequência, da sua larga visão de historiador. E por isso ficou, na sua probidade exemplar, nesses nunca assás louvados *Capítulos da história colonial* nesses *Caminhos antigos do Brasil* e em outros ensaios lapidares, soberbos modelos de ciência erudita e agudeza de vistas, que ainda hoje fazem inveja aos mais moços sem se abalar ao grande vôo aquilino, que seria a elaboração da história geral do Brasil: onde a sua capacidade impar brilharia imorredouramente.

E temos assim de nos contentar com as sínteses originais lacunosas ou brilhantes de Southey, de Rocha Pombo de Handelman, de João Ribeiro, de Calogeras, de Galanti, ou as sumariamente didáticas de J. M. de Macedo, de Jonatas Serrano e de Afranio Peixoto.

* * *

Manoel Barata, abolicionista e republicano da propaganda, depois de ter sido vice-governador do seu Estado, no governo provisório — veio eleito senador federal pelo Pará e foi assim, como membro da Constituinte, signatário da Constituição de 1891. Resistiu, quase isolado com Lauro Sodré, ao golpe de estado do Marechal Deodoro. No governo de Floriano Peixoto, em 1893 foi convidado para Ministro do Exterior, recusando — preferindo ficar no Senado. Estava, portanto, no Rio desde 1890 e depois de concluído o mandato de senador em 1896, foi reeleito por nove anos. Permaneceu assim na Capital até outubro de 1906, sempre fiel à política daquele grande republicano, seu companheiro da propaganda, que foi o austero, probo e incorruptível Lauro Sodré. Findo o segundo mandato, regressou a Belém — onde faleceu 10 anos depois (1916).

Da sua existência no Rio, assinala-se a sua passagem, além das obrigações políticas inerentes à função senatorial, na frequência assídua à biblioteca e arquivo do Instituto Histórico, onde privava com Vieira Fazenda e Max Fleiuss, à Biblioteca Nacional, onde entretinha-se com Capistrano de Abreu e Manuel Cicero e no Arquivo Nacional — onde esmiuçava, como traça intelectual, na doença de esvurmar e devorar, apenas na sêde da leitura, as guloseimas dos papéis velhos.

Nessa ocasião, quase ao término do seu segundo mandato, entrou ele para o Instituto Histórico, como sócio honorário. A

proposta tem a data de 4 de março de 1904 e foi lida na sessão dêsse dia. Chamam-no os proponentes: «o ilustre investigador de assuntos históricos», e, apesar do candidato ser senador e republicano, está assinada, entre outros, pelo Marquês de Paranaguá (presidente), Barão Homem de Mello e Conselheiro Manoel Francisco Corrêa — homens do extinto regime.

Já a 18 de abril apressa-se a comissão de admissão de sócios a dar-lhe parecer favorável — de que é relator João Carlos de Souza Ferreira, subscrito por Paula Freitas e pelo Conselheiro M. F. Corrêa. Lido êste na sessão de 29 de abril, para ser votado na seguinte, como o foi realmente, realizada a 20 de maio de 1904 (*Revista* — Tomo 67 — parte II — págs. 404, 414 e 420). Em apenas dois meses e meio, passou por tôdas as exigências regimentais — quando muitos outros aguardariam meses e anos de espera. Já a 12 de julho Manuel Barata agradecia ao Instituto a honra da eleição, em carta que foi lida na sessão de 15 de julho (*Revista* — Tomo 67 — parte II — pág. 438).

Em sessão de 27-11-1905, Manuel Barata oferece ao Instituto Histórico uma carta autógrafa de D. Pedro II ao Marquês de Sapucaí — sôbre as famosas cartas de Ig (J. de Alencar) e em defesa da *Confederação dos Tamoios*. E' a descoberta da autoria imperial, nessa defesa, em que o Imperador sem jeito, revida ao ataque certo de José Alencar contra Gonçalves de Magalhães (*Revista* — Tomo LXVIII — 2ª parte — pág. 628).

No volume correspondente a 1906 (mas que só foi publicado em 1908), Manuel Barata, inicia de Belém, a série de colaborações que envia à *Revista* do Instituto com a monografia relativa à *Capitania de Camutã*.

Recolhera-se ao torrão paraense, à velha casa natal, — que os adversários chamavam de «casa solarenga» — com aquela alegria desinteressada que o poeta francês assinalou: «feliz daquele que tem um coração de província a bater-lhe no peito»!

Ia para lá acreditado nos meios de pesquisa histórica e ia sobretudo acreditado com o belo ensaio que Vieira Fazenda, ferindo-lhe a modéstia, dedicara-lhe na *Revista Renascença*, de maio de 1906 — acompanhada de um bom retrato do homenageado. Essa ligação espiritual, nascida nas palestras do Instituto, com o sábio cronista das coisas antigas do Rio, continuará, apesar da distância. E' ao infatigável investigador carioca a quem Barata recorre, para prefaciar-lhe em 1915, o seu último opúsculo sôbre: *A antiga produção e exportação do Pará* (estudo histórico-econômico), editado em Belém. Êsse ensaio traz impressa uma dedicação ao Instituto Histórico.

Em 1908 Barata manda para a *Revista* um novo estudo sôbre: *Val de Caens*, ainda da sua remota região nortista. Apesar de

ausente, é incluído na «Comissão organizadora da exposição comemorativa do centenário da Imprensa» e convidado com instância por Max Fleiuss para elaborar o catálogo dos periódicos correspondentes ao seu Estado natal. Essa contribuição, redigida apenas em poucos meses de pesquisas pessoais — está impressa no volume especial (Parte II — vol. I — págs. 91-159). E consta da enumeração cuidadosa, 687 verbetes.

Sôbre a difícil elaboração dêsse trabalho, ocorreram episódios mesquinhos. Barata era da facção política contrária ao govêrno local, mas não se envolvia mais em lutas partidárias. Adversário, vivia isolado com os seus livros, não pedia favores aos que então dominavam a sua terra. Elaborou o seu estudo, sem nenhuma ajuda do govêrno, ou antes, êste até lhes recusara, nas repartições públicas, os meios indispensáveis à sua pesquisa. Mandou, mesmo assim, para o Rio, dentro do prazo estabelecido, não só o catálogo, mas ainda 50 volumes de jornais impressos e encadernados, pertencentes à sua coleção particular.

Que faz o govêrno? Manda elaborar por um seu adepto, com os meios de que só êle dispunha — a Biblioteca Pública — rapidamente, um outro: *Catálogo dos Jornais paraenses* (1822-1908) impresso na oficina oficial — para distribui-lo durante a referida exposição, insinuando, pelos seus escribas, que aquela obra era a perfeita, ao passo que a de Barata estava até incompleta. Ferido nos seus brios intelectuais, de investigador e erudito, Barata desabafa em carta a Max Fleiuss e lhe remete dito «catálogo» todo anotado, demonstrando-lhe a margem, pela sua letra as lacunas, os erros e as repetições, desmoralizando dest'arte o mestre de obra feita... que já se insinuara para representar o Estado do Pará no certame.

Flagrante psicológico de como, nesta vasta aldeia que foi o Brasil, a 50 anos, se procedia até contra intelectuais, que já não tinham mais sequer veleidades políticas. Negava-se-lhes pão e água! Estavam impedidos de, espiritualmente, respirar e de representar, com dignidade e competência, os seus Estados, até em comissões gratuitas, embora honrosas.

Enquanto os monarquistas, colegas do Instituto, como o Visconde de Ouro Preto, tratavam-no com deferência, os seus companheiros republicanos procediam com essa pouca lisura moral.

Manuel Barata, ainda de longe, não esquece o Instituto — continua a mandar colaboração para a *Revista* e a corresponder-se com Max Fleiuss, embora agora mais espaçadamente.

Em 1911 ainda aperece na *Revista* o seu trabalho sôbre: *A bateria da ilha de Bragança* e em 1914 — os *Fatos paraenses* em que estuda as velhas ruas de Belém e noticia a 1ª loja maçônica da Capital do Estado.

No ano da sua morte (1916) a *Revista* ainda lhe registra, em informação bibliográfica, o aparecimento, neste mesmo ano, da 2ª edição refundida, do seu melhor trabalho: *A Jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco* e sôbre *A antiga produção e exportação do Pará* — aparecido êste, no ano anterior (1915).

Mesmo depois da morte, publica-lhe ainda, (1918) outro estudo curioso: *Notas biográficas do Almirante Luiz da Cunha Moreira* (Visconde de Cabo Frio).

* * *

Morto Manuel Barata, teve, logo a seguir, o Instituto a notícia surpreendente de haver sua viúva, atendendo certamente à vontade do extinto, decidido entregar tôda a sua valiosa biblioteca e arquivo ao Instituto Histórico.

Consta do Relatório de Max Fleiuss secretário perpétuo, em 30-4-1917 (*Revista* — Tomo 82 — pág. 687) que êsse inestimável donativo era composto de importantes livros, somando 2.782 obras, englobadas em 4.896 livros, ricamente encadernados e mais 672 brochuras, perfazendo, portanto, um total de 5.568 volumes. Os manuscritos compunham-se de 146 codices raros, entre os quais sobresaía o original inédito do *Registro Hidrográfico de ambas Américas*, do almirante espanhol D. Antonio de Ulhôa, do final do século XVIII. Havia ainda preciosos mapas e cartas geográficas.

Belo destino a uma coleção de bibliófilo e erudito. Ficar entregue à guarda e ao zêlo de uma instituição secular — para a generosa consulta dos seus sócios e do público. Para ventura da nossa cultura, já tiveram destino equivalente os livros de Ruy Barbosa, na casa de seu antigo proprietário, os de Rio Branco, Joaquim Nabuco e Carlos de Carvalho — no Itamarati; os de Capistrano de Abreu, na sociedade que o tem por patrono; os de J. C. Rodrigues, por doação de Julio Otoni, na Biblioteca Nacional; os de Oliveira Lima — na Universidade Católica, de Washington. Mas quantos outros, incrivelmente se perderam, no martelo apressado dos leiloeiros, como os que compunham as bibliotecas de Eduardo Prado, Sylvio Portugal, Basilio de Magalhães e Alfredo Pujol, e Estevana de Almeida em São Paulo; os de Alfredo de Carvalho em Recife; os de Tobias Monteiro e Xavier da Silveira no Rio. Que fim levaram as bibliotecas de Carlos de Laet, Candido de Oliveira e outros ilustres bibliófilos?

* * *

Manuel Barata, falecendo aos 75 anos, a 13 de outubro de 1916, teve oito dias depois o seu elogio fúnebre, na sessão magna do Instituto, pela voz de Ramiz Galvão. Era ainda um antigo monarquista, ex-aio dos príncipes imperiais, que vinha honrar, com o seu testemunho, o figura do republicano da propaganda. No

mesmo ano, em São Paulo, se enalteceu a memória no Instituto local — que lhe publicara o primeiro trabalho em 1904 (*Revista*, Tomo IX — com a coroa de saudades, na palavra de Eugenio Egas. Depois da sua morte, em 1921 a *Revista* (Tomo 90, págs. 5/235) publica-lhe os «Apontamentos para as efemérides paraenses» — que é o seu melhor trabalho póstumo.

Mais tarde, (1924) a nossa *Revista* rende-lhe outro preito, com a transcrição nas *Antiquilhas e Memórias* de Vieira Fazenda — Tomo III (*Revista* — vol. Tomo 89) — do artigo da *Renascença*, de 1906.

E por fim, em 1942, Max Fleiuss, seu companheiro de cêrca de 15 anos — 5 presentes e 10 ausentes — companheiro dedicado e carinhoso de lides e estudos, ainda lembra, comovido, a figura prestigiosa do político coerente, que, por solidariedade com os amigos, fez oposição ao governo de Campos Salles, ao pesquisador, aplicado e ao amigo incomparável.

E a sobrevivência que Manuel Barata está tendo, no 40º aniversário da sua morte — é a prova de que só os altos gestos, movidos pelo espírito, como foi a sua doação ao Instituto — é que dão aos homens, uma notoriedade genuína, não apenas transitória, uma perpetuidade que o tempo não apaga, na sua marcha devastadora.

* * *

Até aqui está esboçada, em traços ligeiros a figura intelectual, do que foi Manuel Barata, vista do ângulo da nossa instituição. Não quisemos, propositalmente, entrar na esfera da sua vida política e da sua atuação como historiador regional. Apenas tentamos esboçá-la, — vendo-a quase só através dos óculos da nossa instituição. E talvez por isso, sujeita a deformações de perspectiva e de visão unilateral. E' uma espécie dêsses retratos, que se tira em algum fotógrafo, para se pendurar nalgum gabinete associativo, impondo o busto com certo *aplomb* ou que se manda pintar, em algum artista profissional, para se colocar nas paredes oficiais.

Mas há, sem dúvida, outra forma de surpreender os flagrantes de uma figura humana, colhida na intimidade sem preparo, naquela singela *nonchalance* do imprevisto: é o depoimento confidencial, às vezes injusto, dos contemporâneos, ou a correspondência privada da própria personalidade, que se estuda.

Ai não há «pose», preparando-se por antecipação estudada, a máscara individual para a história. Há apenas a criatura humana, surpreendida inesperadamente, nas suas qualidades e defeitos, em face da objetiva implacável do «reporter». Pode haver erros de luz, no bater da chapa; mas o retrato assim tende a sair mais natural em movimento, que os outros, previamente focalizados, na imobilidade das suas «poses» fotográficas.

Para essa outra imagem, de Manuel Barata, temos, para nossa satisfação, as duas espécies de clichés referidos acima: a prova *positiva* e a *negativa* — as quais, justapostas, formam tanto quanto possível, a figura mais verídica ou mais exata, do fotografado.

Para olhá-la pelo lado, por assim dizer do cliché negativo — acentuação de sombras e diminuição de claridades — vamos ouvir o depoimento de Capistrano de Abreu, êsse mordaz retratista sempre com uma leve ponta de malícia, nos lábios como na pena — em correspondência só recentemente divulgada — seja com Guilherme Studart, seja com Ramos Paz, seja com Lucio de Azevedo.

Lá diz o irreverente historiador, em 1903, em carta a Studart (28 de outubro):

«Hoje está aqui um homem conhecedor da história do Pará, o senador Manuel Barata, que, há uns três ou quatro anos, não sai dos arquivos e bibliotecas: receio muito que «também» êle nunca escreva nada, tantos os apuros a que se entrega». (*Correspondência* — Tomo I 1954 — Ed. Instituto Nacional do Livro — Rio — página 162).

Êsse «também» é um remoque amistoso que como seta erva-da, Capistrano envia ao historiador cearense.

Adiante, em carta de 1904 (20 de abril) acrescenta:

«Já te falei do senador Manuel Barata, que tanto se interessa pela história do Pará. Pede-te o livro do Severim de Faria e o *Catálogo* — que não estão aqui a venda. Queria até passar-te um telegrama, e não descançou enquanto não lhe emprestei meus exemplares» (*Correspondência cit.* Tomo I — pág. 167).

Em cartas de fins de 1904, ao seu compadre Ramos Paz, então em Lisboa, Capistrano, revelando as doçuras imprevistas do seu temperamento agressivo, — como um cactus selvagem a oferecer água aos viandantes — diligencia agora interessado, para servir a Manuel Barata:

«Conhece o cônsul Pontes? Outro dia escrevi-lhe uma carta, pedindo encarregasse alguém de extrair cópias de alguns documentos que o senador Barata deseja possuir. Não me respondeu. Se o vir, peça-lhe a nota e encarregue alguém do trabalho.

O Barata deseja ter alguém que se possa encarregar das cópias.

Creio que na Torre do Tombo haverá pouco a fazer, pois a história do Pará começa no século 17º.

Seria preferível alguém na Biblioteca Nacional» (*Correspondência* cit. Tomo I — pág. 19).

Outra de 1905 — ao mesmo destinatário:

«Mostrei as páginas do *Catálogo* ao Barata. Diz que se os manuscritos forem realmente originais, estiverem em bom estado e custarem 200\$ o livreiro pode sacar e mandá-los» (*Correspondência* cit. Tomo I — pág. 22).

Ainda outra, de 1905, (4 de julho) a Ramos Paz:

«Comuniquei seu recado ao Barata. Quando começou a estudar as coisas do Pará, não fugia de despesas agora, continuando com a mesma perseverança na Biblioteca, no Instituto e no Arquivo, já anda mais apertado. E' este o último ano da Senatória; talvez venha disso. Entretanto é rico e não tem filhos» (*Correspondência* cit. Tomo I — pág. 25).

Agora, novamente a Studart (carta de 1906 — 26 de abril) com ironia saudável:

«Outro dia ri bastante, em conversa com o Manuel Barata, que tratava ligeiramente do Antonio Lemos. Foi oficial de fazenda na armada, depois da Guerra do Paraguai; um dia alguém afirmou que estivera na guerra; ultimamente já houve quem o chamasse herói da guerra e lobo do mar. Ri-me porque com João Fernandes Vieira succedeu coisa semelhante» (*Correspondência* cit. Tomo I — pág. 174).

Não parece, na sua mordacidade viva, o comentário de um humorista francês ou inglês? Ou melhor, um conto resumido, em poucos traços, dos melhores, de Machado de Assis?

Vamos ver agora, um mês depois de morto Barata, — o que Capistrano, indiscreto, dêle diz a Lucio de Azevedo — o historiador luzitano, que estivera no Pará, e ali se armara cavalheiro, publicando o seu primeiro trabalho histórico (*Estudos de história paraense* (1893)).

Carta de 1916 (15 de novembro):

«Acabo de ler telegrama comunicando que Manuel Barata legou as suas coleções ao Instituto Histórico. Mais de uma vez me disse que pretendia deixá-las à Municipalidade de Belém. Não sei quais foram suas relações com êle, provavelmente poucas; era naquele tempo homem de amancias e elegâncias e vejo pouco terreno comum entre os dois. Conheci-o já transformado, entregue

com fervor aos novos amores, curioso de descobrir fontes e sabendo tirar proveito delas. Lembrei-lhe que reduzisse as notas a forma de vocabulário, e fôsse publicando-as à medida que chegassem a um certo número de páginas. Preferiu dispensar-se pelos jornais. Convivemos bastante, enquanto morou no Rio, depois a correspondência esmoreceu e cessou. Do Rio Grande escrevi-lhe uma carta com que continuava a acreditar na história dos grãos de café dados pela mulher do Governador a Palheta. A governadora, mesmo à vista do espôso, disse: meu marido proíbe que se dê essas sementes, mas isto não se entende com os amigos; êle está presente, mas não vê nada». (*Correspondência cit.* Tomo II, ed. 1954 — pág. 21).

Aqui, nesse final, Capistrano de Abreu se equivocou, ou ce-deu à sua habitual irreverência. Narra Max Fleiuss que quando Barata publicou, em 1915 — portanto um ano antes dessa carta — a sua *Antiga produção e exportação do Pará*, ali justamente rebate a versão romântica sôbre a lenda da introdução do café no Brasil, por Palheta — que se espalhara por narração de Frei João de S. José de Queiroz. (*)

Ou ainda, se o relato de Capistrano é verdadeiro, êle se transfere para o período anterior, em que Barata estava no Rio. Estudando melhor o assunto, já modificara então a sua antiga opinião e Capistrano ainda não tinha tido conhecimento dessa correção. Será que Barata não lhe teria mandado êsse último folheto?

Trecho de outra, de 1917 (19 de março) ainda ao mesmo destinatário:

«Uma das ambições de Manuel Barata era encontrar algum dia a carta de Francisco Caldeira, descrevendo a viagem» (*Correspondência cit.* Tomo II — pág. 87).

E ainda, em outra, de 1918 — (1 de abril) para o mesmo:

«Opúsculo de Mauricio de Heriarte, impresso por Varnhagen, num pequeno folheto, de que brevemente não haverá mais exemplar. Manuel Barata descobriu que o autor é o mesmo que com nome ligeiramente alterado e talvez mais correto, assinou o auto de posse de Pedro Teixeira» (*Correspondência cit.* Tomo II — pág. 91 — e repete a informação a pág. 245).

Infelizmente não foram ainda encontradas as poucas cartas que Capistrano escreveu a Barata. Talvez já se tenham perdido. Pelo menos no Instituto Histórico não estão. Mas ao menos três, de

(*) Ver Barata, op. cit. págs. 13-15.

Barata a Capistrano (duas de 1906 e uma de 1914) sobrevivem (*Correspondência cit.* Tomo III — 1956 — págs. 183-186).

Vale a pena, lermos trechos curtos ao menos de duas delas.

A de 1906 (12 de novembro), vinda de Belém por exemplo:

«Ao passar na Paraiba, colhi informações do chefe dos práticos da barra, um velho morador do lugar que, defronte de Cabedelo, à margem esquerda do rio, há um povoado denominado *Forte Velho*.

Parece-me que foi aí que existiu o primeiro forte levantado pelos portugueses, em que trabalhou Maciel Parente, como alega êle, vindo daí o nome que tem o povoado. Não acha? Disse-me outro prático que, junto desse povoado, desemboca um pequeno rio chamado Sué». (*Correspondência cit.* Tomo III — pág. 183).

Pesquisas orais de historiador em trânsito. Agora trecho de outra, de 1914 (5 de fevereiro); ainda de Belém:

«A propósito de índios, devo dizer-lhe que em março do ano passado, estive aqui, em minha casa, um índio carapó, de Conceição do Araguaia. Um rapagão forte, dos seus 30 anos. Os furos das orelhas e beijo estavam já quase fechados e desaparecidos. Ficou muito satisfeito com os mimos que lhe dei, roupas, etc. Dei-lhe um gorro de veludo, bordado a retroz; êle pô-lo logo na cabeça, e pôs-se a mirar-se diante de um espelho, todo faceiro. Ao jantar, mandei dar-lhe vinho; não quiz. Minha mulher deu-lhe umas contas de vidro; não quiz aceitar; queria contas de ouro. Depois pediu dinheiro para comprar roupa para sua mulher, a Maria, que tinha ficado em Conceição. Perguntei-lhe o nome. Disse-me que se chamava Domingos, de batismo. O nome que tinha entre os seus, no mato? *Cru*, soprou êle. Como? *Ucru*. Insisti, e só à quarta vez, pondo o ouvido bem à escuta, e quase à boca como diz Padre Antonio Vieira, foi que percebi — *Ucuru*.

Ficou de voltar êste ano, e trazer-me um *curumin*. (*Correspondência cit.* Tomo III — pág. 186).

Não parece que nos transportamos ao 1º século, e estamos a ouvir os contatos iniciais do homem civilizado, com o silvícola, transmitido por hábil cronista?

A correspondência, que ainda permanece inédita de Manuel Barata a Max Fleiuss, que o saudoso secretário perpétuo depositou no Instituto Histórico, revela, como estas duas últimas, o lado po-

sitivo do retrato psicológico, em que se espelha o ilustre historiador paraense.

Em 1905 (15 de junho) mal entrado no Instituto, informa êle do Rio a Max Fleiuss:

«Por telegrama de minha mulher, tive a dolorosa noticia de se ter finado, ontem, no Pará, meu cunhado Antonio Manuel Gonçalves Tocantins, nascido em Cametá a 29 de dezembro de 1837, e engenheiro civil pela Universidade de Liège. Era sócio correspondente do Instituto Histórico, em cuja *Revista* (Tomos 39 e 40) foram publicados trabalhos seus».

Respiguemos, entre essas 28 cartas e 2 telegramas, todos vindos de Belém, alguns trechos expressivos. Como demonstração de franqueza, veja-se esta, de 1907 (18 de janeiro):

«Hoje foi que o correio me trouxe o exemplar da parte 2ª do Tomo 67 da *Revista* do Instituto e por sinal bem maltratado.

Ainda não o pude ler; mas, ao correr nêle o olhar, lá vi o Prometeu acorrentado... à *Revista*. Bem se pode dizer que o suplicio agora não é do Prometeu, é da *Revista*. Não ousou referir-me *cela vâ sans dire* — ao mérito do trabalho; mas à impropriedade do lugar para sua publicação».

Referia-se, sem dúvida, ao poema sem sabor, do Barão de Paranapiacaba...

Agora, uma demonstração de carinhosa afetividade.

Carta de 1907 (17 de abril):

«Por êste vapor *S. Salvador*, e pela agência do Lóide, como encomenda, envio-lhe uma pequena porção do *paricá* (não *parery* ou *bacary*) pedido para a bronquite da Senhora sua Mãe. E' casca de uma árvore da-quele nome, não erva. Pode ser tomada em chá, ou em xaropê, que qualquer farmacêutico ai pode preparar».

Depois de uma doença grave, eis as reflexões de Manuel Barata.

Carta de 1907 (19 de agosto):

«Estou, porém, muito melhor. Não saio de casa; a minha única distração são os meus livros, mania que ainda me sustenta o espírito combalido».

Aparece, adiante um comentário do historiador.

Carta ainda de 1907 (16 de setembro):

«Remeto-lhe por esta mesma mala do *Espírito Santo* um exemplar da *Fôlha do Norte* em que publiquei a minha *Capitania de Camutá*. Saiu muito mal impressa, como verá e com incorreções tipográficas. Vou fazer-lhe algumas ampliações e lhe mandarei em original, para ser publicada na *Revista*, se valer a pena.

Pretendo tratar de uma questão nova na nossa história paraense. A primitiva situação geográfica da aldeia de Camutá, e talvez também do verdadeiro lugar em que viviam os índios Camarapes, atacados pelos franceses e tupinambás, em 1614, de que fala confusamente e indeterminadamente o Padre Ivo d'Evreux. Isto tem relação com a *Capitania de Camutá* e julgo interessante».

Em outra carta, de 1908 (10 de maio):

«Consola-me e desvanece o que me diz apreciando o meu catálogo, trabalho que aliás não me satisfaz. Podia ser melhor. O curto espaço de quatro meses, porém, não me permitiu fazer coisa melhor. Se eu tivesse adivinhado que o meu amigo um dia se lembraria de me dar essa *prebenda*, há mais tempo me teria dedicado a êsse gênero de averiguação e estudo. Foi uma surpresa. Agora mesmo, depois de lhe remeter o catálogo, tenho pensado em notas bibliográficas e históricas que não foram incluídas neles».

Ele era assim, na sua modéstia, o melhor juiz dos seus próprios trabalhos, admitindo dos amigos qualquer julgamento e correção. Mas não lhe fôsse estranhar pisar nos calos, como aconteceu com o autor do outro catálogo! Aí em revide, reagia, zangado, documentado.

Outra carta de 1908 (15 de dezembro) acrescenta:

«Atrevi-me a fazer umas retificações à margem da *Gênese e progresso da imprensa periódica no Brasil* do Dr. Alfredo de Carvalho, na parte referente ao Pará. Junto lhe envio as duas fôlhas com as retificações. Se o meu amigo entender conveniente, mostre-as ao Dr. Alfredo de Carvalho, para que êle julgue e faça o que entender, dizendo-lhe que só por amor à arte ousei meter mão pretensiosa no seu magistral trabalho, desculpando-me a boa intenção».

Em tôdas essas cartas, lembra-se de indagar dos amigos do Rio: sôbre Capistrano, Vieira Fazenda, Manuel Cicero, Oliveira Lima. Faz comentários sôbre discursos de Ruy e de Pedro Lessa. Fala de outros amigos do Instituto: Lafayette Silva etc. A alguns envia doces de limão (Inglês de Souza) e geléias de cacau, a outros pimenta (Capistrano) e tabaco a Max Fleiuss.

E' um homem afetuoso, que vive para êsse culto da amizade. Lembra-me Paulo Inglez de Souza que, quando ainda menino, e Manuel Barata regressava do norte, para os trabalhos parlamentares, trazia sempre do Pará, para a sua casa, lembranças do artesanato da região e doces da terra. Certa feita foi enorme alegria e divertimento das crianças, uma grande macaca viva, domesticada. O pai tinha, sôbre Manuel Barata o melhor conceito — tanto do homem político, como do intelectual.

Em outra carta, a penúltima, de 1914 (2 de dezembro), faz êsse reparo sôbre o 1.º Congresso de História Nacional:

«Parece que nas teses para o Congresso foi esquecido a da história da numismática brasileira, que merecia ser tratada, não deixando que só um estrangeiro Meille, dela se occupasse até hoje. Creio que o Dr. Manuel Cicero trataria bem dêsse assunto».

A observação é justa, mas também Manuel Barata esqueceu-se da Viscondessa de Cavalcanti, cujo excelente Catálogo numismático — 2ª edição — é de 1910.

E noutro trecho sublinha:

«O nosso bom amigo Vieira Fazenda parece que não está satisfeito comigo, sem razão. Vou escrever-lhe agora pedindo paz. Quando se chega à minha idade (êle tinha então 73 anos) não se pode fazer tudo que se quer e se deve, ainda que não envelheça o coração nem os afetos que nêle se criaram».

Belo fecho para uma correspondência tão amistosa, — que lembra do melhor de D. Francisco Manuel de Melo — para uma vida sempre cheia de preocupações intellectuais.

* * *

Agora — uma sugestão final.

Poderia o Instituto Histórico, em retribuição ao donativo recebido e em homenagem ao seu devotado amigo — promover, em edição especial, a publicação dos trabalhos de Manuel Barata,

que estão esparsos pelas páginas da *Revista*, acompanhados de outros editados fora, ou cujas cópias estão no seu arquivo, e da correspondência elucidativa mantida com Max Fleiuss, durante os 10 anos finais da sua ausência do Rio.

A um homem de espírito investigador, como êle foi, em grau eminente — seria grato, se o pudesse saber, que assim o Instituto não lhe esqueceu o nome, porque também, se os órgãos coletivos tem um coração mais amplo, «não lhes envelhece o coração, nem os afetos que nêle se criaram».

BIBLIOGRAFIA DE MANUEL BARATA

(Nascido em Belém do Pará, a 4-8-1841 — e ali falecido a 13-10-1916. Sócio honorário do Instituto em 1904).

A — Na *Revista do Instituto*

- 1 — *Considerações sobre uma carta de D. Pedro II ao Marquês de Sapucaí* (1905) *Revista* — Tomo LXVIII — II parte — pág. 628.
- 2 — *A Capitania de Camutã* — (1906) — *Revista* Tomo LXIX — II parte — págs. 183/192.
- 3 — *Val de Caens* (1908) — *Revista* — Tomo LXXI — 2ª parte — págs. 123/144.
- 4 — *Catálogo de jornais do Pará* (1908) — Tomo especial do Centenário da Independência (págs. 91/159 — Relaciona 687 verbetes).
- 5 — *A bateria da ilha de Bragança* (1911) — *Revista* — Tomo LXXIV — Parte 2ª — págs. 226/236.
- 6 — *Fastos paraenses* (1914) — *Revista* — Tomo LXXVII — parte I — págs. 111/129. Transcritos na *Revista do Instituto Histórico do Pará* — em 1926 e 1931.
- 7 — *Notas biográficas do Almirante Luiz da Cunha Moreira (Visconde de Cabo Frio)* — 1918 — *Revista* — Tomo LXXXIII — pág. 73.
- 8 — «Apontamentos para as efemérides paraenses» (1921) — *Revista* — Tomo 90 — págs. 5/235.

B — *Sobre Manuel Barata* (no Instituto).

- 1 — Proposta para sócio honorário (1904) — *Revista* — Tomo LXVII — II parte — pág. 405.
- 2 — Parecer sobre admissão e aprovação (1904) — *Revista* — Tomo LXVII — II parte — págs. 404, 414 e 420.
- 3 — Carta de agradecimento de Manuel Barata (1904) — *Revista* — Tomo LXVII — II parte — pág. 438.
- 4 — Apreciação crítica da obra: *A Jornada de Francisco Caldeira C. Branco*. Fundação da cidade de Belém (1916) — *Revista* — Tomo LXXVIII — 2ª parte — págs. 839/840.
- 5 — Apreciação crítica acerca da obra: *A antiga produção e exportação do Pará* (1915) — *Revista* — Tomo LXXVIII — 2ª parte — pág. 837.
- 6 — Comunicação do falecimento de Manuel Barata (1916) *Revista* — Tomo LXXX — pág. 832.

- 7 — Elogio histórico de Manuel Barata — por Ramiz Galvão — *Revista* — Tomo LXXX — pág. 867.
- 8 — Exposição acêrca da valiosa oferta feita ao Instituto da coleção Manuel Barata (1917) — por Max Fleiuss — *Revista* — Tomo LXXXII — págs. 687/689.
- 9 — Dr. Manuel Barata — por Vieira Fazenda — in «Antiquilhas e Memórias» — Tomo III — (Transcrição de *Renascença*, maio 1906, P. 27 — págs. 246/248. *Revista* — (1924) — Tomo 89 — páginas 380/385.
- 10 — Manuel Barata — Palestra de Max Fleiuss (1942) — *Revista* — vol. 176 — págs. 455/464.

C — Indicações de outros trabalhos:

- 1 — *A Jornada de Francisco Caldeira Castelo Branco. Fundação da cidade de Belém*» (art. in *Jornal do Comércio*, do Rio, de 13-12-1904. Transcrito na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (vol. IX) — págs. 428/443. 1ª ed. Rio, 1904 — 33 págs. — 2ª ed. Belém-Pará — 1916 — 60 págs.
- 2 — *A antiga produção e exportação do Pará* — Com prefácio do Doutor Vieira Fazenda. Ed. de Belém-Pará — 1915 (47 páginas). Datado de fevereiro de 1914.

D — No arquivo do Instituto:

- 1 — *Apontamentos biográficos de Domingos A. Raiol* — autógrafo — (Ms. 4.028 — Lata 167).
- 2 — *Clube Republicano do Pará* (art. no *Estado do Pará* de 2-5-1912 — Ms. 64 — Lata 336).
- 3 — *Apostilas de História do Pará* (crítica ao livro de Teodoro Braga — Ms. 148 F. — Lata 8).
- 4 — *Correspondência com Max Fleiuss* — 28 cartas, 2 telegramas — Ms. 3 — Lata 470.
- 5 — Cartas (5) e cartões (5) de Joaquim R. da Rocha Freire a Max Fleiuss, sobre vários assuntos da família (Barata) — Ms. 77 — Lata 469 — anos 1915/1916/1917.
- 6 — Remigio de Bellido — «Catálogo de jornais paraenses» — Pará — 1908 (anotados à margem por Manuel Barata) in Bca. do Instituto Histórico — col. Manuel Barata n.º 107, 1, 1-2).

«AS CRUZADAS E O «ANGELUS» REZADO AO MEIO DIA» (*)

FEIJÓ BITTENCOURT

Uma batalha! — travam-na. E ganharam-na os húngaros num dos braços da foz do Danúbio, onde hoje está Belgrado, antiga Nandorferhervár, nome que significa branca cidadela, isto é, forte de Nander.

Batalhas houve sempre e em todos os dias do ano para os trezentos e sessenta cinco serem de comemoração. Poucas, porém, como aquela de Belgrado disputada precisamente há quinhentos anos e hoje comemorada.

Ali se decidiu a sorte do mundo. A gente de Maomé em desenfreado ímpeto tentava entrar na Europa subindo o Danúbio, mas já tendo conquistado Bizâncio a antiga Constantinopla romana, que passaria à Estambul otomana.

Atacada pelos turcos, foi então que na Europa a cristandade sentiu-se ameaçada de desaparecer e, como quem se vê com Deus, aflita faz por se chegar mais a Ele invocando a proteção divina.

Mas estou eu a ver como que presente a meus olhos, temível e imponente chegar a esquadra turca ufana do apanágio de Constantinopla conquistada. Vinha armada de artilharia com trezentos canhões pesados, trazendo duzentas unidades navais, cento e cinquenta mil homens em armas para combaterem sete mil e um forte e também trinta e cinco mil cristãos que vieram em socorro da fortaleza em situação difícil comandando a todos um húngaro que era talvez a melhor expressão de guerreiro na época.

Chega Hunyadi ao campo da luta. Destroça a soldadesca inimiga e escurraça a esquadra turca causando tal desespero a Maomé II que este se apressa em mandar que afundem quatro de seus navios para não caírem como presa do inimigo.

(*) Conferência feita no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 23 de julho de 1956.

A batalha, enquanto não chegara ao campo da luta Hunyadi, correrá diferentemente, sob o fogo da artilharia das naus ancoradas defronte daquele forte húngaro, a destruírem as linhas de trincheiras abertas para travarem a passagem ao inimigo que se aproximava.

Hunyadi que comandava a reação húngara era um soldado de porte a perder somente quatro batalhas das quarenta e duas que êle disputou. Daquela vez é então de ver como os turcos foram repellidos no cêrco que deram a Belgrado, não havendo mais quem se opusesse ao intrépido general que assim fechou a entrada do continente europeu aos povos de origem asiática e estava pois definitivamente constituída a Europa e mudada a face da história.

No comêço, antes de existirem fôrças possantes que se contrapusessem ficando de um lado a Europa e do outro o oriente, houvera o império romano, que mais tarde se transformou em sagrado Império Romano, e que, como disse Voltaire, não era nem sagrado (santo), nem império, nem romano; eis o que repete um dos maiores adversários de Voltaire e grande escritor da Igreja, Joseph de Maistre.

Que não houve também um império turco a impor uma paz universal como Roma o fizera, é o que se vê. Mal começaram os turcos a estenderem o seu poderio, perdem-no logo golpeados pela espada de Hunyadi.

Voltaire inteligentíssimo e com nomeada universal principalmente mantida pelo sarcasmo com que divertia o mundo inteiro, procurou com a pena que lhe deu anos de popularidade, uma vez que viveu até octogenário pondo de lado tôda austeridade para desfrutar mais a vida e proclamar com desfaçatez — *caloniez, caloniez que quelque chose restera*, — envelheceu assim a sorrir sempre malicioso.

Aceitou êle entretanto as cousas como elas lhe pareceram ser, e sofista deu-lhes a expressão que lhe convinha dar. Escreveu uma história intitulado-a *Ensaio acêrca dos Costumes das Nações* mantendo-se diante delas como um ironista consagrado igual em humorismo a Swift ao mesmo tempo que, motejador, escreveu um dicionário das tolices humanas para completar o que chasqueou acêrca da fraqueza e ridículo dos homens: obra de literato.

O que Bossuet, de quem Voltaire se ri embora lhe chame illustre, assinala no seu famoso *Discurso acêrca da História Universal*, livro em que dá expressão à maneira de se sucederem os impérios que existiram na antiguidade, e assinala mostrando então, entre êsses impérios o povo de Israel criador da religião sempre viva. Explica aquella voz da eloquência e doutor na palavra sagrada a finalidade dos impérios, para Voltaire, constante escar-

necedor, referir displicente, o que nêle já é tom de ironia. Voltaire acentua que os impérios são mencionados por Bossuet, para Deus que os criou castigar e apurar o seu povo quando êste erra, e para corrigir os que se elevando com a fôrça com que chegaram a ameaçar o próprio mundo e o curso que êle devia ter, sendo então necessário que desaparecessem.

Assim o Senhor equilibrou a tudo na história em que há impérios a corrigirem e protegerem o povo de Deus para nesse povo se revelar a verdade divina.

Império não vem a ser povo. Povo é mais ainda que império, é espírito, é alma, conservação e tradição, é missão a cumprir, é aliança com o Supremo, ensinamento ao mundo. É a isto que vêm referir sempre que apelam e fazem referência à civilização cristã!

Esta civilização é que se proclama, reaparece constantemente citada na história tomando novas denominações tais como — povo de Deus; — civilização cristã quando referida para dizer do retôrno às nações do cristianismo, como ultimamente o fazem as nações da Europa e das Américas. Ora a história universal esteve, em certa época a não querer proferir a palavra Deus achando os homens que só deviam pensar no que era contingência e causas materiais dos atos humanos. Isto começa em parte a fazer um Voltaire que cuida do que há de ridículo, de esdrúxulo nos costumes das nações.

Espírito da História Universal!

Ela não é apenas um desenvolvimento da rotina de datas. Nem a criatura humana se satisfaz pois com o conceito de eventualidade.

A história precisa de ser a expressão de um sentimento superior assim como se admite que é a história da religião. Há de ser ela dramática em face dos acontecimentos. A história é muito mais do que o equilibrio a que se refere Voltaire. Não é porém só êste equilibrio que se há de revelar.

Colocar os acontecimentos em ordem cronológica é próprio dos *anais*, que jamais serão a história propriamente dita. Esta se forma por uma motivação interna mais significativa que apenas o conjunto das nações postas em face umas das outras. Não é ela uma classificação sob o grande ridículo em que Voltaire deixa os homens, mas um grande destino bem definido. A razão de ser dos grupos humanos não se deve apenas definir pela posição geográfica e econômica de cada um dêles, mas a finalidade de cada nação terá de estar acima dêsses motivos.

Nem a história é a memorização das ocorrências para que nel se apontem os nomes históricos dos homens. Não é o relacionamento cronológico dos fatos e tem de ser a lição que êles tr

Também é não crer que a história seja apenas uma decorrência do aparecimento de certos vultos como afirmou Carlyle falando dos seus heróis para que Emerson já se referisse a homens representativos.

A contradição que há entre esses heróis apontados deixa a todos desorientados.

Pode-se recorrer a Voltaire satírico opondo-o a Nietzsche, trágico. Isto sim. Mas Nietzsche era a violência que deixa a pessoa perplexa enquanto Voltaire caminhava com amável espírito vivo a se esgueirar com ironia e a se rir das estulticies que se amontoam na história. A atmosfera por um criada, é diferente da que criava o outro, preconizando que se estabelecesse uma nova teoria de valores. Nietzsche como a labareda violenta a calcinar tudo, deixa em áridas cinzas quanto contém o mundo, atacando principalmente o cristianismo; mas Voltaire analisava a estulticie humana, fugindo êle de Deus para se divertir à vontade à custa do homem.

Nietzsche se antepõe a Cristo sem dúvida que se ostenta como super-homem: e creio que êle podia bem fazer a apologia do orgulho e também da vaidade, tão semelhantes que são as duas coisas. Mas extremado, apaixonado mesmo, prega a vontade do poder, vontade essa que leva o super-homem a senhor de escravos para que a maioria da humanidade lhe fique subordinada. Isto já é uma concepção subversiva em que se fala em rebanho para dizer como acaba a maioria dos homens em servidão.

Esse modo de ver não representa outro estado de submissão que não seja a tese exposta por Gustave Le Bon em Psicologia das multidões. Tese revolucionária e romântica. Tese que não difere do que Carlyle expõe com a teoria dos heróis. Tese a contrapor a uma outra que é a verdadeira: a humanidade tem os seus princípios, pelos quais ela se dirige. Tem ela as suas destinações superiores.

Nietzsche é apenas uma opinião subversiva, ainda imbuída da Revolução francesa. Êle ainda se lembrou do nome de Zaratustra para se opor ao cristianismo que é um conjunto de princípios sendo que Cristo nunca foi o herói mas o evangelista: mas Nietzsche, confundindo duas ordens de pensamento, quis ser herói e ao mesmo tempo evangelizador.

Nietzsche foi antes o despeito daquele que evangelizou e continua a redimir o mundo cristão, redimindo por fim a Europa.

Nietzsche é a reação contra o que é humano, e escreveu o livro de menoscabo intitulado-o *Humano*, muito *Humano*.

Atitude que atrista é a sua. Diversa dela é a de Anatole France de quem se explica o êxito extraordinário dêsse que se dizia cético

em um tempo de homens sem crença, tornando-se êle na intelligência artificial a fazer pensar nos santos, sem crer nêles.

Anatole France comentou a revolução mostrando quanto ela é falsa, e faz o leitor, ao deletrar os seus livros, sentir-se dentro do mundo cristão, aflorando nesses livros a vida cristã. É esta a attitude que tomou dando à literatura da época um tom amável.

Zaratustra, nome histórico que se prende à religião professada pelos persas é o de um legislador nacional que deixou a noticia de ter levado pela mão os persas, um povo da antiguidade que entrou em conflito não só com os indus, com quem antes viveu num acôrdo completo, bem como com os hebreus, para neste caso Nietzsche lembrar-se de Zaratustra como protótipo de adversário do cristianismo que o arrastava à animadversão inconcussa.

O que explicou o êxito extraordinário dos livros de Anatole France em uma época ainda racionalista extremada é o enfaçamento geral com aquêl estado de espírito de opposição ao cristianismo, para já voltarem à grande figura que foi Jesus, embora lhe dê Renan uma significação revolucionária. *La vie de Jésus* é a suposta conciliação entre a tradição religiosa e a geração divorciada da religião, e com ela em antagonismo. Eis ao que chamaram interpretação histórica de Jesus. Eis o suposto ajuste do espírito filosófico da época com o que é religião. Uma interpretação dêste teor feita à custa do artificialismo hegeliano, é em que Renan se espraizou escrevendo os *Diálogos Filosóficos*, o que no caso dêle não deixa de ser um pacto com o diabo a quem vende a alma para voltar ao passado. É o passado que sempre seduz o homem. Essa Vida de Jesus representa em Renan um ato de abandono da religião em que êle formara o espírito, em Saint Sulpice, mas para voltar a ela por caminhos escusos.

Escreveu pois Ruy Barbosa de Anatole France que se disse discípulo de Renan: — «Não se podê ter transposto os humbrais da entrada da *Rotisserie de la reine Pédauque* sem voltar muita vez a ela como cliente da casa. A impiedade ali não é contagiosa pelo que se diz, mas sente-se haver nas palavras divulgadas uma sutileza vaga, macia e ondulante que entretanto não envenena os ouvintes como acontece com um bom cigarro, que, espalhando aroma, não envenena, o que acontece com a fumaça do bom fumo esparvida no ar para não deixar traços de si a não ser nos pulmões do fumante. Quem se há de esquecer de Jérôme Cognard, de Astarac e da família Tournebroche? O desfecho dessa história é triste como o de tôdas as coisas humanas. Há de restar dela o perfume da recordação, a impressão da última visita àquela tasca. «O ar trazia o aroma daservas selvagens e era, de todo, o som dos grilos. Bela noite!» O padre tinha entregue a alma ao Criador.

E o editor dos livros de Jérôme Cognard o tinha como «o mais gentil espírito qual jamais floriu outro na terra». — Não se havia de dizer mais de Anatole France se as suas personagens eram essas! E pode-se considerar Anatole menos pernicioso que Renan.

Amável forma de Ruy se referir a um escritor em páginas que só veem a ser agradáveis, o que jamais acontece com Nietzsche tão ríspido e duro.

Quero ver na aceitação que teve a obra de Anatole um regresso esplêndido ao passado nos tempos de Jesus, acontecendo o mesmo com a pena de Eça de Queiroz.

Quando cartou-se Anatole com Jules Sochet, êste chamou a obra de Anatole superficial, quando o crítico expedito e com vesgo de conhecedor de psicologia para desvendar a alma dos homens, não percebeu entretanto o alto senso histórico da obra de Anatole, senso êste que nos faz rever o passado, e que não tivera Zola como romancista que pretendeu historiar uma época.

Anatole não é de modo algum um escritor moral pagando assim tributo ao tempo em que manejou a pena. Mas do mesmo modo que Renan êle não fêz o leitor fugir à familiaridade dos santos, embora nêles fale mais diretamente do que em Deus. Porém não é como Nietzsche um espírito insubmisso ao passado cristão.

Da grandeza da poesia de Baudelaire encantou-se Anatole para ver nela o sopro da superior inspiração cristã pôsto em face do drama augusto do pecado e que o faz dizer que êsse era o poeta do pecado. Nesse caso, para Anatole, o pecado veio a ter significação profunda. O que não tem profundez nos faz rir, nem impressiona o que não acontece com as *Flores do Mal*.

Em contraste com a ironia de Voltaire e a sutileza de Anatole France está pois o heroísmo de Carlyle, que lançou uma palavra séria e eloquente para dizer dos mentores que conduzem a história: história falsa e por isso mesmo contraditória e efêmera. Não é Carlyle um revoltado decepcionante, mas ficou do lado das falsas concepções e assim prejudicial por afastar da verdadeira concepção das coisas.

Carlyle não assumiu uma atitude violenta nem mordaz porém seguiu uma confusa. A seriedade repele a mordacidade e não condiz com a violência; entretanto pode trazer desequilíbrio com a presunção que há de acarretar a falta da qualidade de historiador, que é a visão de uma superior verdade no transcurso da história.

João Izulet, escrevendo o ensaio denominado *O crepúsculo dos deuses*, incluiu-o como prólogo a *Os Heróis de Carlyle*, traduzido para o francês, e dedicou o escrito a Renan, que pretendeu incluir Cristo na teoria dos heróis. Deu Renan a Jesus papel his-

tórico em parte condizente com o dos sofistas na Grécia: o de agitador de uma sociedade que se transformava modificando a mentalidade geral. Como sendo consequência de uma modificação dessas é que Renan apontou a figura de Jesus proveniente de um influxo do espírito popular, em revolta pelo que disse que Jesus, como todo grande homem era propenso ao povo entre quem sentia-se a gôsto. Quadro histórico restrito é êsse. Nem sempre a história representa êsse influxo das multidões. Acima disso estão as grandes verdades, e, no Antigo Testamento, se vêem as revelações de Deus a alguns eleitos, individualmente, como prova de que, além de uma amalga do espírito popular, está a revelação da verdade a se operar individualmente.

Doutrinou Joseph de Maistre que o têrmo a empregar na história é o de regeneração do homem, êsse grande decaído. A humanidade decaiu, sim, com a primeira queda do homem para ser preciso reerguê-la. Vê-se uma quantidade de religiões absurdas, a se manterem contraditórias, é que tôdas são sinal de decadência da religião verdadeira de modo que nunca se deve pensar em progresso na questão religiosa para não se dizer que o resquício e traços da religião verdadeira vem apontando nas que são primitivas. No sentido da decadência é que Joseph de Maistre dá a grande lição e esta foi a sua modalidade de historiador aliás contrária a de Voltaire, e por muitos motivos aproximada de Bossuet, que Joseph de Maistre acompanha de perto tratando da maneira da Providência Divina operar através da história.

Mas duas grandes páginas quis Renan escrever: a oração sob a Acrópole, que êle diz ter recitado quando visitou a Grécia antiga; e a vida de Jesus. Escreveu as duas para recompor uma com a outra, explicando com a vida grega reacionária dos sofistas, a vida evangélica de Jesus, considerando ambas do mesmo padrão. As duas são assim páginas que se esfolham para ficar após elas a impressão de nada, de vazio, do que acabou consumido, o que de modo algum acontece com a religião a se reavivar no alto espírito de Calixto III, e a reaparecer constantemente no curso da história.

Renan teve a atenção prêsa à Grécia e ao Novo Testamento, que é de quando Jesus se encarnou. Quis êle com isto dar uma expressão humana a Cristo comparando-o com o papel histórico que tiveram os sofistas: ora de modo nenhum o conseguiu fazer.

Joaquim Nabuco, espírito religioso, e que, na mocidade, esteve sob a sugestão de Renan, dêste se emancipou escrevendo que o autor da vida de Jesus era como o Tibre a correr entre ruínas, dando assim uma impressão de movimento e de vida ao que já era coisa morta, — enquanto a religião é sempre o que foi e será uma vida perene.

Quando o Papa Calixto III recomenda o *ângelus* do meio-dia eis a vida religiosa que reaparece primeiramente com o pedido feito a Deus e logo depois para agradecer a Êle a vitória dos cristãos sobre os turcos. O pastor da cristandade, fazendo assim, estava pois na presença de Deus como os antigos vultos da história sagrada, quer fôsse um Moisés, quer fôsse Abraão.

Razão teve Joseph de Maistre quando se referiu à decadência e mesmo à degenerescência religiosa, à involução. O que Frazer descreve como confusão errônea, o escritor francês assinala como diminuição, estreiteza de compreensão religiosa, e que se dá com a confusão do espiritual com a magia. Isto acontece «aos mais atrasados graus da mentalidade primitiva... em que encontramos a magia tão conspicuamente presente e a religião incrivelmente ausente». (*Ramo Dourado*, trad. esp., pág. 75).

Na magia se cai no terreno material, crescendo nela predominar a inteligência do primitivo, assim como na ciência fica-se face a face com a matéria, embora já não haja êsse primitivismo. Mas a ciência ainda vem peada pelas provas materiais.

Surge então a figura de um santo impulsionando a história, unificando-lhe o espírito. Foi êle a quem o Papa, quando viu a Europa desorientada pelo feudalismo que a dividia em potentados locais de expressão pessoal, chamou a si êsse religioso, ativo no congregar os homens sob a religião, e lhe deu a missão de reunir os cristãos. Calixto III, vendo como estava a dieta de Frankfort, transformada em órgão dos desconchavos políticos, retoma a seus cuidados o princípio de unificação da Igreja e fala em combater os turcos que caminhavam para aniquilar a Europa.

A Igreja é qualquer coisa à parte das nações e guia-se pela fé que reúne pessoalmente os homens de toda parte, sendo assim a vida.

De fato na história se dão transformações gerais em uma época como aquela em que apareceram os franciscanos, próximos ao povo e com êle identificados, mas isto no tempo em que, com a intensificação da vida urbana, a massa humana se tornou expressiva.

Antes disso houve beneditinos, e depois, jesuítas; cada ordem com a sua significação histórica.

Os beneditinos representam no seio da religião o espírito de cultura que desperta, e êles recolhem piedosamente toda a literatura greco-romana no convento de Monte Cassino, ainda construído em molde feudal. Com a literatura clássica salvaram os beneditinos a ciência médica que vinha da antiguidade e que a filosofia acom-

panhava na estrutura científica, sendo então a mais popular das ciências pela sua significação prática no seio da humanidade.

Já os jesuítas vieram a ser os coordenadores do movimento europeu das nações que se formavam. Êles é que discutiam o poder do rei a centralizar cada nação e não é de estranhar que disciplinassem êsse poder, tendo um jesuíta espanhol, Suarez, nome dos mais expressivos nas letras jesuíticas, doutrinado em Portugal, nação mais mercantilista que a Espanha e mais própria para ouvir os novos ensinamentos a condenarem os excessos de poder a que chegou por fim o feudalismo.

Mas a interpretação histórica da personalidade de Jesus elaborada por Renan, embora seja relativamente recente e date do século XIX, cai logo por terra tal é a sua maneira de trazer, à mostra, os vícios de concepção deixando assim perdurar a tradicional maneira de considerar a história, reconhecendo-se nela o tradicional espírito religioso.

No século catorze em que o espirito cristão se sobrepõe claramente ao sentido nacional absoluto que as nações queriam tomar a si, foi justamente quando o mundo europeu cristão se reuniu para reagir em conjunto, como povo.

Foi o século em que irrompeu em Portugal a luta do servidor e do artífice contra o Senhor aristocrata e o pequeno burguês, quando se deu a abertura da sucessão ao trono português tendo morrido D. Fernando I sem filhos que lhe herdassem a majestade real, surgindo para se encaminhar rumo ao poder, por vocação hereditária, o rei de Espanha, neto de dinastas portugueses. Mas daí a revolução de 1383-85, em que venceu Nun'Alvares na batalha de Aljubarrota, lutando com o soldado, homem do povo.

No século seguinte há duas lutas em que se insurge o povo. Uma é a guerra dos cem anos, de que se pôs à frente do povo uma menina e moça, Joana d'Arc, para, subindo do sul da França, à frente da multidão que se incrementara naquela região, ir bater os ingleses, milagre ocorrido depois de tanto tempo de luta para dizerem que «era como que o céu a descer sôbre a terra». Foi um imprevisto promovido pela classe popular que tomava consciência de si a deslumbrar a todos.

A terceira dessas reações vem a ser a dos povos europeus, a repelirem os otomanos a pique de invadirem a Europa avançando sôbre as águas do Danúbio. Para que? Para atravessar o continente europeu, de lado a lado partindo do mar Negro e chegar a Frankfort, então na França.

Venceram nessas lutas três figuras santas. Na primeira, Nun'Alvares, que foi declarado, pela Igreja, beato, e talvez espere a ser santo canonizado brevemente. Na segunda, Joana d'Arc,

hoje santificada. E na terceira, São João de Capistrano, santo há mais tempo elevado aos altares.

Era, essa figura venerável, filha da cidade de Capistrano, povoado recolhido nas alturas dos Apeninos, na Itália.

Aluno da Universidade de Perúrgia, completou pelos fins do século XIV brilhante curso que logo o levou a uma alta posição ao lado do governador da cidade. Começa assim a sua carreira e Ladislau, rei da Sicília põe-no à frente do distrito de Nápoles como interventor militar, passando êle logo a presidente do tribunal supremo do reino e por fim a cônsul geral, o mais alto cargo civil.

Mas o seu destino não era para as grandes posições porém para a santidade, o que fez que desmoronasse a carreira brilhante que fazia. Rebeldes então, venceram-no e o prendem para êle conseguir uma fuga voltando entretanto a cair novamente em mãos que o aprisionam. Começa aí a predestinação de santo, tendo êle uma visão com que compreendeu que a sua missão era de «servir ao Rei que está no Céu». Fêz-se então frade franciscano e não cogitou mais do seu êxito pessoal na Terra, mas empenhou-se em firmar nela o reino de Deus como diz o douto Ince Dam O.F.M. Aos trinta anos de idade começa então vida nova.

São pois os franciscanos, ordem da Renascença que, em contacto com o povo e a pregar contra a descoordenação geral e apostasias insistentes, veem a ser o novo apoio que recebe o Papa. O frade é que tinha o caminho para chegar a uma futura situação social e João de Capistrano, na condição de filho da Itália, recebeu a vocação de se imiscuir com o povo em um ponto geográfico em que, com o desenvolvimento do comércio, êsse povo se emancipou tomando expressão própria.

No que vinha a ser a reconstituição da cristandade, João de Capistrano, imbuído da missão da Igreja esteve atento no seu dever de santo e de religioso, dever de apurar, e restabelecer o espírito cristão, reanimar a instituição dos conventos que tinham decaído à medida que se foi prolongando o regime feudal. Êste era pois um movimento à luz do sol promovido por São Bernardo de Siena, que funda mosteiros e consegue dos príncipes e nobres a instalação de claustros aprofundando assim a vida religiosa num movimento espontâneo de reorganização religiosa por parte de todos aquêles que se empenharam numa ação universal cristã.

João de Capistrano percorreu os países da Europa na qualidade de missionário, então em grande atividade além dos Alpes chegando até Viena para pregar, sendo então ouvido pelo imperador, e pelo rei dos húngaros, presentes ambos à sua prêdica. No dia do Corpo de Deus estiveram reunidos para ouvi-lo cêrca de

trezentas mil pessoas. O seu prestígio assombrou a todos e êle já era uma figura capaz de arrastar consigo a Europa inteira uma vez que essa foi a impressão da sua presença em países que não eram o seu. Já era então o próprio chanceler do imperador da Alemanha, Frederico II, que escreve ao Papa: «Irmão João é o homem de Deus; os povos da Alemanha vêem nêle um apóstolo. Se quisesse, com um simples erguer do dedo poderia provocar grandes agitações».

Mas eis que surge então uma figura enigmática do hussita, membro de uma seita apóstata, e de nome Godjebrad, que conseguiu embargar-lhe os passos por lhe temer a oposição; mas isto já era força desmedida para um homem fazer o que não faziam imperadores e reis, conseguindo-o então um simples chefe de seita discordante do catolicismo apostólico romano.

Agrava-se porém uma situação que era um transe cada vez maior à Europa, estando os turcos em continuação ameaça ao continente europeu.

Foi pois João Hunyadi quem se tornou no baluarte contra os otomanos por ser o homem de armas à altura de qualquer eventualidade. A êle se refere Henri Pirenne, grande nome entre os historiadores modernos e que escreveu um livro fundamental intitulado *Maomé e Carlos Magno*, dando grande explicação acêrca da formação europeia motivada pela oposição em que a Europa teve de se defender dos árabes.

Na verdade a preocupação de Pirenne era a história da Europa e o livro *Maomé e Carlos Magno* é o tema assás amplo que êle tomou a si explanar. Êle era belga de nacionalidade porém não se encerrou na história da Bélgica, que vinha de escrever, nem na da França, nem na da Alemanha, nem na da Áustria, nem tão pouco na da Itália mas na história das influências internacionais compondo os conjuntos de nações em que cada qual tinha uma expressão universal.

O seu filho, Jacques Pirenne, hoje historiador de renome, autor da obra em seis volumes, intitulada *Correntes da História Universal*, apreciando o gênio de historiador de seu pai, escreveu no prefácio da obra *História da Europa*, em que Henri Pirenne reuniu todo o seu pensamento quando no campo de concentração, entre os prisioneiros na guerra com a Alemanha, explanou a sua grande concepção histórica. Era Henri Pirenne um grande nome para que o Papa, interessado pela sua grande inteligência e saber viesse interceder para que êle fôsse pôsto em liberdade, muito embora as suas idéias políticas e as do Papa não fôsssem as mesmas, se como materialista histórico êle se afastasse do chefe da Igreja Católica. É Jacques Pirenne que escreveu então: a *História da*

Europa: «É a conclusão das investigações realizadas por meu pai durante os trinta e cinco anos consagrados ao estudo antes de 1914, que êle chegou à síntese de todo o seu saber...»

Um dos livros que Pirenne escreveu, e dessa vez em colaboração com quatro escritores de fama, surge em 1931, já depois de ter dado o curso sobre a História da Europa em 1917, e quatro anos antes da sua morte ocorrida em 1935. Recebia ela o título de *O Fim da Idade Média*, obra em dois volumes. O primeiro trazia o sub-título *A desagregação do mundo medieval*; e o segundo o de *A anunciação de novos tempos*. Pirenne então fala em tempos novos, o que é boa nova. E descreve então o papel histórico de Hunyadi a quem êle quis se referir pormenorizadamente para lhe descrever a projeção histórica.

Traça então o retrato do herói europeu e filho da Hungria.

Vida de começo gentil, a de João Hunyadi que passa a infância e a juventude, como os meninos fidalgos, nas côrtes feudais, primeiro como pájem mas depois como familiar e servidor distinto. Em 1440 torna-se primeiro conselheiro do rei Ulaszlo I, e já condutor de exércitos nas campanhas contra os turcos. Êle é o maior proprietário na Hungria possuindo vinte e oito castelos fortes, cinquenta e sete cidades e mais de mil aldeias. Eis o fidalgo que foi.

Na obra de regeneração religiosa em que João de Capistrano é figura primordial êle caminha no mesmo sentido para serem os dois citados como grandes nomes da cristandade européia. A rechazar o muçulmano da Europa por meio das armas, Hunyadi é comparável a Capistrano pelos serviços que êste presta pregando a cruzada recomendada pelo Papa Calixto III e despertando o ânimo dos combatentes. Êsses dois homens, incidindo no que passou a ser comum aos dois acabam se conhecendo, e tornam-se amigos.

Hunyadi pouco sobreviveu às vitórias que ganhou contra os turcos adoecendo da peste que sobreveio, como é comum em casos de guerras mortíferas.

Vendo-se perdido, Hunyadi vai receber os últimos sacramentos recusando-se a fazê-lo no leito de enfêrmo, mas reergue-se num esforço fantástico indo até a casa do Senhor porque o quarto de um doente êle não considerava digno para Jesus entrar nêle. Amparado pelos seus ajudantes de ordem, é que foi à Igreja comungar.

A epidemia que ceifou Hunyadi não ia poupar a João de Capistrano de modo que êste seguiu logo depois para o além como que acompanhando o amigo, mas preocupado e cercado dos seus irmãos de ordem.

Em julho de 1443 os exércitos cristãos se tinham atirado contra a Sérvia, de que se apoderaram vindo-lhes na vanguarda os soldados de Hunyadi, — conta Pirenne. O general e sultão otomano são assim batidos. Em 24 de dezembro o segundo exército turco fôra desfeito em Kunovica não longe de Nis. Essas vitórias exterminadoras foram de grande repercussão nos Bálcans: Jorge Brankovic recuperou a Sérvia; um albanês, Jorge Castriota, que fôra aclamado com o apelido de Skander-Beg ou Iskanderber (para dizerem que êle era como Alexandre, o grande), toma enfim o partido da defecção e entra no seu país sublevando-o contra os turcos. Já sem coragem Murad vai assinar em Szegedin com os cruzados uma trégua de dez anos (15 de julho de 1444), abandonando as suas conquistas e abdicando em favor de seu filho Maomed II».

«Mas a falta de prudência ainda arrasta alguém. Cesarine quer prosseguir no caminho de glórias. Faz romper as tréguas e leva Ladislau e Hunyadi até as muralhas Varna. Da Ásia a que se retirara Murad depois de abdicar, êle se apressa em vir ao encontro destes dois. São mortos ao mesmo tempo Cesarine e Ladislau transformando-se a batalha em derrota para os ocidentais (10 de novembro de 1444). Retomando o poder, Murad logo explora o êxito: em tôdas as direções lança tropas de ataque... por tôda parte a resistência dos cristãos vacila. Sòmente Skander-Beg e Hunyadi prosseguem em luta encarnçada. O primeiro é feliz na Albânia quebrando o ímpeto de um ataque comandado por Murad em pessoa, forçando o sultão a levantar apressado o cêrco de Kroia (1449). Mas Hunyadi, que fôra nomeado regente da Hungria ao ser morto Ladislau faz supremo esforço para salvar a Sérvia e é batido em Kásovo aos 18 de outubro de 1448, com isso se vendo obrigado a fazer face aos magnatas húngaros que se sublevaram». Ora êle fôra levado a ocupar o trono do rei, tendo sido nomeado regente e tendo estendido o seu prestígio, fêz do seu filho Matias, nascido em 1440, «o futuro e famoso rei húngaro da Renascença».

João de Hunyadi subira, na qualidade de Regente, até o trono do rei, a mais alta posição a que podia ascender. João de Capistrano, depois de morto, subiu aos altares, tendo sido canonicizado.

Sei que o nome João Capistrano de Abreu veio sempre à vossa memória, senhores membros do Instituto, ao ouvirdes falar em outro Capistrano, isto é, em João de Capistrano, que foi santo. Nesta casa ainda há quem pessoalmente conheceu a João Capistrano de Abreu, nome de uma das grandes figuras deste sodalício.

Mas sei do autodidatismo com que se desenvolveu a sua grande inteligência excepcional, tomando êle o curso eventual que seguem em muito caso as inteligências a viverem em uma época contrária à religião, ao cristianismo.

Sendo Capistrano de Abreu um temperamento rude que, por motivo de uma ensinança não à sua altura, em matéria de religião, divorciou-se dela e, para sempre mordaz, manteve atitude de uma abstenção completa que nêle já era mostra do temperamento emotivo e espontâneo a deixar transparecer um estado de espírito rebelde à religião.

Mas também é dado ver como no interior do Brasil, numa cidade do Ceará foi ter o nome de João de Capistrano, que um pai rústico e rígido de temperamento principalmente em questões religiosas escolheu para o atribuir ao filho com quem se desaveio por ter êsse desrespeitado o religioso que era professor dêste.

Isto mostra bem como a religião se arraigava ao Brasil interessados os brasileiros nela para que o nome de São João de Capistrano fôsse assim ter à pia batismal de um cearense.

Nesta casa, senhores, hoje como ontem, se fêz e se faz história do modo mais amplo e completo possível e nela vem refletir o trajeto da humanidade que caminha através dos séculos mantendo um sentido religioso para que a história seja apreciada na sua expressão espiritual. Estamos pois aqui reunidos para dizer de um grande feito como a vitória dos húngaros cristãos sôbre os turcos maometanos que porfiaram para penetrar se apoderando da Europa.

Por esta casa têm passado grandes espíritos cristãos como Joaquim Nabuco que veio escrever, como mostramos, o livro *Pensées Détachées et Souvenirs* que a crítica francesa admirou julgando ser de um francês grande pensador e político, que se ocultava sob um pseudônimo por ter se convertido ao cristianismo.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o sodalício da história e com tradições suas quanto à religião: é pois natural que êle comemore as grandes datas da história dos povos que lutam pela sua liberdade e por sua crença.

SANTOS-DUMONT E O PRIMEIRO VÔO DE AVIÃO (*)

ILDEFONSO MASCARENHAS DA SILVA

O Sr. Ministro da Aeronáutica, o ilustre brasileiro Brigadeiro HENRIQUE FLEIUS, explicando o sentido universal das comemorações do *Ano Santos-Dumont*, escreveu que elas "re-capitulam o feito de Bagatelle de 23 de outubro de 1906, no qual, com o seu 14-Bis, o grande brasileiro ALBERTO SANTOS-DUMONT resolveu o triplice problema do vôo mecânico decolando, sustentando-se no espaço e aterrando exclusivamente com os seus próprios recursos", o que constitui "um dos aspectos marcantes da contribuição brasileira à evolução universal da técnica e da ciência".

O programa das comemorações indica que, no dia 12 de outubro de 1956, será realizada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro "uma conferência alusiva ao feito memorável de SANTOS-DUMONT". Recebi a honrosa incumbência de pronunciar essa conferência, que tem como objetivo evidenciar que SANTOS-DUMONT realizou o primeiro vôo humano no mais pesado do que o ar, isto é, inventou o aeroplano e merece o cognome de *Pai da Aviação*.

II

Quatro anos depois de ter resolvido o problema da dirigibilidade dos balões, contornando a Tôrre Eiffel, no dia 19 de outubro de 1901, quando ganhou o prêmio Deutsch de la Muerthe, o que lhe deu glória universal, tornou-o uma das figuras mais populares de Paris e o consagrou herói nacional, SANTOS-DUMONT dedicou-se ao vôo com o mais pesado que o ar. Passou do campo do mais leve do que o ar para o da aviação, que êle considerava a arte de erguer e dirigir através da atmosfera um corpo mais pesado do que o ar, utilizando a resistência que apresenta o elemento gasoso ao movimento dos corpos que nêle

(*) Conferência realizada no Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 12 de outubro de 1956.

são mergulhados. Deixava de ser o porta-bandeira da aerostação para tornar-se o verdadeiro iniciador da aviação.

Nossos antepassados, por várias vezes, tentaram alcançar o espaço, mas não conseguiram. Isso se explica estudando a natureza dos elementos, o que nos permite aprender que todo deslocamento desejado necessita um ponto de apoio.

O homem nunca teve dificuldade de mover-se no solo, que é firme e sólido, constituindo seguro ponto de apoio. A água é elemento de grande densidade e incompressível, razão por que o menor esforço basta para fazer deslizar os corpos que flutuam na sua superfície. No ar tudo é diferente, pois é um meio muito leve, essencialmente fluido, isto é, em que as moléculas deslocam-se com mais facilidade, oferecendo insignificante resistência aos esforços que se possam fazer para conseguir apoio sobre elas. É também um meio muito compressível, cedendo diante de qualquer esforço brusco e tornando difícil a procura do ponto de apoio. Enquanto a densidade da água é vizinha à do corpo humano, o que faz com que ele possa flutuar naturalmente sobre a sua superfície, o ar é cerca de 800 vezes mais leve. Essa cifra só mostra as imensas dificuldades para o homem elevar-se no espaço. Acresce que o ar desloca-se depressa e de maneira irregular e variável; que o vento varia de intensidade e direção e que as correntes aéreas sopram em sentidos diferentes, às vezes opostos, e com velocidade desiguais.

O homem sempre quis dominar a natureza e os elementos, pois não é feito para submeter-se. Ele se conforma às leis naturais; estuda seus meios e os imita, mas faz melhor — ele inventa e é então que atinge ao seu verdadeiro destino, conquistando a natureza e subjugando as forças hostis. Inventou e realizou o que nenhum sêr jamais possuirá: a roda e a hélice.

Venceu a terra e a água, há séculos, mas o ar resistia a todas as tentativas. Desde a mais remota antiguidade o homem cogitou do problema de manter-se e de mover-se no ar, conforme as lendas e a Religião o comprovam abundantemente. Mercúrio, mensageiro dos deuses da Grécia e de Roma, não tinha asas nos pés? Os Anjos não foram sempre representados com um gracioso par de grandes asas nas costas? A tentativa de fuga de Dédalo e Ícaro, lançando-se do alto de um penhasco sobre o mar, depois de collocarem sobre seus braços um sistema de grandes penas, minuciosamente descrito por Ovídio, não foi o que chamamos hoje uma experiência de aviação?

O homem, inicialmente, satisfaz o seu desejo de voar por um processo inesperado. O peso do aparelho e da pessoa que ele conduz é menor que o do ar deslocado, devendo elevar-se acima da superfície terrestre. É com engenho que ele principiou

a conquista do ar, do qual durante mais de um século foi servo mais do que o senhor. É a aerostação.

SANTOS-DUMONT resolvera o problema da dirigibilidade dos aerostatos utilizando o motor. Tendo adquirido conhecimento aprofundado dos motores de explosão e do comportamento dos aerostatos, pôde reunir os dois elementos na máquina que devia conquistar o espaço aéreo e construiu o Balão n.º 6, no qual percorreu um trajeto previamente indicado, publicamente conhecido e controlado por uma comissão de aerostação.

Iria resolver também o problema da navegação com o mais pesado do que o ar, aproveitando a hélice, para substituir as asas lendárias da aviação, e o motor. Isso ocorreu no fim do ano de 1905, quando decidiu dedicar sua atividade ao vôo mecânico, sabendo que uma das dificuldades primordiais da aviação, a leveza do aeroplano, podia ser resolvido com o aparecimento do motor "Antoinette", invenção de Levavasseur.

Então a navegação aérea necessitava resolver três (3) problemas principais. O 1.º era do equilíbrio, isto é, ter um meio de combater a força da gravitação universal, que arrasta os corpos do alto para o baixo. O 2.º era a propulsão, pois a força muscular humana sendo insuficiente era preciso substituí-la por propulsores ou tratores de outra natureza. O 3.º é a estabilidade, que só poderia ser encontrada depois de resolvido os problemas do equilíbrio e da propulsão. Não se previa na época nenhum meio prático.

SANTOS-DUMONT iria mostrar que o princípio da sustentação dos aviões repousa sobre a utilização das reações do ar sobre uma ou várias superfícies chamadas asas ou planos que, ligeiramente inclinados sobre o horizontal, se deslocam no ar com certa velocidade. O princípio dos aparelhos que usou — biplano e monoplano, é o de uma ou várias superfícies de sustentação ligeiramente inclinadas, impelidas contra o ar por um motor horizontal a hélice. Quando, depois de ter rodado algum tempo no solo, a máquina adquire velocidade suficiente, a reação do ar contra a superfície plana obliqua acrescenta ao seu movimento horizontal um movimento vertical. O vôo é a resultante desses dois movimentos.

III

O AEROPLANO XIV-BIS

SANTOS-DUMONT realiza a palavra profética de Ovidio: Ad coelum certe potet, ibimus illac, ao arrojarse no espaço com o seu avião.

FERBER, no seu livro *L'Aviation* (5.^a ed., Paris, 1909), informa que o grande brasileiro, que fôra o intrépido aeronauta que se sabe, e que, no seu livro *Dans l'air*, publicado em 1904, mostrara seu entusiasmo pela aerostação, reconheceu, no fim de 1905, que o tempo do mais pesado do que o ar surgira, o que é confirmado pelo Conde HENRY DE LA VAULX, na sua obra *Le Triomphe de la Navigation Aérienne* (Paris, 1911).

SANTOS-DUMONT publicara na revista *Je sais tout*, de 15 de fevereiro de 1905, um artigo intitulado "Ce que je ferai ce que l'on fera", no qual afirmara:

"E ao lado dos balões haverá as máquinas voadoras ou aeroplanos. Os aeroplanos terão interêsse vital em aterrar e, sobretudo, em levantar seu vôo do solo para as alturas. Nada tenho a objetar contra os aeroplanos providos de motor; há mesmo certas formas do "mais pesado do que o ar" que eu considero como eventualmente possíveis, senão prováveis. Se eu estivesse à frente de uma grande estação experimental de navios aéreos com material ilimitado e operários à minha disposição, começaria logo a fabricar, lado a lado, uma dúzia de tipos aéreos diferentes, pois, estou convencido de que só a experiência prática será nosso verdadeiro guia na conquista do ar.

... Talvez haverá iates aeroplanos de grandes asas, que permitirão a motores possantes fazê-los voar no espaço. Estabelecer-se-á a proporção a observar entre força motor e superfície; descobrir-se-á as leis naturais que regem as dimensões de tais aeroplanos, sós ou combinados com balões. E nos habituaremos tão rapidamente às inovações que, no dia em que ônibus aéreos empreenderem o transporte de turistas e de viajantes a negócio de Paris a São Petersburgo, todos tomaremos lugar tão naturalmente como nossos avós o fizeram no primeiro trem-de-ferro.

Então, ao lado de cais de aterragem estabelecidos no próprio solo e as altas plataformas dispostas para os pequenos navios aéreos, a transformação topográfica de Paris será completada por novas estações aéreas sãbiamente organizadas. Elas serão semelhantes às estações terminais das estradas de ferro, visto que terão salas de espera, restaurantes, bares, pontos de fiacre de um lado, ao passo que do outro lado haverá salas para o tráfego, as máquinas, os aparelhos de gás e toda uma série de vias férreas paralelas.

"... A aeronave do século XX será um iate aéreo... de motor comandado... Como a casa voadora está destinada a permanecer dias inteiros no ar, um abrigo contra o frio, mesmo em alturas moderadas, pode ter sua importância... Muitas vêzes nos deixaremos conduzir por correntes favoráveis, flutuando a

uma altura, não muito acima da terra, mas livre de todos os inimigos do "guide-rope" (longa corda de equilíbrio e amarração)... Vogaremos no ar, vendo a Europa por baixo de nossos pés como uma carta geográfica. Jantaremos. Veremos o levantar das constelações. Ficaremos suspensos entre as estrelas e a terra. Despertar-nos-emos na glória da manhã. Os dias sucederão aos dias e transporemos as fronteiras... mas nós acharemos sempre o meio de voltar a Paris..."

ALUIZIO NAPOLEÃO observou bem no seu livro *Santos-Dumont e a Conquista do Ar* (Rio, 1941) que "A influência dos dirigíveis era forte ainda e desviava a aplicação do pensamento do inventor exclusivamente ao problema do mais pesado. Era o mais leve que lhe dera fama e glória não deixando que o mais pesado surgisse com a exuberância que se requeria. Entretanto, o aeroplano iria vencer" (pág. 75).

Buscando a solução para o vôo com o mais pesado do que o ar, a primeira idéia de SANTOS-DUMONT foi projetar um helicóptero movido por um motor "Antoinette" de vinte e quatro cavalos. Percebeu logo a dificuldade da transmissão da força às hélices, que devem ser grandes no helicópteros e girar lentamente enquanto o motor gira muito depressa. Os entendidos que o cercavam o fizeram abandonar essa orientação. Procurou então associar a aerostação e a aviação, encontrar um compromisso, realizar um aparelho composto do mais leve e do mais pesado do que o ar. Prendeu seu aeroplano no seu balão n.º 14, à guisa de "nacelle", e assim era êle conduzido. Experimentou êsse novo aparelho em 23 de julho de 1906, no gramado de Bagatelle, sem sucesso. Percebeu logo que o balão impedia o aeroplano de tomar velocidade, pois o encargo de arrastar a massa do aerostato mudava de tal maneira as condições de trabalho do aeroplano, que êle não podia levantar vôo. Verificando que a solução híbrida não dava resultado, logo a abandonou. O motor era de 24 cavalos, marca "Antoinette" e o conjunto estava montado em quatro rodas de bicicletas. Desligou o aparelho do balão e lhe deu o N.º XIV-Bis, que passou a ser a sua denominação, por que aprendera que era inútil rebocar verticalmente o aeroplano pelo balão e, depois de atingir altura conveniente, pôr o motor em funcionamento e, se separando, voar por seus próprios meios.

Constatara que o motor "Antoinette", que Levavas seur reduzia ao peso de um quilo por cavalo, era o de que precisava para decolar, manter-se no espaço e aterrar com o seu aparelho, prescindindo de balão ou de qualquer outro artifício. Construirá um novo modelo, um verdadeiro aeroplano, que guardará o nome de XIV-Bis e com o qual se cobrirá de glória. Substitui o motor

de 24 por outro de 50 cavalos e reduz as quatro rodas de bicicleta, que sustentam o aparelho, para duas.

Segundo a descrição de HENRY DE LA VAULX, na obra citada, o aparelho era constituído de seis células cúbicas enteladas, salvo nas suas faces anterior e posterior. Essas seis células eram coladas três por três de maneira a formar duas asas fazendo entre elas um ângulo diedro muito aberto no alto. A armadura dessa espécie de "papagaio" volante, feita de álamo e de bambu, era recoberta de tela envernizada fortemente estendida. Na frente havia uma longa viga quadrangular da mesma construção leve e recoberta igualmente de tela, e que correspondia ao que se chama hoje fuselagem ou corpo do aeroplano. Na extremidade anterior dessa viga estava montada, com o sistema de encaixe universal, uma célula cúbica sem fundo que podia ser orientada em todas as direções por meio de comandos em cabos de aço presos ao corpo do avião. Essa célula servia de leme de profundidade e de leme de direção. O motor, um "Antoinette" de oito cilindros em V, que foi a princípio do tipo de 24 cavalos e depois do tipo de 50 cavalos, era montado sobre a viga, entre as asas, na região em que elas se juntam (pág 285).

O motor acionava uma hélice "Antoinette" com dois braços de aço e pás de alumínio, igualmente estudadas por Levassieur. Essa hélice girava a 1.200 voltas por minuto na traseira do aparelho, quase tocando as bordas posteriores das células. Uma espécie de alto e estreito cesto de vime, uma das antigas "nacelles" dos dirigíveis de SANTOS-DUMONT, servia de pôsto para o avião. Estava acima das células, no ângulo diedro formado pelos dois grupos das mesmas. O conjunto era suportado por três rodas pequenas com pneumáticos, formando uma suspensão elástica e amortecedora, trem de lançamento e de aterragem. Hastes de madeira, recurvadas em forma de cajado, formavam uma espécie de muleta e limitavam as oscilações transversais dos aparelhos durante a corrida de lançamento do solo. A superfície eficaz do aparelho era de cerca de 50 metros quadrados (pág. 236).

Os ensaios do aparelho começaram em julho de 1906 em Neuilly, numa propriedade em que SANTOS-DUMONT instalara sua oficina e equipe de mecânicos, e passavam depois a ser feitos no gramado de Bagatelle, no Bois de Boulogne, dando resultado, pois o aparelho erguia-se e as rodas deixavam o solo.

Esclarece G. BESANÇON, no seu livro *Ballons et Aeroplanes*, (Paris, 1910) que a Comissão de Aviação do Aero-Clube de França, durante o mês de setembro e o começo de outubro de 1906, foi freqüentemente convidada por SANTOS-DUMONT para controlar suas experiências em Bagatelle, mas que "um certo

número de incidentes e de acidentes retardaram a execução do programa traçado por Archdeacon. Nessa época a grande maioria dos franceses estava persuadida de que o homem nunca realizaria o vôo mecânico" (pág. 245).

SANTOS-DUMONT inscreveu-se para disputar a Taça Ernest Archdeacon, a ser conferida ao piloto que percorresse vinte e cinco metros em aeroplano e mantivesse êsse recorde durante um ano, com a condição de que o aparelho deixasse o solo pela única força dos meios de propulsão de que dispusesse, e o prêmio de 1.500 francos para quem nas mesmas condições voasse primeiro cem metros, contava distribuir essa quantia entre os seus mecânicos. BESANÇON chama atenção sobre êsse ponto, que parece ser apenas de detalhes, mas que foi o núcleo em torno do qual se desencadearam posteriormente as discussões entre o método de partida de aeroplano usado na França e o sistema de lançamento de que se serviram habitualmente os irmãos Wright, americanos (op. cit. pág. 245).

Foi em 13 de setembro de 1906 que ocorreu a primeira demonstração oficial. Se ela não foi decisiva, provou positivamente que a possibilidade de vôo mecânico não era uma quimera, pois o avião ergueu-se a um metro do solo e percorreu sete ou oito metros a uma velocidade horária calculada em trinta e cinco quilômetros. Êsse ensaio terminou na queda do aparelho, pois uma das hélices quebrou; a árvore de comando foi amassada; a construção de bambu, em que descansa o motor, foi torcida ou quebrada. Mas SANTOS-DUMONT saiu indene e manteve o domínio de si mesmo, que era conhecido. Declaram W. DE FONVIELLE e G. BESANÇON, no livro *Notre Flotte Aérienne* (Paris, 1908), que uma longa ovação coroou seu sucesso e coragem, mas que há duas versões sobre a ocorrência. Segundo uns a máquina estava em pleno vôo quando se deu o acidente, que foi motivado pelo fato de ter ela feito um ângulo tão próximo da vertical que o propulsor, colocado na traseira, tocou o solo. Conforme outros, entre os quais estava SANTOS-DUMONT, o aeroplano batera na terra de forma tão violenta que as rodas cederam e que a hélice, que estava a uma distância de oitenta centímetros do chão, na sua posição normal, tocara a terra, quebrando-se e fazendo parar o motor. O certo é que as pontas das hélices penetraram no solo, deixando sulco profundo (pág. 212). As reparações levaram mais de um mês, pois as avarias eram sérias. Essa tentativa foi considerada um simples salto, causado por qualquer desigualdade do terreno.

SANTOS-DUMONT fez modificações no XIV-Bis, acrescentando-lhe planos móveis de estabilização transversal fixados na

célula terminal de cada asa e que podiam exercer papel análogo àquele que os irmãos Wright iriam obter pelo empenamento das asas. Esses planos criavam, na ponta das asas, resistências variáveis e de sentido inverso que podiam concorrer para atenuar um movimento de balanço, bem como para endireitar o aparelho ou facilitar sua volta, descreve HENRY DE LA VAULX. Essas espécies de pontas de asas eram comandadas por cordas fixadas uma no braço direito e outra no braço esquerdo de SANTOS-DUMONT, que as acionava por leves deslocamentos do seu tronco.

O que distingue o XIV-Bis é que seus sustentadores eram precedidos de um longo bico, que terminava por uma célula Hargrave móvel nos sentidos vertical e horizontal, em vez de ter uma cauda mais ou menos longa servindo de equilibrador. Essa ponta ou bico era ao mesmo tempo o leme dos movimentos laterais e verticais. A parte principal era formada da "nacelle", onde ia o piloto, e do motor. As asas levantadas em forma de V muito aberto eram compostas cada uma de três células Hargrave. Por conseguinte, esse antepassado dos aviões modernos deve ser classificado como biplano, afirma BESANÇON (op. cit. pág. 242).

Como não tinha cauda, o aparelho foi comparado ao pato, que é desprovido do precioso leme que é a cauda e o substitui pelo deslocamento de sua cabeça ajustada no fim de comprido pescoço. GABRIEL VOISIN o comparou a um avestruz.

IV

O XIV-BIS

Sua superfície sustentadora total era de 52 metros quadrados e suportava um pêso de 300 quilos, compreendendo o piloto e a parte mecânica. BESANÇON observa que o pêso por metro quadrado transportado por esse primeiro aeroplano era, em número redondo, de seis quilos (op. cit., pág. 245).

Em 23 de outubro de 1906, o XIV-Bis, convenientemente reparado, está pronto para experimentar o voo. O público que acorreu a Bagatelle era numeroso e esperava assistir a um espetáculo histórico, pois SANTOS-DUMONT havia dito que, desta vez, iria realmente voar e que todo mundo poderia verificar. Seus amigos, isto é, "Tout Paris" das corridas, dos esportes e dos clubes comparecem, bem como jornalistas e os controladores do Aero-Clube. O público já esquecera que a única manifestação dos Poderes Públicos, no ensaio de 13 de setembro, entusiasticamente comemorado num "lunch" servido no Pavilhão d'Armenoville, foi a do Prefeito de Polícia, o ilustre Mr. Lépine, que man-

dara seu secretário avisar ao aviador que estava proibido de prosseguir nas suas experiências em pleno Paris, pois as mesmas ofereciam perigo para o público. A incumbência do funcionário foi devidamente acolhida por SANTOS-DUMONT, mas a situação foi salva pelo Conservador do Bois de Boulogne, que entendeu de proteger suas árvores como julgasse melhor, deixando ao Chefe de Polícia a tarefa de proteger as árvores dos boulevards...

Foi graças a êsse conflito de autoridade, informa MAURICE BOISSAIS, no seu livro *La Posterité d'Icaro* (Paris, 1945, página 174), que SANTOS-DUMONT pôde, no dia 23 de outubro de 1906, efetuar um novo percurso de 60 metros".

O tempo estava nublado quando foi dada a partida, às 16,45, diante de comissão do Aero-Clube, escreve FERBER, que assistiu ao decisivo acontecimento. O aeroplano deixou o solo suavemente e sem choque. O percurso devia ter sido próximo de 60 a 70 metros, mas os controladores, empolgados com o voo, esqueceram de medir a distância, motivo por que o Aero-Clube só homologou o mínimo previsto para ganhar a Taça Archdeacon, que era o percurso de 25 metros. O equilíbrio longitudinal era perfeito e o lateral parecia satisfatório, mas o aparelho teve uma oscilação lenta, inclinando a principio para a direita e depois mais para a esquerda. O aviador, temendo que êsse balanço se acentuasse e querendo parar, cortou a ligação em lugar de dirigir o aparelho para a terra com o motor funcionando, o que tornou a aterragem bastante violenta, amassando as rodas e quebrando o leme dianteiro (op. cit., pág. 98).

FONVIELLE e BESANÇON, que também estiveram presentes, assim narram a espetacular façanha:

"Nesse dia memorável, SANTOS-DUMONT percorreu no ar uma distância superior a 50 metros. Êsse acontecimento ocorreu às 4,45 da tarde, em Bagatelle, diante de uma multidão considerável e importuna.

Logo que o piloto julgou que a velocidade adquirida era suficiente, ou seja após uma embalagem de cerca de 100 metros, nós o vimos levantar suavemente seu leme e lentamente, sem choque, ganhar gradualmente altitude de três ou quatro metros na qual se manteve durante um período que, embora curto, nos pareceu infinito. O equilíbrio longitudinal nada deixou a desejar; verificamos ligeiras oscilações no sentido lateral. Foi no receio de que essa amplitude se tornasse grande que o experimentador cortou a ligação e pôs fim à experiência no momento em que ainda voava a grande altura. De longe, a aterragem nos pareceu boa; entretanto, as rodas ficaram amassadas e o leme partiu-se. SANTOS-DUMONT nada sofreu" (Op. cit., pág. 214).

BESANÇON descreve assim o vôo: "Foi a 23 de outubro de 1906 que nós assistimos a êsse espetáculo emocionante e do qual nossa memória conservará para sempre a imagem fiel. Uma multidão imensa avisada pelos órgãos da imprensa política e esportiva enchia a parte do Bois de Boulogne reservada a essas tentativas. O gramado de Bagatelle estava na proximidade do hangar edificado pelo aeronauta brasileiro nas margens do Sena, em Neuilly. Por conseguinte, lhe era fácil, ajudado do seu pessoal, trazer o seu aparelho em alguns instantes para o teatro das experiências. Mas essa exibição tinha o inconveniente grave de atrair os numerosos transeuntes que circulavam constantemente nessas paragens. Essa afluência adúladora não deixava de ser incômoda e mesmo perigosa, pois, dificultava as evoluções indispensáveis. Nessa época era necessário fazer o aeroplano percorrer uma distância de mais de cem metros sôbre o solo antes que êle adquirisse a velocidade na qual a resistência do ar tomava um valor suficiente para erguê-lo. Quando SANTOS-DUMONT, advertido pela violência da corrente do ar, sentiu que chegara o momento decisivo, nós o vimos ajustar lentamente o leme no sentido elevatório. Logo percebemos, para nossa profunda satisfação que, à medida que o aparelho flutuava, a frente levantar-se primeiro e depois as duas rodas, sôbre as quais êle tomara impulso, deixarem o solo. O aparelho ganhou altura de alguns metros, enquanto a trajetória aérea atingia 70 a 80 metros (op. cit., pág. 246). Teria o percurso sido mais longo se a estabilidade lateral tivesse sido tão perfeita quanto a longitudinal. Percebemos um balanço inquietante e o piloto, que partilhara de nossas apreensões, cortou bruscamente a ligação do motor. O aeroplano, cuja velocidade foi calculada em 35 quilômetros a hora, caiu ao solo de maneira abrupta, o que teve como conseqüência achatar suas rodas" (op. cit., pág. 247). RENÉ CHAMBRE escreveu que o XIV-Bis "atingiu a altitude fantástica de três metros" (op. cit., pág. 76).

A revista *L'Illustration*, de 27 de outubro de 1906, pág. 272, assim noticiou o acontecimento publicando a fotografia do primeiro vôo do homem com o mais pesado do que o ar: "um minuto memorável na história da navegação aérea. O aeroplano Santos-Dumont voando a dois metros acima do solo, em Bagatelle, em 23 de outubro.

SANTOS-DUMONT, já vencedor do prêmio Deutsch de cem mil francos, graças ao seu dirigível, vem de conquistar também, terça-feira última, a taça Archdeacon, reservada aos aparelhos de aviação. Publicamos e descrevemos (número de 28 de julho último), ao mesmo tempo que indicávamos as condições do concurso, o aeroplano construído pelo célebre aeronauta com o obje-

tivo de obter êsse precioso troféu do qual é êle o primeiro detentor. Montado nesse aparelho original, SANTOS-DUMONT percorreu, em outra manhã, num belo vôo, uma distância de 60 metros. A fotografia que estampamos é, acreditamos, a única autenticamente tomada no correr dessa apaixonante experiência: ela mostra que o aeroplano elevou-se a uma grande altura acima do solo: cerca de dois metros. Mas não é nisso que está a questão, pois o grande interêsse da experiência é demonstrar que se pode, sem o concurso de um suporte mais leve do que o ar, realizar o vôo planado”.

Adquiri fotocópia ampliada dessa página, que publicou a mundialmente conhecida fotografia tirada por Prieur do vôo de SANTOS-DUMONT em 23 de outubro, na Biblioteca Nacional de Paris.

A mesma *L'Illustration*, de 28-7-1906, pág. 60, com o título de “As primeiras experiências do Aeroplano de SANTOS-DUMONT no campo de treinamento de Bagatelle, publicou a seguinte notícia: “Santos Dumont, que se restringira até aqui às experiências de dirigíveis, inscreveu-se para o prêmio de 1.500 francos oferecido pelo Aero-Clube ao primeiro aeroplano que fizer um percurso de 100 metros com desnível máximo de dez por cento, e para a Taça Archdeacon de 3.000 francos, que deverá ser atribuída ao primeiro aeroplano que fizer um percurso controlado e mínimo de 25 metros com ângulo de queda máximo de vinte e cinco por cento.

O aeroplano de SANTOS-DUMONT tem o n.º 14-Bis de sua coleção. O sustentador é constituído por seis células de “cerf-volante” Hargrave, em bambu, e caniços ajustados em seda colados por um de seus lados e dispostos três por três de maneira a formar duas asas simulando um V aberto no alto. As asas são fixadas a uma viga armada, que tem na sua extremidade de dianteira um leme formado de uma célula análoga à das asas e que pode ser movido em todos os sentidos. Na extremidade posterior da viga está presa a hélice, acionada por um motor Levavasseur de 24 cavalos. A “nacelle” é colocada perto do motor, no ápice do ângulo formado pelas asas. Comprimento total: 10 metros. Envergadura: 12 metros e superfície 80 metros quadrados”.

DEBERNARD esclarece, no seu livro *Les Chemins de L'Air-Ballons, Dirigeables, Aeroplanes* (Paris, 1910), que SANTOS-DUMONT, no campo de experiências de Bagatelle, “ergueu-se do solo com uma máquina de sua invenção em 13 de setembro de 1906, e depois retornou à terra. Era a primeira vez que um aparelho se erguia com os seus próprios meios” (pág. 89).

Todos os comentadores do glorioso acontecimento assinalaram o delírio do público que presenciou o primeiro vôo mecânico do homem. SANTOS-DUMONT foi arrancado da "nacelle" de vime. Espectadores entusiastas o carregaram nos ombros e seguidos de imensa multidão, gritando de alegria e consagrando o novo cidadão do mundo, o levaram assim para Paris até ao Arco do Triunfo. Era a maior homenagem ao triunfador na luta milenar para o vôo do homem no mais pesado do que o ar. Quem não assistiu em Bagatelle à explosão do entusiasmo que suscitou o sucesso do vôo de SANTOS-DUMONT em aeroplano, utilizando exclusivamente os recursos do próprio aparelho que idealizou e construiu, dificilmente compreenderá, na hora atual, a nossa emoção retrospectiva, comentou BESANÇON (op. cit., pág. 241). É que, desde 23 de outubro de 1906, tantos acontecimentos importantes para a conquista do espaço aéreo ocorreram sem interrupção, que pouco se pensa na origem desse movimento quase sem precedente na HISTÓRIA.

O fato é que SANTOS-DUMONT saboreou, no instante mesmo em que resolvia o problema inicial do vôo em aeroplano, tôdas as alegrias do triunfador e pôde ter sentido que o Mundo compreendia que êle abrira uma nova era, que todo o sistema e o fim da vida humana seriam transformados pela aviação, mais radicalmente do que qualquer outra época desde que a humanidade descobrira o uso do fogo, da navegação, da tração animal e da pólvora ou inventara o alfabeto, a roda e a tipografia. Como observou BURNET HERSCHEY, no seu livro *L'Aviation dans le Monde* (Payot, Paris, 1946, pág. 135), a aviação é um modo de vida inteiramente novo para a raça humana e não se pode exagerar sua influência sobre todos os aspectos da atividade e do pensamento do homem.

O 23 de outubro de 1906 é uma data da Humanidade e tornou SANTOS-DUMONT uma figura universal, uma personalidade marcante na História da Civilização.

V

VÔOS POSTERIORES

No mês seguinte, em 12 de novembro, o imortal brasileiro cobriu-se mais uma vez de louros, pois nesse dia bateu o recorde estabelecido em 23 de outubro de 1906 e ganhou o prêmio do Aero-Clube de França, no valor de 1.500 francos, concedido ao piloto que fizesse o primeiro percurso de 100 metros com os próprios recursos do aeroplano. Os resultados obtidos foram comprovantes e superiores a tôdas as tentativas anteriores de SANTOS-

DUMONT, pois nos quatro vôos consecutivos percorreu, respectivamente, 40, 60, 82 e 220 metros. É preciso lembrar que, nessa época, cada vôo era uma façanha cujo sucesso dependia da habilidade, coragem e calma do piloto.

A revista *Aerophile* publicou os resultados homologados pela Comissão de Aviação do Aero-Clube de França sobre a jornada histórica de 12 de novembro de 1906:

“Primeiro ensaio — Partida às 10 horas da manhã. O aparelho eleva-se antes da linha de partida e percorre cerca de 40 metros em 5 segundos, a 40 centímetros do solo.

O motor gira a 900 voltas.

Segundo ensaio — Partida às 10 horas e 25. O aparelho percorre todo o campo de treinamento, executando dois vôos a pequena distância do solo; o primeiro de 40 e o segundo de cerca de 60 metros. O percurso termina por uma tentativa de volta em pleno vôo, que foi impedida pela proximidade das árvores depois de um quarto de volta à direita já estava feita. O eixo da roda direita, ligeiramente amassado na aterragem, é reparado durante o almoço.

Durante esses ensaios, houve brisas inconstantes.

Terceiro ensaio — Partida às 4h.9 da tarde. Dois vôos: o primeiro de 50 metros e o segundo, cronometrado por LOUSCOUR e BESANÇON, de 82m60 em 7 segundos e um quinto, ou sejam 11m47 por segundo ou 41k292 por hora. Tentativa de volta à direita detida pela barreira do Polo, quando o aparelho já tinha descrito quase meia volta. Nesse ensaio, SANTOS-DUMONT bateu, portanto, seu percurso de 23 de outubro, oficialmente, motivo por que se tornou o detentor da Taça de Aviação Archdeacon. Todos os trajetos precedentes foram executados no mesmo sentido: a partida era feita da extremidade norte do gramado de Bagatelle e a parada na direção do Polo.

O *quarto ensaio* operou-se em sentido inverso dos outros três. O aviador partiu face ao vento. A partida teve lugar às 4h45 no dia já declinado. O aparelho, favorecido pelo vento e também por uma ligeira inclinação do terreno, parte logo. Corre veloz, surpreendendo os espectadores afastados que não haviam tomado posição adequada para assistir ao vôo. Para evitar a multidão, SANTOS-DUMONT aumenta a incidência e ultrapassa seis metros de altura. Teve o valente experimentador um instante de hesitação? O aparelho parece menos seguramente equilibrado, esboça uma volta à direita. SANTOS, sempre maravilhoso de sangue frio e prudência, corta a ligação e retorna ao solo. Mas a roda direita toca o chão antes das outras rodas e sofre avarias. Felizmente, SANTOS

está indene, sendo envolvido pelos assistentes e suas frenéticas ovações”.

Para fixar os pontos de partida e de aterragem, do aeroplano era acompanhado por um automóvel que conduzia JACQUES FAURE, o célebre aeronauta, servindo como comissário do Aero-Clube. Estava munido de uma pilha de pratos e devia deixar um, que servia de balisa, a cada contato. Esse processo simples deu bons resultados, sendo um meio prático de medir, com suficiente precisão, a extensão dos percursos aéreos executados em vôos de aeroplano, esclarecem FONVIELLE e BESANÇON (op. cit., página 217). O percurso aéreo medido foi de 220 metros percorridos em 21 segundos e um quinto ou seja à razão de 37 k358 por hora, à altura de seis metros.

Foi preciso que SANTOS-DUMONT estabelecesse esse recorde, assistido pelo público e devidamente controlado para reduzir ao silêncio os negadores obstinados do vôo no mais pesado do que o ar.

VI

APRECIACÕES SOBRE O VÔO

O Capitão FERDINAND FERBER escreveu, em 1909, que a notícia do vôo de SANTOS-DUMONT espalhou-se pelo mundo inteiro com a rapidez do relâmpago; que uma nova era começara porque o encanto estava rompido e provado que as máquinas volantes podiam voar (op. cit., pág. 98); que a grande razão do sucesso de SANTOS-DUMONT decorreu de possuir êle as quatro qualidades necessárias para fazer o aeroplano funcionar: ser engenheiro, comanditário, operário e piloto (op. cit., pág. 100).

HENRY DE LA VAULX comentou, em 1911: “Hoje, que os aeroplanos transpõem mais de 700 k num só vôo, custa-se a compreender a emoção profunda causada pelo vôo de 220 metros de SANTOS-DUMONT, que nos parece tão modesto. Mas esse entusiasmo era justificado, pois os primeiros vôos eram os mais difíceis de conseguir e não se sabe, realmente, que elogio fazer ao homem que, após ter triunfado em dirigir o primeiro balão munido de um motor a gasolina e de ganhar o Grande Prêmio Deutsch para aerostatos, é o primeiro a efetuar publicamente e controlado pelo Aero-Clube o vôo num aeroplano com os seus próprios recursos. Uma só dessas façanhas bastaria para ilustrar sua carreira.

De resto, o aparêlho de SANTOS-DUMONT, apesar de algumas imperfeições bem compreensíveis, trouxe alguns resultados novos e imprevistos. Verificou-se que a direção do aeroplano não era coisa tão difícil como se supunha e que se podia manejá-lo

sem ter passado pela aprendizagem prévia de vôo planado. SANTOS-DUMONT conseguiu realizar em algumas semanas um vôo comparável ao que os irmãos Wright realizaram depois de três anos de trabalho e treinamento. Seu vôo mostrara que o lançamento de um aeroplano sobre rodas era coisa plausível e infinitamente mais prático do que as catapultas ou vias de lançamento que os irmãos Wright eram obrigados a instalar. Enfim, as disposições do aparelho eram engenhosas em muitos pontos. Convém observar que algumas experiências bastaram para conduzir SANTOS-DUMONT à noção de estabilização transversal pela criação de resistências suplementares em sentido inverso nas extremidades das asas. Com as suas pontas de asas, SANTOS-DUMONT obtem efeitos análogos àqueles que os irmãos Wright conseguiram por meio do empinamento das asas, o que constituia a melhor parte do seu aparelho" (op. cit., pág. 288).

L. DE SAINT-FEGOR recordou, em 1912, no seu livro *Le Royaume de l'Air*, que se publicou "urbi et orbi", que SANTOS-DUMONT foi o primeiro homem que voou e que o nome já célebre do laureado do prêmio da Torre Eiffel tornou-se sinônimo de inventor do aeroplano (pág. 215).

O *Rapport sur le Premier Salon de l'Aéronautique*, exibido na Exposição Internacional de Aeronáutica de 1908, publicado sob a direção de GUSTAVE RIVES, reconhece que cabe a SANTOS-DUMONT a glória de ter sido o primeiro a fazer um percurso aéreo de aeroplano, na França (pág. 17).

MARCEL JEAN-JEAN, na *Histoire de la Conquête de l'Air*, publicada em 1919, repete que o vôo de SANTOS-DUMONT de 23 de outubro de 1906, em Bagatelle, é considerado o primeiro vôo oficial na história da Aeronáutica e que a aviação nasceu nesse ano de 1906, mas que não era um milagre como podia parecer; que sua razão de ser foi encontrar-se para o planador o acessório indispensável que a navegação aérea esperava — o motor (pág. 78).

H. DE GRAFFIGNY, em 1912, no seu livro *Les Aeroplanes*, afirma que SANTOS-DUMONT é o primeiro a conseguir erguer-se do solo, em 23 de outubro de 1906, com um aparelho mais pesado do que o ar e que seu recorde de 220 metros não devia ser igualado durante quase um ano, pois foi somente em 26-10 de 1907 que Farman o superou, voando 770 metros (pág. 221).

L. HIRSCHAUER ensina, na sua *Histoire de la Locomotion, Aérienne*, editada em 1934: O vôo de SANTOS-DUMONT teve repercussão mundial. Era a primeira manifestação pública da aviação na Europa. Era a primeira vez no mundo que o homem conseguia, oficialmente, um vôo sem nenhum socorro mecânico, pois

os ensaios de WRIGHT foram efetuados com ajuda de uma catapulta" (página 67).

MARCEL JEANJEAN relembra no seu livro *Les Étapes de l'Aviation*, publicado em 1948 na coleção "Que sais-Je?", que o vôo de 23 de outubro de 1906, o primeiro oficialmente homologado na França, abriu caminho para a aviação, que tomou impulso (pág. 65).

O Comandante BOUTTIEAUX, em 1909, na sua obra *La Navigation Aérienne*, assinalou: "... SANTOS-DUMONT, com efeito sempre pareceu ignorar os trabalhos de seus antecessores e só depois dos inconvenientes verificados nas suas experiências pessoais êle procurou melhorar seus aparelhos" (pág. 66) e que, "graças à sua prudente audácia e à preocupação tomada de navegar sempre em baixa altitude, SANTOS-DUMONT pôde evitar todo acidente mortal" (pág. 67).

O Capitão L. SAZERAC DE FORGE opinou, em 1907, no seu livro *La Conquête de l'Air*, que SANTOS-DUMONT foi um brilhante sportman e um valente amator, mas não um cientista. Êle não soube aproveitar as lições de seus antecessores nem sua própria experiência, divertindo-se em variar sem método a natureza e a forma dos seus aparelhos, em vez de procurar aperfeiçoar os que tinham dado resultado relativamente bons" (pág. 44).

RENÉ CHAMBRE esclarece, na *Histoire de l'Aviation*, saída em 1948: "A glória de SANTOS-DUMONT e do seu 14-Bis é definitivamente consagrada em 12 de novembro de 1906, sempre em Bagatelle, onde ganha o prêmio do Aero-Clube de França, percorrendo a magnífica distância, devidamente medida, de 220 metros a mais de cinco metros de altura. Esse vôo, melhor ainda do que o dos irmãos Wright, vai marcar uma data na história da Aviação. Nesse dia é claramente estabelecida a vitória do mais pesado do que o ar. Ninguém pode mais enganar-se a respeito. As posições estão tomadas. Os grandes campeões da época heróica vão aparecer.

Quanto a SANTOS-DUMONT, êle parece deixar a aviação. A solução do problema foi achada, o que é essencial. Os aperfeiçoamentos não o interessam e caberá a outros procurá-los (pág. 76).

CHARLES DOLFUSS e HENRI BOUCHÉ escrevem na sua *Histoire de l'Aéronautique* (Paris, 1942): "Um homem, em 1901 e 1906, teve a glória imensa de lançar e popularizar os dois grandes instrumentos da locomoção aérea, o dirigível e o aeroplano: SANTOS-DUMONT. O nome do engenhoso e bravo brasileiro, que experimentava êle próprio os aparelhos de sua invenção, permanecerá para todos os que viveram êsses anos evocadores de façanhas seguidas com paixão" (pág. 155). A honra de ter rea-

lizado, na França, os primeiros vôos em aeroplanos a motor pertence, incontestavelmente, a SANTOS-DUMONT por suas experiências de Bagatelle, de 13 de Setembro de 1906, oficialmente e publicamente controladas (op. cit., pág. 182).

O Presidente do Aero-Clube Santos-Dumont, de Paris, RAYMOND SALADIN, no seu livro *Les Temps Heroiques de l'Aviation* (Paris, 1949), recorda: "Na época em que SANTOS-DUMONT dedicava-se ao mais pesado do que o ar, eu o via quase diariamente. Conheci seu mecânico Chapin e o construtor de motores Buchet, que fornecia seus motores ao intrépido brasileiro, quando êsse construiu seus dirigíveis, e depois, um pouco mais tarde, o engenheiro Levavasseur, que devia criar os motores e o monoplano Antoinette" (pág. 26). Bagatelle era, em 1906, o único lugar dos arrabaldes de Paris, com Yssy-les-Molineaux, onde o homem tentava seus tímidos vôos. Bagatelle ainda é uma planície em toda a sua extensão, que começa em Puteaux e acaba em Polo. Um "barquet" de árvores, na direção de Roseraie, quebra sua uniformidade; um pequeno bosque a limita ao sul, a leste a estrada de Longchamps e a oeste uma estrada que margeia o Sena. No pequeno bosque foi erguida uma coluna onde estão gravados, no granito, os primeiros recordes do mundo estabelecidos por SANTOS-DUMONT. A inscrição é a seguinte: "A l'autonne de 1906, SANTOS-DUMONT a réüssi, pour la première fois en Europe, des vols dont l'un de 220 mètres en ligne droite sur un aeroplane de son invention".

O Aero-Clube de França, querendo perpetuar a lembrança dos esforços científicos de SANTOS-DUMONT, mandou colocar uma placa de mármore sobre a grade que cerca o jardim em que foram construídas as suas primeiras máquinas voadoras, não longe da ponte de Puteaux, atualmente n.º 93 do Boulevard General Koenig, informa o citado autor (op. cit., pág. 30). Nessa placa lê-se:

C'est ici que SANTOS-DUMONT créa son aeroplane XIV-Bis, propulsé par un moteur Antoinette construit par Levavasseur et Gastaubide, réalisa le premier vol homologué du plus lourd que l'air en Septembre de 1906 à Bagatelle".

Depois RAYMOND SALADIN que esteve ao lado de SANTOS-DUMONT depois do vôo memorável de 23 de outubro e que, quando o felicitou, dêle ouviu simplesmente:

"Estamos no começo da solução do problema; há muito ainda que trabalhar" (ob. cit., pág. 30). O *Petit Journal*, de 24 de outubro de 1906, comentando o acontecimento, publicou: "Êste fim de 1906 promete belas coisas. É preciso apressar-se a escrever que SANTOS-DUMONT obteve ontem, à tarde, no Bois de Boulogne, resultados que farão viver seu nome na história da con-

quista do ar. Assistimos a um espetáculo maravilhoso, que jamais esquecerão os que dêle foram testemunhas”.

CORONEL PIERRE PAQUIER publicou, em 1952, um livro intitulado SANTOS-DUMONT. *Maitre d'Action*, no qual prega que êle foi o aviador da época heróica, em que começou a conquista do céu, que era homem de ação e de reflexão; que a aviação, palavra que pronunciava com altivez e ternura, era o seu “grande amor”; que êle tinha fé no futuro da aeronáutica (pág. 15); que o nome de SANTOS-DUMONT é um símbolo para os aviadores; que sua vida de piloto é uma série de lutas e sobressaltos após os insucessos; que avançou na conquista do espaço aéreo “passo a passo, salto a salto, vôo a vôo” (pág. 26); que êle interrogava engenheiros, especialistas na aeronáutica, universitários e sábios; que indagava dos técnicos, mecânicos e operários sobre cada detalhe; que ouvia o conselho dos pesquisadores e de tudo se informava com interesse, mas que se obstinava em ignorar as conjecturas emitidas antes dêle sobre o vôo no espaço, sonho milenar, e se concentrava nos seus próprios recursos; que tinha espírito construtivo e procurava resolver a seu modo o problema técnico da aviação (pág. 29); que não se entregava ao acaso e estudava a fundo e com continuidade os seus projetos (pág. 35); que foi o primeiro, entre os aeronautas, a compreender que a aspiração do homem de libertar-se da terra só poderia ser alcançada com o vôo mecânico (pág. 36); que foi o primeiro na Europa, a decolar do solo com o seu aeroplano (pág. 40). Afirma que “pela vontade de SANTOS-DUMONT, na aurora do século XX, uma via nova abriu-se à conquista do ar, via traçada pelo precursor que, pela sua audácia, sua aplicação, seu caráter amadurecido na experiência, mostrou que “a navegação aérea é a simples imagem da navegação marítima e pode pretender o mesmo futuro” (página 53).

A. BRIGOLE escreveu, no seu livro SANTOS-DUMONT, o *Pioneiro do Ar*, que o problema do vôo do mais pesado do que o ar, em 1905, quando o nosso patricio resolveu solucioná-lo, era considerado utópico pelos contemporâneos e havia convicção de que era impossível o vôo mecânico (pág. 60); que a Ata do primeiro vôo de SANTOS-DUMONT redigida pelo Comissão do Aero-Clube de França, “é o documento histórico que justifica a maior glória do Brasil, ou seja o início da navegação aérea — 12 de novembro de 1906” (pág. 68).

RENATO SENECA FLERY proclama, na 4.^a edição do seu livro *Santos-Dumont*: “O inventor patricio é hoje mundialmente consagrado o “Pai da Aviação” (pág. 40).

HENRIQUE DUMONT VILLARES, na publicação comemorativa do 50.º aniversário do primeiro vôo do mais pesado do que o ar, intitulada SANTOS-DUMONT, *O Pai da Aviação*, escreveu: "A 23 de outubro de 1906, com o seu histórico "N.º XIV-Bis", em Bagatelle, conquistava o prêmio Archdeacon, efetuando um vôo de 60 metros. Era a primeira vez que o homem, num aparelho mais pesado do que o ar, se elevava do solo e tornava a descer, com uso exclusivo dos recursos do próprio aparelho.

Descortinava-se, enfim, o futuro da aviação. SANTOS-DUMONT acabava de inventar e entregar ao mundo o primeiro aeroplano!" (pág. 29).

ALUIZIO NAPOLEÃO sustenta que "SANTOS-DUMONT foi o primeiro homem a resolver integralmente o problema do vôo, mesmo se admitirmos que os irmãos Wright voaram em 17 de dezembro de 1903. Aliás, aquela opinião foi expressa por todo o mundo, na época da realização do vôo de Bagatelle. Mesmo nos Estados Unidos, na ocasião, ninguém lhe contestou esta vitória" (op. cit., pág. 101).

GONDIM DA FONSECA observa, na 3.^a edição do seu livro *Santos-Dumont*, publicado neste mês: "O simples fato de existir, em 1906, um prêmio de 3.000 francos instituído em Paris (capital do mundo nessa época) para um vôo de vinte e cinco metros, mostra bem que nunca até então alguém no mundo soubera que homem voara, a motor, em aeroplano" (pág. 233). Informa que: "Paris inteiro aclamou o feito de SANTOS-DUMONT, em Bagatelle, com maior entusiasmo do que o fizera em 1901, pois sentia-se que, desta vez, alguma coisa de formidável e de inédito se realizara nos domínios da navegação aérea" (pág. 252). Declara que defende a prioridade de SANTOS-DUMONT e não crê que, "depois do que escreveu, haja alguém de boa fé, ou mesmo de má fé, que duvide da prioridade de SANTOS-DUMONT" (página 277).

Nosso ilustre consócio Dr. IVOLINO DE VASCONCELOS, na eloquente conferência pronunciada, em 1951, na solenidade comemorativa do cinquentenário da dirigibilidade aérea, esclareceu: "Foi em 1906, no dia 23 de outubro, cinco anos e quatro dias depois do memorável triunfo de Saint-Cloud, que teve lugar o histórico acontecimento da conquista do vôo no mais pesado do que o ar... Estava realizado, com a obtenção do Prêmio Archdeacon, mais um maravilhoso milagre do século — que seria o século da Aviação, o século de SANTOS-DUMONT!

... "E, a fim de que dúvida alguma pudesse restar no futuro, acêrca da prioridade do vôo de SANTOS-DUMONT, é o próprio instituidor do Prêmio, que êle conquistara, Archdeacon, que

o afirma, servindo de testemunho para a posteridade, no banquete oferecido pelo Aero-Clube ao sublime inventor: "Se algum dia eu pudesse pecar por inveja, pecaria hoje, invejando o meu amigo SANTOS-DUMONT, que conseguiu conquistar uma das glórias mais belas que o homem pode ambicionar neste mundo. Acabe de realizar, não em segredo, nem diante de testemunhas hipotéticas e complacentes, mas à luz plena do sol e perante uma multidão, um soberbo vôo de 60 metros de distância, o que constitui um fato decisivo na história da Aviação" (Separata da "Revista Médica Brasileira", pág. 351).

O eminente consócio Dr. CLAUDIO GANNS, também especialista em Direito Aeronáutico, tem sempre procurado evidenciar que cabe a SANTOS-DUMONT a prioridade do vôo em aeroplano, e que essa glória não lhe pode ser arrebatada, pois foi autenticada pela saudação de THOMAS EDISON, que o apelidou de "Bandeirante dos Ares" e pela sentença esculpida no monumento de Saint-Cloud: A SANTOS-DUMONT, "O Pai da Aviação" (artigo intitulado "Reivindicações Aeronáuticas", publicado na revista *Espelho*, de outubro de 1936).

VII

A PRIORIDADE DO VÔO

Os descobrimentos científicos não são somente misteriosa consequência de um gênio individual, mas também o resultado de um processo, em boa parte explicável, no qual tanto o indivíduo como a sociedade desempenham importantes papéis (veja-se S. C. GILFILLAN, *The Sociology of Invention*, Chicago, 1935, e JOSEPH ROSSMAN, "The Psychology of Inventor", 1931, Washington). Só no século XIX o homem fez a maior das suas descobertas, quando "inventou o método da invenção", na frase de WHITEHEAD.

Qualquer novidade é, necessariamente, um "complexo produto coletivo", como afirma LEWIS MUMFORD, em *Technics and Civilization*, pág. 142. Um livro de ciência, por exemplo, compõe-se de todos os estudos e obras aos quais há de referir-se embora isso, conforme é reconhecido, não dê mais do que uma grosseira idéia da complexidade dos seus componentes. Com as máquinas ocorre o mesmo. J. A. HOBSON faz notar, em *The Evolution of Modern Capitalism*, que a máquina de fiar moderna reúne cerca de oitocentas invenções distintas e a de cardar compõe-se de cerca de sessenta patentes. O automóvel é, igualmente,

produto de uma larga série de invenções e sua composição atual concentra mais de um milhar de diversas inovações.

É freqüente afirmar-se, opinião aceita pelos que dão a máxima importância ao influxo dos antecedentes culturais, que o número que se registra numa sociedade determinada é tanto maior quanto mais vasto o seu patrimônio científico. Essa teoria atribui ao processo da invenção um automatismo que está muito longe de atender à realidade. Contra esse entendimento cabe opor que, mesmo que NEWTON e EINSTEIN hajam partido necessariamente de postulados científicos preestabelecidos, esses por si só não conseguiriam explicar-se aos dois famosos sábios. É que o ritmo dos progressos científicos depende também da imaginação criadora dos indivíduos que formam parte de uma sociedade. O patrimônio cultural só torna a invenção possível, mas não inevitável. A adoção dêsse ponto de vista sociológico sobre a importância da bagagem cultural coletiva nos desenvolvimentos científicos é uma notável mudança frente à concepção que dominava — a teoria do herói da invenção, que coloca o gênio do inventor acima de qualquer outra contribuição social para a descoberta considerada. Essa teoria decaiu bastante em razão do trabalho de equipe nas pesquisas e descobertas.

É possível que um invento ou descoberta sejam realizados por várias pessoas quasi ao mesmo tempo. Essa classe de coincidências denomina-se, correntemente, "invenção múltipla independente". De fato, todos os tratadistas de sociologia da invenção observaram, nos últimos anos, esse fenômeno que consiste em dois ou mais homens façam um descobrimento simultaneamente ou depois um do outro, ignorando que alguém o haja precedido. É uma ocorrência repetida no curso da história da ciência e da tecnologia e que continua a suceder. O sociólogo WILLIAM F. OGBURN, em *Social Change*, parece ter sido o primeiro em apresentar uma relação de casos de invenção múltipla independente. Reuniu 148 exemplos distintos de dois ou mais inventores independentes coincidindo no mesmo objeto. Refere BERNHARD J. STERN, *Social Factors in Medical Progress*, que é muito freqüente a invenção múltipla independente na história da medicina. No período compreendido entre 1920 e 1930 a média de invenções múltiplas independentes foi de quatro por cento da totalidade das patentes solicitadas, informa ROSSMAN, em *The Psychology of the Inventor*. Em reunião celebrada ultimamente para debater essa questão, afirmou-se que "as invenções simultâneas são tão freqüentes que quase já constituem um lugar comum", segundo LANCELOT WHITE. Qualquer progresso inovador está em grande parte condicionado pela estruturação dominante das

teorias científicas e do conhecimento em geral. Mas se reconhece hoje que a atividade do homem de ciência ou da técnica desenvolve-se em parte pelo acúmulo de conhecimentos que formam o patrimônio cultural e em parte pela criação imaginativa individual. É necessário chamar a atenção contra o exagerado alcance de certas fórmulas usadas para encarecer o decisivo influxo dos fatores sociais na descoberta científica. Fórmulas como "cada invenção vem a seu tempo" ou "a necessidade social cria a invenção" carecem de todo valor científico. Ocultam uma petição de princípio. Com relação a "necessidade social" sabemos que ela não justifica nem produz a invenção, pois são incontáveis as necessidades sociais que esperaram séculos uma descoberta ou que ainda aguardam a invenção adequada. Necessitamos de um remédio contra o câncer, mas sabemos que só a "necessidade" não o fornecerá. É que o papel do indivíduo na pesquisa continua sendo eminentemente ativo, por muito que se o considere condicionado pelos fatores sociais. O descobridor científico vale-se sempre do que RENÉ DUBOS chama "idéias antecipadoras", isto é, proposições que formula com o único fim de submetê-los à prova da experiência.

Nessa classe de atividade, o descobridor científico ou técnico deve exercitar constantemente sua imaginação criadora na busca de novas e significativas conexões entre os diversos elementos existentes na teoria e na sua mente. Só apurando a imaginação em novas combinações hipotéticas pode chegar à novidade emergente ou à descoberta científica. A importância que tem a imaginação nas invenções e descobertas aparece ostensivamente nos "estalos de lucidez" que surgem súbitamente nas inteligências criadoras. Um dos mais conhecidos casos da "súbita chama" da intuição é o revelado por DARWIN em carta escrita a um amigo sobre o modo como lhe ocorreu, em 1844, sua famosa teoria. Podemos também apreciar claramente a importância às vezes decisiva da função imaginativa nos casos chamados de "inspiração", consistente, segundo a definição do fisiólogo W. B. CANNON, em *The Way of a Investigator*, na "feliz faculdade ou sorte de achar impensadamente uma palmar demonstração das próprias idéias, ou bem de descobrir repentinamente novos objetivos ou interconexões, que antes não haviam sido entrevistos".

Até hoje, o homem tem sabido, valendo-se da cultura, do estudo, da imaginação, da pesquisa, da experiência, dos erros e do acaso, utilizar e humanizar a natureza, a transformando.

SANTOS-DUMONT assim procedeu. Mas teria sido o seu aeroplano uma "invenção múltipla independente"? Teria o vôo com

o mais pesado do que o ar sido uma “descoberta simultânea”? Haveria coincidência no seu vôo com o dos irmãos Wright?

No seu livro — *O que eu vi, o que nós veremos*, publicado em 1918, SANTOS-DUMONT escreveu: “Perguntar-me-á o leitor por que não construí o aeroplano mais cedo, ao mesmo tempo que os meus dirigíveis. É que o inventor, como a natureza de Lineu, não faz saltos; progride de manso, evolui. Comecei por fazer-me bom piloto de balão livre e só depois ataquei o problema de sua dirigibilidade. Fiz-me bom aeronauta no manejo dos meus dirigíveis; durante muitos anos estudei a fundo o motor a petróleo e só quando verifiquei que o seu estado de perfeição era bastante para fazer voar, ataquei o problema do mais pesado do que o ar.

A questão do aeroplano estava, havia já alguns anos, na ordem do dia; eu, porém, nunca tomava parte nas discussões, porque sempre acreditei que o inventor deve trabalhar em silêncio; as opiniões estranhas nunca produzem nada de bom.

GONDIM DA FONSECA assinalou que SANTOS-DUMONT “amou entranhadamente a sua terra”, mas que “êle viveu em Paris porque, no momento, a civilização precisava dêle lá, e não aqui. Seriam impossíveis, no Rio, os feitos que realizou em França. O mundo de então só olhava para Paris. SANTOS-DUMONT foi colocar-se, pois, muito hábilmente, num local em que todos o pudessem distinguir, notar e admirar” (ob. cit., pág. 192).

HENRIQUE DUMONT VILLARES refere que o próprio SANTOS-DUMONT explicou, em um dos seus livros, os motivos que o levaram a escolher Paris para ambiente de suas experiências. “Sabia que, no Brasil daquela época, não encontraria recursos técnicos nem os materiais indispensáveis aos seus trabalhos. Na França, país de grande desenvolvimento industrial, dispondo de facilidades de aparelhagem mecânica, poderia contar com os elementos necessários, sem mencionar as possibilidades de consultar prontamente, em contato direto, verdadeiras autoridades nos ramos científicos a cujas aplicações se entregaria quando preciso” (ob. cit., pág. 25).

MAURICE PERCHERON escreveu no seu livro *L'Aviation Française*, publicado em 1938: “SANTOS-DUMONT era muito audacioso e impulsivo para passar anos em pesquisas sistemáticas ou aprendizagem de vôo em planador. Existia um motor — o “Antoinette”. Comprou-o. E como era imaginativo e de espírito inventivo, desenhou um estranho aparelho, que construiu e com o qual voou livremente” (pág. 43). Citamos diversos outros autores que confirmam que SANTOS-DUMONT não utilizou os trabalhos de seus antecessores; ignorava o tipo do aparelho dos irmãos Wright; foi original e idealizou e construiu diversos aparelhos diferentes,

sendo nove dirigíveis; dois biplanos, um dos quais foi o famoso XIV-Bis e outro em que empregou, em 1907, a madeira compensada, e três tipos de monoplane, os conhecidos "Demoiselle", cada qual com diversas modificações, além de ter feito experiências com helicóptero e hidroplano. Acresce que o seu aeroplano voava com os próprios recursos e que ele foi o primeiro, incontestavelmente, a utilizar o motor a petróleo na aeronáutica, em 1901.

Não houve "invenção simultânea" do aeroplano para o vôo mecânico exclusivamente com os seus próprios meios para a decolagem, a sustentação no espaço e a aterragem. É de SANTOS-DUMONT unicamente essa invenção.

O jornal parisiense *Le Matin*, de 31-12-1906, pág. 4, na seção "Os grandes fatos do ano", publicou: "O gênio do homem realizou em 1906 a conquista do ar e a transmissão fotográfica à distância. São as duas mais importantes descobertas do ano. Pela primeira vez, um mais pesado do que o ar, o aeroplano de SANTOS-DUMONT conseguiu erguer-se nos ares e voou as distâncias de 20, 80 e 220 metros".

CHARLES DOLLFUSS e HENRY BOUCHE comentaram na sua *Histoire de l'Aeronautique*, editada em 1932: "Se é certo que SANTOS-DUMONT negligenciou nos problemas da estabilidade e variou de um modelo para outro, sua obra técnica permanece importante, pois se lhe deve o emprêgo de materiais e dispositivos novos que foram adotados por todos os seus sucessores" (pág. 159). E, mais adiante: "A honra de ter realizado, na Europa, os primeiros vôos sustentados em aeroplano a motor cabe incontestavelmente a SANTOS-DUMONT por suas experiências de Bagatelle, de 13 de setembro, 23 de outubro e 12 de novembro de 1906, oficialmente e publicamente controladas" (pág. 180).

JACQUES MORTANE, autor de *La Vie des Hommes Illustres de l'Aviation*, editada em 1926, concluiu que: "O ensaio de Ader é contestado por muitos. Os vôos dos Wright são conhecidos apenas de poucas pessoas, em geral incrédulas: para todo mundo SANTOS-DUMONT é o primeiro homem que voou" (pág. 83).

J. ARMENGAUD JEUNE foi categórico, em 1908, na 3.^a edição do seu livro *Le Problème de l'Aviation et sa solution par l'Aeroplane*: "Se não nos devêssemos pôr em guarda contra os exageros dos jornalistas ianques, caberia aos irmãos Wright a glória que nós concedemos a SANTOS-DUMONT e seria a data de 19 de dezembro de 1903 e não a de 12 de novembro de 1906, que marcaria o dia memorável em que, pela primeira vez, um homem elevou-se no espaço com uma máquina voadora. Essa nova, no entanto, tem sido considerada como um "bluff" americano e o que

tende a lhe dar êsse caráter é o fato de que, desde êsse dia, nunca mais os irmãos Wright renovaram sua experiência... Qualquer que seja, sem desconhecer a importância dos ensaios, até nova ordem serei cético em relação aos resultados obtidos. O valor de uma descoberta científica não reside só no fato observado ou no fenômeno verificado, mas também na sua reprodução várias vezes. É a repetição dos ensaios bem sucedidos que dá a medida do valor de uma invenção" (pág. 33).

Também ALPHONSE BERGET foi explícito na sua obra *La Route de l'Air*, publicada em 1909:

"Para "lançar" o aeroplano, WRIGHT serve-se de um carril, sôbre o qual desliza um carro transportando o aeroplano; tem 21 metros de comprimento, e colocado sôbre o solo e orientado na direção do vento. Êsse carril dirige-se a um "pilar", espécie de pirâmide de madeira, no cume da qual ergue-se um pêso de 800 quilos, retido por um malho. Caindo, êsse pêso puxa uma corda que, por meio de roldanas, faz avançar o aeroplano no carril com uma velocidade crescente, desde que a velocidade de um corpo que cai é proporcional à duração daquela, o que caracteriza o movimento uniformemente acelerado.

Êsse meio de lançamento é engenhoso, mas tira muito do valor prático do conjunto do sistema americano e o classifica, sobretudo, na categoria dos instrumentos de estudo e de experiência. Enquanto os irmãos WRIGHT não renunciarem a êsse "rail" de lançamento, enquanto não aceitarem as condições que preenchem nossos aeroplanos franceses, isto é, de partir sós e por seus próprios meios, êles estarão em inferioridade e seus aparelhos não apresentarão o caráter de utilidade de "prática". Diz-se que êles não o fazem por que não querem, mas isso é de lamentar-se" (pág. 205). O aparelho dos WRIGHT, é, ademais, bastante perigoso, pois a estabilidade deve ser sempre dada pelo aviador, tanto na linha reta como nas curvas, ao passo que nos aeroplanos de construção francesa, principalmente nos nossos admiráveis monoplanos, o aviador só precisa preocupar-se com a estabilidade transversal, a estabilidade longitudinal sendo realizada pelo próprio aparelho. Isso explica a dificuldade que tem tido o aviador americano de formar alunos" (pág. 206).

Em suma, o aeroplano WRIGHT não efetuou ainda uma só viagem verdadeira, pois dependendo do seu "rail" de lançamento, é preciso que êle retorne ao seu pilone de partida, visto que êle não pode partir de novo caso toque a terra" (pág. 207).

É preciso assinalar que nada transpirou das experiências dos irmãos WRIGHT e que delas apenas se tem notícias; que não se

sabe nada de seus misteriosos aparelhos, que êles guardaram cuidadosamente dos olhares indiscretos em recintos fechados. Assim, o mérito dos aviadores franceses permanece intato; não só êles tudo fizeram, como fizeram melhor. Que se pode pedir mais? O primeiro que conseguiu voar foi SANTOS-DUMONT. O intrépido aeronauta brasileiro foi ainda o primeiro a levantar o prêmio que a generosidade dos Mecenas da Aviação instituiu em 1906. Até êsse ano, nenhum aeroplano, a motor, autônomo, tinha se erguido do solo. Estimara-se que a realização de um vôo de cem metros seria uma façanha admirável e o "prêmio dos 100 metros" foi levantado por SANTOS-DUMONT em 12 de novembro de 1906, em Bagatelle, com um vôo de 220 metros (pág. 256).

Em princípios de 1908, os vôos dos irmãos WRIGHT ainda estavam envolvidos em mistério. Não haviam êles concorrido aos prêmios oferecidos pelo Aero-Clube de França. Não reclamaram e não protestaram contra a consagração universal de SANTOS-DUMONT, reivindicando a prioridade do vôo. Guardaram silêncio e só em 1908 alegaram seus ensaios de 1903 e se apresentaram como pioneiros. WILBUR WRIGHT publicou artigo na revista americana *Century Illustrated Magazine*, de setembro de 1908, reivindicando para si e para seu irmão ORVILLE a prioridade do vôo. Essa notícia foi divulgada pela revista francesa *L'Illustration*, de 5 de setembro de 1908. O jornal parisiense *Le Matin*, de 31 de agosto de 1908, publicou as alegações dos interessados com o título: "L'Histoire de W. Wright racontée par lui-même".

WRIGHT afirma que seu primeiro planador já possuía o equilibrador dianteiro flexível e a inclinação das asas, duas novidades resultantes de suas observações. Mas ANDRÉ HENRY-COUANNTER, em artigo publicado em *L'Illustration*, de 6-1-1912, pág. 12, intitulado "L'Aviation est une decouverte entièrement française" o contesta sustentando que Louis Mouillard foi o inventor da inclinação das asas e que os irmãos WRIGHT aproveitaram essa descoberta. Êles mesmos disseram que suspenderam suas experiências de 1905 a 1908, mas que voaram com aeroplano movido a vapor nos anos de 1903, 1904 e 1905. Quais as provas dessas alegações? Eram cinco fotografias de seus aparelhos com motor em vôo em 17 de dezembro de 1903, 16 de novembro de 1904, 29 de setembro de 1905 e 14 de outubro de 1905, saídas na citada revista *Century Magazine* e reproduzidas em *L'Illustration*. Observa ALUIZIO NAPOLEÃO que "todas essas fotografias, se publicadas cada uma em sua época e com a devida autenticidade de autoridades científicas, não seriam postas em dúvida (op. cit., pág. 125). Mas isso não ocorreu. GONDIM DA FONSECA adverte que "até 23 de outubro de 1906, não há um só jornal dos

Estados Unidos, nem mesmo da terra dos WRIGHT, que os credite fotograficamente, documentadamente, com sucessos de vôo em aeroplanos com motor"; que "as primeiras fotografias do aeroplano de WRIGHT, publicadas nos Estados Unidos, apareceram em setembro de 1908, na revista *Century Magazine* (op. cit., pág. 262). Lembra que *L'Illustration*, de 5 de outubro de 1908, comenta: "Não cremos, por exemplo, que qualquer fotografia autêntica do seu aeroplano tenha aparecido antes daquelas que ilustram o artigo do *Century Magazine* e que reproduzimos, Foram eles mesmos que nos forneceram essas provas".

Os irmãos WRIGHT escreveram, em 1905, ao Secretário da Guerra, oferecendo a patente de sua invenção ao governo americano. A Seção de Material de Guerra respondeu "que não podia tomar qualquer iniciativa enquanto não se demonstrasse, praticamente, que a máquina era capaz de fazer vôos horizontais levando uma pessoa, segundo artigo do *Harper's Magazine*, em defesa dos irmãos de DAYTON e condensado para o número de abril de 1941 das *Selecciones del Reader's Digest*, com o título *Ninguém acreditou que os Wright voaram em Kitty Hawk*.

SANTOS-DUMONT indagava, em 1918, a quem cabia a prioridade. A quem a humanidade deve a navegação aérea pelo mais pesado do que o ar? As experiências dos irmãos WRIGHT, feitas às escondidas (êles são os próprios a dizer que fizeram todo o possível para que não transpirasse nada dos resultados de suas experiências, e que estavam tão ignorados do mundo, que vemos qualificarem os meus 200 metros de "minuto memorável da história da aviação", ou é aos Farman, Blériot e a mim que fizemos tôdas as nossas demonstrações diante de comissões científicas e em plena "luz do sol"?

E respondia: "Foi uma prova dolorosa para mim assistir, apos os meus trabalhos sobre os dirigíveis e o mais pesado do que o ar à ingratidão daqueles que me cobriram de louvores alguns anos antes".

"Os partidários dos irmãos WRIGHT pretendem que êstes voaram, na América do Norte, de 1903 a 1908. Tais vôos teriam tido lugar perto de Dayton, num campo ao longo de cujo limite passava um bonde. Não pode deixar de ficar espantado por êsse feito inexplicável, único, desconhecido: durante três anos e meio os irmãos WRIGHT realizam inúmeros vôos mecânicos e nenhum jornalista da tão perspicaz imprensa dos Estados Unidos se abalança a ir assisti-los, controlá-los e aproveitar o assunto para a mais bela reportagem da época. E que época! Estávamos em plena carreira de GORDON BENNETT, êsse protótipo do jornalista americano, fundador da grande reportagem,

que havia mandado um de seus homens, STANLEY, procurar LIVINGSTONE no centro da África, então desconhecida e inexplorada. Tudo o que era novo êle encorajava. Recordai a Taça GORDON BENNETT para balões livres, e a dos automóveis. Nas minhas oficinas encontrava-se, quase dia e noite, um de seus repórteres. Estamos, dizia-me êle, num período áureo da história do mundo. Interessam-me prodigiosamente os seus trabalhos. E êsses, quase quotidianamente, eram relatados no jornal de GORDON BENNETT. Como imaginar, então, que na mesma época os irmãos WRIGHT descrevam círculos no ar durante horas sem que ninguém disso se ocupe?

Só em 1908 é que os WRIGHT vieram à França e mostraram pela primeira vez a sua máquina. Haviam-na guardado em segredo, diziam êles, durante cinco anos, desde o seu primeiro vôo de 17 de dezembro de 1903. Entretanto — e eu peço notar bem isto — se os dois americanos exibiram a sua máquina em fins de 1908, é porque haviam recebido uma oferta de 500 mil francos de um empresário francês, que lhes pedia em troca demonstrações publicas com o aparelho e cessão dos direitos de patente do mesmo para a França. Ora, em 1904, na Exposição Universal de São Luís, isto é, na época em que os irmãos WRIGHT diziam que a sua máquina voava havia um ano, e São Luís ficava a poucas milhas de Dayton, havia um prêmio de 500 mil francos, do mesmo valor da oferta de 1908. E nessa ocasião não havia nenhum direito de patente a ceder! Mas êsses 500 mil francos não interessaram aos dois irmãos. Preferiram esperar quatro anos e meio e viajar 10.000 quilômetros para vir disputar a oferta francesa, no momento em que eu próprio, os FARMAN, os BLÉRIOT e outros voávamos já... Logo depois dos irmãos WRIGHT, aparece Levvasseur com o aeroplano "Antoinette", superior a tudo quanto existia até então. Levvasseur trabalhava, havia já vinte anos, em resolver o problema do vôo; poderia, pois, dizer que o seu aparelho era cópia de outro construído muitos anos antes. Mas não o fez. O que diriam EDISON, GRAHAM BELL, ou MARCONI se, depois que apresentaram em público a lâmpada elétrica, o telefone e o telégrafo-sem-fio, outro inventor se apresentasse com uma lâmpada elétrica, telefone e telégrafo-sem-fio melhores, dizendo que os tinham inventado e construído antes dêles?

Os irmãos WRIGHT são motivo de orgulho para os americanos. Não resta dúvida que seus feitos foram memoráveis, mas não devemos nem podemos desprezar a realidade, quando se trata de estabelecer, no terreno histórico, a verdade cronológica". (Cf. HENRIQUE DUMONT VILLARES, ob cit., págs. 55 e 56, e pefa-

cio de A. MIRANDA BASTOS, na tradução do livro de SANTOS-DUMONT, *Dans l'Air*, com o título de "Os meus balões").

Os WRIGHT indicaram cinco testemunhas oculares do acontecimento como uma das provas do vôo de 1903. Respondeu-lhe BESANÇON: "O que nos parece incrível, a nós parisienses que vimos a multidão em Bagatelle presenciar e vibrar com as primeiras tentativas de SANTOS-DUMONT, é que cinco pessoas somente tenham assistido ao sucesso dos irmãos WRIGHT. Imagine-se que, em França, um aviador qualquer, por mais inimigo que seja da publicidade, realize vários meses consecutivos performances admiráveis, sem que a imprensa o saiba. Essa hipótese inadmissível é a principal causa da incredulidade geral com que foi recebida as surpreendentes revelações contidas no *Aerophile* (ob. cit., pág. 300-302). "Se os inventores americanos ficarem discutidos e mesmo negados em França, que nos permitam dizer que a culpa é deles. Por motivo comercial permaneceram numa reserva incompreensível para o nosso caráter e só saíram do seu silêncio quando os resultados obtidos por SANTOS-DUMONT, os FARMAN e os DELAGRANGE ameaçaram a sua segurança (ob. cit., pág. 242).

GABRIEL VOISIN, construtor de aviões, no seu livro *La Naissance de l'Aéroplane* (Paris, 1927), salienta:

"Eu não quero jogar com as palavras e as datas — WILBUR WRIGHT voava na América, provavelmente, no momento em que nós continuávamos com sucesso nossas pesquisas na França, mas a aviação francesa nasceu dos seus próprios recursos, sem fazer um empréstimo, por menor que fôsse, aos homens de Dayton. Esse primeiro ponto deve permanecer em nossas memórias.

WILBUR WRIGHT veio à França oito meses retardado, pois foi o 13 de janeiro de 1908 o momento preciso em que HENRI FARMAN realizou, com um biplano Voisin, em Yssy-les-Moulineaux, o primeiro quilômetro em circuito fechado, oficialmente verificado, e ninguém jamais vira os irmãos WRIGHT voar, como ninguém podia fornecer um documento, por insignificante que fôsse, sobre a forma, as dimensões, a natureza do seu aparelho. Sua máquina, saída misteriosamente do campo de Auvours, não surpreendeu ninguém e nenhuma das soluções imaginadas por WILBUR WRIGHT permaneceu (pág. 9). (Nem o pilar de lançamento, nem os patins que não permitiam ao aparelho levantar vôo em todo terreno, nem as condições aero-dinâmicas de *centrage* suprimidas a *empennage*, nem os meios de comando, nem a transmissão por meios de comando, nem a transmissão por cadeia cruzada, nem a posição do piloto assentado, contra toda ra-

ção, sem proteção, na extremidade dianteira da célula, nem mesmo o famoso empinamento, agora universalmente substituído por pontas de asas). Nenhuma das características do avião dos WRIGHT foi conservada" (ob. cit., pág. 10).

MARCEL JEAN-JEAN, em 1948, insiste que é coisa estranha que o público americano ficasse inteiramente indiferente às experiências de Dayton e de Kitty Hawk, e que a imprensa se desinteressasse completamente desse magno assunto, bem como que os irmãos WRIGHT achassem conveniente guardar durante cinco anos o segredo do seu sucesso (ob. cit., pág. 63). É realmente incompreensível!

Os vôos de SANTOS-DUMONT constituem fatos públicos e notórios, têm uma evidência que ofusca; não comportam dúvidas e não admitem contestações, salientou bem ALUIZIO NAPOLEÃO, ao passo que os vôos dos WRIGHT são escondidos, misteriosos, incríveis. "...Enquanto os WRIGHT, com os seus vôos secretos, sempre deixavam a incredulidade e a dúvida, SANTOS-DUMONT nunca foi contestado nos seus dois vôos de 60 e 220 metros, de 23 de outubro e 12 de novembro de 1906, sendo curioso lembrar que, só depois de 1906, é que os WRIGHT e ADER reivindicaram a prioridade" (ob. cit., pág. 240). É realmente injustificável que só em 1908, dois anos depois do inigualável triunfo de SANTOS-DUMONT, assistido por todo Paris, controlado pelo Aero-Clube da França e consagrado pelo mundo inteiro, os irmãos WRIGHT viessem alegar prioridade. É também espantoso que se aceite ou defenda essa reivindicação, negando ou pondo em dúvida a prioridade de SANTOS-DUMONT.

O aviador GABRIEL VOISIN afirmava em *La Naissance de l'Aéroplane*, em 13 de janeiro de 1908, no momento em que HENRI FARMAN realizava em um biplano Voisin, em Yssy-les-Moulineaux, o primeiro quilômetro em circuito fechado, oficialmente constatado, que "ninguém havia visto ainda os WRIGHT voarem, e ninguém podia fornecer um documento, por mais pobre que fosse, sobre a forma, as dimensões e a natureza do seu aparelho" (Cf. A. DE MIRANDA BASTOS, ob. cit.).

Realmente, o mundo ignorava os vôos mecânicos de ORVILLE e WILBUR WRIGHT, ainda que eles tivessem sido realizados!

Mesmo, em 1908, quando WILBUR WRIGHT exhibe-se na França, seu aeroplano não levanta vôo por si só; necessita ser lançado por uma espécie de catapulta, como já mostramos, isto é, não decola, não se sustenta no espaço e não aterra com os seus próprios recursos.

Parece incontestável que SANTOS-DUMONT foi o primeiro homem a efetuar o vôo com o mais pesado do que o ar, é o inventor do aeroplano e o "Pai da Aviação". Isso sempre foi reco-

nhecido pelo Aero-Clube da França, que mandou erigir, em 1910, em Bagatelle, local de seus primeiros vôos, um marco de granito para atestar os feitos de SANTOS-DUMONT como precursor da Aviação, no qual se lê a seguinte inscrição :

AQUI,

em 12-XI-1906, sob a fiscalização do

AERO-CLUBE DA FRANÇA,

SANTOS-DUMONT,

estabeleceu os primeiros recordes da Aviação no Mundo.

Tempo 21 s $1/5$ — Distância 220 m.

O mesmo Aero-Clube mandou levantar, em 1913, em Saint-Cloud, com a prévia licença da Municipalidade, numa praça que recebeu o nome de SANTOS-DUMONT, um monumento que comemorasse condignamente o "Pioneiro da locomoção aérea". Observou HENRIQUE DUMONT VILLARES que era "a consagração máxima, pois ninguém em vida, até então, merecera o "bronze peregrino" na Cidade Luz. No entanto, "le petit SANTOS" pela segunda vez recebia "essa glória" (ob. cit., pág. 46).

Agradecendo a homenagem, no ato da inauguração, em 19-10-1913, por Leon Barthou, SANTOS-DUMONT escreveu: "Este monumento, mandado erigir em Saint-Cloud pelo Aero Clube da França, me é duas vezes grato: — é a consagração de meus esforços e a homenagem que se prestou a um brasileiro, refletindo-se sobre a Pátria toda".

Há sobre a mesa da Presidência uma reprodução reduzida desse monumento, que representa Ícaro alçando o vôo de um pedestal de granito, no qual está gravada a efigie, em bronze, do pioneiro da Aviação e a seguinte inscrição:

Este Monumento

foi erguido pelo

AERO-CLUBE DA FRANÇA

para

comemorar as experiências

de

SANTOS DUMONT.

VIII

O “Pai da Aviação” foi profeta em sua terra. O Brasil sempre considerou SANTOS-DUMONT filho dileto. A Nação inteira, povo, governo, tôdas as classes sociais, juventude, imprensa, instituições culturais, o aclamou Benemérito da Pátria, cultua seu nome e defende sua glória. Jamais lhe foram regateados admiração, entusiasmo, aplauso, louvor, apoio, respeito e confiança. O Brasil participou do seu triunfo, estimulou seus estudos e experiências, sempre reconheceu e proclamou sua prioridade na Aviação. Nunca foi negado e todos os brasileiros têm orgulho em proclamar que êle é um dos numes tutelares da Pátria.

Viveu a maior parte de sua vida na França, onde realizou as suas façanhas, conquistou a imortalidade, engrandeceu seu país e serviu à Humanidade. Mas o Brasil sempre o teve no coração e continua a amá-lo com fervor, constância e fidelidade.

Foi recebido triunfalmente em 1903, quando veio ao Brasil, receber as homenagens da nação. Era o brasileiro mais glorioso da época. Lembrará tôda a vida a recepção, conforme escreveu no seu livro *O que eu vi — O que nós veremos*, saído em 1918, onde estão consubstanciadas tôdas as suas opiniões sôbre Aeronáutica e que é, em grande parte, um resumo do que expusera na sua primeira obra *Dans l’Air*, publicada em 1904.

“Vim ao Brasil. No Rio de Janeiro, em São Paulo, Minas e Estados do Norte, por onde passei, me acolheram os meus patrícios com as mais cativantes festas de que jamais me esquecerei e que tanto me penhoraram”.

Nessa ocasião, o conhecido cantador de modinhas Eduardo das Neves compôs e escreveu uma modinha para exaltar SANTOS-DUMONT, logo tornada popular, que cantou em honra do imortal patrício numa serenata-monstro, acompanhado pelo povo. As quadras e côro são as seguintes:

Assinalou para sempre o século vinte

O herói que assombrou o mundo inteiro:

Mais alto do que as nuvens, quase Deus,

É Santos Dumont, um brasileiro.

Côro :

Salve Brasil,
Terra adorada,
A mais falada.
Do mundo inteiro !
Guarda teus filhos,
Lá nessa altura,
Mostra a bravura
De um brasileiro !

A Europa curvou-se ante o Brasil
E clamou parabens em meigo tom,
Brilhou lá no céu mais uma estrêla
E apareceu Santos Dumont.

Essa canção costuma ser cantada pelo público no “Dia do Aviador”.

Ele próprio narra sua glorificação e o reconhecimento do Govêrno brasileiro:

“Pela mesma época recebi um outro grande prêmio, tão li-sonjeiro quanto inesperado. Quero referir-me à quantia de 100 contos de réis (125.000 francos), que me concedeu o govêrno do meu país. Juntamente com o dinheiro foi-me concedida uma medalha de ouro e de grande modelo muito bem desenhada, gravada e cunhada no Brasil. O verso representa minha humilde pessoa conduzida pela Vitória e coroada de louros por um Anjo-da-Guarda. Por cima dum sol nascente está gravada, com a ligeira variante por mim introduzida, e tal qual flutuava na longa flâmula da minha aeronave o verso de Camões: “Por céus nunca dantes navegados”. O reverso traz esta inscrição: “O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, dr. Manoel Ferraz de Campos Salles, fez gravar e cunhar esta medalha em honra de ALBERTO SANTOS-DUMONT — 19 de outubro de 1901”. Foi a única ajuda financeira que concordou em receber. Aplicou nas suas experiências e nos diversos balões e aeroplanos que projetou e construiu seus próprios recursos e o valioso prêmio que lhe autorizou a nação. Cem contos eram uma fortuna na época. Lembra GONDIM DA FONSECA que o câmbio estava a 17; que a receita federal naquele ano foi, em números redondos, de 97 mil contos ouro e 394 mil contos papel; que o saldo na balança internacional de pagamentos foi de 12.675.000 libras; que uma dúzia de colarinhos custava 11\$000 e uma dúzia de camisas finas para homem 65\$000 (ob. cit., pág. 134-136); que a libra ouro valia 20\$000 e 300\$000 eram um bom ordenado (idem).

Em 21 de agosto de 1903 foi proposto para sócio honorário dêste Instituto Histórico. A proposta foi publicada no Tomo 66, 2.^a parte, pág. 231, da Revista do Instituto, sendo a seguinte:

“Propomos para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Sr. Alberto dos Santos-Dumont, a quem se deve a maravilhosa descoberta da direção dos balões e que reúne as condições precisas para esta distinção por parte do Instituto.

Rio de Janeiro, 21 de agosto de 1903 — Manoel Francisco Correia — Marquês de Paranaguá — Henrique Raffard — Max Fleiuss — A. F. de Souza Pitanga — Visconde de Ouro Preto — Luiz de França Almeida e Sá — Thomaz Garcez Paranhos Montenegro — Francisco Raphael de Mello Rego — Monsenhor Vicente Lustosa — Antonio Olyntho dos Santos Pires — José Américo dos Santos — Rocha Pombo — M. de Oliveira Lima — Barão de Alencar — Padre Corrêa de Almeida — Salvador Pires de Carvalho Albuquerque — Affonso Arinos de Mello Franco — João Mendes de Almeida Junior — João Oliveira de Sá Camelo Lampreia — Antonio de Paula Freitas”.

O Sr. Presidente declara que esta proposta vai à Comissão de admissão de sócios, sendo relator o Sr. Dr. Antonio de Paula Freitas.

Obteve a mesma, em 11 de setembro de 1903, opinião unânime a favor da admissão, conforme consta de nossa Revista:

O Sr. Fleiuss, 2.^o Secretário, lê o seguinte parecer:

“A Comissão de admissão de socios foi presente, afim de emitir o respectivo parecer, a proposta junta, da Mesa do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, apresentando para sócio honorário do mesmo Instituto o Sr. Alberto dos Santos-Dumont, a quem se deve importantes melhoramentos introduzidos nos aerostatos com o fim de dar-lhes dirigibilidade própria, problema esse ha longos annos disputado, melhoramento com que conquistou fama universal.

Si, para confirmar os justos fundamentos da proposta não fossem já sufficientes os triumphos alcançados pelo nosso compatriota na campanha que tem travado em França para conseguir a solução daquelle magno problema; si não o fossem igualmente as manifestações de que o illustre joven tem sido alvo nesse centro, onde a sciencia tem um dos fôcos do seu progresso e desenvolvimento, bastariam, para entoar altos hymnos á gloria do nosso compatriota, a convicção inabalável de que Santos Dumont tem dado innumeradas provas, e essa notavel e proverbial tenacidade que o leva a affrontar as iras dos ventos, os abysmos que

desencadeam-se aos seus pés, e as profundezas do pélago, que se abrem aos seus olhos.

E nós, filhos da mesma Patria, onde nasceu e brotou aquella vergonteia que a aerostação celebrará para sempre em seus annos como um vulto eminente; nós, os brasileiros, que nos prezamos de sel-o, ainda porque á nossa patria pertence Santos Dumont, como Bartholomeu de Gusmão, que primeiro sulcou os ares, como o infeliz Augusto Severo, que pagou com a vida a sua bem inspirada audacia; e sem deixar de lembrar os esforços de Julio Cesar Ribeiro de Souza na mesma especialidade, não podemos deixar de pressurosos render animações e justificadas homenagens a Santos Dumont na brilhante senda que trilha.

É bem justo, portanto, que o Instituto Histórico e Geographico Brasileiro, velho e venerando aeropago, em que placida e serenamente se estudam as tradições da nossa Patria, e se acompanham os factos que a exaltam no mundo scientifico, é bem justo, que tribute ao compatriota Santos Dumont, as considerações que bem merece pelos seus efficazes trabalhos na aerostação, aureolando-o com o titulo de honra que lhe pôde conferir.

Santos Dumont não é, depois de Bartholomeu de Gusmão e dos celebres irmãos Montgolfier, o primeiro que assombra o mundo inteiro com os seus temerarios ensaios; os annos scientificos nos contam já os trabalhos do relojoeiro Jullien, em 1850, dando ao seu balão, ensaiado em pequeno modelo, a forma de charuto, e dotando-o de um movimento propulsivo e dirigivel pela adopção de uma helice impulsora, e de um leme que permitia deslocar-o num ou noutro sentido; nos referem também as glorias do celebre Giffard, que, adaptando ao seu systema uma machina a vapor, conseguiu dar-lhe movimento, ainda que pequeno, nas ascensões que ensaiou; de Dupuy de Lôme; de Tissandier, que recorreu á electricidade; de Renard e Krebs, que pela primeira vez apresentaram a solução do problema sob um aspecto verdadeiramente scientifico, conservando no balão a forma de charuto, empregando a electricidade como propulsor, o leme para a sua dirigibilidade, e a barquinha como elemento essencial da estabilidade do conjuncto. Santos Dumont teve todos estes antecessores; mas atirou-se ao estudo, ás pesquisas, aos ensaios, aos tentamens com idéas novas, com principios diversos, e com esforços originaes, conseguindo illustrar a nova historia com uma pagina incomparavel.

O balão Santos-Dumont surge com systema novo, na fórma, no mecanismo, nos dispositivos e na concepção: nem pára nos primeiros ensaios; dia a dia melhoramentos, do primeiro ao sexto balão, acodem ao cérebro do aeronauta; o n. 7 é differente do

anterior, e assim ao n. 9; e agora o n. 10 já conterá proficuas modificações alcançadas pelo estudo e pelos arrojados ensaios a que se entrega.

No seu conjuncto, o systema Santos-Dumont tem caracteristicos especiaes. Além da fôrma alongada, ellipsoidal, perfeitamente symetrica, que adoptou nos ensaios realizados, dispõe de um apparelho suspensor extremamente engenhoso formando uma especie de quilha; como motor tem uma machina a petroleo que põe em movimento uma helice, e como director do movimento um leme á popa, e um guide-rope á prôa.

O balão é cheio de gaz hydrogeno, mas tem no seu amago um balonete de ar comprimido para contrabalançar as diminuições ou augmentos de volume, no que innovações profundas, admiraveis, teve occasião de realizar.

O apparelho suspensor é de arame, cordas de piano e ligeiros sarrafos, de sorte a diminuir o peso morto de toda a machina, e, pelo modo de distribuição e travamento, constitue uma originalidade no systema de aerostatos, que tem causado verdadeiros applausos entre os especialistas, e fôrma, na phrase de Carlos Sampaio, a conciliação mais perfeita que se pôde imaginar entre a resistencia e a leveza, duas qualidades, por assim dizer, antagonicas.

Sem duvida Santos Dumont, na aerostação é um innovador sem rival, e como tal uma gloria cosmopolita, e garbosamente uma gloria perenne de nossa patria.

Bem justo lhe caberá o titulo de sócio honorario do Instituto Historico e Geographico Brasileiro, pelo que, pensa a Commissão de admissão de socios achar-se nas condições de ser approvada a proposta da Mesa, subscrita por todos os socios presentes á sessão de 21 do mez findo, em que foi ella apresentada." (*Revista do Instituto Histórico*, Tomo 66, 2.^a parte, pág. 236).

Tomou posse, em sessão solene, no dia 23 de setembro de 1903, sendo saudado pelo Orador do Instituto, Desembargador Souza Pitanga, e pelos sócios Conselheiro Corrêa e Barão Homem de Mello.

O Presidente do Instituto, ao lhe entregar o titulo de sócio, disse o seguinte:

"Sr. Alberto dos Santos Dumont — O titulo honorifico que agora vos offereço e que vos foi conferido pelo Instituto Historico e Geographico Brasileiro, é uma solemne homenagem prestada por esta douta e veneranda Associação litteraria ao vosso reco-

nhecido merito e excepçõaes aptidões reveladas em vossos ultimos e portentosos trabalhos.

Não reveste a demonstração de apreço que neste sereno e placido sanctuario das lettras vos é dada a pompa e o esplendor das honrosas e justas manifestações que tendes recebido da parte dos poderes publicos, que vos distinguem, de um povo amigo que vos preza e admira, e de patrioticas corporações que em nome das diversas classes sociaes enthusiasmicamente vos applaudem pelos brilhantes triumphos alcançados pelo vosso genio arrojado e empreendedor; significa, porém, a consagração do talento, a glorificação da sciencia na pessoa de um dos seus mais adiantados e fervorosos cultores.

A fama que haveis conquistado pela vossa esclarecida intelligencia e fecunda energia, tornando uma realidade o que foi até agora uma simples aspiração, resolvendo o difficil problema da segura direcção dos aerostatos, constante objecto de aprofundados estudos, para os sabios que em todos os tempos, com vigor, hão disputado os louros que hoje são por vós colhidos, não se desvanecerá com as deslumbrantes festas e ruidosas acclamações que vos saudam; mas ha de perdurar, por honra nossa, gravada nas indestructiveis paginas da historia, como viva expressão do valor moral de um brasileiro illustre, que soube ennobrecer-se, engrandecendo a patria com a sublimidade dos seus feitos.

E o Instituto Historico, que tem por missão especial registrar os notaveis successos que assignalam a vida nacional, com prazer e orgulho inscreverá em seus annaes o nome do intrepido aeronauta Santos Dumont como o de um dos mais distinctos e gloriosos filhos deste grande paiz".

Acto contínuo o Sr. Desembargador Souza Pitanga, orador, profere o seguinte discurso:

"Sr. Alberto dos Santos Dumont — Aos observadores superficiaes da alma humana ha de parecer que entraes contrafeito no recinto sereno e sombrio desta officina, vós que vos habituastes a transpor as regiões agitadas do ether luminoso; esquecem-se os que assim pensarem de que, após a ascensão ousada aos cimos vermelhos dos planaltos andinos, é no recesso obscuro da gruta que o condor altaneiro, depois de haver affrontado os raios do sol e as rajadas da tormenta, vai buscar, no repouso amigo, o alento que o retempera para novas e temerarias investidas.

É cedo ainda para vos refugiardes no abrigo placido da Historia; mas é sempre tempo para todos os operarios do progresso universal, de aspirar nos haustos de sua atmospherá, consoladoramente serena, novos elementos de força para a conquista de seus ideaes.

O Instituto Historico e Geographico Brasileiro assim o entendeu abrindo-vos as suas portas e offerecendo-vos uma cadeira no seu gremio; ninho modesto de pródigos cultores da sciencia, elle comprehende que o vôo aquilino dos aeronautas não promove simplesmente a victoria da aerostatica, mas que a ella se vinculam, por affinidades scientificas, desde os problemas abstractos da astronomia e da physica, até os complexos phenomenos da biologia e das sciencias sociaes.

Offerecestes o fructo auspicioso de vossas locubrações e de vossos heroicos tentamens á gloriosa França, onde os emprehendestes, com resalva dos direitos do nosso amado Brazil, onde tivestes o berço natalicio; não ha contestar a nobreza de vossa gratidão e de vosso patriotismo; e tem mesmo um cunho fidalgo essa régia homenagem prestada pelo continuador de Bartholomeu de Gusmão, de Julio Cesar e do glorioso martyr da sciencia que se chamou Augusto Severo á patria dos Montgolfier, de Blanchard e de Pilatre de Rosier, mas o Instituto vos almeja ideal ainda mais glorioso, elle vos concita á continuação de vossa afanosa empreza e faz votos pelo vosso completo triumpho, para que, sem preocupação de estado de guerra, mas em prol da confraternidade humana, possa um brasileiro, como a bussola imantada de Flavio Gioia, como a imprensa de Gutemberg, como a America de Colombo, como o vapor de Fulton, como o telegrapho de Franklin e de Ampère, offerecer a immensidade dos ares á Patria universal, á Humanidade”.

O Sr. Conselheiro Correia diz o seguinte:

“Sr. Santos Dumont — A maior descoberta que em proveito da civilisação, e para bem da humanidade, podia assignalar o seculo XX, era a dirigibilidade do balão. Vós realizastes essa aspiração que revoluciona em seus pontos fracos a ordem social existente.

Que gloria de mais relevo podia ambicionar um homem!

Querendo a sorte propicia que esse homem seja compatriota nosso, não é justo o desvanecimento dos brasileiros?

A vossa tarefa, porém, não está concluida. Transpuzestes a grande barreira.

Sois o piloto do ar. Correis por elle livremente. Brincais com elle.

Podeis surprehender um exercito em evolução militar, desfaldando nas alturas a bandeira da vossa, da nossa Patria. É muito, é certamente muito, mas não é tudo. São notaveis os progressos do Santos Dumont n. 1 ao Santos Dumont n. 9. O San-

tos Dumont n. 10 abre já mais fecunda rota para as viagens futuras.

Com a rapidez vertiginosa da vossa actividade em os annos dilatados que a Providencia vos reserva, joven que sois, quantos beneficios não terá ainda que receber a navegação aerea de vossa genial solicitude?

A imaginação vislumbra os proveitos para a raça humana que abençoarão o Santos Dumont n. 20.

Não ha em todo o mundo civilizado quem não vos conheça e não alimente a esperança das novas victorias que vos aguardam.

Os que aqui jubilosos vos acolhemos estamos certos de que não desfallecereis na jornada, que proseguireis com afan na obra com tamanho brilho encetada e levareis ao cabo a portentosa empreza.

Não o Brazil só, mas todas as nações têm, Sr. Santos Dumont, os olhos fitos em vós. E a nossa firme crença é que sabeis corresponder á expectativa geral.

Tendes dado exuberantes provas de que não conheceis o cansaço.

Não ha risco em affirmar que novos triumphos vos estão reservados, reconhecendo embora que os que haveis alcançado bastam para encher uma existencia.

Os nossos votos são que outros louros virentes corôem ainda vossa aureolada fronte.

Avante! Avante!"

O Sr. Barão Homem de Mello profere o seguinte discurso:

"Sr. Alberto dos Santos Dumont. — A primeira página da historia deste Instituto abre-se com a historia do vosso glorioso antecessor — Bartholomeu Lourenço de Gusmão, o voador.

Escreveu-a o nosso primeiro presidente, Visconde de São Leopoldo, no anno mesmo da inauguração dos nossos trabalhos.

E agora, no tomo primeiro que abre a série de nossa Revista no seculo XX, estão escriptas estas palavras:

"Abriu-se o seculo XX para a nossa Patria com uma pagina de gloria escripta pelo nosso patricio Alberto dos Santos Dumont, conquistando para a sciencia o dominio dos ares.

Desta alta culminancia lancemos um olhar retrospectivo sobre o passado, e vejamos o que foram os seus e nossos compatriotas ao abrir-se o seculo XX.

Assim neste santuario tranquillo da sciencia, destinado a perpetuar as glorias da patria, resplandecem dous nomes: em seu

inicio Bartholomeu Lourenço de Gusmão, e agora, no magestoso portico do seculo XX, radiante como um signo de luz, o nome de Alberto dos Santos Dumont!

Somos mais felizes que os nossos antecessores, fundadores deste Instituto. A homenagem por elles tributada ao primeiro voador elles a prestaram ante uma campá, cerrada havia já mais de um seculo.

Nós, mais ditosos, aqui vimos, hoje, em meio da onda das alegrias publicas, receber o representante laureado da sciencia, o nosso consocio Alberto dos Santos Dumont, sobraçando as palmas do triumpho, que o sentimento da admiração universal depositou em suas mãos!

A Musa severa da Historia tem algumas vezes destas alegrias! Possam ellas perpetuar-se sempre em nossa Patria, seguindo o traço luminoso que rasgastes no espaço e que é a mesma luz do nosso porvir!" (Revista, Tomo 66, 2.^a parte, págs. 248 e seguintes).

Tendo SANTOS-DUMONT pedido ao Sr. Presidente que um dos Secretários lêsse o agradecimento, que trouxera escrito, o então 2.^o Secretário MAX FLEIUSS, ilustre historiador, depois Secretário Perpétuo e Grande Benemérito do Instituto Histórico, de saudosa memória e que relembro com admiração e amizade, leu o seguinte:

"Agradeço a V. Ex., Sr. Presidente, as palavras benévolas que me dirigiu, e agradeço ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a grande honra que me conferiu, inscrevendo o meu nome entre os de tantos brasileiros ilustres que, no passado e no presente, têm colaborado e colaboram nesta antiga e veneranda Instituição que tão relevantes serviços tem prestado à nossa Pátria. Rio, 23 de setembro de 1903. — Santos-Dumont". (Revista, tomo 66, 2.^a parte, págs. 248 e seguintes).

SANTOS-DUMONT, que regressara para Paris em dezembro de 1903, depois de ter permanecido três meses na sua pátria, retornou ao Brasil em começos de 1914. Sua chegada ao Rio constituiu verdadeira apoteose. Houve recepção official com o comparecimento de autoridades e cortejo popular. Volta a Paris em meados do ano. Em 1915, compareceu ao segundo Congresso Científico Panamericano, em Washington, no qual pronunciou a sua notável conferência intitulada: "Como o aeroplano pode facilitar as relações entre as Américas". Dos Estados Unidos foi ao Chile, representando o Aero-Clube da América no Congresso Panamericano de Aeronáutica, que se reuniu em Santiago, onde teve estrondosa recepção.

Informa HENRIQUE DUMONT VILLARES que SANTOS-DUMONT, em 1914, ao vir para o Brasil, em pleno período da guerra, “destruiu a quase totalidade do seu arquivo: cálculos e desenhos de todos os seus projetos. Entenderia ele que, tendo ele realizado as tarefas almejadas, não havia mais razão para conservar tal acervo. Perderam-se, assim, valiosos documentos, que a sua modestia menosprezara” (op cit., pág. 49).

O Governo Federal lhe fez doação, em 1919, da casa e sítio de Cabangu, no antigo Distrito de João Aires, Município de Palmira, em Minas Gerais, onde nasceu ALBERTO SANTOS-DUMONT no dia 20 de julho de 1873. Essa casa foi reconstruída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. A Estrada de Ferro Central do Brasil, mais tarde, mudaria o nome da estação e o Estado de Minas o nome do Município para SANTOS-DUMONT.

Segue para a França logo depois de terminada a guerra, onde permaneceu até fins de 1928, quando retornou ao Brasil. A nação preparou-se para receber condignamente o único brasileiro que figurava na galeria universal dos grandes inventores. A Comissão de Recepção era constituída de gente de escol e um grupo dela, constituído de ilustres brasileiros levantou vôo no hidro-avião SANTOS-DUMONT para receber o navio em que viajava o glorioso “Pai da Aviação”, na entrada da Guanabara. Pouco depois de ter levantado vôo, numa manobra infeliz, o avião precipitou-se no oceano e desapareceu, causando a perda de todos os passageiros. Ninguém se salvou. Esse doloroso acontecimento enlutou a cidade e impressionou seriamente SANTOS-DUMONT.

Nosso amado patricio não suportou a permanência no Rio e retornou logo à querida Paris. O Governo da França, em 1929, o promoveu a Grande Oficial da Legião de Honra, o que o comoveu sinceramente e serviu de lenitivo para a sua profunda mágoa. Em julho de 1931, acompanhado do seu sobrinho Jorge Dumont Villares, que o fôra buscar, pois estava doente, regressou ao aconchego da Pátria. Ficou tão impressionado com o emprêgo do avião na revolução entre nossos patricios, que sacrificou sua vida, em 23 de julho de 1932, pelo ideal da paz, concórdia e união dos brasileiros e de todos os povos.

Fazendo o seu elogio fúnebre, na sessão de 22 de dezembro de 1932, o Orador Oficial Barão de Ramiz Galvão disse:

“Muitos anos depois dos seus triunfos, conta-se que SANTOS-DUMONT lamentava ter sido o verdadeiro inventor de um aparelho que, ao invés de só unir povos amigos e servir ao progresso da civilização, estava afinal contribuindo também para os hor-

rores da guerra, como elemento de extermínio e até de iniquidades clamorosas, com o ataque de cidades indefesas e outras selvagens indignas do homem culto. Esse lamento condiz com os primores do seu coração, não há dúvida. Mas quem pode estranhar que a perversidade humana se tenha servido, para o mal, das mais belas conquistas da civilização? É da pobre natureza humana essa contingência tristíssima...

Descansa em paz, portanto, glorioso espírito de SANTOS-DUMONT; o teu renome não ficará diminuído, nem menor será a nossa admiração pela triste aplicação do prodigioso invento a que deste início, só cuidando do Bem da Humanidade" (Revista, vol. 166, 2.º de 1932, pág. 753).

HORÁCIO DE CARVALHO profetizara, no seu livro *Navegação Aérea*, publicado em 1901 para celebrar o feito da dirigibilidade do avião:

"A descoberta de SANTOS-DUMONT, ninguém se iluda, é mais um instrumento de paz do que de guerra. Cada dia que passa mais problemático vai se tornando que só haja vencedores numa guerra; ambos serão vencidos, tais os contínuos aperfeiçoamentos das máquinas de extermínio". O balão dirigível vai dificultar ainda mais a possibilidade da vitória sem vencedores" (pág. 170).

BLANCHARD, presidente da Academia de Ciências, discursando em 1908 sobre o avanço da Aeronáutica, declarou: "Eu não sei o que vale a Aviação para as empresas guerreiras das nações, mas tenho a convicção de que é melhor esperar dela que seja um meio de libertação e de união".

A Nação instituiu o "Dia do Aviador" pela Lei n.º 218, de 4 de julho de 1936, cujo texto é o seguinte:

"O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

"Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte lei:

"Art. 1.º Fica instituído, no Brasil, o *Dia do Aviador*, que será celebrado em 23 de outubro de cada ano, providenciando os poderes públicos para que essa comemoração tenha sempre condicta celebração cívica, desportiva e cultural, esta especialmente escolar, e acentuando-se a iniciativa do notável brasileiro SANTOS-DUMONT, quanto à prioridade do vôo em aparelho mais pesado que o ar.

"Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário".

No ano anterior, 1936, o Touring Clube do Brasil instituía a "Semana da Asa", comemorada de 16 a 23 de outubro de cada

ano, e que se tornou um movimento nacional de glorificação a SANTOS-DUMONT e de incentivo à Aeronáutica brasileira.

Em 23 de outubro de 1942 foi inaugurado o monumento nacional a SANTOS-DUMONT, em frente ao Aeroporto desta Capital, na majestosa Praça Salgado Filho. A despesa foi coberta por contribuição popular, ajuda financeira da União (250 mil cruzeiros) e da Prefeitura do Distrito Federal, que preparou a base para a colocação do monumento no local em que se encontra. O projeto e execução é do escultor brasileiro AMADEU ZANNI. A maquete apresentada na concorrência e que foi escolhida sofreu modificação de detalhe inspirada pelo homenageado. É que SANTOS-DUMONT, quando posava para o escultor, fez dois reparos sobre a atitude pensativa que se lhe atribuía, informando que, nos momentos de suas cogitações, lhe era peculiar ficar com a fronte apoiada numa das mãos, atitude essa que o monumento reproduz (*Jornal do Comércio*, de 22-10-1942, pág. 3).

O monumento, segundo *A Noite*, de 23-10-1942, "é obra de sugestiva beleza e evocação. Armado sobre um pedestal de cimento armado, são representadas várias figuras simbolizando os principais momentos da Aviação. Numa das extremidades sentado, mão esquerda apoiando o queixo em atitude pensativa, vê-se SANTOS-DUMONT. Com o braço êle enlaça um motor com hélice. Pelos lados outras figuras e, em cima, a representação do homem voador numa alegoria esplêndida sobre o que tem sido a Aviação na história da humanidade". Na placa, colocada abaixo na figura do genial inventor, pensativo, há a seguinte inscrição: "A SANTOS-DUMONT, o *pioneiro da Aviação*, o BRASIL".

Oferecendo o monumento, em nome da Comissão constituída em agosto de 1922, com a presença dos grandes aviadores portugueses GAGO COUTINHO e SACADURA CABRAL e direção do ilustre mineiro e saudoso Senador EPHIGÊNIO DE SALLES, para erguer no Rio de Janeiro um monumento que perpetuasse no bronze a gratidão do Brasil, ao genial descobridor do vôo com o mais pesado do que o ar, discursou o Brigadeiro VIRGINIUS DE LAMARE, que assim concluiu o seu discurso: "Este monumento é o índice de um longo e fulgurante capítulo da história da humanidade. Êle representa a transfiguração de Ícaro na figura humana de SANTOS-DUMONT ... Êle nos fala do sentimento da gratidão do povo brasileiro a SANTOS-DUMONT, bandeirante do espaço, pioneiro do ar, *Pai da Aviação*, em quem o Brasil se revê na imortalidade dos seus feitos gloriosos, primícias do seu futuro e do seu destino entre as Nações do Novo Mundo".

Recebendo o monumento, cuja inauguração foi feita pelo Presidente da República Getúlio Vargas, o Prefeito do Distrito

Federal declarou que o mesmo “é votado à exaltação das asas brasileiras (*Jornal do Comércio*, de 24-10-1942).

A Nação, durante o Governo do Marechal Eurico Dutra, rendeu nova homenagem ao grande inventor, que foi o primeiro homem a voar de aeroplano, votando a Lei n.º 165, de 5 de dezembro de 1947, cujo texto é o seguinte:

“O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Artigo único. Passa a figurar, em caráter permanente, no Almanaque do Ministério da Aeronáutica, no posto de Tenente-Brigadeiro, o nome de ALBERTO SANTOS-DUMONT; revogadas as disposições em contrário.”

O ideal de paz, concórdia e união de SANTOS-DUMONT é a expressão do sentimento nacional, pois o Brasil foi o primeiro Estado a abolir a guerra da conquista e a considerar que a agressão internacional deixou de ser um fato biológico. Desde 1891, nossa Constituição fixou a norma de que o Brasil só recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulado por órgão internacional de segurança de que participe.

Segundo AGENOR DE ROURE, Magalhães Castro, catedrático de Direito Internacional da Escola Naval, ouviu de Dom Pedro II, o conselho de que devia pregar aos seus alunos que o Brasil não devia recorrer à guerra, sem antes tentar a solução pacífica ou arbitragem. Fundado nesse generoso conselho do nosso Magnânimo Imperador, Magalhães Castro formulou o mais belo princípio da nossa Constituição, que ficou sendo uma das diretrizes da política nacional.

Ambos os grandes brasileiros, SANTOS-DUMONT e PEDRO II, que honraram a espécie humana e são guias para a nossa Vida, nos ensinaram que o fim único do homem deve ser a ascensão à dignidade humana com tudo o que ela implica. Em outros termos, ele deve considerar tôdas as suas aquisições intelectuais, todos os recursos que a sociedade põe à sua disposição: escolas, universidades, bibliotecas, laboratórios, invenções e descobertas; tudo o que lhe oferece a Religião; tôdas as ocasiões que tem de desenvolver suas próprias aptidões, seu trabalho, seus lazeres, suas aspirações nobres, como instrumentos destinados a melhorar sua personalidade e a fazê-lo progredir. Ele deve servir-se da sua ciência, cultura e técnica para aperfeiçoar-se moralmente e ajudar o bem-estar de todos. Um dia virá em que a perfeição

moral e o espírito de solidariedade latentes numa pequena minoria alcançarão a maioria, criando a compreensão universal e a fraternidade cristã entre os homens.

São os idealistas, os mártires e todos aqueles que estão prontos a morrer por um ideal generoso, os verdadeiros operários da evolução, os construtores da concórdia esperada. O prestígio dos mártires é ainda racionalmente incompreensível, mas ninguém contesta que seja uma das mais poderosas alavancas da humanidade. O progresso verdadeiro depende somente do desejo de aperfeiçoar-se no sentido estritamente humano dos valores morais e espirituais. Sem um esforço moral considerável, o aumento incrível do nosso poder sobre a natureza não trará ao homem a felicidade que ele tem o direito de esperar. O futuro da evolução está nas nossas mãos e se confunde com o futuro do Espírito. O homem precisa reconhecer que a ciência não pode contradizer a intuição e que o sentido da Beleza, da Bondade, da Virtude e do Dever deverá um dia surgir de uma ciência mais profunda e mais verdadeira.

SANTOS-DUMONT sentiu que o homem deve aperfeiçoar-se constantemente, subir sempre até alcançar o Espírito, ou seja o autêntico sentido da dignidade humana, que extinguirá o ódio e lhe permitirá viver na fraternidade.

Quando decretou o luto nacional por três dias, pelo falecimento de SANTOS-DUMONT, o Governo brasileiro aceitou o nobre ideal do *Pai da Aviação* na seguinte justificativa do Decreto número 21.668, de 25-7-1932:

“Considerando que o brasileiro ALBERTO SANTOS-DUMONT, inventor da direção dos balões e do vôo mecânico, dotando a humanidade de novos engenhos para o seu desenvolvimento, estreitamento de laços entre as nações e preparo para a paz e à solidariedade entre os povos, segundo reiteradas vezes declarou, fez-se merecedor da gratidão, não só do mundo civilizado, como especialmente do Brasil, cujo nome honrou e glorificou com os seus inventos, proclamados pelo juízo dos competentes como os primeiros a inaugurar a navegação aérea”...

“Considerando o pesar causado à Nação Brasileira pelo seu falecimento, ocorrido na cidade de Santos, Estado de São Paulo, a 22 do corrente mês,

“Decreta luto nacional por três dias, a partir desta data...”

A Aeronáutica escolheu SANTOS-DUMONT para seu Patrono, isto é, para guia e exemplo da Corporação, motivo por que todos os seus componentes identificam-se com o seu ideal de ser a Aviação fator de entendimento entre os homens.

SANTOS-DUMONT sonhou era precipuamente uma aviação de paz. Ele aspirava dar à Humanidade uma nova alavanca para o seu progresso, mais um meio poderoso de conquistas pacíficas e, principalmente, fazer com que nossa Pátria aproveitasse o seu maravilhoso invento para resolver problemas vitais para nós. O avião nasceu para aproximar, associar, unir e confraternizar. O imenso Território Nacional, de população pouco densa, com escassos meios de transporte, a regiões de difícil acesso, pedia o novo meio de comunicação, que facilitasse o intercâmbio social, cultural e econômico, fortalecendo ainda mais a unidade nacional. O avião é o instrumento que a Aeronáutica utiliza para tornar efetiva a conquista do Brasil para os brasileiros e fazer com que todo o território nacional seja conhecido; para unir cada vez mais os brasileiros, pois reconhece que SANTOS-DUMONT destinou o avião para generosa finalidade humanitária e civilizadora, e que sua genial invenção é luminosa ascensão para a vitória.

A Aeronáutica brasileira compreende o seu sacrifício e aspira realizar a sua pregação. Ela é instrumento de segurança e de tranqüilidade para todos nós; ela é garantia da paz, da concórdia e da união dos brasileiros; ela só quer impedir a guerra e a desunião; ela só visa defender a Pátria e assegurar a Lei e a Ordem, para que haja harmonia interna e confiança externa; ela só quer ser instrumento do nosso Progresso, pois está identificada com as aspirações nacionais. A formação moral e a cultura dos seus oficiais e componentes e a patriótica preparação de seus cadetes impedirão que ela seja arma fratricida.

Se vivesse, SANTOS-DUMONT poderia afirmar:

“É meu sonho que se realiza!”

O PANAMERICANISMO E OS MODERNOS PACTOS REGIONAIS (*)

SÉRGIO CORRÊA DA COSTA

O tema que escolhi para esta palestra terá menos de história que de crônica internacional. Mas como será, um dia, história do pensamento político, talvez não seja de todo inadequado expô-lo e, mesmo, debatê-lo nesta oportunidade.

Refiro-me ao panamericanismo sob o impacto que representou a criação da O.N.U., organismo universalista por concepção, impondo, por necessidade, limitações aos conceitos clássicos de soberania, e tendendo a dissolver, por desnecessários, os blocos ententes ou grupos regionais. Em São Francisco, travou-se a batalha da sobrevivência do sistema panamericano. A dialética e a retórica dos delegados dos Estados Americanos terminaram por introduzir na Carta das Nações Unidas dispositivos que salvaram da dissolução a semi-secular União Panamericana.

Na atmosfera de São Francisco, entretanto, a votação desses dispositivos parecia refletir mais uma homenagem, um tributo moral à velha instituição do que um ato político positivo, a aceitação de uma realidade que cumpria incorporar ao sistema mundial. A essa convicção talvez não fugissem muitos dos delegados continentais, adestrados, um mês antes, em Chapultepec, para o embate de São Francisco.

Os fatos, porém, viriam desmentir a expectativa. O organismo regional, longe de fenecer, ganhou estatura, aprofundou raízes, superou obstáculos, consolidou sua posição. E, o que é mais de assinalar, serviu de padrão para outros grupamentos regionais, que vem de surgir nos quadrantes do globo, sob o influxo das peculiaridades locais, mas inspirados nos mesmos princípios e objetivos que alicerçaram o panamericanismo.

Conferência realizada no dia 14 de abril de 1956.

Esta, a tese desta palestra, ou melhor, crônica política da proliferação inesperada de organismos regionais.

★ ★ ★

O plano de Dumbarton Oaks, em 1945, apesar de admitir a co-existência de órgãos regionais com o internacional, refletia o espírito dominante entre as grandes potências vitoriosas após os longos e sangrentos anos da segunda Grande Guerra. A guerra total, eliminando a clássica proteção dos espaços, conduzia necessariamente ao conceito de que a paz é indivisível. Só poderia preservá-la uma organização realmente mundial, com base numa moral internacional e em direito público aplicável efetivamente a todos.

Repetia-se, com mais vigor, a atmosfera de 1918, às vésperas da criação da Liga das Nações. Iluminado pelo idealismo, o Presidente Wilson proclamava, a plenos pulmões, do alto do pedestal do poderio norte-americano: "Já não há mais lugar para ligas ou alianças, pactos ou acordos especiais na família geral comum da Sociedade das Nações!".

Mas, de volta à Europa, em março de 1919, Woodrow Wilson levava já uma derrogação do princípio coletivo em favor da Doutrina de Monroe. Dai o artigo 21 do Pacto, que reconhecia a compatibilidade dos organismos regionais com o Covenant.

Wilson renunciava a um dos pilares dos Quatorze Pontos sob a pressão do seu próprio país, que não se dispunha a admitir maiores limitações à tradição monroista. Mas, de fato, o universalismo terminaria por capitular ante o regionalismo devido, sobretudo, à falta de confiança na eficácia dos meios ao alcance do organismo mundial para responder pela segurança coletiva.

A experiência dessa debilidade constitucional do Pacto da Liga das Nações ditaria o empenho das potências vitoriosas em 1945 de dotar o novo organismo mundial de recursos realmente efetivos para manter a paz e a segurança internacional,

Antes mesmo da batalha, em São Francisco, entre o regionalismo e o universalismo, as posições foram sendo tomadas sob o influxo das circunstâncias políticas do momento.

A Rússia firmara pactos com a Polônia e a França, ainda em 1944, e naturalmente tinha interesse em que os mesmos funcionassem automaticamente, sem interferência do organismo mundial.

O Senador Vandenberg, em famoso discurso no Senado americano, em 10-1-1945, sustentou que os acordos regionais

davam origem a ações unilaterais, e, como tais, eram nefastos à ordem mundial que se buscava construir.

A França, traumatizada pela sua fulminante derrocada, buscava apóio, com aqodamento, onde pudesse encontrá-lo. Bidault justificava : "La France a besoin d'assurances précises. Avant que les organismes internationaux prennent les décisions nécessaires, nous pourrions être rayés de la carte du monde".

Na Conferência do México, de 21-2 a 9-3-1945, os delegados das Repúblicas americanas analisaram o texto de Dumbarton Oaks e firmaram, além de uma série de recomendações e resoluções, o chamado Ato de Chapultepec que prevê formalmente a necessidade de coordenar o sistema interamericano com os princípios da futura organização mundial.

Para melhor inteligência do sentido dos debates em São Francisco, seria, talvez, útil situarmos o problema do regionalismo dentro do quadro geral da segurança coletiva, pedra de toque da Conferência.

Em linhas gerais, sendo a segurança coletiva um sistema de união de forças, para a defesa dos direitos de cada Estado, objetiva a substituição da legítima defesa individual sucessivamente pela legítima defesa coletiva e, em último grau, pela *ação coletiva* a cargo de órgãos especiais da comunidade internacional.

O sistema de segurança coletiva teria, assim, dois objetivos : preventivo e repressivo. Como para restaurar a paz violada, a ação coletiva teria de recorrer ao uso da força, ou seja, ao conflito armado, *que é precisamente o que se procura evitar*, ganha importância especial a possibilidade de conseguir efeitos preventivos através da institucionalização racional da ação coletiva. De fato, um sistema de sanções efetivo e automático teria tanto maior efeito de desencorajar a agressão quanto fôsse a convicção dada ao agressor de que ele se defrontaria não apenas com a sua vítima, mas também com a força unida da comunidade internacional.

Ora, a força de que disporá a comunidade para desencorajar o agressor, ou para subjugá-lo, é a soma das forças que os Estados-membros resolverem destinar para êsse fim. Em outras palavras : a eficácia da ação coletiva fica na dependência da participação efetiva dos Estados-membros, ou seja, do arbítrio de cada país.

Essa apreciação realista tinha um corolário lógico : se uma das grandes potências se tornasse agressora, o Conselho de Segurança da O.N.U. não teria força para impedir a guerra. Que fazer então ? Restava, tão somente, o recurso ao direito natural de legítima defesa cabendo às nações do mundo decidir se iriam ou não à guerra.

Dai o comentário de Schwartzberg: "Segurança coletiva tal como entendida em Dumbarton Oaks e São Francisco, queria dizer segurança coletiva contra perigos à paz por parte de potências médias e Estados pequenos, e insegurança coletiva diante da agressão por parte de qualquer das potências mundiais" (*Power Politics*, 2ª ed., 1951, pág. 510).

A ação latino-americana em São Francisco, com o apóio de outras nações, inclusive das árabes, que acabavam de formar a sua "Liga" regional (23-3-1945), visou sobretudo a derrogar o princípio do monopólio do uso da força, pela comunidade internacional.

Admitida a existência de acordos ou entidades regionais (art. 52, § 1º), ou seja, o reconhecimento de laços de união entre grupos de países para a colaboração econômica e social, e para a busca de solução pacífica para as suas divergências (§ 2º) já não era possível evitar a solidariedade frente à agressão, que se traduz no exercício da legítima defesa coletiva.

Apesar de rejeitadas várias fórmulas alvitradas pelo Brasil, por outros países latino-americanos, pela Austrália e pela Bélgica, foi finalmente votado o Art. 51, que principiava por estas palavras :

"Nada na presente carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva".

Tratava-se de um feliz compromisso entre os princípios antagônicos do regionalismo e do universalismo. A subordinação dos órgãos regionais ao Conselho de Segurança era mantida, mas sob forma atenuada :

- as medidas adotadas, no exercício do direito de legítima defesa, seriam comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deveriam, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a Carta atribui àquele órgão ;
- a ação *coercitiva*, como regra, continuava reservada aos órgãos próprios da entidade geral, devendo cessar a ação regional logo que o Conselho tivesse tomado as medidas necessárias à manutenção da paz e da segurança.

Sem essa fórmula, como acentuaria o Senador Cabot Lodge dez anos depois, talvez não se tivesse chegado a aprovar a Carta das Nações Unidas, pois a oposição maciça dos latino-americanos

impediria que recebesse os indispensáveis 2/3 dos votos presentes em São Francisco.

* * *

Os acontecimentos viriam demonstrar que o sistema de segurança coletiva, tendo por pivot o Conselho de Segurança, assentava em base pouco firme devido, sobretudo, ao regime de voto instituído pela Carta.

Como se sabe, o Conselho, segundo a chamada "Fórmula de Yalta", aceita em São Francisco, só pode tomar decisões válidas pelo voto de sete dos seus onze membros, mas entre os sete devem figurar, necessariamente, os cinco membros permanentes que são os EUA, a URSS, a Grã-Bretanha, a China e a França.

De nada valeu a oposição das potências médias e pequenas à regra da unanimidade. A alternativa em São Francisco lhes foi exposta com crueza : ou aceitavam o princípio, ou não haveria organização internacional.

A decantação do após guerra mostrou que os cinco grandes da véspera se reduziam, de fato, a dois — a URSS e os EUA, liderando, cada qual, coligações de satélites ou aliados. O desen-tendimento entre os membros permanentes serviu logo para demonstrar a facilidade com que ficava bloqueada a ação do Conselho não apenas na sua tarefa capital de responsável pela segurança coletiva, mas até mesmo na simples concretização do disposto na própria Carta sobre o preparo dos planos de ação coletiva.

A paralisação repetida da ação do Conselho pelos vetos soviéticos convenceu a todos de que a organização mundial era ainda demasiado imperfeita para justificar a supressão dos agrupamentos regionais. O espetáculo dos vetos demonstrou que mais valia uma organização regional efetiva do que o culto problemático de uma entidade universal tornada aparentemente inviável pelo antagonismo entre o ocidente e o mundo soviético.

A primeira área efetivamente aparelhada para fazer face a essa conjuntura de hostilidade aberta entre os dois grandes blocos foi o continente americano. A fim de assegurar, de início, o que já se chamou de "tranqüilidade doméstica" dos E.U.A., favoreceram estes a conclusão do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca, assinado no Rio de Janeiro, em 1947, e, no ano seguinte, em Bogotá, a Carta da Organização dos Estados Americanos e o Tratado Americano de Soluções Pacíficas, conhecido como Pacto de Bogotá.

Sôbre essa trilogia, que lhe dava arcabouço sólido e fazia assentar em compromissos formais o que até então vinha sendo objeto de vagas e, não raro, palavrosas recomendações, o paname-ricanismo se aprestou para enfrentar as duras contingências da hora presente.

O Tratado do Rio de Janeiro, rãpidamente ratificado pelo Senado dos Estados Unidos, talvez não fôsse, sequer, objeto de consideração, poucos anos antes. Representava, em certo sentido, uma verdadeira revolução, o rompimento com o passado, o fim do isolacionismo, o reconhecimento de que as armas nucleares, os bombardeios estratégicos, os submarinos de grande autonomia, os projéteis tele-guiados e os demais engenhos bélicos modernos, configuravam no quadro geopolítico contemporâneo situações a que cumpria ajustar os conceitos estratégicos tradicionais do país. Segundo o Tratado, as Repúblicas americanas concordaram considerar um ataque armado contra qualquer delas, em seu território ou em águas vizinhas ao Continente, ataque contra tôdas, nascendo daí a obrigação de ajudar a fazer frente ao ataque, no exercício do direito de legítima defesa previsto no Art. 51 da Carta da ONU. Essa legítima defesa coletiva será coordenada por um órgão especial — a Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores — que deve reunir-se imediatamente, e cujas decisões, tomadas por dois terços dos Estados-membros do sistema, são obrigatórias, ressalvadas apenas as que digam respeito ao emprêgo da força, pois "nenhum Estado será obrigado a empregar a força armada sem o seu consentimento".

* * *

Montada a retaguarda continental, os Estados Unidos voltaram-se para a área altamente nevrálgica formada pela Europa Ocidental e o Atlântico Norte, ou seja, precisamente, a zona tampão entre os dois blocos adversários, já então francamente empenhados na chamada "Guerra Fria".

Seis meses depois do Tratado do Rio de Janeiro, já a Grã-Bretanha, a França e os países do Benelux assinavam em Bruxelas o Tratado que criava a União da Europa Ocidental. Acabava de ocorrer o golpe-de-estado na Checoslováquia e o Tratado teve por objetivo central — além de prevenir o rearmamento alemão — organizar a defesa coletiva contra a ameaça de novas agressões soviéticas.

Logo que a União começou a funcionar, observadores americanos e canadenses se associaram aos seus trabalhos. Em setembro de 1948, ficava decidida a criação de um órgão militar para o

Tratado de Bruxelas, a Organização de Defesa da Europa Ocidental, que, sob a direção do Visconde Montgomery, se instalou em Fontainebleau, com um comando para as forças de terra (De Lattre de Tassigny) um para a aviação (Sir James Robb) e um comandante naval (Almirante Jaujard).

Tornou-se cada dia mais evidente a necessidade de associação dos EUA e do Canadá aos esforços europeus de defesa e o alargamento, na própria Europa, dos planos coletivos em formação.

Surgiu, assim, calcado no figurino do Rio de Janeiro, o Tratado do Atlântico Norte, assinado em Washington, em abril de 1949, congregando, de início, os EUA, Canadá, Islândia, Noruega, Dinamarca, Grã-Bretanha, Países Baixos, Bélgica, Luxemburgo, França, Portugal e Itália. Em outubro de 1951, entrariam a Grécia e a Turquia e, finalmente, em 1954, a própria República Federal da Alemanha.

O Tratado contém dispositivos sobre solução pacífica, colaboração econômica e política, desenvolvimento da capacidade de resistir a ataques e, finalmente, legítima defesa, seguindo, em linhas gerais, a própria técnica expositiva dos instrumentos panamericanos. A diferença a assinalar entre os dois sistemas se encontra na estrutura dos órgãos incumbidos de elaborar a legítima defesa coletiva, bem como no grau de desenvolvimento dado à preparação desta defesa.

A NATO — ou OTAN, organização do Tratado do Atlântico Norte — pela tarefa político-militar que lhe cabe executar, precisou, naturalmente, dispor de efetivos militares combinados com os quais preparar a defesa das duas margens do Oceano, das rotas atlânticas da comunidade e dos pontos estratégicos do continente. Daí a fixação sucessiva de metas de preparação a alcançar: as 15 divisões e 1.000 aviões iniciais, passariam a 50 divisões e 4.000 aviões em 1952 e, depois, a cerca de 90 a 100 divisões para fazer face às supostas 175 divisões da URSS e mais 80 dos satélites europeus.

Apenas para dar uma idéia do que representa, no campo militar, o preparo da NATO até o ano passado, citarei alguns dados do setor instalações. Cento e trinta aeroportos foram estabelecidos pela organização, para seu uso, e mais 40 deveriam estar prontos até dezembro de 1955. Foram instalados 10.000 Kms de ligações de rádio e lançados 17.700 Kms de cabos telegráficos e submarinos. Seis mil e cem quilômetros de oleodutos foram montados e construíram-se depósitos de combustível com capacidade para 1.283.000 metros cúbicos.

Pacto Balcânico. Quando se deu o espetacular rompimento do Governo Tito com o da União Soviética, a aproximação da

Iugoslávia com as potências ocidentais foi um impulso natural de auto-defesa, a despeito da barreira ideológica que as separava. Pouco a pouco, o mais agressivo satélite do Kremlin se foi integrando no sistema de defesa do Ocidente através não só da ajuda militar norte-americana mas também dos Pactos que hoje o ligam à Grécia e à Turquia. O Tratado de Amizade e Colaboração firmado em Ancara, em fevereiro de 1953, foi pouco depois completado pelo Tratado de Bled — de natureza militar — que deu origem a mais um grupamento regional dotado de um órgão de cúpula — o Conselho Permanente de Ministros do Exterior — e um Secretariado Permanente. Em matéria de assistência militar e cooperação política, o Tratado de Bled segue o mesmo padrão dos Tratados do Rio de Janeiro e do Atlântico Norte, contendo dispositivos sobre a preparação conjunta de planos para a defesa comum.

O art. 2º é uma reprodução do texto interamericano :

“Qualquer ataque armado contra um ou mais dos signatários, em qualquer ponto dos respectivos territórios, será considerado como um ataque contra todos, os quais, em consequência, no exercício do direito de legítima defesa coletiva, reconhecido pelo Art. 51 da Carta das Nações Unidas, prestarão assistência individual ou coletivamente à Parte ou Partes atacadas, executando imediatamente, e de comum acôrdo, tôdas as medidas, inclusive o uso da força armada, que julgarem necessária à eficácia da defesa”.

O Tratado militar é válido por vinte anos e, tanto quanto Tratado político, está aberto à adesão de qualquer outro Estado “cuja cooperação seja considerada por tôdas as Partes contratantes como útil ao atendimento dos objetivos comuns”.

* * *

Oriente Médio. Esta é uma das áreas mais delicadas do quadro político contemporâneo e tem sido objeto de atenção muito particular por parte dos dois grandes contentores da Guerra Fria. Já em 1945, às vésperas da criação da O.N.U., surgiu no Cairo a “Liga Árabe”, entidade regional formada para a cooperação, a defesa e a promoção do atendimento das aspirações das nações árabes. Mas, no fundo, tratava-se de inequívoco movimento de reação contra a política intervencionista anglo-francesa no Oriente Médio. Entre os primeiros objetivos da “Liga” não poderiam deixar de figurar o contrôle do Canal de Suez e a emancipação de

todos os países árabes da África mediterrânea, ou seja, em outras palavras, o choque potencial com a França e a Grã-Bretanha. A primeira característica da Liga, em contraste com todos os demais organismos regionais, é a sua exaltação arábica. Só admite o ingresso de "Estados árabes independentes". A Turquia, por exemplo, Estado mussulmano, posto que não-árabe, a despeito de estar geográfica e economicamente integrada na região Oriente-Médio, não poderia pleitear admissão na Liga.

Em abril de 1950, a Liga procurou reestruturar-se melhor através de um Pacto Interarabe de Aliança Defensiva que criou uma Comissão Militar, de representantes dos Estados-maiores dos sete signatários, e um Conselho Misto de Defesa, constituído pelos ministros da Defesa.

A primeira tentativa de integração político-militar do Oriente Médio no sistema de defesa do Ocidente data de outubro de 1951, quando os E. U. A., Grã-Bretanha, França e Turquia se dirigiram oficialmente ao Egito para propor-lhe o estabelecimento de um Comando Aliado que pudesse exercer funções consultivas, de planejamento e treinamento na região Oriente-Médio.

Embora se acenasse ao Egito com a possibilidade de retirada das forças inglesas da Zona do Canal, a resposta do Cairo foi totalmente negativa. Retletia a atitude de obstinado isolacionismo de todos os países árabes, orgulhosos posto que impotentes, desconfiados, sem qualquer consciência da necessidade de vencer o atrazo econômico e social dos seus povos através da cooperação internacional.

Os E. U. A. e seus aliados, evidentemente, não renunciaram à integração dessa área de vital importância para o Ocidente. Esforços continuaram sendo empenhados sob diferentes modalidades os quais parecem ter logrado alguns resultados. Em 2 de abril de 1954 foi firmado um Pacto de Defesa Mútua entre a Turquia e o Paquistão e, em fevereiro de 1955, o Tratado de Bagdá, entre a Turquia e o Iraque, membro da Liga Árabe. Este último Tratado, a que a Grã-Bretanha aderiu imediatamente, prevê cooperação para a defesa, na forma do Art. 51 da Carta da ONU, e está aberto à adesão de todos os membros da Liga Árabe ou que tenham interesse na paz e na segurança do Oriente Médio.

A única restrição é feita evidentemente a Israel: o dispositivo fixa como condição ser o Estado aderente reconhecido pelos signatários.

Como era de se esperar, essa brecha na frente árabe provocou violenta reação. O Egito fez convocar imediatamente a Liga Árabe e propôs a expulsão do Iraque, o que não logrou obter devido à atitude conciliadora principalmente do Líbano. Para

assinalar seu protesto, o Egito, a Síria e a Arábia-Saudita anunciaram oficialmente haver-se pôsto de acôrdo em não assinar tratados de natureza militar com Estados não-árabes. Mas o fato é que o progresso no sentido de ampliar os arranjos coletivos para a defesa da região é patente.

* * *

Sudeste Asiático. O sistema de defesa do Ocidente, organizada no Atlântico Norte, tinha na Itália, como vimos, o seu ... flanco sul-oriental. Estendeu-se depois para o leste, rumo aos Estreitos e à Ásia Menor. As composições que se seguiram, envolvendo a Turquia, o Iraque e o Paquistão foram assinalando a trajetória da linha de defesa na direção do Sudeste Asiático. Essa linha, continuando depois pelas Filipinas, pelas ilhas americanas do Pacífico e alcançando o Alaska e a costa ocidental dos Estados Unidos completaria o grande círculo teórico da resistência ao expansionismo soviético.

O primeiro passo para a organização regional asiática foi dado em setembro de 1954 com a assinatura, em Manilha, do Tratado de Defesa Coletiva do Sudeste da Ásia — ou SEATO. Abrangia oito países, dos quais apenas três asiáticos: EUA, Grã-Bretanha, França, Austrália, Nova Zelândia, Filipinas, Tailândia e Paquistão.

Os objetivos iniciais foram, necessariamente, limitados. Um unico órgão permanente foi constituído: o Conselho de Representantes, com a missão de estudar os assuntos ligados à execução de Tratado e realizar consultas sôbre planejamento militar.

Embora reflexo dos instrumentos congêneres do Rio de Janeiro e de Washington (NATO), o Pacto de Manilha tem algumas peculiaridades que vale assinalar.

Além de mencionar o desenvolvimento da capacidade de resistir a ataque armado, o texto asiático menciona também, expressamente, a repressão de atividades subversivas oriundas do exterior. Onde os Tratados do Rio e Washington declaram que um ataque armado contra um dos membros é considerado ataque contra todos, o de Manilha se limita a dizer que tal ataque porá em perigo a paz e a segurança dos demais participantes, que "agirão para enfrentar a ameaça comum de acôrdo com os seus processos constitucionais". Outra novidade é que êsse efeito será produzido não só quando houver ataque a um dos signatários, mas também quando o ataque ocorrer contra outros Estados ou Territórios não-membros que os participantes designarem. Essa faculdade já foi exercida, tendo a lista do que se poderia chamar de "Estados-amparados" sido iniciada com o Laos, o Cambodge e o Vietman do Sul.

Levantando claramente o véu para desvendar os fundamentos ideológicos do seu interesse na organização, os EUA anexaram ao Tratado uma declaração segundo a qual só se consideraram obrigados quando a agressão ou ataque armado forem de origem comunista. Caso contrário, os EUA apenas se sentem obrigados a realizar consultas com os demais signatários.

* * *

O Bloco Soviético. A URSS montara o seu sistema de segurança através de uma rede de tratados bilaterais com os países que integram o seu cinturão de satélites. Em sinal de protesto contra a inclusão da Alemanha — cujo rearmamento era particularmente visado em todos esses acordos — no sistema da NATO, a URSS reuniu em Varsóvia, em maio de 1955, os representantes das repúblicas populares européias a fim de “adotar medidas tendentes à reorganização de suas forças armadas e dos respectivos comandos, bem como o aumento de seu potencial defensivo”.

* * *

O caso da Guatemala. Em 1954, por ocasião da queixa apresentada pela Guatemala ao Conselho de Segurança da ONU e à Comissão Interamericana de Paz contra alegada intervenção de Nicarágua e Honduras, a competência da organização regional teve sua primeira e formal consagração pelo órgão supremo da organização mundial.

Invasida a Guatemala por grupos armados oriundos de países vizinhos, o Governo guatemalteco telegrafou ao Presidente do Conselho de Segurança, em 19 de junho, invocando os arts. 34, 35 e 39 da Carta, ou seja, a um tempo, o Cap. VI (soluções pacíficas) e o Cap. VII (ação coercitiva).

Reunido o Conselho no dia imediato, domingo, os delegados do Brasil e da Colômbia apresentaram projeto de resolução determinando que a queixa fôsse transmitida à O.E.A. “para sua urgente consideração”, uma vez que a mesma dispunha de maquinaria “susceptível de tratar com eficácia dos problemas relativos à manutenção da paz e da segurança na América”.

Depois de manifestações favoráveis de alguns delegados, o representante da União Soviética iniciou o ataque declarando que “não poderia haver resolução mais ridícula do que a proposta”. Verificado um ataque contra um Estado-membro, o Conselho não poderia se furtar a tomar medidas imediatas para neutralizar a agressão. Maximé no caso em questão, pois sendo os E.U.A. os instigadores e financiadores da invasão da Guatemala, não desaviam senão que o caso fôsse referido à OEA, que não passava de dócil instrumento dos propósitos do Departamento de Estado. O pecado da Guatemala, continuou, consistira em ousar limitar o apetite de uma companhia americana — a United Fruit Com-

pany — na qual estavam material e pessoalmente interessados muitos senadores e altos funcionários do Departamento de Estado. E conclui dizendo que a proposta inadmissível não deveria nem sequer ser submetida à votação.

O debate prosseguiu até quase as 8 da noite, quando a proposta brasileiro-colombiana foi posta a votos. Dos onze membros, dez votaram a favor. Apenas a União Soviética votou contra. E a Ata da Sessão consignou: "O projeto de resolução não foi aprovado devido ao voto contrário de um membro permanente do Conselho de Segurança".

A essa altura, depois de verberar o 60º veto, que uma vez mais paralisava a ação do Conselho, o delegado da França, a fim de não deixar inconclusa a discussão, submeteu um novo projeto de resolução em que o Conselho simplesmente apelava para as Partes no sentido da cessação das hostilidades. Como de costume, chegava-se no Conselho, ao chamado "mínimo denominador comum".

O delegado brasileiro, ao votar a favor do texto francês, declarou que o fazia na pressunção de que a iniciativa do Conselho não impediria a OEA de tomar as medidas que julgasse adequadas para resolver a questão.

As hostilidades tendo continuado, a Guatemala apresentou nova queixa ao Conselho, invocando desrespeito à recomendação dêste. O Conselho voltou a reunir-se em 25 de junho. O primeiro orador foi o delegado brasileiro, que analisou dispositivos da carta da ONU e do sistema interamericano demonstrando a precedência da ação regional em casos semelhantes. A Guatemala, ao recorrer ao Conselho de Segurança, apelara simultaneamente para a Comissão Interamericana de Paz, da OEA. Depois, pedira à Comissão que sustasse a consideração do caso e, logo em seguida, retirava simplesmente a queixa apresentada. Nesse interim, porém, tendo os Governos de Honduras e Nicarágua, diretamente acusados pela Guatemala, pedido para ser ouvidos, a Comissão continuou a apreciar o caso. O Presidente da Comissão, a essa altura, já havia notificado o Secretário Geral da ONU de que estava promovendo a ida imediata de um grupo oficial de observadores à Guatemala, Honduras e Nicarágua, a fim de "estabelecer os fatos a sugerir métodos efetivos de alcançar uma pronta solução para a disputa". Concluía o delegado brasileiro propondo que se encerrasse o debate sobre o assunto já que qualquer medida eventualmente adotada pelo Conselho, sem conhecimento direto dos fatos, poderia perturbar a ação já iniciada pelo organismo regional. A proposta que significava a rejeição da ordem do dia, foi apoiada pela Colombia e pelos EUA.

A ordem do dia foi rejeitada por cinco votos contra quatro e duas abstenções, o que revela evidente hesitação por parte do Conselho. Era uma renúncia formal, no primeiro conflito de competência, à consideração de matéria afeta à entidade regional. A Turquia e a China acompanharam os três países americanos. A França, Grã-Bretanha, a Dinamarca, a Nova Zelândia e o Líbano, adotaram uma atitude a nosso ver acertada, do ponto de vista técnico, em favor da aceitação da ordem do dia e subsequente adiamento da discussão a fim de não prejudicar a ação da OEA. O delegado da Nova Zelândia afirmou aceitar a tese de que a OEA era o fóro natural para consideração do assunto, mas acreditava que o Conselho não podia abdicar da suprema autoridade que lhe conferia a Carta. O próprio delegado chinês, ao aceitar a proposta brasileira, frizou que seu voto não implicava em desejo de excluir o assunto da lista de questões submetidas à consideração do Conselho. A França e a Grã-Bretanha se abstiveram, provavelmente por motivos políticos, para não antagonizar o líder da coligação ocidental em choque violento, no caso, com o delegado da URSS.

De tôda maneira, ficou assim definitivamente reconhecida a preeminência do sistema regional no trato de questões ligadas ao exercício do direito de legítima defesa.

* * *

Resumindo, para concluir. A ausência de um sistema efetivo de segurança coletiva levou as nações a se agruparem em entidades regionais de defesa. Essa tendência reflete o impulso instintivo de auto-preservação que caracteriza tanto o indivíduo isolado como as próprias nações. Ora, a primeira manifestação desse impulso se traduz no cultivo de boas relações com o vizinho, aliado natural. E, se por acaso, a conduta do vizinho se tornar suspeita, a tendência será procurar uma aproximação maior mais adiante, seguindo o conselho de velha máxima da política externa veneziana: "manter boas relações com o vizinho, mas ainda melhores com o vizinho do vizinho".

Os organismos regionais, os grupamentos étnicos, os acordos de defesa que examinamos não devem ser considerados um fim em si mesmos. São recursos temporários que respondem a situações de fato, certamente indesejáveis e que se aspira possam vir a ser corrigidas através da convivência mais estreita das nações. Em discurso memorável sobre o medo, em que responsabilizou a União Soviética pela paralisia do sistema de segurança das Nações Unidas, Paul Henri Spaak, então Primeiro Mi-

nistro da Bélgica, declarou na III Sessão da Assembléia Geral da ONU, voltado para as delegações comunistas:

“Par votre façon de faire, vous avez rendu cette organization inefficace... Vous nous avez forcés a placer notre sécurité dans le cadre d'Accords regionaux ausquels nous répugnons”.

Que as entidades regionais — que correspondem, como vimos, a um imperativo de ordem política internacional, contribuam para acelerar a evolução dos povos no sentido da convivência pacífica num organismo geral, sem temores e sem reservas, onde possam, através da cooperação, perseguir com melhor êxito o ideal humano de justiça e de paz.

BIBLIOGRAFIA

- CALERO RODRIGUES, CARLOS — *Os Sistemas Regionais de Defesa Coletiva*, Conferência em 1955 (principal subsidio);
- BOUTROS-GHAIL, B. — *Contribution à l'Etude des Ententes Régionales*, Paris, 1949;
- AMERICAN SOCIETY OF INTERNACIONAL LAW — *Proceedings of the 49th.. Annual Meeting*, Washington, Abril 1955;
- KELSEN, HANS — *The Law of the United Nations*, N. York, 1951;
- ARANHA, OSWALDO — *Regional Systems and the Future of the U. S.*, in *Foreign Affairs*, Abril, 1948;
- SABA, HANNA — *Les Accords Régionaux dans la Charte de l'ONU*, in *Récueil des Cours*, 1952, I, tomo 80, Paris, 1953;
- VAN KLEFFENS, E. N. — *Regionalism and Political Pacts*, in *American Journal of International Law*, vol. 43, n. 4, Outubro 1949;
- HEINDEL, RICHARD — *The North Atlantic Treaty in the U.S. Senate*, in *American Journal of International Law*, vol. 43, n. 4 Outubro, 1949;
- PUNDEFF, MARIN — *The Balkan Entente Treaties*, in *American Journal of International Law*, vol. 48, n. 4, Outubro, 1954;
- FENWICK, CHARLES G. — *Collective Security and the London Agreements*, in *American Journal of International Law*, vol. 49, n. 1, Janeiro, 1955;
- *Organization of the American States: Election of Secretary General*, in *American Journal of International Law*, vol. 49, n. 4, Outubro, 1955;
- *The Revision of the Pact of Bogotá*, in *American Journal of International Law*, vol. 48, n. 1, Janeiro, 1954;
- *The Interamerican Regional System: 50 Years of Progress*, in *American Journal of International Law*, vol. 50, n. 1, Janeiro, 1956.
- BRIGGS, HERBERT W. — *The Proposed European Political Community*, in *American Journal of International Law*, vol. 48, n. 1, Janeiro, 1954;
- Security Council, United Nations — *Official Records. 675 and 676 Meetings*, Junho, 1954;
- SCHWARTZENBERG, GEORG — *Power Politics*, Londres, 1951.

O SENADOR PEDRO VELHO (*)

Estudando, não há muito, a figura de autêntico homem público que foi Leopoldo de Bulhões, escrevi que nos últimos decênios, e em face de crises muito sérias que atingiram várias nações, espíritos simplistas passaram a sustentar que a causa de todos os males verificados residia em que estávamos vivendo a era da técnica e que, numa época em que os problemas econômicos sobrelevam todos os outros, os povos não podiam nem podem continuar a ser governados por políticos, gente inteiramente inapta a orientar a sociedade.

Se o novo mundo é o do saber organizado, se as questões a atender são por excelência as de ordem econômica, a conclusão a que chegavam tais espíritos era a de que o govêrno devia caber aos técnicos e não aos políticos.

Êstes entraram a ser considerados como sêres prejudiciais e nocivos, forças de um passado que é preciso sepultar.

Pouco importa que se dediquem apostolarmente ao trato da coisa pública, que consagrem tôdas as suas atividades ao exame dos problemas que entendem com o govêrno do Estado: — São políticos profissionais e é quanto basta para que sejam varridos das posições para que não servem mais.

Esqueciam e esquecem os que assim raciocinavam ou raciocinam que o que o engenho humano descobriu como arte de direção da sociedade tem o nome de *política*, e que esta, sendo a mais difícil e complicada de tôdas as artes, porque joga com as paixões, que são tudo quanto há de mais variável, reclama dos que a exercem larga experiência, treino continuado, formação gradual e perfeita.

Isso quer dizer que todo Estado, isto é, tôda sociedade politicamente organizada, pede, reclama, exige políticos, e políticos profissionais, o que quer dizer, cidadãos que se dedicam de corpo e alma à causa pública, que se preparam para atender aos seus múltiplos problemas, que vivem consagrados à grande tarefa de conduto-

Conferência realizada no Instituto Histórico em 27 de novembro de 1956, pelo Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

res de povos, para o que precisam antes de tudo de uma ampla cultura geral e de um exato conhecimento dos interesses dos países a que têm de servir.

Liautey chamou, com grande propriedade, aos homens dêsse quilate *técnicos de idéias gerais*, imprescindíveis a todos os povos que pretendam viver de modo normal e feliz, sob a direção dos mais capazes.

O defeito estaria em que as camadas de direção política, formadas em vista de outras necessidades e em face de outras épocas, não mais corresponderem ao espírito do momento histórico e à relevância do papel que lhes cabe desempenhar.

O remédio consistiria então em preparar tais condutores para as novas tarefas, nunca em substituí-los pelo homem da economia ou pelo técnico, cuja missão é bem outra e mais modesta.

Otávio Amadeo, que foi Embaixador da República Argentina em nosso país, e que é um grande conhecedor dos problemas da nossa época, disse certa vez com grande acêrto: *Es un error predicar la destrucion de los politicos: son tecnicos indispensables. El mal de este pais (Argentina) no es el exceso de politicos sino precisamente su escasses. Eso obliga a substituilos por la especie paradójica del politico apolitico. Cuando estos llegan al gobierno hacen lo mismo que los politicos; o lo hacen peor, por su falta de experiencia, hasta que al fin se convierten en politicos a secas, como los otros.*

Profunda verdade a que se contém nas palavras de Otávio Amadeo: O mundo não pode prescindir dos políticos, antes os solicita cada vez mais.

O mal reside na escassez de políticos no verdadeiro e nobre sentido que a palavra traduz, conhecedores das necessidades da sua época e dos seus povos, canalizadores e orientadores das aspirações coletivas.

Nunca, como na hora histórica que a humanidade está vivendo, plena de problemas imensos a atender e dar solução, a existência do político foi mais necessária e a sua missão mais relevante.

O que é essencial é que se trata realmente do político, do homem de Estado, isto é, de um homem, como definia Freycinet, que não tem em mira senão a prosperidade e a grandeza do Estado, esquecido de si próprio e não pensando senão na coisa pública.

O Brasil, não obstante a atordoada de alguns *jeremias*, teve sempre, em tôdas as fases de sua história, quem velasse pelos seus destinos.

Não quero falar aqui dos homens de Estado que, a datar da independência, a começar dos Andradas, José Bonifácio à frente,

passando pelos Abrantes, Holanda Cavalcante, Bernardo Vasconcelos, Feijó, Vergueiro, Caravelas, Albuquerque, Olinda, Itaboraí, Abaeté, Paraná, Cotegipe, Souza Franco, Inhomirim, Uruguaiana, Rio Branco, (o primeiro), Paranaguá, Saraiva, João Alfredo, a desembocar em 1889 no Visconde de Ouro Preto, tanto souberam servir ao bem público, pôndo os supremos interesses da Pátria acima de quaisquer outras preocupações, e dando ao Brasil uma situação evidentemente privilegiada, tal o conceito que êle sempre desfrutou no concêrto de outros povos, para o que também, e muito, concorreu a alta categoria moral de Pedro II.

Mesmo após a proclamação da República, na vigência da qual os verdadeiros estadistas vão escasseando, e para me reportar apenas a alguns a respeito dos quais, por distantes no tempo, já é possível fazer a história com serenidade e justiça, não falando em Deodoro e Floriano que não eram políticos, mas chefes militares de incontestável prestígio e com serviços incalculáveis à instituição do novo regime, não é possível ocultar, antes é dever proclamar, serem de alto porte um Prudente de Moraes, pacificando o país, um Campos Sales, restaurando as suas finanças, um Rodrigues Alves, iniciando uma larga política de construção e desenvolvimento econômico, fonte e início de uma nova era para o Brasil.

Na minha vida pública, que não tem sido das mais curtas, tive oportunidade de conhecer alguns dêsses homens superiores.

Dois dêles ocuparam no país posição ímpar pelos seus dotes excepcionais e pelos seus excepcionais serviços — Rui Barbosa, o evangelista das públicas liberdades, e Rio Branco (o segundo) o *Deus Terminus* da nacionalidade, como já foi com justiça cognominado.

Mas a verdade manda que afirme não terem sido apenas êstes. Alguns outros surgiram e muito serviram ao Brasil e às instituições republicanas, no âmbito federal como nos estaduais.

No meu pequeno Rio Grande do Norte, um nome por exemplo, não é possível esquecer o de Pedro Velho, (Pedro Velho de Albuquerque Maranhão), o chefe da propaganda republicana, o organizador das novas instituições, o seu primeiro governador eleito, o chefe indiscutível da quase unanimidade do seu povo por 18 anos a fio, sem um minuto sequer de quebra ou apoucamento do seu prestígio que, inabalável, se conservou até o dia de sua morte, aos 9 de dezembro de 1907. Pedro Velho descendia de nobre estirpe, de uma daquelas famílias ilustres que, desde o período colonial, por motivo de serem proprietários da terra umas, por motivo de maior cuidado com a educação dos seus componentes outras, sempre detiveram, através de muitos dos seus filhos, os postos de comando político e direção social. Os Albuquerque foram no

nordeste um dos ramos mais virentes e mais férteis dentre tais grupos familiares. No Rio Grande do Norte, os Albuquerque surgiram e afirmaram-se varonilmente, através da história, com Jerônimo de Albuquerque, o seu primeiro capitão-mor, e com André de Albuquerque, famoso na revolução republicana em 1817, duas figuras máximas na história daquele trecho do território pátrio, no período embrionário da formação da nacionalidade brasileira.

Pedro Velho, nascido em Natal aos 27 de novembro de 1856, fez o seu curso secundário ou de preparatórios, a princípio, em Recife e, depois, na Bahia, no famoso Colégio Abílio, dirigido pelo Barão de Macaúbas, passando, concluída a formação ginasial, a frequentar a Escola de Medicina daquela Província, da qual se transferiu para o Rio de Janeiro no terceiro ano acadêmico.

Foi aluno dos mais distintos, e, após brilhante defesa de tese em que versou o problema das *condições patogênicas das palpitações do coração e dos meios de combatê-las*, recebeu a sua carta de doutor em medicina em 1881. Retornou então à sua terra natal, onde, além do sacerdócio médico, passou a exercer o apostolado educacional. Fundou um Ginásio, *modelar estabelecimento de ensino secundário*, diz um dos seus biógrafos, Tavares de Lyra e, mediante concurso, conseguiu a cadeira de História Geral e do Brasil no Ateneu Norte-riograndense, o instituto oficial de ensino secundário que ainda hoje serve à formação espiritual da mocidade potiguar.

Como professor, Pedro Velho não limitava a sua ação, como faz a generalidade dos que ensinam no Brasil, a ministrar as noções e o conhecimento da matéria de sua cadeira. Identificava-se com os seus alunos, assistia-os de perto, era um verdadeiro educador, compenetrado de que a sua função era bem alta e lhe cabia exercer verdadeira *paternidade espiritual*. A vida e os progressos dos seus discípulos vivamente o interessavam e eram por ele acompanhados com o maior carinho, e disso dá testemunho eloqüente esta carta por ele dirigida em 17 de janeiro de 1883 ao Coronel Miguel Soares, pai do seu aluno, Theodolo Soares de Câmara, depois, e por sua vez, um grande educador com que o Rio Grande do Norte contou para a preparação mental e moral das gerações novas que se aprestaram para o serviço da terra:

Presado Patrício e Am.º Sr. Miguel Soares.

Durante o passado anno escolar tive o praser de dirigir o ensino litterario e a educação moral de seo bom filho e caro discípulo meo, o menino THEODOLO — um bello espirito e melhor coração.

Por sua constante aplicação ao trabalho e não menos por se exemplar proceder esse alumno soube merecer solidas sympathias, não só minhas, como de todo o corpo docente do Gymnasio —

Dispondo dos recursos intellectuaes que possui, e aparelhado, como está, pela comprehensão já bastante lucida do nosso systema de ensino, o THEODOLO pode bem fazer uma bellissima carreira litteraria — o que, pm, eu, amigavel e sinceramente venho lembrar (e é este um dos motivos de minha carta) é que seria de maximo interesse p^a o aproveitamento do rapaz, que elle não perdesse as 1^{as} explicações, e p^a isso convem apresental-lo á matricula logo na abertura dos cursos, que terá logar, segundo rezaõ os estatutos do collegio, no dia 2 de fevereiro proximo —

P. e Am.^o obrig.
Dr. P. Velho.

17,1,83 —

Pedro Velho, pelo seu tipo físico, alto, forte, farta cabeleira, porte elegante sempre muito bem vestido e pela sua intelligência privilegiada e irradiante, inspirava simpatias a quantos d'ê se aproximavam, desde logo conquistados pela afabilidade do seu trato e pelo seu modo de ser como homem e como intellectual.

Espírito aberto às conquistas do progresso e de civilização, desde muito moço deixou-se empolgar pelas idéias liberais que então despontavam no Brasil. Como era natural, em seu torrão natal alistou-se desde logo nas fileiras dos que pugnavam pela libertação dos escravos, causa a que serviu na imprensa e na tribuna, com os recursos de uma veemente combatividade e de uma indormida pertinácia. De resto, o meio norte-riograndense era propício à campanha redentora, que irrompia em todos os recantos da Província, em Mossoró, no Seridó, em Natal, por tôda a parte. De tal eficiência foi o movimento, acelerado pela fundação da Sociedade Libertadora Norte-riograndense, em 1 de janeiro de 1888, a que com alma e ardor se filiou Pedro Velho, de tanta eficiência foi o movimento emancipacionista, repito, que, ao se decretar em setembro daquele ano a extinção da nefanda instituição, já o Rio Grande do Norte não possuía senão pouco mais de três centenas de escravos. Mas Pedro Velho não podia se deter no caminho da sua marcha pelas públicas liberdades na vitória abolicionista. Passou a pelejar então por outra conquista, e esta da instituição da República.

Imaginou, e pôs em execução naquela hora, dois instrumentos poderosíssimos: fundou um partido político e um jornal.

Eis aqui a ata de fundação do Partido Republicano, cuja primeira comissão diretora ou executiva coube a Pedro Velho presidir:

Às 12 horas do dia 27 de janeiro de 1889, teve lugar nesta capital, na residência do cidadão JOÃO AVELINO PEREIRA DE VASCONCELOS, a primeira reunião do partido republicano nesta provincia, após os movimentos revolucionários, tragicamente afogados no sangue dos patriotas de 1817 e 1824.

Presentes muitos cidadãos, e achando-se sobre a mesa um grande numero de adhesões de correligionarios, que motivos poderosos impediram de comparecer á Capital, foi convidado para assumir a presidencia da assembléa o DR. JOÃO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO, servindo-lhe de secretario o Rev. Vigario JOSÉ PAULINO DE ANDRADE e o cidadão Juvencio Tassino de Menezes.

Obtendo então a palavra o Dr. Pedro Velho expoz os fins da reunião e submeteu á approvação dos cidadãos presentes as bases da lei organica do partido, as quaes foram unanimemente aceitas.

Continuando, o orador lembrou a creação de um jornal ou revista que dêsse conta dos progressos do partido no paiz e especialmente que se mandasse tirar uma grande edição das obras de propaganda de ASSIS BRASIL e SILVA JARDIM, para distribuição gratuita entre o povo, e animou os correligionarios vindos do interior a que promovessem a creação de clubs locais em seus respectivos municipios. Passou então a fazer a leitura de um manifesto, cuja redacção foi approvada, resolvendo a assembléa que fosse mandado á impressão, a fim de ser distribuido largamente na provincia.

Usaram ainda da palavra outros cidadãos, todos de accordo com as idéas emittidas pelo DR. PEDRO VELHO.

Em seguida procedeu-se a duas eleições: a primeira tinha por fim constituir uma comissão executiva provisoria, até que no Congresso do partido se nomeie o directorio annual.

Esta comissão ficou composta dos cidadãos seguintes: *Dr. Pedro Velho, João Avelino Pereira de Vasconcellos, Dr. Hermodogenes Joaquim Barbosa Tinoco, Dr. João de Albuquerque Maranhão, Vigário José Paulino de Andrade, Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão, José de Borja Caminha Raposo da Camara, João Ferreira Nobre, Carlos Manoel de Jesus Nogueira e Costa, Antonio Minervino de Moura Soares e Manoel Onofre Pinheiro*, os quaes d'entre elles se deverão escolher presidente, vice-presidente, thesoureiro e secretários.

A segunda eleição tinha por fim constituir a directoria do Centro Republicano da capital, que ficou assim composta: Presidente Dr.

Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco, Vice-Presidente Manoel Ferreira da Silva Veiga, Thesoureiro Manoel Alves de Souza, 1º Secretario Benedicto Ferreira da Silva, 2º Secretário José Joaquim das Chagas Junior.

Terminada a reunião, se fez entre os cidadãos presentes uma bolsa para ocorrer ás despesas mais urgentes, telegraphando-se ao presidente do Conselho Federal do Rio de Janeiro sobre a reunião e seus resultados.

E para constar se lavrou a presente acta em que todos assignaram. *João de Albuquerque Maranhão*, Presidente. — Vigário *José Paulino de Andrade*, 1º Secretário — *Juvencio Tassinio Xavier de Menezes*, 2º Secretario.

* * *

Nomes dos cidadãos que compareceram à reunião do partido republicano no dia 27 de janeiro de 1889 e que alheriram ao mesmo partido, residentes nesta Capital, Macahyba, Ceará-merim, Touros, Angicos, Santa Rita, Nova Cruz, Canguaretama, Goyaninha, Arêz, Papary e S. José de Mipibu:

João Ferreira Nobre.
Dr. Hermogenes Joaquim Barbosa Tinoco.
Vigario José Paulino de Andrade.
João Ferreira Nobre Junior.
Advogado José de Borja Caminha R. da Camara.
Coronel Estevão José Barbosa de Moura.
José Justino de Oliveira Pinto.
Theophilo Oswaldo Ferreira da Rocha.
Thomaz Barbosa de Moura
José Ferreira de Oliveira.
José Alipio de Menezes.
Ignacio Marçal de Andrade.
João de Lyra Tavares.
Joaquim Maria Maciel.
Vicente Thomaz de Lima.
Joaquim Correia de Mello.
Jeronymo Vieira de Mello.
José Carvalho de Góes.
Melchiades Ferreira Nobre.
Joaquim Ferreira de Azevedo.
Francisco Xavier de Lima.
Manoel Ferreira de Oliveira.
Joaquim Vieira de Mello.
Manoel Paulino da Silva.
Florencio do Rêgo Leite.

Felix Barbosa Tinoco.
Francisco Gomes de Brito.
Ouriculo Mattos.
Manoel Ignacio Ferreira.
João Evangelista Ferreira da Silva.
José Paulino da Silva Junior.
Enéas Paulino da Silva.
Pedro Fernandes da Camara.
José Pinheiro de Castro.
Joaquim Tavares de Oliveira.
Emygdio A. de Moraes.
Dioclecio Duarte.
Antonio Joaquim Ferreira.
José Gomes da Costa.
José Paulino da Silva.
Raymundo de Medeiros Dantas.
Xisto Baptista Vieira.
Felippe Ferreira da Silva.
José Pedrosa de Oliveira.
Fabricio Gomes de Albuquerque Maranhão.
Olympio Tavares.
Antonio Barreto de Góes.
José Ignacio da Costa.
Antonio Felippe Cabral de Mello.
João Pegado de Siqueira Cortes Filho.
Joaquim Scipião de Albuquerque Maranhão.
José Teixeira de Mello.
João Clementino de Souza.
Joaquim Bezerra de Oliveira Lima.
André Julio de Albuquerque Maranhão.
Luiz Affonso de Albuquerque Maranhão.
Manoel Ferreira Duarte.
Bacharel João de Albuquerque Maranhão.
Luiz Candido de Araujo Camara.
João Augusto de Oliveira Barroca.
João Antonio de Brito.
Francisco Gomes Teixeira.
Bento José Taveira.
André de Freitas Dornellas Camara.
Benedicto Ferreira da Silva.
João Duarte de Oliveira.
Manoel Ferreira da Silva Veiga.
Dr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.
José Henrique de Castro Barroca.

Adelino Maranhão.
José Leitão de Almeida.
Antonio Xavier de Souza.
Francisco Antonio de Souza Duarte.
José Alves de Souza.
Joaquim Hugo de M. Carvalho.
Antonio Minervino de Moura Soares.
Manoel Onofre Pinheiro.
Manoel Alves de Souza.
José Antonio Arêas.
Manoel da Cunha Soares.
Serafim Barbosa Cordeiro.
José Deodato de Oliveira Lima.
Manoel Cordeiro do Valle.
Joaquim Soares de Lima.
Lourenço Teixeira Fernandes.
Benjamim Franklin Pedreira.
Antonio Joaquim Soares.
Ignacio Bento de Avila Cavalcante.
João Avelino Pereira de Vasconcellos.
Augusto Severo de Albuquerque Maranhão.
João Pedreira de Andrade.
Theodulo Soares Raposo da Camara.
Manoel Salustiano de Carvalho.
Napoleão Espiridião Pedreira de Góes.
Joaquim de Mattos.
Francisco Muniz Pacheco.
Joaquim Martiniano da Silva.
Juvencio Tassino Xavier de Menezes.
Manoel Alves de Moraes Castro.
Ricardo Fernandes.
Miguel Joaquim de Moraes.
Laurentino Teixeira Galvão.
Theodosio Soares de Oliveira.
José Joaquim das Chagas Junior.
Carlos Manoel de Jesus Nogueira e Costa.
Estevão Alipio de Oliveira.
João Alves de Mello.
Francisco Eduardo Soares da Camara.
José Rufino da Costa Pinheiro.
Felismino do Rego Dantas.
João Britto.
Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão.
Antonio Francisco de Assumpção.

Mas o Partido precisava de um órgão na imprensa que lhe expressasse as idéias, os anseios e as aspirações. Pedro Velho entrou a pelejar, e a 1 de julho de 1889 lançava *A República*, que ainda hoje existe e em cujas colunas estão registrados todos os fastos da história potiguar, e nas quais várias gerações têm encontrado o manancial em que se abeberaram de liberalismo e de civismo quantos têm procurado como idealistas servir à coletividade naquele rincão brasileiro.

No seu número inicial, Pedro Velho traçava nestes termos o programa e os ideais do seu jornal:

“PELA PÁTRIA !

A República, órgão do partido nacional ou anti-monárquico nesta província, tem por missão essencial difundir e propagar as idéias que o seu título sintetiza. Entretanto, a batalha que, com as armas da razão, vamos empenhar contra a realza corrompida e corruptora não nos fará esquecer quais as necessidades e os males desta terra infeliz, para dizê-los sincera e lealmente aos nossos comprovincianos: isto é, será um novo e grande estímulo para levantar o espírito público que *ignora* e que se não tem procurado esclarecer, emancipando-o de preconceitos vãos e perniciosas influências. Cada um deve conhecer os seus deveres, mas não é menos necessário que conheça também os seus direitos.

Havemos de fazer destas modestas colunas não o veículo de paixões e ódios, mas a tribuna onde o partido venha pensar alto, para ser ouvido e julgado pelo povo.

Através da forma menos brilhante, da frase mais tosca e iletrada, há de sempre transparecer aqui, como o nosso destino único e jamais desmentido, a defesa das justas e nobres esperanças de um futuro melhor — o bem público, enfim, que se traduz no mais completo desenvolvimento do progresso, à sombra protetora da liberdade e da paz.

Árdua a empresa para tão fracas forças; mas a consciência reta do ignorante vale mais que a razão culta a que se não alia, robustecendo-a, a dignidade e o caráter, e isto nos alenta.

A causa sagrada da pátria brasileira, o entranhado amor pelo pobre, mas estremecido torrão que nos serviu de berço, eis o nosso programa: aquela nós a encaramos como todos os bons espíritos desinteressados e patrióticos na propaganda republicana; êste só o poderemos afirmar pela conquista infatigável do nosso bem estar.

Vamos pugnar pelo povo e pela nação.

O instinto da igualdade é o móvel e a aspiração que encadeia e dirige todo o drama histórico da humanidade, e esta sublime conquista não será feita sem a luta constante contra tôdas as tiranias, todos os privilégios, tôdas as exceções odiosas e injustas que dividem os homens em um pequeno grupo de favoritos e numa imensa turba de infelizes.

De todos os privilégios o mais humilhante, o mais pernicioso é a realza hereditária e irresponsável; contra ela estremece em assomos da mais digna e justificada revolta a opinião cansada e desiludida; e entre a dinastia e a nação a escolha não é difficil, nem para hesitações.

Pela Pátria! Eis o nosso compromisso; para o cumprimento dêste encargo temos um só recurso — dizer ao povo a verdade inteira, clara e honradamente. Isto havemos de fazer, custe o que custar!"

Proclamada a República, aos 15 de novembro de 1889, dois dias depois Pedro Velho era, por aclamação popular, empossado no govêrno do novo Estado, constituindo desde logo o seu secretariado que ficou formado pelas seguintes figuras de maior relêvo naquella até então Província do Império: Exterior — Moreira Brandão; Interior — José Bernardo; Justiça — Amintas Barros; Agricultura, Comércio e Obras Públicas — João Avelino; Fazenda — Luiz Emígdio; Guerra — Capitão Felipe Bezerra; e Marinha — Capitão Tenente Leoncio Rosa.

Como se vê, era um govêrno quase que de um país, pois havia secretários da Guerra, da Marinha e até do Exterior. Era um reflexo de certas idéias que vieram à tona nos primeiros dias do novo regime, para alguns de cujos dirigentes a federação implicava em uma dupla soberania — a da União e a dos Estados. Campos Sales, por exemplo, era adepto dessa doutrina.

Êsse primeiro govêrno de Pedro Velho durou poucos dias, substituído que foi por nomeação do Govêrno Provisório Nacional por Adolfo Gordo que, a 7 de dezembro, se empossava na administração norte-riograndense.

Rocha Pombo, o grande historiador brasileiro, referindo-se ao Govêrno de Pedro Velho, afirma: "Durante os poucos dias de seu Govêrno, revelou-se o Dr. Pedro Velho como homem público, dando provas de altas qualidades políticas e muito prudente, de grande tolerância, mas firme e enérgico, ponderado e seguro".

Mais tarde, no primeiro período governamental no novo regime, Pedro Velho volta à direção administrativa do Estado, já agora regularmente eleito.

À sua administração cabia difficilima tarefa, qual a de dar os lineamentos do novo arcabouço politico e traçar os rumos a seguir sob a nova ordem institucional. Não tardou muito que as dissensões partidárias surgissem, dessa vez sob a chefia do Senador José Bernardo. No início dessas divergências em 20 de março de 1892, Pedro Velho escrevia a José Bernardo, no intuito evidente de encontrar fórmula e meios de evitar a separação.

"Gabinete do Governador do Estado do Rio Grande do Norte

José Bernardo:

V. estava hemorrhojdario como todos os diabos, quando escreveo a sua carta de 5. Sobre certas minudencias politicas conversaremos aqui (p. eu conto que V. virá até 15 ou 20 de abril), e confio que concordaremos em genero, numero e cazo. como sempre. Não convem andar ás tontas, nem violentamente. Actos que achei feitos V. bem vê, com o seo tino de velho esperimente, que não posso nem devo desfazer, senão de accordo. — Os novos espero que ficarão *direitinhos*, não como *alliados*, mas como soldados decididos do partido. Esteve comigo o Gurgel: não me pareceo prezumido, antes muito razoavel. E, aqui para nós, Seo Zé, nós precisamos do homem, sob pena de sermos forçados a fazer uma politica artificial em certos municipios, o que não é nem prudente, nem democratico. Isto sem fallar na sua expressão: — fazer do ladrão, fiel ...

— Ant. Joaq.^m é o dono de S. Miguel, onde não se arredará uma palha sem audiencia delle.

— O velho Luiz M.^{cl} é o mesmo homem de Caraubas; uns attrictos que encontrei hão-de dissipar-se.

— P.^o o Triumpbo não tenho feito nada senão pelos Jaconos.

— No Patu os nossos am.^{os} serão considerados.

— Somente Agostinho, (que eu aliás muito estimo) pode magoar-se com a entrada dos *outros*; Mas V. conhece aquele inferno de P. dos Ferros e avalia as torturas que me tem custado.

— O T. Gomes já deve saber que foi nomiado promotor. Não o fiz juiz municipal por que já havia declarado que não nomiaría nenhum. Até o M.^{cl} J.^o Pinto, que soffeo por nossa cauza, ficou sem S. Anna; mas demitti meu irmão Alberto, que encontrei promotor da Macahiba para acomodal-o.

— O Ovidio é realmente cacete; mas tem escripto e telegraphado. A malandrice de não vir p^a o Congresso é antiga. V. tem teiró (aliás justificado) com o cidadão da *Picada*.

Conto, sobre organização do Estado, preparar as couzas de maneira que no 1º de julho (2º semestre do anno) entre a machina toda a funcionar: Magistratura (cuja lei não estará preparada antes da sua passagem; intendencias (que espero sejam eleitas a 31 de maio); juizes de paz; novo corpo de segurança; instrução reformada, etc.

Agora entramos no *capitulo* grave da minha substituição no congresso. (Porque o Almino não resolveo ainda ir gozar as delicias da vida eterna).

O meo Candidato, o Candidato natural do partido era o Manoel de Castro. Mas, chegando aqui, consultei o Fernando Lobo, que me respondeo, há dias, dizendo que Nascimento estava incompativel.

Então, pensando maduramente, e passando em revista o nosso pessoal, lembrei-me do Manoel, e, p. ora, tenho nelle fixadas as minhas vistas. Estava nisto, preparando-me p^a fazer consultas previas, antes de apresental-o, q.do hontem recibi, p. telegrama, as instrucções que juntas lhe remetto. Urge, portanto resolvemos, e é por isso que lhe peço a sua opinião. Entre outros escreverei tambem ao Gurgel, que (a proposito) dizem ter renunciado a vice governança por pretender substituir-me!...

A minha carta a elle é delicada, mostrando certa confiança, lembrando o M.^{el} Dantas e fazendo umas considerações sobre capacidade intellectual, confiança, dedicação ao partido requeridas do meo substituto na Camara, considerações que o porião em embaraços se elle quizesse responder-me pedindo o logar.

Enfim esperemos, tendo a prudência, que não exclue a firmeza.

Um unico a quem communiquei a minha lembrança, fez-me ver que parecia *muito Silvino*! Mas convenci-o da sem razão, fazendo-o concordar em que o correligionarismo é um conceito mais alto do que o parentesco, p^a os verdadeiros politicos.

Se V. tem melhor ideia, m'a transmita com urgencia, até pelo telegrapho. Talvez haja candidatura mais conveniente; eu, com franqueza, não encontrei. E vamos liquidar este cazo, p^a que eu possa marcar o dia da eleição.

Um abraço

Do amigo

Não obstante, o rompimento se verificou. Nada conseguiu evitá-lo e durou cinco anos. De resto, como já expliquei certa vez, tais divergências eram inevitáveis. E' que José Bernardo vinha de uma retumbante vitória eleitoral, na última eleição da Monarquia, vitória que o sagrara chefe de extraordinário prestigio. Pedro Velho, por sua vez, era o lider de toda a propaganda republicana, o governador do Estado, o representante legítimo do pensamento novo, e, como se sabe, as direções partidárias só comportam um condutor e um chefe. Mas o dissidio durou pouco mais de um quatriênio. Quando, por volta de 1898, ocorreu a cisão do Partido Republicano Federal, com o rompimento de Glicério com o govêrno Prudente de Moraes, José Bernardo e Pedro Velho ficaram ao lado de Glicério. Foi o passo decisivo para a união na política estadual, que em breve se deu, voltando os dois chefes potiguares à harmonia dos dias iniciais da República.

Em banquete oferecido a José Bernardo em Natal, em janeiro de 1901, Pedro Velho dizia: "E' certo que num trecho da jornada as vicissitudes da vida partidária bifurcaram o caminho e os nossos rumos divergiram. Mas, por mim o afirmo e creio bem que no coração de José Bernardo a impressão será idêntica — se o desgosto da temporária separação foi cruel e amarga, o íntimo júbilo com que novamente nos demos as mãos, para prosseguir em nossa tarefa de leais servidores do Rio Grande do Norte, constitui o melhor penhor e o mais sólido cimento da nossa união presente e futura".

Mas, volto ao Govêrno de Pedro Velho para dizer que do ponto de vista da economia da ex-Provincia, transformada em Estado autônomo, pouco foi a êle possível fazer: é que os recursos financeiros eram parcos, diminutos, insignificantíssimos. Indiscutível é também que foram lançados com firmeza os alicerces sôbre os quais devia assentar a organização local republicana e que o poder público, sob a direção do chefe da propaganda republicana, se conduziu sempre com serenidade e segurança, gerando um ambiente de harmonia e de paz social.

E' dever salientar que, mesmo sem ser governador, Pedro Velho, enquanto existiu, influiu decisivamente nas administrações de seus correligionários, trazendo-lhes não só apoio e prestigio, como também idéias novas e progressistas.

E' assim de sua iniciativa o plano de remodelação da Capital do Estado, que a ela dá hoje um aspecto de cidade nova, sendo êle, dêsse modo, o primeiro urbanista de Natal.

A vida parlamentar de Pedro Velho não foi das mais intensas. Dela participava mais como condutor político, agindo nos bastidores, do que como participante dos debates de plenário.

Não lhe faltavam dotes oratórios, mas o que êle representava antes de tudo era uma força de direção e de comando.

Por lhe reconhecerem essas qualidades excepcionais é que os mais prestigiosos chefes republicanos iam pedir-lhe o conselho, o aviso, a ajuda nas horas mais difíceis dos conciliábulos partidários. Quintino Bocayuva, Glicério, Manuel Vitorino, Pinheiro, todos dêle se aproximavam nos momentos das grandes resoluções, porque sabiam que as suas sugestões eram inspiradas sempre em um idealismo sadio e puro, firmadas, como bem disse Tavares de Lyra, *na sua fortaleza moral, na firmeza dos seus princípios, no seu devotamento às idéias, na sua lealdade aos amigos*.

Por ser essa a personalidade de Pedro Velho é que Alcindo Guanabara dêle pôde dizer com verdade e justiça, ao traçar o seu perfil, quando do seu falecimento em 1907 :

“Eu o conheci em fases diversas dêsse período difícil e doloroso da consolidação da República. Para geração de hoje, isso já é a história... Posso, pois, dar a essa geração um depoimento instruído pela observação, pela experiência e pela ação comum. E êste depoimento, para ser exato, hã de ser a glorificação daquelas virtudes superiores, que são a lealdade, o devotamento, o respeito pelos companheiros, a afirmação incessante de um caráter límpido como o cristal da rocha.

O terreno que então pisávamos era vacilante e inseguro.

Como na natureza, onde tôdas as forças se debatem, todos os cataclismas se produzem, irrompem vulcões, desviam-se rios e surgem correntes, cruza os ares o raio e céu e terra se contorcem convulsos antes que o terreno se firme, adquira solidez, cubra-se de relva verde e permita a vida, assim no mundo político êsses cataclismas que são as revoluções conturbam o meio, anarquizam os sentimentos, geram o despotismo, semeiam a desordem, e todos que nêle se envolvem ou são colhidos por êles lutam braço a braço e corpo a corpo com tôdas as forças em rebeldia até que a ordem se restabeleça, a autoridade se afirme e a liberdade saneie a atmosfera.

Nessas horas de luta impessoal o caráter se reavigora; a coragem, a energia, o desprendimento, a abnegação são as armas de combate e o preço da vitória.

Tôdas concorriam no nosso saudoso amigo: sempre o vi inacessível às sugestões, superior ao aliciamento, firme nos seus

propósitos fiel aos seus ideais, como às suas amizades, e dominado desse fogo que nos arde no peito e que nos leva a não ter desfalecimentos no empenho de revigorar a autoridade e de assegurar a liberdade para que triunfem os preceitos morais e sociais por cujo amor afrontamos as tempestadas da política.

Brando no trato, suave na palavra, eminentemente simpático, um olhar penetrante que a miopia tornava mais agudo, uma cabeleira abundante que lhe dava o traço da energia e da decisão pronta, o Senador Pedro Velho temperava a rigidez do caráter com essa feição de bonomia, que tanto atrai e seduz.

Era pessoalmente *charmeur*.

O trato íntimo com êle nunca deixava o trazo da banalidade: pontilhava a conversa de observações pessoais, deixava infiltrar-se nela o muito que sabia e derramava em tôrno de si essa bondade, que era em seu coração um oceano.

... Êsse homem teve até o último dia de sua vida a paixão do trabalho, a luta pelas suas convicções, o respeito pelos seus companheiros, a energia necessária para defender sem fraquezas o seu pensamento, a sua fé e a sua obra.

Não foi um destruidor cego e apaixonado. Não esquecia as palavras do pensador francês, que disse um dia, com admirável sabedoria, que, *se para derrubar um carvalho de nossas florestas não era preciso mais do que um pulso e um quarto de hora, para substituí-lo era preciso um século...*

Pedro Velho era realmente um condutor de homens, era um chefe.

E por que assim era, e por que assim realmente foi, é que conseguiu ser, por 18 anos consecutivos, desde a proclamação da República até o dia de sua morte, o chefe invencível das hostes republicanas no Rio Grande do Norte. Nunca houve, em qualquer época da história daquele Estado da Federação, um homem que gozasse de tanto prestígio.

Ainda 12 dias antes do seu falecimento, a totalidade dos municípios em que se repartia administrativa e politicamente mandava a Pedro Velho através das suas edilidades, a seguinte e comovedora homenagem de solidariedade e de estima:

"Exmo. Sr. Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

E' a voz do povo do Rio Grande do Norte, pelo órgão das suas municipalidades, que vem trazer a V. Excia. n'esta modesta mensagem, as mais affectuosas expressões do seu applauso.

N'uma data que, preciosa para a familia, tornou-se pela força natural das coisas, preciosa para o Estado inteiro, partem de todos os extremos d'esté, de Natal a S. Miguel e de Macau a Jardim, os votos de nosso affecto com as homenagens da nossa admiração.

E nem é tanto ao chefe politico incomparável, cuja habilidade e carinho quasi têm feito d'um partido uma familia e cuja influencia poderosa e benefica todos sentimos para harmonizar a força e para fortalecer a união que nos desvanece, não é somente ao chefe que se dirigem hoje aquellas homenagens e aquelles votos. E é sobretudo ao organizador do Estado, ao indefesso batalhador republicano a quem principalmente deve o Rio Grande do Norte o seu desenvolvimento e o seu prestigio no seio da federação, é ao lucido espirito que entre nós tem concebido e realizado tantos melhoramentos, que essas manifestações mais especialmente se dirigem.

E' ao organizador do Estado que os seus trinta e sete municípios rendem a homenagem de inaugurar na sala das sessões dos seus edis, como hoje inauguram todos, um modesto quadro que, pondo-lhes ante os olhos a effigie de um grande trabalhador e de um grande patriota, anime-os no trabalho e fortaleça-os no patriotismo.

Que esta sincera e espontânea manifestação do nosso applauso, por tal meio expressa, traga a V. Excia. a certeza da nossa gratidão, já que os valiosíssimos serviços que há prestado não são d'aquelles que se poderiam pagar com outra moeda.

Deus dê ainda a V. Excia. muitos e felizes dias para fortuna de sua familia, para rigosijo de seus amigos e para o bem e o progresso do Rio Grande do Norte.

27 de novembro de 1907.

(ass.) *Joaquim Manoel T. de Moura*, Presidente da Intendencia do Natal.

Ginuino Fernandes de Queiroz, Presidente da Intendencia Municipal do Martim.

Justino Leite da Costa, Presidente da Intendencia Municipal do Patú.

Laurindo Augusto de Paiva, Presidente da Intendencia de Port.^o.

Vicente Gomes de Oliveira, Presidente da Intendencia Municipal de Pau dos Ferros.

Antonio Leite de Albuquerque Filho, Presidente da Intendencia Municipal de São Miguel.

Antonio Fernandes Sobrinho, Presidente da Intendencia Municipal de Luiz Gomes.

João Jazimo de Oliveira Pinto, Presidente da Intendencia do Apody.

Reinaldo Gomes Fernandes Pimenta, Presidente da Intendencia de Caraubas.

Joaquim Martiniano Pereira, Presidente da Intendencia do Caicó.

Silvino Bezerra de Araujo Galvão, Presidente da Intendencia do Acary.

Bemvenuto Pereira de Araujo, Presidente da Intendencia de Curraes Novos.

Felinto Elysio d'Oliveira Azevedo, Presidente da Intendencia do Jardim.

João Toscano de Medeiros, Presidente da Intendencia de Flores.

Joaquim Honorato de Medeiros, Presidente da Intendencia de Serra Negra.

Manoel Liberalino de Oliveira, Presidente da Intendencia de Areia Branca.

Pe. Francisco de Almeida, Vice-Presidente em exercício da Intendencia do Município de Canguaretama.

Rodopiano Fernandes de Azevedo, Presidente da Intendencia da Villa de Santo Antonio.

José Ferreira da Rocha, Presidente da Intendencia de Santa Cruz.

Joaquim Apolinario de Medeiros, Presidente da Intendencia de Augusto Severo.

Antonio Filgueira Filho, Presidente da Intendencia de Messoró.

Olintho Lopes Galvão, Presidente da Intendencia do Assú.

Manoel Rodrigues Bar^o, Presidente da Intendencia de Sant' Anna de Mattos.

Luis Pinheiro de Vasconcellos, Presidente da Intendencia de Angicos.

José Soares Bilro, Presidente da Intendencia de Jardim de Angicos.

Manoel Eugenio Pereira de Andrade, Presidente da Intendência do Taipu.

Felismino do Rego Dantas Noronha, Presidente da Intendencia do Ceara-Mirim.

Estevão Cesar Teixeira de Moura, Presidente da Intendencia de S. Gonçalo.

Francisco Zacharias da Costa Silva, Presidente da Intendencia de Touros.

Ignacio Henrique de Paiva, Presidente da Intendencia de São José de Mipibú.

José Joaquim de Carvalho e Araujo, Presidente da Intendencia de Papary.

João Jeronymo Cabral Fagundes, Presidente da Intendencia Municipal de Goyaninha.

Aureliano Clamentino de Medeiros, Presidente da Intendencia Municipal de Macahyba.

Manoel Lopes Teixeira, Presidente da Intendencia de Villa Nova.

Pe. Thomaz d'Aquino Mauricio, Presidente da Intendencia Municipal da Villa de Nova Cruz.

João Pegado Cortez Filho, Presidente da Intendencia Municipal de Ariz.

J. Joaquim Valentim d'Almeida, Presidente da Intendencia de Macau".

Pelo que fica exposto, e documentadamente comprovado, jamais qualquer outro homem público dentre quantos contou o Rio Grande do Norte para o serviço de sua direção dispôs de tanta força, e por tão longo espaço de tempo.

Mas de onde decorria ou decorreu todo o prestígio de Pedro Velho, ouvido e acatado pelos chefes nacionais de melhor categoria e pela quase totalidade do Rio Grande do Norte, isso durante 18 anos sem intermitências?

Responderei que de um conjunto de qualidades excepcionais, tôdas elas repousando sobre uma grande e sólida base moral:

a) De uma grande inteligência, feita de claridades e alicerçada em boa cultura.

b) De um raro dom da palavra que fez com que o maior dos nosso oradores, Ruy Barbosa, ouvindo-o em uma saudação feita de improviso, classificasse-o de *admirável orador* e falasse na sua *maravilhosa eloquência*.

c) De um idealismo que nunca o abandonou e fez com que se entregasse de corpo e alma a tôdas as grandes causas liberais que, em sua época, agitaram e empolgaram o país, como é o caso da propaganda abolicionista e o da evangelização republicana.

d) Do seu apêgo, do seu acendrado amor ao seu pequeno Estado natal, o Rio Grande do Norte, cujos rumos políticos orientou sempre pelo caminho mais digno e mais livre, pouco se preocupando com o êxito ou com a derrota, na convicção inabalável de que só a verdade e a justiça devem interessar ao autêntico homem público, ao servidor da coletividade.

e) Da sua fidelidade aos compromissos assumidos e à palavra empenhada, de que é irrefragável demonstração esta carta escrita ao Senador José Bernardo em 9 de fevereiro de 1898:

Natal 9-2-98.

J^e Bernardo.

.....

Outro assumpto, confidencial e melindroso.

V. conhece melhor do que ninguém como eu pensava sobre candidaturas á presidencia da republica. Antes da scisão sempre pensei no Campos Salles e continuo a pensar, como tambem no Rosa como demonstração de boa vontade aos neo-quinzenovembristas. Acresce que, q^{to} ao primeiro as impressões que delle tinha como governo erão as m^s gratas. Quando eu não passava de um debutante em politica, sempre me attendeo e procurou servir; e fel-o, estou certo, por considerar-me, como em ver^{de} me reputo, um bom, leal e esforçado amigo da republica. Senti não poder conversar com elle, q^{do} estive ultimamente no Rio.

Dada a scisão (Não me arrependo no que respeita ao Prudente: não foi amigo como cem e está sendo inimigo como 500) um candidato de accordo com Pinheiro, Victorino e outros passou a ser o Julio. Lembra-se como fallei claro e firme ao Glicerio, que me parecia estar marombando.

Acho que o C. Salles é, por m^{tos} titulos capaz de governar honrada e dignam^{te} o Brasil; vejo com lastima a miseria de certos safardanas que procurão bajular o eminente paulista sem o estimar nem comungar com o seu programa; reconheço que a eleição do Lauro, em que nunca podemos acreditar, vai ser uma fiasqueira ridícula — mas repugna-me em absoluto deshonnar compromissos,

buscando pretextos, sem fundamento serio e digno p^a um tal proceder.

Não fui patrono da candidatura do Lauro como outros que já o deixarão no matto sem cachorro; confesso mesmo na intimidade que ainda o não achava adulto p^a o cargo; aborreci-me com a trapalhada da convenção, mas assignei.

Os homens politicos que têm responsabilidade e algum valor intrinseco não podem ser saltimbancos; do contrario ninguem, em tempo algum poderá confiar nelles. São os meos velhos moldes de aldeia, e ainda os reputo os melhores.

Estou longe do centro politico; o nosso P.R.F. já me cheira a partido em debandada, embora o P.R. tambem se me afigure inviavel; não pude trocar com Pinheiro, cuja estima e solidariedade tanto aprecio, uma só palavra depois de solto; acho-me enfim sob a impressão exclusiva de proceder de um modo que me não morda a consciencia, deixando de cumprir uma palavra empenhada, m^{to} embora outros o não fação.

Optimo e nada desairoso seria que o Lauro, diante do quasi abandono em que se acha, desistisse de uma candidatura, que nunca despertou enthusiasmos e que já agora é fraquissima.

Enfim, logo que receber esta, telegraphie informando-me do que souber.

Os nosso am^{os} todos firmes e cada vez m^a disciplinados.

Augusto, presente, manda-lhe lembranças.

do P. amigo
Pedro Velho

Eloy de Souza, discipulo e amigo de Pedro Velho, definiu muito bem o chefe na fidelidade à sua palavra: "Nunca ninguem disse Pedro Velho deu a sua palavra de honra, — mas apenas — Pedro Velho deu a sua palavra."

f) De sua impecável probidade pessoal de que é atestado a pobreza de bens materiais em que sempre se debateu e de que é uma afirmação êsse trecho de carta que em cinco de outubro de 1902 dirigia ao seu amigo Senador José Bernardo:

— Vou solicitar da sua velha amizade um pequeno obsequio meio reservado. Sabe bem que eu não posso dar dote a Sophia:

mas desejaria dar-lhe, no dia do casamento, uns cobres modestos, para os alfinetes do 1º ano de casada. Para isto resolvi obter umas notas novas de cada um dos bilhetes do Thezouro actualmente em circulação, e lembrei-me de V. para executar o modesto plano. Do meo ultimo subsidio a receber ahi, que espero em Deus seja a 32 de Dezembro, retire o que for preciso para arranjar uma nota de 500\$, uma de 200\$, uma de 100\$ etc etc até 500 reis e remetta-me as ditas notas novinhas para eu dar à noiva. Perdõe-me este aborrecimento. Mas v., tambem muito estremoso com os seus filhos, comprehende essas cousas.

Sempre

P. Velho"

Em resumo: Fulgurante intelligência, boa cultura, rara eloquência, sadio idealismo, devotamento por seu rincão natal, fidelidade à palavra empenhada e aos compromissos politicos, impecável probidade pessoal — eis o que caracterizou Pedro Velho e eis o segredo de seu prestígio que jamais conheceu ocosos.

PESQUISAS DE DOCUMENTOS E O I. H. G. B.

DOCUMENTOS RELATIVOS À HISTÓRIA DO BRASIL

Índice Geral dos existentes em Portugal e na Espanha — Uma iniciativa oportuna e útil do Ministério das Relações Exteriores — A portaria do Chanceler José Carlos de Macedo Soares.

A existência de documentos referentes à história do Brasil nos arquivos de Portugal e da Espanha desperta grande interesse por parte dos que se ocupam dos nossos problemas históricos. Tendo em conta a vantagem de possuir cópia dessa documentação o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, ministro das Relações Exteriores, tomou uma providência que só merece louvores. Resolveu S. Excia. designar funcionários diplomáticos do País para organizarem um índice dos documentos existentes naqueles países para que a Comissão de Estudo dos Textos da História do Brasil, existente no Itamaraty, escolha os que devam ser copiados.

Nesse sentido, o Chanceler J. C. de Macedo Soares expediu a portaria que damos a seguir:

«O Ministro de Estado das Relações Exteriores, tendo em vista a magnífica tradição do Itamaraty e dos funcionários diplomáticos brasileiros no contribuir para o enriquecimento do nosso patrimônio documental histórico, mediante a realização de pesquisas empreendidas nos arquivos dos países estrangeiros o que considerou devidamente através dos fatos adiante citados:

Os pendores do Imperador D. Pedro II, desde a sua juventude, pelos assuntos históricos cedo o aproximavam do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, (fundado quando ainda, em seu nome, governava o Brasil o Regente Araújo Lima, que aprovou, a 4 de abril de 1839, os Estatutos da entidade.

Dias antes, a 19 de março, o jovem príncipe aceitara o título de «Protetor» da nascente instituição, que lhe solicitara o promissor amparo. E, para provar que aquêle não era apenas um título honorífico, dispensável para quem iria em breve encerrar a fase da Regência e atuar como imperador, destinou uma das

salas de seu Paço às reuniões do Instituto, que freqüentava com prazer.

Sempre zeloso do seu engrandecimento, esteve presente a 506 sessões, das quais presidiu 499. Doou-lhe a biblioteca, de 800 volumes, que pertencera ao sábio C. P. Frederico von Martius, a *Rezão do Estado do Brasil* e diversas obras, obtidas em suas viagens. Também instituiu prêmios para as melhores explanações de temas, por êle propostos. Às pesquisas nos arquivos europeus, porém, dedicou especial carinho, graças ao qual se opulentou o Arquivo do Instituto. Por sua influência, o Ministério dos Negócios Exteriores comissionou vários de seus funcionários, para empreenderem cópias de manuscritos relacionados com a História do Brasil. O primeiro a quem coube semelhante incumbência foi o diplomata José Maria do Amaral, que endereçou ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, secretário do Instituto Histórico, expressiva carta, a 15 de agosto de 1840, em que se confirma:

«Por decreto de 23 de agosto passado, o Regente, em nome do imperador houve por bem remover-me, na qualidade de adido da Legação Imperial de Washington, para as de Lisboa e Madrid; e o despacho que acompanha êsse decreto anuncia-me que o fim principal de tal remoção é encarregar-me de coligir documentos que possam interessar a História do Brasil, na conformidade das instruções que me enviar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deverei corresponder-me diretamente».

Assim é que a Diplomacia brasileira destinou um dos seus excelentes servidores para a missão especial de esquadrinhar arquivos, em busca de informações inéditas referentes à História Pátria, conforme lhe indicasse o secretário do Instituto. E, como lhe barrasse os esforços, em Lisboa, a proibição de ordem geral, que só uma ordem apropriada poderia atenuar, não tardou solicitação ao ministro dos Negócios Estrangeiros, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, que respondeu, a 9 de dezembro de 1840:

«Acuso a recepção do officio que V. S. me dirigiu, na qualidade de secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que pede a reiteração das ordens que em 22 de agosto de 1839 se expediram por esta Repartição do Império em Lisboa, para obter do Governo Português a autorização necessária, a fim de que o adido àquella Legação possa copiar dos Arquivos e Cartórios públicos os documentos que interessem à nossa História. Em resposta ao dito officio, tenho de significar a V. S. que não só expedi as ditas ordens, mas pedi também a intervenção do enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de S. M. Fidelissima nesta Côrte, e que estou persuadido se não

negará uma tal permissão por ventura útil a ambos os países que existem em perfeita harmonia, e por séculos partilharam a mesma sorte».

A correspondência trocada atalhava qualquer dúvida. As providências eram tomadas pelo ministro dos Negócios Estrangeiros, mas para atender a solicitações incessantes do Instituto Histórico em fase intensa de organização do seu Arquivo.

Depois do Amaral, ou simultâneamente operaria Francisco Adolpho de Varnhagen que esquadrinhou os arquivos lusitanos, e por isso poderia declarar:

«Concluirei assegurando a V. S. que é quase exclusivamente à Geografia e à História do nosso país, que o Instituto tanto tem já fomentado, que se dedicam tôdas as minhas horas vagas».

Por bem lhe aquilatar a valia das investigações, o Ministro Plenipotenciário Antônio de Meneses Vasconcelos Drumond apon-
tou-lhe o nome ao ministro dos Negócios Estrangeiros, em carta de 14 de dezembro de 1939 (divulgada por Rodolpho Garcia), para ser aproveitado no serviço diplomático.

«Nós ganharíamos com isso, supondo eu mórmente se êle fôsse empregado com o título de adido a esta Legação, com o «encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil...».

Quanto a Amaral, «encarregado de uma missão de que não pode dar satisfação senão com o andar do tempo», preferia vê-lo transferido para outras ocupações. «Não falta em que aproveitar o talento de Amaral nesta Legação aonde muito desejo tê-lo e nas indagações históricas na Espanha e na França».

«Mais tarde, receberam análogas incumbências Antônio Gonçalves Dias e João Francisco Lisboa que atuaram nos arquivos lusitanos, ao passo que Joaquim Caetano da Silva também colheria cópias na Holanda. Eram todos sócios do Instituto Histórico, e para sua nomeação naturalmente concorreria a escôlha do imperador. Especialmente o último que leu, em sessão, capítulos da Memória sôbre os «Limites do Brasil com a Guiana Francesa, segundo o sentido exato do Tratado de Utrecht».

Ouviu-lhe D. Pedro II a sábia dissertação, e, compreendendo que devia auxiliá-lo nas pesquisas, incluiu-o na organização do Corpo Diplomático, como encarregado de Negócios nos Países-Baixos, por nomeação de 14 de novembro. Não tardou em atravessar o Atlântico, mas, de passagem por Lisboa, não se apressou em continuar a viagem. Em pouco, auxiliado por Alexandre Her-
culano, ufanou-se de obter cópia da «Carta de Doação da Capi-

tania do Cabo do Norte e Bento Manuel Parente» — título demonstrativo de nosso direito primordial ao Oiapoque.

Em meio de mais fecundas fontes, a que poderia recorrer, apurou a sua memória, premiada pelo Instituto, e não titubeou em comparecer à sessão de 19 de fevereiro de 58 da Sociedade de Geografia de Paris, para ler alguns capítulos da sua monografia, que precedeu de necessária explicação: *je suis assez heureux, Monsieur, pour vous apporter à la fois, et la demonstration du bon droit du Brésil, et l'explication de l'insistance croissant de la France à lui contester ce bon droit*».

Achava-se na douda instituição a que os maiores geógrafos contemporâneos se honravam de pertencer. E, sem temer contradição alguma, continuou a leitura, em francês correto, pelos meses seguintes, até 2 de junho. Silenciou em seguida, e, quando reapareceu em 61, já tinha em mãos dois volumes de *Oyapoc et l'Amazone*, com que maravilhou os sabedores. Bastava esta contribuição, que Rio Branco ajuntou às suas memórias, na defesa dos direitos do Brasil ao Amapá no litígio com a França, para justificar a escolha feita pelo imperador. Aliás, Joaquim Caetano obteve inúmeras cópias de documentos relativos ao Brasil, recolhidos ao Arquivo do Instituto.

O próprio imperador, além de lhe doar as cópias conseguidas pelos diplomatas especialmente incumbidos de promovê-las, ainda pessoalmente, em suas peregrinações pela Europa, não cessou de recomendar e acoroçoar «pesquisas de manuscritos e aquisições de obras que viessem enriquecer nosso arquivo», conforme declarou, em sessão de 15 de dezembro de 1887, o Visconde de Bom Retiro, que o acompanhou.

Mais modernamente, Jerônimo de Avelar Figueira de Mello, diplomata brasileiro, obteve do arquivo do Ministério dos Estrangeiros de Viena cópias de correspondência do Barão Wenzel de Marechal, agente diplomático da Áustria no Brasil, de 1821 a 1831, oferecida ao Instituto, que a estampou em sua Revista.

Assim é que a Diplomacia brasileira vem contribuindo para o aumento em quantidade e qualidade, do nosso patrimônio documental, mediante originais, ou cópias extraídas nos arquivos europeus por funcionários para tal fim designados, ou pelos que se valem das prerrogativas dos seus cargos para fins culturais.

Releva notar que o Barão do Rio Branco, responsável pelas diretrizes do Itamaraty, ao aceitar a Presidência do Instituto Histórico, diligenciou ativar, por doutos colaboradores, os trabalhos de pesquisas dos arquivos lusitanos e espanhóis, trabalhos êsses que por infelicidade do Brasil, o seu desaparecimento interrompeu, antes que pudessem produzir os resultados previstos, semelhantes

aos que colheram os diplomatas encarregados das missões históricas, notadamente em Portugal, Espanha e Holanda.

Resolve:

Incumbir a um membro da Missão Diplomática em Lisboa e outro em Madrid, a serem designados oportunamente.

I — De fazer, respectivamente, nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha, um índice geral da documentação referente ao Brasil, que nêles se encontrar, o qual será enviado à Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil, criada neste Ministério pela Portaria de 13 de abril de 1943, a fim de que esta verifique não só os que devem ser copiados, como a ordem de precedência, seguindo instruções que, para orientar essas pesquisas, serão baixadas pelo Ministro de Estado e de cuja elaboração fica encarregada a mesma Comissão;

II — De proceder a cópia dos documentos indicados, seja escrita, fotografada ou microfilmada, conforme as condições e possibilidades;

III — De remeter o material copiado à Comissão, que, depois de considerá-lo devidamente, proporá ao Ministro de Estado o destino que ao mesmo deva ser dado e a parte que o Itamaraty deverá conservar em seus arquivos ou tomar a iniciativa de publicar, tudo na conformidade com as instruções acima referidas;

IV — De fazer as pesquisas indicadas pela Comissão de Estudo dos Textos de História do Brasil».

O ITAMARATY E A HISTÓRIA DO BRASIL

Iniciativa que retoma, oportuna e proveitosamente, a tradição do Império

A permanência do Embaixador José Carlos de Macedo Soares, no Itamaraty, à frente dos negócios exteriores do país, assegura à diplomacia brasileira e à direção daquele importante setor da vida nacional uma continuidade que tranquiliza e conforta nesta hora de transformações e inovações.

O Ministério das Relações Exteriores, pela compreensão dos altos valores que por êle passaram, constitui, no conjunto dos órgãos políticos e administrativos do país, uma organização à parte, porque ali se preserva o espírito da casa, garantia de defesa das tradições vindas dos primórdios da vida independente do país, mantidas e vivificadas pela preocupação dos seus dirigentes e colaboradores em zelar pelo prestígio do Brasil no concerto dos povos civilizados. Esse prestígio se construiu e se solidificou através da unidade de ação inspirada por preceitos morais e jurídicos que não fogem nunca à linha dos exemplos e lições do passado.

Por isso mesmo, o Itamaraty é uma instituição em que a história pátria tem um culto desvelado e constante, na preocupação sempre afirmada de interpretar-se os acontecimentos e episódios que a constroem em base de documentação autêntica e de comprovantes que lhes dêem características certas e justas.

O Embaixador José Carlos de Macedo Soares, culto e proecto pesquisador da história pátria, é autor consagrado de estudos inéditos e valiosos de problemas nacionais, como entre muitos outros os que dedicou à fixação dos limites territoriais, com a marcação definitiva das nossas fronteiras, a qual constitui uma glória da diplomacia brasileira. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fazendo do eminente historiador e homem público seu Presidente Perpétuo, deu-lhe a mesma consagração que teve o Barão do Rio Branco, para maior prestígio da instituição que Pedro II cercava do maior carinho, tudo fazendo para que, com seu apoio e presença pessoal, trabalhos ali elaborados resultassem em benefício da história nacional.

Volvendo ao Itamaraty, numa segunda investidura na pasta das Relações Exteriores, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, entre outras iniciativas do seu dinamismo construtivo e da sua competência em assuntos internacionais, resolveu designar funcionários especializados para procederem, como auxiliares das respectivas missões diplomáticas, a pesquisas nos arquivos de Portugal e da Espanha, destinadas a organizar-se um índice geral da documentação referente ao Brasil nêles existente. Esse índice virá ter às mãos da Comissão de Estudos dos Textos da História Pátria, funcionando no Ministério, a fim de que resolvam os seus membros quais os que devam ser copiados e divulgados.

Com essa proveitosa e louvável iniciativa do ilustre Chanceler brasileiro, retoma o Itamaraty a tradição do Império, da qual foi Pedro II o grande incentivador, tendo dela resultado a vinda para os arquivos nacionais e do Instituto Histórico de um número precioso de documentos que serviram de base a estudos inéditos e a revelações preciosas sobre assuntos brasileiros. O primeiro dos diplomatas incumbidos dessa missão foi José Maria do Amaral, em 1840, substituindo-o logo a seguir a grande figura de Varnhagen, a cujas pesquisas deve a História do Brasil subsídios que abriram clareiras novas à interpretação dos fatos relativos à formação da nacionalidade.

Também Gonçalves Dias, o grande poeta e João Francisco Lisboa e Joaquim Caetano da Silva tiveram do Imperador a incumbência de proceder a exames de documentos nos arquivos portugueses e espanhóis, dos quais recebeu o Instituto Histórico cópias que mais tarde haviam de servir a Rio Branco, para a glória das suas vitórias diplomáticas na solução dos problemas de limites do Brasil com os países sul-americanos.

Na República, não se interrompeu o exemplo da busca de documentos nos arquivos europeus, devida principalmente a iniciativas particulares de historiadores e diplomatas brasileiros, mas faltavam a êsse útil empreendimento a sistematização e o apoio oficial. É o que vai agora verificar-se, com a decisão do Chanceler José Carlos de Macedo Soares, ampla e eloqüentemente justificada na portaria expedida, constituindo essa iniciativa mais um grande e oportuno serviço que soma aos muitos que o Itamaraty deve à ação patriótica e inteligente do eminente brasileiro que o dirige.

A SOMBRA DE SADIAS TRADIÇÕES

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Depois de firmar acordos e convênios com vários países, entre os quais sobrelevam os ajustados com os Estados Unidos, de objetivos econômicos, e com o Paraguai, nos quais os propósitos de boa vizinhança e inter-comunicação sobrepujam os interesses materiais, que, todavia, tiveram o merecido realce, o Ministro J. C. de Macedo Soares voltou-se aos assuntos de suas preferências pessoais há muito solicitadas pelas pesquisas históricas. Não é segredo para os que se dedicam a tais assuntos, que, antes de assumir a chefia da diplomacia brasileira, começara o Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a elaboração de grandiosa obra, cujos traços amplos se evidenciaram no capítulo auxiliar — *Fontes da História da Igreja Católica no Brasil*.

Indicativo das diretrizes e dos mananciais informativos a que recorreu, para se enfronhar meticulosamente no emaranhado de fatos, que tiveram a sua fase de influência, a contribuição erudita, só por si, já atesta a penetração investigadora do autor, a cuja curiosidade se franquearam os arquivos do país e do estrangeiro. Ninguém poderá, em verdade, explanar tese a respeito, antes de consultar o livro precioso das *Fontes*, que se tornou indispensável a quem pretenda conhecer a História religiosa no Brasil.

Se contribuições análogas se aplicassem a outros assuntos, o trabalho dos estudiosos tornar-se-ia mais fácil e produtivo, por lhes evitar perda de tempo. Naturalmente, exigiriam obreiros idôneos e dedicados à magna missão de preparar as bases para mais profundas pesquisas, próprias ou alheias.

Enquanto não aparecem, decididos a empreender a coordenação dos elementos dispersos, com o critério de historiador, a opulenta documentação, que se conserva nos arquivos europeus, atrai a atenção dos investigadores do passado brasileiro.

Especialmente em Portugal e Espanha, a que estiveram ligados os destinos do Brasil, durante o período colonial.

Lá se acham os papéis definidores de episódios memoráveis, que ainda aguardam a análise definitiva.

Os doutos sabem perfeitamente que abundantes mananciais de documentos inéditos ainda se conservam praticamente desconhecidos, ou pelo menos inaproveitados, em mais de um estabelecimento lusitano, ou espanhol. Ansioso de trazê-lo à mão e à vista dos pesquisadores, houve por bem o Sr. Ministro das Relações Exteriores determinar, em portaria recente, que «um membro da Missão Diplomática em Lisboa e outro em Madrid», se ocupem de tarefas especiais nos respectivos arquivos, a fim de elaborar um «Índice geral da documentação referente ao Brasil, que nêles se encontrar», e proceder «a cópia dos documentos indicados», da maneira mais aconselhável em que se inclui a microfilmagem. A homologação, pelo Sr. Presidente da República, do ato ministerial, acresceu-lhe a valia, decorrente da mais radiosa tradição nacional.

Em verdade, a iniciativa do Ministro José Carlos de Macedo Soares, embora não vise a nenhum intuito de vantagens práticas, pois que rompe de imperativos culturais, deriva de exemplos legados pelos seus antecessores, que a assistência abnegada de D. Pedro II estimulava. Antecipada a sua maioridade, começou a governar, quando o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro apenas encetava a sua promissora trajetória.

A formação intelectual do monarca, orientada por sizudos preceptores, despreocupados de exigências materiais, era a mais apropriada a receber com agrado o apêlo da nascente instituição, para lhe servir de «Protetor».

Não seria apenas um título, perfeitamente dispensável para quem possuía o maior e único existente na América do Sul, que lhe permitia usar a coroa imperial e o cetro. Compreendeu que, para lhe corresponder às obrigações havia mister de justificá-lo, por meio de atos comprobatórios de sua decisão de cooperar.

Não tardaram as primeiras manifestações do seu crescente apêgo à entidade. Deu-lhe sede, em dependência do seu próprio Paço, para mais facilmente lhe poder frequentar as sessões.

Instituiu prêmio para as melhores memórias, que explanassem temas, por êle propostos, ou por outrem.

Doou-lhe livros, que enriquecem o patrimônio bibliográfico do Instituto, onde a «Coleção Teresa Cristina» prima pela sua qualidade e esmerada apresentação, além de ser numerosa.

Dela separou-se, para depois lhe ser restituído, o precioso exemplar da primeira edição dos *Lusiadas*, que o Imperador, já impedido no Paço, onde se achava, solicitou a Ramiz Galvão lhe enviasse, para o acompanhar ao exílio.

Coube ao seu neto, Príncipe D. Pedro, cumprir-lhe a recomendação, freqüentemente repetida, de entregar ao Instituto o volume insubstituível, que J. Feliciano de Castilhos examinara cuidadosamente. Destarte, até depois de desaparecido, continuou D. Pedro II, por intermédio de seus sucessores, a beneficiar a instituição, cujo título de Protetor aceitara de boa mente. Harmonizavam-se às maravilhas os pendores intelectuais do monarca brasileiro, sedento de saber, e o programa de trabalhos do grêmio devotado às investigações históricas e a quanto se relacionasse com os problemas culturais do país. De momento, a preocupação máxima dos fundadores concentrou-se na organização do arquivo, em que pudessem aprofundar as pesquisas que pretendiam. Interpretou-lhes as aspirações o Cônego Januário da Cunha Barbosa, ao solicitar ao Govêrno Imperial providências para que os diplomatas patrícios auxiliassem a nascente instituição, da maneira mais eficaz possível.

É de presumir que o seu apêlo não teria ressonância, se não o reforçasse o apoio decidido do Imperador, pois que importaria em modificar o trabalho rotineiro do ministério.

Expressiva, a tal respeito, a carta de José Maria do Amaral, que fazia parte da representação do Brasil em Washington, onde, por desempenhar interinamente as funções de encarregado de negócios, não pudera atender de pronto ao que lhe fôra determinado. Mas escreveu a 15 de agosto de 1840, ao Secretário Perpétuo do Instituto Histórico.

«Por decreto de 23 de agosto passado o Regente, em nome do Imperador, houve por bem remover-me, na minha qualidade de adido da Legação Imperial em Washington, para as de Lisboa e Madrid; e o despacho que acompanha êsse decreto anuncia-me que o fim principal de tal remoção é encarregar-me de coligir documentos que possam interessar à História do Brasil, na conformidade das instruções que me enviar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o qual deveria corresponder-me diretamente».

Confirmava-lhe a declaração a palavra autorizada de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Ministro dos Negócios Estrangeiros, na época, mas, também, 2.º vice-presidente do Instituto Histórico. Relembrou, em resposta a novo pedido, que «em 22 de agosto de 1839 se expediram ordens por esta Repartição ao Ministro do Império em Lisboa, para obter do Govêrno Português a autorização necessária a fim de que o adido àquela legação possa copiar dos arquivos e cartórios públicos os documentos que interessem à nossa História.

Nessa data, não tinha ainda o Instituto comemorado o primeiro ano de existência e já obtinha prova cabal da cooperação, que solicitara da diplomacia brasileira.

Os propósitos que já mantinha a tal respeito, adquiriram maior alento quando Varnhagen assegurou aos consócios: «os arquivos e bibliotecas da Europa, especialmente os de Portugal, contêm tão ricos e preciosos manúscritos sôbre o Império, que muito conviria ao Instituto tomar providências para os possuir por cópia».

Não lhe tardou a nomeação, pleiteada por Vasconcelos Drummond, que refletia a propósito, em carta de 14-12-39 a Caetano M. Lopes Gama, divulgada por R. Garcia:

«José Maria do Amaral foi encarregado de uma missão de que não pode dar satisfação senão com o andar do tempo, visto não ser coisa fácil orientar-se com brevidade em três países estrangeiros para chegar ao têrmo de fazer profícuas indagações e descobrir inéditos nos arquivos e bibliotecas, mormente em Portugal, onde as repetidas modernas revoluções e a abolição dos conventos confundiram todos os papéis públicos e deslocaram todos os depósitos e arquivos».

Mais devotado à especialidade, e capaz de colhêr resultados imediatos, estaria Varnhagen, sem desaire para o outro, que se destinaria a incumbências diferentes. «Não falta em que aproveitar o talento de Amaral nesta Legação, afirmava o ministro, aonde muito desejo tê-lo e nas indagações históricas na Espanha e na França». Destarte, o representante do Brasil em Portugal, empenhava-se em distribuir os auxiliares, consoante seus pendores, para procura eficiente de inéditos de interesse para a História do Brasil. Dentre os colegas, ninguém superou a F. A. Varnhagen, que encontrou nos arquivos lusitanos e espanhóis documentos de suma valia. Completando as buscas que empreendera por conta própria, como estudioso particular, o que inicia «de 1842 a 1846, nos arquivos portugueses, bem como a seguir, de 1846, nos arquivos espanhóis, constituiu a maior contribuição na espécie trazida à historiografia brasileira», consoante sentenciou R. Garcia. As suas atividades repartiam-se, conforme comunicou a 14 de março de 1843, ao Cônego Januário da Cunha Barbosa, para dar ciência ao Instituto do que ia obtendo de contínuo, entre a Legação, a cujas solicitações atendia pontualmente, e a Tôrre do Tombo, «onde me vai aparecendo tanta coisa, que não devo fazer mais do que copiar e andar para diante».

Por mais esforços que desenvolvesse, não lograria Varnhagen colhêr tôda a documentação lusitana, de que ainda se ocupariam diligentes investigadores, do porte de A. Gonçalves Dias.

Não por ser o poeta consagrado, dos *Primeiros Cantos*, que Alexandre Herculano exaltou, ao apontar-lhe, entre outras, «uma das mais mimosas composições literárias que tenho lido na minha vida», dos *Segundos Cantos*, e dos *Últimos Cantos*, de 1851.

Conquistara o direito a continuar as pesquisas do autor da História Geral do Brasil, transferido para outros postos, por ser também sócio do Instituto, onde elaborara mais de um parecer, além do ensaio acêrca das *Amazonas*, e do *Brasil e Oceania*. Dera conta aos parceiros da comissão a que fôra ao norte, em 1851, por incumbência do Ministro do Império, para examinar os «arquivos dos mosteiros e das repartições públicas, para coleção de documentos históricos relativos ao Maranhão».

Era, de mais a mais, professor de história no Colégio de Pedro II e oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Sobejavam-lhe credenciais para o Govêrno mandá-lo à Europa «estudar nos principais países os métodos mais seguidos e que melhor se adaptassem às nossas condições de ensino».

Sem prejuízo de sua missão principal, ao passar por Portugal, Gonçalves Dias tratou também da outra, que lhe fôra recomendada, «para examinar os arquivos de Lisboa, Pôrto, Coimbra e Évora, donde extrai apontamentos e dados importantes para a nossa História Colonial». Ser-lhe-ia difícil, porém, continuar a bem desempenhar as duas funções, e como se encontrasse com J. F. Lisboa, conterrâneo e amigo, desejoso de substituí-lo, preferiu incumbir-se apenas dos encargos de educador.

Aviso de 8 de outubro de 1856, assinalado por José Honório Rodrigues, transferiu a «João Francisco Lisboa a parte relativa ao exame dos arquivos dos diversos países e à colheita dos documentos e notícias que pudessem interessar à história do Brasil, ficando Gonçalves Dias com a parte relativa à instrução na Europa».

O autor do *Jornal de Timon*, além de publicista notável, que propagava as suas idéias em prosa escorreita, já tinha evidenciado a sua vocação de historiador, que o atraía para o Instituto, cujo quadro social também incluía outro sabedor. Era o Dr. Joaquim Caetano da Silva professor no Colégio de D. Pedro II, quando leu, perante seus consócios, a memória acêrca de *Limites do Brasil com a Guiana Francesa, segundo o sentido exato do Tratado de Utrecht*.

Ouviu-lhe o imperador a sábia dissertação, resultante de esforço particular, sem auxílio algum oficial. Compreendeu que não devia continuar o douto patricio entregue aos seus próprios e minguados recursos.

E promoveu-lhe a nomeação para Encarregado de Negócios nos Países Baixos, cujos encargos lhe proporcionariam meios de aprofundar as suas investigações onde julgasse conveniente.

De passagem por Lisboa, graças a cooperação de Alexandre Herculano, obteve cópia da «Carta de Doação da Capitania do Cabo do Norte a Bento Macial Parente», «título demonstrativo

de nosso direito primordial ao Oiapoque». Depois, não deixaria escapar oportunidade de esquadriñar os arquivos de que se aproximasse, lusitanos, franceses ou holandeses, e de aperfeiçoar a monografia, que não titubeou em levar à Sociedade de Geografia de Paris, na sessão de 19 de fevereiro de 58 e seguintes. Ainda que não tivesse conseguido abundante documentação, cujas cópias rechearam nove grossos volumes, referentes aos holandeses no Brasil, bastaria a obra *L'Oyapoc et l'Amazone*, que o Barão do Rio Branco anexou a sua defesa, na questão do Amapá, por bem lhe avaliar os altos méritos para comprovar a utilidade e eficiência da missão confiada a J. Caetano. Mercê das suas diligências e dos colegas que o precederam, nas mesmas incumbências, promovidas por D. Pedro II, o Instituto Histórico possui 95 volumes, de quatrocentas páginas em média cada um, em que se enfeixam cópias de papéis a que recorrem os estudiosos para esclarecer dúvidas históricas.

Por sua vez, o Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco, ansioso de cooperar para o melhor conhecimento do período do domínio holandês, confiou a José Higino Duarte Pereira a missão de examinar a documentação holandesa, em que se revelou provecto sucessor de J. Caetano. Desligados de compromissos especiais, Oliveira Lima e Jerônimo de A. Figueira de Melo, além de Rio Branco e J. Nabuco, em suas embaixadas para deslindarem questões de limites, cuidaram de investigar quanto pudesse haver de interesse para a história do Brasil nas capitais européias onde estacionassem, por maior ou menor prazo.

Assim é que a diplomacia brasileira vem contribuindo para o aumento, em quantidade e qualidade, do nosso patrimônio documental, mediante originais ou cópias extraídas dos arquivos europeus por funcionários para tal fim designados, ou pelos que se valem das regalias dos seus cargos para fins culturais.

A iniciativa, mais de uma vez realizada, mercê da cooperação pessoal de D. Pedro II, mantida no decurso da meia centúria do seu reinado, será doravante sistematizada, em cumprimento da portaria memorável.

Felizmente, o Corpo Diplomático brasileiro pode ufanar-se dos historiadores, que lhe ingressaram no quadro, muitos dos quais fazem parte do Instituto Histórico. E, assim, o exemplo de Varnhagen, de Gonçalves Dias, de J. Francisco Lisboa, de J. Caetano, poderá ser repetido, sem maiores dificuldades de escolha, com vantagem para a cultura nacional. É uma providência a que, certo, não faltarão aplausos de quantos se interessam pelas pesquisas históricas no Brasil.

A PESQUISA HISTÓRICA E O ITAMARATY

ANDRÉ GUIMARAES

Após a criação do Musel Histórico do Itamaraty, que em boa hora veio tornar realidade uma velha aspiração dos entendidos e estudiosos da diplomacia brasileira — a reunião metódica de documentos esparsos nos arquivos do Ministério ou objetos e manuscritos que se acham no exterior — o Ministro José Carlos de Macedo Soares, após haver contribuído para o enriquecimento do nosso patrimônio histórico, tomou uma iniciativa de grande importância nesse setor.

Por Portaria de 19 de janeiro último, o titular da pasta das Relações Exteriores, resolveu «incumbir a um membro da Missão Diplomática em Lisboa e outro em Madrid de fazer, respectivamente, nos arquivos históricos de Portugal e da Espanha, um índice geral da documentação referente ao Brasil, o qual será enviado à Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil, a fim de que esta verifique que não só os que devem ser copiados, como a ordem de precedência, segundo instrução que, para orientar essas pesquisas, serão baixadas pelo Ministro de Estado e de cuja elaboração fica encarregada a mesma Comissão».

Nunca será demais salientar a relevância de tal medida. Prática há muito interrompida, a pesquisa histórica por funcionários da carreira diplomática é iniciativa que irá, com certeza, dar um impulso as buscas que fazem no exterior para melhor documentação da história pátria. Se, fora de dúvida, é apreciável o número de diplomatas que se entregam, por conta própria, a exemplo de Oliveira Lima, Rio Branco e Joaquim Nabuco, ao descobrimento de manuscritos e alfarrábios, nas bibliotecas, arquivos, livrarias e sêbos — freqüentemente valiosíssimas fontes de investigações — mister se faz que o governo patrocine com sua autoridade iniciativas dêsse teor, de grande proveito para melhor elucidação da nossa historiografia. Serão cabais os benefícios auferidos de tão acertada política.

Assumiu o Itamaraty, com as recentes medidas do chanceler, a posição de primeira linha que, desde muito, lhe cabia. Voltou-se

a tradição auspiciosamente inaugurada, mais de um século atrás, pelo regente Araújo Lima.

De fato, jamais a República demonstrou interêsse sequer comparável ao do império, no tocante a proteção do nosso acervo histórico. Um verdadeiro desleixo nesse terreno nos coloca em situação de vergonhosa desigualdade mesmo diante de países do continente americano. Achamo-nos, por exemplo, ultrapassados, de longe, pela Argentina. Há mais de trinta anos, fundou-se em Buenos Aires um «Instituto de Investigaciones Historicas» com o propósito de metodizar as pesquisas no território argentino e no estrangeiro. Não apresentamos nenhuma obra semelhante nem qualquer iniciativa que vise a formação científica de pesquisadores e historiadores. Nossas Faculdades de Filosofia limitam-se a preparar professores de História. Nada se tem feito para suprir sèriamente a falta de um corpo com preparo técnico para enfrentar as necessidades da investigação histórica. Sentia-se bem essa ausência de elementos que o pudessem auxiliar efetivamente, o Barão do Rio Branco, na extraordinária busca de documentos que empreendeu — a ponto de uma vez beirar a ruína — para a elaboração de suas Memórias. A situação permanece idêntica até os dias de hoje. Fato mais lastimável quanto é sabido que o Império foi, concomitantemente com os Estados Unidos, o iniciador, nas Américas, dessas investigações. Interrompemos qualquer esforço nesse campo de estudos, enquanto que os Estados Unidos, com organizações de caráter particular, tais como a Fundação Rockefeller, empreenderam colossais trabalhos. A preocupação das instituições americanas dêsse gênero, em reunir completo cabedal de tudo que se refira às relações do resto do mundo com o nosso continente, é de tal ordem que se patrocinou a ida do Professor Charles Boxer a Goa para estudar os documentos que dissessem respeito às relações entre Portugal e o Brasil.

Ao Império e, muito especialmente ao Imperador devemos os grandes esforços despendidos para dotar os nossos arquivos e bibliotecas de uma documentação capaz de firmar em bases sólidas as fontes da nossa vida política e social. Foi, em verdade, Pedro II, desde os tempos da Regência, um estudioso e afeiçoado da História. Jovem príncipe ainda, aceitou o título de «Protetor» do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual emprestou uma das salas do seu palácio. Honrou e prestigiou o Instituto comparecendo a mais de quinhentas sessões, a quase tôdas presidindo. Sempre que regressava de suas longas viagens trazia obras e documentos com que aumentava o patrimônio do Instituto.

«Por sua influência», assevera o Ministro José Carlos de Macedo Soares, «o Ministério dos Negócios Exteriores, comissionou vários de seus funcionários para empreenderem a busca de cópias de manuscritos relacionados com a História do Brasil». Valioso foi o amparo do Imperador à iniciativa do Instituto, de pleitear a indicação de um diplomata para pesquisar manuscritos nos arquivos europeus, de acôrdo com as instruções que lhe enviaria o mesmo Instituto. O seu Presidente, Januário da Cunha Barbosa, no discurso do primeiro aniversário, agradeceu ao Monarca a sua intervenção no tocante a remoção, em 1839, do Diplomata José Maria do Amaral, primeiro pesquisador público brasileiro, da Legação de Washington para as de Madrid e Lisboa. Foi custoso obter permissão oficial do Govêrno português para levar adiante a sua missão. Tornaram-se necessárias diversas diligências do então Ministro dos Negócios Estrangeiros para que êle conseguisse lograr seus intentos. Apesar de excelente servidor, «José Maria do Amaral», declara José Honório Rodrigues em sua obra *A Pesquisa Histórica no Brasil*, não estava preparado para essas tarefas, ao contrário de Varnhagen que o irá substituir». Êle mesmo expõe, em carta ao Presidente do Instituto, datada de Lisboa, em 1840, que «se os bons desejos, se o entusiasmo, o amor-próprio lisonjeado, podem substituir as qualidades que o Instituto vê em mim para o bom êxito da sua empresa, devo ter alguma esperança no resultado desta minha comissão».

É com Francisco Adolfo de Varnhagen, Barão e depois Visconde de Pôrto Seguro, que são colhidos os primeiros resultados apreciáveis das pesquisas no exterior. Sabedor de sua grande capacidade para investigações, Antônio de Meneses Vasconcelos Drumond, Ministro Plenipotenciário em Portugal, sugeriu-lhe o nome ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para que fôsse adido à Legação em Lisboa «com o encargo especial de coligir documentos e diplomas para a História do Brasil». Em 1842, foi nomeado adido de primeira classe em Lisboa.

Tem início então uma prodigiosa atividade que irá adotar os arquivos nacionais de um cabedal sômente comparável ao reunido mais tarde, em condições superiormente vantajosas, pelo Barão do Rio Branco.

O descobridor de «um exemplar do monumento mais antigo da Literatura nacional, de que havia notícia, o poema em oitavas rimadas do pernambucano Bento Teixeira Pinto, intitulado *Prosopopéia* e do Diálogo das Grandezas do Brasil, podia, nos últimos anos de sua vida, após incansáveis pesquisas «num entusiástico amor pela verdade», preocupação máxima nas suas investigações, afirmar que, graças, em grande parte, às suas correções a obra de Southey, a História pátria assumira feições

que até então conservava. Com a sua *História Geral do Brasil* ficou definitivamente ultrapassada a época em que a História pátria, no dizer de José Honório Rodrigues, «prescindia dos documentos, abeirada como se achava às velhas crônicas, sem dúvida utilíssimas, mas insuficientes, como fontes únicas, para a interpretação definitiva dos fatos narrados, para lhes dar a significação precisa, as circunstâncias que os determinaram e a finalidade que cumpriram».

Bem penosa foi a sua tarefa, como o havia sido a de José Maria do Amaral. «As repetidas revoluções e a abolição dos conventos, conta Vasconcelos Drumond, «confundiram todos os papéis públicos e deslocaram todos os papéis e arquivos a ponto de ser o Governo de Portugal obrigado a mendigar cópia de tratados e outros diplomas que não se acham na Secretaria do Estado nem na Torre do Tombo».

Dedicou-se a «averiguações relativas às épocas mais remotas» mas sem se descuidar «de diligenciar e obter cópias» do que pudesse apresentar interesse mais imediato. Foram inúmeros os documentos que descobriu em Simancas, referentes às fronteiras das antigas colônias de Espanha na América do Sul. Interessou-se, sobretudo, no descobrimento de monografia a respeito dos Tratados de 1750 e 1777 e de tudo que dissesse respeito à Colônia do Sacramento.

Percorreu Portugal, Espanha, França, Itália, Holanda, Alemanha, Suécia, Noruega e Rússia, num constante esforço em elucidar a verdade dos acontecimentos, e tornou-se o maior entendido em assuntos brasileiros em seu tempo.

Antônio Gonçalves, apesar de consagrado anteriormente a trabalhos de pesquisa, não se desincumbiu satisfatoriamente de sua missão. Repetidas vezes lhe recomendou o Ministro dos Negócios Estrangeiros que não deixasse de «mandar as informações nas épocas prescritas em suas instruções». Gonçalves Dias permanecia indiferente aos apelos e não apresentava os relatórios exigidos.

João Francisco Lisboa, que lhe sucedeu, teve atuação mais eficaz e contribuiu com valiosos documentos para os arquivos do Instituto Histórico e Geográfico.

Contudo, após Varnhagen, as pesquisas na Europa só vieram a receber um impulso de maior vigor com a nomeação de Joaquim Caetano da Silva para Encarregado de Negócios nos Países Baixos. Chamou a atenção do Imperador a sua Memória sobre os *Limites do Brasil com a Guiana Francesa, segundo o sentido exato do Tratado de Utrecht*, tendo-o prestigiado o Monarca no desempenho de sua missão. O acerto da escolha logo se fez notar. Em 1861, após exaustivo labor, compôs os dois volumes

de *L'Oyapoc et l'Amazonie* com o que impressionou os membros da Sociedade de Geografia de Paris, onde leu a sua Memória. Imensa ajuda iria prestar mais tarde essa obra na defesa dos direitos do Brasil ao Amapá.

Depois de Joaquim Caetano da Silva temos de assinalar a missão de Ramiz Galvão. O grande Diretor da Biblioteca Nacional organizou o mais completo instrumento bibliográfico brasileiro o *Catálogo da Exposição da História do Brasil*. Para esse fim, visitou as bibliotecas de Berlim, Zurique, Florença, Milão, Roma, Paris, Lisboa e o Museu Britânico.

Missão de menores resultados e de pouca significação foi a de Medeiros e Albuquerque. Quase nada conseguiu apurar nos arquivos na Torre de Tombo.

É com Higino Duarte Pereira que se vai dar novo alento às investigações no exterior. Desta vez foi para a Holanda que se voltaram os nossos esforços. Trata-se de contribuição tão importante que só a Varnhagen e Joaquim Caetano se poderia conceder primazia nesse setor. Infelizmente, sua tarefa se interrompeu quando se lhe suspenderam os vencimentos.

Com o advento da República apresentam-se bem esparsas as providências nesse domínio. Em compensação, as investigações de caráter particular assumem importância nunca até então atingida. Vultos como Oliveira Lima, Rio Branco e Joaquim Nabuco tiveram valiosíssima participação, principalmente os dois primeiros, o mais das vezes por iniciativa própria, na valorização e no enriquecimento das nossas fontes históricas.

É de lastimar que, a par dos empreendimentos de natureza privada, outros órgãos não tenham trazido o seu concurso à tarefa de valorizar nossa incompleta documentação.

Esperemos que a oportuna decisão do chanceler encontre eco nos demais setores onde tanto há de fazer em prol de uma metodização racional das investigações. Urge, com efeito, que as pesquisas se beneficiem de um amparo técnico tão indispensável a fim de que os resultados auferidos sejam mais compensadores.

UM DOS APAIXONADOS DE PETRÓPOLIS: O CONDE DE AFONSO CELSO (*)

CONFERÊNCIA DE MARIA EUGÊNIA CELSO

(Comemorativa do aniversário do Imperial Decreto de 16 de março de 1848, e realizada em 7 de abril de 1956).

Ao aceitar o convite do Instituto Histórico de Petrópolis para a conferência de hoje, realizada em comemoração da assinatura do Decreto Imperial de 16 de março de 1843, fui logo tomada de singular emoção. Não só pelo tema em si que de tão perto me toca, mas ainda pelo local em que a deveria pronunciar. Tenho mesmo neste momento a impressão de haver sido conduzida a êste recinto pela mão de uma menina. Como no romance de Frei Pedro Sinzig, também um dos grandes apaixonados de Petrópolis, romance que tem precisamente êste título, foi uma menina que me veio trazendo até esta sala. Uma menina andando com dificuldade nos

(*) A figura de Afonso Celso está sempre presente na lembrança de todos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para que continue no grande sodalício que representa a época em que se traça o perfil fidalgo de quem foi moço da grande última fase do Império. O dia em que se lhe escrever a biografia, a sua grande atitude expressiva há de aparecer com tôdas as finuras de uma brilhante vida em certo tempo toldada da melancolia em que êle conheceu o ostracismo. Vivaz a fim de compor desde o romance *Lupe* até chegar à fase mística em que quase que no fim da vida, traduziu a Imitação de Cristo, posta em versos por Corneille.

Um documento então servirá de muito para fazer que volte à luz essa existência e é pois a conferência de D. Maria Eugênia Celso recitada no Instituto Histórico de Petrópolis e a respeito de um enamorado dessa cidade na afastada quietude das alturas das montanhas.

Ali decorreu a fase da vida de Afonso Celso em que tudo converge para uma expressão sentimental como que envolta na névoa em que a saudade discreta de um passado que se apaga longe, salvando-se nas recordações que todos reconhecem e calam tristes. Era então um tempo em que sente-se o abandono em que há solidão e é a fase longa a se reproduzir na vida de Joaquim Nabuco ou de Afonso de Taunay, ambos em certo momento com um destino tão incerto como o de Afonso Celso. Mas eis o que seja um período da história literária brasileira, em que três grandes vultos se destacam, como

seus aparelhos ortopédicos, mas assim mesmo risonha, com uns olhos vivos e brejeiros e um modo resoluto. Uma menina que muito e muito conheci e mal reconheço agora, a menina que eu fui, o número 6 do Colégio de Sion, quando o Colégio de Sion funcionava aqui no Palácio Imperial. E' este número 6, levado da breca, ressuscitado pela magia do ambiente onde viveu outrora a sua vida de colegial, que me trouxe até a vós e me empurrou para esta mesa: — «Anda, minha velha. Só te posso fazer companhia até aqui. Lembra-te que, antigamente, eu sempre te fiz tirar o primeiro lugar em composição. Vamos a ver como te vais sair...» Desculpe-lhe comigo a impertinência, pois era uma criança. E vamos a ver, minhas senhoras e senhores...

Desde a sua fundação Petrópolis contou sempre um sem número de apaixonados. A principiar pelo Imperador Dom Pedro I que, encantado pela beleza do sitio, comprou a Fazenda do Córrego Seco e nela encetou a moda dos veraneios na serra; desde o seu fundador o Major Koeler e Paulo Barbosa seu animador, até os obscuros devotos dos *week-ends* de hoje em dia. De todos êsses apaixonados, porém, o que mais se salientou não só pelo relêvo social da sua altíssima posição como pela perseverança e o carinho de sua preferência, foi Sua Majestade o Imperador Dom Pedro II, que aqui passava longos meses de seu ano e era o transeunte mais assíduo de suas ruas, então sem asfalto, mas em pleno apogeu de seu «charme» agreste e aprasível. Tão passeador era Sua Majestade que lhe deram o nome à rua principal da cidade, a Rua do Imperador que já era Rua 15 de Novembro quando para aqui se mudou, lá por voltas de 1892, o Dr. Afonso Celso Junior, mas que

figuras que pareceram sucumbidas, porém dominantes em vista do que traziam na alma, Joaquim Nabuco, no livro que escreveu — *Um Estadista do Império*; Taunay, em *O Império e a República*. A conferência de D. Maria Eugênia Celso a respeito de *Um Enamorado de Petrópolis* há de acompanhar aquelas páginas famosas das letras brasileiras, para dizer da figura de Afonso Celso ao lado da de Nabuco e Taunay. Nada, de hoje em diante, se há de dizer de Afonso Celso sem que se tenham os olhos postos no lugar em que ficaram as recordações pelo antigo regime e pelo sitio de reminiscências, e cenário a que se aconchegou o que houvera de brilhante, de intelectual na sociedade de antanho, então ida e vivida.

A conferência de D. Maria Eugênia Celso há de se incorporar à *Revista* do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro uma vez que pertenceram a êle, destacando-se tanto os três grande vultos assinalados para se formar um só lastro de idéias que foram vindo com Nabuco, Taunay e Afonso Celso.

Na casa de historiadores em que Afonso Celso viveu fazendo-a brilhar já nos tempos da República para acabar os dias, como o seu presidente perpétuo, o escrito da sua ilustre filha é o que há de mais tocante, mais expressivo e moldado na conduta que é toda sentimento daquele mestre no viver.

FEIJÓ BITTENCOURT.

tôda gente chamava ainda de Rua do Imperador. Permitti que, num rápido bosquejo, eu vos evoque esta rua, que naturalmente nenhum de nós conheceu no tempo do Império, mas que, anos depois, concentrava sempre todo o movimento, o comércio a vida da cidade, a Rua do Imperador do tempo do Conde de Afonso Celso que eu retratei no meu livro *O Solar Perdido*:

A RUA DO IMPERADOR

— «Traga a lâ igualzinha à da amostra, está ouvindo?
Dois novelos de lâ Bom Pastor
Na Mademoiselle Brow, naturalmente.
E diga à Brown que eu quero branco bem branquinho.
Ela sabe como é. Da outra vez você trouxe.
Pode passar também na Barragat
Trazer salchicha fresca e manteiga salgada.

— «E o queijoinho, mamãe?...

Mande vir um queijoinho!

— Pois venha o queijo. — E a cuca? — Eu não sei se haverá
Pão doce, então? — Veja se encontra no caminho
A mulher do pão doce.

— E' protestante, mamãe. — O que é que tem?

Pão doce não é doutrina e ela o faz tão, tão bem,
Se se Deus o provasse, perdoaria à coitada».
Mas onde é que afinal
Se acha assim tanta coisa deliciosa?...
Na Rua do Imperador.

— «Aliás é preciso aproveitar o portador.

Se avistar o pequeno das framboesas,
Mande-o cá

E, no Seu Leite, dois metros de percale côr de rosa

Não se esqueça:

Casa Leite, na Rua do Imperador, diante da ponte
Que fica bem defronte
Da descida da Condessa».
Tudo que se queria e se sonhava
Na Rua do Imperador logo se achava
Desde a jóia ao sabão,
Do vestido de baile ao avental.
Desde os sapatos do Schettini espalhados no chão
Que eu considerava umas belezas,
Até as delicias da Madame Henri,

Uns chocolates franceses, em caixinhas
Tendo na tampa coloridas figurinhas
A coisa mais bonita que eu já vi!
A Rua do Imperador era completa
Tinha tudo que se podia desejar
De mais barato e de mais lindo
Chamava-se Rua Quinze, porém era chamada
Por tôda gente ainda: Rua do Imperador
Era a mais importante da cidade,
A mais movimentada,
A mais comprida, a mais comercial,
No Carnaval, a rua mãe do entrudo,
A rua principal.
Ao longo dos rios, vindos um do Morin, outro da Terra Santa,
Que se juntam na Bacia
Para formar mais longe o Piabanha,
Lá ia como um duplo corredor,
Longa e reta,
E assim cheia de coisas prestigiosas
Parecia tamanha
Que só de carro mesmo é que a gente podia
Do princípio até o fim a percorrer,
De carro, ou de tilburi. O tilburi de Seu Bento
Um tilbureiro gordo e jovial
Com um cavalo tão magro e tão desconsolado,
Que o direito devia ser
Ir de carro o cavalo
E Seu Bento puxá-lo.
Havia também o carro de Caetano, o Camarão,
Como o haviam apelidado
Por ser quase escarlate de corado,
Caetano Salleri, que só por ironia
Célere podia se chamar pois, na realidade,
Era talvez o mais lento.
Dos carros todos do lugar.
Na Rua do Imperador às vezes se animava
E trotava
Passando sôbre as pontes de madeira
Com um som cavo e ralado,
A maneira
De um vago trovejar. Quando vinha o verão
E nos jardins se abriam as brisas vaporosas,
As paineiras em flôr
Atiravam no rio uma rosada manta
De fôlhas de coral.

A Rua do Imperador transbordava.
O Mariquinhas apregoava o seu sorvete. No Hotel Bragança,
Os veranistas sentados no passeio
Falavam mal da gente que passava.

E tôdas as manhãs
O Largo Dom Afonso era uma festa.
No Teatro Floresta,
(O que era reputado muito feio)
Os rapazes à noite iam dançar
Com as criadinhas alemãs.
Sôbre as pontes em arco de um vermelho estridente

As sombrinhas do estio
Ficavam vagamente japonesas e o rio
Entre hortênsias azues, ia sonhando...
Quando se estava doente, havia

A Farmácia Central
Com seus dois bocais verdes alumando
E os remédios que curavam todo mal.
Mas o grande chique do tempo, era a patinação
Que, no Palácio de Cristal, maluca
Punha a criançada, de alegria!...
Na Rua do Imperador impreterivelmente

Ficava tudo
Que era importante e era bom.
O Forum, a Gazeta, Seu Rithmeyer, relojoeiro,
O Internato Santa Isabel,
A Padaria Alemã, casa da cuca
Dos biscoitos de S e das balas de mel.
A loja dos chapéus da Douvizy

E a romaria infinda
Do parque do Colégio de Sion.

No mundo inteiro
Não havia por certo rua de graça tão singela
Nem de tão nobre resplendor

Fôra do Imperador,
Imaginem!... Por mais que fôsse Rua 15 agora

Era-o ainda.
Pelas noites de ruço quando os lampeões viravam lamparina
E o rio ia rezar baixinho a sua prece.

Furtiva e repentina

Vinha-me a sensação

Que, embora ninguém mais por êle desse,

O Imperador, saudoso dela,

Passeava sem ser visto por ali...

Creio que até hoje deve êle ainda passar por essas avenidas que tanto percorreu e de que tanto gostava. Um pouco desambientado, sem dúvida, com tanto automóvel e essa coisa atentatória que se chama arranha-céu, mas ainda assim em terreno familiar porquanto seus netos e bisnetos, continuando a tradição, aqui se fixaram, tendo vindo o Príncipe do Grão Pará, o nosso saudoso Príncipe Dom Pedro, ficar definitivamente, nela para sempre repousando agora. Seus filhos seguiram-lhe o exemplo perpetuando a moradia tradicional.

A Família Imperial aliás, constituiu sempre um núcleo de apaixonados de Petrópolis, não esquecendo que foi aqui, no Palácio Isabel, que a Princesa encetou a sua missão de Redentora, promovendo festas e angariando donativos para resgate de escravos.

Quando, deixando a sua casa da Rua 8 de Dezembro, no Rio, o Conde de Afonso Celso, que ainda não era conde, e deixando-a por motivo de exigência médica impondo-lhe a mudança para os ares da montanha que o curariam, como de fato curaram, da febre palustre de que sofria, a República mal completara cinco anos. A Estrada União Indústria, no entanto, já fôra abandonada e cessara o tráfego tão pitoresco das diligências, eliminados ao impulso irresistível do progresso. A Leopoldina já tomara conta da Serra. O acesso a Petrópolis efetuava-se de barca até o pequeno pôrto de Mauá no fundo da bahia e, depois, de trem na parte da baixada e da subida da serra ou pelo trem de São Francisco Xavier, sito à rua do mesmo nome e que se chamava trem do Norte. Todos naturalmente preferiam a barca. Era mesmo o transporte elegante da época e todo o alto mundo por êle trafejava. Travessia realmente deliciosa. Uma viagem de rara beleza panorâmica pela vastidão deslumbradora da Guanabara, viagem onde todos se encontravam, se viam, se falavam e conversavam no mais agradável dos convívios. Durante uma hora o vento do mar refrescava o viajante dos calores senegalescos da capital. Em Mauá havia um comércio ambulante de cestinhas de frutas: cambucás, amoras, abios, pitangas, cajus, limões doces, sapotis, limas; maracujás vendidas a preço ínfimo. Frutas de que ninguém mais ouve falar hoje em dia. O Alto da Serra era pois como o é hoje a Quitandinha, a entrada de Petrópolis. Já não existia mais, no entanto, o «Bois», o que queria dizer a espera do trem das 6 da

tarde, ainda não se falava em dezoito horas, o trem dos maridos, na estação do Alto da Serra. Um verdadeiro «rendez-vous» de elegância, ao que consta, no tempo da monarquia, com carros abertos, — alguns de grande-luxo, cavalos de raça e cocheiros de libré — vestidos claros, chapéus floridos, sombrinhas roçagantes. Tôda a «elite» palaciana num desfile consagrado pela moda.

Já não apanhou mais êstes vetustos costumes monárquicos, ao mudar-se para aqui o Dr. Afonso Celso. Volvera êle do banimento da França, mal faziam dois ou três anos. Já não era mais deputado federal, nem filho do Presidente do Conselho, no Rio que também já não era mais a Côrte. Simples particular, sem fortuna e sem emprêgo, vinha atravessando uma fase difícil para o sustento da família. A República ainda nova e insegura ainda, como era natural, boicotava sistemáticamente os monarquistas não adesistas. Eram poucos êsses oposicionistas, mas eram firmes. Fixou-se Afonso Celso no recanto ainda muito rústico do Alto da Serra, numa casa da Rua Tereza, então Vila Tereza junto a uma pequena fábrica de linha onde talvez se prenunciasse o futuro industrial da Petrópolis de hoje. Era uma casa de emergência que êle assobradou e mais tarde comprou, dando-lhe o nome de Vila Petiote, o apelido de sua segunda filha Maria Elisa, nascida no exílio em Paris e que quer dizer «pequetiba» em francês. Tempos passados, transferiu-se a Vila Petiote para a casa fronteira, comprada ao Barão de Javari e onde existia uma fonte famosa pela abundância e pureza de sua água. Não quiz nunca deixar Afonso Celso o Alto da Serra, não obstante ser considerado na cidade bairro suburbano e um pouco roça. Era-o de fato ainda quando lá se instalou, aconchegado na verdura de seu vale, sem luz elétrica, suas noites escuríssimas, iluminadas só pelo pisca-pisca intermitente de vagalumes e o coaxar dos sapos e o chio dos grilos quebrando o silêncio profundo da sua solidão.

A paixão de Afonso Celso por Petrópolis começou desde aí. Amou logo aquêlê silêncio apaziguador, aquêlê frescor tonificante, no seio daquela agreste e repousante natureza. Até do ruço se enamorou. Transportara para o Alto a sua grande biblioteca e ali se entregou à intensa vida de labor profissional e de produção intelectual que até o fim foi a dêle.

Ali escreveu a mór parte de seus livros, ali educou seus filhos, ali pela projeção da sua personalidade em breve entrou a exercer influência ativa na vida petropolitana.

A cidade das hortênsias, como a chamou Dona Julia Lopes de Almeida era-o ainda naquela época. A sua florida graça montanheza e o seu encanto poético, no entanto, iam a pouco e pouco evoluindo.

O sucesso dos seus verões, que duravam de novembro a abril levando vantagem grande sobre Teresópolis e Friburgo, se acrescia da fama de insalubridade que desfrutava o Rio de Janeiro. Não começara ainda Osvaldo Cruz, outro apaixonado de Petrópolis, a sua gloriosa campanha contra a febre amarela. Todas as legações da representação estrangeira tinham sede em Petrópolis o que lhe dava à vida social intenso brilho e movimentação. A eletricidade fôra vitoriosamente inaugurada. Os meios de transporte, porém, cifravam-se ainda aos carros a cavalo, charretes e ao tilburi, condução única no gênero, dentro da qual se popularizou, mais outro fervoroso apaixonado de Petrópolis e seu servidor incondicional, o Dr. Joaquim Moreira, o médico de maior clínica e de mais relações de todo o município. A equitação, porém, andava em grande voga. Aos domingos e nas belas manhãs cheias de sol os passeios a cavalo multiplicavam-se em luzidas cavalgatas pelas alamedas e os arredores. A equitação e a bicicleta. A bicicleta era então uma ousada novidade. Fazia furor entre a mocidade e a criançada. Não se pejava de usá-la comumente para voltar mais depressa à casa, à chegada do trem das 6, foi-lhe Afonso Celso um dos seus mais eficientes precursores. Fê-la adotar pela classe dos mais maduros, dos graves pais de família, lançando-lhe assim decididamente a moda.

Seu amor por Petrópolis aliás, tornara-se um dos seus prosélitos mais entusiastas. Arrastara já para o Alto da Serra seu pai o Visconde de Ouro Preto que ali comprou casa onde durante anos veraneou e veio a falecer em 1912, seu sogro o Barão de Itaipé, seu tio o Barão de Javari, seu parente Dr. João Batista de Castro o construtor e morador daquele lindo Castelo, que, sobre o fundo verde escuro do matagal tão sobranceiramente ressaltava e enobrecia a passagem do Alto da Serra, e que não sei porque puzeram abaixo. Formavam todos juntos uma pequena colônia familiar. Petrópolis, aliás, oferecia naquela época, talvez devido à relativa proximidade da monarquia, um verdadeiro viveiro de titulares. Lembremos alguns: Conde de Paranaguá, Condessa da Estrela, Barões de Maia Monteiro e da Estrela, Barão e Baroneza de São Joaquim, uma das futuras beneméritas da Catedral de Petrópolis, Barão de Muritiba, Conde de Aljezur, Visconde de Saboia, Condessa de Mota Maia, Barão de Quartim, Barão de Oliveira Castro, Barão de Araujo Maia, Visconde de Taunay, Barão de Santa Margarida, Conde Candido Mendes de Almeida, Barão de Águas Claras, Barão de Ibirocaí, Barão de Tefé, Condessa de Figueiredo, Barão de Pedro Afonso, Barão de Mendes Tosta, Conselheiro Silva Costa, Baroneza de Souza Dantas, Baroneza do Rio Negro, Conde Paulo de Frontin, Baroneza de Ibirá Mirim, Marquesa de Paraná, e o mais em evidência de todos o

Barão de Rio Branco, figura imponente, Ministro das Relações Exteriores, cuja residência na Westfália era tida como o centro prestigioso da diplomacia continental.

Anos mais tarde, viria completar êsse remanescente «armorial» da aristocracia brasileira, a Baronesa de Bonfim de quem todos nós saudosamente evocamos a bondosa e a fidalga figura. Era natural, portanto, que a lembrança da Monarquia se conservasse ainda muito viva naquele pequeno clan de oposicionistas declarados ou latentes.

No Rio esta lembrança se concentrava, por assim dizer, em torno de Visconde de Ouro Preto, de João Alfredo, Carlos de Laet e de Afonso Celso.

A repercussão dos tristes acontecimentos de Canudos acendia em polêmicas incendiárias os jornais republicanos e as duas pequenas e corajosas fôlhas monarquistas: *A Gazeta da Tarde* e *A Liberdade*. Da *Gazeta da Tarde* era proprietário e diretor o Coronel Gentil José de Castro, morador do Alto da Serra, fervoroso de Petrópolis, monarquista militante, compadre e amicíssimo do Visconde de Ouro Preto e de Afonso Celso.

Antonio Conselheiro, no fundo de seu sertão baiano, era acusado pela imprensa de conspirar contra a República e, sustentado pelos monarquistas, de querer restaurar o império no Brasil. A coisa era absolutamente falsa e inverossímil mas por isto mesmo criou raízes na opinião. Os ânimos se exarcebaram. Alcindo Guanabara trovejava no seu jornal *República*. O Coronel Gentil de Castro foi acusado de fornecer armas e dinheiro aos fanáticos. Um clima de suspeita e violência se estabeleceu nas rodas políticas da capital. A morte de Moreira Cesar, em Canudos, fez pegar fogo ao estopim, tendo como fatal conseqüência o assalto à residência, o empastelamento da *Gazeta da Tarde*, e o assassinato do Coronel Gentil de Castro, na estação de São Francisco Xavier, quando tomava o trem para subir a Petrópolis. O atentado havia sido planejado incluindo o Visconde de Ouro Preto e o seu filho Afonso Celso, jornalista combatente e adversário irreduzível da República. Escaparam ambos milagrosamente da morte, tendo sido salvo o visconde pela coragem do filho que se antepôs, de braços abertos, diante do pai, afrontando o bando homicida: — «Matem a mim que sou moço e ainda posso combater a República e não a meu pai que é um velho!»

Atônitos e dominados, os assassinos recuaram. Conseguindo fugir, lograram apanhar o trem de Petrópolis, que passava naquele instante pela linha e ali se refugiaram nas próprias casas do Alto da Serra. Deu-lhes, entretanto, ajuda e proteção o Dr. José Tomaz da Porciuncula e o então Chefe de Polícia de Petrópolis, o

Dr. Edwiges de Queiroz, aconselhando-lhes, no entanto, como medida de prudência a se retirarem da cidade, tal a perigosa exaltação dos espíritos. Foi na Fazenda de Bem Posta, de propriedade do Coronel Augusto de Miranda Jordão que se abrigaram Afonso Celso e seu pai. Era então Presidente da República o austero varão que foi Prudente de Moraes. Por linhas indiretas mandou prevenir aos dois monarquistas ameaçados ser a exasperação popular de tal ordem que não lhes poderia garantir segurança nenhuma em Petrópolis. Da noite para o dia, tiveram de embarcar para a Europa, numa espécie de novo exílio, indo residir em Paris, onde Afonso Celso escreveu *O Assassinato do Coronel Gentil de Castro*, depoimento incisivo onde se acham consignados sem nunca ter tido até hoje contestação tôdas estas trágicas ocorrências. Um preito comovido de justiça, de amizade, e de pesar à memória do amigo imolado à fúria política do momento, o único martir da causa monarquista no Brasil.

Ao retornar de Paris, em fins de 1897, Afonso Celso se enclausurou por assim dizer na sua diletta vida petropolitana. Advogava no fôro de Petrópolis, onde eram promotor o Dr. Joaquim de Gomensoro e juiz o Sr. Artur Anes. Lente já na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, recomeçara a sua intensa colaboração jornalística. Nos momentos vagos escrevia os seus livros. Já da safra de sua primeira juventude haviam saído os versos de *Prelúdios, Poemetos, Telas Sonantes, e Devaneios. Canções* conferência feita por assim dizer às portas da adolescência *Notas e Ficções*, série de estudos psicológicos e impressões literárias, onde se encontra uma admirável descrição da Cachoeira de Paulo Afonso, então absolutamente selvagem e tão atual em nossos dias. Em 1892 publicava *Vultos e Fatos* e logo após, em 93, *O Imperador no Exílio* onde encetava com calor nunca esmorecido a defesa da causa monarquista e o enaltecimento do Imperador Pedro II, que melhor conhecera banido no estrangeiro e do qual se tornara desde aí o paladino entusiasta e fiel. Atitude que até o fim da vida conservou o seu denodo e a sua imarcessível sinceridade. Em 93 ainda, dava a público *Minha Filha*, um livro impar no gênero em nossa literatura que sacudiu de um frêmito a sensibilidade nacional. Era o grito de um coração de pai agoniado pelo sofrer de uma filha que naquelas páginas pungentes dilacerantemente se extravasava.

Seguiram-se-lhe em 1894, o romance *Um Invejado* um dos estudos mais completos feitos sobre a inveja em nossa terra e *Rimas de Outrora* onde o poeta retoma os seus direitos e onde se encontram três dos poemas mais conhecidos e recitados da sua obra poética.

Rosa que tôda gente em certo momento soube de cor:

Rosa colhia sósinha
Lindas rosas no jardim
E nas faces também tinha
Duas rosas de carmim:

Cheguei-me e disse-lhe: «Rosa
Qual destas rosas me dás
As da face primorosa
Ou estas que unindo estás?...»

Ela fitou-me sorrindo
E ainda mais enrubesceu,
Depois, ligeira fugindo,
De longe me respondeu:

— «Não dou as rosas da face
Nem as que tenho na mão,
Daria, se me estimasses,
As rosas do coração».

Além dêste pequeno cromo sentimental, o soneto — 13 de maio de 1888 — dedicado a Sua Alteza Imperial Regente, que foi distribuído pela Rua do Ouvidor no dia da Abolição e onde se encontra um curioso augúrio da próxima queda da monarquia:

«Princeza, em vossa mão de aristocrata,
Mão de criança, melindrosa e fina,
Estua a intrepidez adamantina
Que dos heróis a fábula relata.

Bendita mão! Angélica arrebatada
A infância escrava às garras da rapina
E a luminosa lei que ela hoje assina,
Raça inteira de míseros resgata

Ante iminentes, pavorosas crises
Na redentora mão dos infelizes
Não sei se o cetro ficará ou não.

Mas da História no intérimo cortejo
Das gerações o reverente beijo
Sempre tereis, Princeza, nesta mão»

e ainda o soneto *Anjo Enfermo*, êmulo do *Ouvir Estrêlas* de Olavo Bilac, de *A Vingança da Porta* de Alberto de Oliveira e de *As*

Pombas de Raimundo Correia e considerado um dos sonetos clássicos da poesia brasileira.

Perdoareis por certo, minhas senhoras e senhores, se eu não resisto à tentação de lembrá-lo: *Anjo Enfêrmo*:

«Geme no berço enferma a criancinha
Que não fala, não anda e já padece,
Penas assim cruéis porque as merece
Quem mal entrando na existência vinha?

Oh! melindroso ser, oh! filha minha,
Se os céus me ouvissem a paterna prece,
E a mim o teu sofrer passar pudesse
Gôzo me fôra a dor que te espesinha

Como te aperta a angústia o frágil peito!
E Deus que tudo vê não tá extermina?...
Deus que é bom, Deus que é pai, Deus que é perfeito.

Sim é pai, mas a crença nō-lo ensina,
Se viu morrer Jesus quando homem feito
Nunca teve uma filha pequenina!

Em 1905, um romance de quase amor *Lupe*, precursor das modernas novelas de viagem, que teve êxito enorme passando desde aí muitas meninas brasileiras a se chamarem Lupe por causa dêle. Do mesmo ano, dois volumes de política e propaganda: *Guerrilhas e Contraditas Monárquicas*, e, em 1898, o livro em que pôs o seu maior cuidado e o seu carinho maior e foi como a proclamação enlevada de sua fé: a tradução em verso da *Imitação de Cristo*, à qual, muitos e muitos anos depois, viria fazer parrelha a tradução em prosa da *Imitação* do Padre Leonel Franca. Os ares de Petrópolis, o sossêgo do Alto da Serra pareciam avivar-lhe a inspiração e a disposição para o trabalho. Já por esta época, reconhecendo-lhe os relevantes serviços prestados à Igreja Católica quer na imprensa, quer na tribuna, quer pelo exemplo de católico praticante, a 11 de junho de 1900, o Papa Pio X o nomeara conde romano e Bento XV, em 1901, tornou o título hereditário e perpétuo. Não querendo ter um título com o nome de Ouro Preto de hierarquia superior a do pai, o visconde, vivo ainda, foi com o nome de Conde de Afonso Celso, transmissível ao filho mais velho e a seu primogênito que o Santo Padre lhe reconheceu os méritos excepcionais de soldado de Cristo.

Afonso Celso, como tão bem o assinalou Pinheiro Guimarães no artigo que escreveu na revista *Patologia Médica*, por

ocasião de sua morte, usou sempre êsse título — que muitos na época receberam com zombaria e desaprovação — como a mais honrosa das condecorações com um desassombro, um orgulho, uma dignidade que o impuseram ao respeito de toda gente.

Chegara, no entanto, o momento de escrever Afonso Celso o livro máximo de sua obra: *Porque Me Ufano do Meu País*, dedicado a seus três filhos, que seriam hoje o Almirante Afonso Celso de Ouro Preto, o Embaixador Carlos Celso de Ouro Preto e João Paulo Celso de Ouro Preto, nascido e morto em Petrópolis, aos quatro anos de idade. Aparecido em 1900, conheceu logo sucesso considerável. Rompendo corajosamente contra o tendência nacional que era e é até hoje deprimir e menosprezar tudo que é brasileiro, com o lirismo de sua alma de poeta e o amor de seu coração de patriota, teceu êle ao Brasil, a sua história, ao seu povo, às glórias do seu passado e às possibilidades do seu futuro um verdadeiro hino de admiração e de louvor. *Porque me ufano de meu país* teve logo duas traduções em italiano, uma em alemão e uma em francês. Livro que teria sido adotado em todas as escolas públicas do país, se não fôsse escrito por um monarquista. Breviário de amor à pátria que toda criança brasileira deveria ler para aprender a conhecê-la e dela se ufanar como se ufanava o seu autor. Talvez pela extraordinária projeção do seu sucesso foi, no entanto, o livro do Conde de Afonso Celso o mais criticado, o mais combatido, o mais desvirtuado de seu alto e belo sentido. Acusaram-no de nacionalista, sem visão exata da realidade nacional, ridículo no excesso dos seus louvores, chegando mesmo a criar um qualificativo pejorativo «o ufanismo», hoje empregado a torto e a direito na mais completa ignorância do seu verdadeiro e nobre significado. Nacionalista sim, mas não de um nacionalismo fascista ou xenôfobo. Nacionalista dêsse bom, dêsse elevado, dêsse salutar, construtivo e necessário nacionalismo imprescindível ao conceito progressista de pátria. Apesar de todos os detratores e adversários, o livro foi se mantendo sempre na linha de frente, achando-se agora na sua 13ª edição. Seguiram-se-lhe *Giovanina*, romance dialogado sobre o tema da integração do imigrante italiano na coletividade brasileira: veio em seguida *Oito Anos de Parlamento*, uma das obras mais notáveis de Afonso Celso, verdadeiro diário do Parlamento nos últimos oito anos do 2.º reinado. Nêle se encontra uma série de instantâneos psicológicos e descritivos dos representantes do povo na sua função oratória e legislativa.

Interessantíssimos. Lá está o perfil de Rui Barbosa de quem diz: — «Prodigiosa máquina de falar êste, assombrava como um fenômeno»; o do Visconde de Taunay, o de João Alfredo, o de Lafayette, o de Martinho Campos, Saraiva, Cotequipe, Ferreira

Vianna, Rodolfo Dantas, Andrade Figueira e muitos outros, inclusive o do próprio pai o Visconde de Ouro Preto. Em 1902 a fantasia retomou-lhe conta da pena. Sairam o romance *Aventuras de Manoel João* e *Poesias Escolhidas* coletânea de tôda a sua anterior produção poética acrescido de novos versos, entre os quais aquela encantadora comediazinha infantil em versos *O Gorro de Papai*, representada pelos seus quatro filhos na Vila Petiotte. Para dar-vos uma idéia da vivacidade, da *verve*, da fantasia da musa de Afonso Celso, deixai-me relembrar o trecho sôbre a imprensa, dito pelo pequeno jornalista, um dos personagens centrais da peça, meu irmão Afonso, que em casa era chamado General.

«Terriveis fatos
Espalhafatos,
Assassinatos,
Revoluções,
Incêndios, guerra,
Tudo que aterra,
Tremor de terra,
Inundações.

Descomposturas
Fortes e duras,
Lá nas alturas
Crises fatais,
Essas notícias
Valem carícias
São as delicias
Dos meus jornais.

Quando isto apanho
Dinheiro ganho
Nunca me acanho
De o confessar.

Com tal trabalho
Não me enxovalho,
Da imprensa o orvalho
Vivo a espalhar !

A Imprensa . . . E' ela quem ergue
Por todos os municipios
Da liberdade os princípios
Oh ! filha de Guttenberg !

Trovas de Espanha vieram estrear o ano de 1903. Popularizaram-se logo tanto que muitas correm hoje mundo como nasci-

das do folclore, quando pertencem de fato ao estro de Afonso Celso. Assim:

Crime é como a pimenta
A questão é temperar,
Pouquinho, o sabor aumenta,
Muito, queima e faz chorar.

As ondas do mar ensinam,
Ensinam cousas morais:
As ondas que mais se empinam
São as que se afundam mais

O poço quanto mais fundo
Tanto mais clara a água tem,
Quanto mais longe do mundo
Tanto mais te quero bem.

Quem encontrou mulher certa
Sempre constante e leal,
Importante descoberta
Fez na História Natural.

Esta última trova, minhas senhoras, não é evidentemente da autoria de Afonso Celso, tão cortez sempre com o belo sexo, pertence ao espólio traduzido das trovas espanholas. Os seus dois últimos livros de versos escreveu-os êle em Petrópolis, como a despedida de sua Musa à poesia envolvente da serra que por tão longos anos o inspirara. Foram êles o *Mês do Rosário*, em 1906, dedicado à sua mãe a Viscondessa de Ouro Preto, coleção de sonetos em honra à Virgem Maria, dos quais, um, logo se popularizou pela unção de seu fervor e a queixa tão humana de sua prece: *Minha Nossa Senhora*:

Minha Nossa Senhora, o povo exclama
E esta frase, sem dúvida incorreta,
Exprime da maneira mais completa
Teu prestígio sem par que o mundo aclama.

E's minha, sim, minha alma é que te chama
Para aplacar-lhe a agitação secreta,
Mas és nossa também, pois clara e reta,
Tua luz sôbre todos se derrama

Minha Nossa Senhora, em teu regaço,
Acolhe compassiva o meu cansaço,
Recolhe o coração que em ti se aninha.

Mitiga as dôres, o amargor adoça,
Do mal de todos nós, Senhora Nossa,
Dêste sofrer só meu, Senhora minha!...

A sua vida literária, como vêdes, repartia-se entre o Rio, na Academia de Letras de que era membro fundador, vindo a ser-lhe mais tarde secretário, presidente e orador em duas recepções notáveis, a de dois ministros das Relações Exteriores Lauro Muller e Octavio Mangabeira, e Petrópolis que, elevada à capital do Estado, atraíra para a Serra tôda uma pleiade de homens de letras, poetas, professores e artistas.

Sob as presidências estaduais de Quintino Bocaiuva e Alberto Torres, fundador do Ginásio Estadual, onde lecionavam professores eméritos, animava-a desacomumado movimento intelectual. As coisas do espirito interessavam. Surgiu então, lembrada por um jornalzinho niteroiense *O Estado do Rio*, a idéia de levantar-se um busto a Fagundes Varela, poeta fluminense de tão alta envergadura. Afonso Celso foi logo nomeado presidente da comissão executora, composta de Raimundo Corrêa, Alberto de Oliveira, Martins Junior, Leoncio Correia, Xavier da Silveira, Ozório Duque Estrada, Jorge Pinto e Alvaro de Tefé, mercê de Deus vivo ainda. O chiste do povo apelidou-os logo *Os Varelistas*. Eles não se ofenderam por isto. Pelo contrário. Iniciaram os trabalhos angariadores de recursos com uma conferência do presidente da comissão no Clube de Xadrez, sobre o glorioso autor do Evangelho nas Selvas. Essa subscrição feita entre os assistentes, após a conferência, obtiveram 357\$000 mil réis não se falava ainda em cruzeiro, o que na época representava soma bastante ponderável. A herma de Fagundes Varela foi levada a efeito pelos *Varelistas* e inaugurada em cerimônia pública na praça onde até hoje se encontra. Falaram Afonso Celso e Ozório Duque Estrada que recitou um monólogo em verso de sua autoria em louvor ao poeta assim immortalizado no bronze.

O Alto da Serra, todavia, já desfalcado naquele tempo de muitos antigos moradores importantes mas acrescido de basta população operária, não tinha igreja ainda própria. Fazia-lhe falta. Era preciso comprida caminhada para assistir-se à missa dominical. Resolveram os Franciscanos do Convento do Sagrado Coração de Jesus, frades de muita simpatia e muito considerados na cidade empreender a obra e levantar a capela sem terreno, sem dinheiro, sem construtor, contando apenas com a ajuda de Deus. Deus não lhes faltou. Como o residente mais importante do bairro, foi Afonso Celso nomeado presidente da Comissão executora. Os Frades Franciscanos aliás eram popularíssimos em Petrópolis, sendo-lhes na ocasião Frei Ciriaco, o Superior. Todos conheciam

e amavam a Frei Luiz, o santo andarilho de suas ruas, Frei Pedro Sinzig, o musicista notável Frei Antonio o animador, se não um dos fundadores das *Vozes de Petrópolis*, revista existente até hoje. Frei Celso, o manso atleta tão amigo da família Afonso Celso, Frei Ambrósio, tão fino e espirituoso, Frei Hugo Mense, o futuro missionário do Tocantins.

Esses operosos Filhos de São Francisco exerciam grande influência sobre a população e a Capela de Santo Antonio do Alto da Serra, graças aos donativos e esmolas que foram entrando, dentro em breve se tornou uma realidade. Para terminá-la organizaram uma grande festa no Clube dos Diários, na qual foi levada à cena por amadores da sociedade o *Dr. Coutinho*, espirituosa comédia da autoria de Afonso Celso, escrita especialmente para o festival. Sucesso estrondoso, tendo rendido a quantia fabulosa na época, de 20 contos de réis.

Com estes vinte contos a Capela de Santo Antonio ocupou para sempre a sua cortina, alva e simples, espiritualizando aquêle recanto um pouco sem relêvo do Alto da Serra.

Petrópolis achava-se então no apogeu da moda. O Clube dos Diários, cujos bailes e *matinéés* infantis faziam furor, regiam-lhe a vida social elegante. Os verões eram animadíssimos. Os presidentes da República subiam todos os anos ao Rio Negro, e frequentavam assiduamente a missa chique que era a missa das 11, no Sagrado Coração.

Seis grandes hotéis: o Hotel Orleans, o Hotel Bragança, o Hotel Magestic, a Pensão Central, a Pensão Geoffroy e o Hotel da Europa, ainda firme no mesmo lugar até agora, serviam aos veranistas. O Largo Dom Afonso «capital da maledicência» como diziam brincando os seus freqüentadores, conservava-se o centro matinal das grandes elegâncias femininas, dos namoros sensacionais, dos mexericos da última hora. Era positivamente o quartel general dos *Potins*. Quatro romances lhe fixaram, aliás, a característica fisionomia. *A Esfinge*, de Afranio Peixoto, mais um apaixonado de Petrópolis, *Almas Sem Abrigo* de Miguel Ozório de Almeida, *A Vida*, de Tomaz Lopes, e, em francês *La Belle Petropolis*, romance à clef, hoje totalmente esquecido, da autoria do Comandante G. Caminero, adido de uma legação sul-americana ou espanhola, não recordo mais ao certo que revolucionou positivamente Petrópolis em pêso.

Lá, muita gente, gostando ou não, se reconheceu, e o autor teve um momento de verdadeira celebridade local. Fundara-se o Tennis Clube, o centro desportivo por excelência. O Palácio de Cristal, onde habitualmente se realizavam os grandes concertos da estação musical, oferecia o atrativo sem igual da patinação. A Quitandinha, morada então da família Azevedo Sodré, com o seu

bonito lago perdido entre os juncais e a Independência eram os pontos favoritos de passeios e excursões. A Cremerie Buisson, o dos piqueniques. A espera do trem das 6, da tarde, o trem dos Diários, na Estação de Petrópolis, então menos feia do que hoje constituía sempre o ponto de reunião obrigatório do *grand monde* e dos nomes em evidência tanto das beldades femininas como da elegância masculina. O Colégio de Sion, sob a direção da admirável organizadora que foi a superiora Mère Marie Angelina, na época, uma verdadeira força social, que fundou a *Associação das Mães Cristãs*, vigente até hoje, era o educandário da moda. O Santa Isabel, rivalizava secretamente com êle, salientando-se pelo brilho de suas festas de fim do ano no pequeno teatro de suas alunas. Na Matriz de Petrópolis, hoje desaparecida, na Rua 7 de Setembro, Monsenhor Teodoro Rocha, tão edificante na sua santa modestia, continuava a tradição dos lindos Mês de Maria que haviam sido outrora o cuidado predileto da Princesa Isabel. O Teatro Floresta, já não se dava só a modéstia dos bailes populares. Companhias de Comédia tais como a «troupe» do ator português Grijó e até espetáculos líricos lhe abrilhantavam o palco, alçado assim às noites elegantíssimas dos assinantes da alta roda. A lista dos veranistas ostentava os nomes mais salientes do momento. Os 300 de Gedeão, como então o chamavam — «Pereira Passos, o prefeito remodelador, Lauro Muller, Joaquim Murtinho, então Ministro da Fazenda e em plena nomeada do maior médico homeopata do Brasil; Cardoso Fontes, Enéas Martins, Osvaldo Cruz, Magalhães Castro, Gastão da Cunha, Hilário de Gouvêa, Leitão da Cunha, Luiz Gomes, o Escreve-nos do *Jornal do Comércio*, pai do Brigadeiro Eduardo Gomes, Alberto de Faria, Leão Velloso, o Gil Vidal do *Correio da Manhã*, João Lage, de *O País*, Teixeira Soares, Fonseca Costa, José Carlos Rodrigues de *O Jornal do Comércio*, Américo de Moraes, o Rochinha, de *A Notícia*, Santos Dumont e Rui Barbosa que aqui veio morrer na sua casa da Rua Ipiranga. No Corpo Diplomático estrangeiro sobressaíam: Paul Claudel, glória da poesia francesa de reputação mundial, o escritor português Alberto d'Oliveira: o «d'além mar» como êle próprio dizia e o embaixador americano Edwin Morgan, um dos maiores apaixonados de Petrópolis. Os bondes, os pequenos bondes tão cômodos e de tão pouca duração, começavam a circular. Houve uma grita contra êles: os fios enfeivavam a cidade! Quem ligaria hoje em dia a tais enfeivamentos?!... Nem por ter bondes perdeu Petrópolis a suavidade do seu clima nem o pitoresco de seus morros, dos seus vales e dos seus rios, embora o progresso a fôsse aos poucos transformando. As fábricas, desde a do Meio da Serra, a decana São Pedro de Alcantara, a da Cascatinha, a de Santa Isabel no Palatinato, a de tecidos substituindo

a de linha no Alto da Serra, a de seda no Morin, as terríveis fábricas, já iam subrepticamente invadindo a Princesa da Serra, ai! dela! e lhe assegurando a preponderância industrial de nossos dias. Era-lhes o médico oficial o Dr. Arthur Sá Earp Pai, outro apaixonado de Petrópolis, que repartia com o Dr. Moreira da Fonseca, o clínico homeopata tão querido do povo, os doentes eventuais, se é que pudesse haver doentes em Petrópolis! Em plena mocidade, médico da Leopoldina, o Dr. Paula Buarque, que não chegara ainda a presidência da Academia de Letras de Petrópolis mas já era um de seus maiores apaixonados, começava a sua carreira e lançava as bases de sua vindoura popularidade. A *Tribuna de Petrópolis*, onde sobressaia o vulto esgalgo de Artur Barbosa, mais um ardente devoto de Petrópolis, se fizera *Leader* da imprensa petropolitana. O Carnaval, espurgando já do entrudo, com as suas famosas batalhas de confeti da Praça da Liberdade, o velho Largo D. Afonso, cujo nome hodierno eu nunca me posso lembrar e os seus bailes à fantasia no Clube dos Diários, chegava a fazer concorrência ao do Rio.

Num dos seus recantos mais centrais, no entanto, entre ricas residências circunvizinhas, o Morro da Igreja permanência entregue ao mato recobrimo a meio uns paredões abandonados. Em meio ao surto de adiantamento da cidade tinham a tristeza impressionante de uma ruína. Eram os alicerces da Catedral de Petrópolis, começada na monarquia com um donativo de 150 contos do Imperador e da Imperatriz, cuja pedra fundamental fôra lançada pela Princeza, que fizera doação dos terrenos e cujas obras se achavam desde então paralisadas. A primitiva comissão construtora, sob a presidência do Barão do Catete e depois do Barão de Águas Claras, falha de recursos, nada até ali pudera fazer. Dir-se-ia que lhe haviam pôsto um feitiço. O Conde de Afonso Celso nomeado presidente por Dom Agostinho Benassi, bispo de Niterói, entregou a construção do templo ao arquiteto Dr. Heitor da Silva Costa, outro entusiasta de Petrópolis, e com o auxilio de Monsenhor Teodoro Rocha, vigário da antiga Matriz, e o apoio da Câmara Municipal e da Comissão de Senhoras, angariadoras de recursos, a Legião Pró Catedral, contagiados todos pelo entusiasmo do seu presidente puseram mãos à obra. Os donativos vieram chegando: o de D. Maria Raythe, o da família Guinle, o da própria Princeza que, de Boulogne-sur-Seine, seguia atenta os progressos de sua Catedral. A Legião Pró Catedral obtinha recursos por meio de subscrições. Todo Petrópolis contribuiu. A maior benfeitora porém foi a Baroneza de São Joaquim, amiga devotada da Princeza que só de uma feita deu 100 contos, doutra 40, e doutra ainda o vultoso resultado de um leilão de objetos de quadros de valor e objetos de arte de sua propriedade. E a Ca-

tedral se ergueu, a Catedral ficou pronta, a Catedral se inaugurou. Tinha Petrópolis finalmente a sua nova e bela Matriz.

Não parecia porém ao Conde de Afonso Celso que estivesse completa a «sua» cidade, se não ostentasse em praça pública um monumento ao maior dos seus amigos, ao Imperador, a quem tanto devia. Constituiu-se pois nova comissão, da qual o Conde de Afonso Celso foi naturalmente presidente e de que faziam parte o Dr. Alcebiades Peçanha, Capitão Henrique Viard, Capitão Gustavo Calheiros, João Guilherme Pinto de Souza e Major Napoleão Olive. Graças a um trabalho intenso de imprensa e de propaganda a 5 de fevereiro de 1911, presentes o Presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, o Barão do Rio Branco, o Barão de Tefé, o governador do estado, o prefeito da cidade e inúmeras outras pessoas gradas além de grande massa popular, foi inaugurada, na praça mais central de Petrópolis, a estátua do Imperador Pedro II. O Conde de Afonso Celso fez a entrega dela aos petropolitanos num discurso de vibrante e arrebatadora eloquência. Voltara o Imperador à sua cidade amada. Petrópolis lhe pagara afinal a sua dívida de gratidão. Restava, porém, ao Conde de Afonso Celso um último dever a cumprir. Num gesto de nimia justiça, de reconhecimento e de patriotismo nunca assás louvado, decretara o Presidente Epitacio Pessoa a revogação do banimento da Família Imperial e a subsequente transladação para o Brasil dos restos mortais do Imperador e da Imperatriz. Pela imprensa, pela tribuna, pela atuação pessoal, com todo o calor do seu culto ao velho monarca, o Conde de Afonso Celso reivindicou para a Catedral de Petrópolis a honra de abrigar para sempre os imperiais Despojos.

Presidente mais uma vez da Comissão da recepção, foi ele quem saudou no Cais do Pôrto S. A. o Conde d'Eu que acompanhava a transladação feita em navio de guerra brasileiro e, em Petrópolis, às portas da Catedral, a chegada dos corpos de Suas Majestades. Seu amor por Petrópolis não arrefecia. Pelo contrário, em toda obra de assistência social: Asilo do Amparo, Desvalidos de Petrópolis, em todo paraninfado de colégios, em toda iniciativa beneficente ou cultural como a Escola de Música Santa Cecilia, dirigida pelo Maestro Paulo Carneiro, para tudo que, em Petrópolis, fôsse requerida a sua cooperação, o Conde de Afonso Celso prodigalizava-se em artigos, discursos, conferências e alocações. Nos doze grandes albuns de colaboração dos seus trinta anos de *Jornal do Brasil*, onde mantinha uma secção diária de comentários políticos, sociais e literários, *Cotas aos Casos*, Petrópolis surge a cada página, por assim dizer, numa notícia, num elogio, num enaltecimento, num reparo às ocorrências de sua vida e de seu progresso. Eleito presidente da Companhia de Se-

guros A Equitativa por morte de seu amigo Franklin Sampaio, também um grande amante de Petrópolis, cargo que ocupou durante 18 anos; lente da Faculdade de Direito onde lecionou trinta anos, tôdas as matérias de curso, especializando-se em Economia Política, cujas lições os seus alunos reuniram num opusculo *Uma Grande Lição em Poucas Palavras* e da qual durante 17 anos foi diretor; redator diário do *Jornal do Brasil* e colaborador de vários outros jornais e revistas; orador, primeiro, e, depois, presidente do Instituto Histórico, que dirigiu durante vinte e cinco anos e onde recebeu em sessões notáveis o Rei Alberto, o Cardeal Cerejeira, Teodoro Roosevelt, conferencista insigne que nunca lia e sim dizia as suas palestras, dando-lhes assim um sabor de improviso, desde as *Conferências da Glória*, as Conferências do *Instituto de Música* onde falou sobre a *Maledicência*, as da *Liga da Defesa Nacional* onde tratou da *Idéia de Pátria* e as do *Círculo Católico* onde teve por tema *A Imitação de Maria*, em tôda manifestação pública de fé era reclamada a sua palavra como o foi para saudar em praça pública o Cardeal Pacelli, hoje S. Santidade o Papa Pio XII, por ocasião de sua passagem pelo Rio. A descida cotidiana da Serra começava a se lhe tornar penosa. Como todo genuíno apaixonado amava a Petrópolis com um pouco de ciúme, preferindo-a no inverno, quando esvasiada da turba ruidosa dos veranistas, mais recolhida e mais bela na doçura pensativa de seu sossêgo, lhe parecia mais dêle. Gostava de passeiar a pé pelas suas ruas silenciosas, entre as quais no entanto nenhuma lhe tem até hoje o nome; gostava de alguns de seus recantos, a vista do Alto da Serra, por exemplo, no final da União Indústria, imenso rasgão de espaço, graças ao qual se descortinam, para além das verdes escarpas da Serra, das planuras da Baixada e da nódoa azul da baía, os contornos acidentados do Rio de Janeiro. Verdadeira maravilha paisagística, em verdade. Gostava do nevoeiro, do seu «ruço», êste «fogg» da montanha, de tão sugestiva nostalgia; dos seus tipos de rua como aquêles austriaco entomologista, Seu Feterley, conhecidíssimo na cidade, que caçava borboletas, pois ainda havia borboletas em Petrópolis naquele tempo, (quem o diria?) de chapéu de explorador africano, empunhando o saco de tela, borboleteando êle mesmo a esmo pelas ruas; gostava até da tristeza verlainiana de suas chuvas. Mas o trabalho, cada vez mais, o puxava para o Rio. Começou, subindo só no verão, depois, a saúde da espôsa, Dona Eugenia Batista de Castro, de família solarenga de São João d'El Rei, não lhe permitiu nem sequer estas subidas. Deixou a Vila Petiotte. Mudou-se para o Rio. O monumento ao Cristo Redentor, a estátua do Imperador na Quinta da Boa Vista, a fundação do Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura onde teve ensejo

de receber, no pôsto de Reitor da Universidade, notabilidades como Madame Curie, Georges Dumas, Gustave Lanson, Paul Hazard; o Instituto de Cooperação Intelectual, a presidência da Ação Social Nacionalista, da qual se veio a desligar, não por desavença, mas por não concordar com a orientação tomada, mal lhe sobrava tempo para escrever o seu último e tão querido livro *O Visconde de Ouro Preto*, a vida de seu pai, obra do mais alto valor histórico e documentário. A França já lhe reconhecia os méritos tendo-o feito Comendador da Legião de Honra. O Peru, a Venezuela, Portugal e a Santa Sé o haviam igualmente condecorado. Não esquecia Petrópolis, no entanto, não a podia esquecer. Fôra lá que vivera os anos mais fecundos de sua existência, lá também que sofrera as suas três maiores dôres: a morte do pai adorado, pelo qual renunciara a tôdas as posições e à carreira política que lhe oferecia a República; a morte do irmão mais moço, aquêle tão brilhante Vicente de Ouro Preto, que fôra em tempos o rapaz mais em voga na sociedade de Petrópolis e se finara aos 33 anos de idade, em pleno viço promissor de mocidade e de talento e, sobretudo, a morte do seu último filho, o pequenino e idolatrado João Paulo, cuja saudade lancinante enche de um longo soluço inconsolável as páginas frementes dos *Lampejos Sacros*. A gente não esquece nunca o lugar onde se amou e sofreu. Um dos últimos contatos que êle teve com Petrópolis foi quando o Colégio Santa Isabel o convidou para presidente da Academia Afonso Celso, fundada em 1934, pelas alunas entre as quais contava uma sobrinha neta. O seu precário estado de saúde não lhe permitia vir tomar posse desta presidência, mas a lembrança comoveu-o profundamente. Atingira, escrevendo sempre, os seus setenta e oito anos de idade. Grandes mâgoas provindas da perda de entes queridos lhe haviam entristecido a velhice cercada do afeto da família e da consideração e do respeito gerais. No dia 7 de julho de 1938, publicava no *Jornal do Brasil*, um artigo intitulado *Petrópolis*, onde rememorava entre coisas lá passadas, episódios da ereção do busto de Varela, citando versos de um *Album em Louvor a Petrópolis* então organizado onde haviam colaborado todos os postas domiciliados na cidade. Os dêle, terminavam assim:

«A Natureza lugares
Possue de tanto primor
Que desejos singulares
Te dão, leitor, se os olhares,
De os abraçar com amor.

Sim, Petrópolis, verdade
Provas ser desta expressão,
Dando na gente vontade
De, peregrina cidade,
Te cingir ao coração.

Tão linda a fisionomia,
Tão puro e doce o teu ar
Causas logo simpatia
Que, aumentada cada dia,
Te faz fundamentalmente amar.

Nem longamente é preciso
Celebrar-te as seduições,
Cidade, tôda sorriso,
Pois sempre o amor é conciso
Nas grandes declarações?!

Quatro dias depois, na noite do dia 11 de julho de 1938, falecia. O seu enterramento foi uma apoteose. O que fizera a sua força: a independência do seu caráter; e a sua grandeza: a abnegação de sua renúncia, o seu amor ao Brasil e, sob a delicadeza de suas maneiras, a firmeza de sua vontade, a sua tolerância, a sua bondade tudo foi dito e redito pelos jornais do Brasil inteiro, desolado com sua morte. Criador da palavra *Brasilidade* que ele não só lançou como viveu no seu mais íntimo, mais profundo e público sentido, chegou à final partida desprendido de si e sereno daquela abençoada serenidade que evocara num dos mais belos sonetos dos *Lampejos Sacros*:

Só feliz quem, à força de vontade,
Talhar no duro mármore da vida
A branca estátua da serenidade!

Afonso Celso soube talhá-la. De tudo que de justo e belo dêle disseram, porém o que me pareceu mais certo foi o que escreveu Assis Chateaubriand no seu artigo *Um Paladino*: «Pedro II, no exílio e depois morto, a família Imperial banida. Afonso Celso permaneceu no pôsto de paladino da monarquia durante 48 anos sem um momento de hesitação ou de abandono. Nabuco, Rodrigues Alves, Afonso Penna, Rosa e Silva, Silveira Martins, todos assentaram praça a serviço da República. Ele ficou fiel ao regime decaído. Renunciou aos cumes que lhe prognosticavam na sua carreira de homem público, a fim de guardar fidelidade a um rei morto e a uma família banida. Tal é a imarcessível realidade da vida de um dos derradeiros gentilhomens do Império». Tão certa

se afigurava a todos os seus contemporâneos a ascensão triunfal de sua carreira política que, em 1886, recebia de seu grande amigo Fontoura Xavier um retrato com esta significativa dedicatória: — «A Sua Excia. o Sr. Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros o Dr. Afonso Celso de Assis Figueiredo Junior lembrança do nomeado e do Fontoura». Nada aceitou da República nem mesmo a chefia de uma embaixada no Chile a convite do Presidente Campos Sales nem voltar a ser por Minas, seu estado natal, senador ou deputado como tantas vezes lhe foi oferecido. Se aquiesceu em ser Reitor da Universidade e membro do Tribunal Eleitoral foi por não terem êsses cargos remuneração. Escolheu ser apenas as duas mais belas coisas que se possa no entanto ser no mundo: poeta e professor. Não são grandes porém, somente as vidas de ostentação, de popularidade, de trajetória barulhenta e vistosa e de evidência pública e administrativa. Grande também desta difícil obscura grandeza de todos os dias, a vida do homem que, os olhos fitos num ideal nunca traído, cumpre simplesmente em todos os setores o seu dever. Foi assim a grande vida de Afonso Celso. Do guapo rapaz da Academia de Direito de São Paulo, o Afonsinho dos anos boemios de estudante, do moço deputado aos vinte e dois anos de idade, orador notável da Campanha Abolicionista e da Propaganda Republicana, ficaram-lhe intatos, até o fim, o impulso generoso por toda causa justa e a fé inquebrantável no Brasil.

Na onda de manifestações de pesar que lhe rolou sentidamente ante o féretro, chamaram-no: — «O último fidalgo. Um varão de Plutarco, Mestre Afonso Celso, Um grande brasileiro, O campeão da derrota, como já o chamara seu amigo Assis Brasil: o Príncipe do Ostracismo». Para os outros, para todos os outros, os componentes do público que só pelos seus atos o julgava, êle era de fato tudo isto. Para mim era ao mesmo tempo bem menos e bem mais: era meu pai. Dai-me pois licença uns minutos mais, minhas senhoras e senhores, de recordar uma nota de intimidade, neste local onde êle tanta vez me veio ver, quando interna no colégio, nós nos carteávamos em verso. Os meus eram horríveis, os dêle, julgai, minhas Senhoras e Senhores:

Minha filha, a tua carta
Causou-me enorme prazer,
Meu coração não se farta
De a ler e tornar a ler.

Queres versos? Mas eu ando
Tão prosaico e sem calor
Que, em minh'alma, vai murchando
Da inspiração toda a flôr.

Quem já tem cabelos brancos
Únicamente produz,
Versos frios, tristes, mancos,
Sem harmonia e sem luz.

Agora a minha poesia
Despida de sonhos vãos,
No meu lar se compendia
Mora em ti e em teus irmãos.

Sim, meiga filha adorada,
O meu poema tu és,
Minha travessa balada,
Viva estrofe de dois pés.

Poeta, é quem puro e crente
Do mundo entre os pantanais,
Sempre cheia tem a mente
De visões angelicais.

É mergulhar no infinito
Das sombras rompendo o véu,
É, sobre a terra proscrito,
Passar momentos no céu.

Tais coisas, filha diletta,
Eu outrora as conheci,
Hoje apenas sou poeta
Quando estou ao pé de ti.

Nos últimos anos de sua vida quando acaso lhe perguntavam: — Conde, por que não vai mais a Petrópolis? — Não posso — respondia com aquêlê fino e melancólico sorriso que não vi já mais igual em outros lábios — a saudade me submerge...

Acreditai que é o que me vem agora mau grado meu, acontecendo. Tenho porém ainda uma obrigação a cumprir como por certo a cumpriria meu pai.

Maeterlinck, na sua linda peça *O Pássaro Azul*, assegura que tôdas as vezes que recordamos e falamos de um morto na terra, êle ressuscita um momento no além. Resta-me, pois, agradecer à Diretoria do Museu Imperial a acolhida que me deu, agradecer ao Instituto Histórico de Petrópolis haver-se lembrado da filha para ressuscitar o pai hoje aqui, uns instantes, entre vós.

D. AQUINO CORRÊA

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Em Lindóia, estourou a terrível notícia, veiculada por matutino paulista, de 23 de março. A noite anterior, emudeceu a eloquência de D. Francisco de Aquino Corrêa, que sobremaneira nobilitou, pelo saber e virtudes, o arcebispado de Cuiabá. E quem lhe acompanhara, maravilhado, a trajetória luminosa, entregou-se às evocações das fases definidoras da sua admirável personalidade. Desde a arraiada alvissareira do século, quando, no vigor da mocidade, com os predicados que já o distinguiam entre os contemporâneos, não se arreceiou de requerer exame de madureza, consentido pelo regulamento de ensino em vigor, mas jâmais ensaiado, antes, nem imitado, depois.

Os candidatos aos cursos de nível superior contentavam-se em submeter-se a provas em disciplinas parceladas, conforme a seriação adotada. Pela primeira vez, surgiu o caso de pretendente ousado, que se dispunha a enfrentar, em dias seguidos, tôdas as bancas examinadoras constituídas para avaliação do preparo dos ginasianos. Reuniam-se no Liceu Cuiabano, cujo ambiente não acolheria de bom grado os alunos do Colégio Salesiano. Os liceunistas não desistiam de pregar peças aos estudantes do colégio rival, que não lhes era do agrado. E consideraram quase desafio a pretensão do único inscrito ao conjunto das matérias, que deveriam saber os preparatorianos.

E quando o viram, sorridente e afável, a irradiar simpatia, simularam recorrer à sua ciência, para indagar qual das duas expressões era a mais correcta. E soltaram dois palavrões indecorosos. Não se deu por achado o interpelado, que redarguiu. Que pretendem vocês quando assim falam? É achincalhar o adversário, não é? Pois, então, escolham o que lhes parecer mais apropriado na ocasião. E sem se manifestar ofendido, como desejavam os provocadores, deixou-os encafifados com a resposta imprevista, e continuou o seu caminho, sem mais dar atenção ao episódio, mas seguro dos conhecimentos adquiridos por decisão própria.

Certo, freqüentara o Liceu Salesiano, que não alcançava ainda as últimas séries ginasiais. Por isso, "tive que sair a continuar os estudos particularmente, e vi-me afinal reduzido a condição de autodidata", como lembraria, em ocasião solene. Entre as matérias, nenhuma o atraía tanto como o latim, em que o abrasou o "desejo de pôr-me em contacto direto com a poesia latina, especialmente, nos poemas de Virgílio".

Daí resultou que "o rapazinho de 15 a 17 anos, que andara até então doudejando, à flor de levianos e dulçorosos versos, teve coragem de ler, no original e na íntegra, livros como a *Vida Agrícola*, de Tácito, e a *Imitação de Christo*.

A tais estudos dedicou o triênio de 1900 a 1902, durante o qual se lhe operou a transformação, em ambiente formado por "um paupérrimo quarto de estudante, separado do resto da casa, em meio a vasto quintal, e à sombra de duas poéticas árvores, um cajazeiro e um tarumeiro, que por três primaveras, a oito, desabrocharam sobre êle o dossel perfumado das suas flores alvas e roxas". Aí datou, a 1 de julho de 1901, a primeira composição. — em hezâmetros latinos, que expressavam "ardente prece filial a Maria Santíssima". Assim foi que, "sem conhecer nada de latini-
dade, sem mestre nem método, um trabalho esfalfante de contínuas consultas à gramática e ao dicionário, vivi todos êsses anos, foi a fio, lendo, escrevendo, traduzindo, decorando, preparando, enfim, inconscientemente mas sob os auspícios da Providência, todo o futuro do 2.º arcebispo de Cuiabá".

Na velhice, apontaria os erros cometidos pelo estreante nos seus exercícios literários. De momento, porém, julgava-se capaz de triunfar na sala de exames, onde não faltariam julgadores idôneos, tanto no corpo docente, que incluía um bacharel em letras, de França, Professor J. P. Gardés, conhecedor das humanidades, como entre os convidados a participar dos trabalhos, do porte dos oficiais Ivo do Prado Montes Pires da França, Crisanto Sá de Miranda Pinto, e outros que se ufanavam de ter aprendido, na Escola Militar da Praia Vermelha, os ensinamentos do Professor Trompowsky, aluno e sucessor de Benjamin Constant. Representante do Governo Federal, para fiscalizar a seriedade dos exames, o Desembargador Silva Carvalho ainda se lembrava do processo que movera contra o Bispo de Cuiabá. Perdera a causa, em verdade, mas longe estaria de renunciar à luta contra os religiosos.

Com tais elementos convocados para o julgar, bem sabiam os salesianos que não seria facilitada nenhuma vitória ao seu pupilo, obrigado a mostrar conhecer as ciências físicas e naturais, a história e geografia, as matemáticas, as línguas, em que se incluíam o

vernáculo, o latim, o grego e duas ou três vivas. Cada prova, todavia, constituiu-lhe novo triunfo, a juntar aos anteriores, por maneira que afinal lhe foram proclamados os méritos incomparáveis. Estava o jovem habilitado à matrícula em qualquer estabelecimento de ensino superior, onde colheria, sem dúvida, iguais louvores. Todavia, renunciando aos louros que lhe prometia na vida profana a sua peregrina inteligência, comprovada nos exames recentes, decidiu afastar-se das rodas mundanas, em que sobressairia a primor.

"Foi a 4 de novembro de 1902, como recordou, mais tarde alta madrugada, beijei a mão a meu pai, e parti para sempre do lar paterno". Palmilhou os seis quilômetros de cerrado que o separavam do "Oratório Santo Antônio", onde, desde 1899, funcionava o noviciado dos Padres de Dom Bosco, às margens do Coxipó mirim.

Raiava, então, a mais linda manhã, risonha, fresca e luminosa. Os céus lavados esplendiam docemente como límpida opala. Do mato verde, ainda aberto em flor, exalava-se a fragrância matinal das resinas e nétares selvagens". A alegria da manhã primaveril afigurou-se-lhe de bons augúrios na carreira que ia encetar, precedido por outros jovens, entre os quais se destacava Armindo Libânio, Capistrano de Oliveira, cuja vocação acentuada o levava a fugir espetacularmente da família, que se opunha às suas preferências religiosas. Por lhe ter testemunhado a piedosa humildade, em amistoso convívio no "Oratório Santo Antônio", traçar-lhe-ia a biografia, a que deu o sugestivo título "Uma flor do Clero Cuiabano", recheiada de confidências autobiográficas. Juntos, vestiram a "humilde libré dos filhos de Dom Bosco", aos 19 de março de 1903. Mas, separaram-se a 2 de julho de 1904, quando o mais jovem deixou o noviciado, onde continuou o outro até 20 de março, quando fez os votos trienais. Não esmoreceu, porém, a amizade, que inspiraria a "Carta ao Armindo"

"Assim passou o nosso noviciado,
Cheio de sol, no mangueiral em flor:
Foi um curto, festivo, perfumado,
Místico madrigal de ingênuo amor!

Foi uma aurora de horizonte vasto,
Foi um prelúdio, foi um sonho até,
Foi um noivado espiritual e casto
Que iluminaram a esperança e a fé".

Ao misticismo, que abrasava o coração de ambos, misturava-se, não raro, o colorido panteísta,

A idéia de Maria associamos

A lua, à aurora, à estrela da manhã;

Ela era o canto, a rosa, a flor dos ramos,

O perfume, o amor de mãe e irmã.

Carteavam-se de contínuo, através do Atlântico. Um, em Roma, onde se embebia de letras clássicas e teologia. O parceiro, mais humilde, na terra natal, imbuído de idealismo exclusivamente piedoso, que lhe inspirou edificante missiva de 1906, em que dizia:

“Não te desejo riquezas, nem prazeres, são bens falazes. Não te almejo honras, são flores dum dia, reflexos quiméricos. Não te desejo vida longa, se fôr falta de dias cheios; aliás, os dias do homem são contados. Desejo-te, anêlo-te só uma coisa: “que te faças depressa um grande santo salesiano”.

Assim se entendiam, à distância, os dois amigos, o mais velho dos quais ainda aguardou oportunidade, até dezembro de 1916, para receber as Ordens Maiores, das mãos do conovicho doutroira, já transfigurado em bispo.

Fôra-lhe rápida a ascensão, mercê dos cursos que fizera esmeradamente, evocados na sessão inaugural de 7 de setembro de 1921, do “Centro Matogrossense de Letras”, de que derivou a atual Academia Matogrossense de Letras.

Ao definir o “belo”, recordou a preparação universitária. “Entrando a falar-vos de tão simpático tema, volta-se-me instintivamente o espírito para os doces e estudiosos anos vividos em Roma, eterna escola do Belo, onde tudo vibra musicalmente em sensações estéticas, desde a formosura divina dos seus Apolos até os mármore modernos e veludosos de Canova, desde as criações vivas de Rafael até o misticismo dourado e vaporoso de Fra Angelico, desde as veneráveis e graves harmonias de Palestrina até as leves canções populares que revôam nas primeiras brisas da primavera, tudo, enfim; desde a solitária coluna das ruínas, recortando os seus acantos coríntios no céu azul das sete colinas, até a gloriosa e estu-penda cúpola de Miguelangelo, a pairar, como vasta coroa triunfal, sôbre a beleza antiga, renascente ali sob as bênçãos munificas do Papado. Lembra-me o vetusto casarão da Universidade Gregoriana, por onde, no fundo severo dos silhares de travertino, esvoaçam, em gaia policromia, os uniformes de 1.500 estudantes de tôdas as nacionalidades, ressaltando pitorescamente a roupeta es-carlate dos acadêmicos alemães”.

Aí na famosa escola de teologia, completou os estudos, depois de freqüentar as aulas de filosofia na Academia de Santo Tomás de Aquino. Superiormente habilitado, fez os votos perpétuos a 1 de outubro de 1907, tornando-se presbítero em 17 de janeiro de 1909. No dia seguinte, celebrou a primeira missa na Basílica de São Pedro, assim iniciando, em ambiente majestoso, o culto divino a que se devotara.

Rematada com brilho admirável a missão de estudante, regressou a Cuiabá, com a fama acrescida pelos seus escritos, em prosa e verso, que lhe comprovaram a fecunda inspiração.

O Liceu Salesiano atravessava, na ocasião, penosa crise de direção, que exigia tolerância compatível com o princípio de autoridade. Apesar de moço ainda, na pujança do primeiro quartel da existência, e recém-ordenado, por assim dizer, tocou-lhe o encargo de dirigir o estabelecimento em que fizera parte do seu curso ginasial. Ao mesmo tempo, ocupava-se do ensino do vernáculo, do latim, e de quantas disciplinas necessitassem de professor. Era, entre os alunos, o colega mais velho, que não ostentava saber, para pasmo da assistência. Ao contrário, procurava captar-lhes a simpatia, pelos ensinamentos a propósito, pelo trato compreensivo, pela estima que os envolvia, como evidenciou ao dirigir notável saudação aos bacharéis do Liceu, que o escolheram para seu Paraninfo. O seu prestígio cresceu entre os estudantes, que o propagavam a outras camadas sociais. O modo por que se houve em tal conjuntura, e fama que deixara em Roma, conquistada pelo saber e irradiante fidalguia, contribuiriam para o ato nobilitante de Pio X, que o nomeou, a 2 de abril de 1913, bispo de Prusade. Era um título, que não o obrigaria a afastar-se de Cuiabá, onde serviria de auxiliar ao Arcebispo, D. Carlos Luís d'Amour.

A sagração episcopal, ocorrida ao raiar janeiro de 1915, apon-tou-o como o bispo mais moço na época, em tôda a cristandade. Com a autoridade adquirida de pastor espiritual de seus conterrâneos, doeu-lhe o espetáculo angustioso da luta partidária que intensamente agitava o povo matogrossense.

Valeu-se da eloquência, para acalmar-lhe as paixões exaltadas, em sermão proferido na Matriz de Cuiabá, a que assistiu o Interventor Federal, *magna pars* na solução adotada. "Daí, de junto do altar, lembraria, ao aceitar a sua candidatura à Presidência do Estado, a 23 de outubro de 1917, foi que o vosso humilde conterrâneo se levantou, sob os aguilhões imperiosos da consciência, para, contrariando embora instintivas relutâncias de caráter, pregar-vos a mensagem cristã do perdão, da paz e da caridade.

único iris naquele tenebroso naufrágio de instituições e leis, de direitos e deveres”.

“Nunca, porém, teria previsto que a honrosíssima confiança dos políticos da nossa terra, fôsse roubar-me ao remanso espiritual do apostolado, e que, pela mão do Chefe da República, Deus me acenasse para um pôsto de tão tremendos sacrifícios, os maiores da minha vida, qual a gestão suprema dos negócios do nosso Estado, em época tão revolta e calamitosa”. A guisa de programa, condenou, veementemente, a política cega e malsã, “que tende a desunir-vos”. “Creio, porém, na política da razão, que ilumina, da luz, que nos guia à moral e ao bem, do bem, que é o ideal supremo de indivíduos e povos”. “Creio numa política superior, que, pairando acima de considerações partidárias, estabelece na vida pública a nobilitante hegemonia do caráter, da competência e da responsabilidade. Creio, sobretudo, na política do coração, que sabe amar, do amor, que nos une, da união, que faz a fôrça, da fôrça, que progride, do progresso, em que se aperfeiçoa e aprimora a felicidade”.

O credo político, expresso em frases lapidares, de fervor crescente, guiar-lhe-ia a ação governativa, iniciada a 22 de janeiro de 1918. Se nos domínios administrativos não colheu os resultados que desejava, impedido pela crise econômica na fase final da sua gestão, incontestável é que exerceu influência benéfica no amortecimento dos antagonismos, não sòmente partidários, como até religiosos. Os adversários pouco antes separados por ardoroso dissídio, já se entendiam e de tal maneira que formaram a “Fusão”, de que surgiu a candidatura única de um dos chefes, Pedro Celestino Corrêa da Costa, para o período presidencial seguinte, com aplausos gerais até dos que o haviam hostilizado.

Os anticlericais, que montaram no jornal *Reação* foga trinchera, para combater a Igreja, retraíram-se, abrindo crédito de confiança para o Bispo-Presidente, cujo convite mais de um aceitaria, para lhe colaborar na administração. Os maiores, Ovídio, Corrêa, João Cunha, Filogônio Corrêa, Estevão de Mendonça, aproximaram-se do governante, cujo espírito comunicativo tiveram ensejo de conhecer, como também as suas altas qualidades de caráter, além das intelectuais. E prestaram-lhe dedicadamente assinalados serviços, mercê da competência que os distinguia, pressada e estimulada por D. Aquino, que não perdia ensejo de realçar a valia do esforço alheio.

Melhor oportunidade não haveria que o segundo centenário da fundação de Cuiabá, comemorado quando ia em meio seu go-vêrno. Mato Grosso ainda atravessava promissora fase de euforia

econômica, patente no aumento de arrecadação da receita estadual. Graças às iniciativas, que promoveu, a Capital assistiu a vários festejos folclóricos, ressuscitados para satisfação da assistência que os desconhecia, tanto a regional, como a forasteira, nobilitada com a presença do Nuncio Apostólico. Renovando a atuação editora da revista *Matogrosso*, que dirigira no Liceu Salesiano, para incentivar as contribuições dos moços, empreendeu a publicação de várias obras atinentes ao Estado, como *A Fronteira Mato Grosso-Goiás* e *Terra Natal* de sua autoria *Datas Matogrossenses*, de Estevão de Mendonça, *Poesias*, de José de Mesquita, dedicadas "a Mato Grosso, minha querida terra natal, na data festiva do seu Bicentenário", *Mato Grosso*, contribuição ao Dicionário Histórico.

Como personificasse, não sômente a suma autoridade do Estado, mas, sem contestação, o primado das letras matogrossenses, não lhe foi difícil patrocinar a fundação de dois grêmios, que se irmaram nas cogitações intelectuais a que se devotaram. O primeiro, na arraiada luminosa do Bicentenário, aflorou a 1 de janeiro de 1919, graças aos esforços da comissão promotora da sua comemoração, como proclamou o "Delegado Geral da Comissão Diretora do Dicionário Histórico, Geográfico, Etnográfico Brasileiro", Dr. Eurico de Góes, convidado a presidir-lhe a sessão inaugural. Como testemunho de suas atividades, surgiu a lume o tomo inicial da Revista, apresentada por D. Aquino Corrêa, que lhe definiu, a 8 de abril, as aspirações, ao conceituar:

"Não há pátria sem tradições. Cultivá-las é mais do que guardar e ouriçar de baionetas faiscantes a orla bruta das fronteiras. Ai! do povo, para quem as tradições do seu passado se tornaram hieroglíficas e mudas, como êsse letreiro da Gaiba, misteriosa itacoatiara da nossa terra, que as águas cobrem e descobrem na solidão imensa da lagoa. Seja esta Revista um como sacrário, em que viviam e nos falem as tradições gloriosas do nosso povo".

Cumprindo satisfatoriamente a missão que lhe atribuiu o Presidente do Instituto, a Revista já ultrapassou o tomo LXVIII, correspondente ao ano XXXIV, com inequívocos benefícios aos estudos de Mato Grosso. Mais particularmente consagrado à literatura, outro grêmio inaugurou-se festivamente a 7 de setembro de 1921, quando o seu Presidente de Honra, D. Aquino Corrêa, proferiu uma das suas mais formosas alocações, em que exaltou a valia do trabalho intelectual.

"Nosso fim, declarou, é cultivar as belas letras, que tão sugestivamente são também chamadas boas letras". E para melhor gravar as palavras oraculares, resumiu-as no verseto, que a Bíblia lhe

inspirou, para *ex-libris* do Centro Matogrossense de Letras, que o endossou prontamente. *Pulchritudinis studium habentes*. "Façamos a literatura da esperança, acrescentou. Confiemos em Deus, na Pátria, no futuro, nas grandes verdades que não passam". Para que resplandeça, "através da beleza literária, a beleza moral da virtude e do caráter".

Assim, o escritor, embebido de classicismo, transferia a nascente instituição cultural os seus próprios ideais de perfeição literária, patentes no emblema adotado. Aliás, o seu apurado gosto e acêrto nas sínteses, concretizadas em legendas, também se aplicou ao Instituto Histórico, para lhe dar sentido às atividades.

Pro patria cognita atque immortalī tornou-se-lhe o distintivo de seus esforços. Começara, todavia, a série das frases incisivas, pelas armas do Estado, quando a Resolução n.º 799, de 14 de agosto, lhe aceitou as sugestões, para construir o brasão de armas, composto de "um escudo em estilo português, isto é, com a ponta redonda, ocupada por um campo de sinopse, sobre o qual assenta, lado a lado, um morro de ouro com dois cabeços, sendo um no centro do escudo e outro um pouco mais baixo, para a sinistra do mesmo". "O resto do escudo é um céu de blau, sobre o qual domina em chefe a peça heráldica ultimamente consagrada no brasão da cidade de São Paulo, como símbolo do bandeirante, símbolo este que consiste em um braço armado com a cruz da ordem de Cristo, tudo de prata, exceto a cruz que é de goles. O escudo tem por timbre uma fenix de ouro a renascer de sua imortalidade ou fogueira de goles, e por suporte dois ramos floridos, um de seringueira e outro de erva-mate, enlaçados na base por uma fita que traz a legenda:

Virtute plusquam auro. Não contente com os heráldicos dizeres da lei, interpretou-a em esclarecer soneto.

Braço da minha terra! tu que ostentas
O ouro do pátrio solo abençoado
A sinopla das matas opulentas
E das campinas onde pasce o gado!

Tu que, em teu céu de blau, nos representas
Esse pendão do bandeirante ousado,
Em cujas dobras lúcidas e bentas,
A cruz de Cristo diz todo um passado!

Tu que nos fala de um ideal infindo,
No surto dessa fenix estupenda,
Braço da minha terra, como és lindo!

E como é lindo, nobre, imórredouro
O poema dessa fúlgida legenda:
"Confiemos na virtude, mais que no ouro".

Afeiçoava-se, aliás, o último verso às preferências do poeta, que não cessaria jamais de tornar ao tema favorito de sua inspiração. Seria, no íntimo, a sua própria divisa, baseada no culto das virtudes, que o levava à religião, sem atrativo para as vantagens materiais. Assim, pobre começara a governar, e talvez mais pobre, deixava o Palácio de Alencastro, embora mais opulento de honrarias.

Assistente ao Sólido Pontifício, com privilégios e direitos de conde palatino, por ato de 25 de outubro de 1919, coube-lhe, em seguida, a vaga aberta pelo falecimento de D. Carlos L. d'Amour, Arcebispo de Cuiabá, impôs-lhe, em São Paulo, D. Duarte Leopoldo e Silva, a 8 de outubro de 1922, o pátio arquiépiscopal, em cerimônia inaugural do seu governo eclesiástico.

Avultavam-lhe de continuo as responsabilidades a que atendia de maneira exemplar, como evidenciou espetacularmente em 1926. Avizinhava-se a passagem do primeiro século do Bispado de Cuiabá, a 15 de julho, que decidiu festejar, sob os auspícios do Cardeal Arcoverde, com eficiente apóio do Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme, que lhe sugeriu a comemoração. Apesar de ter exercido a Presidência de Mato Grosso e governar o arcebispado de Cuiabá, não era ainda individualidade cujo nome se projetasse além das fronteiras do Estado, salvo em círculos restritos, dos admiradores de sua cultura.

Três sucessos, porém, relacionados, ainda que indiretamente, com o centenário episcopal, ampliaram-lhe desmedidamente a nomeada. A 26 de julho, o discurso que proferiu, ao ingressar no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assinalou a ocorrência memorável. "O Centenário do Bispado de Cuiabá não podia receber maior consagração histórica do que esta, a que hoje se lhe confere neste santuário quase secular do passado e das tradições da nacionalidade".

E desenvolveu o seu tema como orador inspirado pelo ambiente evocativo. Ao terminar, o auditório compreendeu que não exagerara o Presidente Afonso Celso, ao enumerar-lhe os títulos de "eminente príncipe da Igreja, insigne homem de letras, homem de ciência e homem de Estado, poeta, tribuno, jornalista polígrafo, de consagradas capacidades e excepcionais serviços à Pátria". Ainda, por assim dizer, se percebiam as ressonâncias do seu discurso maravilhoso, quando foi chamado a Mariana, pelo seu antigo

Professor do Liceu Salesiano, transfigurado em Arcebispo, D. Helvécio de Oliveira.

Tratava-se de recolher à Matriz, a 29 de agosto, após Missa Campal, nas festas em sua homenagem, a Bandeira do 17.º Batalhão de Voluntários Mineiros, de gloriosos feitos, até Laguna. À hora propícia, coube a palavra ao peregrino cuiabano, que o patriotismo inspirou.

“É a Bandeira da Retirada, êsses trinta e cinco dias de marchas formidáveis, que são outros tantos poemas homéricos de resistência, de bravura e de heroísmo”. E depois de recordar os episódios que a dignificaram, exclamou:

“Eu te saúdo, pois, ó sagrada Bandeira! tu, que foste cerzida piedosamente por mãos trêmulas de mães e donzelas! Eu te beijo, ó velha e querida Bandeira! tu, que desde o Apa até Cuiabá, te embalsamastes nos aromas selvagens da minha terra natal!... Eu te venero, ó Gloriosa Bandeira! venero em ti o sangue dos heróis e a lágrima dos santos, os soluços das mães e os suspiros das noivas, os beijos das crianças e os estertores dos coléricos...” “Lá ficarás tu para sempre, como um dos mais augustos emblemas da nacionalidade...” “Mas, se algum dia, o que Deus não permita, o dilúvio das paixões humanas galgar os píncaros sagrados, onde ancoraram as arcas santas das tradições nacionais; se a onda invasora ameaçar submergir as instituições e os princípios, que fazem grande os povos, desprende-te ó Bandeira! desprende-te do teu Ararat solitário, enfuna como a uma vela o teu farrapo auri-verde e vai cheia de patriotismo e de glória, apontando-nos com o teu mastro imortal, acima de todos os naufrágios e de todas as borrascas, o céu azul dos teus ideais infinitos. Salve, Bandeira!”

O Arcebispo de Mariana regozijou-se de ter conseguido marcar de maneira incomparável a cerimônia que promovera, para recolher a Velha Bandeira a local condigno. A oração de Dom Aquino Corrêa despertou aplausos gerais, além de lágrimas em centenas de ouvintes, que lhe enaltecera a sublime eloquência. O Ministro da Guerra promoveu edição especial, para ser distribuída aos corpos de tropa do Exército.

Decorridos mais alguns meses, outra solenidade, de caráter estritamente literário, abriu-lhe ensejo de revelar a sua cultura, ao tomar posse, a 26 de novembro de 1927, da cadeira para a qual o elegera a Academia Brasileira. Cumpria-lhe fazer o elogio de Lauro Müller, difícil para quem se limitasse à literatura, a cujo culto não teve tempo de aplicar-se o insigne brasileiro.

Proclamado acadêmico por escolha de 14 de setembro de 1912, meses após iniciar a gestão da pasta das Relações Exterio-

res, pertencia à classe dos "expoentes", que se tinham engrandecido por ações em outros domínios. Estadista de amplo descortino e politico sagaz, sobejavam-lhe razões para pretender o Panteão cívico. No tocante às letras, porém, não faltou o orador à verdade, ao afirmar: "Fôrça é reconhecer que Lauro Müller não podia competir em credenciais literárias, com o seu preclaro contendor, o Dr. Ramiz Galvão. (Triunfara por vinte e dois votos contra quinze). Deve-se mesmo convir em que não foi êle um homem de letras, tal como são aqueles que, no dizer de Rui Barbosa, passam a vida na contemplação do belo, nos laboratórios da arte, no culto das letras pelas letras".

Todavia, encontrou motivos para exaltar a individualidade imortal do seu antecessor, cujo perfil evocou a primor. E reafirmou o seu credo literário. "Ao entrar para a Academia, senti que, também eu, galgava as alturas de uma acrópole, não de uma acrópole em ruínas, mas acrópole imortal, onde os Propoleus não perdem a elegância ática dos seus mármore, e o Parthenon cristaliza para sempre o sorriso divino da beleza. É a radiosa acrópole da nossa literatura da qual vós, senhores Acadêmicos, sois as colunas vivas e gloriosas". E após denunciar, "perante vós, essa literatura do ceticismo e da dúvida literária que, por parecer original e profunda, blasfema de tudo que é sagrado e puro, de tudo que ignora ou não quer entender" rematou:

"Mas creio na literatura da razão e da fé, da esperança e do amor, da religião e do patriotismo; creio na literatura, que é uma alavanca de ouro elevando os corações para o ideal e para a virtude; creio na literatura, que à semelhança da olimpica Hebe, propicia aos espíritos, em vasos de filigrana, os manjares da imortalidade; creio, enfim, na literatura, que à imitação dos cânticos de Moisés no deserto acompanha, orienta e suavisa as marchas gloriosas da civilização para a Chanaã dos seus eternos destinos.

Festejado na mais alta associação literária do Brasil, daí por diante deixou de ser provinciana, para se tornar nacional, a fama de Dom Aquino Corrêa, em quem os seus parceiros louvavam o orador, que sabia arrebatrar com sua palavra elegante e castiça, tanto as multidões nas praças públicas, como os auditórios mais seletos, em recintos privilegiados. De quanto explanou, com igual brilho, em várias oportunidades, enfeixa-se em dois volumes de "Discursos", que publicou em 1942. Por temas prediletos, o patriotismo associa-se à religião e às belas letras, em luminosos ensaios, consagrados a Dante Alighieri, Castro Alves, São Francisco de Sales, D. Bosco, e Padre Vieira, Rui Barbosa, além das que versavam assuntos da atualidade. Não abrangem, porém,

tôda a obra oratória do Arcebispo, que ainda se fez ouvir e aplaudir na comemoração centenária do *Jornal do Comércio*, no "Batismo Cultural de Goiânia", quando, à luz do sol planaltino, entoou hino cívico ao Estado, a que se prendia pela linhagem paterna.

Quando se afastava da tribuna, que lhe ampliou o renome, nas mais solenes ocasiões, ou deixava de poetar, em honra a Religião que abraçara, recorria à prosa, para a difusão dos seus sentimentos e idéias. Nas *Cartas Pastorais*, cujo primeiro tomo veio a lume em 1942, e o segundo em 1947, o frasear terso e conceituoso tece comentários aos sucessos contemporâneos, especialmente os que interessam à Igreja, para melhor e sadia orientação dos que lhe obedeciam à chefia espiritual. Sem azedume, mas resolute, analisava as causas de pecado, às quais contrapunha conselhos paternais. O maior provinha do seu próprio exemplo, de humildade e tolerância. Embora aparecesse em público, imponente em sua dignidade arquiépiscopal, que lhe realçava a impressionante figura apolínea, era consigo mesmo, portas a dentro, o varão afeito à vida simples, que desprezava até o mínimo conforto. Alojado no tradicional casarão, que o Bispo D. José edificou, para abrigar o "Seminário", de sua iniciativa, contentava-se com o leito, sem luxo, e mesa desprovida de finas iguarias.

Vida de tal maneira virtuosa, que a maledicência, fácil de medrar em cidades pequenas, onde todos conhecem as falhas alheias, não achou como siquer boquejar censuras ao seu proceder, embora adotasse regime diferente do antecessor. Contrariamente ao venerando D. Carlos L. d'Amour, cioso de suas regalias, que timbrava em mostrar-se revestido das vestes de gala, D. Aquino Corrêa não deixava de sair à rua às horas comuns, quando lhe era dispensável o trajar solene. Piedoso, sem dúvida, mas inflexível, aquêle entrou melancolicamente na velhice, sentindo crescer contra a sua autoridade a onda dos que lhes combatiam a intolerância. Isolou-se, por fim, em sua residência, donde raramente se ausentava. O sucessor, ao revés, usava de maior clemência, que amaiounou a luta religiosa.

A prova meridiana de quanto se tornou benquisto, rompeu das comemorações de junho de 1952, quando Cuiabá lhe festejou o jubileu de prata, na Academia Brasileira e o de ouro na vida religiosa. Para melhormente assinalar a data memorável, reuniu-se, na Capital matogrossense, o seu primeiro Congresso Eucarístico, de que participou o Cardeal de São Paulo, acompanhado de bispos, monsenhores, padres, além de autoridades leigas, como o Governador de São Paulo, e representantes de outros governos estaduais e do Congresso Federal.

Jamais presenciara Cuiabá análogo espetáculo, um de cujos números consistiu na inauguração de sua herma no jardim fronteiro ao Palácio, em local mais próximo à Catedral. Assim, o cantor da *Terra Natal* testemunhou em vida, ao completar meio século de batina, a consagração dos seus méritos, em que se evidenciou o aprêço dos admiradores, tanto da sua peregrina inteligência, atestada em dezenas de escritos, em prosa e verso e discursos, como de suas virtudes de Pastor benevolente, pronto em socorrer, sem alarde, os que lhe recorriam às minguadas reservas pecuniárias. De mais a mais, por sua solicitação oportuna, justas aspirações foram atendidas, para benefício de famílias necessitadas, a quem não demorava a sua intervenção confortadora.

Não maravilha, destarte, que se lhe dilatasse o círculo dos amigos, não obstante permanecer afastado de postos de comando. Prova-o o Decreto-lei 864, de 10 de junho de 1947, que promoveu a aquisição de "100 volumes das obras de D. Aquino Corrêa a fim de serem distribuídas aos alunos de colégios, ginásios e outros estabelecimentos de ensino secundários, técnicos e primários, existentes no Estado, que mais se distinguirem no ano letivo". Era mais um prêmio aos estudantes do que auxílio ao escritor, pois, quanto obtivesse, de verbas escassas, empregaria na terminação da Igreja de Bom Despacho, em melhoramentos do avelhantado "Seminário", a que anexou moderno complemento, que lhe dá entrada pela rua D. Aquino, para sede do Arcebispado. Para si, apenas reservava quinhões minguados, que lhe bastassem a manter o regime de jejum purificador, por vêzes compulsório, de que não se queixava. Ao revés, parecia comprazer-se na penúria, em que vivia intra muros, sem que de forma alguma esmorecesse a fidalguia das suas atitudes diante de estranhos. Era, então, o admirável antistite que sabia orar e atuar como extrenuo paladino das suas idéias, fôssem religiosas ou patrióticas, ou literárias.

Demonstrou-o, cabalmente, durante as cerimônias cansativas do Congresso a que não deixou de comparecer. Uma das mais imponentes exigiu-lhe esforços demasiados quando, de joelhos, no estrado de veículo motor, em adoração diante do altar a tal fim improvisado, dirigiu, à noite, a procissão do Santíssimo, da Catedral, ao pátio do Colégio, onde se realizaria a Missa Campal. A multidão acompanhava-o, comovida e silenciosa, admirando-se não só da piedade, como da resistência física do Arcebispo, sabidamente enfermo, que, terminada a transladação, ao confiar ao altar definitivo a Custódia levada em mão, sentiu que lhe minguavam as forças. Não obstante, ainda participaria de outras solenidades, que mais lhe predisporiam o organismo para a expiação ulterior, referida em Carta Pastoral, de 7 de outubro.

Ultimados os festejos do duplo jubileu, que lhe assinalou o auge da ascensão, logo lhe sobreveio “uma repentina e espetacular doença verdadeira bordoadada divina, que lhe deixou desfigurado e monstruoso”, em que lobrigou o sinete indicativo da parte admirável, “que conforme nos tem acontecido em outras ocasiões, quiz Deus tomar nessas comemorações”. Embora não fôsse a “enfermidade de morte, mas de vida, com o fim de expulsar e como que esvurmar as nossas iniquidades, atraindo-nos ao seu amor misericordioso, para melhor cuidar de nossa e das vossas almas”, consoante a sua humilde confissão, o certo é que lhe foi gradativamente declinando a resistência orgânica.

Amiudaram-se-lhe as viagens a São Paulo e Rio, onde não lhe faltaria oxigênio disponível, de que necessitava em suas crises cardíacas. Por fim, recolhido, para tratamento, ao Sanatório de Santa Catarina, não resistiu ao colapso, que suavemente o emudeceu, às 20,30 horas de 22 de março.

Nascera a 2 de abril de 1885, de sorte que apenas completara sete décadas de existência edificante, bem vivida, com dias cheios, e conforme lhe desejara o Padre Armindo, que o precedera no túmulo, desde 23 de dezembro de 1918, como assinalou o seu biógrafo.

“Nada porém, de extraordinário no seu trespasse”. “Nem falou, sorriu apenas, e expirou”.

Ambos os conoviços de 1902, assim terminaram serenamente a sua vida, como os justos que estão em paz com a sua consciência, por terem encontrado na religião a segurança dos seus destinos.

OCTOGENÁRIO LABORIOSO

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Em data recente, assinalou-se o 80º aniversário de quem alcançou idade provecta, sem esmorecimento das características pessoais, que o extremaram entre os contemporâneos, desde a juventude, mercê das qualidades hereditárias e do apuro da educação recebida.

O Visconde de Taunay, para restituir a quem de direito os benefícios dos ensinamentos paternos, que lhe propiciaram o êxito na sociedade, onde se distinguia a sua presença fidalga, nas artes, como entusiasta compositor, além de desenhar nas horas vagas e principalmente nas boas letras, em que estreou com obra prima, garantia da sua fama, reforçada por outras, cuidou zelosamente da formação do filho, Afonso, por acaso nascido em Santa Catarina, em tempo do seu Govêrno.

Pelos pendores naturais, cultivados a primor, a família justamente se ufanava dos seus pintores, musicistas e escultores, desde a primeira geração, contratada para organizar o ensino das Belas Artes no Brasil. A começar de Nicolau Antônio Taunay, membro do Instituto de França, cuja paleta se afeioou ao ambiente brasileiro, interpretado em telas paisagísticas; de Augusto Maria Taunay, seu irmão, escultor, Félix Emilio, seu filho, diretor da Academia de Belas Artes, por mais de três lustros, além de professor do D. Pedro II, de desenho, grego e literatura; e Amado Adriano Taunay, que dera volta ao mundo como desenhista da expedição de Freycinet, destinado a perecer precocemente no Guaporé, cujas águas o tragaram em trágico acidente.

E, mais ainda, Carlos Augusto, que se alistou entre os primeiros colaboradores do *Jornal do Comércio*, e fundou o *Messenger du Brésil*, Hipolito Taunay, autor de uma História do Brasil, de parceria com Ferdinand Denis, Teodoro Maria, dos *Idílios Brasileiros*.

Era, pois, uma constelação de artistas, de que não destoou o filho de Félix Emilio, batizado como Alfredo Maria Adriano Es-

cragmolle Taunay, que se immortalizaria, pelas suas obras e feitos, com o título de Visconde de Taunay.

Por ter sido carinhosamente educado pelos pais, também se esforçou por transmitir ao filho Afonso análogos benefícios.

Escolheu os melhores colégios que pudessem atender-lhe às aspirações, além de explicadores particulares, e completava-lhe os ensinamentos com as lições domésticas, do exemplo continuo de aplicação aos livros. E de tal maneira o jovem se devotou aos estudos que, mais tarde, recordaria o seu paraninfo na Academia de Letras, «pois não é certo que realizais tôdas as manhães o vosso momento musical, dedilhando Schumann, Chopin, Sylvio Dinarte ou Flavio Elysio, tendo na estante, diante dos olhos, no lugar da pauta, um jornal diário a cuja leitura procedeis, enquanto a melodia se desprende das vossas mãos fidalgas!»

Se assim crescia no amor à arte, não menor entusiasmo consagraria aos encargos, que lhe tocassem. Espontâneamente, ou talvez, por sugestões bem aceitas, não seguiu a carreira das armas, que por ventura o seduziria, antes da queda do império, causadora de irremediáveis desgostos e desilusões ao autor da *Retirada da Laguna*, que desprezou, então, as vantagens e prestígio adquiridos por seus incomparáveis esforços em campanha.

Abria-se, porém, outra possibilidade de não se afastar demasiado da trajetória paterna, traçada por quem fôra engenheiro-militar. Seguir-lhe-ia as pegadas na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, onde se matriculou. E na arraiada auspiciosa do século, diplomou-se em engenharia civil, juntamente com 46 colegas. A turma seguinte contaria 37, mas as imediatas foram gradativamente diminuindo de número, até o mínimo de seis em 1907, que evidenciava as precárias condições a que se achava sujeita a profissão.

A falta de procura do tradicional estabelecimento de ensino pelos alunos, correspondia a efeito da política de restrições inflexíveis de Joaquim Murtinho, primeiramente no Ministério da Viação, e mais tarde, no da Fazenda.

A interrupção das obras públicas acarretou a dispensa de inúmeros técnicos, que não encontravam empreendimentos particulares necessitados de sua colaboração.

Daí se causou, por um lado, o desvio dos diplomados para vários ramos de atividade, e por outro, o afastamento de novos candidatos à matrícula, que para evitarem a carência futura de cargos apropriados às suas aptidões, preferiram seguir especialidades diferentes. Entre os que escolheram o magistério para a aplicação dos conhecimentos adquiridos, avantajou-se Afonso de

Taunay, que a Escola Politécnica de São Paulo acolheu, como professor substituto em 1904 e catedrático desde 1910.

Apesar do saber revelado em suas preleções e integridade no exercício, tanto no ensinar, como igualmente no exigir a colaboração dos alunos, que lhe proclamavam a justiça das classificações, isentas embora de condescendências injustas, proporcionar-lhe-ia o destino mais amplas oportunidades de patentear a sua multifaria cultura.

Ensaando os primeiros vãos, publicou o romance *Leonor de Avila*, cujo pseudônimo, Sebastião Corte Real, não bastou para encobrir de todo o verdadeiro autor, que preferiu, daí por diante, abandonar a ficção, para se consagrar de todo às pesquisas históricas.

Depois de várias obras de menor tomo, empreendeu a maior, que lhe indicou o amigo e mestre Capistrano de Abreu. E, ainda em meio da empreza sobre-humana, poderia afirmar: «assim me dispus a uma empreza que apenas vale pela exigência árdua do labor, a fidelidade da consulta às fontes e o desejo de servir à Verdade. Pois a narrativa da dilatação do Brasil pelos paulistas, avassaladores de milhões de quilômetros quadrados que, por direito de bulas e tratados, deviam ser castelhanos, é tentame cujas dimensões cada vez mais se alargam e exige, para a sua explanação, o concurso de muitos trabalhadores animosos e encarniçados ao trabalho».

Quando assim definia a obra que ideara e ia realizando — *História Geral das Bandeiras Paulistas* — já contribuía para o engrandecimento cultural de São Paulo em apropriada missão, que lhe confiou o Governo em 1917. As contingências da Guerra, que rompeu entre o Brasil e a Alemanha, afastaram da direção do Museu Paulista o Dr. Herman von Ihering, que o moldara em cunho científico, à luz dos ensinamentos das ciências naturais de que era afamado cultor.

Nesses domínios, cabia-lhe, sem dúvida, o primado.

Mas, avizinhava-se o Centenário da Independência, a que o panorama envolvente propiciava empolgante cenário para a exaltação de D. Pedro, de que se causou a decisão emancipadora.

O novo diretor, que evidenciara vocação de historiador, transviado em cátedra de ciência experimental, valeu-se da oportunidade para imprimir nova orientação, mais brasileira, ao estabelecimento, que sob sua direção cresceu extraordinariamente.

Nacionalizou-o por inteiro, sem lhe diminuir a valia científica, mantida pelos naturalistas que mobilizou.

Iniciou a publicação dos *Anais do Museu Paulista*, órgão da Secção de História do Brasil, e especialmente de São Paulo,

justamente quando se comemorava o Centenário da Independência. Por 293 páginas alongou-se a transcrição dos *Documentos do Arquivo Geral de Índias em Sevilha*, que desta maneira proporcionou ao exame dos investigadores patrícios. As cópias que encomendou e a sua divulgação no primeiro tomo e nos seguintes bastariam para lhe garantir a benemerência, ainda que não as acompanhasse das monografias em que traçou os perfis de notáveis bandeirantes, do naipe de Pedro Taques, de Bartolomeu Paes de Abreu.

Quem analisar a evolução intelectual do professor, transfigurado na direção do Museu Paulista, não deixará de notar a intensificação das suas escavações nos domínios da História. Certo, já evidenciara pendores para tais tarefas, até na obra de ficção, *Crônica do Tempo dos Felipes*, em que Ramiz Galvão, relator da Comissão de História, a que foi encaminhada a proposta de 15 de julho de 1911, para a sua admissão ao Instituto, lobrigou, «em todo o livro o pulso de um investigador estudioso, que se não quis limitar às frases banais de intrigas galantes».

E acrescentou: «como estréia, é auspiciosa. O tempo e o estudo acabarão por libertá-lo de alguns senões, de certas demasias, que a crítica poderia descobrir neste trabalho sem dúvida alguma promissor de belos e sazoados frutos». Para justificar o seu ingresso, a 23 de novembro, como sócio correspondente, bastariam as contribuições, que vinha oferecendo à Revista do Instituto, antes de lhe entregar a *Missão Artística de 1816*, galardoada com o Prêmio D. Pedro II».

Mas, ainda reservava disponibilidades intelectuais para pesquisas que se enfeixaram no *Léxico de Lacunas*, indicativo de seus conhecimentos em lexicologia, mais tarde comprovados em *Vocabulário de Omissões*, *Coletânea de falhas*, *Léxico de termos técnicos e científicos*, *Reparos ao novo Dicionário de Cândido de Figueiredo*, *A terminologia científica e os grandes dicionários portugueses*, *Inopia científica e vocabulário dos grandes dicionários portugueses*.

Todavia, o Museu empolgou-lhe a atenção, principalmente depois de conseguir concretizar a sua grande aspiração, conforme confidenciaria. «A ocorrência das festas centenárias de 1922 e o apóio do tradicionalismo veemente do presidente Washington Luiz, permitiram a realização de um projeto que me era sobremodo caro: a decoração simbólica do palácio do Ipiranga, alusiva à unidade e ampliação do Brasil, através do envolver de seus quatro séculos e a instalação condigna da secção de História de São Paulo».

Quanto mais se abasileirava o Museu, pelo arranjo racional e artístico de suas coleções, expostas à observação dos visitantes,

mais se esforçava o seu dedicado diretor por evocar as cenas passadas e personagens que tiveram a sua fase de cooperação fecunda para o engrandecimento do país, assim territorial como cultural.

Já levava aos prelos os primeiros volumes da monumental *História Geral das Bandeiras Paulistas*, que se remataria, em 1950, com o 11º, quando encetou outra série de correspondente valia, em que se ocupou da *História Seiscentista de São Paulo*, recheada de valiosos documentos, que a dilataram por quatro volumes.

Também da *História do Café*, explanada em 15 volumes, «que minudenciam a evolução da lavoura cafeeira no Brasil, desde os seus primórdios, até o máximo florescimento, quando se desdobrou a onda verde dos cafezais pelo território paulista».

Durante a elaboração destas volumosas obras, cada uma das quais bastaria para alicerçar a fama de quem a subscrevesse, não abriu mão o autor de seus ensaios avulsos, acêrca de biografia, linguística, história de arte, crônicas e assuntos vários, cujo número já avultava, ao acolhê-lo a Academia Brasileira de Letras, a 6 de maio de 1930. De entrada, declarou-lhe Roquete Pinto, incumbido de recebê-lo:

«Quando considero o vulto e a importância de vossa obra magnífica, bem compreendo que houvesseis tardado. O pêso da bagagem, como no verso de Musset, demorava o passo do caminhairo, firme, vaqueano de todos os chãos percorridos em labor inigualável».

E para lhe realçar os méritos, assegurou: «nas canseiras e responsabilidades da administração jamais se esgota a vossa atividade que anualmente nos entrega artigos, monografias e volumes mais de uma vez laureados pela Academia, tão grande é a vossa bibliografia! No entanto a lista dos vossos trabalhos não traz referência às músicas que tendes composto, improvisações no teclado de que sois senhor e amigo».

Destarte exaltado pelo sábio polígrafo, a quem sobejavam credenciais para jogar os méritos científicos do novo parceiro, não admira que, ao atingir o limite de atividade oficial, lhe concedesse o Governo do Estado a aposentadoria em condições honrosíssimas, que lhe permitiram continuar as pesquisas do seu agrado no estabelecimento em que deixara a marca da sua personalidade.

Liberto de afazeres administrativos, nem assim se recolheu à inatividade, como provam os escritos ulteriores, além da colaboração ininterrupta no *Jornal do Comércio*.

Os volumes que trouxe a lume exigiriam normalmente os esforços de vários pesquisadores, que possuissem igual sagacidade no interpretar os documentos.

E interessante é que não esquadrinhou os arquivos estrangeiros, mas, bem informado, como seu mestre Capistrano de Abreu, conseguiu cópias autênticas, que se apressou em divulgar, para benefício dos estudiosos.

Não será dos menores serviços prestados aos historiadores patrióticos, que lhe proclamam a benemerência de animador dos estudos históricos, além de executor exemplar de memoráveis missões culturais, premiadas com o louvores dos doutos.

Ao completar o seu 80º aniversário, ainda vigoroso no trabalho, pode A. de Taunay ufanar-se da trajetória percorrida, que honra o nome de família, acrescido de novos lustres por sua obra grandiosa, indispensável à consulta de quem pretenda bem conhecer os fastos brasileiros, especialmente os relacionados com a fase épica de bandeirismo.

MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS

VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

A Revolução de Trinta, reunindo em suas falanges aluidoras da ordem constitucional componentes de várias procedências, despertou anseios renovadores em quantos nutriam aspirações, que raros saberiam interpretar na prática.

Nem sempre encontrariam meios de realizá-los, como evidencia a série de tentativas malogradas de reformas, muitas das quais deram causa a decretos inoperantes, cujo número excessivo dificultava o conhecimento cabal do objetivo que pretendia o legislador alcançar. Entre os que sobressairam na confusão dos pareceres desconstruídos, em pregação firme e pertinaz, assumiu papel de vanguardeiro Mario Augusto Teixeira de Freitas, cujo desaparecimento enlutou a cultura brasileira na madrugada de 22 de fevereiro.

Embora nascido na Bahia, aos 31 de março de 1890, vinha de Minas Gerais, onde provara a sua competência profissional, em cujo aprimoramento perseverou, desde quando ingressara, mediante concurso de 1908, na Diretoria Geral da Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas. Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, pela Faculdade do Rio de Janeiro, preferiu continuar as suas pesquisas nos domínios da Estatística, de acordo com a sua pronunciada vocação. E tanto se extremou entre os colegas, que o escolheu Bulhões Carvalho para Delegado Geral do Recenseamento em Minas Gerais. Seria seu auxiliar de maior hierarquia na região montanhosa, para garantia dos trabalhos censitários de 1920, cuja direção lhe confiara o Presidente Epitácio Pessoa.

Deparou-se-lhe, neste lance, propício ensejo de empreender campanhas de conseqüências duradouras, principalmente depois que o Governo Estadual, ao testemunhar-lhe a fecunda capacidade de trabalho, lhe requisitou a colaboração para reorganizar os serviços estatísticos mineiros, cuja chefia lhe coube.

Ampliava-se-lhe, então, a oportunidade de atender às idéias que lhe mantinham o entusiasmo de moço desejoso de cooperar

para o engrandecimento do país. Enquanto, por um lado, fixava as bases do funcionamento da repartição, em breve apontada como seguro modelo às demais, não deixaria, por outro, de promover a formação de abnegados obreiros da tarefa em que se empenhara. Desta maneira, conseguiu elaborar e imprimir o *Anuário Estatístico do Estado*, com regularidade mais constante que o *Anuário Estatístico do Brasil*. Organizou, de mais a mais, o *Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais*, o *Anuário Demográfico*, o *Anuário de Legislação e Administração Municipal*, a *Carteira Estatística*, a *Divisão Administrativa e Judiciária de Minas Gerais*.

Certo, essas publicações não foram, nem o poderiam ser, obra individual. Resultado do trabalho de grupo, evidenciavam, todavia, a eficiência da chefia, que soube traçar as diretrizes e preparar os colaboradores, a quem distribuiu as tarefas de executá-lo. Mercê da proficiência demonstrada em Minas Gerais atraiu-o para maior cenário o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública. Transferindo a sua base de operações para esta Capital, não se limitou a colaborar na organização da nascente unidade administrativa, nem a cuidar apenas da Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, como lhe determinava o Regulamento. Rompeu debate, pelas colunas do *Jornal do Comércio*, a respeito dos assuntos, que lhe incendiavam a imaginação. Os artigos doutrinários, que redigia com o fervor dos apóstolos, continham mais substância revolucionária do que os fogosos discursos dos que pretendiam melhorar as condições existentes, embora lhes minguassem as competentes diretrizes. Diversamente, não se alistaria por ventura Teixeira de Freitas, de índole conservador, entre os partidários inflamados da Revolução. Mas, iria imprimir-lhe o cunho da sua individualidade, pela atuação renovadora nos domínios em que se especializara. Os escritos, vasados em linguagem precisa e convincente, completavam-lhe o esforço de administrador devotado às suas funções regulamentares.

Obstinadamente convicto das vantagens da cooperação das três órbitas de govêrno, federal, estadual e municipal, «mediante a associação voluntária e harmoniosa de esforços e recursos, nos casos em que a identidade de fins desaconselha o isolamento», insistiu na propaganda, até conseguir o «Convênio das Estatísticas Educacionais e Conexas», inspirador da Convenção Nacional de Estatística, em que se apoiaria a criação do organismo predestinado a luminosa trajetória. A citação apenas de tais empreendimentos, precedidos pela preparação psicológica de Teixeira de Freitas, mediante propaganda sistemática, e animados pela sua palavra esclarecedora, resume pàlidamente os triunfos sucessivos, que lhe pontilhariam a atuação revolucionária, culminada pela organização do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Não desabrochou inopinadamente, com o ímpeto das decisões pretensiosas, que não levam em conta os imperativos da realidade e por isso desmedram em curto prazo. Os fundamentos da nova entidade derivariam de princípios desprezados pela experiência brasileira. A cooperação inter-administrativa, ensaiada com êxito em Minas Gerais, não penetrara ainda nos quadros federais, quando Teixeira de Freitas a arvorou, como bandeira por assim dizer revolucionária, para pleitear as reformas que lhe pareciam indispensáveis ao Brasil.

Primeiramente, conseguiu a convocação de representantes dos Estados, que, após memoráveis debates, firmaram, a 20 de dezembro de 1931, o «Convênio para o aperfeiçoamento e uniformização das estatísticas educacionais brasileiras».

Mais tarde, ao recordar o primeiro passo triunfante, gerador de conseqüências fecundas, qualificá-lo-ia de «vitória do bom senso». «Nada mais era que a aplicação de boa razão a um setor administrativo, onde atuavam desnorteadamente três competências concorrentes, cada uma delas incapaz de resolver o problema por si só». A solução, pela sua eficiência, despertaria os maiores louvores futuros, mas, de momento, contrariava o regime de trabalho costumeiro e por isso não lhe faltariam obstáculos à aplicação. A pertinência incansável de Teixeira de Freitas e seus colaboradores, porém, conseguiu gradativamente suplantá-los e o êxito, patenteado na Primeira Exposição Nacional de Educação e Estatística, estimulou-o a mais arrojada iniciativa. Se o método se provara eficaz, conviria experimentá-lo em outros domínios. Daí se causou o projeto de Convenção Nacional, para a fundação do Instituto Brasileiro de Cartografia e Estatística, elaborado pelo Ministério da Educação, que o submeteu à apreciação do Governo Federal. Aprovado, embora com alterações, após metuculoso exame, seria o germe de modelar instituição, que não se ajustava a molde algum existente.

O Instituto Nacional de Estatística, embora criado pelo decreto n.º 24.609, de 6 de julho de 1934, ainda aguardou, todavia, a estrutura que lhe proporcionou a Convenção Nacional, ajustada entre o «Governo da União e os Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre», fundamento de sua vida vigorosa e benemérita. Concretizava-se, destarte, o projeto de Teixeira de Freitas, em organismo de âmbito nacional, embora não fôsse repartição federal, nem estadual, nem municipal. A cooperação em bases racionais ativou em tôdas as órbitas governamentais a componente a que se obrigara cada uma, aplicada ao mesmo objetivo, conforme a divisa adotada: «competências concorrentes, atividades convergentes». De tal maneira se evidenciou a vantagem causada pelo singular sistema, que não tardou a surgir a primeira

imitação, pela criação do Conselho Brasileiro de Geografia, «incorporado ao I. N. E.» consoante estipulou o decreto n.º 1.527, de 1937, assim corrigindo a redução do primitivo projeto, que também atendia às solicitações cartográficas. Para melhor sistematização, mudaram de nome, para se tornar cada ala Conselho Nacional, de Geografia e de Estatística, reunidos ambos sob a denominação geral de Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Ao inovador, que lhe traçara a estrutura, coube, por imperativo de justiça, e interesse da própria instituição nascente, para ter o seu funcionamento garantido, como fôra planejado, o cargo de Secretário Geral, sem prejuízo das obrigações de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde. Deparou-se-lhe, então, ensejo, de pôr em prática os seus anscios renovadores. A experiência, adquirida em Minas Gerais, serviu-lhe de base para conceber, planejar e executar, com firmeza e proficiência, a organização estatística brasileira, que metodizou a coleta de dados e sua apropriada interpretação.

Tornou-se o regente de afinada orquestra, que tanto se fazia ouvir nas capitais, como igualmente nos mais remotos municípios, onde não faltaria o representante do I. B. G. E., embebido das mesmas aspirações. O idealismo radioso, que lhe norteava as atividades de funcionário modelar, propagara-se a quantos lhe ouviam as pregações apostolares, de iluminação pelo saber e dedicação ao bem coletivo.

E não sòmente lhe crescia o prestígio entre os auxiliares, como em todos os círculos sociais de que se aproximasse. A propósito, nenhum episódio terá tamanha significação como a da sua aliança com a Associação Brasileira de Educação, fonte de estímulos sadios. A Fernando Magalhães, o líder acatado, coube promover a conjugação das duas forças, dos educadores, congregados por Heitor Lyra, e das estatísticas, chefiadas por Teixeira de Freitas, que diria, em tocante cerimônia de despedida:

«Abençoada a hora em que vim até vós, Entrastes na minha vida como um encontro predestinado. Era, sim, o signo de um destino».

Por bem se compreenderem, nos domínios a que aplicavam a sua inteligência e propósitos de elevação do nível cultural do Brasil, confiou-lhe a A. B. E. a sua Presidência.

Ao exercê-la, como igualmente após a terminação do mandato, empenhou-se em comprovar os seus carinhos pelos assuntos educativos, de que resultou a publicação de ensaios de valia, como «O ensino primário no Brasil», «O que dizem os números sôbre o

ensino primário», «A educação rural», «O Exército e a educação nacional», «Dispersão demográfica e escolaridade», «A evasão escolar no ensino primário brasileiro», «O ensino primário brasileiro no decênio 1932-1941», «A escolaridade média no ensino primário brasileiro».

Não lhe bastava, porém, o trabalho individual, por maior que lhe fôsse a amplitude. E por isso, incitava o dos companheiros impregnados de análogos ideais, tanto no âmbito do I. B. G. E., como da A. B. E. As estatísticas, de aperfeiçoamento progressivo, como evidenciaram as Exposições correspondentes inclusive a que assinalou o Batismo Cultural do Goiania, completavam-se com as interpretações, em comunicados à imprensa, elaborados pelo «redator desconhecido, Alvim Pessoa, homem capaz de todos os sacrifícios pelo ideal ou pela amizade, mas sob a condição inafastável do seu incógnito, do respeito à sua modéstia de santo», como revelou ultimamente. Com os nomes dos responsáveis entretanto, enfeixou no primeiro opulento volume, de 847 páginas, ensaios, «políticos e filosóficos, administrativos, estudos sociais, pedagógicos, técnicos e estatísticos», a que deu o título de «O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação», para bem acentuar as preferências da entidade técnico-administrativa pelos problemas de ensino.

Destinou-o à Primeira Conferência Nacional de Educação, de 1941, que teria mudado o rumo das atividades oficiais nesse ramo, se fôsse atendido o apêlo consubstanciado na Resolução 185, de 19 de julho, pela qual o Conselho Nacional de Estatística formulou voto para que da reunião de especialistas e delegados políticos resultasse uma «Convenção Nacional de Educação e Saúde», à semelhança do que ocorrera no tocante à estatística. Caso homologassem a moção apoiada por 17 Estados, «então daquela mesma Conferência sairiam os elementos essenciais à implantação do sistema intergovernamental que, somente ele — tudo o tem provado e tal reconhecestes — lembrou aos abeanos, é capaz de salvar a Educação Nacional do descabro em que continua a cair, sob formas cada vez mais graves, sem embargo de aparências enganadoras e de alguns passageiros movimentos de reerguimento e recuperação».

O paladino sentiu-se vencido neste lance. Não esmoreceu, todavia. E em 1955, ao recordar o episódio, afirmou: «a idéia dorme; não está morta». E por isso, nela se inspirou o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, organizado pelo Ministro Clemente Mariani, com o concurso de «uma comissão quase tódela constituída de elementos vossos». A sua atuação exemplar, em perfeita consonância com os princípios que propagava, como apóstolo fervoroso, expressava-se em resultados que empolgaram as atenções

dos especialistas estrangeiros, maravilhados com as singularidades da organização estatística brasileira, diferente de qualquer outra. E, para demonstrar a sua admiração, elegeram-no Presidente do Instituto Inter-americano de Estatística, sem que estivesse presente à assembléia de Washington, em que foi tomada a expressiva decisão. Por sua vez, a Royal Statistical Society, de Londres, admitiu-o em seu quadro social.

Qual a razão de suas vitórias incomparáveis ?

Assinalou-a, em lúcida «Exposição de Motivos», o presidente do D.A.S.P., Dr. Luiz Simões Lopes, ao propor-lhe o nome para inscrição no «Livro do Mérito», por ser «dotado de uma capacidade de trabalho verdadeiramente ímpar, dedicação exemplar, profunda visão dos problemas nacionais, senso de cooperação, nobreza moral, irredutível patriotismo, simplicidade pessoal, ânimo construtivo, austeridade de caráter e vigilante espírito público». E, mais, o conhecimento cabal dos assuntos, que examinava com sagacidade e «penetrante visão sociológica dos problemas brasileiros».

Devotando-se inteiramente ao serviço do I. B. G. E., desde a sua fundação, conseguiu transmitir-lhe o seu idealismo construtivo, de que se impregnou a instituição, alentada pela mística ibegeana, capaz de feitos memoráveis, tanto na execução pontual dos trabalhos, como igualmente na maneira de proceder. Todavia, M. A. Teixeira de Freitas parecia não se dar conta do seu próprio valor. Recusou delicadamente a homenagem daspeana, e jamais apareceu em Washington, para receber as honras que lhe proclamavam o saber especializado. Preferiu continuar em sua missão, até se aposentar, após 44 anos de serviço público, em dezembro de 1952. Entretanto, não se desinteressou completamente do Instituto, que o continuou a acatar, como chefe espiritual da abnegada família ibegeana, fiel aos seus ensinamentos. Aos seus previdentes conselhos recorriam os discípulos, quando se lhes deparavam obstáculos imprevistos, preparados por agressores tendenciosos, ou decorrentes das circunstâncias adversas. E sempre encontravam o apoio solicitado, para bem da instituição, a que não faltaram graves provasções.

Passaram, como onda maligna, mas inoperante, sem derruir o organismo, que se revelou resistente, nem deslustrar o prestígio do seu fundador, que, meses antes de emudecer, recebeu por ventura a derradeira consagração, de que lhe proveu o diploma de Sócio Honorário da Associação Brasileira de Educação.

O agradecimento às saudações, interpretadas pela palavra doura e justa do Professor A. Menezes de Oliveira, soou como impressionante canto de cisne de quem recordou, nesse lance, a trajetória que percorrera, coadjuvado pelos educadores, a quem

atribuiu valioso quinhão no êxito alcançado. «Enche-me o coração, ufanou-se, com ênfase, a exuberante ventura ia eu dizer estouvadamente a glória — de verificar que tudo quanto quis, tudo quanto tentei, tudo atrás do que corri até perder o fôlego, eram coisas realmente tão belas, tão desejáveis que, ainda mesmo no insucesso completo ou nas minhas realizações, conquistou a adesão magnânima sem dúvida, mas sincera de um pugilo de brasileiros que fizeram da educação nacional, vale dizer que viram, na modelação do Brasil do futuro, o supremo ideal de suas vidas».

Em seu ideário «tão singular e tão eloqüente», o primeiro lugar caberia ao «conhecimento objetivo da realidade educacional que possuímos». Jubiloso, «deixei-me dõcilmente conduzir, confessou o reformador, sob o atrativo e o fascínio das idéias que agitáveis e que motivaram os pronunciamentos, as sugestões e os esquemas de trabalho formulados pelas históricas IV e V Conferências Nacionais de Educação». Daí se causou a série de projetos, coroados com a criação do I.B.G.E. que, não obstante a sua eficiente magnitude, não atendia a outras aspirações inovadoras, que, ainda uma vez, lhe inspirou a sincera eloqüência. Entre os objetivos não alcançados, citou o «da recomposição do nosso quadro federativo, com a conseqüente ou precedente mudança da Capital da República para o Planalto Central de Goiás. Isto sob a inspiração, a um só tempo, da justiça entre todos os brasileiros e também entre os grupos políticos que eles possam formar». Ter-se-ia em vista, a «comunidade de vida, portanto, na ambiência da verdadeira fraternidade, com a divisão equitativa do patrimônio que é de todos: o território, e a mais disso a boa ordem e o bom senso, no plano da vida municipal». «O segundo dos objetivos que consegui entrever foi que a recuperação da vitalidade já quase perdida pelo Brasil, era indispensável e urgente a reforma radical do seu aparelhamento de serviço político. Mas, com fundamento nos princípios da justiça social e de esclarecida orientação psicológica».

A idéia dominante em suas iniciativas, porém, patrocinava a «aplicação convencional do princípio de cooperação entre os Governos». Empreendeu-a, com êxito maravilhoso, na organização do I.B.G.E., que lhe proporcionou meios de provar as vantagens da tese adotada, com apoio estimulante da A.B.E. Preconizou-a para a solução dos grandes problemas brasileiros, sempre que «não possam depender apenas de uma só das órbitas governamentais, nem tão pouco da livre e descoordenada atuação de tôdas três. O exemplo mais frisanete seria proporcionado pela Educação Nacional, considerada pelo processo ibegeano, após a comprovação dos seus resultados, caso lhe aprovassem os delegados à Primeira Conferência Nacional de Educação a Moção indicativa

da conveniência de adotar novas diretrizes. Não logrou, todavia, superar os preconceitos, semelhantemente ao que sucedeu à «Operação Município», destinada a consagrar «cabalmente a vossa tese da cooperação intergovernamental». E, então, rematou, convicto, «ela se aplicará com facilidade, em forma sistemática, aos outros campos que a comportam, acompanhando a corajosa e bem inspirada inovação que sugeristes para o campo educacional».

Assim era o idealista invicto. Acreditava ardorosamente na exequibilidade de seus planos de reformas, ainda que hostilizados pela conjura dos preconceitos, contra os quais desenvolvia a sua argumentação persuasiva. A vitória do I.B.G.E. animou-o aos mais arrojadados empreendimentos, que remodelariam, se amparados, a estrutura administrativa e política do país, de acôrdo com os princípios que propagou em conferências e escritos vários. As idéias fundamentais, que lhe traçaram as diretrizes da campanha tenaz, expressas em «Problemas de Base do Brasil», inspiravam-se, por um lado, na cooperação racional, para melhorar o rendimento do trabalho humano. Por outro, era a justiça social que lhe ditava os programas de reformas, tão ousadas, por vêzes, que raiavam pelas regiões da utopia, onde não houvesse desigualdade entre os homens, nem possibilidade de miséria. Ainda nesses planos, todavia, cuja exequibilidade dependeria de temerária decisão executiva, em correspondência com a audácia da concepção, sobejam sugestões de imediato aproveitamento, tão fértil se mostrava o idealismo construtivo de Teixeira de Freitas, empenhado em elevar a dignidade humana pelo trabalho racional, em prol da coletividade. Pessoalmente, distinguia-se pela bondade nos atos, sem prejuízo da disciplina, mantida suavemente, mais pelo exemplo próprio, de irrestrita dedicação à tarefa, do que pelos rigores do Regulamento. A modéstia, em que se envolvia comumente, mal deixaria perceber a formação de mestre, que oportunamente intervinha nos debates, com a sua palavra douda e embebida de radioso idealismo. Pelo que realizou, especialmente nos domínios da estatística brasileira, a sua contribuição equivale a marco entre duas fases.

Antes, era o caos, em que se atropelava o esforço individual, desarticulado, e, não raro, contraditório. Depois, é o método em ação, baseado na cooperação bem entendida, em que o I.B.G.E. encontrou o segrêdo do seu maravilhoso desenvolvimento, que se espelha em suas publicações e no prestígio adquirido entre os sabedores. Mercê das convicções doutrinárias e dedicação fervorosa do seu organizador, operou-se a transformação, de que resultou possuir o Brasil uma instituição *sui-generis*, que mais de um país americano desejaria tomar por modelo.

À fama do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística acha-se, dest'arte, indissolúvelmente ligado o nome de Mario Augusto Teixeira de Freitas, que lhe prestou os mais sobrehumanos serviços, desde a fundação, até se aposentar, e ainda permaneceria como venerando consultor dos amigos, que lhe seguem a trajetória luminosa.

Pereceu o corpo, sujeito às contingências humanas. Mas permanecem os ideais, que dignificaram a criação do I.B.G.E., e ainda continuarão a inspirar superiormente os atos dos seus enlutados companheiros de nobres campanhas ideológicas. Certo, a memória dos seus feitos culturais perdurará com a instituição a que abnegadamente consagrou a mais fecunda fase de sua vida edificante.

O INSTITUTO HISTÓRICO

Prestigiado pela sua ancianidade, ao completar o 118.º aniversário de fundação, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro pode ufanar-se, ao rememorar a trajetória percorrida, sempre inspirado por sadio idealismo.

Surgiu, quando inquieto ainda se mantinha o ambiente político-social da década regencial, perturbada por insurreições frequentes. A mais grave agitava as populações sulinas, ao tropel dos cavalarios farrapos, que ameaçavam a integridade do Império.

Tristes vaticínios empolgaram o ânimo dos mais resolutos patriotas, da ténpera de Feijó, que chegou a admitir a hipótese do separatismo.

A incerteza do futuro ensombrou os espíritos mais lúcidos, que, todavia, não desanimaram.

Daí se causou, nos domínios político-administrativos, a atuação fecunda do «Ministério das Capacidades», e no tocante ao culto das tradições nacionais, em que se apoia a sobrevivência da nacionalidade, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Aflorou às vésperas por assim dizer da Maioridade, que apressou as responsabilidades dinásticas de D. Pedro.

Entenderam-se, desde o primeiro contacto, o Príncipe, que madrugava na governança, e a instituição nascente, devotada a graves estudos.

Maravilha como pudesse a aproximação protocolar do primeiro momento transformar-se em aliança compreensiva, que se intensificou progressivamente.

Não obstante as responsabilidades do trono, afeiçoou-se o jovem imperante ao ambiente sizudo do Instituto, onde encontraria venerandos professores, de quem recebera ensinamentos, pesquisadores de renome, e também alguns políticos, afastados de posições de mando, que ali repousavam de suas campanhas partidárias, em recinto de harmonia e tranquilidade.

Para patentear o seu aprêço, deu-lhe sede, em dependência do Paço, e animou-lhe a sessões, a 506 das quais estêve presente inclusive, a 6 de 1889.

No decurso de tão dilatado prazo, viu renovar-se a geração dos fundadores, sendo a velha guarda substituída pela nova. Sempre teria, no quadro social, amigos devotados, como os presidentes Araujo Vianna e Pedreira, além dos admiradores sinceros de seu apêço às investigações históricas.

Ali se lhe deparava sereno refúgio às suas preocupações de chefia, de que se valia para aprazível convívio intelectual.

Sem a assistência carinhosa do Imperador, de que não destoariam os Presidentes da República, seria duvidoso que pudesse o Instituto conseguir quanto obteve no primeiro meio século de atividade.

Em compensação, engrandeceu-lhe o período governativo por meio de obras de valia incontestável, a exemplo da contribuição de Joaquim Caetano da Silva sobre os limites com a Guiana Francesa, e iniciativas de alcance cultural, a que se dedicaram os seus sucessivos dirigentes, cuja linha abrange homens notáveis do Império e da República, a saber:

— José Feliciano Fernandes Pinheiro (Visconde de São Leopoldo) — 21 de outubro de 1838 a 6 de junho de 1847.

— Cândido José de Araújo Viana — Marquês de Sapucaí — 12 de agosto de 1847 a 23 de janeiro de 1875.

— Luís Pedreira do Couto Ferraz — Visconde Bom Retiro — 21 de dezembro de 1875 a 12 de agosto de 1886.

— Joaquim Norberto de Sousa e Silva — 21 de dezembro de 1886 a 14 de maio de 1891.

— Conselheiro Olegário Herculano de Aquino e Castro — 26 de dezembro de 1891 a 10 de agosto de 1906.

— João Lustosa da Cunha Paranaguá — Marquês de Paranaguá — de 21 de novembro de 1906 a 21 de novembro de 1907.

— José Maria da Silva Paranhos — Barão do Rio Branco — 21 de novembro de 1907 a 10 de fevereiro de 1912.

— Afonso Celso de Assis Figueiredo — Conde de Afonso Celso — 17 de fevereiro de 1912 a 13 de julho de 1938.

— Manuel Cícero Peregrino da Silva — 27 de julho de 1938 a 3 de maio de 1939.

— Embaixador José Carlos de Macedo Soares, desde 6 de maio de 1939, quando assumiu como vice-presidente o cargo, em

que foi mantido por eleição de 15 de dezembro seguinte, sendo declarado presidente perpétuo a 16 de dezembro de 1941.

Hoje, o Instituto resplandece na trajetória gloriosa do seu passado, mas pede que para a sua grandeza se volte a atenção dos contemporâneos, para dar-lhe, na segurança material, condições de bem preencher as suas finalidades, honrando sempre as suas nobres tradições.

DISCURSO

ORAÇÃO DO SR. PEDRO CALMON

Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Senhores Embaixadores e demais autoridades presentes na Mesa.

Senhores representantes de autoridades civis e militares.

Minhas Senhoras.

Meus eminentes consócios.

Meus senhores.

Senhor Presidente da República :

Quiz Vossa Excelência, numa deferência para com o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que sinceramente agradecemos, reatar a honrosa tradição, de comparecerem a sessão comemorativa do aniversário desta academia os Chefes de Estado. Deu o exemplo, iniciando a série, aquêlê benemérito soberano, sob cujo patrocínio desde o início, funcionou no Império a nossa Instituição: o Senhor D. Pedro II.

Max Fleiuss, saudoso secretário perpétuo desta casa, teve o cuidado de contar as sessões a que esteve presente o Imperador. Foram 535 dessas sessões, por Sua Majestade presididas. No regime republicano, os presidentes da Nação, seguindo a linha de interesse pessoal, pelas atividades eruditas e cívicas da nossa corporação, a ela sempre deram o prestígio do seu comparecimento nas sessões solenes, e do seu apoio em favor das suas mais legítimas e patrióticas aspirações.

Agradecemos, pois, a V. Ex. Senhor Presidente, por retomar em tão boa hora essa tradição. Esperamos que vindo a nossa casa, participando dos nossos trabalhos, a bem da Pátria, verifi-

cando-lhe a atmosfera de cultura histórica endereçada aos destinos supremos do Brasil, não lhe falte com a sua indispensável solidriedade, que dela bem necessitamos.

Hoje o Instituto se reúne como das outras vèzes, para consagrar a sessão oficial, em que celebra o seu aniversário, à memória dos consócios desaparecidos durante o ano.

Este dever, tarjado de comovido luto, representa o compromisso regimental, que desde o começo a Instituição tem honrado, cumpre ao seu orador, a 21 de outubro, que hoje por exceção tivemos de antecipar a reunião, fazer o elogio dos mortos queridos, dizendo sôbre o seu túmulo recente o louvor que nos merece.

Pranteamos o falecimento de Afonso Costa, jornalista regional, pesquisador honesto e tenaz, Eugênio Egas, historiador paulista, Mário Augusto Teixeira de Freitas, o grande estatístico brasileiro, Dom Francisco de Aquino Corrêa, o eloqüente arcebispo de Cuiabá, Manuel Cicero Peregrino da Silva, mestre de mestres.

Cada uma destas ilustres figuras se classifica numa seção à parte, no vasto domínio das letras históricas.

Afonso Costa, a vocação intuitiva, intranqüila, dos estudos nordestinos. Eugênio Egas, investigador paciente dos arquivos da sua província. Teixeira de Freitas, o funcionário inexcusável. Dom Aquino, tribuno da igreja e o inexcusável patriota, o Professor Manuel Cicero Peregrino da Silva.

A história é a arte de recompor o passado, com a técnica de restaurá-lo segundo as provas da verdade.

Chamamos historiadores aos especialistas que se empenham neste trabalho benemérito, indispensável. À margem porém desta profissão, colaboram para ela e igualmente merecem o título aquêles que, no domínio de uma pesquisa particular, numa faixa independente de interesse cultural, desdobrando uma vocação literária própria e corajosa, também aparelham os materiais de que se valem afinal os historiadores, para entrançarem o complexo enrêdo da vida nacional.

Sôbre êsse esforço auxiliar podemos dizer o mesmo e a propósito dos operários, que não tendo a responsabilidade do traçado arquitetônico das vastas igrejas, como dessas velhas catedrais cuja alma reside nas pedras lavradas em que os escultores anônimo puzeram a sua inspiração, o seu gênio, a sua angústia, a sua mensagem lírica, entretanto, nem por isto deixam de participar daquela harmonia geral e bela.

Todos os saudosos consócios, cujo nome acabo de declinar, trouxeram a sua pedra florida, o seu trabalho pessoal, aos alicerces desta nossa jovem cultura histórica. Foram trabalhadores impenitentes desta ilustre verdade.

Grandes companheiros, a quem o Instituto recorda a colaboração honrada, o saber, o patriotismo, a assiduidade, o amor desenganado a causa, que nesta casa suave e intransigentemente defendemos.

AFONSO COSTA, o primeiro da relação, pela amarga prioridade da morte. O primeiro que desapareceu no decurso do ano findo, veio das Jacobinas, no nordeste da minha terra. Era um sertanejo autodidata cujo primeiro livro louvavelmente endereçou às coisas da sua terra pequenina, impregnado do ar lendário e místico daquela velha cidade de pioneiros, estudioso do enigma das Minas de Prata de Robério Dias, por ventura traçado nas descrições rupestres garatujadas outrora nos granitos daquelas serras longínquas.

Escreveu algumas memórias dignas de aplauso à sombra da terra e à luz da verdade :

Ensaio sobre o município de Jacobina — Poetas de outro sexo

Este último livro em que já aí, fora do ambiente natal, participando da inquietação literária dos grandes centros, dedicou à literatura feminina. A propósito deste livro escreveu Medeiros de Albuquerque, que era indispensável que em cada um dos estados do Brasil se escrevesse obra análoga sobre a literatura da mulher. Com a sua graça maliciosa e pitoresca, o grande Medeiros queria referir-se ao fastio produzido pela insipidez, ou pela insistência da literatura masculina, dizendo que era tempo de surgirem as mulheres literárias, os grandes poetas do outro sexo, para confronto sinão escarmento dos poetas do nosso sexo.

Afonso Costa, quanto às poetisas da Bahia, fez um trabalho antológico interessante e justo. O seu segundo passo depois da história no município em que nasceu, na direção deste recinto. Aqui penetrou, entretanto, graças aos seus estudos genealógicos, paixão crepuscular, interêsse do fim de uma vida, modesta e honrada, de velho jornalista, de funcionário público aposentado, de historiador intuitivo que, abandonando os panoramas nordes-tinos que foram os de sua juventude, resolveu conviver no Rio de Janeiro com a elite intelectual que o aceitou de braços abertos, trazendo-nos já velho o testemunho de antigos estudos a que dava a autoridade de uma pesquisa sincera e tenaz.

A nossa Revista hospeda alguns dos seus melhores trabalhos genealógicos, sendo o mais notável o em que procurou retificar numerosos galhos da velha árvore baiana, posta de pé pelo genealógico cientista Frei Jaboatão.

Frei Jaboatão, tornou-se não sabemos porque, a adversão gratuita de Afonso Costa. Embirrou com o padre. Achava o franciscano mendaz e descuidado, queria corrigi-lo. Não foi

completamente justo nesse processo a que o submeteu. Muitas vêzes polemizei com êle nos diálogos amenos nos corredores discretos desta casa, a respeito da nominata de Frei Jaboatão.

Afonso Costa exhibindo as provas, procurava fulminar os erros do seu antecessor, nesse trabalho ingrato da recomposição da genealogia das antigas linhagens do Brasil.

Trabalho silencioso, trabalho difficil, inglório trabalho, que todavia quanto a êle dá a medida da profundez de seus estudos e do alcance da sua erudição. Morreu como vivera. Silenciosamente, sonhando com o seu sertão nativo, com saudades daquelas argenteas Jacobinas das Minas de Roberio Dias, voltando espiritalmente para lá, no meio do tumulto e da angústia desta cosmópolis. Nordestino integral, descontente, às vêzes amargo, quem sabe se contraditório, todavia, êle mesmo, na complexidade agressiva de um temperamento benemèritamente consagrado no fim, as cousas graves da tradição brasileira.

EUGENIO EGAS dá-me a idéia de um Afonso Costa da Paulicéia. Morreu inverosivelmente velho. Homem de 1862, formado em Direito nas arcadas paulistas em 1880. Deputado provincial e estadual, antes de 1900, êsse homem célebre e laborioso entrou como sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro com o seu livro sôbre o Padre Diogo Antônio Feijó, respeitável figura da galeria Paulista, aquêlê áspero e forte chefe de Estado da Regência, a quem Eugenio Egas dedicou um livro comprehensivo e erudito, incompleto, mas justo.

A sua tradução de J. Armitage, daquela história falsamente attribuida a Evaristo Ferreira da Veiga, consolidou-lhe a reputação de estudiosos das letras históricas.

E' certo que não alçou vôo a alturas mais audazes. Todavia, com o seu trabalho honesto e perseverante, mereceu o alto conceito que desfruta em sua terra.

Não o conhecemos pessoalmente. Quando a minha geração despontou para estas lides, já êle se tinha recolhido à tranqüillidade meditativa dos seus estudos reservados. Entretanto nos chega a luz distante daquele talento cívico e inquieto, que mais tarde a moderação dos estudos históricos aquietou e que merecia de seus contemporâneos um aprêço unânime. Eugenio Egas foi um dos grandes sócios correspondentes do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, naturais de São Paulo.

MÁRIO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS. Êste mereceu dos brasileiros um conceito invulgar, o título que só se deu, ao que eu saiba, antes dêle, ao Imperador Pedro II, o funcionário número um do Brasil. Neto do jurisconsulto. Nascido na Bahia em

1890. Formado em Direito. Em 1908, empregado da Diretoria Geral de Estatística, que o Ministro da Viação Miguel Calmon fundou naquele ano. Em 1920, foi incumbido de desempenhar no Estado de Minas Gerais o cargo de Delegado do Recenseamento daquele ano. O Governo Mineiro em boa hora o incorporou nos seus serviços, a fim de organizar a estatística regional. Com a revolução de 1930, voltou êle ao serviço da União. Foi encarregado, em 1931, de organizar os serviços do Ministério da Educação e Saúde recém-criado. Em seguida planejou a reforma do Ministério da Agricultura, cujo serviço de estatística da produção lhe coube criar. Em 1936, finalmente floresceu o seu sonho de dotar o país com o adequado serviço de Estatística, com êsse Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que é a projeção das suas convicções no amplo domínio da administração pública. Bem pode atestar a relevância, a natureza especial, a excelência dos seus serviços, o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, benemérito Presidente Perpétuo do nosso Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro ou o nosso eminente confrade o Sr. Elmano Cardim, que com efeito Mário Augusto Teixeira de Freitas, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o homem que vivia o problema de seu ofício, e com ares apostólicos irradiava as funções que êle lhe sugeria, se tornou um funcionário inextinguível nos quadros tríplexes, federal, estadual, municipal, do serviço público. Êsse malsinado serviço público tem não há dúvida, embora isso pareça estranho a tanta gente, os seus heróis, os seus mártires, os seus apóstolos, os seus santos. Das fábricas conhecemos o que valem pela têmpera do produto que circula, ninguém entretanto tem a curiosidade de saber como as máquinas se movimentam, nem qual o braço anônimo que as aciona e faz viver. O serviço público de um país é um pouco como a maquinaria de uma usina. Que sabemos nós, dos que trabalham nos subterrâneos, nos socavões, nas zonas obscuras do Estado, e que todavia, motores humildes dessa energia ampla, cuja presença sentimos por tôda parte, constituem o seu nervo, o seu espírito, a sua coerência, a sua alma, a sua solidez, a condição da sua sobrevivência.

Dos funcionários públicos se tem dito muita coisa má e também muita coisa boa. Não os defendo nem os censuro, limito-me a ser um deles.

Confessando, porém, que casos como o de Teixeira de Freitas, fazem vibrar de entusiasmo uma coletividade. Aquele homem para quem não havia horário burocrático, que vivia êle próprio o problema espiritual, de uma fé incessante e bravia, com seu

complexo de homem bom e de funcionário ideal, atrelado à máquina do Estado. No perfil de monge empenhado em dar ao serviço público tôdas as forças da sua contemplação e da sua crença no caso de Teixeira de Freitas, vejo retratado o perfil típico do bom serventuário. Ele foi a seu tempo a própria imagem de uma administração arejada pelo sentido do bem comum.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística era a sua casa, era o seu sonho, era o seu objetivo, era o seu problema. Nem se contentou em limitá-lo ao âmbito alcançado pelos fins regimentais da instituição. Nas conferências internacionais, em contato com os sábios de todo o mundo, ele também, geógrafo e estatístico, a todos contaminava com seu entusiasmo. Tenho a impressão, eu digo sem sentido de sátira, porém apenas acentuando o colorido dêste retrato que Teixeira de Freitas resumia em termos estatísticos o problema do Brasil. Realmente, grande funcionário, tão religioso e tão bom, que quero até pedir a Deus inspiração para considerar que em sua honra e que os sinos nesta hora de Angelus, desfolham pelo azul do infinito êstes ecos discretos de prece. Mereceu da justiça dos seus contemporâneos êsse título incomparável: o *funcionário número um*.

Não tinha ambição. Os livros que escreveu: *Atlas corográfico Municipal do Brasil*, *Carteira estatística*, tantos outros, eram trabalhos funcionais decorrentes do seu dever de bom serventuário. Chego até a meditar sobre a origem da sua vocação. Não sei, ele próprio talvez não soubesse, se ela antecedeu ou sucedeu aquela missão de Minas Gerais, a que foi com o objetivo de coordenar no Estado os serviços do recenseamento de 1920.

Talvez, bacharel como os outros, o brilho e a dignidade no desempenho do primeiro cargo burocrático, de pequeno funcionário da Diretoria Geral da Estatística de 1908, o tivesse feito convolar núpcias indissolúveis com a Estatística do Brasil.

Nunca mais se separaram, ela e ele. O seu elogio é o elogio de quantos, nesta terra, trabalham sem vaidades, produzem sem interêsse, agitam-se sem motivo pessoal, colaboram com a vida da nação sem lhe pedir os prêmios reluzentes e vivem retilineamente uma vida de restrições e de sacrifícios, para gozar no fim, depois de tudo passado, o prêmio póstumo de uma palavra de elogio, um prêmio de Chefe de Estado, no ambiente acadêmico que era o seu ambiente, em louvor, exclusivamente do dever bem realizado. Honra a Teixeira de Freitas!

Dom FRANCISCO DE AQUINO CORRÊA é o verbo encarnado. Conheci-o no esplendor do gênio verbal. O seu retrato foi magistralmente esboçado pelo pincel afetuoso de quem bem o conhecera: Virgílio Corrêa Filho.

Menino pobre do Mato Grosso, inteligente, cheio na juventude de justas ambições intelectuais, delas se afastou chamado pela vocação religiosa para ser salesiano.

Em 1901, completou em Cuiabá os estudos, foi completar os de teologia indispensáveis à ordenação na Universidade Gregoriana de Roma. Fê-lo o Santo Padre, duplamente Santo, Pio X, Bispo in Partibus in Fidelium em 1910, para auxiliar, na Diocese de Cuiabá, o velho prelado D. Carlos Luís d'Amour.

No desempenho desta função, de bispo auxiliar de Cuiabá, o surpreendeu o temporal político de 1917, a intervenção federal do Estado, a briga sangrenta das facções inconciliáveis e a surpresa de uma escolha para candidato de unificação, depois de um gesto audaz que o meteu imprudentemente na política.

Um sermão na Catedral daquela cidade, em que, reunindo tôdas as suas energias patrióticas, reverberou a intransigência dos partidos e os conclamou a uma paz indispensável ao sossêgo da família matogrossense.

O resultado dessa prêdica foi a sua escolha para mediador, a indicação para Interventor Governador, provinda do Catete, onde foram ter os grupos desavindos e os quatro anos mais pacíficos que viveu na República, ao que me dizem, pois ignoro os pormenores políticos, a política de Mato Grosso.

A referência do caso regional é de quem bem pode fazê-la : Virgílio Corrêa Filho.

O fato é que, em seguida, com a morte de D. Carlos Luís d'Amour, foi Dom Francisco de Aquino Corrêa elevado Arcebispo de Cuiabá. Momento único na vida pública brasileira e ao que eu saiba, a união eventual do temporal e do espiritual na mesma cabeça poética de um chefe de govêrno estadual, que se propunha apaziguar os partidos irreconciliáveis.

Ao mesmo tempo, governador e bispo, chefe no Palácio do Estado da sua administração, e na Igreja das consciências locais, podendo por isto estender a sombra de sua autoridade sobre ambos os grupos e com uma circunstância, que dignifica o seu espírito eclesiástico, a de atrair a sua simpatia, senão a sua intimidade, alguns dos mais insistentes espíritos anticlericais de Cuiabá. Terminado o seu quadriênio, D. Francisco de Aquino Corrêa recebeu as maiores homenagens do povo da sua terra e projetou-se na vida intelectual da nação. Passando do Instituto Histórico, que o acolheu muito justamente como seu sócio, para a Academia Brasileira de Letras, onde retomou a tradição dos arcebispos intelectuais, iniciada com aquêlê saudoso, aquêlê suave, aquêlê esplêndido D. Silvêrio.

Entre os uniformes doirados da Casa de Machado de Assis, a púrpura prelatícia de D. Francisco de Aquino tinha fulgurações francesas, de um arcebispo da Côrte de Luiz XIV. Auxiliava essa sugestão a sua alta figura. Era um príncipe da Igreja, que tinha o físico do seu ofício. Alto, magro, uns óculos de grau, acentuando o fulgor dos olhos inquietos, fronte de poeta, os gestos algo românticos de quem insensivelmente declamava, era todo êle a eloquência.

Esta, cultivou-a com esmeros, que recordam as melhores épocas do púlpito brasileiro.

D. Francisco de Aquino Corrêa foi um grande sacerdote.

De suas virtudes falam os seus diocesanos. E o prestígio delas chegou até ao Rio de Janeiro.

Um príncipe da Igreja pobre e asceta, a despeito daquela principesca aparência, que o fazia digno da moldura barroca de um daqueles retratos magníficos e coloridos dos Cardeais da Renascença.

Uma vez, e é segrêdo que aqui revelo, uma vez que é em honra do grande prelado, descreveu êle, em sessão confidencial, da Academia Brasileira, a sua própria situação econômica.

Não sei porque, lembrei-me então, de uma das páginas mais comoventes de Frei Luiz de Souza contando a vida do grande arcebispo D. Frei Bartolomeu dos Martires.

As vêzes, disse-nos D. Aquino num fio de voz, faltava-lhe no prato o almoço do dia, e se contentava com as mangas do seu pomar.

Acrescentamos, em comentário baixinho, os que estavam mais longe dêle :

“Nesses dias, porém, não faltava comida nos pratos dos pobres a que êle socorria”.

Entretanto, êsse homem de ocultas, esplêndidas virtudes, era legitimamente um poeta. E um admirável tribuno. Ainda ressoam nesta casa algumas das suas orações magistrais.

De versos seus, escolhi apenas duas estrofes, para dizê-las em tom informativo e à guisa de documentação do que acabo de dizer sôbre o seu estro autêntico e religioso.

Grande poeta da Igreja, que assim podia cantar a propósito do seu noviciado em Cuiabá. Observe-se bem, poesia inspirada pelas abstrações da fé. Espécie de mármore, em cujas veias não circula sangue humano, que tem azas leves de anjo, em epístola rimada dêle a um colega de noviciado.

Estas duas estrofes são traços fisionômicos do Arcebispo de Cuiabá.

*"Assim passou o nosso noviciado
Cheio de sol, no mangueiral em flor
Foi um curto, festivo, perfumado,
Místico madrigal de ingênuo amor !*

*"Foi uma aurora de horizonte vasto —
Foi um prelúdio, foi um sonho até,
Foi um noivado espiritual e casto,
Que iluminaram a esperança e a fé!"*

Homem maduro já, em confiança com o colega, a contar as coisas da sua infância, delas se lembrava na ingenuidade lírica de versos assim.

Quanto a sua eloquência, esta tem reptos e momentos que recordam as mais belas páginas da oratória Sacra do Brasil.

Há algo Vieiraense, e que orador sagrado conhecemos nós em língua portuguesa que não imita o padre Antônio Vieira ?

O ardor da sua retórica, imaginoso e literário, podia produzir tropos como o que lerei a respeito da bandeira nacional.

Foi um sermão que lhe encomendou seu velho mestre, D. Helvécio, Arcebispo de Mariana.

Tratava-se do recolhimento, na Catedral daquela cidade, da bandeira esfarrapada e velhinha do 17º Batalhão de Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai. E diante daquele trapo heróico, exalta-se D. Francisco de Aquino Corrêa no seu mais belo gesto tribunício e profere esta bela oração. Leio-a, em sua homenagem, melhor do que isto, em homenagem a êsse estilo literário a essa espécie intelectual, que já se vai tornando tão rara no nosso país.

Terra dos grandes oradores sacros, Frei Bastos, Montalverne, Frei Francisco de S. Carlos e onde, todavia, parece languescer no grande deserto da Civilização moderna, a flor preciosa da velha eloquência.

Eu te saúdo pois (é D. Francisco de Aquino quem diz, tendo diante de si a bandeira, velhinha e esfarrapada do 17º Batalhão dos Voluntários da Pátria da Guerra do Paraguai, guardada devotamente no seu nicho na Catedral Mineira) :

"Eu te saúdo, pois, ó Sagrada bandeira ! tu que foste cercada piedosamente por dedos trêmulos de mães e donzelas ! Eu te beijo, ó velha e querida bandeira ! tu que desde o Apa até Cuiabá, te embalsamastes nos aromas selvagens da minha

terra natal!... Eu te venero, ó gloriosa Bandeira! venero em ti o sangue dos heróis e a lágrima dos santos, os soluços das mães e os suspiros das noivas, os beijos das crianças e os estertores dos coléricos!... Lá ficarás tu para sempre, como um dos mais augustos emblemas da nacionalidade... Mas, se algum dia, o que Deus não permita, o dilúvio das paixões humanas galgar os píncaros sagrados onde ancoraram as arcas santas das tradições nacionais; se a onda invasora ameaçar submergir as instituições e os princípios que fazem grandes os povos desprende-te ó Bandeira! desprende-te do teu Ararat solitário, enfuna como a uma vela o teu farrapo auriverde e vai! cheia de patriotismo e de glória, apontando-nos com teu mastro imortal, acima de todos os naufrágios e de tôdas as borrascas, o céu azul dos teus ideais infinitos. Salve! ó Bandeira!"

Este pormenor, que destaco entre tantos trechos antológicos de D. Aquino Corrêa, dá a medida do orador, ouvido repetidamente no Rio de Janeiro, nas grandes cerimônias que mereciam o seu verbo. Poetou com abundância e delicadeza. As suas pastorais, principalmente aquela, que por ocasião do seu jubileu, ele escreveu com mão de mestre, honram-lhe o estilo e o gênio. Foi um dos bispos mais ilustres da cristandade, com a circunstância que vale a pena realçar de ter sido o mais jovem ao seu tempo. Só conhecemos na história do Brasil um bispo de 25 anos: D. Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira. Ele recebeu a sagração episcopal aos 29 anos de idade. Por este tempo, foi o mais jovem dos Príncipes da Igreja. Historiador interessado principalmente nas tradições de seu estado, teólogo, poeta, catequista, orador, apóstolo, grande padre e grande homem de letras, foi uma dessas púrpuras eminentes que passaram, honrando a nossa instituição, por este recinto augusto. Diante de sua memória nos curvamos reverentes.

MANUEL CICERO PEREGRINO DA SILVA, a quem há poucos dias levamos à sua última morada, foi um funcionário impecável, um grande professor. Uma das mais ilustres figuras da história da nossa instituição.

Diplomado no Recife, onde nascera em 1876, Manoel Cicero Peregrino da Silva passou a dirigir a Biblioteca da Faculdade de Direito. Sucedeu nesta atividade a Clovis Bevilacqua, como que nessa sucessão já lhe observamos a altitude da cultura e do espírito.

Em 1900 teve uma justa promoção. Passou a dirigir a Biblioteca Nacional, foi a fase áurea, depois do largo período da direção de Ramiz Galvão, do grande estabelecimento e mudou das acanhadas e velhas instalações do Passeio Público para o Palácio construído no governo de Rodrigues Alves, onde atualmente funciona.

Da mudança da Biblioteca Nacional recolhi eu, algumas reminiscências curiosas. Uma delas. O diretor, Manoel Cicero, êle próprio, levava no seu carro os livros preciosos, acompanhando-os no trajeto, zelando aquilo como se fôra o seu próprio patrimônio, prolongamento realmente que era de sua alma.

Foi sob a sua benfazeja direção que passou a Biblioteca Nacional a incorporar, nos seus Anais, o acêrvo incomparável dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal.

Foi sob a sua direção que ela retomou o antigo prestígio. E tal o prestígio realmente que êle lhe deu, e ela a êle, que em seguida os maiores postos ocupou Manoel Cicero, na administração do Rio de Janeiro.

Professor de Direito Romano, em 1915, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, e aqui Prefeito da Cidade, Vice-Presidente do Instituto Histórico em sucessão do Visconde de Ouro Preto, Presidente de tantos conchaves que se realizaram com seu patrocínio, seu senso organizador, a sua atividade incansável, a sua esplêndida proverbial probidade, Manuel Cicero subiu aos níveis mais altos a que pode atingir um homem de bem, que é ao mesmo tempo um homem de ciência.

Publicou alguns livros primorosos, sôbre a ciência jurídica e sôbre fatos da tradição brasileira. Viveu largamente uma vida digníssima de mestre. Na Universidade percorreu todos os postos da carreira. Lente, Diretor da Faculdade que tanto amava, Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Recordo-me bem, que em 1927 dêle recebia a incumbência de auxiliá-lo na organização dos Anais, com que contribuía a Universidade do Rio de Janeiro para a celebração dos Cursos Jurídicos.

Nesse afã de realizar, de conduzir, de coordenar e orientar as atividades docentes, êle se tornou o homem precioso de todos os modelos, de tôdas as administrações. Últimamente prêmio tardio, mas condigno, de uma vida exemplar, foi o seu nome festivamente inscrito no Livro do Mérito.

Sessão memorável aquela.

Manuel Cicero quase nonagenário, rodeado de amigos e discípulos, numa áurea de simpatia e de consideração, que era ajustada moldura de seus méritos, recebeu essa laurea que, no nosso país e na nossa Legislação, é a mais apetecida dos que, terminando a vida, podem dizer como êle disse, que cumprira sempre inflexivelmente o seu dever.

Naquela tarde chuvosa do mês passado, em que acompanhamos à paz do cemitério seu corpo, havia entre quantos, antigos

colegas e velhos discípulos o seguiram, uma consternação, uma tristeza íntima e ao mesmo tempo um espírito de homenagem, que brotava em louvores de todos os lados. A êles junta o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da altura dêste julgamento, que é o louvor público feito nos têrmos do regimento, na sessão oficial do aniversário, o seu agradecimento mais profundo e comovido. Poucos dos nossos consócios, tão longa e assiduamente colaboraram para a grandeza da nossa instituição, como êsse rijo pernambucano, êsse jurista de alto saber, êsse insigne patriota, êsse grande brasileiro que foi Manuel Cicero Peregrino da Silva.

Senhor Presidente.

Eminentes consócios.

Meus Senhores.

Não é do sentido desta reunião, o tom de mágua que evidentemente se compadece com a natureza do necrológio. O poeta falou dos que se vão da lei da morte libertando. Somos a instituição que recolhe, sacrário dos destinos brasileiros, as tradições nacionais.

Aqui a morte é um preâmbulo da imortalidade, penetra-se no futuro pela porta augusta e dolorosa dos padecimentos inevitáveis à natureza humana.

Na verdade os retratos que debuchei, com pálida voz de coração sincero, não constituem lutosos retratos de mortos a quem choramos, na realidade são refulgentes efigies que na galeria dos grandes brasileiros que pertenceram ao Instituto, indicam às gerações vindouras o sentido e a diretriz da glória e da grandeza do Brasil!!!

ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

ATIVIDADES CULTURAIS DO INSTITUTO HISTÓRICO

(Relatório do 1.º Secretário)

VIRGILIO CORRÊA FILHO

Ultimado, pela sanção presidencial, o projeto José Augusto, de doação do terreno em que se acha edificado o Silogeu, para a sede futura do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, nem por isso entrou ainda completamente em vigor a respectiva lei, nº 2.554, de 3 de agosto de 1955.

Falta-lhe o ato final de transmissão de domínio, por escritura que até hoje não foi lavrada, por motivos de interpretações divergentes.

Todavia, o decreto nº 38.407, de 23 de dezembro de 1955, determinou-lhe o cumprimento das cláusulas financeiras, ao prescrever:

«Abre ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 para auxiliar as despesas com a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

O Vice-Presidente do Senado Federal no exercício do cargo de Presidente da República, usando da autorização contida na Lei nº 2.554, de 3 de agosto de 1955, e tendo ouvido o Tribunal de Contas, nos termos do art. 83 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública, decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Ministério da Educação e Cultura o crédito especial de Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros), para auxiliar as despesas com a construção da futura sede do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Art. 2º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de dezembro de 1955; 134º da Independência e 67º da República.

NEREU RAMOS.

Abguar Rehnault.

Mário da Câmara.

Enquanto aguarda a entrega do imóvel, por diploma hábil, o Instituto prossegue em suas atividades culturais, comprovadas pelas contribuições de vários consócios.

Conferências

A passagem do primeiro centenário de falecimento de Honório Hermeto Carneiro Leão, que mereceu o título de Marquês de Paraná, proporcionou temas para eruditas conferências, desenvolvidas por abalizados sabedores dos fastos nacionais.

Embora se desenvolvessem em significativa série, não constituíram as provas exclusivas das atividades do Instituto, que dedicou também a sua atenção a vários outros assuntos, como evidência simples referência sintética. Como de costume, a primeira assinalou-se a 14 de abril — Dia da América — em que se inspirou Sérgio Corrêa da Costa para tratar de «O Panamericanismo e os modernos Pactos Regionais», que de sobejo conhece, por ter participado da elaboração de alguns, colaborado na interpretação de muitos e consagrar-se ao estudo de todos, como diplomata e historiador.

A 9 de maio, o incansável estudioso da «Campanha de Princesa», a que tem consagrado as suas pertinazes pesquisas, recordou proficientemente o vulto de abnegado conterrâneo — «O Barão de Parima, demarcador de fronteiras, veterano do Paraguai».

Bem merecia Francisco Xavier Lopes de Araújo comparecer ao julgamento da Posteridade, apresentado pela palavra douda do Ministro Alfredo Valadão, que lhe investigou a vida peregrina, opulenta de ações edificantes, nas operações demarcatórias das raias sulinas, ocidentais e setentrionais, onde conquistou os braços do baronato, na guerra, na cátedra e no Observatório Astronômico. Outro brasileiro insigne levou à tribuna, a 15 de junho, o historiador Gustavo Barroso, para lhe evocar a figura, que na infância conhecera.

A propósito de «O Centenário do Barão de Studart» analisou eloqüentemente os costumes e ideias contemporâneas do apaixonado cultor da História do Ceará, da qual se tornou benemérito, pela aquisição de documentos insubstituíveis, que divulgou em monografias merecedoras dos elogios dos doutos.

Coube ao Professor Feijó Bittencourt, a 23 de julho, a análise de sucesso mais remoto, que lhe inspirou erudita explanação, a respeito das Cruzadas e o «5º Centenário do Angelus ao meio-dia». Ao empreender decisiva «Cruzada Espiritual», o Papa Calixto III expediu a «Bulla Orationum», de 29 de junho de 1456, que recomendava a inovação, daí por diante repetida.

A vitória, então obtida, a 22 de julho, contra poderoso inimigo da Igreja Católica, propagou-lhe a prática, admitida pelos fiéis. Dias antes, a 18 de julho, inaugurara-se a comemoração do centenário de Honório Hermeto, com a contribuição de Carneiro Leão Teixeira, que há muito se vem devotando a cuidadosas indagações a respeito da vida do estadista, de quem se orgulha, com razão, de descender. Sem entrar em pormenores, a que estaria habilitado, considerou-lhe, em traços rápidos, a trajetória modelar, «Do berço de Jacuí ao fastígio do Poder».

Em seguida, a 31, o Ministro Alfredo Valadão, que mais de uma vez demonstrou conhecer-lhe cabalmente os problemas políticos e sociais, e as individualidades, que concorreram para lhes dar solução, estudou a fase «Da Regência à Maioridade». Estréia, na arraiada inquieta da primeira, Honório Hermeto, que, ao findar a década, já adquirira renome de chefe respeitado, que ainda continuaria a crescer no conceito dos contemporâneos, como evidenciou doutamente o Professor Hélio Viana, ao dissertar, a 22 de agosto, acerca «Da Maioridade à Conciliação». A sua ausência, na ocasião, abriu ensejo à colaboração de outro consócio, Professor Américo J. Lacombe, que lhe interpretou a primor a contribuição escrita. Seria, porventura o período de mais expressivos contrastes na vida política de Honório, que teve ensejo de exercer a Presidência de Províncias, antes e depois de passar pelo Ministério da Justiça, e conhecer o ostracismo, além de se manter na liderança do seu partido, de que era, sem dúvida, a figura dominante, quando se descerrou nova era, que o historiador Wanderley de Pinho analisou a 29 de agosto, em «O Marquês de Paraná e a Conciliação».

Relembrou, com apropriado saber, os antecedentes do magno acontecimento, empreendido pelo descortino político do organizador do Ministério, que alçou a bandeira do desarmamento espiritual, como fator de engrandecimento do país. Tinha autoridade para tamanha missão e por isso triunfou, até sucumbir, em pleno fastígio.

Por último, a 4 de setembro, no salão do Itamarati, propício à exaltação da memória de quem fôra Ministro dos Negócios Estrangeiros e também Plenipotenciário do Brasil no Rio da Prata, o Reitor Pedro Calmon encerrou a série, como era de esperar de sua empolgante eloquência, com formosa alocução, referente à «Histórica Personalidade do Marquês de Paraná». Rememorou-lhe a atuação patriótica em todos os cargos pelos quais passou, a influência que exerceu entre correligionários e antagonistas e até no estrangeiro, onde preparou as bases para o tratado de que resultou o aniquilamento da tirania de Rosas em Buenos Aires.

Excelentes contribuições para o conhecimento da evolução brasileira, no decurso de fecundo período, apresentam as conferências acêrca do Marquês de Paraná, promovidas pelo Instituto, com a prestante colaboração de Carneiro Leão Teixeira Filho, que indicou os temas e os nomes de quem deveria explaná-los a preceito.

Decorridas duas semanas, assunto da atualidade coube ao acadêmico Barbosa Lima Sobrinho desenvolver, ao revelar as «Impressões de um Constituinte de 46». A Carta de 18 de setembro completava o seu primeiro decênio de vigência.

Julgou-se propícia a ocasião para se lhe examinar as características, pela palavra judiciosa de quem desenvolveu ativa intervenção em sua redação. Ninguém mais autorizado do que o orador, que além de publicista de nomeada, exerceu a Presidência de Pernambuco, para aquilatar as virtudes e defeitos do diploma, de cuja elaboração participou eficientemente.

Neste mês, a 2, o centenário de nascimento de «Leopoldo de Bulhões, símbolo de Homem de Estado da Primeira República», celebrou-se com a magistral conferência do deputado Afonso Arinos, que, em obra acolhida com louvores, evidenciou conhecer minuciosamente os fastos da época respectiva, em que atuou o insigne brasileiro. Acompanhou-lhe a vida fecunda, desde a fase da preparação até as primeiras campanhas políticas, que lhe projetaram o nome de republicano abolicionista, antes de soçobrar a monarquia.

A República trouxe-lhe oportunidade de aplicar as suas aptidões em benefício coletivo, mediante funções eletivas ou por nomeação. Deputado federal ou senador, as suas sugestões para o saneamento financeiro eram acatadas pelos pares, ainda quando divergisse da maioria. Que sabia proceder de acôrdo com as idéias, que propagava, comprovou-o de sobejo ao dirigir o Ministério da Fazenda, no quadriênio de Rodrigues Alves, cujos vastos empreendimentos se fundamentaram em seu concurso de probo e atilado administrador das finanças nacionais. Embora firme em suas convicções, não seria intransigente e por isso o liberalismo individualista, que lhe formava o cerne da personalidade, não o impediu de controlar a economia brasileira, a convite do Presidente Wenceslau Bras, quando a Guerra Européia lhe causou graves perturbações. Conseguiu reduzi-las ao mínimo possível, sem prejuízo dos produtores, apesar de beneficiar os consumidores.

Agia mansamente, como lhe era do feitio, e sem bulha nem matinação afastou-se do cenário político, escudado em sua filosofia compreensiva, até finalmente emudecer, legando à Posteridade

os ensinamentos de varão íntegro, que dedicou a sua culta inteligência ao serviço da República.

Mais recentemente, o centenário causador da comemoração do «Ano Santos Dumont» motivou a sessão de 12, na qual o Professor Ildefonso Mascarenhas explanou, com eloquência, tema de sua escolha, para demonstrar que a solução do problema do vôo de aparelho mais pesado que o ar, velha aspiração humana, apontou o nome do inventor brasileiro à admiração do mundo civilizado.

Relembrou-lhe as experiências engenhosas, a que Paris proporcionou cenário deslumbrante. Primeiramente, a dirigibilidade, ainda desconhecida, dos balões, que lhe deu fama, na arraiada auspiciosa do século. Depois, o vôo triunfal, que evidenciou a exequibilidade prática do sonho de Ícaro. A França vibrou de entusiasmo, ao acompanhar as experiências registadas em sua Capital, e glorificou o pioneiro, com o título de «Pai da Aviação», a quem prestou homenagens extraordinárias, documentadas na expressiva exposição de fotografias que foram trazidas de Paris pelo conferencista.

Certo, foi-lhe disputada a prioridade, pleiteada pelos irmãos Wright. Examinando a questão, o orador considerou-lhe os diversos aspectos, que o levaram a concluir pela vitória patricia, evidenciada pelo cotejo das datas, notoriamente assinaladas, em contraste com os ensaios dos competidores, somente mais tarde revelados.

Vencedor em seus projetos e aclamado, recebeu-o o Brasil com honrarias nobilitantes, de que participou o Instituto. Além do voto de 1901, de admiração, louvor e aplauso pelos «seus felizes trabalhos a bem da navegação aérea dirigível», decidiu acolhê-lo, em 1903, a 23 de setembro, na classe de sócio honorário, exaltado pelas saudações expressivas de conspícuas individualidades, do porte dos conselheiros Aquino e Castro, Manuel Francisco Correia, Homem de Melo, desembargador Sousa Pitanga, orador oficial, Rocha Pombo.

De outra feita, não lhe correram a contento os festejos projetados por ocasião da sua chegada após longa ausência. O avião que foi saudá-lo na barra conseguiu, por um momento, alegrar-lhe a alma de aleluias, naquela manhã festiva de 3 de dezembro de 1928. Mas, ao tornar ao aeroporto, o infortúnio emudeceu-lhe, em acidente fatal, os passageiros escolhidos como embaixadores da cultura brasileira. E aí pereceram, trágicamente, além de outras pessoas gradas, Tobias Moscoso, diretor da Escola Politécnica, onde o admiravam os colegas e alunos, Amoroso Costa, o matemático, discípulo sagaz de Otto de Alencar, a quem sucedera na

cátedra da Escola Politécnica, F. Labouriau, o batalhador incansável da utilização das reservas minerais do Brasil, que ensinava aos seus alunos de engenharia, Amaury de Medeiros higienista de renome, reformador de praxes condenadas pela ciência, Paulo de Castro Maia, dedicado à engenharia e economista, em plena mocidade ceifado.

O sucesso lutuoso empanou o brilho das cerimônias, entristecendo o visitante insigne, que maiores angústias sentiu, ao presenciar, em outra oportunidade, o emprêgo do avião como agente maligno de destruição.

Achava-se em Santos, por ocasião da Revolução Constitucionalista, que separara o país em dois campos inimigos. Ao notar que o aparelho da sua invenção, já aperfeiçoado pelos industriais, servia para espalhar o terror e a mortandade, em vez de fomentar apenas o progresso pacífico e entendimento entre os homens, não resistiu ao abalo que lhe perturbou a confiança antiga, inspiradora das suas experiências, em bem da solidariedade humana. E em momento de desespero, encerrou a própria vida, como holocausto à pacificação dos patrícios.

Soube o conferencista evocar sagazmente as fases luminosas da vida de Santos Dumont, ensombradas pelas dramáticas, até a derradeira, em que sucumbiu, legando à Posteridade um nome glorioso e o exemplo de idealismo construtivo, a serviço da humanidade.

As três últimas conferências articularam as iniciativas do Instituto com as oficiais, que determinaram as comemorações do 10º aniversário da Constituição, e dos centenários de Leopoldo de Bulhões e de Santos Dumont, conforme decidiram a Câmara dos Deputados, o Ministério da Fazenda e o da Aeronáutica. Para prestigiá-las, compareceram às respectivas sessões, na centenária Casa da História, o Presidente da Câmara Federal, deputado Ulysses Guimarães, acompanhado de conspícua delegação de colegas, o Ministro da Justiça, Dr. Nereu Ramos, o Dr. Sá Filho, representante do Ministro da Fazenda, que não se encontrava, então, no Rio, e o Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, pessoalmente, além de vários oficiais de altas patentes. Destarte, como contribuição para o programa oficial, cada uma das três alocações teve ampla ressonância, acorde com os objetivos colimados.

Além das conferências, que lhe evidenciaram a execução do seu programa cultural, o Instituto participou por vários dos seus membros de reuniões também destinadas a cooperar para o desenvolvimento dos estudos históricos.

Assim foi que o seu Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares, na Chefia das Relações Exteriores, não somente pela clarividente Portaria de 19 de janeiro de 1956 reanimou fecunda tradição de pesquisas nos arquivos europeus, donde já têm vindo para o Itamarati contribuições de alta valia, como, ainda, a 20 de junho, reorganizou a «Comissão de Textos de História do Brasil, criada pela Portaria de 13 de abril de 1943».

Entre os seus componentes, reconduziu os antigos e nomeou novos, de sorte que a completam Hélio Viana, José Honório Rodrigues, Américo Jacobina Lacombe, Afonso de Toledo Bandeira de Melo, Renato Costa Almeida, José Antônio Soares de Sousa, pertencentes ao quadro social do Instituto e mais, com o título de seu representante, o primeiro secretário. São estes, juntamente com o professor Pedro Freire Ribeiro, General Deoclécio De Paranhos Antunes, Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo, os nomeados para as amplas funções, que lhes prescreve a Portaria Ministerial.

Nora do país, as atividades dos pesquisadores brasileiros manifestam-se de preferência por intermédio do Instituto Pan Americano de Geografia e História, cujos esforços tendem à realização das sugestões assinaladas por Manuel Cícero, ao ter ingresso no Instituto Histórico do Uruguai, a 20 de dezembro de 1935.

«Cuando en el año de 1922, lembrou, me cupe presidir el Primer Congreso de Historia de America en Rio de Janeiro por iniciativa del benemerito y casi secular Instituto Historico y Geografico Brasileño, a que me honro de pertenecer y en cuyo nombre me es grato saludar al Instituto Historico y Geografico del Uruguay tuve ocasión de sugerir que segun un solo plan y un solo criterio se escribiera al mismo tiempo la historia de cada uno de los paises americanos».

Acorde com tais propósitos, surgiu o Instituto Pan Americano de Geografia e História, com a Comissão de História confiada à direção eficiente do Professor Silvio Zavala. Obtendo a cooperação dos sabedores em cada um dos países americanos, já conseguiu imprimir diversos volumes, das séries — Monumentos Históricos — Missões nos Arquivos Europeus — Programa de História da América, — além de inúmeros avulsos.

A este respeito, a Assembléia reunida em Santiago do Chile assentou, por volta de 1950, as bases, examinadas, decorrido um triênio, em Havana, como também em New York mais tarde.

Em março último, na derradeira semana, acolheu San Juan de Puerto Rico os convidados para a mesa redonda, em que ver-

sariam assuntos de história, tendentes a intensificar o conhecimento mútuo dos países participantes da O.E.A.

Nessa ocasião, o consócio José Honório Rodrigues, que também tomara parte em outras reuniões anteriores, apresentou tese acêrca do «Conhecimento de países hispano-americanos no Brasil», assim comprovando a presença do Instituto por um dos seus doutos membros.

Também o bi-centenário do «nascimento do ilustre brasileiro Alexandre Rodrigues Ferreira» inspirou a comemoração promovida pela Biblioteca Nacional, já a êsse tempo dirigida pelo Professor Celso Ferreira da Cunha.

Além da exposição relativa à sua famosa «Viagem Filosófica, pelas antigas capitanias de Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá», para a qual concorreu o Instituto, dois dos seus membros foram solicitados a proferir conferências relativas ao assunto.

Assim, em sala da Faculdade Nacional de Filosofia, a 30 de abril, Artur César Ferreira Reis, com o saber comprovado em obras indispensáveis a quem pretenda conhecer os assuntos de suas preferências, orou acêrca da Amazônia ao tempo do sagaz viajante.

Atendendo a convite análogo, que lhe fôra dirigido, o primeiro Secretário compareceu, no dia 8 de maio, ao mesmo local, onde versou o tema: «Alexandre Rodrigues Ferreira em Mato Grosso».

As duas alocações constituíram contribuição do Instituto, por dois dos seus consócios, para a evocação da vida e feitos do insigne e inditoso naturalista patricio.

CONGRESSO DE GEOGRAFIA

Entre as ocorrências memoráveis, nos domínios histórico-geográficos, sobrealça a realização do XVIII Congresso Internacional de Geografia, nesta Capital, de 9 a 18 de agosto. Promovido pela União Geográfica Internacional, foi o primeiro que se reuniu na América do Sul, precedido por indisfarçáveis receios de malôgro.

Mais de um geógrafo estrangeiro temia que o certame não correspondesse aos objetivos pretendidos. Todavia, a Comissão Organizadora esforçou-se, quanto lhe foi possível, para garantir o êxito, e como lhe não faltou o apoio dos poderes públicos, federais, estaduais e municipais, de associações culturais, da imprensa, de individualidades de prol, o resultado manifestou-se a contento. Os trabalhos preparatórios começaram desde que foi ela constituída, em novembro de 1953.

A seu pedido, o Conselho Nacional de Geografia promoveu viagens de geógrafos brasileiros, do seu quadro, ou de Faculdades de Filosofia, que se incumbiram de preparar os guias de excursões futuras, proporcionadas aos congressistas.

Para a observação de peculiares aspectos regionais, foram previstos nove itinerários diferentes, um dos quais, através do Centro-Oeste, da primeira série, seria percorrido antes da inauguração, ao passo que o referente à Amazônia, da segunda, mais demorado, adiou-se para depois da sessão de encerramento. Embora empolgassem a atenção dos que as escolheram, de acôrdo com os assuntos de suas preferências, as excursões não perturbaram o andamento dos trabalhos, que se desenvolveram em salas da Escola Naval, gentilmente cedidas pelo Ministério da Marinha.

O número elevado de teses, 328, cujos resumos, em francês ou inglês, se enfeixaram em volume de 220 páginas, assim facilitando o seu exame pelos especialistas, evidenciou o interesse despertado pela memorável Assembléia, em que se fizeram ouvir os mais afamados cultores da Geografia moderna, tanto da Europa, como da América e Ásia, ou da África e Oceania.

Se os debates eram assistidos por avultado número de estudiosos, que não raro ocupavam todos os lugares disponíveis, maior freqüência obteve a Exposição Geográfica e Cartográfica. À vista do espaço que exigiria, superior a qualquer recinto acessível, houve mister de desdobrá-la, para que a oriunda do estrangeiro se alojasse no salão do 1º andar do Ministério da Educação, sendo reservada à nacional a antiga estação de hidroplanos, à Avenida General Justo. Em ambas, a quantidade impressionante de mapas e cartas e ilustrações elucidativas não desmerecia a qualidade. Ao revés, acentuava os primores de desenho, tanto na fidelidade da representação topográfica, obtida, não raro, em relêvo, como da aparência artística.

E, assim, por meio de excursões geográficas, esmeradamente planejadas, de explanações e discussões de teses previamente mencionadas em metódico temário, de exposição indicativa de apurada técnica especializada, coroou-se o XVIII Congresso Internacional de Geografia de êxito proclamado por centenas de geógrafos estrangeiros, que lhe gabaram a perícia da organização e atividades executivas.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que participara dos trabalhos preparatórios desde o início, por ter sido o seu primeiro Secretário eleito para a Diretoria da Comissão Organizadora, compareceu às reuniões finais, pela delegação nomeada, para tal fim, pelo Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos

de Macedo Soares e constituída do Almirante Carlos Carneiro, General Jaguaribe de Matos, Coronel J. B. Magalhães.

QUADRO SOCIAL

No período iniciado após a última «Sessão Magna», não faltaram ao Instituto os pesares causados pelo desaparecimento de preclaros consócios, que lhe honraram o quadro social, tanto fronteiras a dentro, como igualmente no estrangeiro, donde veio notícia retardada.

Henry R. Lang — Embora admitido, como sócio, a 22 de junho de 1911, Henry R. Lang não mantinha correspondência com o Instituto, na última fase da sua vida, iniciada a 22 de setembro de 1853, em Warten, suíça, e encerrada a 25 de julho de 1934 em New Haven.

A sua mocidade inquieta mal faria prever a madureza tranqüila, em que se dedicou a estudos penetrantes de filologia românica.

Depois de frequentar o ginásio de Zurich, emigrou para os Estados Unidos da América, em busca de melhores condições de vida. Ajudante de farmácia, por algum tempo, conseguiu formar-se em direito e exercer a advocacia em New Haven, onde se lhe deparou ensejo de aprender italiano e português.

Daí lhe resultou a decisão de aprofundar os seus conhecimentos de lingüística, na Universidade de Estrasburgo, para onde se mudou, por volta de 1891. Ao regressar, trazia a sua tese de doutoramento. «Des Liederbuch des Königs Denis von Portugal», que Ramiz Galvão, relator da Comissão de História, a que fôra oferecida, exaltou:

«O texto compõe-se de 138 poesias classificadas em três secções: *Cantigas d'amor*, *Cantigas d'escarneo e de Maldizer*. E após especificar os méritos da obra, concluiu, homologando conceito de João Ribeiro, para quem «o cancioneiro de D. Diniz achou no professor H. Lang o seu verdadeiro e mais competente editor».

Acolhido pela Yale University, de cujo «Department of Romance Language» tem o timbre a sua carta de 10 de outubro de 1913, em que se mostrou agradecido ao Instituto, empreendeu obras de erudição, para as quais se achava devidamente credenciado.

Daí se causou a análise métrica do Poema do Cid, dos trovadores galaico-portuguêses, a edição do «Cancioneiro galego-castelhano», do «Cancioneiro de Baena» e outras contribuições, estampadas em revistas da especialidade, que são de «altíssimo

valor para quem queira investigar as antigas línguas e literaturas portuguesa e espanhola», consoante acentuou M. Rodrigues Lapa, no «Boletim de Filologia».

Afonso Costa — Não quiz dezembro despedir-se, à entrada do Novo Ano, sem arrebatat um dos mais conscienciosos pesquisadores do passado nacional.

Especialmente, da Bahia e, em particular, do município de Jacobina, onde se ufanava de ter nascido, a 2 de agosto de 1885, em Palmeirinhas de Jacuipe.

O sentimento regionalista, que cultivava com carinho, não o desviava de aspirações mais largas, a que deu realce em «A Sombra da Arte e à luz da História».

São estudos acêrca de atividades intelectuais pernambucanas, do Sergipe e da Bahia, cuja Academia lhe premiou a devoção às letras ao atraí-lo para seu grêmio, como sucessor de Pacífico Pereira, na cadeira de que era patrono Manuel Vitorino.

Foi na Capital do Brasil, porém, para onde transferiu a sua residência, que mais se lhe expandiu a vocação literária, como evidenciou, ao ingressar na Academia Dom Pedro II, transfigurada, mais tarde, em Academia Carioca de Letras. Em breve, confiavam-lhe os colegas a presidência do grêmio, que lhe permitiu intensificar o intercâmbio com as organizações congêneres e empreender a publicação de valiosos ensaios, seus e dos parceiros.

Para melhor realizar as suas aspirações, promoveu o primeiro «Congresso de Associações Culturais», da qual resultou a instituição da «Federação das Academias de Letras do Brasil», a cujo engrandecimento se devotou fervorosamente, como operoso secretário, por largo prazo.

Afinal, ressentido com a hostilidade que lhe impediu a desejada ascensão à Presidência, afastou-se do convívio dos colegas, para se consagrar às suas pesquisas históricas.

E aproximou-se do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o admitiu em seu quadro social, a 13 de maio de 1947.

Embora lúcido, como provariam os seus ensaios, entre os quais sobrelevam os acréscimos e anotações à «Genealogia de Jaboatão», a falta de saúde já vinha alquebrando o infatigável lutador doutroira, que sobremaneira contribuíra para o engrandecimento das associações culturais em cuja diretoria fôra ativo cooperador, tanto na Academia Carioca de Letras, como igualmente na Federação. Superando os seus males, ainda comparecia às sessões do Instituto, onde mais de uma vez se fizera ouvir a sua palavra judiciosa, que afinal se extinguiu à noite de 31 de dezembro.

Teixeira de Freitas — Em Cachoeira, o nome de Teixeira de Freitas, já imortalizado na pessoa do insigne civilista brasileiro, iria adquirir novos lustres, com o nascimento de Mário Augusto, a 31 de março de 1890. Depois dos estudos em colégios secundários, matriculou-se na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, onde conquistou o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais.

O sobrenome glorioso abrir-lhe-ia vitoriosa carreira nos domínios iluminados pelo saber jurídico do antecessor, se não preferisse arriscar-se por novas e ásperas veredas.

Laureado como aluno, abriu mão das vantagens adquiridas pelas aprovações distintas, para perseverar no rumo que lhe proporcionara a Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Admitido, mercê de provas excelentes patenteadas em concurso, jamais se desquitaria da especialidade, a que se devotou com fervor. Com o saber crescente e o ardor de apóstolo, em pouco se extremou entre os parceiros, que lhe aplaudiam a competência. Comissionado para dirigir os trabalhos do Recenseamento de 1920, em Minas Gerais, tais provas deu de sua capacidade organizadora, e perícia de execução, que o govêrno montanhês lhe confiou a incumbência da reorganização e direção dos serviços estatísticos mineiros.

Era a oportunidade, que se lhe abria, de praticar o seu idealismo construtivo. Por um lado, fixou as bases de funcionamento da repartição, apontada por modelo às demais, por outro estimulou a formação de abnegados obreiros da tarefa em que se empenhara. Destarte, conseguiu elaborar e imprimir o «Anuário Estatístico do Estado», com regularidade mais constante que o Anuário Estatístico do Brasil.

Organizou o «Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais», o «Anuário de Legislação e Administração Municipal», a «Carteira Estatística», a «Divisão Administrativa e Judiciária de Minas Gerais».

Certo, essas publicações, que ainda continuam a prestar valiosas informações aos consulentes, não foram nem o poderiam ser, obra individual.

Resultado do trabalho de grupo, evidenciavam, todavia, a eficiência da chefia, que soube traçar as diretrizes e preparar os colaboradores a quem confiou a missão de executá-las. O êxito cabal aureolou de mais brilhante fama o nome do organizador, que o recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública requisitou, para a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação.

Mercê da sua propaganda doutrinária, tornou possível a cooperação das três órbitas do governo, federal, estadual e municipal, pela criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em moldes originais, que lhe facilitaram a expansão, à medida que se lhe acresciam as responsabilidades. Pelas provas que rompiam de sua capacidade realizadora, o Instituto Inter Americano de Estatística, reunido em Washington, decidiu elegê-lo seu presidente, apesar de sabê-lo arraigado ao seu gabinete de trabalho, donde não se afastaria, senão por doença.

De tal modo atuava, no desempenho de suas funções, que o presidente do D.A.S.P., Dr. Luiz Simões Lopes, apresentou-lhe o nome para o «Livro do Mérito», em comemoração do «Dia do Funcionário Público», cuja classe o apontava como exemplar. Declinou, porém, da consagração oficial, contentando-se com a satisfação do dever cumprido à risca, embebido de sadio idealismo.

Não obstante a amplitude da sua atuação no I.B.G.E., em que deixou gravada a marca da sua competência profissional, ainda aceitou a presidência da Associação Brasileira de Educação.

Certo, não exercia o magistério, mas jamais deixou de trabalhar em prol da educação, como evidenciavam, além de conferências proferidas em várias ocasiões, os volumes editados sob o título de o «Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Educação» e outros.

Não perdia ensejo de doutrinar, às vezes além das possibilidades realizadoras do seu entusiasmo comunicativo. Mais do que as palavras, entretanto, ensinava pelo exemplo, à cuja luz benéfica se forjou a mística ibegeana, sem a qual não se teria formado a mentalidade estatística, evidenciada pelas contribuições de valia, que os especialistas apreciam, no país e no estrangeiro.

Quem de futuro, estudar a evolução da estatística brasileira, facilmente separará as duas fases, antes e depois de Teixeira de Freitas, cuja atuação figurará de marco divisório, concretizado na criação do I.B.G.E., catedral em que os fiéis poderiam adotar a divisa *ora et labora*.

Tal foi o consócio, admitido a 27 de dezembro de 1944, que o Instituto Histórico perdeu a 22 de fevereiro de 1956.

D. Aquino Corrêa — Quando se achava em São Paulo, para cuidar de sua saúde precária, faleceu, a 22 de março, o Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa.

A sua vida, iniciada na Capital matogrossense, onde nasceu, a 2 de abril de 1885, pontilhou-se de triunfos sucessivos, realçados pela inteligência peregrina. Evidenciou-a desde os estudos secundários e noviciado no Oratório de Santo Antônio, do

Coxipó, até a Academia de S. Tomás de Aquino e Universidade Gregoriana de Roma, em que se doutorou, ao terminar os cursos de filosofia e teologia, sem contrariar os pendores literários. Ao regressar a Cuiabá, já o precedia a fama, não só de presbítero, que se estreou na Basílica de São Pedro, onde pela primeira vez oficiou diante do altar, a 17 de janeiro de 1909, como de orador e poeta, de inspiração religiosa.

Sucessos ulteriores lhe confirmariam os vaticínios dos admiradores, que nêle saudavam o conterrâneo predestinado a gloriosa trajetória.

Convidado a paraninfar a 6.^a Turma de bacharéis em letras do Liceu Cuiabano, cuja direção lhe caberia, sem tardança, expôs a sua profissão de fé, religiosa e literária, em linguagem límpida e impressionante, que lhe comprovou a vocação oratória.

Daí por diante, assinalam-se-lhe as orações por episódios, a que se relacionaram. Bispo titular de Prusiade, e auxiliar do Arcebispo D. Carlos Luís d'Amour, desde 1 de janeiro de 1915, a sagração episcopal o apontou como, entre os colegas, o mais moço em tôda a Igreja Católica.

Nesse caráter, em sermão durante as cerimônias da Semana Santa, quando turbavam os destinos do Estado as desavenças partidárias insopitáveis, pregou a «mensagem cristã do perdão, da paz e da caridade, único iris naquele tenebroso naufrágio de instituições e leis, de direitos e deveres».

Maravilhado, o Interventor Federal, Dr. Camilo Soares de Moura, levou-lhe o nome à consideração do Presidente Wenceslau Braz, a quem sugeriu fôsse escolhido como candidato de conciliação entre os partidos, para o govêrno constitucional de Mato Grosso.

Daí se causou a sua eleição, isenta de competidores, pois que ambos os partidos aceitaram a cessação das hostilidades em tórno da pessoa do Bispo de Prusiade. No decurso do seu quadriênio presidencial, fundou-se o Instituto Histórico de Mato Grosso, cuja divisa formulou: *Pro patria Cognita atque Immortali*, ao inaugurá-lo a 8 de abril de 1919, e também o Centro Matogrossense de Letras, ao qual sugeriu a legenda: *Pulchritudinis studium habentes*, em famoso discurso, para exaltar o «Belo nas Letras», na sessão inicial de 7 de setembro de 1921. Antes de deixar o govêrno, elevou-o o Papa Benedito XV a Arcebispo de Cuiabá, para substituir a D. Carlos Luís d'Amour, falecido em 1921.

Só em abril de 1922, porém, tomou posse da arquidiocese, a que imprimiu o cunho de sua preclara individualidade. Nenhuma ocorrência mais propícia do que o centenário da criação do Bis-

pado de Cuiabá, que se avizinhava. Para lhe realçar a significação, promoveu comemoração festiva, que mais de uma vez o levaria à tribuna. A 26 de agosto de 1926, coube ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro acolhê-lo em seu quadro social, em sessão comemorativa, presidida pelo Conde Affonso Celso, que o exaltou como «príncipe da Igreja», insigne homem de letras, homem de ciência e homem de Estado, poeta, tribuno, jornalista, polígrafo, de consagradas capacidades e excepcionais serviços à Religião e à Pátria». A magnífica alocução, que proferiu, justificou a escolha para falar em Mariana, a 29 de agosto seguinte, após a «Missa Campal, em homenagem à Bandeira do 17.º Batalhão de Voluntários Mineiros», a que o Arcebispo D. Helvécio destinou lugar de honra em santuário, no alto da encosta. Tão funda impressão causou a palavra eloqüente de D. Aquino Corrêa, que o Ministério da Guerra resolveu divulgá-la por meio de folheto, «em edição especial, para ser distribuída aos Corpos da Tropa do Exército».

Em outras oportunidades, ainda se lhe faria ouvir a voz arrebatadora, que a Academia Brasileira de Letras atraiu para o seu convívio, a 9 de dezembro. Assim, elevado às dignidades eclesiásticas, como «assistente ao Solio Pontifício, com honras, privilégios e direitos de conde palatino», antes de receber o palio arquiiepiscopal, que lhe conferiu a chefia espiritual de sua terra natal, não lhe faltaram os louvores das associações culturais.

A Academia Matogrossense de Letras, então ainda em modesto embrião, proclamou-lhe o primado intelectual em Mato Grosso. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro honrou-se com a sua colaboração, como também a Academia Brasileira de Letras.

Por toda a parte, onde aparecesse, era festejado o exímio cultor das boas letras, como evidenciavam as suas poesias, os discursos, as cartas pastorais. E de tudo quanto escrevesse, rompiam os sentimentos dominantes em sua inspiração, a fé e o patriotismo, o culto à Religião, que lhe formou a mente, e à Pátria, que estremecia. À imensidão territorial da sua arquidiocese, não correspondia patrimônio gerador de rendas, cuja carência lhe continha as aspirações de maiores empreendimentos.

Para si, nada queria. Bastava-lhe mesa pobre e alojamento sem conforto. Pretendia, porém, provar o seu amor à Igreja, mediante obras duradouras. Mal conseguiu construir uma sede episcopal e preparar a Igreja do Bom Despacho para os ofícios divinos. Supria, porém, a penúria de recursos com a magnificência das suas pregações, que lhe comprovavam as qualidades oratórias e de escritor admirável.

A herança das suas obras, opulentas de ensinamentos religiosos, cívicos e literários, compensa de sobejo a pobreza do patrimônio, que legou ao Arcebispado, em testamento indicativo do seu desapêgo aos bens materiais, e da vida edificante, que o sublimou à benemerência da Posteridade.

Eugênio Egas — Oriundo de Iguape, onde nasceu a 15 de maio de 1863, Eugênio de Andrade Egas frequentou a Faculdade de Direito de São Paulo, que lhe conferiu o diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 1884.

Promotor Público em São Carlos do Pinhal, onde também exerceu o cargo de intendente, no regime republicano, triunfou na eleição para deputado à Assembléia Legislativa de São Paulo, em que atuou de 1895 a 1903. Funções administrativas de relêvo exerceu em tôda a sua ativa existência, inclusive, desde 1912, a direção do Patronato Agrícola de São Paulo, em que se aposentou por volta de 1931. Além de farta colaboração na imprensa, publicou folhetos e livros em que se fundamentou a proposta apresentada a 22 de abril de 1913.

Ao apreciá-la, a Comissão de História, de que também faziam parte Escragnolle Doria, Ramiz Galvão, Viveiros de Castro, endossou os conceitos do seu relator, Clovis Bevilacqua, para quem «o livro do Sr. Dr. Eugênio Egas, sobre *Diogo Feijó*, se não é a definitiva caracterização histórica do egrégio homem de estado, porque o autor não quis dar essa feição ao seu estudo, é um trabalho consciencioso do qual poderá extrair sua caracterização quem dotado de penetração analítica e de capacidade construtiva quizer assinalar o valor social de Feijó, na evolução política do povo brasileiro». E concluiu: «Constitui, portanto, tal como é, um valioso trabalho histórico, e um título que abre, com largueza, ao seu digno autor, as portas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro».

Proclamado sócio correspondente, em 28 de julho de 1913, prosseguiu nas pesquisas, que lhe permitiram avolumar a bibliografia, em que se incluem, além da obra referida, «Estudos (Badaró, Japiassú — Regência)» — «Os Municípios Paulistas» — «Galeria dos Presidentes de São Paulo» — «Dicionário Geográfico do Ensino em São Paulo» — «Auxiliar Administrativo».

Ao interpretar os sentimentos da Academia Paulista de Letras, à hora de entêrrlo do seu venerando membro, a 29 de junho, pôde afirmar o Dr. Oliveira Ribeiro Neto.

«Bençam do céu foi por certo a sua vida, na harmoniosa constituição de sua família, na congregação de sua obra de homem público, e de escritor, na grandeza da roda de amigos, que sempre o cercou, bebendo os ensinamentos da sua bondade e do seu saber».

Manuel Cicero — A 23 de junho de 1905, a Comissão de História endossou o parecer favorável à sua admissão ao Instituto, elaborado por Afonso Celso, relator, que asseverou: «Depois de haver servido durante dez anos como bibliotecário da Faculdade de Direito do Recife, foi o Dr. Manuel Cicero chamado a dirigir a Biblioteca Nacional».

Encontrou-a, em julho de 1900, alojada em sede inadequada, no largo da Lapa. Conseguiu transferi-la para a Avenida Central, atualmente Rio Branco, onde se ergueu prédio especial, cuja construção pleiteou pertinazmente. Enquanto progrediam as obras, empreendeu viagem à América do Norte, para lhe examinar o funcionamento das mais afamadas bibliotecas, de Washington, Nova York e Boston. Na Europa, em seguida, observou a de Paris, Bruxelas, Leipzig, Viena, Lisboa, onde contratou a colaboração de Eduardo de Castro e Almeida, para lhe enviar verbetes indicativos de documentos do Arquivo da Marinha e Ultramar de interesse para o Brasil.

Quando, em Paris, solicitou, de firmas idôneas, propostas de fornecimento de material de aço, constante de carteiras para a sala de leitura, estantes e demais utensílios. Como remate da campanha em que se empenhou, intensificada com o lançamento da pedra fundamental a 15 de agosto de 1905, alegrou-se ao inaugurar, a 29 de outubro de 1910, o edifício projetado pelo General Francisco Marcelino de Sousa Aguiar.

Não lhe bastava a reforma apenas material. Decidiu afeiçoar o funcionamento por novas diretrizes técnicas. Elaborou, então, o regulamento, que o Governo da República endossou, a 11 de janeiro seguinte. Entre as inovações adotadas, agrupou diferentemente as seções de estampas, cartas geográficas e numismáticas. Separou a de hemeroteca. Prolongou as consultas até 10 horas da noite. Estabeleceu o empréstimo domiciliário, mediante caução. Modificou o processo de provimento de cargos. Instituiu o curso de biblioteconomia. Dispôs acêrca de investigações e estudos em outras bibliotecas e em arquivos e museus. E para aumentar a eficiência da Biblioteca, promoveu conferências, confiadas a individualidades de comprovado saber.

A primeira série, iniciada a 12 de setembro de 1912, abrangeu:

- 1 — a nossa evolução literária;
- 2 — arte e gosto artístico no Brasil;
- 3 — o progresso das ciências no Brasil;
- 4 — o Brasil e o seu desenvolvimento econômico;
- 5 — o meio social brasileiro;
- 6 — o Brasil no conceito das nações.

Desta maneira, ampliou a influência cultural do estabelecimento, que nessa ocasião comemorava o primeiro centenário da sua fundação, decorrente do decreto de 29 de outubro de 1810, mediante o qual o Príncipe Regente D. João providenciou a respeito da instalação da biblioteca real, constituída pelas coleções de Diogo Barbosa Machado, trazidas de Lisboa.

A sua atuação admirável recomendou-lhe o nome para a Diretoria Geral da Instrução Pública Municipal, que deixou, ao assumir a Prefeitura do Distrito Federal.

Diretor Geral da Propriedade Industrial, apenas por trabalho biênio permaneceu no cargo, do qual se afastou, ao ser nomeado Reitor da Universidade do Rio de Janeiro.

Professor da Faculdade de Direito e seu diretor, não admira que manifestasse na Reitoria as mesmas excelsas qualidades, que o tinham recomendado aos aplausos dos doutos, até a Revolução de Trinta, contra a qual protestou pela renúncia.

O exercício de tão relevantes comissões jamais o afastaram, todavia, do Instituto Histórico, promotor do Primeiro Congresso de História da América, em 1922.

Como presidente da sessão de encerramento, coube-lhe a palavra, para manifestar o júbilo proporcionado pelo acontecimento, que propiciou «ocasião de estreitar, com os demais povos, os laços de confraternidade, que a todos devem unir, para felicidade comum e prosseguimento ininterrupto no caminho da ordem e da paz, da liberdade e da justiça, da prosperidade e do progresso».

Por ser «o mais poderoso vínculo que se poderá estabelecer, conviria que fôsse a «História Geral da América escrita em cada um dos países, segundo um plano uniforme, simultaneamente, seguida de um trabalho geral de síntese para cada uma das matérias em tôda a América». A semente, confiada aos especialistas, iria gradativamente ganhando viço, até alcançar a organização, ao findar a década, do Instituto Pan Americano de Geografia e História, em cujo programa de trabalhos foi carinhosamente admitida, entre as suas mais prementes tarefas. Aliás, a atuação de Manuel Cicero, no tocante aos problemas culturais de amplitude continental levá-lo-ia à tribuna do Instituto, no Brasil, no Uruguai, no Paraguai, onde quer que se lhe deparasse oportunidade, de propagar sentimentos de cordialidade americanista. Acorde com as suas convicções, lembrou, em Montevidéu, os propósitos que enunciara no Rio de «mayor aproximación de los pueblos, la supresion de cualesquiera motivos de prevención, expuestos los hechos históricos sin despreciamiento de adversários meramente

ocasionales». E em Assunção, depois de indicar os fatores naturais de aproximação, que unem os dois povos concluiu: «O Brasil e o Paraguai estão fadados a ser sempre amigos leais e fraternos e nada os poderá separar no futuro».

Quer explanasse o tema relativo ao «Dia da América», ou tratasse do problema de Tacna e Arica, em saudação ao Peru, pela celebração do Tratado de Lima, que encerrou velha contenda, quer acolhesse os membros do 3º Congresso Científico Latino Americano, na Biblioteca Nacional, ou orasse na Universidade Maior de São Marcos, do Peru, sempre evidenciava o mesmo sadio idealismo.

Diante de tais provas de constante dedicação à propaganda do panamericanismo, confiou-lhe o Conde de Afonso Celso a presidência da delegação brasileira perante a Assembléia Inaugural do Instituto Pan Americano de Geografia e História, de cujos trabalhos preparatórios participara ativamente. Já não ocupava cargo algum na administração pública e por isso podia dedicar-se inteiramente à missão que lhe fôra atribuída e garantir-lhe êxito cabal. Maior ainda lhe seria a atuação, ao comemorar-se o centenário de fundação do Instituto, cuja Presidência exercia, como substituto legal do Conde de Afonso Celso.

Diferentemente do seu amigo, cujo exercício do cargo honroso sòmente cessou com a própria vida, Manuel Cícero, depois da vitória cultural admirável, preferiu retrair-se. Não lhe consentiram, porém, os admiradores que se lhe apagasse o nome sem expressivo reconhecimento oficial.

E, então, da Faculdade Nacional de Direito de que se tornara professor emérito, rompeu a iniciativa, reforçada pelo Conselho Universitário, a que atendeu o Governo Federal, para lhe conceder a Ordem Nacional do Mérito, no grau de Grande Oficial, quando já contava 86 anos de idade.

Podia então, ufanar-se, contente de ter bem cumprido o seu dever. Além da satisfação própria de quem sabe julgar-se, via, agora, apontado o seu exemplo à mocidade por modelo. Os meios culturais, em que operara, os dirigentes do país, a imprensa, espelho da opinião pública, realçavam-lhe a valia da contribuição para o engrandecimento das instituições a que servira superiormente.

Acorde com os sentimentos gerais, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que o elevou à classe de Grande Benemérito e da Presidência, dedicou-lhe o número 229, correspondente ao último trimestre de 1955, da sua «Revista».

Por 332 páginas, a Comissão Diretora, pela pena erudita de um de seus membros, Feijó Bittencourt, traçou-lhe bem documentada biografia, que lhe acompanhou a trajetória luminosa, até por assim dizer às vésperas do seu ocaso, quando, nonagenário, sucumbiu a 3 do corrente mês.

ELEIÇÕES

Para preencher as vagas causadas pelo emudecimento de vozes conspícuas, a Assembléia-Geral, de 31 de julho, elegeu sócio benemérito o historiador Gustavo Barroso, honorário, o Brigadeiro Henrique Fleiuss, atual Ministro da Aeronáutica, ligado ao Instituto por longas tradições, correspondente; o Professor Manuel Rodrigues Lapa, de Portugal.

Como efetivos, ingressaram o ensaísta Manuel Diegues Júnior, o Dr. Guilherme Auler e o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva.

Munidos de credenciais, que lhes documentam o saber, certo, contribuirão para o engrandecimento da instituição, que os acolheu.

PUBLICAÇÕES

Correspondendo aos esforços dedicados da Comissão Diretora — General Estevão Leitão de Carvalho, Cláudio Ganns, Feijó Bittencourt — eficientemente auxiliada por Adelaide Morosini Alba, a Imprensa Nacional merecedora de aplausos, manteve atualizada a impressão da «Revista», de que já saiu a lume o número 232, correspondente ao trimestre julho-setembro de 1956. Também foram dados à publicidade 3 tomos especiais do *Catálogo de Documentos sobre a História de S. Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa* (Vols. I, II, III, estando em preparação o IV).

DOAÇÕES

O patrimônio do Instituto, seja na Biblioteca e Arquivo, seja no Museu, aumentou por meio das doações em que se incluem retratos, entre os quais sobressai o de D. Aquino Corrêa, entregue pelo Professor Arlindo Drummond Costa, 18 obras referentes ao Chaco, oferecidas pelo General Estevão Leitão de Carvalho, 90 volumes de *The National Geographic Magazine* desde 1930, doadas por D. Iolanda Pinheiro do Amaral, 23 pelo Dr. Evandro dos Santos e milhares de publicações provenientes de troca.

DOCUMENTOS RECEBIDOS

Um volume contendo a correspondência do Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Sousa) e outro com recortes de jornais também relativos ao Barão de Mauá. Fls. 1/498 (vol. de cartas). (Oferta do Dr. Cláudio Ganns).

— Comissão Mista de Defesa Brasil-Estados Unidos. Correspondência e Documentos em 12 volumes. (Oferta do General Estevão Leitão de Carvalho).

— Arquivo do Dr. Belisário Pena, contendo papéis do Dr. Joaquim Abílio Borges (Barão de Macaúbas). 41 documentos. (Oferta de sua filha D. Celina Pena).

INTERCÂMBIO

Além das associações no país, com as quais o Instituto manteve ativo intercâmbio, dezenas das que operam no estrangeiro também lhe recebem a «Revista» e retribuem com a sua própria, como indicará a relação seguinte, embora incompleta.

Academia Nacional de Letras (Boletim) — Montevidéu.

Revista Nacional — Montevidéu.

Revista Histórica — Montevidéu.

Boletim de Historia y Antigüedades — Bogotá.

Academia de Historia del Valle del Cauca (Boletin) — Colombia.

Revista Nacional de Cultura — Caracas.

Academia Nacional de História (Boletim).
Caracas.

Revista de Historia — Colombia.

Universidade de Chile — Anales

Instituto de Antropologia e Historia — Guatemala.

Academia Colombiana de Historia — Boletin.

Universidad Central de Venezuela — Anales.

Universidad de los Andes — Boletin.

Universidad Pontificia Bolivariana — Colombia.

Casa de Cultura Equatoriana.

Universidad de Guadalajara — Jalisco — México.

Academia Nacional de Ciências — México.

Sociedad Mexicana de Geografia y Estadística — México.

Instituto Pan Americano de Geografia e História.

The New York Public Library (Bulletin).
The Catholic Historic Review — Washington.
American Historical Association.
The Geographical Review — New York.
Sociedade de Geografia de Lisboa.
The Geographical Journal — London.
Universidade de Lisboa e Faculdade de Letras.
Institute of Historical Research — London.
Faculdade de Ciências do Porto.
Die Kultur — Munichen.
Estudios Americanos — Sevilla.
Informationem aus Osterreich — Viena.
Società Geografica Italiana — Bolletino.
Assim foi que o Instituto recebeu, no período findo:

Livros e opúsculos	302
Revistas	1.054
Jornais	199
Catálogos	98
Documentos	49
Mapas	34
Medalhas	138

E atendeu a grande número de consulentes, a saber:

Sala de Leitura

Consultas	135.318
Manuscritos	21.943
Visita ao Museu	578

CATALOGAÇÃO

Para facilitar as pesquisas dos estudiosos, a Secretaria catalogou 4.000 opúsculos distribuídos em pastas de miscelâneas, assinaladas por fichas de assunto, autor e referências, bem como 720 documentos do Arquivo e empreendeu a revisão e catalogação das latas em que se acham guardados 646 retratos.

Prosegue a cópia do Arquivo Cotegeipe.

EXPEDIENTE

Sob a chefia operosa de Adelaide Morosini Alba, a Secretaria vem desenvolvendo as suas atividades, que visam, por um lado a zelar pela cuidadosa conservação do patrimônio cultural do Instituto e por outro, a colocá-lo ao alcance dos pesquisadores, que desejem consultá-lo.

No tocante à correspondência, registrou:

Opúsculos, cartas, telegramas recebidos 1.658

Opúsculos, cartas, telegramas expedidos 3.446

Desta maneira, utilizando-se dos recursos de que dispõe, oferece o Instituto aos estudiosos facilidades de investigações históricas, do mesmo passo que diligencia exaltar o culto das tradições nacionais para cumprir o programa traçado por seus fundadores.

ATA DA SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO DIA PANAMERICANO EM 14 DE ABRIL DE 1956

(Sessão 1856)

Conferência do Dr. Sérgio Corrêa da Costa sobre o tema:
«O Pan-Americanismo e os modernos pactos regionais»

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares

Aos quatorze dias do corrente mês, às dezessete horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o Dia Panamericano, como o faz o sodalício anualmente, sob a presidência do Ministro José Carlos de Macedo Soares. Abertos os trabalhos, o presidente perpétuo do Instituto, depois de convidar para a Mesa os Srs. Embaixador da República Argentina, Dr. Felipe A. Espil e Senhora; Dr. Robert Lean, representando o Sr. Embaixador dos Estados Unidos, Capitão Armando Vargas de Sousa, representando o Sr. Ministro da Aeronáutica; Major Orivaldo Fontes, representando o Sr. Ministro da Guerra; Dr. Juan Manuel Alvarez del Castillo, Embaixador do México; Doutor Ramon López Jiménez, Embaixador de El Salvador; Sr. Dr. J. Van Tieghen, representando o Sr. Embaixador do Canadá, Doutor Germano Jardim, representante da União Pan-Americana; Doutor Waldemar Lopes, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Sr. Virgílio Corrêa Filho, Secretário do Instituto, prestou homenagem aos sócios, cujo desaparecimento mencionou: Henri R. Lang, sócio correspondente desde 22 de junho de 1911, Afonso Costa, sócio efetivo, em 13 de maio de 1947, falecido no Rio de Janeiro a 31 de dezembro de 1955; Mário Augusto Teixeira de Freitas, também efetivo em 27 de dezembro de 1944, até sucumbir a 22 de fevereiro de 1956 e D. Francisco de Aquino Corrêa, Arcebispo de Cuiabá, sócio honorário a 10 de junho de 1926 e Benemérito desde 14 de abril de 1939, falecido em São Paulo, a 22 de março último.

De todos oportunamente fará o elogio o orador oficial, Reitor Pedro Calmon.

Ao explicar o motivo da reunião, lembrou o Ministro Macedo Soares, que a comemoração da festiva data resultou da sugestão do Embaixador do Brasil, Silvino do Amaral, aprovada pela União Pan-Americana, e endossada pelo Presidente Hoover, que, em 1831, criou o «Dia Pan-Americano», destinado a comemorar a efetivação da concórdia continental, com apoio de tôdas as Repúblicas da América.

Não tardou o Instituto Histórico em adotar, como norma de seus trabalhos anuais, inaugurá-los a 14 de abril, por meio de conferência acêrca de assuntos relacionados com o Pan-Americanismo.

Assim atendeu ao convite de Leo Rowe, que dirigia então a União Pan-Americana, e em 1933, iniciou a série, por meio da conferência admiravelmente explanada pelo Professor Rodrigo Otávio.

De principio, afirmou: «O Pan-Americanismo é um sentimento de solidariedade, de cooperação e, pois, de cordialidade e de paz», e de acôrdo com tais conceitos, os oradores que sucessivamente vêm ocupando a tribuna do Instituto nessa data, realçaram-lhe a influência harmonizadora, evidenciada pela paz mantida no Continente, irmanado pelos mesmos radiosos ideais.

Em seguida, o primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, leu as Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas ao dia e os telegramas recebidos na ocasião que diziam: «Ministro José Carlos Macedo Soares: «Muito grato seu convite para sessão comemorativa do «Dia das Américas vg envio-lhe cordiais saudações vg Juscelino Kubitschek vg Presidente da República». — «Lamentando impossibilidade comparecer sessão comemorativa «Dia das Américas, venho trazer-lhe meus agradecimentos pela gentileza do convite e ao mesmo tempo associar-me manifestações promovidas pelo Instituto sob sua nobre presidência para marcar passagem data pt Atenciosas saudações Ulisses Guimarães, Presidente Câmara Deputados». -- «Impossibilitado comparecer sessão solene comemoração «Dia das Américas vg venho agradecer ilustre Presidente e eminente amigo a gentileza convite enviado pt Atenciosamente saudações: — José Maria Alkmin».

Depois, o Presidente deu a palavra ao sócio Ministro Sérgio Corrêa da Costa, que discorreu a respeito de «O Pan-Americanismo e os modernos pactos regionais».

O orador prendeu a atenção do auditório acêrca do «Pan-Americanismo e os modernos pactos regionais», o que fêz se visse, com precisão, o tema politico americano em face dos pactos regionais que traduzem as características politicas dos outros continentes: nenhum outro apanhado da história política internacional contemporânea seria mais elucidativo.

Não havendo quem pedisse a palavra, terminada a conferência do Ministro historiador e sócio do Instituto, o Sr. Presidente do Instituto agradeceu o trabalho lido pelo orador, que terminou sob os aplausos da assistência e deu por encerrada a sessão.

Compareceram à sessão os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa, João Batista Magalhães, Francisco Marques dos Santos, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Alfredo Valladão, Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, José Augusto Bezerra de Menezes, Miguel Costa Filho, Artur César Ferreira Reis, Hélio Lôbo, Afonso Bandeira de Melo, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de los Rios Filho, Argeu Guimarães, Valentim Benício da Silva, Carlos Carneiro, Ivolino de Vasconcelos, Sérgio Corrêa da Costa, Mozart Monteiro, Julião Rangel de Macedo Soares, Pedro Calmon, Florêncio de Abreu e Álvaro Alberto.

Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2º Secretário

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA EM 9 DE MAIO DE 1956
(Sessão 1857)

Conferência do Sócio Grande Benemérito Ministro Alfredo Valladão: sobre «O Barão de Parima, Demarcador de Fronteiras, Veterano do Paraguai».

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares

No dia 9 do corrente, pelas 17 horas, conforme estipulara o respectivo convite, reuniu-se, em sua sede, e sob a Presidência do Senhor Ministro José Carlos de Macedo Soares, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente para ouvir o Ministro Alfredo Valladão, sócio Grande Benemérito, que escolhera para tema de sua conferência a vida e feitos do «Barão de Parima, demarcador de fronteiras e veterano do Paraguai». Ao iniciar a sessão, o Presidente Perpétuo do Instituto convidou para a Mesa, além do Primeiro Secretário, de acôrdo com os Estatutos, os Senhores Dr. Luiz Galloti, Presidente do Supremo Tribunal, Embaixador Hildebrando Accioly e Prof. Haroldo Valladão, Dr. Lino Machado Filho, representando o Senhor Ministro da Saúde, Professor Maurício de Medeiros e Dr. Affonso Penna Júnior. E deu a palavra ao Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, que procedeu à leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, atinentes à data.

Continuando, justificou a ausência, por força maior, dos sócios Marechal Rondon, Ministro Tavares de Lyra, Feijó Bittencourt. Castelo Branco Sobrinho, Manuel Xavier Vasconcelos Pedrosa. E disse, mais, que representara o Instituto na conferência pronunciada pelo Sr. Artur César Ferreira Reis — «A Amazônia que Alexandre Rodrigues Ferreira viu» — da série promovida pela Biblioteca Nacional, e realizara na Faculdade Nacional de Filosofia. Comunicação análoga fez o sócio Cláudio Ganns que, por designação do Sr. Presidente Perpétuo, esteve presente a seguinte, proferida pelo Sr. Virgílio Corrêa Filho a respeito de «Alexandre Rodrigues Ferreira em Mato Grosso». Ambas as conferências confiadas a membros do Instituto, constituíram parte do programa comemorativo do segundo centenário do nascimento de Alexandre Rodrigues Ferreira, a quem a Biblioteca Nacional dedicou também evocativa «Exposição», para a qual concorreu o Instituto, com manuscrito do naturalista brasileiro, existente em seu Arquivo.

Em seguida, coube a palavra ao Ministro Alfredo Valladão, que principiou a sua bem documentada alocução por lembrar que tratara, embora sumariamente, da individualidade insigne de Francisco Xavier Lopes de Araújo, Barão de Paríma, no volume IV da sua história da «Campanha da Princesa», por ter sido o «primeiro campanhense formado em engenharia», pela Escola Central, que, por sucessivas reformas, teve o nome de Politécnica e é hoje a Escola Nacional de Engenharia.

Abraçou a carreira militar, em que atuou com bravura, especialmente «nos combates de 24 de maio, 3 e 22 de setembro» que lhe valeram diversas condecorações.

Todavia, os seus mais brilhantes louros não os colheu na guerra.

Mais constante heroísmo, na luta contra os obstáculos naturais, desenvolveria nas comissões demarcadoras de limites, para cujo êxito concorreu com a sua competência profissional e rara capacidade de trabalho.

Começou, logo após a formatura, como ajudante do Comissário Barão de Caçapava, incumbido da fixação, no terreno, da linha de limites entre o Brasil e o Uruguai.

Quando o comissário baqueou, a 2 de outubro de 1858, não tardou o nomeação, a 30, do substituto, Pedro de Alcântara Bellegarde, de igual prestígio e saber. Foram os dois chefes profissionais de Lopes de Araújo, que, durante o quinquênio trágico, deixou os seus instrumentos de observações astronômicas, para empunhar armas de combate contra Solano Lopez.

Cessada a guerra,urgia a demarcação das fronteiras, em que o Brasil desistiu de exigir a lindeira, pelo Igureí, definida no Tratado da Tríplice Aliança.

Anuiu em recuá-la para o Norte, como pleiteavam os plenipotenciários paraguaios. Apressou-se, porém, em dar execução ao ajuste respectivo.

Constituída, pelo Brasil, a turma que deveria tomar parte na Comissão Mista de Limites com o Paraguai, coube-lhe a chefia ao coronel de engenharia Rufino Enéas Gustavo Galvão, comissário.

Por ajudante, foi escolhido Lopes de Araújo, que, rematados os trabalhos na fronteira uruguaia, tornara à Escola Central, como professor, até que, por imperativos de guerra, se afastasse da cátedra.

Voltava, assim, às tarefas de sua predileção, em que adquiriu merecida nomeada. Em ofício de 1874, ufanou-se Rufino Enéas do êxito obtido, quando «ficou completamente concluída a demarcação de nossa fronteira com esta República, único trabalho dêste gênero realizado até o presente sem interrupção e no curto espaço de vinte e seis meses».

Qual teria sido a contribuição pessoal de Lopes de Araújo?

Sucessos ulteriores evidenciariam que bem mereceu os louvores do comissário. O Tratado de Limites com a Bolívia, de 27 de março de 1867, dependia de ser interpretado no terreno. A nomeação do Coronel Inocêncio Veloso Pederneiras, para tal fim, em 1868, provar-se-ia inoperante, por ser imprópria a época a tais cometimentos. O substituto, Capitão-de-fragata, Antônio Cláudio Soido, após implantar o marco da Baía Negra, não logrou avançar, contido pela interrupção dos trabalhos. Estava, porém, na ocasião, disponível a turma, que operara entre a foz do Apa e as Sete Quedas, no Paraná.

Com algumas alterações, no pessoal, encarregou-a o Governo Imperial de tornar efetiva a extremenha ajustada por Lopes Neto, em La Paz.

Na chefia, permaneceu, de início, Rufino Enéas Galvão, a quem os braços de Barão de Maracaju premiaram a sua vitória recente.

O seu imediato, Major de engenheiros Francisco Xavier Lopes de Araújo, assumiu a chefia, depois que o primeiro comissário se afastou, por doença, do campo de operações, antes de atingir o Guaporé.

Era asada a ocasião para se revelar o novo comandante, se capaz, ou não, de levar a bom térmo os árduos trabalhos demarcatórios.

Foi-lhe favorável a prova, e de tal maneira que, ao cuidar o governo Imperial da demarcação dos limites com a Venezuela,

recorreu ao experimentado engenheiro militar, já promovido a tenente-coronel.

Como seus auxiliares, atuariam Dionísio Cerqueira, major, Taumaturgo de Azevedo, capitão, predestinados a lisonjeira nomeada.

De 1879 a 1884, perlustrou a faixa raiana, eriçada de picos e contrafortes, cujo levantamento efetuou com esmero, além de estudar as peculiaridades regionais.

Ao cabo, apresentou pormenorizado relatório, que lhe justificou a promoção a coronel e o título de Barão de Paríma, conferido em lembrança dos triunfos técnicos alcançados naquela crespia região.

O orador realça-lhe, a propósito, não somente a valia dos trabalhos técnicos, de topógrafo, astrônomo, cartógrafo, como ainda os de sagaz geógrafo ao descrever as paragens que devassara. Mas, depois de tanto palmilhar as paragens extremenhas do país, ao sul, nos confins do Uruguai, a Oeste, da Bahia Negra ao Guaporé, passando pelas lagoas, remanescentes do lendário Xaraiés, dos cronistas coloniais, ao norte, na orla das serranias venezuelanas, já não lhe comportaria o organismo arrastar tão ásperas caminhadas.

Ainda desempenharia, porém, encargos, que não o levassem ao recesso dos sertões. Diretor do Observatório Astronômico poderia continuar a cartear-se com as estrêlas, a que se acostumara.

A breve prazo, todavia, encerrou a sua trajetória, em 1886.

Os trabalhos que ultimou garantem-lhe, sem dúvida, a benevolência da Posteridade, como acentuou o orador.

Finda a formosa conferência, que a assistência premiou com expressivas palmas, o Presidente do Instituto agradeceu a contribuição do Ministro Alfredo Valladão, que elogiou, por ser peça esmeradamente elaborada, como verificaram os ouvintes, e baseada em documentação inédita, para a qual cooperou o Arquivo do Itamarati, franqueado à sua consulta.

Também agradeceu a presença das eminentes individualidades, que ali se achavam e declarou encerrada a sessão.

Os sócios que compareceram: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Batista Magalhães, Cláudio Ganns, Artur César Ferreira Reis, Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Dodsworth Martins; José Antônio Soares de Sousa, José Augusto Bezerra de Medeiros, Afonso Pena Júnior; Francisco Jaguaribe Gomes de Matos, Agnelo Bittencourt, Juvenal Greenhalgh, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Hildebrando Acioli, Haroldo Valladão, Alfredo Valladão, Herbert Canabarro Reichardt, Julião

Rangel de Macedo Soares, Justo Pastor Benitez, Carlos Carneiro, Adolfo Morales de Los Rios Filho e Ivolino de Vasconcelos.

Enviaram telegramas e ofícios os Srs. Ministros da Fazenda Dr. José Maria Alkmin, Dr. Clóvis Salgado, Ministro da Educação e Cultura, Almirante Alves Câmara, Ministro da Marinha; Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa; Dr. Waldemar Lopes, Secretário Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Dr. Luís Dodsworth Martins, Presidente do Conselho Nacional de Economia; Dr. Rufino de Almeida Pizarro, Diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO BARÃO DE STUDART EM 15 DE JUNHO DE 1956

(Sessão 1858)

Conferência do Dr. Gustavo Barroso

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro reuniu-se em sua sede, às 17 horas do dia 15 do corrente, para comemorar o centenário de nascimento do Barão de Studart.

Assumindo a presidência, o Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares convidou para fazerem parte da Mesa o Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valadão, o ex-Presidente da Academia Brasileira de Letras, Sr. Afonso Pena Júnior, e para o recinto os representantes de autoridades e associações culturais. Em breves palavras relembrou as homenagens prestadas anteriormente ao douto consócio, que o Instituto acolheu em 1892, ao aprovar proposta assinada por Sacramento Blake, Alencar Araripe e G. Palha. Ao examiná-la, a Comissão de História endossou o parecer de 2 de abril, de que fôra o Dr. Alfredo Nascimento relator, favorável à admissão do autor do «trabalho intitulado Luís da Mota Feo e Tórres e seu govêrno no Ceará», acêrca do qual apontou «a opulência de fatos que apresenta, devidamente comentados e referentes a uma época da História do Ceará».

Decorridos dois decênios, nova proposta submetida à Comissão de Admissão de Sócios, mereceu análoga aceitação a 29 de abril de 1912 para considerá-lo como sócio honorário.

O relator, Professor Manoel Cicero, assinalou que «não fará o Instituto, senão rigorosa justiça atendendo à relevância dos servi-

ços, que lhe vem prestando o Barão de Studart desde a sua admissão como sócio correspondente. O Sr. Presidente Perpétuo deu, em seguida, a palavra ao Primeiro Secretário para ler as Efemérides do Barão do Rio Branco, referentes à data, antes de dar conta da incumbência recebida para representar o Instituto nas cerimônias comemorativas do 25º aniversário da presidência de Herbert Moses na Associação Brasileira de Imprensa. E valeu-se do ensejo para entregar o livro *Fronteira em Marcha*, pouco antes recebido das mãos, do autor, Ministro Renato de Mendonça. Galardoado com o prêmio «General Tasso Fragoso, do Exército» mereceu prefácio do Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que lhe realçou a valia de obra bem apensada e bem executada, em que tudo é apresentado, examinado e discutido, com segurança e critério. Podemos divergir, acrescentou dêste ou daquele ponto da obra em questão, mas não podemos deixar de dizer que ela constitui uma contribuição importante para os estudos da configuração geográfica do Brasil».

Fronteira em Marcha é escrito com seriedade e equilíbrio.

Seu autor fundamenta-se em dados autênticos, não perdendo de vista os fatores econômicos que são indispensáveis à compreensão do desenvolvimento econômico e social.

Por isso «a obra é de alta significação histórica e literária. Interessa, prende e agrada».

Convidado, logo após, a proferir a sua conferência, como orador escolhido para a cerimônia consagradora da vida operosa do Barão de Studart, seu erudito conterrâneo, o Professor Gustavo Barroso empolgou a atenção e entusiasmo da assistência, a quem soube comunicar a sua admiração pelo sagaz pesquisador.

Conheceu-o quando menino, ainda, se acostumou a considerá-lo como um dos mais conceituados vultos cearenses.

A mesma sisudez aplicada às pacientes investigações revelava-se-lhe nos hábitos preferidos, que lhe deferiram a individualidade.

Ao contrário de Capistrano de Abreu, desleixado no vestir, mas seu amigo, com quem se carteava, especialmente a respeito de assuntos históricos, timbrava em apresentar-se trajado solenemente, de sobrecasaca, impermeável às mudanças da moda verificadas no decurso de sua existência.

Não as adotou, preferindo conservar-se como personagem doutro, que se tornou exceção em meio de novos costumes.

Todavia, permaneceu-lhe, enquanto para isso não lhe faltou saúde o amor às pesquisas que o levaram a reunir copiosa do-

cumentação de alta valia, com que esclareceu mais de uma dúvida de história do Brasil.

Não obstante o anacronismo da vestimenta, a seriedade dos estudos a conferir-lhe posição de relêvo nas associações culturais, que animava com as suas contribuições valiosas, especialmente o Instituto Histórico do Ceará, para cujo engrandecimento contribuiu admiravelmente.

Maior seria a sua benemerência se lhe confiasse tãda a vasta documentação, que não teria então o triste fim que o orador lembrou.

Depositada, após o seu falecimento, no porão da residência sofreu irremediáveis estragos, causados pela umidade excessiva, que a reduziu a montão de papel, desfeito em massa inaproveitável.

Felizmente, para os estudiosos, boa porção viera a lume, de sorte que, ainda em vida do historiador, fôra, devidamente divulgada. Mas o restante, inédito, perdeu-se irremediavelmente.

Não assistiu o Barão de Studart à destruição dos manuscritos, que reunira com inexcedível carinho.

Poupado a tamanho desgosto, levou para o túmulo a convicção da benemerência do seu trabalho de colecionador de documentos, cuja interpretação empreendera com capacidade, em contribuições excelentes.

Além da obra publicada, deixou o exemplo de probo estudioso, cuja benemerência a Posteridade exaltou, à passagem do primeiro centenário do seu nascimento, pela palavra douta e conceituada do conferencista, que a assistência aplaudiu calorosamente.

Cessadas as palmas, o Sr. Ministro Macedo Soares agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valadão, Virgílio Corrêa Filho, Artur César Ferreira Reis, João B. Magalhães, Estevão Leitão de Carvalho, José Antônio Soares de Sousa, Pedro Calmon, Juvenal Greenhalgh, Agnelo Bittencourt, Luiz Felipe Vieira Couto, Francisco Jaguaribe de Matos, Thiers Fleming, Heraclides César de Sousa Araújo, Afonso Pena Júnior, Francisco Marques dos Santos, José Augusto Bezerra de Medeiros, Herbert Canabarro Reichardt, Wanderley de Araújo Pinho, Edgardo Castro Rebelo, Cláudio Ganns, Gustavo Barroso, Francisco Mozart Monteiro, Renato de Mendonça, Carlos da Silveira Carneiro, Américo Jacobina Lacombe, Ivolino de Vasconcelos, Marcos Carneiro de Mendonça, Haroldo Valadão, Adroaldo Mesquita da Costa, Hildebrando Acioli.

Justificou sua ausência o Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon.

Entre as pessoas presentes notavam-se os Srs. Peregrino Júnior, Mário Barata, Benjamin Bittencourt, General F. Paula Cidade, Cap. Tte. Luiz Rocha Costa, Isabel Pereira Bezerra, Tte. Coronel Conceição Nunes de Miranda, Nair de Moraes Carvalho, Lígia de Palma Pinto, Armando Barroso Studart, Francisco José da Silva, Reinaldo Barreto Pinto, Maria Cristina Fleiuss Carneiro, Manoel Leal Ferreira, Nelson Costa, Honorina de Abreu Monteiro e Catarina Rocha Lima.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO
DO FALECIMENTO DO MARQUÊS DE PARANÁ,
EM 18 DE JULHO DE 1956

(Sessão 1859)

Conferência do sócio benemérito Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, sobre o tema: «Do bêrço de Jacuí ao fastígio do poder» (1801-1856).

Presidência: Ministro Alfredo Valladão

No dia 18 de julho corrente, pelas 17 horas, em seu Salão de Honra, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para êsse fim convocado pelo seu Presidente Perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, cujas funções oficiais o impediram de comparecer.

Como substituto legal, assumiu a direção dos trabalhos o Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valladão, que, declarando aberta a sessão, convidou para constituírem a Mesa, além do primeiro Secretário, o 3.º Vice-Presidente, Rodrigo Octavio Filho, o segundo Secretário, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, o tesoureiro, Almirante Carlos da Silveira Carneiro, o representante do Ministro da Guerra, Major Umberto Peregrino, o representante da Câmara Municipal, Vereador Dr. Raymundo Magalhães Júnior, o Professor Afonso Arinos, representante de Minas Gerais na Câmara Federal, o representante do Instituto Histórico de Petrópolis, Dr. Guilherme Auler, e para o recinto, os descendentes do Marquês de Paraná.

Em seguida, coube ao 1.º Secretário, Virgílio Corrêa Filho, ler as "Efemérides do Barão do Rio Branco" referentes à data, e valendo-se da oportunidade, deu conhecimento à Casa da in-

cumbência que lhe cometeu o Sr. Presidente Perpétuo, ao indicá-lo para a "Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil", criada pela Portaria de 13 de abril de 1943, mas reorganizada ultimamente por outra, de 28 de maio de 1956, que lhe aumentou o número de membros e as atribuições.

Desvanecido, tomou posse, em sessão do dia 13, perante S. Ex.^a o Ministro de Estado das Relações Exteriores, que o nomeou, juntamente com o colega José Antônio Soares de Souza, além dos que foram, na mesma ocasião, reconduzidos ao posto que anteriormente exerceram: Hélio Vianna, José Honório Rodrigues, Pedro Freire Ribeiro, Américo Jacobina Lacombe, General Deoclécio de Paranhos Antunes, Afonso de Toledo Bandeira de Melo, Ministro Aluizio Napoleão de Freitas Rêgo e Renato Costa Almeida, este na qualidade de Chefe do Serviço de Documentação, do Departamento de Administração do Ministério das Relações Exteriores e Secretário Geral da Comissão. Terminada a comunicação do primeiro Secretário, que evidencia a colaboração prestada ao Itamarati por vários membros do Instituto Histórico, além dos que atuam permanentemente na diplomacia, em cuja carreira ingressaram, o Ministro Alfredo Valladão sintetizou a preceito as razões da sessão comemorativa.

"Na ausência justificada do nosso eminente Presidente, Embaixador Macedo Soares, cabe-me a honra de presidir esta sessão, em que tem início a série das Conferências com que o Instituto, na sua obra gloriosa e secular do culto da História Pátria, presta homenagem à memória do Marquês de Paraná, pelo centenário de seu falecimento.

Foi o Marquês de Paraná uma das grandes figuras da nacionalidade, que com tanto patriotismo, cultura, altivez e dignidade serviu ao Brasil, nos mais altos postos, e em dias dos mais difíceis, de nossa vida política, dias decisivos para os nossos destinos.

Vai proferir a Conferência de hoje seu digno descendente, o ilustre Dr. Leão Teixeira, nosso consócio benemérito, e que vem se consagrando ao estudo da personalidade dêsse insigne estadista.

Tem a palavra o Dr. Leão Teixeira."

Descendente do Marquês de Paraná, consagrou-se carinhosamente o orador a estudar-lhe a vida e os feitos, que lhe constituirão bem documentada biografia.

Há muito investiga tudo que possa referir-se ao insigne estadista, que por mais de um quartel de século imprimiu a marca de sua forte personalidade à política brasileira, até o apogeu da Conciliação, em que baqueou, com as honras de vencedor.

E por ter exercido tamanha influência, inspirou autores vários, que se dedicaram a interpretar-lhe os atos e pensamentos, para aplaudir ou condenar.

O conferencista menciona-lhes as obras, em síntese bibliográfica, indicativa da forte impressão causada entre os contemporâneos e pósteros pela dominadora individualidade, cujo bêrço modesto, em Jacuí, não faria prever a futura trajetória ascendente.

Vencendo as injunções da penúria financeira, mandam-no os pais a Coimbra, donde regressa com o diploma de bacharel e a cabeça inundada de idéias avançadas. Refreou-as oportunamente, quando lhe seria fácil vê-las triunfar, na Regência, de que se tornou paladino, até a Maioridade, em que soçobrou temporariamente.

Ressurgiu com maior prestígio, para depois baquear, sem desaire. Presidente da Província, mais tarde, evidenciou tino e decisão de administrador, além da capacidade segura de mando, evidente na «Conciliação», que promoveu com êxito.

Cita o orador vários episódios, de que ressalta a nobreza de sentimentos de Honório Hermeto, além da sua firmeza de convicções e energia em sustentá-las.

Quando terminou a bem documentada alocação, a numerosa assistência, que dava a nota de elegância na sala tradicional, premiou-a com as suas palmas de aplausos e entusiasmo.

Por fim, o presidente agradeceu-lhe a excelente contribuição histórica e a presença de quantos a ouviram e deu por encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Wanderley de Araújo Pinho, João Baptista Magalhães, José Antônio Soares de Souza, L. Felipe Vieira Souto, Estevão Leitão de Carvalho, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Jaguaribe de Mattos, Luiz de Oliveira Bello, Herbert Canabarro Reichardt, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, João M. B. Castello Branco, Heraclides César de Souza Araújo, Francisco Marques dos Santos, Mário Carneiro do Rêgo Melo, Carlos da Silveira Carneiro, Agnello Bittencourt, Rodrigues Octavio Filho, Juvenal Greenhalgh, Hélio Lobo, Haroldo Valladão, Florêncio de Abreu, Ivolino de Vasconcellos, Afonso Arinos de Melo Franco e Luiz Vianna.

Justificaram a ausência os sócios: Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, Ministro Augusto Tavares de Lyra, Ordinal Cassiano Gomes.

Enviaram officios e telegramas os Srs. Ministros Drs. José Maria Alkmin, Ministro da Fazenda; Almirante Alves Câmara,

Ministro da Marinha; Dr. Clovis Salgado, Ministro da Educação e Cultura; Dr. Miguel Couto Filho, Governador do Estado do Rio; Dr. Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa.

Notavam-se entre os presentes os Srs.: Almirante Washington Perry de Almeida, Sras. Luiza de Souza Leão, Maria Lina Leão Teixeira, Hygina de Souza Leão, Anna de Souza Leão Teixeira, Alzira Pinto de Lima, Maria de Souza Leão Teixeira, Maria C. Leão Teixeira de Seixas, Nilda Vargas Leão Teixeira, Nilva D. de Vargas, Almirante J. M. Neiva, Paulino José Soares de Souza Leão, Stela Calmon de Wanderley Pinho, T. Bizano, Sra. Acidalia Alves Pêgo, Arnaldo Viriato de Medeiros, Maria Emilia de Barros Guimarães, Maria Odila de G. Dodsworth, Jorge Henrique Dodsworth, Sofia Soares Brandão, Julieta Leão Teixeira, Glória de Paranaguá, Marina Viriato de Medeiros, Paulo Henrique de Paranaguá, Ema de Paranaguá, Pedro de Paranaguá, Luiz Cândido Mendes de Almeida, M. Machado, Maria Corrêa do Lago, Ana Maria de Queirós Mattoso, Emilia Mendes de Almeida, Senhora Luiz Cândido de Almeida, Sra. Maria Soares Brandão, Oscar G. Sant'Anna, Cacilda Fernandes, Ada F. de Lima, Silvio Leão Teixeira, Célia de Aquino Ramalho, Laura Faria de Aquino Cruz, Rosalina Cândido Mendes de Almeida, João Tavares Guerra, Paulo Pinto, Maria da Glória dos Santos, por si e pela Condessa Mendes de Almeida, Catarina Aires de Lima, Apolônio Nóbrega, Carlos de Menezes Assumpção, Gervásio Fonseca Silva e muitos outros.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 23 DE JULHO DE 1956

(Sessão 1860)

Conferência do Sócio Benemérito Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt sobre: «As «Cruzadas» e o «Angelus» rezado ao meio-dia»

Presidência: Ministro Alfredo Valladão

No dia vinte e três do corrente, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão convocada pelo seu Presidente Perpétuo, para às 17 horas.

Em sua ausência, por motivos imperiosos, assumiu a Presidência o Vice-Presidente Sr. Ministro Alfredo Valladão, que, ao declarar aberta a sessão, convidou para tomarem parte à Mesa, além do 1.º Secretário, os Senhores Cônego Francisco Bessa, representante de S. Eminência o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara; Prof. Nicholas Kallay, ex-Primeiro Ministro da Hungria, Capitão Duarte de Moraes, representante do Ministro da Guerra; D. Emilio Jordán, O. S. B. Prior do Mosteiro de São Geraldo; Monsenhor Motta e Albuquerque. E, em seguida, proferiu as seguintes palavras:

“Na ausência do nosso eminente Presidente, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, que por motivo justificado não pôde comparecer, cabe-me a honra de presidir esta sessão, em que o Professor Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, nosso ilustre consócio benemérito, vai realizar uma conferência, comemorativa do 5.º Centenário da *Bulla Orationum*, relacionada com a vitória da Hungria sobre os otomanos, acontecimento de alta significação na História da Civilização Cristã”.

Coube, então, ao Professor Feijó Bittencourt explanar o tema escolhido: “*As Cruzadas e o Angelus rezado ao meio-dia*”.

Com a cultura que possui, percorreu acêrca do assunto, para comemorar o 5.º centenário da batalha ultimada a 22 de julho de 1456.

As poderosas forças otomanas de Maomé II, até essa data vitoriosa, antes e depois da conquista de Bizâncio, sofreram, então, completa derrota, que lhes trancou as portas da Europa no vale danubiano.

Rechaçou-as, com as legiões menos numerosas, o Conde de Beszterce, João Hunyadi, a quem o Papa Calixto III, para mais lhe estimular o entusiasmo, concedera o título de “Guerreiro de Cristo”. Assim premiavam o batalhador incansável, que por quatro decênios porfiava em conter a investida do inimigo oriental. Decidido a combatê-lo, se fôsse preciso, “até com o derramamento do próprio sangue”, o Papa expediu a *Bulla Orationum*, mercê da qual os sinos soaram ao meio-dia, “como usam tocar a Ave Maria à noite”, a começar de 29 de junho, quando tôdas as igrejas de Roma alagaram os ares com as badaladas anunciadoras do perigo próximo. E tomando iniciativa mais decidida, acorde com a cruzada espiritual, que desfechara, encarregou o frade João Capistrano, afamado pelo fervor apostólico, de recrutar lutadores.

“Seu entusiasmo, sua fé, seus discursos, de grande força sugestiva, fazem com que milhões de homens, das mais diversas camadas do povo, camponeses, estudantes e artesões” se reünam

para o magno embate dos dois antagonismos político-religiosos. Enquanto o frade septuagenário, à beira do Danúbio, anima os correligionários, que o veneram, à distância, com a bandeira das cruzadas, erguida pelo porta-estandarte, o guerreiro Hunyadi incumbe-se de desbaratar a frota de duzentos navios de Maomé II, que chefiava cêrca de duzentos mil combatentes. Não obstante a desproporção das forças, vence a Hungria, salvando a Europa da invasão, mercê da conjugação das energias mobilizadas pelo Papa Calixto III, que festejou a vitória "como o acontecimento mais feliz de sua vida", por bem compreender a significação da fracassada acometida contra a civilização ocidental. Naquele episódio guerreiro, salvou-se o destino da Europa, que teria tomado diferente rumo, se triunfasse Maomé II.

Merecia, pois, que a Posteridade o recordasse, reconhecida à atuação daqueles defensores da civilização cristã, entre os quais se distinguiram, além do Papa, Hunyadi, e Capistrano, canonizado, mais tarde, como São João Capistrano.

Após a aplaudida oração, facultado o uso da palavra a quem a desejasse, falou D. Emílio Jordnân, que resumiu, em expressivos comentários, as razões da comemoração, a que se devotou com entusiasmo comunicativo.

Terminou por agradecer as palavras eruditas do Professor Feijó Bittencourt e o acolhimento compreensivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ali representado pelo Ministro Alfredo Valladão e os consócios presentes.

Por fim, o presidente declarou encerrada a sessão, depois de agradecer a valiosa contribuição do conferencista, a presença dos representantes de autoridades e tôda a assistência.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho; João Baptista Magalhães; Wanderley de Araujo Pinho; José Antônio Soares de Souza; Ordival Cassiano Gomes; Helio Lobo; Francisco Jaguaribe de Mattos; Affonso Bandeira de Mello; Herbert Canabarro Reichardt; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Juvenal Greenhalgh; J. Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho; Ivolino de Vasconcelos; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt.

Enviaram telegramas e officios, os Srs. Dr. Herbert Moses, pela A. B. de Imprensa, Associação Comercial.

Encerrou-se a sessão às 19 horas e meia. *Virgílio Corraê Filho.*
1.º Secretário.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 31 DE
JULHO DE 1956

(Sessão n.º 1862)

Em cumprimento à convocação, datada de quatorze de julho, como determinam os Estatutos, reuniu-se, em Assembléia Geral, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no dia trinta e um de julho de mil novecentos e cinqüenta e seis, na sede, à sala Varnhagen. Por não ter comparecido, à hora marcada, o número de sócios exigidos pelo art. 63, efetuou-se a segunda convocação às 16 horas, com a presença de seu Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Declarando aberta a sessão, explicou os motivos da sua realização, antes de dar a palavra ao Primeiro Secretário para a leitura dos documentos submetidos ao exame dos consócios.

Primeiramente, tratou da parte financeira, resumida no balanço referente ao exercício de 1955 e parecer da Comissão de Fundos e Orçamento, nos seguintes termos:

“Depois de examinar os documentos apresentados pela Tesouraria, cujas primeiras vias foram submetidas ao julgamento do Ministério da Educação e Cultura, a Comissão de Fundos e Orçamento é de parecer que seja aprovado o balanço referente ao exercício de 1955 e elogiado o respectivo Tesoureiro, Vice-Almirante Carlos da Silveira Carneiro.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1956. — *José Antônio Soares de Souza*. — *Affonso Penna Júnior e Thiers Fleming*”.

Aprovado êste documento, passou a ler as seguinte propostas para o preenchimento de vagas existentes no quadro social, cada uma delas acompanhada dos respectivos pareceres. Sucessivamente submeteu-as o Senhor Presidente Perpétuo à discussão e depois à votação, terminando por declarar aceito unânimemente o novo sócio:

PROPOSTA

De acôrdo com o art. 8.º dos Estatutos propomos para sócio benemérito o efetivo Gustavo Barroso, cujas atividades de Diretor do Museu Histórico Nacional não o impedem de prestar relevantes serviços ao Instituto Histórico, nas incumbências que lhe são confiadas, em comissões permanentes e em outras oportunidades.

Ainda recentemente, ocupou-lhe a tribuna, para relembrar a vida e trabalhos do Barão de Studart, cuja biografia elaborou com esmero.

Por várias ocasiões, ainda se tem manifestado o seu saber e amor à instituição, de que é um dos elementos mais conspícuos, merecedor de ser incluído na classe dos beneméritos.

Rio de Janeiro, 18 de julho de 1956. — *José Carlos de Macedo Soares; Carlos da Silveira Carneiro; Estevão Leitão de Carvalho; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt; Virgílio Corrêa Filho; Francisco Jaguaribe de Mattos; Herbert Canabarro Reichardt; Mario Mello; Luiz de Oliveira Bello; Hélio Lobo; João Baptista Magalhães; José Antônio Soares de Souza; Américo Jacobina Lacombe; José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho; Francisco Marques dos Santos.*

PARECER

DA

COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de Admissão de Sócios dá o seu apôio à proposta que confere ao ilustrado consócio Gustavo Barroso o título de Benemérito a que faz jus o preclaro Diretor do Museu Histórico Nacional.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Augusto Tavares de Lyra; Alfredo Valladão; João Baptista Magalhães.*

PROPOSTA

Pelo artigo 7.º dos Estatutos, sòmente poderão ser sócios honorários "as pessoas de alta representação social ou que tiverem manifestado competência especial em matéria de História, Geografia. Etnografia ou Arqueologia.

Em tais condições encontra-se o brigadeiro Henrique Fleiuss, cujo nome lembra o do artista, que trouxe da Alemanha a técnica apurada do desenho e da xilogravura, fundador do Imperial Instituto Artístico, e da *Semana Ilustrada*, revista semanal de caricaturas, cuja influência benéfica no desenvolvimento das artes gráficas se alongou por mais de três lustros, a começar de 1860.

O filho, Max Fleiuss, preferindo consagrar-se às letras, não tardou em ingressar no Instituto Histórico, onde conquistou renome pela sua dedicação e operosidade como secretário, cargo que exerceu eficientemente por mais de quatro décadas, até succumbir.

Diferente de ambos, neste particular, o filho do historiador e neto do artista seguiu a carreira das armas, em que se distinguiu, tanto na Armada, onde foi declarado guarda-marinha, em 1924,

como igualmente na Aeronáutica, em que foi galgando todos os postos, até alcançar o mais alto.

As comissões que desempenhou, no país, antes de ser comandante da Escola da Aeronáutica, e no estrangeiro, como Adido de Aeronáutica à Embaixada do Brasil em Londres, Paris e Madrid, proporcionaram-lhe ensejo de evidenciar a sua competência profissional, além da cultura geral e especializada, adquirida nos cursos da Escola Naval, Escola de Aviação Naval, Comando na Escola de Guerra Naval, Curso Superior de Comando na Escola do Comando e Estado Maior da Aeronáutica, os quais ultimou a primor.

Assim é que propomos o seu nome para a classe de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, onde não só lembrará o exemplo paterno, como patenteará os seus próprios e admiráveis predicados pessoais.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1956. — *José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Augusto Tavares de Lyra; José Augusto Bezerra de Medeiros; Antônio Sampaio Dória; Wanderley de Araujo Pinho; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; Thiers Fleming; João Baptista Magalhães; Affonso Penna Júnior; Estevão Leitão de Carvalho; Valentim Benício da Silva; José Antonio Soares de Souza; Dante de Laytano; Affonso Arinos de Mello Franco; Juvenal Greenhalgh; Herbert Canabarro Reichardt; Francisco Jaguaribe de Mattos; Barbosa Lima Sobrinho; José Honório Rodrigues; Carlos da Silveira Carneiro.*

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de Admissão de Sócios é de parecer que seja aprovada a proposta para sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro do Brigadeiro Henrique Fleiuss, por se tratar de individualidade de alta representação social, de cuja colaboração, certo resultarão benefícios semelhantemente aos que lhe prestou seu saudoso pai.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Augusto Tavares de Lyra; Alfredo Valladão; J. B. Magalhães.*

PROPOSTA

O Senhor Manoel Diegues Júnior é um dos elementos novos que estão trabalhando no estudo das nossas origens com o maior êxito. Especialista nos temas do nordeste, preferentemente a his-

tória das Alagoas e a história do açúcar, sua atividade se vem assinalando, de modo concreto, na série de ensaios, que lhe devemos, e constituem magnífica contribuição para o conhecimento de nossas origens, de nosso processo histórico. Nos quadros da administração pública, do magistério e das organizações culturais do país, essa sua atividade não é menos significativa. Sua fôlha de serviços é vasta:

Professor de História da Civilização no Curso Complementar do Liceu Alagoano (1937), Assistente Técnico da Inspetoria Regional do Trabalho em Alagoas (1938), Assistente Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1939), Diretor do Departamento Estadual de Estatística do Espírito Santo (1940-41), Diretor Geral do Departamento Estadual de Estatística de Alagoas (1942-45), Chefe da Seção de Difusão Cultural da Secretaria-Geral do I.B.G.E. (1945-47), Chefe do Serviço de Biblioteca e Intercâmbio da mesma Secretaria-Geral, Secretário do Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado do Espírito Santo, Secretário do Conselho de Expansão Econômica de Alagoas, Presidente da Comissão de Defesa da Economia Popular de Alagoas, Secretário-Geral do Congresso de Prefeitos Municipais do Espírito Santo, representante do I.B.G.E. no 1.º Congresso Nacional de Administração e na Reunião dos Secretários de Agricultura do Brasil, delegado do Estado de Alagoas na Assembléia-Geral dos Conselhos Nacionais de Estatística e de Geografia em 1942 e 1945, Secretário da Comissão de Folclore do 1.º Congresso Afro-Brasileiro (1934), membro do Instituto Histórico de Alagoas, de que foi segundo secretário, presidente do Centro de Estudos Econômicos e Sociais de Alagoas (1944-45), membro da Comissão Nacional de Folclore, membro titular da Sociedade Brasileira de Geografia.

Seus principais trabalhos históricos publicados são:

Os grupos sociais, Maceió, Imprensa Oficial, 1939;

Variações sobre temas regionais, Maceió, 1942;

Alagoas e seus Municípios, publicação do Departamento Estadual de Estatística, Maceió, Alagoas, 1944;

Um século de vida social, no livro *Maceió — Cem Anos de Vida da Capital*, Casa Ramalho Editora, Maceió, 1939;

Evolução urbana e social de Maceió no período republicano, capítulo incorporado, como postfácio, ao livro *Maceió*, de Craveiro Costa, Livraria José Olímpio, Rio de Janeiro, 1939;

Introdução do negro em Alagoas; traços de sua influência na vida social, conferência inaugural do "Curso sobre o negro em Alagoas", promovida pelo Departamento de Estatística e Publicidade de Maceió, setembro de 1938; publicada a primeira parte na *Re-*

vista do Brasil, agosto de 1939; e a segunda, com modificações, na *Revista Mexicana de Sociologia*.

O *engenho na história de Alagoas*, discurso inaugural do 1.º Congresso de Banguizeiros e Fornecedores de Cana, em 1937, publicado em partes no *Jornal de Alagoas*, de Maceió;

Notícia histórica sobre a idéia republicana no Brasil, na *Revista do Brasil*, novembro de 1939;

Influência da economia agrícola na idéia republicana, na *Revista Brasileira de Estatística*, ano 1, n.º 1, janeiro-março de 1940;

Estúdios sociales en el Nordeste Brasileño, na *Revista Mexicana de Sociologia*, janeiro-abril de 1945;

O açúcar no povoamento das Alagoas, série de quatro artigos no *Brasil Açucareiro*, números de janeiro, fevereiro, abril e maio de 1946;

Processo Histórico da Economia Açucareira no Brasil, série de quatro artigos na mesma Revista, números de maio, junho, julho e setembro de 1947;

O comércio colonial e as companhias privilegiadas (séculos XVII e XVIII), dois artigos na *Revista do Comércio*, números de outubro e dezembro de 1947;

O sal e os caminhos da pecuária no Nordeste, em *Observador Econômico e Financeiro*, novembro de 1946;

Fundamentos Econômicos da Delimitação Territorial, na mesma revista, fevereiro de 1947;

O rio de São Francisco e a economia nacional, na mesma revista, abril de 1947;

Fatores do povoamento litorâneo, na mesma revista, setembro de 1947;

O açúcar na colonização do Nordeste, na mesma revista, julho de 1947;

A formação do deserto mediterrâneo, na mesma revista, outubro de 1947;

Notas sobre o crédito no Brasil, série de onze artigos sobre a evolução do crédito, em *Revista Bancária Brasileira*, números de maio de 1947 a março de 1948;

Formação histórica do folclore do Nordeste, na revista do Gabinete de Estudos de História e Geografia da Paraíba (GEHGP), 1933;

Notícias diversas sobre o açúcar no Espírito Santo, em *Brasil Açucareiro*, agosto de 1946;

Os franceses e a colonização de Pernambuco, em *Diário de Pernambuco*, setembro de 1935;

A abolição, suas causas e seus efeitos, *Diário de Pernambuco*, 29 de maio de 1938.

De sua autora é, ainda, o livro *O Banguê nas Alagoas* — traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional — edição recente do Instituto do Açúcar e do Alcool e obra que vem abrir, no campo especializado de nossa história social e econômica, novos horizontes, pela documentação em que repousa, pelas novidades que revela e pela interpretação segura que realiza.

Indicando-o, nos termos estatutários, para o quadro de membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, temos a certeza de trazer para esta casa uma figura que a dignificará.

Rio, 12-11-50. — Artur Cesar Ferreira Reis. — Virgílio Corrêa Filho. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Edmundo da Luz Pinto — José Honório Rodrigues. — José Antonio Soares de Souza. — Miguel Costa Filho. — Hélio Lobo. — Thiers Fleming. — Cláudio Ganns. — Estevão Leitão de Carvalho. — Francisco Jaguaribe de Mattos. — Haroldo Valladão — Dodsworth Martins — Juvenal Greenhalgh. — João Baptista Magalhães. — José Augusto Bezerra de Medeiros.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

Manuel Diegues Júnior, indicado para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, há muito deveria ter-lhe ingressado no quadro social, mercê das suas contribuições valiosas, especialmente consagradas a Alagoas, de cuja história e geografia é um dos mais argutos sabedores.

Os temas referentes à indústria açucareira, em particular, merecem-lhe as preferências, como indicam os ensaios: *O engenho na História de Alagoas* — *O Açúcar no povoamento de Alagoas* — *O Açúcar na colonização do Nordeste* — *O Banguê nas Alagoas* — entre muitos outros, que tratam da economia regional e das peculiaridades nordestinas.

Por ser acatada a sua autoridade em tais assuntos, confiou-lhe o Ministro da Agricultura iniciar o *Documentário da Vida Rural* para o qual destinou *O Engenho do Açúcar no Nordeste*. Preferindo valer-se de “pesquisas e observações pessoais”, elaborou para esse fim monografia sintética, mas perfeita, em que se espelha a vida dos estabelecimentos nordestinos, versados por quem os estudou às maravilhas por vários aspectos, inclusive o sociológico.

Aliás, os seus pendores para tais investigações o levaram à prática de inquéritos, que empreendeu, com fecundos propósitos de de colher diretamente informações acêrca da vida rural brasileira.

Distingue-o, como evidenciam os seus escritos, a vocação do pesquisador, que encontrará no Instituto Histórico estímulos ao prosseguimento dos trabalhos a que se consagrou.

A Comissão de História, por assim opinar, manifesta-se favorável à aprovação da proposta da sua inclusão entre os sócios efetivos.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Valentim Benício da Silva*. — *Herbert Canabarro Reichardt*

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

Entende a Comissão de Admissão de Sócios que a proposta que apresentou o Sr. Manuel Diegues Júnior para sócio efetivo está nos casos de ser aprovada.

Trata-se de individualidade conhecida nos meios culturais, que tem exercido comissões de alta importância, reunindo, portanto, as precisas condições de idoneidade para a nossa associação.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Alfredo Valladão*. — *João Baptista Magalhães*.

PROPOSTA

Propomos para Sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Dr. Guilherme Auler, nascido no Recife, em 1914, onde se formou em Medicina, militou no jornalismo e durante algum tempo se distinguiu como Catedrático de História do Brasil na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Manoel da Nóbrega, da Universidade Católica daquela cidade.

Residente há vários anos em Petrópolis, além de exercer o cargo de Diretor da Companhia Imobiliária, sucessora da antiga Imperial Fazenda de Petrópolis, ali dirige o mais antigo órgão da imprensa local, — *Tribuna de Petrópolis*, em cujas colunas e nas da tradicional revista *Vozes de Petrópolis* assiduamente tem publicado valiosos e bem documentados estudos históricos.

De sua autoria são as obras e trabalhos arrolados nas três folhas anexas a esta proposta conjuntamente com alguns dados biográficos e indicação dos numerosos Institutos Históricos a que pertence, entre os quais o de Petrópolis, do qual é 1.º Secretário.

Pelos predicados demonstrados em tantos estudos, bem como nos Congressos de História de que tem participado, sobram-lhe

titulos, para ser merecidamente admitido no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1955. — José Carlos de Macedo Soares. — Virgilio Corrêa Filho. — Henrique C. L. Teixeira Filho. — Dom Pedro de Orleans Bragança. — Ordival Cassiano Gomes. — Wanderley de Araujo Pinho. — João Baptista Magalhães. — José Antônio Soares de Souza. — Rodrigo Octavio Filho. — Marcos Carneiro de Mendonça. — José Honório Rodrigues. — Américo Jacobina Lacombe. — Luiz Vianna. — Levi Carneiro.

GUILHERME AULER

Nasceu a 6 de janeiro de 1914, no Recife, filho de Cristóvão Guilherme Auler e Angela Martínez Auler (já falecidos).

Sociedades históricas das quais é sócio:

Instituto Arqueológico e Histórico Pernambucano — efetivo — admitido em 6-3-1938;

Instituto Histórico, Geográfico Etnográfico Paranaense — correspondente — admitido em 5-7-41;

Instituto do Ceará — correspondente — admitido em 21-7-41;

Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo — correspondente — admitido em 10-3-41;

Instituto Histórico de Petrópolis — correspondente — admitido em 31-7-41;

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo — correspondente — admitido em 5-8-43;

Instituto Histórico e Geográfico da Bahia — correspondente — admitido em 7-2-1944;

Instituto Histórico e Geográfico do Pará — correspondente — admitido em 6-3-1944;

Instituto Histórico de Mato Grosso — correspondente — admitido em 16-3-1944;

Instituto Histórico de Alagoas — correspondente — admitido em 29-9-1944;

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul — correspondente — admitido em 6-2-1945;

Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe — correspondente — admitido em 6-3-1945;

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — correspondente — admitido em 10-3-1946;

Instituto Histórico do Amazonas — correspondente — admitido em 47;

Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais — correspondente — admitido em 2-12-1948;

Instituto Histórico de Igarauçu — correspondente — admitido em 30-9-1954;

Sociedade Capistrano de Abreu — correspondente — admitido em 23-10-1954.

Foi Secretário-Geral da Comissão Organizadora e da Comissão executiva do I Congresso de História Petropolitana, 1953;

Foi Secretário-Adjunto do Congresso de História comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana, Recife, 1954;

Correspondente do Museu Imperial, em 11-7-1946.

Atualmente, é 1.º Secretário do Instituto Histórico de Petrópolis.

Vida Profissional:

Foi Interno, Médico-Interno e Assistente da Assistência a Psicopatas de Pernambuco, de 1938 a 1944.

Médico pela Faculdade de Medicina do Recife, em 1938.

Psiquiatra do Departamento de Educação do Estado de Pernambuco, em 1945.

Psiquiatra do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco, em 1945.

Catedrático de História do Brasil, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras "Manuel da Nóbrega", da Universidade Católica do Recife, de 1943 a 1945.

2.º Tenente-Médico R2 do Exército Nacional, em 11-9-1940, promovido a 1.º Tenente, em 10-7-1943. Curso de Cirurgia de Guerra, em 1942. Secretário do Território Federal de Fernando de Noronha, em 1946.

De 1947 até agora, Diretor da Companhia Imobiliária de Petrópolis.

Vida de imprensa:

De 1930 a 1932, Diretor da revista *Altos Coqueiros*, órgão do Grêmio Literário Joaquim Nabuco, sociedade dos alunos e ex-alunos do Colégio Marista.

Em 1932, um dos fundadores do mensário *Monarquia*.

Em 1933, Diretor do mensário *Ação Pernambucana*.

De 1934 a 1935, redator do *Diário de Pernambuco*.

Em 1935, redator do mensário *Fronteiras*.

Em 1935, Diretor do mensário *Correio Imperial*.

De 1937 a 1948, Diretor da revista *Tradição*.

De 1947 até agora, Diretor do *Diário Tribuna de Petrópolis*.

Obras publicadas:

Antônio Sardinha, edição do Ciclo Cultural Luso Brasileiro, Recife, 1943, 276 páginas.

Os Titulares Sousa Leão, 1945, 20 páginas;

O livro de notas do Barão de Tracunhaem, em 1944, 12 páginas;

Os Fortes de Fernando de Noronha, edição do Arquivo Público do Recife, 1946, 24 páginas;

Viagem a Pernambuco em 1859, Diário de Dom Pedro II, cópia, introdução e notas. Edição do Arquivo Público do Recife, 1952, 156 páginas;

Documentos de Julio Frederico Roeler, Petrópolis, 1952, 8 páginas;

A Princesa e Petrópolis, 1953, 64 páginas;

Titulares Pernambucanos, Imprensa Nacional, 1953, 42 páginas;

Primeiros Batizados, edição dos Cadernos do Corgo Sêco, 1955, 32 páginas.

Obras no prelo:

Pernambuco no Arquivo da Casa Imperial, edição do Arquivo Público;

A Redentora e o Recife, edição da D.D.C. Prefeitura do Recife;

O imperador e os Artistas, edição dos Cadernos do Corgo Sêco;

Pernambuco no Arquivo da Superintendência, nos Anais do Congresso de História do Tricentenário da Restauração Pernambucana;

O Arquivo da Superintendência: Catálogo — Inventário.

Alguns ensaios históricos publicados:

Aspectos da vida de Dom Luís de Bragança, na Revista do Instituto do Ceará, tomo 55, 1941;

O Centenário do Marechal Conde d'Eu, na revista *Defesa Nacional*, Rio, IV de 1942;

Famílias Pernambucanas, no Anuário do Museu Imperial, 1943;

Os Colonos de Petrópolis, na Revista *Genealógica-Latina*, São Paulo, 1952;

A construção do Palácio de Petrópolis, na revista *Vozes*, 1952, fascículos, 1, 2, 4 e 6;

O Palácio da Princesa em Petrópolis, na revista *Vozes*, 1953, fascículos 3 e 5;

Porcelanas e cristais da Família Imperial, na revista *Vozes*, 1953, fascículo 1;

Notícia de uma emigração germânica em 1823, na revista *Vozes*, 1953, fascículo 2;

As propriedades do Major Koeler em Petrópolis, na revista *Vozes*, 1953, fascículo 6;

Os primeiros e os últimos servidores de Dom Pedro II, na revista *Vozes*, fascículo 2, 1955;

As últimas pensões e mesadas de Dom Pedro II, na revista *Vozes*, 1955, fascículo 3;

Gratificações imperiais, em 1847, a 1.203 Colonos, na Tribuna de Petrópolis, 1-1-1955;

Os primeiros proprietários em Petrópolis, série de artigos publicados semanalmente, na *Tribuna de Petrópolis*, anos 1953 e 1954.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

A Comissão de História examinou com particular atenção a proposta de 8 de julho de 1955, mediante a qual foi apresentado o nome do Dr. Guilherme Auler para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Assim, tendo em vista os títulos e predicados que ornamentam o seu nome, bem como a relação dos trabalhos históricos de sua autoria, indicados em anexo à proposta em aprêço, é de parecer que as referidas publicações, só por si, constituem excelentes credenciais, satisfazendo de sobejo aos preceitos estatutários, tanto mais quanto atualmente a sua bibliografia já se acha bem aumentada com a constante divulgação de outros estudos e investigações históricas.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Valentim Benício da Silva*. — *Herbert Canabarro Reichardt*.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

De acôrdo com o parecer da Comissão de História, opinamos pela aprovação da proposta que apresentou o Sr. Guilherme Auler para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, ao qual poderá prestar serviços de valia, comparáveis aos que veem assinalando a sua atuação nos encargos que lhe foram confiados.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Alfredo Valladão*. — *João Baptista Magalhães*.

PROPOSTA

Propomos para sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro o Professor Manuel Rodrigues Lapa.

O erudito e afamado mestre é natural e residente na Vila de Anália (Portugal). Ex-professor da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

Especialista na poesia medieval.

Obras publicadas:

- 1) *Das Origens da Poesia Lírica em Portugal na Idade Média*, Lisboa, 1929.
- 2) *Lições de Literatura Portuguesa — Época Medieval*, 3.^a edição. (Coimbra, 1953).
- 3) *A Marília de Dirceu*. Edição Crítica. Clássicos Sá da Costa.
- 4) *Obras completas* de Tomás Antônio Gonzaga, ed. da Companhia Editora Nacional. 2.^a ed., refundida, a sair pelo Instituto Nacional do Livro.
- 5) *O Livro de Falcoaria de Pero Menino*.
- 6) *Fernão Lopes e Troissart*.
- 7) *A Cantiga de Guarvaia*.
- 8) *Uma cantiga de D. Denis*.
- 9) *Estilística da Língua Portuguesa*.
- 10) *Cantigas de Santa Maria*, de Afonso o Sábio — edição crítica.

E cerca de mais 150 outros títulos.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1956. — José Carlos de Macedo Soares. — Cláudio Ganns. — Virgílio Corrêa Filho. — João Baptista Magalhães. — Francisco Marques dos Santos. — Edgard Castro Rebello. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt. — Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa. — Adolfo Morales de Los Rios Filho. — José Augusto Bezerra de Medeiros. — Haroldo Valladão. — Hildebrando Accioly. — Dodsworth Martins. — Juvenal Greenhalgh. — Ivolino de Vasconcellos. — Affonso Penna Junior. — Pedro Calmon. — Arthur Cesar Ferreira Reis. — José Honório Rodrigues. — Carlos Carneiro. — Mozart Monteiro. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho. — Luiz Vianna. — José Antonio Soares de Souza. — Estevão Leitão de Carvalho. — Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE HISTÓRIA

A Comissão de História examinou a proposta para sócio correspondente do Professor Manoel Rodrigues Lapa, bem como as obras que a fundamentam.

Embora versem especialmente assuntos de acentuada valia literária, como *Estilística da Língua Portuguesa*, *Uma cantiga de D. Denis*, também abrangem aspectos históricos, quando o autor explica temas referentes às atividades culturais de Portugal na época medieval, em que se especializou. Daí se causou *Fernão Lopes e Froissart*, em que dá o merecido realce à contribuição do fundador da história portuguesa, de quem disse Alexandre Herculano: "nas crônicas de Fernão Lopes não há só história; há poesia e drama; há a idade média com sua fé, seu entusiasmo, seu amor de glória".

Para provar o seu interesse também pelos tempos mais próximos e por assuntos brasileiros, organizou a edição crítica de *A Marília de Dirceu*, que o levou a estudar a personalidade admirável de Tomás Antônio Gonzaga e a fase de esplendor contemporâneo em Minas Gerais, inspirador de abortícias aspirações emancipadoras, de que resultou o martírio e glória de Tiradentes.

Habitado, para apoiar as suas conclusões, a porfiadas pesquisas, em torno de personagens medievais, cujo perfil se esbate nas sombras do remoto passado, o Professor Manuel Rodrigues Lapa saberá, sem dúvida, como sócio correspondente, aplicar a sua culta inteligência em prol dos estudos históricos, a que se dedica o Instituto.

Assim, a Comissão de História é de parecer que seja aprovada a proposta submetida à sua apreciação.

Rio de Janeiro, 19 de junho de 1956. — *Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *Valentim Benício da Silva*. — *Herbert Canabarro Reichardt*.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A Comissão de Admissão de Sócios, tendo em vista o Parecer da Comissão de História, aprova a indicação, para sócio correspondente, do Professor português Manuel Rodrigues Lapa, que se tem dedicado especialmente à história da literatura medieval.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — *Augusto Tavares de Lyra*. — *Alfredo Valadão*. — *João Baptista Magalhães*.

PROPOSTA

O Doutor em Direito Ildefonso Mascarenhas da Silva, antigo professor de História da Civilização do Colégio Universitário de Minas Gerais e do Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, é atualmente professor catedrático da Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil e da Faculdade Nacional de Arquitetura, também da Universidade do Brasil. Além desses títulos da maior graduação no magistério é de citar nesta proposta de seu nome para sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que o Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva tem representado o Brasil, com excepcional brilho, em numerosos congressos internacionais, e entre outros à 2.^a Conferência Mundial de Advogados, reunida em Haia, em 1948; na Reunião de Peritos sobre Direito do Autor, promovida pela Organização dos Estados Americanos e realizada em Washington; na Conferência Diplomática de Bruxelas para Revisão da Convenção de Berna sobre a Propriedade Literária, Científica e Artística, na Convenção Universal sobre o Direito do Autor, reunida em Genebra em 1952 por convocação da Unesco.

O ilustre proposto é autor de vasta bibliografia sobre várias matérias que comprovam a sua notável cultura histórica.

Rio de Janeiro, 14 de abril de 1954. — *José Carlos de Macedo Soares*. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*. — *João Baptista Magalhães*. — *Virgílio Corrêa Filho*. — *Estevão Leitação de Carvalho*. — *Afonso Costa*. — *Rodrigo Octavio Filho*. — *Manuel Xavier de Vasconcellos Pedrosa*. — *José Antonio Soares de Souza*. — *Mário Augusto Teixeira de Freitas*. — *Valentim Benicio da Silva*. — *Ordival Cassiano Gomes*. — *Mozart Monteiro*. — *Adolfo Morales de los Rios Filho*. — *Ivolino de Vasconcelos*. — *Tavares de Lyra*. — *H. Canabarro Reichardt*. — *Thiers Fleming*.

PARECER DA COMISSÃO DE HISTÓRIA

Grande número de assinaturas subscrevem a proposta do nome do Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva, para sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Professor que foi de História da Civilização no Colégio Universitário de Minas Gerais e no Colégio Pedro II do Rio de Janeiro, atualmente é professor catedrático da Faculdade Nacional de Arquitetura e da Faculdade de Ciências Econômicas, ambas da Universidade do Brasil.

E como representante do Brasil em Congressos e órgãos de Justiça Internacional, revelou cultura superior. Esteado na autoridade dos melhores escritores, êle desperta a atenção para a relação que existe entre o Direito e a História.

São sobremaneira expressivos do ponto de vista histórico-social: Os Estudos Jurídicos do ilustre professor, nos quais se copilaram os seguintes: A guerra Marítima; o Bloqueio; Democracia; A "companheira" e a pensão social; Estados Unidos da Europa; Defesa Nacional; A constituição de Cuba; Origens da Família; As sobrevivências do Patriarcado e do Matriarcado; Teoria do Estado; Definição do Estado; O Estado-Teoria Alemão; O Estado Teoria de Duguit.

Alguns dêsses temas são assuntos essencialmente históricos.

Obras jurídicas referentes a êsses aspectos de Direito, escreveu-as o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva, como evidenciam os títulos: *Desapropriação por necessidade e utilidade pública*, livro em que entra em linha de conta o momento em que essa utilidade se concretiza; *Direitos e Deveres Constitucionais*, monografia em que se faz o histórico dêsses deveres no Brasil, assim demonstrando conhecimentos imprescindíveis à história do Brasil.

Somos, pois, de parecer que o Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva merece ser incluído entre os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — Leopoldo Antonio Feijó Bittencourt. — Valentim Benício da Silva. — Herbert Canabarro Reichardt. — Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.

PARECER DA COMISSÃO DE ADMISSÃO DE SÓCIOS

A proposta referente ao Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva menciona os títulos que lhe cabem e as comissões exercidas.

Acha-se, pois, em condições de ser aceito como sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, conforme parecer da Comissão de História, com o qual concorda a Comissão de Admissão de Sócios.

Rio de Janeiro, 19 de julho de 1956. — Augusto Tavares de Lyra. — Alfredo Valladão. — João Baptista Magalhães.

Depois de facultada a palavra a quem a desejasse, o Presidente deu por encerrada a sessão e convidou os presentes para assistirem à conferência do Ministro Alfredo Valladão, sócio grande benemérito.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares; Virgílio Corrêa Filho; Estevão Leitão de Carvalho; Afonso Arinos de Mello Franco; Dante de Laytano; Francisco Jaguaribe de Mattos; Marcos Carneiro de Mendonça; Juvenal Greenhalgh; João Baptista Magalhães; Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho; José Antônio Soares de Souza; Barbosa Lima Sobrinho; Wanderley de Araujo Pinho; José Honório Rodrigues; Valentim Benício da Silva; Herbert Canabarro Reichardt; Mário Meilo; João Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho; Alfredo Valladão; Thiers Fleming.

Encerrou-se a reunião de Assembléia Geral às 17 horas.
— *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL

Segunda Conferência da Série Comemorativa do Centenário do falecimento do Marquês de Paraná pelo Ministro Alfredo Valladão
(Sessão n.º 1.863)

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas do dia trinta e um de julho, de mil e novecentos e cinquenta e seis, na sede, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro sob a presidência do Ministro José Carlos de Macedo Soares, que convidou para a Mesa o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, Conselheiro José Augusto Bezerra de Medeiros, o Major Ferdinando Carvalho, representando o Ministro da Guerra, o Deputado Afonso Arinos.

Em breves palavras, realçou a figura do Marquês de Paraná, que o Instituto com justiça estava comemorando na série de conferências, iniciada com a do Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, proferida na sessão anterior, a que ia seguir a do Ministro Alfredo Valladão, Vice-Presidente e sócio Grande Benemérito do Instituto, a quem dava a palavra, depois da leitura das Efemérides do Barão do Rio Branco, referentes à data. Começou o orador por relembrar o vulto glorioso de quem desem-

penhou o papel de relêvo na defesa do Catolicismo. E pronunciou, a propósito, as seguintes palavras:

“Antes de entrar no assunto que me conduz a esta tribuna, quero expressar minha reverência pela data que hoje transcorre, do 4.º Centenário da morte de Santo Inácio de Loyola, grande figura da Igreja, fundador dessa benemérita Companhia de Jesus, para com a qual a dívida do Brasil é irresgatável”.

E principiou a conferência, para estudar a atuação de Honório Hermeto Carneiro Leão nos sucessos contemporâneos, na fase da “Regência à Maioridade”.

O episódio, que lhe aumentou o prestígio, neutralizou, mercê da sua intervenção oportuna, o projetado golpe de Estado, de 30 de julho, que reforçaria as tendências extremistas, com a aprovação da denominada Constituição de Pouso Alegre. Ao contrário, embora liberal, ao manifestar-se o pendor de Pedro I para o absolutismo, foi a pouco e pouco se compenetrando da necessidade de reagir contra os excessos dos que pretendiam ajeitar à Regência o figurino republicano.

Aliado a Bernardo de Vasconcelos, reagiu firmemente, formando o Partido Conservador, a que não faltariam correligionários de alta valia, que iriam constituir o Ministério das Capacidades. Embora sem pasta, seria um dos árbitros da situação. como evidenciou a sua intervenção nos memoráveis debates contemporâneos até a Maioridade, que, afinal, se precipitou, em consequência do golpe parlamentar dos liberais, auxiliados por maioristas egressos de outros partidos.

O conferencista revelou-se ainda uma vez conhecedor emérito da história do segundo reinado, a que aplicou o seu espírito investigador, especialmente para interpretar os sucessos da década inquieta da Regência, e a atuação dos dirigentes que a dignificaram, entre os quais se distinguiu Honório Hermeto.

Foi o que acentuou o Dr. Barbosa Lima Sobrinho, a quem o Embaixador José Carlos de Macedo Soares, impellido a comparecer a outra cerimônia oficial, convidara para lhe tomar o lugar na Presidência.

Após as palmas que aplaudiram o conferencista, declarou como presidente, que o orador, na sua velhice verde, evidenciou não somente o seu amor à instituição, ao desempenhar magnificamente as incumbências, que lhe cabem, como ainda admirável mocidade intelectual, que o leva a continuar porfiadas pesquisas acêrca do passado brasileiro, de que é um dos mais sagazes sabedores.

E agradecendo a presença dos representantes das autoridades e de todos que compareceram declarou encerrada a sessão.

Enviaram telegramas os Srs. Governador Miguel Couto Filho, Ministro da Educação e Cultura Dr. Clovis Salgado e Dr. Ulysses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Afonso Arinos de Melo Franco, Dante de Laytano, F. Jaguaribe Gomes de Mattos, Marcos Carneiro de Mendonça, Juvenal Greenhalgh, João Baptista Magalhães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Antonio Soares de Souza, Barbosa Lima Sobrinho, Wanderley de Araujo Pinho, José Honório Rodrigues, Valentim Benício da Silva, Herbert Canabarro Reichardt, Mário Mello, João Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, Alfredo Valladão, Thiers Fleming, Hélio Lobo, Américo Jacobina Lacombe, José Augusto Bezerra de Medeiros, Hélio Vianna, Feijó Bittencourt, Ivolino de Vasconcellos, Luiz Vianna.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Feijó Bittencourt*.
2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 22 DE AGOSTO DE 1956

(Sessão n.º 1.864)

Terceira Conferência da Série Comemorativa do Centenário do falecimento do Marquês de Paraná, Conferência do Sócio Efetivo Professor Hélio Vianna acerca de: "Honório Hermeto Carneiro Leão, da Maioridade à Conciliação" (1840-1853).

Presidência: Ministro Alfredo Valladão

Pelas dezessete horas do dia vinte e dois de agosto de mil e novecentos e cinquenta e seis, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sua sede. Na ausência do Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares, assumiu a direção dos trabalhos o Vice-Presidente, Ministro Alfredo Valladão, que, para formar a Mesa, convidou, os representantes do Ministro da Guerra, da Saúde e o Acadêmico Dr. Afonso Pena Júnior.

E em sintéticas expressões, lembrou os motivos da sessão, convocada para a continuação da série de conferências acêrca da personalidade insigne do Marquês de Paraná. Fôra escolhido para explanar o tema "Honório Hermeto Carneiro Leão, da Maioridade à Conciliação — 1840-1853", o Professor Hêlio Vianna, cuja conferência seria interpretada por outro consócio, a quem solicitara substituí-lo na leitura, por motivos imperiosos. Após a leitura das "Efemérides do Barão do Rio Branco" referentes ao dia, o primeiro secretário deu conta da comissão, para o qual fôra designado, pelo Presidente Perpétuo, juntamente com o Almirante Carlos Carneiro, General Jaguaribe Gomes de Mattos e Coronel João Baptista Magalhães, para representarem o Instituto perante o XVIII Congresso Internacional de Geografia, de cuja comissão organizadora, aliás, aquêle era membro, desde a fase preparatória.

Podiam todos testemunhar a operosidade memorável dos especialistas, em número como jamais esta Capital assinalara, e qualidade enaltecida pelos mais cultos centros universitários, que lhes confiaram cátedras especializadas. Os "Anais", cuja publicação em breve se iniciará, provarão o alto nível da reunião memorável.

Em seguida, o Professor Américo Jacobina Lacombe explicou a substituição de que se desempenharia com agrado, para assim participar mais diretamente das homenagens prestadas ao insigne estadista brasileiro.

Embora não estivesse irrestritamente acorde com o autor e por isso ressaltou a sua opinião pessoal em mais de uma passagem, applicou à leitura a ênfase necessária a realçar a valia da contribuição do Professor Hêlio Vianna, que analisou a atuação de Honório Hermeto nas comissões desempenhadas superiormente, no Ministério e nos governos provinciais em fases de crises.

Quer na Província do Rio de Janeiro, à qual evitou se alastrasse a revolução chefiada por Teófilo Ottoni em Minas, além de contribuir para dominá-la, quer em Pernambuco, onde ardia ainda o braseiro da Revolução Praieira, de origens mais profundas, por derivar de insatisfações sociais, que engraveceram as políticas, o governante evidenciou descortino de estadista e firmeza nas decisões. As mesmas características demonstraria na missão ao Rio da Prata, ameaçado de continuar à mercê da política expansionista de Rosas, cujo poderio não tardaria a soçobrar, graças às providências que tomou.

Terminada, com aplausos, a conferência, que será publicada oportunamente, coube a palavra ao consócio Canabarro Reichardt,

que a solicitara previamente, para pedir voto de congratulações nos termos a seguir:

“Sr. Presidente. Perdoem-me os ilustres consócios de perturbar-lhes por momentos, a impressão deixada pela conferência de nosso erudito confrade Professor Hélio Vianna.

Compacto de conteúdo histórico, retrçou, com minúcias de investigador, a atividade parlamentar do notável estadista do Império, o Marquês de Paraná, no período da maioridade de D. Pedro II ao gabinete de conciliação, parte da série de conferências organizadas por este Instituto, para comemorar o centenário de sua morte.

A proposta que ora passo a formular, é referente ao XVIII Congresso Internacional de Geografia, há pouco reunido nesta Capital, que congregou cerca de um milhar de eminentes geógrafos, vindos dos mais longínquos países, para, entre nós, debaterem palpitantes problemas de geografia.

O brilho de que se revestiu esse notável conclave, deve-se, sem dúvida, ao decisivo concurso dos poderes públicos: Ministério das Relações Exteriores, Ministérios da Marinha e da Guerra, Prefeitura do Distrito Federal, entidades culturais, dos Estados e Sociedade Brasileira de Geografia.

Não podia este Instituto alhear-se desse raro acontecimento que tão de perto se entrosa com as nossas atividades culturais, manifestando o regozijo pelo êxito; pelas fecundas repercussões que é lícito esperar em nossos meios científicos; pelo valioso concurso de tantos especialistas, para uma melhor compreensão de nossos problemas geográficos.

Terminado que foi o certame, ainda percorrem em missões de estudo, pelos vários quadrantes do território nacional, turmas de geógrafos, em contacto direto com as peculiaridades de nossa geografia, a qual não deixa de despertar-lhes intensa curiosidade.

Ninguém, hoje em dia, desconhece mais a importância que a geografia vem assumindo, através de seus múltiplos aspectos: físico, biológico, humano, demográfico, econômico, social, político e cultural, que nenhum planejamento, seja de que natureza for se executa, sem o concurso decisivo dos precípuos conhecimentos geográficos.

Deve-se esse avassalante papel da geografia na direção das atividades humanas, às radicais transformações que nessa última metade do século se operou em suas concepções, libertando-as de preconceitos que até então faziam do homem um simples apêndice do meio em que vive.

Muito contribuíram para mais se arraigarem êsses preconceitos, as teorias de Ratzel, surgidas na Alemanha, em meados do século passado, do determinismo geográfico, o qual, dizia, imprime, de forma decisiva, como às espécies vegetais e animais, o cunho indelével do meio em que se desenvolvem.

Essa concepção estendeu-se, do terreno da geografia biológica, a tôdas as manifestações humanas, desde às simples fisiológicas às intelectuais e psíquicas.

A teoria da superioridade das raças nórdicas, que se desenvolvem em climas frios, contrastando com as que nascem debaixo do torpor acabrunhador dos trópicos, o que fez Humboldt exclamar, certa vez, que, no Brasil, tudo era grande, exceto o homem; a teoria da influência do meio, tão admiravelmente exposta por Hippolyte Taine, em sua *Histoire de la Litterature Anglaise*, para quem: "le sol, la mer, le ciel, le climat, le pays humide et la terre ingrate et leur influence sur le caractère". constituíam, em seu tempo, verdadeiros dogmas científicos, conquististas definitivas da ciência.

A reação vitoriosa, porém, que por tôda a parte o homem vai imprimindo à influência do meio, quer pela engenharia, vencendo distâncias, dominando obstáculos naturais de tôda a sorte, ligando continentes através de oceanos, utilizando o curso dos rios, quer pela medicina, exterminando endemias, descobrindo os malefícios e os benefícios, que a natureza indiferente, dispensa ao organismo humano, tornando salubres os mais mortíferos "habitats" terrestres; por todos os meios, enfim, que lhe deram os conhecimentos dia a dia mais aprofundados do meio em que vive e se desenvolve de humanizar a natureza, criou-se uma concepção totalmente diferente, a bem dizer oposta, à do eminente geógrafo germânico.

Em oposição ao criador da "Antropogeografia", surgiu a escola francesa, chefiada por Vidal de la Blache, que erigiu o homem à altura do mais importante fator geográfico, escrevendo um novo capítulo, dos mais fascinantes, da "Geografia Humana".

Mesmo em seus primórdios, dá-nos essa nova face da geografia, uma grande esperança e um grande otimismo, quais o de que o homem, simples grão de poeira sôbre a terra, pelo conhecimento aprofundado da natureza, pode transformá-la em seu benefício, libertar-se de seus agentes nocivos, tornando-a submissa auxiliar de suas conquistas.

Proponho, por isso, que se consigne, em ata, um voto de congratulações dêste Instituto, pela realização, nesta Capital, do XVIII Congresso Internacional de Geografia, e ao decisivo apoio

dos poderes públicos, que muito contribuíram para o seu perfeito êxito”.

Embora lhe apoiasse as afirmativas, com merecidos louvores, aplaudidas pela assistência, o Professor E. Vilhena de Moraes, em seguida, ao usar da palavra acentuou que era de justiça incluir entre as entidades referidas pelo colega também o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, devotado inteiramente a concorrer para o ambicionado êxito do empreendimento cultural.

E teve palavras de aplausos ao respectivo Presidente, Professor Jurandir Pires Ferreira, que o encerrou com a expressiva cerimônia do “Te Deum”, indicativa de seus sentimentos religiosos.

Referiu, então, ter estado no mesmo local em que, ao saltar em terra, americana, o primeiro gesto de Colombo consistiu em ajoelhar-se, para entoar o “The Deum”, como também costumava fazer insigne brasileiro, o Visconde de Cairu, Silva Lisboa, cujo bi-centenário de nascimento se comemorou em julho último. Foi, como justamente reconheceu Sílvio Roméro, aliás adversário de sua orientação filosófica, “o primeiro a pregar entre nós as teorias inglêsas sôbre o comércio livre, sôbre a economia política, sôbre o govêrno representativo e vinte outras matérias conexas”.

A sua atuação dilatou-se aos domínios da geografia, por várias iniciativas, culminadas no decreto real da abertura dos portos do Brasil ao comércio geral, inspirado em suas pregações doutrinárias. Propôs, por isso, constasse também em ata um voto de homenagem à memória do insigne economista e jurisconsulto, cujas idéias contribuíram grandemente para a solução de problemas brasileiros. As palmas que lhe apoiaram as eloqüentes palavras indicavam a sua aceitação pela assistência, e assim interpretou o seu presidente que, ao declarar aprovada a proposta, congratulou-se com o Dr. Vilhena de Moraes pela tenacidade e brilho com que, de longa data, vem realizando estudos sôbre essa extraordinária figura da nacionalidade, que foi o Visconde de Cairu.

E agradecendo a cooperação do Professor A. Jacobina Lacombe, que deu realce à formosa conferência do Professor Hélio Vianna, das outras propostas aprovadas, e o comparecimento de representantes de autoridades, de instituições culturais e a tóda a assistência, declarou encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Virgílio Corrêa Filho, Wanderley de Araújo Pinho, João Baptista Magalhães,

Miguel Costa Filho. Affonso Bandeira de Mello, Hêlio Lobo. Américo Jacobina Lacombe, Affonso Penna Júnior, Juvenal Greenhalgh, Adolfo Morales de Los Rios Filho, Herbert Canabarro Reichardt, Alfredo Valladão, José M. B. Castello Branco, Francisco Marques dos Santos, Ivolino de Vasconcellos, José Antônio Soares de Souza, Gustavo Barroso, José Augusto Bezerra de Medeiros, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Alvaro Alberto, Eugênio Vilhena de Moraes, Florêncio de Abreu e Marcos Carneiro de Mendonça.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Feijó Bittencourt*, 2.º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL DE 29 DE AGOSTO DE 1956
(Sessão 1865)

Quarta Conferência da Série Comemorativa do Centenário do falecimento do Marquês de Paraná. Conferência do Sócio Benemérito Dr. José Wanderley de Araujo Pinho, acêrca de:

“O Marquês de Paraná e a Conciliação” (1853-1856)

Presidência: Ministro Alfredo Valladão.

Aos vinte e nove dias de agosto de mil e novecentos e cinquenta e seis, às dezessete horas, sob a presidência do Ministro Alfredo Valladão, segundo vice-presidente, se reuniu o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para se realizar a quarta conferência da série com que se comemorou o centenário do falecimento do Marquês de Paraná.

Assumindo a presidência, o segundo vice-presidente do Instituto, o Ministro Alfredo Valladão, pronunciou as seguintes palavras:

“Na ausência justificada do nosso eminente Presidente Ministro Macedo Soares, cabe-me a honra de presidir mais uma das Conferências, com que o Instituto está comemorando o Centenário da morte do Marquês do Paraná, grande estadista do Império”.

“Versa a mesma sobre o seguinte tema: — *O Marquês do Paraná e a Conciliação (1853-1856)*”.

“Foi incumbido de realizá-la o ilustre Dr. Wanderley Pinho, ex-vice-presidente do Instituto, sócio benemérito, antigo parlamentar, indicado ainda pelo título de neto que é dêsse outro notável estadista do Império, Barão de Cotegipe, que integrou o

Ministério da Conciliação, viveiro de futuros Presidentes de Conselho, assim, pela ordem cronológica, o Duque de Caxias, o Visconde do Rio Branco, a êle Barão de Cotegipe”.

Terminada a Conferência, o Sr. Presidente, depois de felicitar o orador pelo seu excelente trabalho, faz ao Instituto a seguinte comunicação:

“Estou certo de corresponder ao sentimento unânime do Instituto, anunciando que será convocada uma sessão especial, para comemorar o bi-centenário natalício da extraordinária figura da nacionalidade, que foi o Visconde de Cayru, à semelhança do que ocorreu pelo centenário de sua morte; e como se impõe, para orador da mesma devendo ser convidado o ilustre sócio benemérito, Dr. Vilhena de Moraes, que de longa data e, com tanta tenacidade quanto brilho, tem realizado estudos sobre essa figura”.

“Não há dúvida que só em uma longa série de Conferências, com a devida antecedência preparadas, poderá ser convenientemente estudada a vida do Visconde de Cayru, cheia de luminosas lições para o Brasil de sempre”.

“E nesse sentido foi a proposta, em sessão do Instituto, de 14 de agosto de 1934, apresentada e justificada pelo ilustre historiador Vilhena de Moraes, para a comemoração em 1935, do Centenário da morte do grande brasileiro”.

“Infelizmente a comemoração limitou-se a uma sessão especial”.

“Mas o Instituto não pode agora, pelo bi-centenário natalício do grande brasileiro, fazer menos do que fez pelo centenário de sua morte”.

Essa comunicação foi recebida pelo Instituto, com o seu apoio unânime.

Seguiu-se a proposta do sócio Dr. Ildefonso Mascarenhas da Silva, para que fôsse no Instituto pronunciada uma conferência, na semana da comemoração do primeiro vôo do mais pesado do que o ar realizado por Santos Dumont.

O Sr. Presidente congratulou-se com o Sr. Dr. Ildefonso Mascarenhas, pela sua iniciativa de uma homenagem de tão alta justiça.

Foi a proposta unânimemente aprovada e havendo o Sr. Presidente convidado para orador da sessão ao proponente.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Vieira Ferreira, João Baptista Magalhães, José Wanderley de Araujo Pinho, Guilherme Auler, Justo Pastor Benitez, Helio Viana, Miguel Costa Filho, Ordival Cassiano Go-

mes, José Antônio Soares de Souza, Dom Pedro de Orleans e Bragança, Feijó Bittencourt, Jaguaribe Gomes de Matos, Marechal Cândido Rondon, Valentim Benício da Silva, Américo Jacobina Lacombe, Herbert Canabarro Reichardt, Juvenal Greenhalgh, Ildefonso Mascarenhas da Silva, João Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, Francisco Marques dos Santos, Francisco Mozart Monteiro, Pedro Calmon, José Augusto Bezerra de Medeiros, Mário Melo, Ivolino de Vasconcelos, Luiz Viana, Levi Carneiro, Marcos Carneiro de Mendonça, Dodsworth Martins.

Encerrou-se a sessão às 19 horas e meia. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2º Secretário.

SESSÃO ESPECIAL EM 4 DE SETEMBRO DE 1956

(Sessão 1866)

Convocada e realizada no Palácio Itamarati por ocasião do encerramento das conferências do centenário de falecimento do Marquês de Paraná. Conferência do professor Dr. Pedro Calmon sobre o tema: "A histórica personalidade do Marquês de Paraná"

Presidência: do Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às dezessete horas do dia quatro de setembro, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para a sessão de encerramento da série de conferências que promoveu, em comemoração do centenário da morte do Marquês de Paraná.

Como tivesse êle exercido missões diplomáticas e dirigido as Relações Exteriores do Império, o Itamarati, anuindo em cooperar para maior brilho das homenagens, ofereceu o seu salão apropriado a cerimônias culturais.

A hora indicada o Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares, tendo ao seu lado o 1º Secretário, Virgílio Corrêa Filho, assumiu a Presidência e convidou para a Mesa os sócios beneméritos: Gustavo Barroso, Pedro Calmon, Wanderley de Araujo Pinho, Leão Teixeira Filho, Eugenio Vilhena de Moraes.

E em breves palavras explicou o objetivo da reunião, consagrada a evocar uma das mais insignes individualidades patricias, antes de dar a palavra ao orador oficial.

Acorde com a magnificência do ambiente, o Magnífico Reitor recordou as contribuições eruditas dos seus predecessores na tribuna, quando evocaram aspectos limitados da vida do estadista brasileiro.

Para lhe sintetizar a trajetória luminosa, preferia realçar alguns quadros mais expressivos, que definem e à justa as qualidades e defeitos de Honório Hermeto Carneiro Leão, em pinceladas rápidas e fortes, que maravilharam a elegante assistência, acostumada a aplaudir a eloquência do orador, como ainda uma vez repetiu com agrado.

Terminados os longos aplausos à conferência realizada pelo orador do Instituto, Sr. Pedro Calmon, pediu a palavra o sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, que improvisou agradecimentos ao Instituto Histórico e aos seus dirigentes e interpretou nos termos seguintes:

“Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, digníssimo Presidente Perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

E' ousadia de minha parte levantar-me neste instante, — logo após a palavra eloqüente, maviosa e sempre autorizada de Pedro Calmon, — arriscando-me assim a um confronto, que em quaisquer circunstâncias ser-me-ia desfavorável, maximé agora ao falar de improviso e possuído por tanta emoção.

A tanto me obriga, porém, o cumprimento de um dever indeclinável, qual o de apresentar a V. Exa., Sr. Presidente, em nome de todos os descendentes do *Marquês de Paraná*, os devidos agradecimentos pelas homenagens com que o Instituto Histórico — fiel às suas finalidades patrióticas e culturais — houve por bem comemorar o centenário do falecimento do referido estadista.

Sobremodo penhorado pela honra com que V. Exa. me distinguui, ao confiar-me o encargo de coordenar a série de conferências promovidas pelo nosso venerando Instituto, preveleço-me dêste ensejo para enaltecer e confessar minha gratidão a todos quantos me coadjuvaram, e principalmente aos nossos eminentes consócios Ministro Alfredo Valladão, Hélio Vianna, Wanderley Pinho e Pedro Calmon, historiadores proectos aos quais ficamos devendo o brilho das tertúlias em aprêço, em boa hora realizadas na nossa vetusta Instituição e nesta outra Casa de Rio Branco igualmente dirigidas pelas luzes e patriotismo de V. Exa.

Não escapou à minha sensibilidade o tino carinhoso e diplomático com que V. Exa. supervisionou as comemorações que hoje se encerram; ontem, fazendo-se representar, na missa celebrada na Santa Casa da Misericórdia, por um dos nossos mais distintos companheiros, cometendo tal encargo a Wanderley Pinho, a quem me prendem estreitos laços de amizade e cuja presença haveria de relembrar o nome de Cotegipe, tão ligado ao de Paraná no Ministério

da Conciliação; hoje, convidado para a Mesa desta sessão quatro sócios beneméritos, autores de obras valorosas em cujas páginas *A histórica personalidade do Marquês de Paraná*, título da conferência que acabamos de ouvir, tem sido superiormente apreciada: — Vilhena de Moraes, biógrafo de Caxias, patrono do Exército, ligado por afinidade a parentes de Honório Hermeto, em cujos livros a individualidade do vindouro marquês aparece de corpo inteiro, retratado com tanta justiça e acêrto; Gustavo Barroso, acadêmico de renome, em cujos trabalhos sôbre a nossa diplomacia e guerras no Prata, o vulto do futuro Paraná destaca-se com toda a energia e vibração que o caracterizaram; Wanderley Pinho, historiador especializado nos fastos do 2.^o reinado, biógrafo de seu famoso avô Cotegipe, e que ainda há poucos dias em conferência realizada no Instituto, pronunciou uma das mais belas peças oratórias que se tem ouvido sôbre a Conciliação e o Marquês do Paraná: — e finalmente Pedro Calmon, Magnífico Reitor da Universidade do Brasil, ligado à memória do Marquês do Paraná pelo muito que tem escrito em sua vultosa bagagem histórico-literária, e agora, mais do que nunca, pela brilhantíssima conferência que acabamos de ouvir acêrca da *A histórica personalidade do Marquês de Paraná*, na qual, como de costume, conseguiu superar sua própria eloquência.

Depois do Professor Vilhena de Moraes ter acrescentado doudas considerações acêrca do assunto, o Presidente agradeceu a colaboração valiosa dos consócios, da assistência e deu por encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, João Baptista Magalhães, José Wanderley de Araujo Pinho, Pedro Calmon, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Estevão Leitão de Carvalho, Luiz de Oliveira Bello, José Antônio Soares de Souza, Vieira Ferreira, Justo Pastor Benitez, Heraclides Cesar de Souza Araujo, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Herbert Canabarro Reichardt, Guilherme Auler, Ordival Cassiano Gomes, Hildebrando Accioly, Gustavo Barroso, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Agnello Bittencourt, Eugenio Vilhena de Moraes, Ivolino de Vasconcellos.

Dentre os inúmeros officios e telegramas destacamos os dos Srs. Ministro José Maria Alkmim, Ministro Clovis Salgado, Ministro Brigadeiro Henrique Fleiuss, Embaixador Negrão de Lima, e Dr. Peregrino Junior.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2.^o Secretário.

SESSÃO ESPECIAL EM 17 DE SETEMBRO DE 1956

(Sessão n.º 1.867)

Comemorativa da primeira década da vigência da Carta de 16 de setembro. Conferência do sócio efetivo acadêmico Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho sobre: "Impressões de um constituinte de 1946"

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Às 17 horas do dia 17 do corrente, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para comemorar o décimo aniversário da promulgação da Constituição vigente.

«Antes de ser aberta a sessão o sócio benemérito Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho comunicou ao Presidente José Carlos de Macedo Soares que, aderindo às homenagens à memória do *Marquês do Paraná* programadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e pelo Instituto Histórico de Petrópolis, desde abril do corrente ano o Arquivo Público Estadual de Pernambuco, por iniciativa de seu ilustre diretor Dr. Jordão Emerenciano, havia deliberado realizar no Recife uma exposição de documentos de objetos evocadores do período em que o referido estadista havia presidido a Província de Pernambuco (1849-1850).

A êste respeito, justificando a ausência do novo sócio efetivo Dr. Guilherme Auler, tinha a informar que êle viajara para o Recife, a fim de tomar parte nas aludidas comemorações e realizar, em 18 do corrente, no mencionado Arquivo Público Estadual, uma conferência sobre *O Marquês de Paraná na presidência de Pernambuco*. Terminando, pediu o Sr. Leão Teixeira Filho fôsse consignada na ata de hoje, a comunicação em aprêço, alvitando ainda que o Instituto Histórico telegrafasse ao Dr. Jordão Emenenciano expressando-lhe louvores por tão justa quão patriótica iniciativa».

Ao abrir a sessão, o Presidente Perpétuo convidou para a Mesa o Sr. Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ulysses Guimarães, o Sr. Ministro da Justiça Nereu Ramos, o ex-Ministro da Agricultura Daniel de Carvalho, e para o recinto os deputados federais presentes, e os representantes das autoridades.

E sintetizou os motivos da reunião antes de dar a palavra ao sócio efetivo Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, que convidara para falar acerca das «Impressões de um constituinte de 46». Por ter participado dos respectivos trabalhos legislativos o orador conseguiu elaborar, com autoridade e saber, clara exposição, que a assistência aplaudiu de bom grado.

O Presidente da Câmara dos Deputados, em seguida, em conceituoso improviso, externou o seu agradecimento, dos seus cole-

gar e dos sinceros democratas, pela cooperação do Instituto Histórico em celebrar o décimo aniversário da Carta Constitucional da maneira admirável como o fez pela palavra do douto orador, a quem apresentou os seus louvores.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Pedro Calmon, Thiers Fleming, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Alfredo Valladão, Marcos Carneiro de Mendonça, Helio Lobo, Miguel Costa Filho, José Wanderley de Araújo Pinho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Carlos Carneiro, Valentim Benício da Silva, Juvenal Greenhalgh, Cristovam Leite de Castro, José Honório Rodrigues, Florêncio de Abreu, Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho e Ivolino de Vasconcellos.

Justificaram a ausência os sócios General Jaguaribe Gomes de Mattos e Guilherme Auler.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 2 DE OUTUBRO DE 1956

(Sessão n.º 1.868)

Comemorativa do 1.º centenário do nascimento de Leopoldo de Bulhões. Conferência do Deputado Afonso Arino de Melo Franco sobre o tema: "Leopoldo de Bulhões, símbolo de homem de estado da 1.ª República"

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

A dois do mês de outubro de mil novecentos e cinquenta e seis reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a presidência do Ministro José Carlos de Macedo Soares, que convidou para a Mesa o Dr. Sá Filho, representante do Sr. Ministro da Fazenda, o senador F. Tavora, o Embaixador Hildebrando Accioli, o Ministro Alfredo Valladão, o Dr. José Augusto e Dr. Daniel de Carvalho.

E declarou destinar-se a reunião a comemorar o centenário de nascimento de um estadista como explicaria o orador especialmente convidado para tal fim, deputado Afonso Arinos de Melo Franco, a quem dava a palavra.

O orador desenvolveu as teses mais expressivas ao estudar a vida de Leopoldo de Bulhões. Depois de lhe fixar a data de nascimento e as em que fez os seus estudos, principalmente quando frequentou a faculdade, que é quando a personalidade individual começa a se definir. Referiu-se então ao republicano, mostrando-o,

como a mocidade do seu tempo, na época em que êle fêz profissão de fê republicana e abolicionista em periodo ainda de entusiasmo da juventude.

Mas depois já aconteceu na biografia traçada a influência espenseriana própria em quem, combatendo a monarquia, forma de governo em parte de intervenção do monarca na política, passa à aspiração da independência e predomínio individual.

Daí em diante o orador teve de seguir a evolução que é imprescindível na vida política, principalmente dos que a têm duração e longa, como aconteceu com Leopoldo Bulhões.

Aventou o orador a tese do politico de carreira no governo, dando a êste o devido valor e fazendo restrições à apologia atual do técnico, à *tecnicracia*.

Falta ao técnico a afinidade com a política. E, uma vez implantada a democracia, os governos, atendendo-se à intervenção do povo nêles, não podem se afastar dos processos adequados e da estruturação especial da forma de governar.

O orador nesta altura compôs, com muita finura, o retrato e papel do politico, tal como sempre houve no Brasil, reportando-se o conferencista a Leopoldo de Bulhões, homem cujo trato fino e tacto hábil fazia-o conduzir as questões no meio politico.

Mostrou-o como partidário e como oposicionista às presidências da República, prova de que tinha expressão própria à cerca das questões do governo e orientação lúcida.

Curioso é o exame que fêz da opposição de Bulhões à política financeira defendida por David Campista e a tendência natural que se devê ter para conservar o câmbio alto.

A orientação tomada pelo governo Afonso Pena que sobe ao poder depois dos governos paulistas e, pois, a divisão do governo mineiro da política de São Paulo.

Na evolução que Leopoldo Bulhões sofreu, veio então o regime econômico da guerra de 1914, em que, atendendo às contingências do momento e evasão da produção nacional, rumo a Europa, por estar esta impedida de produzir, devido aos bombardeios e campos de batalha, optou Bulhões pela interferência na liberdade econômica do individuo em matéria de economia.

Apreciou o orador nas suas minudências a boa execução da política instaurada.

Em matéria de finanças o orador veio mostrar a importância das condições históricas dessa ciência, promovendo a compreensão que elas dão ao assunto. A conferência realizada é pois um traço da História do Brasil rico em ensinamentos com as provações por que passou.

Em seguida pediu a palavra o sócio Dr. Eugênio Vilhena de Moraes que relembrou o vulto do saudoso Secretário Perpétuo.

Max Fleiuss, que lhe mereceu justos elogios e a próxima beatificação do Papa Inocêncio XI, a quem o Brasil deve a criação do Arcebispado da Bahia, e os Bispados do Rio de Janeiro, do Recife e do Maranhão, indicativas do seu zêlo apostólico aplicado ao nosso país.

E como ninguém mais quisesse usar da palavra o Presidente deu por encerrada a sessão depois de agradecer a presença das autoridades e pessoas que assistiram à expressiva comemoração.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Estevão Leitão de Carvalho, João Baptista Magalhães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Wanderley de Araújo Pinho, Guilherme Auler, Dodsworth Martins, Justo Pastor Benitez, Alfredo Valladão, Helio Lobo, Valentim Benicio da Silva, Herbert Canabarro Reichardt, Francisco Mozart Monteiro, José Augusto Bezerra de Medeiros, Ordival Cassiano Gomes, Miguel Costa Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Américo Jacobina Lacombe, Francisco Marques dos Santos, Alvaro Alberto, Afonso Arinos de Melo Franco, Juvenal Greenhalgh, Argeu Guimarães, Heraclides Cesar de Souza Araújo, Jaime Cortesão, Luiz de Oliveira Bello, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, José Honório Rodrigues, Agnello Bittencourt, Rodrigo Mello Franco de Andrade, Florêncio de Abreu, Eugênio Vilhena de Moraes, Hildebrando Accioly, João Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, Thiers Fleming e Helio Vianna.

Enviaram telegramas e ofícios: Dr. Sebastião Paes de Almeida, Ministro da Fazenda Interino, Ministro do Supremo Tribunal Dr. Orosimbo Nonato, Senador Auro Moura Andrade, Deputado Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Herbert Moses, Presidente da ABL e Dr. Edgard Chagas Doria, do Touring Clube do Brasil.

Encerrou-se a sessão às 19 horas. — Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, 2º Secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 12 DE OUTUBRO DE 1956

(Sessão n.º 1.869)

Comemorativa do Ano Santos Dumont (Conferência do sócio efetivo Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva).

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Aos doze dias de outubro de mil e novecentos e cinqüenta e seis, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em

sessão comemorativa do cinquentenário do primeiro vôo realizado por Santos Dumont em aparelho mais pesado que o ar.

Declarada aberta a sessão, o presidente perpétuo do Instituto Ministro José Carlos de Macêdo Soares, convidando para a Mesa os Srs.: Ministro da Aeronáutica, Brigadeiro Henrique Fleiuss, General Juarez Távora, Brigadeiros Carpenter e Borges, Major Antônio Xavier, representante do Sr. Ministro da Guerra, Major Otávio da Silva do Estado Maior do Exército, representando o Exmo. Sr. Chefe do Estado Maior do Exército, Capitão Tenente Hêlio Leão, representante do Sr. Ministro da Marinha, Dr. Raimundo Bandeira, representante do Sr. Ministro do Trabalho, o representante do Supremo Tribunal Federal.

E concedeu a palavra ao sócio Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva que em pormenorizado relato interessou a todos pelas notícias dos jornais franceses que davam notícia diretamente colhida na Bagatele, bem como da repercussão universal no mundo. Coligiu o conferencista as opiniões colhidas em livros sobre a aviação, que se reportaram ao feito. Hoje, meio século decorrido após o vôo de Santos Dumont já é uma documentação histórica interessante sobre o que o célebre brasileiro conseguiu realizar. Foram, depois do que ouviram, vivos os aplausos que dirigiram ao orador por ter interessado tanto a assistência fazendo-a reviver a emoção que causou o descobridor de tanta importância.

Estavam presentes os seguintes sócios: José Carlos de Macêdo Soares, Virgílio Corrêa Filho, Estevão Leitão de Carvalho, Alfredo Valladão, Cláudio Ganns, João Baptista Magalhães, Lucas A. Boiteux, Feijó Bittencourt, Juvenal Greenhalgh, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Guilherme Auler, José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Heraclides Cesar de Souza Araujo, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Henrique Fleiuss, Christovam Leite de Castro, Florencio de Abreu, Afonso Arinos, Gustavo Barroso, Ivolino de Vasconcellos, Eugenio Vilhena de Moraes, Barbosa Lima Sobrinho e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Justificaram a ausência os sócios: Dr. Wanderley de Araújo Pinho, Ministro Tavares de Lyra, General Pedro Cavalcanti.

Enviaram telegramas os Srs. Ministro da Fazenda, Herbert Moses, presidente da ABI, Ministro da Justiça, Dr. Nereu Ramos, officio do Touring Clube do Brasil e muitas outras entidades culturais.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º secretário.

ATA DA SESSÃO MAGNA DO INSTITUTO HISTÓRICO
E GEOGRÁFICO BRASILEIRO, EM 19 DE OUTUBRO
DE 1956

(Sessão n.º 1.870)

*Comemorativa do centésimo décimo oitavo aniversário de sua
fundação. (Discurso do Professor Pedro Calmon).*

Presidência: Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Aos dezenove dias de outubro de 1956, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República, Doutor Juscelino Kubitschek de Oliveira, realizou-se a sessão comemorativa do aniversário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O Ministro José Carlos de Macedo Soares, presidente perpétuo desse sodalicio, convidou Sua Excelência o Presidente da República para ocupar a cadeira de presidente e a tomar parte na mesa os Srs. Ministro Alfredo Valladão, Embaixador Oswaldo Aranha, o Embaixador de Honduras no Brasil, Sr. José R. Castro, Brigadeiro Rui Menezes, Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, Professor Pedro Calmon.

Em seguida pronunciou as seguintes palavras de abertura:

«O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro comemora hoje o centésimo décimo oitavo aniversário de sua fundação.

O ano transcorrido abrange uma quadra de fecundo trabalho. Além da regularidade e brilho com que se efetuaram as reuniões estatutárias, é com prazer que saliento o aparecimento do volume 231 da nossa Revista, rigorosamente em dia, e ainda o 1º volume do Tomo Especial do catálogo de Documentos sôbre a História de São Paulo, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, de Lisboa. Dêsses fatos e de outras atividades nos dará contas, no seu relatório, o ilustre 1º Secretário Virgílio Corrêa Filho.

Temos a lamentar o falecimento dos seguintes sócios:

— Afonso Costa, eleito sócio efetivo em 13 de maio de 1947.

— Mário Augusto Teixeira de Freitas, eleito sócio em 27 de dezembro de 1944.

— Arcebispo de Cuiabá, D. Francisco de Aquino Corrêa, eleito em 10 de julho de 1926, passou a benemérito em 14 de abril de 1939.

— Eugênio de Andrade Egas, sócio correspondente em 20 de julho de 1913.

— Manuel Cícero Peregrino da Silva, eleito sócio efetivo em 21 de julho de 1905, honorário em 12 de maio de 1914, benemérito e grande benemérito em 30 de julho de 1934. Foi vice-

presidente, tendo ocupado a presidência, quando do falecimento do Conde de Afonso Celso.

Sobre esses saudosos consócios ouviremos dentro em pouco a magistral palavra do nosso orador oficial Dr. Pedro Calmon».

Dada a palavra ao magnifico reitor da Universidade do Brasil, o Professor Pedro Calmon subiu à tribuna para pronunciar o elogio dos sócios êste ano desaparecidos. Fazendo o paralelo entre eles fêz ver quanto é ampla, quanto é variada a História. Ao se referir que, a Manuel Cícero o Instituto tinha ido prestar as últimas homenagens ao doar-lhe o corpo a sepultura, o orador provocou grande salva de palmas, ao descrever a tarde triste de pesar e respeito de todos que o acompanharam até o grande repouso, «naquele esfolhar de inverno discreto».

Terminada a oração, em que se referia a um e a outro dos sócios falecidos, em que se demorou dizendo do que era seu compatriício, filho da Bahia que é também o seu berço, espalhando assim as flores da saudade pelos que êle disse que começavam na sobrevivência do seu nome a consolidar a glória imortal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Concedida a palavra para a divulgação do Relatório anual, o Primeiro Secretário, Virgílio Corrêa Filho, começou por ler as Efemérides do Barão do Rio Branco, referentes à data e solicitou ao Sr. Presidente a dispensa de prosseguir na leitura, para não perturbar a excelente impressão causada.

Facultada a palavra a quem a quisesse. O sócio Dr. Henrique Leão Teixeira Filho apresentou a seguinte proposta, que requereu constasse em ata. À vista dos aplausos com que foi acolhida pela assistência, o presidente considerou aprovada a inclusão solicitada, que será submetida a julgamento na próxima Assembléia-Geral:

«Existindo presentemente uma vaga de *Grande Benemérito*, propomos que em atenção aos seus excepcionais merecimentos de historiador e demais predicados que caracterizam e realçam sua personalidade nos meios culturais brasileiros, seja elevado à mencionada categoria o nosso venerando consócio Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay, que é justamente o nº 1 na classe dos beneméritos.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1956.

José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Virgílio Corrêa Filho, Cláudio Ganns, Wanderley de Araújo Pinho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Pedro Calmon, Gustavo Barroso, Vieira Ferreira,

Hélio Lobo, Dodsworth Martins, Herbert Canabarro Reichardt, Argeu Guimarães, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, Rodrigo Mello Franco de Andrada, Guilherme Auler, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Oswaldo Aranha, Valentim Benício, Manuel Diégues Júnior, Francisco Marques dos Santos, Levi Carneiro, Elmano Cardim, Eugenio Vilhena de Moraes, José Antonio Soares de Souza, Ivolino de Vasconcelos, Marcos Carneiro de Mendonça, Sergio Corrêa da Costa, Hildebrando Accioly, Haroldo Valladão, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Luís Felipe Vieira Souto».

Ninguém mais pedindo a palavra, foi encerrada a sessão com o agradecimento do presidente perpétuo ao orador pelas palavras que proferira, ao Presidente da República que correspondeu ao convite a êle feito comparecendo à sessão, as autoridades presentes e que se fizeram representar bem como a todos os presentes e ao auditório que compareceu.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgilio Corrêa Filho, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt, Wanderley de Araújo Pinho, Claudio Ganns, Helio Lobo, Herbert Canabarro Reichardt, Luiz Felipe Vieira Souto, Vieira Ferreira, João Baptista Magalhães, Miguel Costa Filho, Argeu Guimarães, Mozart Monteiro, José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho, Valentim Benício da Silva, Guilherme Auler, Pedro Calmon, Elmano Cardim, Heraclides César de Souza Araujo, Rodrigo Melo Franco de Andrade, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Jorge Dodsworth Martins, Manuel Diegues Junior, Levi Carneiro, Estevão Leitão de Carvalho, Oswaldo Aranha, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Francisco Marques dos Santos, Sérgio Corrêa da Costa, Agnello Bittencourt, Eugenio Vilhena de Moraes, Haroldo Valladão, Hildebrando Accioly, Marcos Carneiro de Mendonça, Castro Rebello, Gustavo Barroso, José Augusto Bezerra de Medeiros, José Antônio Soares de Souza, Juvenal Greenthalgh, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Ivolino de Vasconcellos, Lucas Alexandre Boiteux, Florêncio de Abreu, Marechal Cândido Mariano Rondon, representado pelo General Jaguaribe Gomes de Mattos, Almirante Carlos Carneiro.

Justificaram a ausência os sócios: Dr. Pena Junior, Professor Adolfo Morales de Los Rios Filho, Dr. Ordival Cassiano Gomes, Almirante Alvaro de Vasconcellos, Desembargador Julião de Macedo Soares, Frei Basilio Röwer.

Enviaram telegramas e ofícios: Dr. João Goulart, Vice-Presidente da República, deputado Ulisses Guimarães, Presidente da Câmara dos Deputados, Ministro Sebastião Paes de Almeida, Mi-

nistro Interino da Fazenda, Ministro Dr. Nereu Ramos, Ministro da Justiça, da Educação e Cultura, Ministro Orosimbo Nonato, Presidente do Supremo Tribunal Federal, Dr. Herbert Moses, Presidente da ABI, Dr. Rufino de Almeida, Diretor da Escola Nacional de Engenharia.

Encerrou-se a sessão às 19 e meia horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO
40.º ANIVERSÁRIO DO FALECIMENTO DO HISTO-
RIADOR MANUEL BARATA EM 26 DE OUTUBRO
DE 1956

(Sessão n.º 1.871)

Conferência do sócio benemérito Dr. Cláudio Ganns sobre:
«Manuel Barata — um amigo do Instituto» e do Professor
Mário Barata sobre: Homem político e historiador paraense!
Presidência: Ministro Alfredo Valladão, Vice-Presidente.

Às 17 horas do dia 26 de outubro, reuniu-se no salão de honra, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para comemorar o 40º aniversário do falecimento do historiador Manuel Barata, que se incluiu entre os seus dedicados sócios.

Na ausência do presidente perpétuo, Embaixador José Carlos de Macedo Soares, a essa hora na capital do Paraguai, em missão especial, e dos vice-presidentes, que por motivo ponderosos não puderam comparecer, assumiu a Presidência o primeiro secretário, Virgílio Corrêa Filho, que, declarada aberta a sessão, convidou para a mesa o governador do Estado do Pará, General Joaquim de Magalhães Barata, o Senador Álvaro Adolfo, presidente da Comissão de Finanças do Senado, os deputados Lameira Bittencourt, Lobão da Silveira, Armando Correia e o Desembargador Emanuel Sodré.

Explicado o motivo da reunião, foi lida, primeiramente, a parte das Efemérides do Barão do Rio Branco, relativas à data, e, depois, o resumo do expediente respectivo, a saber:

«Senhor Presidente

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que a Câmara do Distrito Federal, em sessão de 23 do corrente, aprovou requerimento da Vereadora Lygia Maria Lessa Bastos, no sentido de que constasse em ata um voto de congratulações com a di-

retoria do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, pela passagem de seu 118º aniversário de fundação.

Queira Vossa Excelência, neste ensejo, receber a expressão de meu mais elevado aprêço. — *Mário Piragibe*, presidente em exercício».

«Agradeço gentileza convite assistir sessão magna vg comemorativa 118º aniversário fundação êsse Instituto vg lamento informar que estando programada viagem mesmo impediu meu comparecimento referida solenidade sds *Brigadeiro Henrique Fleiuss*, Ministro Aeronáutica».

«Tenho honra comunicar vossência Junta Executiva Central do Conselho Nacional Estatística aprovou vg por proposta Sr. Valdemar Cavalcanti vg secretário-geral substituto vg voto congratulações vossência motivo transcurso centésimo décimo oitavo aniversário fundação dêsse Instituto pt Associe-me pessoalmente justa manifestação órgão colegiado direção Conselho pt Ats. Sds. pt *Jurandyr Pires Ferreira* pt IBGE».

«Ao transcorrer o 118º aniversário de fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Associação Brasileira de Imprensa e seu presidente, refletindo o sentimento dos jornais e jornalistas, enviam efusivos cumprimentos pela grata efeméride. (as) *Herbert Moses*».

«Atraso não diminui sinceridade votos continuação egrégia Associação sua brilhante ação patriótica pt Por motivo força maior com grande pesar agradecendo convite não posso estar presente pt Abraço. *Alte. Thiers Fleming*».

Na mesma ocasião, a Casa tomou conhecimento das valiosas ofertas do diretor do Arquivo Nacional, acompanhadas do seguinte ofício:

«Senhor Presidente

Associando-me à comemoração, em boa hora promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sob a digníssima presidência de Vossa Excelência, em homenagem ao Anão Santos Dumont, tenho a honra de passar às mãos de Vossa Excelência, destinadas ao Arquivo dêsse colendo sodalício, as inclusas fotocópias de dois passaportes policiais arquivados nesta repartição, concernentes ao embarque do glorioso inventor, também sócio do Instituto, para os Estados Unidos da América do Norte, no mês de julho do ano de 1919 e da República de Cuba para êsse mesmo país, no mês de setembro do mesmo ano.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de elevada estima e distinta consideração. (as) *E. Vilhena de Moraes*, diretor».

Apresentados os agradecimentos do Instituto, coube a palavra ao sócio benemérito Cláudio Ganns, que da tribuna proferiu erudita alocução, em que lembrou os pacientes investigadores, que, nas diversas regiões a que se arraigaram, colhem elementos esclarecedores de dúvidas, como preciosas achegas para o historiador interessado em considerar o panorama global.

Sem esta cooperação perseverante e modesta, debalde se tentaria obra de conjunto, amparada em documentação fidedigna nas linhas gerais e nos pormenores.

Passou em revista a falange destes abnegados decifradores de enigmas históricos, dispersos pelos Estados, entre os quais se extremou Manuel Barata, fervoroso estudioso da história paraense.

Sócio do Instituto, freqüentou-lhe a Biblioteca e Arquivo, a que se afeiçoou de tal maneira que, ao falecer, deixou recomendado que lhe fôsem entregues os livros e manuscritos, reunidos pacientemente em longas peregrinações por vários países.

Constituem a «Coleção Manuel Barata», que abrange obras indispensáveis ao melhor conhecimento do Brasil, de que se têm utilizado doutos pesquisadores, ao elaborarem valiosas monografias. Sugeriu, por fim, que, em correspondência ao expressivo gesto de generosidade e aprêço ao Instituto, fôsem os seus escritos enfeixados em um só volume, que, impresso, evidenciaria os seus méritos de historiador consciencioso.

Terminada a oração, que a assistência aplaudiu, com entusiasmo, coube a palavra ao Professor Mário Barata.

Começou por agradecer a honra que lhe conferiu o Instituto, ao permitir-lhe aparecer naquela tribuna, em que ressoaram vozes oraculares.

Ao versar o assunto, pormenorizou datas referentes à vida do ilustre brasileiro e sua atuação patriótica, desde a fase da propaganda, na política republicana, de que se afastou, desiludido, terminado o seu mandato de senador, para se dedicar inteiramente às investigações históricas de que lhe resultou lisonjeira nomeada, assim merecendo as homenagens prestadas por ocasião do 40º aniversário do seu falecimento.

Ao terminar, nas palmas, que lhe premiaram a oração, expressou-se o agrado dos ouvintes.

Como ninguém mais quisesse usar da palavra, o primeiro secretário, devidamente autorizado pelo Governador Barata, antes de encerrar a sessão, disse que tinha o prazer de comunicar aos presentes que a sugestão do conferencista lhe mereceu generoso acolhimento.

O governo do Estado do Pará queria também contribuir para a divulgação das obras de Manuel Barata e por isso estava disposto a financiar-lhe a reedição, desde que lhe fôsem fornecidos os respectivos originais, já preparados para a impressão.

E então solicitava ao consócio Claudio Ganns, que demonstrou conhecimento cabal dos referidos ensaios, que os reunisse para a devida publicação.

Ouvida com interesse, a comunicação foi calorosamente aplaudida, por indicar a decisão oficial de apóio a empreendimento cultural.

Por derradeiro, após agradeceu os oradores, que souberam evocar a personalidade e feitos do historiador paraense, a presença do governador do Pará, dos congressistas e representantes de autoridades de toda a assistência, deu o primeiro secretário por encerrada a sessão.

Compareceram os seguintes sócios: Virgílio Corrêa Filho, Guilherme Auler, Manuel Diegues Júnior, Feijó Bittencourt, Juvenal Greenhalgh, Francisco Marques dos Santos, D. Clemente Maria da Silva Nigra, Cláudio Ganns, Argeu Guimarães, Hélio Vianna, Wanderley de Araújo Pinho, Valentim Benício da Silva, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Edgard Castro Rebello, Eugênio Vilhena de Moraes, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Ivolino de Vasconcellos, Marcos Carneiro de Mendonça, Barbosa Lima Sobrinho, Dods-worth Martins e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Enviaram ofícios e telegramas os Srs. Ministro da Educação, Deputado Ulysses Guimarães, presidente da Câmara dos Deputados, Dr. Herbert Moses, presidente da A.B.I.

Justificaram a ausência os sócios: General Estevão Leitão de Carvalho, General Pedro Cavalcanti, Ministro Augusto Tavares de Lyra.

Encerrou-se a sessão às 20 horas. — *Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt*, 2º secretário.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL EM 29 DE OUTUBRO DE 1956

(Sessão n.º 1.872)

Sessão comemorativa do bicentenário do Visconde de Cairu. — Conferência do sócio benemérito Dr. Eugênio Vilhena de Moraes acerca de: "Cairu parlamentar e constitucionalista".

No dia vinte e nove de outubro, às dezessete horas, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em sessão convo-

cada pelo Presidente Perpétuo, Ministro José Carlos de Macedo Soares.

Em sua ausência, por se achar fora do país, no desempenho de relevante missão, assumiu a Presidência o sócio Grande Benemérito, Ministro Alfredo Valladão, 2º Vice-Presidente. Para compor a meta, convidou, o Dr. José Castro, Embaixador de Honduras, Major Carlos Ramos de Alencar, representante do Ministro da Guerra, os sócios Wanderley de Araújo Pinho, Feijó Bitencourt, Vilhena de Moraes, Major F. Elias Kalil, representante do General do E.M. Odilo Dénis, Dr. Licurgo Pereira Leite, representante do Centro Paulista, Dona Odila Passos, pela Biblioteca do Ministério da Justiça, Padre Lopes, da Universidade Católica, Dr. Marciano Alves Freire pelo Centro Norte Riograndense, e Octavio Calazans da Biblioteca Nacional.

Ao abrir a sessão, declarou o Senhor Presidente que a mesma fôra especialmente convocada para comemoração do bicentenário de uma das maiores figuras da nacionalidade que tal fôra o Visconde de Cairu.

Seria orador o ilustre sócio benemérito, Dr. Eugenio Vilhena de Moraes, que a essa figura de longa data tem consagrado estudos profundos, e por isso lhe dava a palavra.

O conferencista abordou uma grande tese pela complexidade que ela denota logo. Cairu que era rigorosamente religioso e arraigado neste caso à tradição tratou do progresso de que se mostrou sumamente adepto e isto quando progresso e tradição parecem cousas que se contradizem e se opõem a se excluírem.

Mas se lhe apresentou o problema de afastar a divergência que há no caso uma vez que Cairu compreendeu o espírito criador do progresso e o sentido dêle em que estavam insistindo desde os filósofos do século XVIII, eivados de materialismo e a dizerem que tudo que havia no mundo era o progresso material.

Êste ponto de vista deu então ensejo para se manifestar de modo preciso a genialidade de Cairu.

Mostra o Dr. Vilhena de Moraes como Cairu enquadrou bem a expressão física e social do progresso tão diferente da que divulgou o século XVIII, materialista e preocupado em reduzir tudo à matéria, sendo entretanto Cairu uma espiritualidade de primeira água. E entrozou êle matéria e consciência humana, em se tratando da vida social dos homens.

Com a redução de um aparente antagonismo, Cairu foi um espírito inovador que se colocou além do que se tornava o pensamento geral, e, em Direito, êle revela naquela ocasião uma inte-

ligência jurídica apreciável com que trata, por exemplo, de modo curioso da escravidão.

Cairu respeita a concepção romana de que o escravo era coisa do senhor e aventa que era um bem penhorado, uma coisa dada em garantia ao seu resgate, à qual tinha direito o senhor. Já encontrava assim uma porta de saída para o remoto materialismo romano e vinha compreender com elevação de espírito a situação jurídica do escravo.

Diante da declaração dos direitos do homem que se espalhava universalmente, vinha Cairu adiantando uma compreensão do Direito que enquadra o escravo como homem, na vida social, respeitado então naquilo que se compreende como personalidade humana.

Posta sob êste ponto de vista respeitoso, a criatura humana, mantém integralmente lado a lado de modo que o progresso só é motivo de benefício e jamais uma razão de subordinar o homem às condições materiais dêle. Nunca se pode perder de vista a devida consideração à personalidade humana.

Definido assim o pensamento de Cairu, êle é o grande pensador que analisa e vai pôr em têrmos as instituições jurídicas e faz o conferencista mostrar-lhe a riqueza de argumentos apontando o seu papel como grande vulto do passado na hora em que se reuniu a Constituinte de 1823, então definindo primórdios do Direito brasileiro. Neste caso a grande figura é uma das mais altas mentalidades nacionais.

Lembrou-lhe a formação humanística, de professor de grego, mediante concurso, de economista, que teve decisiva influência no decreto da abertura dos portos brasileiros ao comércio estrangeiro.

De parlamentar, cuja palavra judiciosa esclarecia as discussões de problemas vitais da nacionalidade.

De publicista, sempre atento a propagar sãos princípios doutrinários.

De fervoroso católico, apegado às suas crenças, que defendia em qualquer oportunidade.

E de homem íntegro, nas idéias e no proceder, dotado de espírito público, até ao sacrificio de viver modestamente, e pobremente morreu, legando à Posteridade um exemplo de dignidade modelar.

Aos aplausos, que lhe premiaram a erudita conferência, seguiu-se a moção, apresentada pelo orador, já publicada.

Terminada a conferência, louvou o Presidente a expressão que o orador deu ao assunto, penetrando-o tão profundamente para que muito agradecesse a sua colaboração. Depois de ter oferecido a palavra aos sócios presentes do Instituto e nenhum deles tendo querido usar, deu por encerrada a sessão, agradecendo às personalidades do mundo oficial que a ela compareceram ou se fizeram representar, bem como ao ilustre e numeroso auditório.

Compareceram os seguintes sócios: Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Wanderley de Araújo Pinho, Cláudio Ganns, João Baptista Magalhães, Juvenal Greenhalgh, Mário Melo, Vieira Ferreira, Francisco Marques dos Santos, Guilherme Auler, Feijó Bittencourt, Heraclides Cesar de Sousa Araújo, D. Clemente da Silva Nigra, Eugênio Vilhena de Moraes, Florêncio de Abreu, Ivolino de Vasconcelos, Ildefonso Mascarenhas da Silva, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho e Marcos Carneiro de Mendonça.

Recebeu o Instituto telegramas e ofícios dentre os quais assinalamos os do Sr. Ministro da Aeronáutica Brigadeiro Henrique Fleiuss, do Gabinete Português de Leitura, da Associação Brasileira de Imprensa, do Touring Club do Brasil, Ministro da Fazenda Dr. José Maria Alkimin, e muitos outros.

ATA DA SESSÃO ESPECIAL COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DO SENADOR PEDRO VELHO DE ALBUQUERQUE MARANHÃO EM 27 DE NOVEMBRO DE 1956

(Sessão n.º 1.853)

Conferência do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros

Às dezessete horas do dia vinte e sete de novembro de 1956, reuniu-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro para realizar a sessão comemorativa do centenário de nascimento do Senador Pedro Velho. Ao assumir a presidência, o Sr. Ministro José Carlos de Macedo Soares, Presidente Perpétuo, convidou para a mesa os Srs. Ministro Alfredo Valladão, Vice-Presidente do Instituto, Drs. Virgílio Corrêa Filho e Feijó Bittencourt, respectivamente 1º e 2º Secretários, Dr. Paulo de Albuquerque Maranhão e Dr. Camilo de Albuquerque Maranhão.

Após ter convidado para o recinto a família do Senador Pedro Velho, deu o Presidente a palavra ao 1º Secretário para ler as efemérides do Barão do Rio Branco relativas ao dia.

Em seguida, foi convidado para dizer do varão cuja vida é de rememorar, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

O ilustre parlamentar, que teve tão grande tirocinio pelo tempo, que tomou parte na política, veio deixar o seu depoimento acerca do Senador Pedro Velho, cujo centenário de nascimento ocorria.

Lembrou o orador que o grande chefe político, propagandista da República, uma vez proclamado o novo regime, tornou-se uma das suas grandes figuras, na qualidade de prócer influente que, sendo do Rio Grande do Norte, fêz parte do partido que Pinheiro Machado presidiu.

Como coestadoano do ilustre morto, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros seguiu o mesmo traçado político de republicano, para ser um líder do regime que tanto serviu com denodo e afinco, durante um longo período de político-militante.

Ao temperamento do orador então se deve o retrato de uma grande figura de propagandista e de político da República, retrato que é um modelo para as gerações vindouras e retrato de um homem ilustrado, ponderado, e caráter de suma lealdade.

Falando assim daquele que teve a grande projeção no meio político estadual, o Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros, com grande vigor de republicano veio, então, penetrar no íntimo da política partidária do Rio Grande do Norte com a clara visão de quem como político acompanhou de perto os acontecimentos. A conferência do Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros são recordações vivas e que têm sabor de fino espírito histórico.

O Presidente que elogiou a bela conferência, que fôra pronunciada, dirigiu-se aos sócios presentes à sessão, perguntando se algum queria usar da palavra, foi então quando o Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho pediu-a para dizer que naquele momento por certo que havia uma grande impressão de saudades, por não estar presente o 1º Vice-Presidente do Instituto, Ministro Augusto Tavares de Lyra, cujo estado de saúde não permite frequentar êste sodalicio.

Lembrou-se, em comovidas palavras, de quanto êle preza esta casa, recordando o seu hábito de todos as quinta-feiras vir a ela passar umas poucas horas e entreter conversa com os consócios. Foi então que, citando a muitos que vinham ouvir aquêle que passou pelos mais altos postos da República e que era genro do Senador Pedro Velho, afirmou ter sido o consócio ilustre o professor de uma geração que o acompanha sempre de perto. Pediu para que fôsse nomeada uma comissão de sócios para visitar quem tanto lustro já deu ao Instituto e fôsse dizer da grande amizade de todos por êle.

O presidente, que declarou estar aprovada por unanimidade a proposta feita, convidou para fazerem parte da comissão de Sócios, o Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, Ministro

Alfredo Valladão e Dr. Barbosa Lima Sobrinho, e Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros.

Dando por encerrada a sessão, o Presidente agradeceu a presença dos que representavam os Srs. Ministro da Guerra, o Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a Família do Senador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão e a das pessoas presentes à sessão.

Compareceram os seguintes sócios: José Carlos de Macedo Soares, Alfredo Valladão, Virgílio Corrêa Filho, Feijó Bittencourt, João Baptista Magalhães, Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho, José Antônio Soares de Souza, Miguel Costa Filho, Luiz Felipe Vieira Souto, Manoel Xavier de Vasconcellos Pedrosa, Barbosa Lima Sobrinho, Christovam Leite de Castro, Mozart Monteiro, Carlos Carneiro, José Augusto Bezerra de Medeiros, Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos, H. Cesar de Souza Araújo, Justo Pastor Benitez, Florêncio de Abreu, Ildefonso Mascarenhas e Álvaro de Vasconcellos.

SÓCIOS FALECIDOS

SÓCIOS FALECIDOS EM 1956

Dr. Manoel Cicero — Teve o Instituto que registrar a perda, a 3 de outubro último, do seu sócio grande benemérito, o ilustre e venerando Dr. Manoel Cicero Peregrino da Silva que, após o falecimento do Conde de Afonso Celso — exerceu por algum tempo o lugar de presidente desta Instituição (junho de 1938 a maio, 1939).

O Dr. Manoel Cicero nasceu em Recife a 7 de setembro de 1866 — tendo por tanto atingido 90 anos, bem vividos.

Cursou a Faculdade de Direito do Recife. Foi bibliotecário da mesma Faculdade em 1889 a 1899. Diretor da Biblioteca Nacional do Rio, em 1900 — em cuja gestão fôra contratado o Sr. Castro e Almeida para catalogar os “verbetes” de Mss que interessavam à história do Brasil, existentes em Lisboa — os quais foram publicados nos “anais” da Biblioteca. Diretor-geral da Biblioteca Nacional, em 1911. Professor de Direito Romano na Faculdade de Ciências Jurídicas 1915; Diretor-geral da Instrução Pública do Distrito Federal, 1917; Prefeito interino do Rio de Janeiro, 1919; Presidente do Congresso Internacional de História da América (Rio, 1922); Diretor da Propriedade Industrial (1924). Delegado do Brasil no 3º Congresso Científico Pan-Americano (Lima, 1924); Diretor da Faculdade de Direito (Rio, 1926); Presidente da Delegação Brasileira à sessão inaugural do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (Rio, 1932); Delegado ao 1º Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo (Lisboa, 1937).

Era sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Sociedade de Direito Internacional, do Instituto Americano de Direito Interamericano (Washington D.C.) da Academia Portuguesa da História, da Sociedade de Americanistas (de Paris) e de outras instituições sábias, sobretudo de cultura histórica.

Dr. Manuel Cicero entrou para o Instituto Histórico como sócio efetivo, em virtude de proposta de Epitácio Pessoa e outros sócios. Teve a seguir parecer de Afonso Celso (relator), Rocha Pombo e Max Fleiuss (comissão subsidiária de história) data

de 23-6-1905. A comissão de admissão endossou a proposta em parecer firmado por A. de Paula Freitas (relator) e Manuel Francisco Correia e J. C. de Sousa Ferreira de 5-7-1905. Esses pareceres foram aprovados em Assembléia Geral de 21-7-1905.

Em data de 15-5-1914 passou a sócio honorário, em 1917 a sócio benemérito, em parecer assinado por Epitácio Pessoa, Tavares de Lyra e Ramiz Galvão.

A sua erudição, ao seu saber, devem-se alguns trabalhos especializados, dentre os quais destacaremos:

A Justiça Penal entre os Romanos (dissertação), Pernambuco, 1895.

Da admissibilidade da prescrição em matéria penal (dissertação), 1896.

Catálogo Geral da Faculdade de Direito de Recife, Recife, 1896.

Relatórios apresentados pelo Diretor da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 1901-1928.

Da remodelação por que passou a Biblioteca Nacional e vantagens daí resultantes (Abertura das conferências), Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXV, 1916).

O patriarca dos jornalistas brasileiros (Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, 1774-1823), 1923 (Conf. no Instituto — vol. 148, p. 785).

Pernambuco e a Confederação do Equador, 1924 (Conf. no Instituto — vol. 150).

Apontamentos sobre as primeiras relações diplomáticas entre a República do Peru e o Império do Brasil (Comunicação apresentada ao Terceiro Congresso Científico Panamericano pelo representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), 1925 (Revista do Instituto, vol. 153, p. 105).

Uma viagem ao Peru (Lima, Arequipa e Cuzco), 1926 (na Revista do Instituto — vol. 151, p. 418).

Uniformizações de especificações (Relatório do representante do Brasil na Primeira Conferência Panamericana de Uniformizações de Especificações, realizada em Lima, 1924) Boletim do Ministério da Agricultura, Ano XVI, vol. 1º, nº 3, 1927.

Conferências, discursos e comunicações, 1938.

Co-editor da Biblioteca Internacional de Obras Célebres, 24 volumes, publicados pela Sociedade Internacional, Lisboa, Rio de Janeiro, etc.

Manoel Cícero foi 1º vice-presidente do Instituto, desde 1912 — quando sucedeu ao Visconde de Ouro Preto. De Manoel Cícero, a Revista do Instituto publicou mais:

— Discurso de recepção como sócio efetivo (Tomo LXVIII — 2ª, p. 605);

— Discurso saudando o sócio Sebastião Vasconcelos Galvão (Tomo LXIX — 2ª, p. 409).

— Alocução no túmulo do Visconde de Ouro Preto (Tomo LXXVI — 2ª, p. 521).

— Discurso ao abrir a sessão de 30-9-1918 (Tomo LXXXIII, p. 409).

— Discurso no Museu Mariano Procópio (vol. 168, página 728).

— Conferências sobre o Dia Pan-Americano (vol. 171 a 252 e vol. 172, p. 425).

— Centenário do Barão Homem de Melo (vol. 172, p. 442).

— Centenário do Barão de Teffé (vol. 172, p. 454).

— Centenário de Evaristo da Veiga (vol. 172, p. 491).

— 99º aniversário do Instituto (vol. 172, p. 597).

— Centenário de Couto de Magalhães (vol. 172, p. 633).

— 3º Congresso de História Nacional (vol. 173, p. 785).

— Quadro territorial administrativo e judiciário do Brasil (vol. 173, p. 798).

— Comemorações do Centenário do Instituto (vol. 173 — p. 811).

— Dia da América (vol. 174, p. 691).

— O Dr. Rodolfo Rivarola (vol. 182, p. 127).

— Afonso Celso (vol. 182, p. 128).

— Inauguração do monumento a Varnhagen (vol. 182, página 129).

— Inauguração dos bustos de Cunha Matos e Januário Barbosa (vol. 182, p. 137).

— Encerramento do III Congresso de História Nacional (vol. 182, p. 140).

Sobre Manuel Cicero a Revista do Instituto publicou a "bio-bibliografia" redigida pela Sta. Maria Carolina Max Fleiuss (vol. 176, 1942) e o estudo detalhado: «Vida de Manoel Cicero» vol. 229, 1955) do nosso consórcio Sr. Feijó Bittencourt.

- Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas
Eleito sócio efetivo a 27 de Dezembro de 1944
Nasceu na Bahia a 31 de Março de 1890
Faleceu no Rio de Janeiro a 22 de Fevereiro de 1956
- D. Francisco de Aquino Corrêa (Arcebispo de Cuiabá)
Eleito sócio honorário a 10 de Julho de 1926 e Benemérito a 14 de Abril de 1939
Nasceu em Cuiabá (Mato Grosso) a 2 de Abril de 1885
Faleceu em São Paulo a 22 de Março de 1956
- Dr. Eugenio de Andrada Egas
Eleito sócio correspondente a 28 de Julho de 1913
Nasceu em São Paulo a 15 de Maio de 1863
Faleceu em São Paulo a 28 de Junho de 1956
- Professor Manuel Cicero Peregrino da Silva
Eleito sócio efetivo a 21 de Julho de 1905; Honorário a 12 de Maio de 1914, Benemérito em 1917 e Grande Benemérito a 30 de Julho de 1934.
Nasceu no Recife (Pernambuco) a 7 de Setembro de 1866
Faleceu no Rio de Janeiro a 3 de Outubro de 1956

SÓCIOS ADMITIDOS

Brigadeiro Henrique Fleiuss — 31-7-1956 — Honorário.
Dr. Manuel Diegues Júnior — 31-7-1956 — Efetivo.
Dr. Guilherme Auler — 31-7-1956 — Efetivo.
Professor Manuel Rodrigues Lapa — 31-7-1956 — Corres-
pondente.
Professor Ildefonso Mascarenhas da Silva — 31-7-1956 —
Efetivo.

TRANSFERIDO PARA BENEMÉRITO

Dr. Gustavo Barroso — 31-7-1956 — Benemérito.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1956

- Revista do Instituto Hist. e Geogr. de São Paulo* — Vo's. XXIII e XV — São Paulo, Ofs. Graf. Edit. Ltda. — 1925 e 1927.
- Informação Agrícola* — (jornal) — agosto, 1956 — n.º 130 — ano X. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 28 de agosto e 13 de setembro de 1956 — ns. 12.365 e 12.372 — ano XXXVII. Aracaju.
- O Puritano* — 10 de setembro de 1956 — n.º 2.110 — ano LVIII. Rio de Janeiro.
- Boletín Indigenista* — agosto 1956 — ns. 2 y 3 — vol. XVI. México.
- Da Índia Distante* (boletim) — 15 de setembro e 1.º de outubro de 1956 — ns. 136 e 137. Rio de Janeiro.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — julho de 1956 — tomo 54 — fascículo I. Rio de Janeiro.
- Para Todos* — 2ª quinzena de setembro de 1956 — ano I — n.º 9. Rio-São Paulo.
- Revista do Clube de Engenharia* — agosto de 1956 — n.º 240. Rio de Janeiro.
- Rodovia* — junho, 1956 — n.º 196 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — julho 1956 — n.º 1 — ano XXIV — vol. XLVIII. Rio de Janeiro.
- Boletín de la Academia Nacional de la Historia* — abril — junio de 1956 — n.º 154 — tomo XXXIX. Caracas. Venezuela.
- Kriterion* — janeiro a junho de 1956 ns. 35-36. Belo Horizonte.
- Catalogue of the Library of the British Council*. Rio de Janeiro, 1956.
- Lista Diplomática* — agosto, 1956. — Rio de Janeiro.
- The Geographical Journal* — june, 1956 — vol. CXXII — part. 2. London.
- Revista das Academias de Letras* — agosto de 1956 — ano XVII — n.º 70. Rio de Janeiro.
- Ciencia y Cultura* — ano I — abril — mayo — junho, 1956 — n.º 2. Maracaibo.
- Journal Français du Brésil* — 1.º octobre, 1956 — n.º 104 — 5.º année. Rio de Janeiro.
- Papers of the Michigan Academy of Science Arts and Letters* — vol. XLI (1955 Meeting) Part III Geography and Geology. Ann Arbor.
- Notícias da Indonésia* — 17 de agosto de 1956 — ns. 8 e 9. Rio de Janeiro.
- O Mossorôense* (jornal) 1.º, 2, 5 e 7 de agosto de 1956 — ns. 556, 557, 560 e 561 — ano X. Mossoró. Rio Grande do Norte.
- Orientacion Campesina* — junio — julio, 1956 — n.º 6 — ano III. La Habana.
- Biblioteca Infantil Municipal de São Paulo* (Children's Library of São Paulo) São Paulo.

- Américas* — agosto 1956 — n.º 8 — vol. VIII. Número especial comemorativo do Congresso do Panamá de 1826. Rio de Janeiro.
- Bulletin of The New York Public Library* — august 1956 — number — 3 — vol. 60. New York.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 8 de agosto de 1956 — n.º 12.353 — ano XXXVII. Aracaju.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — junho de 1956 — n.º 6 — vol. II. Rio.
- Boletín de la Academia Nacional de Historia* — enero — junio de 1956 — n.º 87 — vol. XXXVI. Quito.
- Przegląd Geograficzny* — kwartalnik toms XXVII — XXVIII — zeszyt 3-4-1. Warszawa 1955.
- Polônia de Hoje* — agosto de 1956 — n.º 8 (68) — ano X. Rio de Janeiro.
- Revista do Colegio de Ingenieros de Venezuela* — n.º 244 — julio de 1956. Caracas.
- Nação Brasileira* — ano XXXIII — n.º 397 setembro de 1956. Rio de Janeiro.
- Revista do Clube de Engenharia* — setembro 1956 — n.º 241. Rio de Janeiro.
- Acción Integrista* — n.º 33 — marzo de 1956. México.
- O Puritano* — 10 e 25 de agosto de 1956 — 2.108/2.109 — ano LVIII. Rio de Janeiro.
- Américas* — vol. VIII — n.º 9 — setembro de 1956. Rio de Janeiro.
- Boletín Cultural Mexicano* — ns. 49-50-51-52 — junio-julio-agosto 1956. México.
- América Española* — enero de 1956 — n.º 65 — tomo XIX. Colombia.
- Boletín Informativo* — junio de 1956 n.º 8 Com 1 numero extraordinário (Un año de actividad cultural) — julio. La Habana.
- Correio do Senac* — ns. 162/163 — 15 de agosto e 15 de setembro 1956 — ano VIII. Rio.
- A Fátima Brasileira* — julho — agosto, 1956 — n.º 16 — outubro n.º 90 — ano XIII. Rio.
- Catalogo* — Spring and Summer. Books, 1956. London.
- Polônia de Hoje* — setembro de 1956 — n.º 9 (69) — ano X. Rio de Janeiro.
- Revista Brasileira de Estatística* — abril — junho de 1956 — n.º 66 — ano XVII. Rio.
- Boletín Bibliográfico* — n.º 76 — junio, 1956 — año XII. Madrid.
- Boletín do Instituto Brasil-Estados Unidos* — 158/159 — agosto e setembro de 1956 — ano XIII. Rio de Janeiro.
- Illinois State Geological Survey* (Division of the) — circulares dos nos. 207 a 217. 1956. Urbana. Illinois.
- Report of Investigations*, ns. 193 e 194. 1956. Urbana. Illinois.
- Gazeta de Noticias* — 2 de abril de 1950 — n.º 75 — ano 75. Rio de Janeiro.
- New Books in the Social Sciences* — 1955-1956. — New York.
- Tribuna Luso-Brasileira* — abril e maio de 1956 — nos. XV e V — ano I. Niterói.
- Books and Periodicals on the French Revolution* — list n. 356 — part. 1. Holland.
- Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro* — 7 de setembro de 1956 — n.º 7.530 — ano XXVI. Niterói.
- Catalogo* — New Books — autumn — winter 1956-57. London.

- Anais da Associação Brasileira de Química* — março 1953 — n.º 1 — vol. XII. São Paulo.
- Bibliografia Brasileira de Educação* — vol. 4 — n.º 1 — jan. mar. 1956. Rio de Janeiro.
- Informação Agrícola* — setembro, 1956 — n.º 131 — ano X. Rio de Janeiro.
- Saúde* — julho de 1956 — n.º 103 — ano IX. Rio de Janeiro.
- Catalogue n.º 767 — Books on The History of Science and Trade and Commerce.* 1956. London.
- Revista Shell* — n.º 76. Rio de Janeiro.
- Revista Marítima Brasileira* — abril, maio e junho de 1956 — ns. 4, 5 e 6 — ano LXXVI. Rio de Janeiro.
- Subsídios para a História Marítima do Brasil* — vol. XV, 1956. Rio de Janeiro.
- The British Journal of Sociology* — september 1956 — n.º 3 — vol. VII. London.
- Revista do Clube de Engenharia* — outubro de 1956 — n.º 242. Rio de Janeiro.
- Sorocaba* — 15-IX-1956 — n.º 7 — ano II. Sorocaba.
- Anuário Geográfico do Estado do Rio de Janeiro* — n.º 8 — 1955. Rio de Janeiro.
- Boletín Bibliográfico* — 15 de junio e 1.º de julio de 1956 — ns. 61 e 62. México.
- Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio* — abril — junho — ano V — n.º 2. Rio de Janeiro, 1955.
- Catholic Theology* — part II (J.R.) Catalogue 202. Holland.
- Boletín Informativo* — mayo — junio de 1956 — ns. 7 e 8. La Habana.
- Palacio de Colon* — Memória Arquitecto D. Javier Barroso. 1955. Ciudad Trujillo.
- Boletim Informativo do Japão* — 1.º de junho e 1.º de agosto de 1956 — ns. 24 e 26 — vol. I. Rio de Janeiro.
- Research Today* — vol. XII — number 1 — Indianapolis 6. Indiana — U.S.A.
- Informationen aus Österreich* — july, 20, 26 e 31 — august 2, 7, 16, 21 e 23 — september 6, 13 e 20, 27 de 1956. Vienna.
- La Universidad del Zulia* — 14 de julio de 1956 — n.º 7 — año I. Maracaibo (Semanário).
- Catálogo n.º 70 de libros antiguos, raros, curiosos y agotados.* Barcelona. España.
- Noticiário das Nações Unidas* — agosto — setembro 1956 — n.º 8 — 9 — ano 6. Rio de Janeiro.
- Da Índia Distante* — 15 de agosto de 1956 — n.º 134 — boletim. Rio de Janeiro.
- Boletín quincenal del Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social* — 13 e 31 de agosto e 15 de septiembre de 1956 — ns. 9 — 10 — 11 — vol. I. Provincia de Santa Fé. Rep. Argentina.
- Deutsche Bibliographie des Deutsche Buch-Heft* 4. 1956. Frankfurt/M.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — outubro de 1956 — n.º 160 — ano XIII. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1956

- Catálogo de la biblioteca Navarro de Historia y Cultura Mexicana* — XXX aniversario — 1926-1956. México, D.F.
- Revista da Liga Marítima Brasileira* — setembro, 1956 — n.º 585 — ano 50. Rio de Janeiro.
- Vida Universitária* — mayo-junio nos. 70 — 71 — julio n.º 72 — agosto n.º 73 — año VII — 1956. La Habana.
- Bulletin of The New York Public Library* — september — 1956 — number 9 — volume 60. N.Y.
- Journal Français du Brésil* — 18 octobre de 1956 — n.º 105 — 5e. année. Brésil.
- Universidad* — n.º 32 — junio de 1956 — Santa Fé. Rep. Argentina.
- Boletín de la Universidad de Guadalajara* — n.º 5 — julio de 1956. Guadalajara, Jalisco. México.
- Abside* — XX — 3 — julio — septiembre de 1956. Mejico.
- Boletín Bibliográfico* — 15 de julio — 1.º e 15 de agosto 1956 — ns. 63-64-65. México, D.F.
- O Puritano* — 25 de setembro de 1956 — n.º 2.111 — ano LVIII. Rio de Janeiro.
- Portugal pela imagem* — ns. 1 e 2 — ano I — maio e junho, 1956. Lisboa.
- Boletín Acción Indigenista* — abril 1956 — n.º 34. México.
- Informationem aus Österreich* — october 4 — 1956. Vienna.
- Revista Interamericana de Bibliografía* — n.º 2 — vol. VI — abril — junio de 1956. Washington.
- Resoluções da Assembléia Geral* — XV Sessão Ordinária — 1955 (Nos. 447 a 472 — 1955). Rio de Janeiro. I.B.G.E.
- Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem* — n.º 16 — 1954. Rio de Janeiro.
- Anais da Sociedade Brasileira de Filosofia* — n.º 8 — ano XV — 1955. Rio de Janeiro.
- Revista Nacional* — abril — junio de 1956 — n.º 188 — año I. Montevideo.
- Arquivos Brasileiros de Medicina Naval* — outubro, 1956 — n.º 60 — ano XVII. Rio de Janeiro.
- Catálogo (General)* — Praeger 1956-1957. New York.
- Anais da Academia Brasileira de Ciências* — vol. 28 — n.º 2 — 30 de junho de 1956. Rio.
- Quinzena Judiciária* — agosto e setembro de 1956 n.º 5 — 6 — 2ª fase — ano XXX. Rio.
- Boletim da Superintendência da Moeda e do Crédito* — julho de 1956 — n.º 7 — vol. II. Rio.
- Notícias da Indonésia* — n.º 10 — vol. III — 17 de outubro de 1956. Rio de Janeiro.
- Revista Shell* — n.º 76. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — 15 de outubro de 1956 — n.º 164 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Diário Oficial do Estado de Sergipe* — 2 de outubro de 1956 — n.º 12.379 — ano XXXVII. Aracaju.
- Revista de Portugal* — n.º 147 — volume XXI — julho, 1956. Lisboa.

- Nação Brasileira* — ano XXXIII — n.º 398 — outubro de 1956. Rio de Janeiro.
- Correio do Senac* — 15 de outubro de 1956 — n.º 164 — ano VIII. Rio de Janeiro.
- Annales Universitatis Mariae Curie* — Sklodowska — vol. IX — 1954. Lublin.
- Programa Oficial Ilustrado* — 1940 — 1956 — 21 de outubro de 1956. Homenagem à Aeronautica — 1906-1956 (Cinquentenário do primeiro voo) Santos-Dumont. Rio de Janeiro.
- Catálogo de libros antiguos, raros, curiosos y agotados* — n.º 70 — 1956. España.
- Informationem aus Osterreich* — october 18, 1956 — n.º 42/56. Viena.
- Resoluções da Assembléia Geral* — XV Sessão Ordinária — 1955 — ns. 447 a 472 — 1955. Rio.
- Bulletin* — Société Suisse des Americanistes — septembre 1956 — n.º 12 — VIII^{me} année. Genève. (Suisse).
- Boletim do Clube Naval* — 3.º trimestre de 1956 — n.º 147 — ano XXXVI. Rio de Janeiro.
- Revista de Portugal* — n.º 148 — volume XXI — outubro, 1956. Lisboa.
- Américas* — outubro, 1956 — volume VIII — n.º 10. Rio de Janeiro.
- The Américas* — october, 1956 — number 2 — volume XIII. Washington.
- Revista de Direito Municipal* — janeiro — dezembro — n.º XLII — ano. IX. Bahia.
- Journal Français du Brésil* — 1er novembre, 1956 — n.º 106 — 5^{ème} année. Rio de Janeiro.
- Polônia de hoje* — ano X — outubro de 1956 — n.º 10 (70). Rio de Janeiro.
- The Geographical Review* — october, 1956 — number 4 — vol. XLVI. New York.
- Brazila Esperantisto* — julio — agosto 1956 — n.º 508/509 — 50 A. Jaro.
- Ciencias Políticas y Sociales* — enero — marzo — 1956 — n.º 3 — año II — abril — junio de 1956 — n.º 4 — año II e octubre — diciembre de 1955 — n.º 2 — año I. México.
- Engenharia* — ano XV — volume XV — setembro de 1956 — n.º 166. São Paulo.
- Barnard College* — n.º 35, september 1, 1956. New York.
- Revista da Liga Maritima Brasileira* — agosto, 1956 — 584 — ano 50. Rio de Janeiro.
- Revista de História* — ano VII — vol. XII — n.º 26 — abril — junho de 1956. São Paulo.
- Boletim de Informazioni Dall'Italia* — 31 — Ottobre 1956. Rio de Janeiro.
- Boletim do Instituto Brasil-Estados Unidos* — novembro de 1956 — n.º 161 — ano XIII. Rio.
- Boletim nos. 17, 18 e 19* — 16, 22 e 24 de octubre de 1956 do Primer Festival del Libro de America. Caracas.
- Boletim Cultural Mexicano* — setembro de 1956 — n.º 53. México.
- Catalogo Informationem aus Osterreich* — november, 2 — n.º 44/56. Vienna.
- Catalogo* — Theologische Arbeit e Zwingli — Verlag. 1956. Zurich.
- Boletim Informativo do Japão* — 1.º de setembro 1.º de outubro de 1956 — ns. 27 e 28 — ano 2. Rio de Janeiro.
- Brasil Açucareiro* — agosto 1956 — n.º 2 — vol. XLVIII — ano XXIV. Rio de Janeiro.

- International Organization* — vol. X — n.º 3 — august 1956. Mass.
Catalogo (Friedrich Kohlhoff) n.º W 117 — oktober 1956. Allemagne.
Catalogo — Brill's Weekly — september 22, 1956. Holland.
Catalogo do Jornal do Comércio — 11 de novembro de 1956 — n.º 136. Livr. Kosmos Editôra, Rio de Janeiro.
Catalogo — Geistes — Wissens chaften — n.º 8. Allemagne.
Boletín de Historia y Antigüedades — marzo y abril de 1956 — nos. 497-498 — volumes XLIII. Bogotá.
Estudios Americanos — abril 1956 — número 55 — vol. XI. Sevilla.
América Indígena — octubre, 1956 — n.º 4 — vol. XVI. México.
Bibliografia e Informações para Leitores — outubro de 1956 — n.º 2 — ano I. Rio de Janeiro.
Boletim da Associação Brasileira de Imprensa — novembro, 1956 — n.º 55. Rio de Janeiro.
Tapejara — junho de 1956 — n.º 17 — ano VI. Ponta Grossa.
Para Todos (jornal, quinzenario da cultura Brasileira) ns. 10, 11, 12 e 13 — ano I — outubro/novembro de 1956. Rio de Janeiro.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1956

- Revista del Archivo Nacional del Perú* — enero — junio de 1956 — tomo XX — entrega I. Lima.
Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional — n.º 17 — agosto de 1956. La Habana.
Revista Interamericana de Bibliografía — n.º 3 — vol. VI — julio — septiembre 1956. Washington.
Boletín de Historia y Antigüedades — enero y febrero de 1956 — nos. 495-496 — vols. XLIII. Bogotá.
Anaquelles — mayo de 1954 — agosto de 1955 — n.º 5 — Epoca V. San Salvador.
América Indígena — octubre, 1956 — vol. XVI — n.º 4. México.
Bulletin of the New York Public Library — october, 1956 — number 10 — volume 60. New York.
Portugal pela imagem — boletim mensal ilustrado do Secretariado Nacional da Informação — ns. 3 e 4 — ano I — julho e agosto de 1956. Lisboa.
Da Índia Distante — Boletim 138 e 139 — 1 e 15 de novembro de 1956. Rio de Janeiro.
Boletim ns. 20 e 21 — 5 e 11 de noviembre de 1956 do Primer Festival del Libro de America. Caracas. Venezuela.
 Oferta de D^a Yolanda Amaral:
The War Illustrated — ns. de 114 a 163 com falhas dos nos. 120 — 128 — 129 — 130 — ano 1916-1917. Londres.
The Wide World (The Magazine) — october 1954 — vol. 114 — january, 1955. Londres.
Life — august 22 — september 19, 1955 — ns. 4 e 6 — vol. 19. Londres.
Saint — Malo Dinard — Dinan and Vicinity. London.
Plan de Paris — Toutes les Rues. Paris.

- Programas da Académie Nationale de Musique et de Danse* — 1927/1928. Paris.
- Bacon's new map of London* — With Guide. London.
- The Owner Driver's Guide to the Standard Light Car*. London.
- Planta-guia das principaes ruas*. Portugal, c/12 postaes das ruas de Lisboa. Lisboa.
- Sacré-Coeur* — Relatório das Filhas de Maria, anos: 1938 — 1939 — 1940 — 1950 — 1951 — 1952. Rio de Janeiro.
- Turisme France* — Arts, Industrie et Commerce. França.
- Portraits by Henrique Medina* — march 31, 1940. New York.
- Pitman's Comercial Library* — London.
- Conferencia* — journal de l'Université des Annales — n.º 3 — 20 — janvier 1928. Paris.
- Bloco* — Postal — Recordação de Vila Viçosa. Portugal, 8 postais.
- O Mosteiro de Alcobaça*, 20 postais. Portugal.
- Bloco Postal* — Recordação de Cintra. Fotos de J. Henriques. 10 postais. Portugal.
- Cintra Portugal* (Bloco postal) 4 blocos. Portugal.
- Bloco Postal* — Recordação de Vila do Conde. Portugal.
- Bloco Postal* — Belgian Congo. Portugal.
- Bloco Postal* — Recordação de Pedras Salgadas. Portugal.
- Album de 10 postais*. Evora. Portugal.
- Album de postais*. Bussaco. Portugal. (fotos artisticos).
- Album de postais*. Bussaco. (Azulejos artisticos). Portugal.
- Bloco Postal* — Recordação da 1ª Exposição Colonial Portuguesa. 1934. Portugal.
- Rules of Golf* — 20th September, 1908. London.
- Bloco Postal* — Lembrança de Cintra. Portugal.
- Boletín de la Academia de Historia del Valle del Cauca* — n.º 105 — año XXIV — cuarta epoca — septiembre de 1956. Cali.
- The Catholic Historical Review* — number 3 — volume XLII — october 1956. Washintgon.
- Catalogo* — oktober 1956 — Nr. W. 117. Sommer/Herbst 1956. Taunus.
- Informationem aus Osterreich* — november 8, 15, 1956. Viena.
- Boletim Geologia e Metalurgia* — n.º 15 — 1956 — ano 11. São Paulo.
- Revista Nacional* — tomo LX — año XVI — octubre de 1953 — n.º 178. Montevideo — Uruguay.
- Journal Français Du Brésil* — 15 novembre, 1956 — n.º 107 — 5 éme année. Rio de Janeiro.
- Adler* — Zeitschrift fur Genealogie und Heraldik 3 heft — 74 (XVIII) Band — mai, juni 1956. Wien.
- Verlagsverzeichnis* — herbst 1956. — Dresden.
- Saúde* — agosto de 1956 — n.º 104 — ano IX. Rio de Janeiro.
- A Fátima Brasileira* — novembro 1956 — ano XIII — n.º 10. Rio de Janeiro.
- Memórias do Instituto Oswaldo Cruz* — outubro 1956 — tomo 54 — fasciculo 2. Rio de Janeiro.

- Informação Agrícola* — outubro 1956 — n.º 132 — ano X. Rio de Janeiro.
- Nuestra America* — agosto — setiembre de 1956 — n.º 19 — ano VII. Lima.
- Estudantes Missionarios* — dezembro de 1956 — n.º 6 — ano V. São Paulo.
- O Puritano* — 10 de novembro de 1956 — n.º 2.113 — ano LVIII. Rio de Janeiro.
- Annales Universitatis Mariae Curie* — Sktodowska sectio F. — vol. VII — 1952. Lublin.
- Boletim Linotípico* — n.º 84 — 1956. Brooklin, Nova Nova York. U.E.
- Revista da Liga Marítima Brasileiro* — outubro 1956 — n.º 586 — ano 50. Rio de Janeiro.
- Relação dos Discos Gravados no Estado de Minas Gerais* — fevereiro de 1944. Rio de Janeiro, 1956.
- Ocidente* — n.º 222 — volume LI outubro, 1956. Lisboa.
- Nação Brasileira* — novembro de 1956 — n.º 399 — ano XXXIII. Rio de Janeiro.
- Endeavour* — n.º 60 — vol. XV — outubro, 1956. Londres.
- Rodovia* — agosto, 1956 — n.º 198 — ano XVIII. Rio de Janeiro.
- Cuadernos del Instituto Interamericano de Historia Municipal e Institucional* — n.º 17 — agosto de 1956. La Habana.
- Engenharia* — ano XV — vol. XV — n.º 167 — outubro de 1956. São Paulo.
- Journal Français du Brésil* — ler décembre 1956 — n.º 108 — 5 éme année. Rio de Janeiro.
- Catalogue* n.º 768 (Francis Edwards Limited) 1956. London.
- Boletín Indigenista* — junio e. diciembre de 1955 — ns. 2 e 4 — vol. XV. Mexico. D.F.
- America Indígena* — julio — outubro de 1955 e enero — abril de 1956 — ns. 1, 2, 3 e 4 — vols. XVI/XVII. México, D.F.
- Estatutos da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro.
- Catalogo — Informationem aus Osterreich* — october e november — 1956. Vienna.
- Vida e Saúde* — novembro e dezembro de 1956 — ns. 11 e 12 — vol. 18. Rio de Janeiro.
- Américas* — novembro de 1956 — número 11 — vol. VIII. Rio de Janeiro.
- Brasil Arquitetura Contemporânea* — n.º 4 — 1954. Rio de Janeiro.
- Boletín Informazioni Italia* — 30 de novembro de 1956. Rio de Janeiro.
- Catalogo — Nachrichten aus dem kosel* — Verlag Munchen — folge 4 — herbst 1956. Verlag.
- Notícias da Indonésia* — 17 de novembro de 1956 — n.º 11 — vol. III. Rio de Janeiro.
- Revista do Serviço Publico* — vol. 70 — n.º 33 — março 1956. Rio de Janeiro.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE OUTUBRO DE 1956

- Estado da Bahia* — Censo Agrícola — vol. XX — tomo 2 — IV Recenseamento Geral do Brasil. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1956.
- Estado da Bahia*. Censos Industrial, Comercial e dos Serviços — tomo 3 — IV Recenseamento Geral do Brasil. — I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1956.

- Estado de Pernambuco* — Censos Econômicos — vol. XVII — tomo 2 — IV Recenseamento Geral do Brasil. — I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1956.
- Brasil* — Censo Demográfico — vol. I — IV Recenseamento Geral do Brasil — I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1956.
- Estado de Santa Catarina* — Censos Econômicos — vol. XXVII — tomo 2 — IV Recenseamento Geral do Brasil. I.B.G.E. Rio de Janeiro, 1956.
- José Bonifácio e a Independência* — José Feliciano de Oliveira — Livr. Martins Editôra — São Paulo, 1955.
- La Filosofía en el Uruguay en el Siglo XX* — Arturo Ardas — Talleres de Edimex — México, 1956.
- El pensamiento boliviano en el siglo XX* — Guillermo Francovich — Talleres de Edimex — Mexico, 1956.
- O Divórcio* (Conferência) — A. Geraldo Jabur — Rev. dos Tribunais, Ltda. — São Paulo, 1956.
- Ciência Armada e Poder Marítimo* (Separata da Rev. Marit. Bras.) — Francisco de Souza Maia Júnior — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1956.
- Subsídios elaborados em 1932 para a história da Marinha de Guerra do Brasil* — Thiers Fleming — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1956.
- O Professor Duarte Leite e um Paraquedista da História* (separata) — T.O. Marcondes de Souza — s/tip. São Paulo, 1955.
- The Millennial Kingdom of the Franciscans in the New World* — A Study of the Writings of Gerónimo de Mendieta (1525-1604) vol. 52. — John Leddy Phelan — California Press — Los Angeles, 1956.
- The Carolina Chronicle of Dr. Francis le Jau 1706-1717* — vol. 53 — Frank J. Klingberg — California Press — Los Angeles, 1956.
- The City of Lourenço Marques Guide* — Vieira da Silva — Lourenço Marques — 1956.
- Die Sowjetische Besatzungs one Deutschlands in den jahren 1945-1954* — Bonn, 1956.
- Como usar as condecorações*. Notas organizadas pelo Ministro O. Guerreiro de Castro — Ministério das Relações — Rio de Janeiro, 1956.
- Japanese Religion in the Meiji Era* — Hideo Ktshimoto — Obunsha — Tokyo — Japan, 1956.
- Los Tratados de Alcaraz* — Beatriz Bosch — Imprenta de la Universidad — B. Aires, 1955.
- Tres Epocas* — um pouco de história do Liceu Literário Português — Candido de Oliveira — s/d. Rio de Janeiro, s/d.
- Una América para Servirle al Mundo* (Discurso) — Luis Muñoz Marin — Edit. Depart. Instruccion — Puerto Rico, 1956.
- Los Diaguitas* (Recorte do jornal «La Prensa») — Antonio Serrano — Buenos Aires, 1941.
- Un Serio Problema de la Region del Delta* — I e II partes — recorte do jornal «El Diario» Prof. José Francisco Filquer — Paraná, 1945.
- Los Comechingomes y Sanavirones, rceorte do jornal «La Prensa»* — Antonio Serrano.
- Crónicas Históricas de San Antonio Abad de los Baños*. tomo II — Julian Vivanco — Edit. «El Sol» — La Habana, 1956.
- Inscrições dos Sinos das Cidade do Salvador* — Felipe Scarlata — Tip. M.N. — Bahia, 1948.

O *Objetivo Econômico da Bandeira e sua Natureza Jurídica* (Separata da Revista da Faculdade de Direito da Univ. de São Paulo — Moacir Benedito de Sousa — Rev. Tribunais Ltda. São Paulo, 1955.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE NOVEMBRO DE 1956

Oferta da Embaixada Americana:

Limpeza da Mente na China Vermelha — Edward Hunter — Edit. Ipanema Ltda. Rio de Janeiro, s/d.

What is Democracy? Richard M. Ketchum — E. P. Dutton & Cia. — New York, 1955.

What is Communism? Richard M. Ketchum — E. P. Dutton & Cia. — New York, 1955.

A Queda de um Titã (Novela) — Igor Gouzenko — Edit. Ipanema Ltda. Rio de Janeiro, 1955.

A Grande Esperança — Leland Dewitt Baldwin — Edit. Ipanema Ltda. Rio de Janeiro, 1956.

A Literatura dos Estados Unidos — Morton Dauwen Zabel — Livr. Agir Edit. Rio de Janeiro, 1947.

A Religião por trás da Cortina de Ferro — George N. Shuster — Livr. Classica Bras. Rio de Janeiro, s/d.

Minha Antônia — Willa Cather — Edit. Civilização Bras. — Rio de Janeiro, 1956.

A Natureza do Processo e a Evolução do Direito — Benjamin N. Cardoso — Edit. Nac. de Direito — Rio de Janeiro, 1956.

A Máquina do Terror — Gregory Klimov — Livr. Classica Bras. Rio de Janeiro, s/d.

O Maravilhoso Mundo da Química — D.H. Killeffer — Edit. Civilização Bras. Rio de Janeiro, 1956.

The Holmes Reader — Julius — J. Marke — Oceana Publications — New York, 1955.

Os Estados Unidos vistos por jornalistas portugueses. Seleção e prefácio de Manuel L. Rodrigues — Livr. Bertrand Lisboa, 1955.

Plano Vermelho para as Américas — Daniel James — Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, s/d.

Toward our Common American Destiny — John M. Cabot — Fletcher School — Massachusetts. — 1954.

Sistema Federal de Reserva — Objetivos e Funções — Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, 1955.

A grande transformação — Frederick Lewis Allen — Livr. Clássica — Rio de Janeiro, s/d.

Declaration of Freedom — Elton Trueblood — Harper & Brothers — New York, s/d.

Assim é a Rússia — Edmund Stevens — Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, s/d.

O Desenvolvimento do Comunismo-Moderno — Massimo Salvadori — Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, s/d.

Conheça o Inimigo — Delia S. Mares — Livr. Clássica — Rio de Janeiro, s/d.

A Revolução Capitalista do Século XX — Adolf A. Berle Jr. Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, s/d.

- A vida que prezamos* — Elton rueblood — Edit. Ipanema — Rio de Janeiro, s/d.
- Pela América do Norte* — 1.º e 2.º vols. — Tristão de Athaide — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro, 1955.
- Breve Historia de los Estados Unidos* — tomos I e II — Frances Friedman — Edit. Agora — Buenos Aires, 1956.
- Uma Definição da Democracia* — A. Powell Davies — Biblioteca do Exercito — Rio de Janeiro, 1956.
- Ike y sus 4 Hermanos* — Bela Kornitzer — Edit. Agora — Buenos Aires — 1955.
- Oscuridad a Medio dia* — Sidney Kingsley — Edit. Agora — Buenos Aires, 1956.
- Los Patriotas* — Sidney Kingsley — Ediciones Losange — Buenos Aires, 1955.
- Reuerdo a Mamã* — John van Druten — Ediciones Losange — Buenos Aires, 1956.
- Corazón Ardiente* — John Patrick — Ediciones Losange — Buenos Aires, 1956.
- Poder Atómico* — John Lewellen — Edit. Agora — Buenos Aires, 1956.
- Capitalismo Norte-americano* — John Galbraith — Edit. Agora — Buenos Aires, 1955.
- Siete Cientistas Norteamericanos* — Edit. Agora — Buenos Aires, 1956.
- Sua Geografia e seu Progresso* — Serviço de Informações — U.S.A.
- O Atomo servo do homem* — Serviço de Informações — U.S.A.
- O ponto no Brasil* — Serviço de Informações — U.S.A.
- Facts about the United States* — 1956 — Serviço de Informações — U.S.A. 1956.
- Report of the Commission on Karst Phénomena* — H. Lehmann — Printed in Germany — New York, 1956.
- O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e o Índio Sepé-Tiarajú* (Parecer da Comissão de História) Rio Grande do Sul, 1956.
- Tercera Reunion de Consulta de la Comision de Historia* — Documentos — X Publicación núm. 222 Comision de História — México, 1955.

Oferta de D^a Yolanda Amaral:

- O Principe Galante* — Christovam de Camargo — Edit. A Noite — Rio de Janeiro, s/d.
- Le Chemin de Buenos-Aires* (La Traité des Blanches) — Albert Londres — Albin Michel Editeur Paris, 1927.
- New York* — Paul Morand — Ernest Flammarion Editeur — Paris, s/d.
- Contract Bridge Blue Book* — Ely Culbertson — Faber & Faber Ltda. London, s/d.
- Océan et Brésil* — Abel Bonnard — Ernest Flammarion Editeur — Paris, s/d.
- Umbanda* (Magia branca) e *Quimbanda* (Magia negra) 5ª edição — Lourenço Braga — s/ed. Rio de Janeiro, 1948.
- Pedro II e a Campanha da Maioridade* (Conferência) — Christovam de Camargo — Emiel Editôra Rio de Janeiro, 1940.
- Auction Bridge Made Clear* — A.E. Manning Foster — Grayson — London, s/d.
- Bréviaire des Échecs* — Xavier Tartakower — Librairie Stock — Paris, 1934.
- How To Play Golf* — Harry Vardon — Methuen & Co. Ltd — London, s/p.

- Golf Practice for players of Limited leisure* — Henry Hughes — Thomas Burby & Co. London, 1913.
- The Future of South America* — Roger W. Babson — Duckworth & Co. London, s/d.
- Mah* — Yong — Teoria pratica e regras do jogo — Lung Chang — Livr. Bertrand — Lisboa, s/d.
- Combatamos à Tuberculose* — M. Isaacson — Borsoi & Cia. Rio de Janeiro, s/d.
- L'Italie des Alpes a Naples* — Manuel Abrégé du voyageur — Karl Baedeker — Karl Baedeker — Leipzig, 1909.

OBRAS RECEBIDAS NO MÊS DE DEZEMBRO DE 1956

- A Ilha da Madeira nos Destinos do Brasil e de Portugal* (Conferência) — Enzo da Silveira — Comp. Imp. Tip. Alcobacense, Ltda — Alcobaca, 1956.
- Lincoln's Supreme Court* — David M. Silver — University of I. Press — Urbana, 1956.
- História da Casa de Cunhaú* — João d'Albuquerque Maranhão — Arq. Publ. Estd. Recife, 1956.
- Wyz yna Lubelska* — Alfred Jahn — Warszawa, 1956.
- História da Lepra no Brasil* — volume III — Período Republicano (1890-1952) — Dr. Heraclides Cesar de Souza Araujo — Impr. Nacional — Rio de Janeiro, 1956.
- Cara y Cruz de las Memórias de don Aquileo Parra. Estudio n.º 251* (separata) — Bucaramanga, 1955.
- Realidade Amazônica* — F. Ferreira Netto — Imprensa Naval — Rio de Janeiro, 1954.
- Premier Rapport de la Commission pour l'Étude des Versants, préparé pour le Congrès international de Géographie.* Rio de Janeiro, 1956.
- IX Assembléia Geral e XVIII Congresso Internacional de Geografia* (Programa) — Rio de Janeiro, 1956.
- Report of a Symposium held at Makerere College* — september, 1955. Edited by L. Dudley Stamp — London, 1955.
- Rapport de la Commission pour la Classification des livres et des Cartes dans les Bibliothèques.* New York, 1956.
- Report of the Special Committee on Conversion Tables* — New York, 1956.
- Report of the Commission on Medical Geography* — New York, 1956.
- Adoção do Sistema U.T.M. pelo Serviço Geográfico do Exército* — Rio de Janeiro, 1956.
- First Report of the Commission on the Arid Zone* — New York, 1956.
- Congresso Internacional de Geografia* (Discurso presidencial pelo Professor L. Dudley Stamp. Inglaterra.
- Session d'Ouverture du XVIII ème Congrès International de Géographie.* Discours prononcé par son Excellence le President de la Republique Monsier Juscelino Kubitschek de Oliveira et Discours prononcé par le Prof. Jurandyr Pires Ferreira. Rio de Janeiro, 1956.

ESTATÍSTICA

ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

Outubro-Dezembro de 1956

4.º Trimestre	Out.	Nov.	Dez.	Total
Obras oferecidas	28	57	18	103
Revistas nacionais e estrangeiras	68	53	78	199
Jornais nacionais e estrangeiros recebidos	37	18	12	67
Catálogos	5	10	4	19
Documentos recebidos	—	—	8	8
Mapas oferecidos	8	5	10	23
<i>Arquivo</i>				
Documentos consultados	1.848	2.976	3.020	7.844
<i>Museu</i>				
Visitantes	123	180	85	388
<i>Sala Pública de Leitura</i>				
Consultas:				
Obras	4.709	5.325	6.240	16.274
Jornais consultados	1.107	1.219	936	3.262
Revistas consultadas	1.230	2.762	1.928	5.920
Mapas consultados	756	1.236	956	2.948
<i>Secretaria</i>				
Ofícios, cartas e telegramas recebidos .	523	628	930	2.081
Ofícios, cartas e telegramas expedidos	960	830	570	2.360

CADASTRO DOS SÓCIOS

Presidentes Honorários

EM 31 DE DEZEMBRO DE 1956

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes	15-12-1915	Itajubá — Minas.
2. Dr. Washington Luís Pereira de Sousa	18- 7-1927	São Paulo.
3. General Eurico Gaspar Dutra	13- 5-1947	Rua Redentor nº 317 (Ipanema) — Rio.

Sócios Grandes Beneméritos (5)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Ministro Dr. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Rua das Laranjeiras nº 550, apt. 701 — Rio — Telefone 45-1484.
2. Professor Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Rua Paulino Fernandes nº 27 — Botafogo — Rio — Tel. 26-7815.
3. Embaixador José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Praia do Flamengo nº 2 ou: Rua São Luís nº 234 (Consolação) — São Paulo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
4. Ministro Alfredo Valladão ...	19- 7-1912	Regina Hotel — Rua Ferreira Viana nº 29 — Flamengo — Rio Telefone 25-7280.

Sócios Beneméritos (15) (B)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Dr. Afonso d'Escragnolle Taunay	2- 9-1911	Rua Lupércio de Camargo nº 74 (Jardim América), S. Paulo.
2. Vice Almirante Carlos da Silveira Carneiro	6- 8-1921	Rua Anibal de Mendonça nº 151 (Ipanema), Rio — Tel. 27-4949.
3. D. Ricardo Levene	1-10-1928	Melo nº 2.134 — Buenos Aires.
4. Prof. Pedro Calmon Moniz de Bittencourt	22- 8-1931	Rua Santa Clara nº 415 (Copacabana) — Rio — Telefone 37-4004.
5. Dr. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Av. Pasteur nº 415 (Praia Vermelha) — Rio — Tel. 26-1536, ou: 7 de Setembro nº 379 — Cidade do Salvador — Bahia.
6. Eng. Virgílio Corrêa Filho ..	22- 8-1931	Praça André Rebouças nº 17 (Engenho Velho) — Rio — Tel. 28-0864.
7. Dr. Leopoldo Antônio Feijó Bittencourt	12- 5-1937	Rua Otávio Correia nº 84 (Urca) — Rio — Tel. 26-1501.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
8. Dr. Cláudio Ganns	15-12-1939	Av. Copacabana n° 90, apt. 501 — Rio — Telefone 37-0767.
9. Dr. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho	22- 8-1931	Rua São Clemente n° 259-A, apt. 3 (Bota- fogo) — Tel. 26-3421,
10. Dr. Eugênio Vilhena de Mo- rais	6- 8-1931	Arquivo Nacional — Praça da República — Rio — Tel. 22-4441 ou: Residência: Mar- quês de São Vicente n° 456 — Tel. 27-6388 — Gávea.
11. Dr. Rodrigo Otávio de Lang- gaard Meneses Filho	22- 8-1931	Sua São Clemente n° 421 — Rio — Tel. 26-0953.
12. Desembargador Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Rua Moreira César n° 66, Niterói (Estado do Rio) Tel. 2-0526.
13. Ministro Hélio Lôbo	6- 7-1912	Praia do Russell n° 680, apt. 101 (Glória) — Rio — Tel. 25-5898.
14. General Estevão Leitão de Car- valho	29- 9-1942	Rua Uruguai n° 572 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-0432.
15. Dr. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Rua Sá Ferreira n.º 123 (Copac.) Rio — Te- lefone 27-2995.

Sócios Efetivos (40) (C)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Contra Almirante Thiers Fleming	10- 7-1918	Praia do Flamengo n° 186, apt. 503 (5° andar — Rio — Tel. 25-2626.
2. Tenente-coronel Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Estrada Guari n° 450 — Jacarepaguá — Tel. 1033 — Rio.
3. Dr. Levi Fernandes Carneiro .	22- 8-1931	Rua Gustavo Sampaio n° 92 (Leme) — Rio — Tel. 37-2614.
4. Almirante Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Rua Delgado de Carvalho n° 30, apto. 102 — Tijuca — Rio — Tel. 28-4120.
5. Dr. Luís Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Rua General Glicério n° 400, apt. 802 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-5830.
6. Ministro Dr. Otávio Tarquínio de Sousa	22- 8-1931	Rua Gago Coutinho n° 66, apt. 902 — Rio (Laranjeiras) — Tel. 45-2853.
7. Dr. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Rua da Assunção n° 207 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-4861.
8. Dr. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Rua Jardim Botânico n° 305, apt. 302 — Tel. 26-5131 — Rio.
9. Dr. Herbert Canabarro Reichardt	12- 5-1937	Rua das Laranjeiras n° 29 — Rio — Tel. 25-0022.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
10. Dr. Edmundo da Luz Pinto .	31- 5-1939	Rua Ribeiro de Almeida n° 36 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 25-2684.
11. Dr. José Luís Batista	31- 5-1939	Rua Miguel Lemos n° 21, apt. 701 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-1014.
12. Dr. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Rua Indiana n° 97 — Cosme Velho — Rio — Tel. 25-5383.
13. Ministro Ruben Rosa	29- 5-1941	Praia de Botafogo n° 48, apt. 25 — Rio — Tel. 25-5800.
14. Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Rua Nascimento Silva n° 190 (Ipanema) — Rio — Tel. 27-2503.
15. General Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque ..	19- 5-1944	Rua Uruguai n° 526 (Tijuca) — Rio — Tel. 38-4321.
16. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Rua Gonçalves Crespo n° 366, apt. 301 — Tijuca — Rio — Tel. 28-5595.
17. Professor Hélio Vianna	27-12-1944	Av. Alexandre Ferreira n° 55 (Lagoa) — Rio Tel. 26-1980.
18. Dr. Américo Jacobina Lacombe	28- 9-1945	Rua D. Mariana n° 73 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-7914.
19. General Valentim Benício da Silva	17-12-1945	Praia do Flamengo n° 144, apt. 201 — Rio — Tel. 25-1655.
20. Prof. Haroldo Teixeira Valladão	13- 5-1947	Praça 15 de Novembro n° 20 (5° andar) — Rio.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
21. Coronel João Baptista Magalhães	16-12-1947	Rua São José nº 74, ou: Rua Joaquim Murtinho nº 772, apt. 103 (Santa Teresa) — Rio — Tel. 32-8807.
22. Dr. José Honório Rodrigues .	31- 8-1948	Avenida Melo Franco nº 16, apt. 2 — Leblon — Rio — Tel. 27-3346.
23. Prof. Adolfo Morales de los Rios Filho	31- 8-1948	Rua Senador Vergueiro nº 159, apt. 602 — Rio — Tel. 45-3682.
24. Dr. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Rua Anita Garibaldi nº 19 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-5977.
25. Dr. Afonso Penna Júnior	15- 8-1949	Rua Pereira da Silva nº 220 (Copacabana) — Rio — Tel. 25-1973.
26. Prof. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Rua General Glicério nº 407, apt. 1.001 (Laranjeiras) — Rio — Tel. 45-2104.
27. Dr. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Rua Álvaro Ramos nº 341, c/4 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-6157.
28. Dr. Edgardo Castro Rebelo .	20- 6-1951	Rua Álvares Borgeth nº 22 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-0495.
29. Dr. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Rua Itaperuna nº 66 — Niterói (Estado do Rio) — Tel. 2-2082.
30. Dr. Mucio Leão	20- 6-1951	Rua Fernando Mendes nº 7, apt. 12 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-9527.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
31. Dr. Roberto da Mota Macedo	14-10-1952	Rua Felisberto Menezes n° 31, apt. 603 — Tijuca — Rio — Tel. 48-7674.
32. Dr. Ordival Cassiano Gomes	14-10-1952	Rua Otávio Correia n° 420, apt. 8 — (Urca) — Rio — Tel. 26-5293.
33. Dr. Ivolino de Vasconcelos .	24- 7-1953	Rua Antônio Vieira n° 28 (Copacabana) — Tel. 37-1323 — Consultório 42-4586.
34. Revº Clemente Maria da Silva Nigra	13- 7-1954	Rua da Quitanda n.º 30, apt. 902 — Telefone 22-3882.
35. General Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos	13- 7-1954	Rua Major Vaz n° 429 — Gávea — Rio — Tel. 27-7659.
36. Dr. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Rua Cosme Velho n° 233 — Laranjeiras — Rio — Tel. 25-3273.
37. Dr. José Augusto Bezerra de Medeiros	15-12-1955	Rua Domingos Ferreira n° 20, apt. 201 — Copacabana — Rio — Tel. 37-2820.
38. Dr. Guilherme Auler	13- 7-1956	Rua 13 de Maio n.º 80 apt. 202 ou Caixa Postal 31 — Petrópolis Est. do Rio — Tel. 4833.
39. Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Praia do Flamengo número 122, apt. 402 — Rio de Janeiro — Telefone 25-0320.

Sócios Correspondentes (40) (D)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Don Emilio Rodriguez Mendoza	6-12-1902	Calle Compañia n° 2.343 Santiago — Chile.
2. Prof. José Feliciano de Oliveira	19- 2-1904	Cros de Cagnes — Les Amandiers A.M. — Paris — França.
3. Dr. Washington Luis Pereira de Sousa	4- 5-1912	Rua Haddock Lobo n° 1.307 — São Paulo.
4. Dr. Fidelino de Figueiredo ..	28- 7-1913	Rua Duarte Lôbo n° 32 (Alvalade) — Lisboa (Portugal) .
5. Dr. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Rua Santo Elias n° 292 Recife — Pernambu- co.
6. Ministro Silvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Palácio Itamarati — Di- visão de Comunica- ções — Rio de Janeiro.
7. Embaixador Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Palácio Itamarati — Di- visão de Comunica- ções — Rio.
8. Dr. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Rua Rodrigo Cláudio n° 225 — São Paulo.
9. Embaixador Hildebrando Accioly	22- 8-1931	Rua Sousa Lima n° 87 — Rio — Tel. 27-7029.
10. Luis Enrique Azarola Gil	30- 7-1934	Frederico Lacroze n° 2.100 — Buenos Aires.
11. Embaixador Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Rua Gago Coutinho n° 66, apt. 202 — Largo do Machado — Rio — Tel. 45-8789.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
12. Dr. Luís da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Natal — Rio Grande do Norte.
13. Dr. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Rua Carlos Sampaio nº 118 — São Paulo.
14. Ministro Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Rua República do Peru nº 193 (Copacabana) — Rio — Tel. 37-2427.
15. Prof. Antônio Augusto Mendes Corrêa	15-12-1934	22 — 2º, Avenida da República — Lisboa — Portugal.
16. Almirante Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Rua Esperança nº 164 — Lisboa — Portugal.
17. Enrique de Gandia	4-12-1936	Calle Elflein, 3567 — La Lucila — Gran Buenos Aires — Argentina.
18. Desembargador José de Mesquita	12- 5-1937	Cuiabá — Mato Grosso.
19. Don Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Vila Nova de Gaia — Portugal.
20. Desembargador Jorge Hurley .	31- 5-1939	Avenida Nazaré nº 189 — Belém — Pará.
21. Dr. Luís Norton de Matos ...	31- 5-1939	Ministério dos Estrangeiros — Lisboa — Portugal.
22. Padre Serafim Leite, S.J.	31- 5-1939	Via Dei Penitenzieri, 20 — Roma — Itália.
23. Dr. Ernesto Sousa Campos ..	21- 8-1939	Rua Bela Cintra nº 1.768 — São Paulo.
24. Dr. Aureliano Leite	29- 9-1942	Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº 2.791 — São Paulo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
25. Dr. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Avenida Brigadeiro Luís Antônio nº 966 — São Paulo.
26. Dr. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Rua Constante Ramos nº 105, apt. 401 — Copacabana — Rio — Tel. 57-8874.
27. Dr. Nestor dos Santos Lima .	27-12-1944	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte — Conceição nº 573 — Natal — Rio Grande do Norte.
28. Professor Walter Spalding ..	28- 9-1945	Rua N. S. Medianeira nº 70 (Glória) — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
29. Dr. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Rua Esteves Júnior nº 138 (Florianópolis) — Santa Catarina.
30. Dr. José Pedro Leite Cordeiro	21-10-1946	Rua Eugênio de Lima nº 747 — São Paulo — Tel. 7-1211.
31. Dr. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Rua Monte Alegre nº 220 — São Paulo.
32. Dr. Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Rua Conde de Irajá nº 439 (Botafogo) — Rio — Tel. 26-2391.
33. Ministro Renato Mendonça ..	16-12-1947	Avenida Epitácio Pessoa nº 2.348 (Lagoa) — Tel. 46-1607.
34. Ministro Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Rua Haddock Lobo nº 220, ou: Embaixada do Brasil — Portugal.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
35. Dr. Ariosto Gonzalez ...	31- 8-1949	Av. Brasil n° 2.826 — Montevidéu — Uruguai.
36. Professor Damião Peres	20- 6 1951	Academia Portuguesa de História — Lisboa — Portugal.
37. Ministro Sérgio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Rua Campo Belo n.º 88 — Laranjeiras — Rio — Tel. 45-8624.
38. Dr. Ernesto Cruz	15-12-1955	Arquivo Público do Pará — Belém — Pará.
39. Dr. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Rua David Campista n° 118 — Botafogo — Rio — Tel. 26-4153.
40. Professor Manuel Rodrigues Lapa	37- 7-1956	Anadia — Portugal.

Sócios Honorários (50) (E)

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
1. Embaixador José Manuel Cardoso	22- 5-1903	Rua General Dionísio n° 64 — Rio — Tel. 26-1659.
2. Dr. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Rua São José n° 33 — Rio — Tel. 22-6356, ou: Visconde de Ita- borai n° 474 — Ni- terói, Estado do Rio.
3. Henry R. Lang	22- 6-1911	New York, U.S.A.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
4. Prof. Carlos Delgado de Carvalho	6- 8-1921	Rua Siqueira Campos n° 7 — Copacabana — Rio.
5. Ministro Dom Diego Carbonell	20- 7-1923	Caracas — Venezuela.
6. Dom Pedro Dulanto	18- 7-1927	Lima — República do Peru.
7. Professor Paul Rivet	13- 9-1930	Rue Buffon n° 61 — Paris.
8. Padre Paul Coulet, S.J.	22- 6-1931	Paris.
9. Ministro Hubert Knipping	22- 8-1931	Waldhausen Linzerstrasse, 3 — Hannover — Alemanha.
10. Cardeal Dom Miguel Gonçalves Cerejeira	27-10-1934	Patriarcado — Lisboa.
11. Dr. Luís Pasteur Vallery Radot	27- 8-1937	Faculdade de Medicina de Paris — França.
12. Dr. Elmano Cardim	17-12-1937	Avenida Portugal n° 38 Urca — Tel. 26-5595. Rio.
13. Embaixador Martinho Nobre de Mello	19-10-1938	Rua Joaquim Nabuco n° 11, apt. 850 (Copacabana) — Rio.
14. Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Avenida Copacabana n° 1.394, apt. 3 — Rio — Tel. 27-2318.
15. Prof. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Universidade de Harvard, Mas., U.S.A.
16. Dr. Julio Dantas	14- 4-1939	Rua Castilho n° 30 (2°) — Lisboa — Portugal.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
17. Prof. Nels Andrew Nelson Cleven	14- 4-1939	Universidade de Pittsburgh — Pensilvania — U.S.A.
18. Dr. Ernesto Leme	21- 8-1939	Rua Tupi nº 425 — São Paulo.
19. Dr. Waldo Gifford Leland ..	21- 8-1939	Washington, D.C. — U.S.A.
20. Embaixador Dr. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Rua Campo Belo nº 199 Laranjeiras — Rio — Tel. 25-6161.
21. Dr. Manuel Augusto Pirajá da Silva	29- 6-1940	Alameda Itu nº 911 — São Paulo.
22. Dr. Felix Guisard	29- 9-1942	Taubaté — São Paulo.
23. Reverendo Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Emmitsburg, Maryland — U.S.A.
24. Dom Pedro de Orléans e Bragança	29- 9-1942	Palácio Grão Pará — Petrópolis — Estado do Rio.
25. Almirante Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Rua Barata Ribeiro nº 560 (Copacabana) — Rio — Tel. 27-4439.
26. Desembargador Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Rua Santo Amaro nº 21 apt. 13 — Rio — Tel. 25-8070.
27. Cardeal D. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Palácio Arqueiepiscopal — Rua da Glória nº 106 — Rio — Tel. 42-0551.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
28. Embaixador Heitor Lira	9- 7-1945	Embaixada de Brasil — Piazza Monte Savello, 30 — Roma — Itália.
29. Almirante Álvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Avenida Portugal n° 102 (Urca) — Rio — Tel. 26-1593.
30. Almirante Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Avenida Atlântica n° 3.892 — Rio — Tel. 27-1770.
31. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Convento Santo Antônio — Largo da Carioca — Rio.
32. Dr. Afonso Bandeira de Melo	13- 5-1947	Rua Senador Verguei- ro n° 45 — Rio — Tel. 25-2258.
33. Dr. Adroaldo Mesquita da Costa	13- 8-1948	Duque de Caxias, 978 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul.
34. Prof. Agnello Bittencourt ...	31- 8-1948	Rua Jardim Botânico n° 228, apt. 7 — Rio — Tel. 26-6519.
35. Almirante Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Rua Constante Ramos n° 82, apt. 401 (Co- pacabana) — Rio — Tel. 57-9164.
36. Prof. Aloysio de Carvalho Filho	31- 8-1949	Faculdade de Direito da Universidade — Praça Teixeira de Freitas — Cidade do Salvador — Bahia.
37. Dr. Edgard Batista Pereira ..	20- 6-1951	Avenida Copacabana n° 218, apt. 1.102 — Rio — Tel. 37.5387.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
38. Ministro Annibal Freire	14-10-1952	Rua das Laranjeiras n° 144, apt. 501 — Rio — Tel. 25-5939.
39. Dr. Heraclides Cesar de Sousa Araújo	14-10-1952	Rua Marquês de Penedo n° 84 (Botafogo) — Rio — Tel. 25-3443.
40. Prof. Jaime Cortesão	14-10-1952	Rua Paissandu n° 200 Rio — Tel. 45-3752.
41. Desembargador Florêncio de Abreu	24- 7-1953	Av. Alexandre Ferrelira n° 46 — Lagoa. Tel. 26-7062.
42. Dr. Antônio Sampaio Doria .	24- 7-1953	Praia do Flamengo n° 144-9° — Tel. 25-1663.
43. Dr. Alberto Iria	24- 7-1953	Arquivo Histórico Ultramarino (Ministério Ultramar) Lisboa — Portugal.
44. Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão	24- 7-1953	Rua 7 de Setembro n° 300, apt. 13 — Cidade do Salvador — Bahia.
45. Dr. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Rua Dois Irmãos n° 320 — Apipupos — Recife — Pernambuco.
46. Ministro Antonio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Rua Miguel Lemos n° 97 — Copacabana.
47. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Rua Viúva Lacerda n° 15 — Botafogo — Rio — Tel. 26-0895.
48. Dr. Dante Laytano	13- 7-1954	Avenida Carlos Gomes n° 271 — Pôrto Alegre — Rio Grande do Sul.

Nome	Data de entrada no Instituto	Residência
49. Almirante Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima	15-12-1955	Rua Saint-Roman n° 382 — Copacabana — Tel. 47-0236 — Rio.
50. Desembargador José Moreira Brandão Castelo Branco Sobrinho	15-12-1955	Rua Dias da Rocha n° 30-5°, apt. 501 — Copacabana — Rio — Tel. 57-6572.

Relação Cronológica

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
1. Emilio Rodriguez Mendoza ..	6-12-1902	Correspondente.
2. José Manuel Cardoso de Oliveira	22- 5-1903	Honorário.
3. José Feliciano de Oliveira ..	19- 2-1904	Correspondente.
4. Augusto Tavares de Lyra	16- 9-1907	Grande Benemérito e 1° Vice-Presidente.
5. Norival Soares de Freitas	5-10-1908	Honorário.
6. Afonso d'EscragnoUe Taunay .	2- 9-1911	Benemérito.
7. Washington Luís Pereira de Sousa	4- 5-1912	Correspondente e Presidente Honorário.
8. Hélio Lôbo	6- 7-1912	Benemérito.
9. Alfredo Valladão	19- 7-1912	Grande Benemérito e 2° Vice-Presidente.
10. Fidelino de Figueiredo	28- 7-1913	Correspondente.
11. Basílio de Magalhães	27- 8-1914	Grande Benemérito.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
12. Mário Carneiro do Rêgo Melo	31- 5-1917	Correspondente.
13. Thiers Fleming	10- 7-1918	Efetivo.
14. Carlos Delgado de Carvalho .	6- 8-1921	Honorário.
15. Carlos da Silveira Carneiro .	6- 8-1921	Benemérito e Tesoureiro.
16. Eugênio Vilhena de Moraes ..	6- 8-1921	Benemérito.
17. José Carlos de Macedo Soares	6- 8-1921	Grande Benemérito e Presidente Perpétuo.
18. Diego Carbonell	20- 7-1923	Honorário.
19. Pedro Dulanto	18- 7-1927	Honorário.
20. Ricardo Levene	1- 1-1928	Benemérito.
21. Sílvio Rangel de Castro	13- 9-1930	Correspondente.
22. Paul Rivet	13- 9-1930	Honorário.
23. Paul Coulet	22- 8-1931	Honorário.
24. Antônio Leôncio Pereira Ferraz	22- 8-1931	Efetivo
25. Carlos Magalhães de Azeredo	22- 8-1931	Correspondente.
26. Djalma Forjaz	22- 8-1931	Correspondente.
27. Fernando Luís Vieira Ferreira	22- 8-1931	Benemérito.
28. Gustavo Barroso	22- 8-1931	Benemérito.
29. Henrique Carneiro Leão Teixeira Filho.	22- 8-1931	Benemérito.
30. Hildebrando Accioli	22- 8-1931	Correspondente.
31. Houbert Knipping	22- 8-1931	Honorário.
32. José Wanderley de Araújo Pinho	22- 8-1931	Benemérito.
33. Levi Fernandes Carneiro	22- 8-1931	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
34. Lucas Alexandre Boiteux	22- 8-1931	Efetivo.
35. Luis Felipe Vieira Souto	22- 8-1931	Efetivo.
36. Otávio Tarquínio de Sousa ..	22- 8-1931	Efetivo.
37. Pedro Calmon Moniz de Bit- tencourt	22- 8-1931	Benemérito — Orador.
38. Rodrigo Otávio de Langgaard Menezes Filho	22- 8-1931	Benemérito — 3º Vice- Presidente.
39. Virgílio Corrêa Filho	22- 8-1931	Benemérito e 1º Secre- tário.
40. Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho	22- 8-1931	Efetivo.
41. Argeu de Segadas Machado Guimarães	30- 7-1934	Correspondente.
42. Luis da Câmara Cascudo	30- 7-1934	Correspondente.
43. Luis Enrique Azarola Gil ..	30- 7-1934	Correspondente.
44. Manuel Gonçalves Cerejeira .	27-10-1934	Honorário.
45. Antônio Augusto Mendes Cor- rêa	15-12-1934	Correspondente.
46. Carlos Viegas Gago Coutinho	15-12-1934	Correspondente.
47. Joaquim de Sousa Leão Filho	15-12-1934	Correspondente.
48. Vicente de Paula Vicente de Azevedo	15-12-1934	Correspondente.
49. Artur César Ferreira Reis	4-12-1936	Efetivo.
50. Enrique de Gandia	4-12-1936	Correspondente.
51. Herbert Canabarro Reichardt .	12- 5-1937	Efetivo.
52. José de Mesquita	12- 5-1937	Correspondente.
53. Leopoldo Antônio Feijó Bit- tencourt	12- 5-1937	Benemérito — 2º Se- cretário.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
54. Luís Pasteur Vallery Radot ..	27- 8-1937	Honorário.
55. Elmano Cardim	17-12-1937	Honorário.
56. Henrique Pereira de Cernache (Conde de Campo Belo)	13- 4-1938	Correspondente.
57. Martinho Nobre de Melo	19-10-1938	Honorário.
58. Cândido Mariano da Silva Rondon	14- 4-1939	Honorário.
59. Clarence Henry Haring	14- 4-1939	Honorário.
60. Júlio Dantas,.....	14- 4-1939	Honorário.
61. Nels Andrew Nelson Claven	14- 4-1939	Honorário.
62. Edmundo da Luz Pinot	31- 5-1939	Efetivo.
63. Jorge Hurley	31- 5-1939	Correspondente.
64. José Luís Batista	31- 5-1939	Efetivo.
65. Luís Norton de Matos	31- 5-1939	Correspondente.
66. Serafim Leite	31- 5-1939	Correspondente.
67. Ernesto Leme	21- 8-1939	Honorário.
68. Ernesto de Sousa Campos .	21- 8-1939	Correspondente.
69. Waldo Gifford Leland	21- 8-1939	Honorário.
70. Claudio Ganns	15-12-1939	Benemérito.
71. Osvaldo Aranha	15-12-1939	Honorário.
72. Cristóvam Leite de Castro	26- 6-1940	Efetivo.
73. Manuel Augusto Pirajá da Silva	26- 6-1940	Honorário.
74. Ruben Rosa	29- 5-1941	Efetivo.
75. Aureliano Leite	29- 9-1942	Correspondente.
76. Estêvão Leitão de Carvalho ..	29- 9-1942	Benemérito.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
77. Félix Guisard	29- 9-1942	Honorário.
78. Joseph F. Thorning	29- 9-1942	Honorário.
79. Pedro de Orleans e Bragança	29- 9-1942	Honorário.
80. Alvaro Alberto da Mota e Silva	9- 7-1943	Honorário.
81. Rodrigo Melo Franco de Andrade	9- 7-1943	Efetivo.
82. Julião Rangel de Macedo Soares	19- 5-1944	Honorário.
83. Pedro de Alcântara Cavalcanti de Albuquerque	19- 5-1944	Efetivo.
84. Jaime de Barros Câmara	5- 9-1944	Honorário.
85. Francisco Marques dos Santos	21-10-1944	Efetivo.
86. Hélio Vianna	27-12-1944	Efetivo.
87. João Fernando de Almeida Prado	27-12-1944	Correspondente.
88. Luís Vianna Filho	27-12-1944	Correspondente.
89. Nestor dos Santos Lima	27-12-1944	Correspondente.
90. Heitor Lira	9- 7-1945	Honorário.
91. Américo Jacobina Lacombe ..	28- 9-1945	Efetivo.
92. Alvaro Rodrigues de Vasconcelos	28- 9-1945	Honorário.
93. Walter Spalding	28- 9-1945	Correspondente.
94. Jorge Dodsworth Martins	17-12-1945	Honorário.
95. Valentim Benício da Silva ..	17-12-1945	Efetivo.
96. Osvaldo R. Cabral	21-10-1946	Correspondente.
97. José Pedro Leite Cordeiro ..	21-10-1946	Correspondente.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
98. José Carlos de Ataliba Nogueira	21-10-1946	Correspondente.
99. Renato Costa de Almeida	13- 5-1947	Correspondente.
100. Frei Basílio Rower (O.F.M.)	13- 5-1947	Honorário.
101. Haroldo Teixeira Valladão ..	13- 5-1947	Efetivo.
102. Afonso Toledo Bandeira de Melo	13- 5-1947	Honorário.
103. Renato Mendonça	16-12-1947	Correspondente.
104. João Baptista Magalhães	16-12-1947	Efetivo.
105. José Honório Rodrigues	31- 8-1948	Efetivo.
106. Adroaldo Mesquita da Costa	31- 8-1948	Honorário.
107. Orlando Guerreiro de Castro	31- 8-1948	Correspondente.
108. Agnello Bittencourt	31- 8-1948	Honorário.
109. Luís de Oliveira Belo	31- 8-1948	Honorário.
110. Adolfo Morales de los Rios Filho	31- 8-1948	Efetivo.
111. Afonso Penna Junior	15- 8-1949	Efetivo.
112. Aloísio de Carvalho Filho ..	15- 8-1949	Honorário.
113. Afonso Arinos de Melo Franco	15- 8-1949	Efetivo.
114. Francisco Mozart do Rêgo Monteiro	15- 8-1949	Efetivo.
115. Manuel Xavier de Vasconcelos Pedrosa	15- 8-1949	Efetivo.
116. Ariosto Gonzalez	15- 8-1949	Correspondente.
117. José Antônio Soares de Sousa	20- 6-1951	Efetivo.
118. Mucio Leão	20- 6-1951	Efetivo.
119. Edgardo Castro Rebelo	20- 6-1951	Efetivo.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
120. Damião Peres	20- 6-1951	Correspondente.
121. Sergio Corrêa da Costa	20- 6-1951	Correspondente.
122. Edgard Batista Pereira	20- 6-1951	Honorário.
123. Roberto da Motta Macedo	14-10-1952	Efetivo.
124. Ordival Cassiano Gomes	14-10-1952	Efetivo.
125. Annibal Freire	14-10-1952	Honorário.
126. Heraclides César de Sousa Araújo	14-10-1952	Honorário.
127. Jaime Cortesão	14-10-1952	Honorário.
128. Florêncio de Abreu	24- 7-1953	Honorário.
129. Antônio de Sampaio Doria ..	24- 7-1953	Honorário.
130. Alberto Iria	24- 7-1953	Honorário.
131. Ivolino de Vasconcellos	24- 7-1953	Efetivo.
132. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho	24- 7-1953	Honorário.
133. Clemente Maria da Silva Nigra	13- 7-1954	Efetivo.
134. Antonio Carlos Lafayette de Andrada	13- 7-1954	Honorário.
135. Francisco Jaguaribe Gomes de Matos	13- 7-1954	Efetivo.
136. Dante de Laytano	13- 7-1954	Honorário.
137. Gilberto Freyre	13- 7-1954	Honorário.
138. Marcos Carneiro de Mendonça	13- 7-1954	Efetivo.
139. Miguel Costa Filho	13- 7-1954	Honorário.
140. José Augusto Bezerra de Medeiros	15-12-1955	Efetivo.
141. Ernesto Cruz	15-12-1955	Correspondente.

Nome	Data de entrada no Instituto	Classe atual
142. Justo Pastor Benitez	15-12-1955	Correspondente.
143. Juvenal Greenhalgh Ferreira Lima	15-12-1955	Honorário.
144. José Moreira Brandão Castello Branco Sobrinho	15-12-1955	Honorário.
145. Brigadeiro Henrique Fleiuss ..	31- 7-1956	Honorário.
146. Dr. Manuel Diegues Júnior ..	31- 7-1956	Efetivo.
147. Dr. Guilherme Auler	31- 7-1956	Efetivo.
148. Prof. Manuel Rodrigues Lapa	31- 7-1956	Correspondente.
149. Prof. Ildefonso Mascarenhas da Silva	31- 7-1956	Efetivo.

ORDEM ALFABÉTICA

- ABREU (Florêncio de) — Honorário.
ACIOLI (Hildebrando) — Correspondente.
ALBUQUERQUE (Pedro de Alcântara Cavalcanti de) — Efetivo.
ALMEIDA (Renato Costa de) — Correspondente.
ANDRADA (Antônio Carlos Lafayette de) — Honorário.
ANDRADE (Rodrigo Melo Franco de) — Efetivo.
ARANHA (Osvaldo) — Honorário.
ARAÚJO (Heraclides Cesar de Sousa) — Honorário.
AULER (Guilherme) — Efetivo.
AZEREDO (Carlos Magalhães de) — Correspondente.
AZEVEDO (Vicente de Paula Vicente de) — Correspondente.
BARROSO (Gustavo) — Benemérito.
BATISTA (José Luís) — Efetivo.
BELO (Luís de Oliveira) — Honorário.
BENITEZ (Justo Pastor) — Correspondente.
BITTENCOURT (Agnelo) — Honorário.
BITTENCOURT (Leopoldo Antônio Feijó) — Benemérito — 2º Secretário.
BOITEUX (Lucas Alexandre) — Efetivo.
BRAGANÇA (Pedro de Orléans e) — Honorário.
BRANCO SOBRINHO (José Moreira Brandão Castello) — Honorário.
BULCÃO (Antônio de Araújo de Aragão) — Honorário.
CABRAL (Osvaldo R.) — Correspondente.
CALMON (Pedro Moniz de Bittencourt) — Benemérito — Orador.
CÂMARA (Dom Jaime de Barros) — Honorário.
CAMPOS (Ernesto de Sousa) — Correspondente.
CARBONELL (Diego) — Honorário.
CARDIM (Elmano) — Honorário.
CARNEIRO (Carlos da Silveira) — Benemérito — Tesoureiro.
CARNEIRO (Leví Fernandes) — Efetivo.
CARVALHO (Carlos Delgado de) — Honorário.
CARVALHO (Estevão Leitão de) — Benemérito.
CARVALHO FILHO (Aloisio de) — Honorário.
CASCUDO (Luís da Câmara) — Correspondente).
CASTRO (Cristóvam Leite de) — Efetivo.
CASTRO (Orlando Guerreiro de) — Correspondente.
CASTRO (Sílvio Rangel de) — Correspondente.

- CEREJEIRA (Dom Manuel Gonçalves) — Honorário.
CERNACHE (Henrique Pereira de) — Conde de Campo Belo — Correspondente.
CLAVEN (Nels Andrew Nelson) — Honorário.
CORDEIRO (José Pedro Leite) — Correspondente.
CORRÊA (Antônio Augusto Mendes) — Correspondente.
CORRÊA FILHO (Virgílio) — Benemérito — 1º Secretário.
CORTESÃO (Jaime) — Honorário.
COSTA (Adroaldo Mesquita da) — Honorário.
COSTA FILHO (Miguel) — Honorário.
COSTA (Sérgio Corrêa da) — Correspondente.
COULET (Padre Paul) — Honorário.
COUTINHO (Carlos Viegas Gago) — Correspondente.
CRUZ (Ernesto) — Correspondente.
DANTAS (Júlio) — Honorário.
DIEGUES JÚNIOR (Manuel) — Efetivo.
DÓRIA (Antônio de Sampaio) — Honorário.
DULANTO (Pedro) — Honorário.
FERRAZ (Antônio Leôncio Pereira) — Efetivo.
FERREIRA (Fernando Luís Vieira) — Benemérito.
FIGUEIREDO (Fidelino de) — Correspondente.
FLEIUSS (Henrique) — Honorário.
FLEMING (Thiers) — Efetivo.
FORJAZ (Djalma) — Correspondente.
FRANCO (Afonso Arinos de Melo) — Efetivo.
FREIRE (Annibal) — Honorário.
FREYRE (Gilberto) — Honorário.
FREITAS (Norival Soares de) — Honorário.
GANDIA (Henrique de) — Correspondente.
GANNs (Cláudio) — Benemérito.
GIL (Luís Henrique de Azarola) — Correspondente.
GOMES (Ordival Cassiano) — Efetivo.
GONZALEZ (Ariosto) — Correspondente.
GUIMARÃES (Argeu de Segadas Machado) — Correspondente.
GUISARD (Félix) — Honorário.
HARING (Clarence Henry) — Honorário.
HURLEY (Jorge) — Correspondente.
IRIA (Alberto) — Honorário.
KNIPPING (Hubert) — Honorário.
LACOMBE (Américo Lourenço Jacobina) — Efetivo.
LAPA (Manuel Rodrigues) — Correspondente.
LAYTANO (Dante de) — Honorário.
LEÃO (Múcio) — Efetivo.
LEÃO FILHO (Joaquim de Sousa) — Correspondente.
LEITE (Aureliano) — Correspondente.
LEITE (Serafim, padre) — Correspondente.

- LELAND (Waldo Gifford) — Honorário.
LEME (Ernesto) — Honorário.
LEVENE (Ricardo) — Benemérito.
LIMA (Nestor dos Santos) — Correspondente.
LIMA (Juvenal Greenhalgh Ferreira) — Honorário.
LIMA SOBRINHO (Alexandre José Barbosa) — Efetivo.
LIRA (Heitor) — Honorário.
LÔBO (Hélio) — Benemérito.
LYRA (Augusto Tavares de) — Grande Benemérito, 1º Vice-Presidente.
MACEDO (Roberto da Mota) — Efetivo.
MAGALHÃES (Basílio de) — Grande Benemérito.
MAGALHÃES (João Batista) — Efetivo.
MARTINS (Jorge Dodsworth) — Honorário.
MATTOS (Francisco Jaguaribe Gomes de) — Efetivo.
MATOS (Luís Norton de) — Correspondente.
MEDEIROS (José Augusto Bezerra de) — Efetivo.
MELO (Afonso Bandeira de) — Honorário.
MELO (Mário Carneiro do Rêgo) — Correspondente.
MELO (Martinho Nobre de) — Honorário.
MENDONÇA (Marcos Carneiro de) — Efetivo.
MENDONÇA (Renato) — Correspondente.
MENDOZA (Emílio Rodrigues) — Correspondente.
MENEZES FILHO (Rodrigo Otávio de Langgaard) — Benemérito e 3º Vice-Presidente.
MESQUITA (José de) — Correspondente.
MONTEIRO (Francisco Mozart do Rego) — Efetivo.
MORAIS (Eugênio Vilhena de) — Benemérito.
MORALES DE LOS RIOS FILHO (Adolfo) — Efetivo.
NIGRA (Clemente Maria da Silva) — Efetivo.
NOGUEIRA (José Carlos de Ataliba) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Feliciano de) — Correspondente.
OLIVEIRA (José Manuel Cardoso de) — Honorário.
PEDROSA (Manuel Xavier de Vasconcelos) — Efetivo.
PENNA JUNIOR (Afonso) — Efetivo.
PEREIRA (Edgard Baptista) — Honorário.
PERES (Damião) — Correspondente.
PINHO (José Wanderley de Araújo) — Benemérito.
PINTO (Edmundo da Luz) — Efetivo.
PRADO (José Fernando de Almeida) — Correspondente.
RADOT (Luís Pasteur Vallery) — Honorário.
REBELO (Edgardo Castro) — Efetivo.
REICHARDT (Herbert Canabarro) — Efetivo.
REIS (Artur César Ferreira) — Efetivo.
RIVET (Paul) — Honorário.
RODRIGUES (José Honório) — Efetivo.

- RONDON (Cândido Mariano da Silva) — Honorário.
ROSA (Ruben) — Efetivo.
ROWER (O.F.M. — Frei Basílio) — Honorário.
SANTOS (Francisco Marques dos) — Efetivo.
SILVA (Álvaro Alberto da Mota e) — Honorário.
SILVA (Ildefonso Mascarenhas da) — Efetivo.
SILVA (Manuel Pirajá da) — Honorário.
SILVA (Valentim Benicio da) — Efetivo.
SOARES (José Carlos de Macedo) — Grande Benemérito — Presidente Perpétuo.
SOARES (Julião Rangel de Macedo) — Honorário.
SOUSA (José Antônio Soares de) — Efetivo.
SOUSA (Otávio Tarquínio de) — Efetivo.
SOUSA (Washington Luís Pereira de) — Correspondente
SOUTO (Luís Felipe Vieira) — Efetivo.
SPALDING (Walter) — Correspondente.
TAUNAY (Afonso d'Escragnolle) — Benemérito.
TEIXEIRA FILHO (Henrique Carneiro Leão) — Benemérito.
THORNING (Reverendo Joseph F.) — Honorário.
VALLADÃO (Alfredo) — Grande Benemérito — 2º Vice-Presidente.
VALLADÃO (Haroldo Teixeira) — Efetivo.
VASCONCELOS (Álvaro Rodrigues de) — Honorário.
VASCONCELLOS (Ivolino de) — Efetivo.
VIANNA (Hélio) — Efetivo.
VIANNA FILHO (Luís) — Correspondente.

ÍNDICE

OUTUBRO A DEZEMBRO DE 1956

I — TRABALHOS ORIGINAIS

	Págs.
1 — <i>Um panorama do Rio de Janeiro de 1775.</i> — Gilberto Ferrez	3
2 — <i>Autógrafos de Cláudio Manoel da Costa.</i> — M. Rodrigues Lapa	24
3 — <i>Itinerário Geográfico ou Plágio Tipográfico.</i> — Miguel Costa Filho	38
4 — <i>Reivindicações Aeronáuticas.</i> — Cláudio Ganns	44

II — CONFERÊNCIAS NO INSTITUTO

5 — <i>O Barão de Parima, Demarcador de Fronteiras, Veterano do Paraguai.</i> — Alfredo Valladão	55
6 — <i>Manuel Barata — Amigo do Instituto Histórico</i> — Cláudio Ganns	79
7 — « <i>As cruzadas e o «Angelus» rezado ao meio dia</i> » — Feijó Bittencourt	99
8 — <i>Santos Dumont e o primeiro vôo de avião.</i> — Ildefonso M. da Silva	113
9 — <i>O Panamericanismo e os modernos pactos regionais.</i> — Sergio C. da Costa	159
10 — <i>O Senador Pedro Velho</i> — José Augusto Bezerra de Menezes	173

III — PESQUISAS DE DOCUMENTOS E O I. H. G. B.

11 — <i>Documentos relativos à história do Brasil</i>	195
12 — <i>O Itamaraty e a história do Brasil</i>	200
13 — <i>A sombra de sadias tradições.</i> — Virgílio Corrêa Filho	202
14 — <i>A pesquisa histórica e o Itamaraty.</i> — André Guimarães	208

IV — TRANSCRIÇÕES

15 — <i>Um dos apaixonados de Petrópolis: o Conde de Afonso Celso</i> — Conferência de Maria Eugênia Celso	213
--	-----

16 — <i>D. Aquino Corrêa</i> — Virgílio Corrêa Filho	238
17 — <i>Otogenário laborioso.</i> — Virgílio Corrêa Filho	252
18 — <i>Mario Augusto Teixeira de Freitas.</i> — Virgílio Corrêa Filho	258

V — NOTICIÁRIO

19 — <i>O Instituto Histórico</i>	267
---	-----

VI — DISCURSO

20 — <i>Elogio dos sócios falecidos</i> , proferido na Sessão Magna de 19 de outubro de 1956. — Pedro Calmon	270
--	-----

VII — ANIVERSÁRIO DO INSTITUTO

21 — <i>Atividades culturais do Instituto Histórico</i> (Relatório do 1.º Secretário) — Virgílio Corrêa Filho	282
22 — <i>Atas das sessões realizadas no ano de 1956</i>	305

VIII — SÓCIOS FALECIDOS EM 1956

364

IX — PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

368

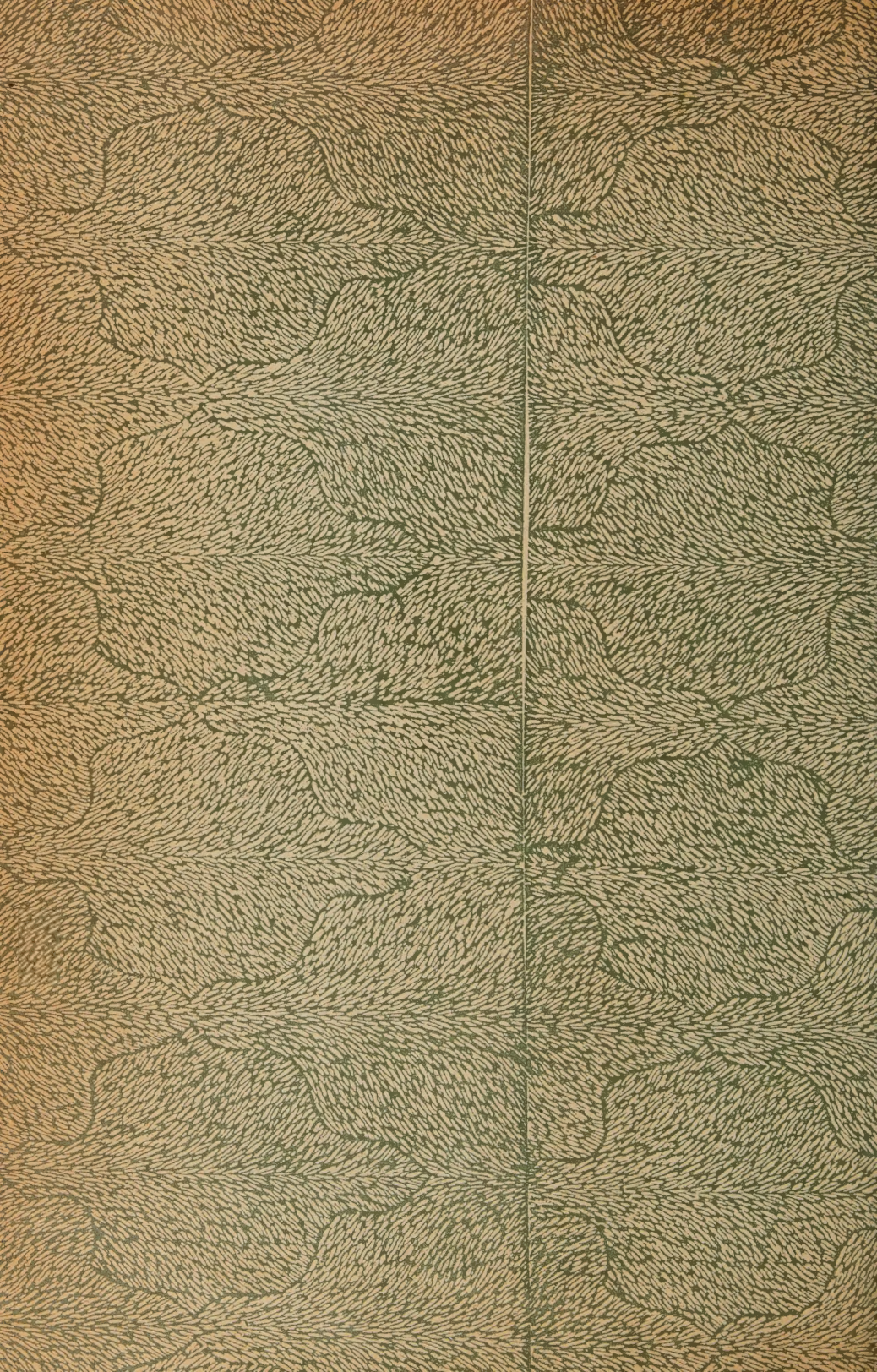
X — ESTATÍSTICA DO INSTITUTO HISTÓRICO

380

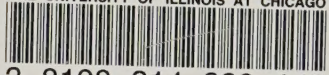
XI — CADASTRO DOS SÓCIOS

381

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1957



THE UNIVERSITY OF ILLINOIS AT CHICAGO



3 8198 314 339 142

